

Pesquisa de Informações Básicas Municipais



Presidenta da República
Dilma Rousseff

Ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão
Miriam Belchior

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE

Presidenta
Wasmália Bivar

Diretor-Executivo
Fernando J. Abrantes

ÓRGÃOS ESPECÍFICOS SINGULARES

Diretoria de Pesquisas
Marcia Maria Melo Quintslr

Diretoria de Geociências
Wadih João Scandar Neto

Diretoria de Informática
Paulo César Moraes Simões

Centro de Documentação e Disseminação de Informações
David Wu Tai

Escola Nacional de Ciências Estatísticas
Denise Britz do Nascimento Silva

UNIDADE RESPONSÁVEL

Diretoria de Pesquisas

Coordenação de População e Indicadores Sociais
Claudio Dutra Crespo

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE
Diretoria de Pesquisas
Coordenação de População e Indicadores Sociais

Pesquisa de Informações Básicas Municipais

Perfil dos Municípios Brasileiros

2013

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

Av. Franklin Roosevelt, 166 - Centro - 20021-120 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil

ISBN 978-85-240-4320-8

© IBGE. 2014

Elaboração do arquivo PDF

Roberto Cavararo

Produção de multimídia

Helena Maria Mattos Pontes

LGonzaga

Márcia do Rosário Brauns

Marisa Sigolo Mendonça

Mônica Pimentel Cinelli Ribeiro

Roberto Cavararo

Capa

Helga Szpiz e Marcos Balster Fiore Correia - Coordenação
de *Marketing*/Centro de Documentação e Disseminação
de Informações - CDDI

Sumário

Apresentação

Introdução

Notas técnicas

Perfil dos gestores municipais

Recursos humanos das administrações municipais

Legislação e instrumentos de planejamento

Saúde

Meio ambiente

Política de gênero

Gestão de riscos e resposta a desastres

Tabelas de resultados

1 - Municípios, por sexo e grupos de idade do prefeito, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013

2 - Municípios, por sexo e grupos de idade do prefeito, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

3 - Municípios, por nível de instrução do prefeito, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013

- 4 - Municípios, por nível de instrução do prefeito, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013
- 5 - Municípios, total e exercício do mandato de prefeito em 2012, e partido atual do prefeito, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013
- 6 - Municípios, total e exercício do mandato de prefeito em 2012, e partido atual do prefeito, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013
- 7 - Municípios, total e adesão dos gestores municipais a Agenda de Compromissos dos Objetivos do Milênio - ODM, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013
- 8 - Municípios, total e adesão dos gestores municipais a Agenda de Compromissos dos Objetivos do Milênio - ODM, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013
- 9 - Pessoal ocupado na administração direta, por vínculo empregatício, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013
- 10 - Pessoal ocupado na administração direta, por vínculo empregatício, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013
- 11 - Municípios, total e com administração indireta, e pessoal ocupado na administração indireta, por vínculo empregatício, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013
- 12 - Municípios, total e com administração indireta, e pessoal ocupado na administração indireta, por vínculo empregatício, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013
- 13 - Municípios, total e com Plano Diretor, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013
- 14 - Municípios, total e com Plano Diretor, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013
- 15 - Municípios, total e com instrumentos de planejamento urbano, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013
- 16 - Municípios, total e com instrumentos de planejamento urbano, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013
- 17 - Municípios, total e os atingidos em sua área urbana nos últimos 5 anos, por alagamento e processo erosivo acelerado, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

18 - Municípios, total e os atingidos em sua área urbana nos últimos 5 anos, por alagamento e processo erosivo acelerado, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

19 - Municípios, total e os atingidos em suas áreas urbanas nos últimos 5 anos, por enchentes ou inundações graduais, com indicação dos eventos com maior número de edificações atingidas e de ações para evitar ou minimizar os danos causados, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013

20 - Municípios, total e os atingidos em suas áreas urbanas nos últimos 5 anos, por enchentes ou inundações graduais, com indicação dos eventos com maior número de edificações atingidas e de ações para evitar ou minimizar os danos causados, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

21 - Municípios, total e os atingidos em suas áreas urbanas nos últimos 5 anos, por enxurradas ou inundações bruscas, com indicação dos eventos com maior número de edificações atingidas e de ações para evitar ou minimizar os danos causados, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013

22 - Municípios, total e os atingidos em suas áreas urbanas nos últimos 5 anos, por enxurradas ou inundações bruscas, com indicação dos eventos com maior número de edificações atingidas e de ações para evitar ou minimizar os danos causados, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

23 - Municípios, total e os atingidos em suas áreas urbanas nos últimos 5 anos, por escorregamentos ou deslizamentos, com indicação dos eventos com maior número de edificações atingidas e as ações para evitar ou minimizar os danos causados segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013

24 - Municípios, total e os atingidos em suas áreas urbanas nos últimos 5 anos, por escorregamentos ou deslizamentos, com indicação dos eventos com maior número de edificações atingidas e as ações para evitar ou minimizar os danos causados, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

25 - Municípios, total e com instrumentos de planejamento, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013

26 - Municípios, total e com instrumentos de planejamento, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

27 - Municípios, total e com instrumentos de gerenciamento de riscos de desastres decorrentes de enchentes ou inundações graduais, ou enxurradas ou inundações bruscas, nas áreas urbanas, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013

28 - Municípios, total e com instrumentos de gerenciamento de riscos de desastres decorrentes de enchentes ou inundações graduais, ou enxurradas ou inundações bruscas, nas áreas urbanas, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

29 - Municípios, total e com instrumentos de gerenciamento de riscos de desastres decorrentes de escorregamentos ou deslizamentos de encostas, nas áreas urbanas, com indicação da estimativa da população vulnerável aos eventos, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013

30 - Municípios, total e com instrumentos de gerenciamento de riscos de desastres decorrentes de escorregamentos ou deslizamentos de encostas, nas áreas urbanas, com indicação da estimativa da população vulnerável aos eventos, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

31 - Municípios, total e com cadastro de programas habitacionais para população vulnerável aos eventos de enchentes ou inundações graduais, ou enxurradas ou inundações bruscas ou escorregamentos ou deslizamentos de encostas nas áreas urbanas do município, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013

32 - Municípios, total e com cadastro de programas habitacionais para população vulnerável aos eventos de enchentes ou inundações graduais, ou enxurradas ou inundações bruscas ou escorregamentos ou deslizamentos de encostas nas áreas urbanas do município, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

33 - Municípios, total e com Unidade do Corpo de Bombeiros, Unidade de Defesa Civil e de outra estrutura para atuar na prevenção de riscos e resposta a desastres, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013

34 - Municípios, total e com Unidade do Corpo de Bombeiros, Unidade de Defesa Civil e outra estrutura para atuar na prevenção de riscos e resposta a desastres, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

35 - Municípios, total e com estrutura na área de saúde, por caracterização do órgão gestor, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013

36 - Municípios, total e com estrutura na área de saúde, por caracterização do órgão gestor, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

- 37** - Escolaridade do titular do órgão gestor da saúde, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios – 2013
- 38** - Escolaridade do titular do órgão gestor da saúde, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação – 2013
- 39** - Formação de nível superior do titular do órgão gestor da saúde, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013
- 40** - Formação de nível superior do titular do órgão gestor da saúde, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013
- 41** - Municípios, total e com órgão gestor de saúde, por sexo e grupos de idade do gestor da saúde, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013
- 42** - Municípios, total e com órgão gestor de saúde, por sexo e grupos de idade do gestor da saúde, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013
- 43** - Municípios, total e com Conselho Municipal de Saúde, por algumas características do conselho, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013
- 44** - Municípios, total e com Conselho Municipal de Saúde, por algumas características do conselho, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013
- 45** - Municípios, total, com Fundo Municipal de Saúde, por gestor do fundo e com Plano Municipal de Saúde, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013
- 46** - Municípios, total, com Fundo Municipal de Saúde, por gestor do fundo e com Plano Municipal de Saúde, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013
- 47** - Municípios, total e com contratação de serviço de saúde através de Organização Social, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013
- 48** - Municípios, total e com contratação de serviço de saúde através de Organização Social, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013
- 49** - Municípios, total e com estrutura na área de meio ambiente, por caracterização do órgão gestor, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013
- 50** - Municípios, total e com estrutura na área de meio ambiente, por caracterização do órgão gestor, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

- 51 - Pessoal ocupado na área de meio ambiente, por vínculo empregatício, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013
- 52 - Pessoal ocupado na área de meio ambiente, por vínculo empregatício, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013
- 53 - Municípios, total e com Conselho Municipal de Meio Ambiente, por algumas características do conselho, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013
- 54 - Municípios, total e com Conselho Municipal de Meio Ambiente, por algumas características do conselho, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013
- 55 - Municípios, total e com Fundo Municipal de Meio Ambiente, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013
- 56 - Municípios, total e com Fundo Municipal de Meio Ambiente, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013
- 57 - Municípios, total e com Agenda 21, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013
- 58 - Municípios, total e com Agenda 21, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013
- 59 - Municípios, total e com legislação específica para tratar da questão ambiental, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013
- 60 - Municípios, total e com legislação específica para tratar da questão ambiental, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013
- 61 - Municípios, total e que fazem parte de Comitê de Bacia Hidrográfica, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013
- 62 - Municípios, total e que fazem parte de Comitê de Bacia Hidrográfica, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013
- 63 - Municípios, total e com programas implantados em parceria com o Governo Federal, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013
- 64 - Municípios, total e com programas implantados em parceria com o Governo Federal, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

- 65** - Municípios, total e com Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental - CIEA de âmbito estadual ou similar, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013
- 66** - Municípios, total e com Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental - CIEA de âmbito estadual ou similar, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013
- 67** - Municípios, total e com Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, nos termos estabelecidos na Política Nacional de Resíduos Sólidos, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013
- 68** - Municípios, total e com Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, nos termos estabelecidos na Política Nacional de Resíduos Sólidos, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013
- 69** - Municípios, total e com iniciativa na área de consumo sustentável, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013
- 70** - Municípios, total e com iniciativa na área de consumo sustentável, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013
- 71** - Municípios, total e com estrutura na área de formulação, coordenação e implementação de políticas para mulheres, por caracterização do órgão gestor, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013
- 72** - Municípios, total e com estrutura na área de formulação, coordenação e implementação de políticas para mulheres, por caracterização do órgão gestor, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013
- 73** - Municípios, total e com estrutura na área de formulação, coordenação de políticas para as mulheres associado ou subordinado a outras políticas, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013
- 74** - Municípios, total e com órgão responsável pela formulação, coordenação e implementação de políticas para as mulheres associado ou subordinado a outras políticas, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013
- 75** - Municípios, total, com estrutura e com orçamento específico para formulação, coordenação e implementação de políticas para mulheres no município, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013
- 76** - Municípios, total e com estrutura e com orçamento específico para formulação, coordenação e implementação de políticas para mulheres no município, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

77 - Municípios, total e com órgão gestor de políticas para mulheres que executa ações para grupos específicos, por grupos, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013

78 - Municípios, total e com órgão gestor de políticas para mulheres que executa ações para grupos específicos, por grupos, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

79 - Municípios, total e com órgão gestor de política para mulheres, por áreas de atuação, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013

80 - Municípios, total e com órgão gestor de política para mulheres, por áreas de atuação, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

81 - Municípios, total e com Plano Municipal de Políticas para as Mulheres, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013

82 - Municípios, total e com Plano Municipal de Políticas para as Mulheres, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

83 - Municípios, total e que desenvolvem programa, projeto ou ação na área de políticas para mulheres, em cooperação, convênio e/ou articulação, por tipo de parceria, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013

84 - Municípios, total e que desenvolve programa, projeto ou ação na área de políticas para mulheres, em cooperação, convênio e/ou articulação, por tipo de parceria, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

85 - Municípios, total e com Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, por algumas características do conselho, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013

86 - Municípios, total e com Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, por algumas características do conselho, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

87 - Municípios, total e com Casa-Abrigo para atendimento a mulheres vítimas de violência de acordo com a Lei Maria da Penha, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013

88 - Municípios, total e com Casa-Abrigo para atendimento a mulheres vítimas de violência, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

89 - Municípios, total e com Serviços Especializados de gestão municipal para mulheres em situação de violência de acordo com a Lei Maria da Penha, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios – 2013

90 - Municípios, total e com Serviços Especializados de gestão municipal para mulheres em situação de violência de acordo com a Lei Maria da Penha, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

91 - Municípios, total e com serviços/estruturas existentes, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013

92 - Municípios, total e com serviços/estruturas existentes, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

Referências

Anexo

[Questionário Básico da Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013](#)

Glossário

Convenções

-	Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento;
..	Não se aplica dado numérico;
...	Dado numérico não disponível;
x	Dado numérico omitido a fim de evitar a individualização da informação;
0; 0,0; 0,00	Dado numérico igual a zero resultante de arredondamento de um dado numérico originalmente positivo; e
-0; -0,0; -0,00	Dado numérico igual a zero resultante de arredondamento de um dado numérico originalmente negativo.

Apresentação

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE apresenta, nesta publicação, os resultados do Questionário Básico da Pesquisa de Informações Básicas Municipais - MUNIC 2013.

Em sua 11ª edição, a MUNIC investigou todas as 5 570 municipalidades existentes no País. Foram levantados, durante o ano de 2013, dados relativos à gestão e à estrutura dos municípios, a partir da coleta de informações sobre sete temas, contemplando questões relacionadas ao perfil dos gestores municipais, recursos humanos, legislação e instrumentos de planejamento, saúde, meio ambiente, política de gênero e gestão de risco e resposta a desastres, sendo o Bloco Política de Gênero resultante de convênio institucional firmado entre o IBGE e a Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República.

O permanente esforço de atualização da MUNIC, bem como o amplo escopo dos temas por ela tratados têm renovado o interesse de diferentes agentes e organizações na obtenção de informações que contribuam para a implementação de políticas setoriais eficientes, mediante a compreensão da dinâmica que os respectivos fenômenos vêm adquirindo na escala local.

Ainda deve ser mencionado o convênio institucional firmado, em 2013, entre o IBGE e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, que permitiu a realização da terceira edição do Suplemento de Assistência Social, objeto de publicação específica. Essa parceria vem atestar o desempenho da MUNIC como ferramenta apropriada para o monitoramento e

a avaliação das políticas locais e reforçar o objetivo de construção de uma base de informações municipais de qualidade.

Esta publicação se ocupa dos aspectos de metodologia nas **Notas técnicas** e possui sete capítulos analíticos com exame do quadro municipal, acrescidos de um conjunto de tabelas básicas discriminando os resultados por classes de tamanho da população dos municípios, por Grandes Regiões e por Unidades da Federação. Cabe destacar que o CD-ROM que acompanha a publicação contém um vasto conjunto de tabelas com todas as informações pesquisadas.

Trata-se de um conjunto amplo de informações, que irá contribuir para o debate público e permitir, mais uma vez, aos poderes públicos e à sociedade, melhorar o planejamento e a formulação das políticas, visando à adoção do padrão de desenvolvimento, que se quer sustentável.

Marcia Maria Melo Quintslr
Diretora de Pesquisas

Introdução

Este volume da Pesquisa de Informações Básicas Municipais - MUNIC traz os resultados do levantamento realizado, em 2013, pelo Questionário Básico. No mesmo ano, acompanhando o Questionário Básico da pesquisa, foi a campo a terceira edição do Suplemento de Assistência Social, cujos resultados são divulgados em publicação específica.

O conhecimento e a aprendizagem que proporcionam essas informações estatísticas vêm responder às exigências imediatas de compreensão da heterogeneidade estrutural no País e da realidade dos diferentes setores da sociedade organizada, levando em consideração a complexidade brasileira no sentido dos avanços social, político e econômico. É de suma importância a obtenção de dados estatísticos com base municipal, que expressem de forma clara e objetiva a oferta e a qualidade dos serviços públicos em face da capacidade dos gestores municipais em atender a suas populações.

A maioria das pesquisas de âmbito nacional concentra-se em aspectos relacionados a indicadores sociais de determinados grupos populacionais ou áreas geográficas, fornecendo um perfil da demanda potencial pelos serviços. Assim, parece clara a necessidade da realização de estudos sobre a gestão municipal e suas atividades, a fim de orientar investimentos estratégicos – inclusive no que se refere à capacitação de recursos humanos –, bem como subsidiar mecanismos de regulação da qualidade dos serviços, partilha e repasses de recursos.

As diversidades produtivas, sociais, culturais e espaciais (regionais, urbanas e rurais) por muito tempo foram tratadas como desequilíbrios, assimetrias e obstáculos colocados ao desafio que é promover o desenvolvimento num país continental como o nosso. O Brasil é um país extremamente dissemelhante em muitos aspectos,

incluindo os pontos de vista tanto político quanto administrativo; em consequência, a qualidade dos registros administrativos é diversa no nível federal, entre os ministérios, por exemplo, assim como nos níveis estadual e municipal. Atualmente, contudo, as escalas nacional, regional e local mostram-se crescentemente articuladas e demonstram a urgência que têm em engendrar ações mais ágeis, potentes e sistemáticas, o que passa necessariamente pela oferta de informações municipais de qualidade, como instrumento efetivo de planejamento, diagnóstico e monitoramento das condições locais.

Este volume impresso, que contém ainda um CD-ROM com a base de dados completa do Questionário Básico aplicado, é composto por textos que abordam os diferentes aspectos da gestão local presentes na pesquisa e nas tabelas de resultados.

Por fim, deve-se destacar que a MUNIC é resultado da participação e do compromisso das representações do IBGE em cada Unidade da Federação, distribuídas pelas mais de 500 Agências da Instituição, responsáveis pela coleta e apuração das informações em cada município do País.

Notas técnicas

A Pesquisa de Informações Básicas Municipais - MUNIC se estende à totalidade dos municípios¹ do País desde a primeira edição, em 1999, e da mesma forma nos seguintes anos: 2001, 2002, 2004, 2005, 2006, 2008, 2009, 2011 e 2012. Esta, a 11ª edição da MUNIC, tem 2013 como o ano de referência e obteve informações relativas a todos os 5 570 municípios brasileiros. Nesta ocasião, o Questionário Básico foi acompanhado do Suplemento de Assistência Social, produto de convênio firmado entre o IBGE e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, que levantou, nos municípios, informações sobre a gestão municipal da assistência social. Ambos os instrumentos de pesquisa tiveram seu planejamento, apuração e análise sob a responsabilidade da Coordenação de População e Indicadores Sociais, da Diretoria de Pesquisas do IBGE.

Objetivos

A MUNIC se define como pesquisa institucional e de registros administrativos da gestão pública municipal e se insere entre as demais pesquisas sociais e estudos empíricos dedicados à escala municipal. Trata-se, basicamente, de um levantamento pormenorizado de informações sobre a estrutura, a dinâmica e o funcionamento das instituições públicas municipais, em especial a prefeitura, compreendendo também diferentes políticas e setores que envolvem o governo municipal e a municipalidade.

¹ Dois distritos brasileiros são tratados na pesquisa como municípios, por razões metodológicas: o Distrito Federal, onde tem sede o governo federal, sendo Brasília a capital federal; e o Distrito Estadual de Fernando de Noronha, arquipélago localizado no Estado de Pernambuco. Em ambos os casos, informantes da administração local responderam ao Questionário Básico.

O objeto de interesse da MUNIC é a gestão dos municípios, nomeadamente no que se refere à organização da prefeitura, quadro funcional, aparato material, instrumentos fiscais, recursos institucionais, políticas de planejamento, iniciativas de descentralização e desconcentração, programas e ações públicas locais, oferta de serviços à população e infraestrutura urbana. A pesquisa, porém, não se detém nesse elenco básico de assuntos, já extenso, e investiga aspectos múltiplos da realidade local.

Em 2013, o Questionário Básico tratou de investigar informações sobre o perfil dos gestores municipais, recursos humanos, legislação e instrumentos de planejamento, saúde, meio ambiente e gestão da política de gênero, todos esses investigados em anos anteriores. Trouxe, pela primeira vez, o tema gestão de riscos e reposta a desastres, em bloco específico, onde foram solicitadas informações a respeito dos eventos que implicam riscos nas áreas urbanas decorrentes de deslizamentos de encostas, enchentes e também inundações, em todos os municípios do País, examinando a capacidade institucional local de formular e gerir políticas públicas, com o objetivo de municiar o planejamento e o monitoramento desses eventos.

Um importante aspecto a ser destacado quanto à metodologia interna ao Questionário Básico refere-se à determinação do informante na prefeitura. Com o firme propósito de qualificá-lo, pessoal e profissionalmente, bem como ampliar seu comprometimento com a qualidade das respostas fornecidas, procedeu-se à sua identificação no final de cada um dos blocos setoriais específicos.

É lícito acrescentar que os temas e as questões abordados no Questionário Básico visam responder às necessidades de informação da sociedade e do Estado brasileiros. Para tanto, a MUNIC tem por objetivo a consolidação de uma base municipal de informações, com dados estatísticos e cadastrais atualizados, que proporcionem um conjunto relevante de indicadores de avaliação e monitoramento dos quadros institucional e administrativo das cidades brasileiras.

Unidade de investigação e informantes da pesquisa

A unidade de investigação da MUNIC é o município, sendo a prefeitura o informante principal, por meio dos diversos setores que a compõem. As instituições ligadas a outros poderes públicos locais ou instaladas localmente se constituem em unidades secundárias de informação. Assim, as informações coletadas em cada município, em geral, são resultado de uma consulta a pessoas posicionadas nos diversos setores e/ou instituições investigados que detêm informações sobre os órgãos públicos e os demais equipamentos municipais.

Período de referência da pesquisa

A coleta das informações do Questionário Básico foi realizada entre os meses de março e novembro de 2013, sendo efetuada por meio de entrevista presencial. Os dados coletados referiram-se, de maneira geral, à data da entrevista. Em alguns quesitos, no entanto, a data pode diferir, sendo que, neste caso, há referência explícita, no questionário, quanto à data ou período da informação.

Abrangência geográfica da pesquisa

Os 5 570 municípios brasileiros instalados no território nacional até 31 de dezembro de 2013 foram investigados pela MUNIC 2013. Em 2013, foram instalados cinco novos municípios (no Estado do Pará, Mojuí dos Campos; no Estado de Santa Catarina, Balneário Rincão e Pescaria Brava; no Estado do Rio Grande do Sul, Pinto Bandeira; e no Estado do Mato Grosso do Sul, Paraíso das Águas), que acrescidos ao 5 565 anteriormente existentes, totalizaram 5 570.

Conforme frisado anteriormente, dois distritos brasileiros são tratados na pesquisa como municípios, por razões metodológicas: o Distrito Federal, onde tem sede o governo federal, sendo Brasília a capital federal; e o Distrito Estadual de Fernando de Noronha, arquipélago localizado no Estado de Pernambuco. Em ambos os casos, informantes da administração local responderam ao Questionário Básico.

Instrumentos de coleta

Em sua edição de 2013, a MUNIC investigou, no Questionário Básico, os seguintes temas relativos à administração pública municipal: perfil dos gestores municipais, recursos humanos, legislação e instrumentos de planejamento, saúde, meio ambiente, política de gênero e gestão de risco e resposta a desastres. Para auxiliar a coleta das informações do questionário, foi elaborado o Manual de Coleta, contendo as instruções básicas e os conceitos técnicos necessários para a realização dos trabalhos do técnico de pesquisas do IBGE.

Coleta dos dados e apuração

Em março de 2013, foi realizado um treinamento centralizado no Rio de Janeiro, onde estiveram presentes os supervisores regionais e os técnicos de todas as Unidades Estaduais do IBGE, num total aproximado de 60 pessoas. Eles, posteriormente, foram responsáveis pelo repasse do treinamento para os técnicos das mais de 500 Agências do IBGE no País.

Após o processo de treinamento, procedeu-se à fase de coleta das informações, onde o pesquisador do IBGE fez um primeiro contato com a prefeitura de cada município a seu encargo, com o objetivo de obter a indicação de uma pessoa, na administração municipal, que coordenasse a coleta das informações nos vários setores. Essa pessoa era entrevistada, sempre que possível, e deveria manter contato com o pesquisador do IBGE, quando houvesse a necessidade de esclarecer algum item, procedimento ou conceito relativo à pesquisa.

Para possibilitar o preenchimento dos questionários pelos diversos setores das prefeituras, cada instrumento de coleta apresentou as explicações dos termos e conceitos considerados mais importantes dispostos junto aos respectivos quesitos.

O técnico do IBGE, ao receber o Questionário Básico preenchido, procedeu a uma crítica visual das informações coletadas, no intuito de detectar problemas no preenchimento, de modo que fossem resolvidos imediatamente com o informante.

A entrada de dados foi feita de forma descentralizada pela supervisão da pesquisa, na sede de cada Unidade Estadual, ou pelo técnico responsável pela coleta, nas próprias Agências. A crítica de consistência dos dados coletados, por sua vez, foi realizada em cada Unidade, mas também foi efetuado um trabalho de apuração das informações pela equipe da Coordenação de População e Indicadores Sociais, responsável pela MUNIC.

Dois municípios não preencheram o Questionário Básico: Brejo de Areia, no Estado do Maranhão; e Duque de Caxias, no Estado do Rio de Janeiro.

Disseminação dos resultados

É necessário ressaltar que, diferentemente das demais pesquisas efetuadas pelo IBGE, as informações prestadas pelas prefeituras são de natureza pública, configurando, assim, um conjunto de informações a serem divulgadas individualmente. Esse contexto, embora não exima o IBGE da responsabilidade final pelos dados ora divulgados, confere um caráter de maior corresponsabilidade entre a Instituição e os próprios informantes. Um levantamento dessa natureza, de informações de caráter público, após os procedimentos de crítica e análise dessas informações, exige ter respeitada sua integridade, da forma específica pertinente.

Os dados da MUNIC estão disponibilizados no portal do IBGE, na Internet, no canal Pesquisa de Informações Básicas Municipais, apresentando as informações de cada município, individualmente.

Este volume contém, além dessas notas técnicas, um conjunto de capítulos com textos analíticos sobre os diversos temas abordados pela pesquisa em que são destacados os aspectos considerados mais relevantes pelos analistas que trabalharam nas diversas fases do levantamento. Também são apresentados os resultados através de um conjunto de tabelas gerais selecionadas. Acompanha a publicação um CD-ROM, que reproduz o volume impresso, e contém adicionalmente tabelas complementares com todas as informações pesquisadas, bem como a base de dados completa com informações de cada município.

Todas as tabelas aqui apresentadas são produto de agregações dos dados de municípios por classes de tamanho da população, com base nas estimativas de população residente em 1º de julho de 2013, publicadas no Diário Oficial da União, por Grandes Regiões do País e por Unidades da Federação em que estão localizadas, variáveis relevantes para compreensão, descrição e análise de alguns aspectos abrangidos pela pesquisa.

Perfil dos gestores municipais

A Pesquisa de Informações Básicas Municipais - MUNIC 2013 traz um conjunto de informações que permitem traçar o perfil de prefeitos e prefeitas eleitos em 2012 e que responderam ao questionário no ano seguinte.

Foram levantadas características, como sexo, instrução, distinção entre eleitos e reeleitos, considerando que o prefeito permaneceu no cargo em relação ao ano anterior consoante com a sua filiação partidária.

Na avaliação do ano de 2013, com o objetivo de compor o perfil daqueles que ocupam o principal cargo do executivo, foram construídas séries históricas, pois a MUNIC levantou essa informação para os anos de 1999, 2001, 2005, 2009 e 2013, referindo-se a cinco gestões entre 1996 e 2016 (ainda em curso), conforme mostra o Quadro 1, a seguir.

Quadro 1 - Gestões municipais e a correspondência do bloco sobre o perfil das prefeitas e prefeitos levantados pela MUNIC - Brasil - 1996/2016

Gestões municipais respectivas à MUNIC		
Início	Término	Realização da MUNIC
1996	2000	1999
2001	2004	2001
2005	2008	2005
2008	2012	2009
2013	2016	2013

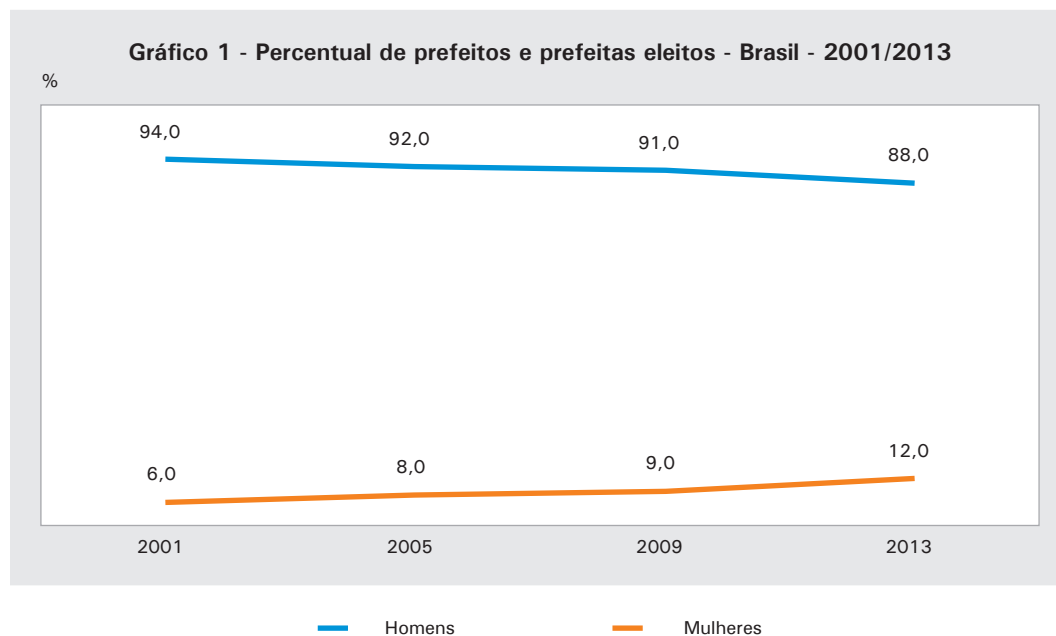
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 1999/2013.

Procurou-se medir o perfil de prefeitos e prefeitas no primeiro ou segundo ano de seu mandato (exceto a pesquisa inaugural de 1999), com o intuito de obter informações mais fidedignas em relação ao ano eleitoral, embora deva ser ressaltado que as informações coletadas pela MUNIC não devam ser diretamente comparadas às dos Tribunais Eleitorais, por conta de pequenas alterações entre o momento da eleição e o período posterior à posse.

Percentual de prefeitos e prefeitas, segundo o sexo, a idade e o grau de instrução

Como já assinalado em divulgações anteriores da MUNIC, em um País no qual o número de mulheres na população supera o de homens, a sua participação no mundo da política de uma forma geral é ainda muito restrita.

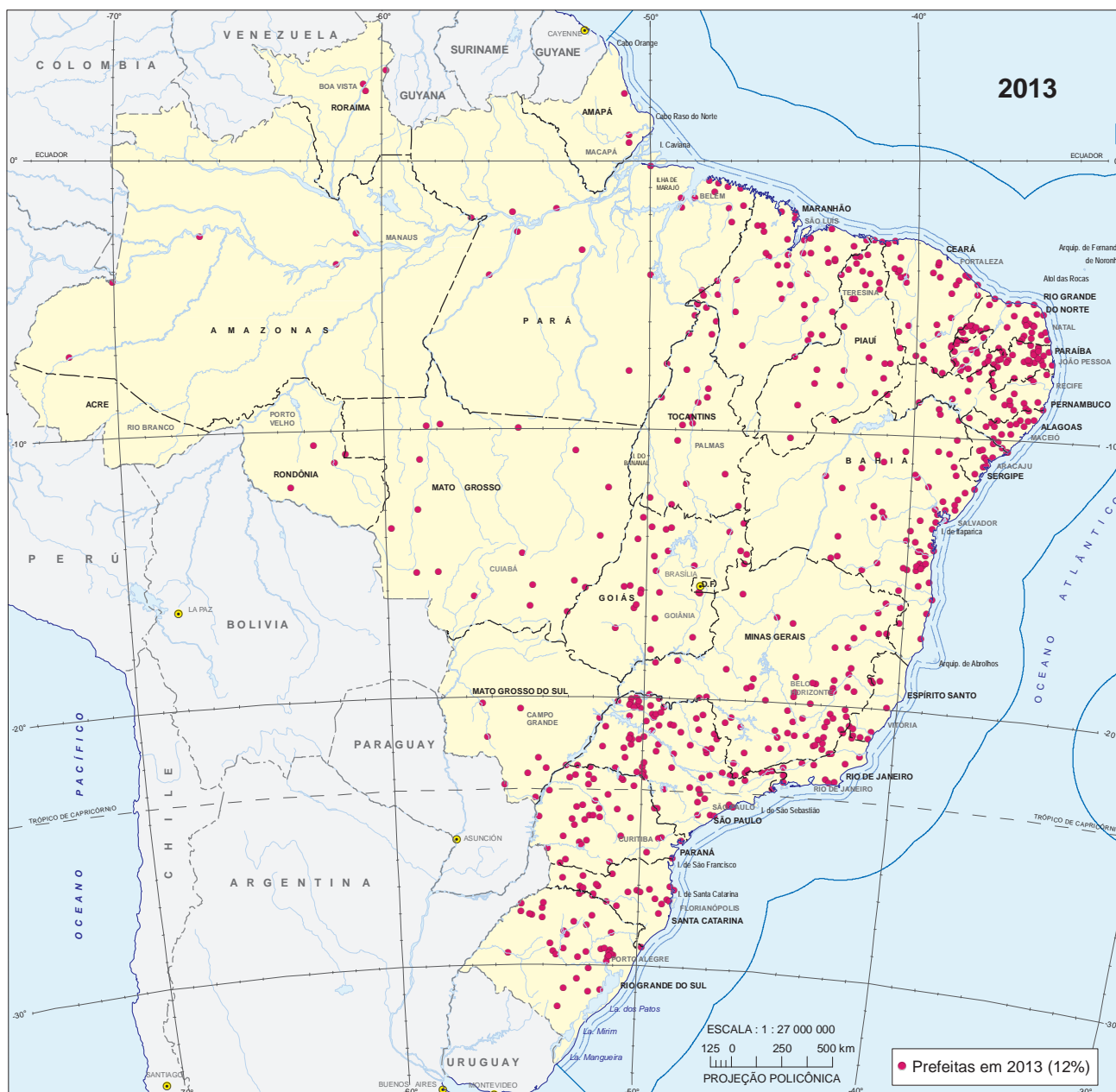
O Gráfico 1 mostra a evolução do exercício feminino no cargo de prefeita, de 2001 a 2013 (a MUNIC de 1999 não trouxe esta pergunta). Em 2001, 6,0% daqueles que comandavam o executivo municipal eram mulheres, percentual que veio aumentando ao longo do tempo até dobrar em 2013, com 12,0%. Pode-se afirmar que o aumento é significativo, pois se trata de um aumento de 100,0%, no entanto, considerando os 13 anos que separam os percentuais, ou quatro gestões, o número de mulheres prefeitas ainda é bem restrito no País, frente aos 88,0% dos homens que atualmente estão à frente do executivo municipal.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2001/2013.

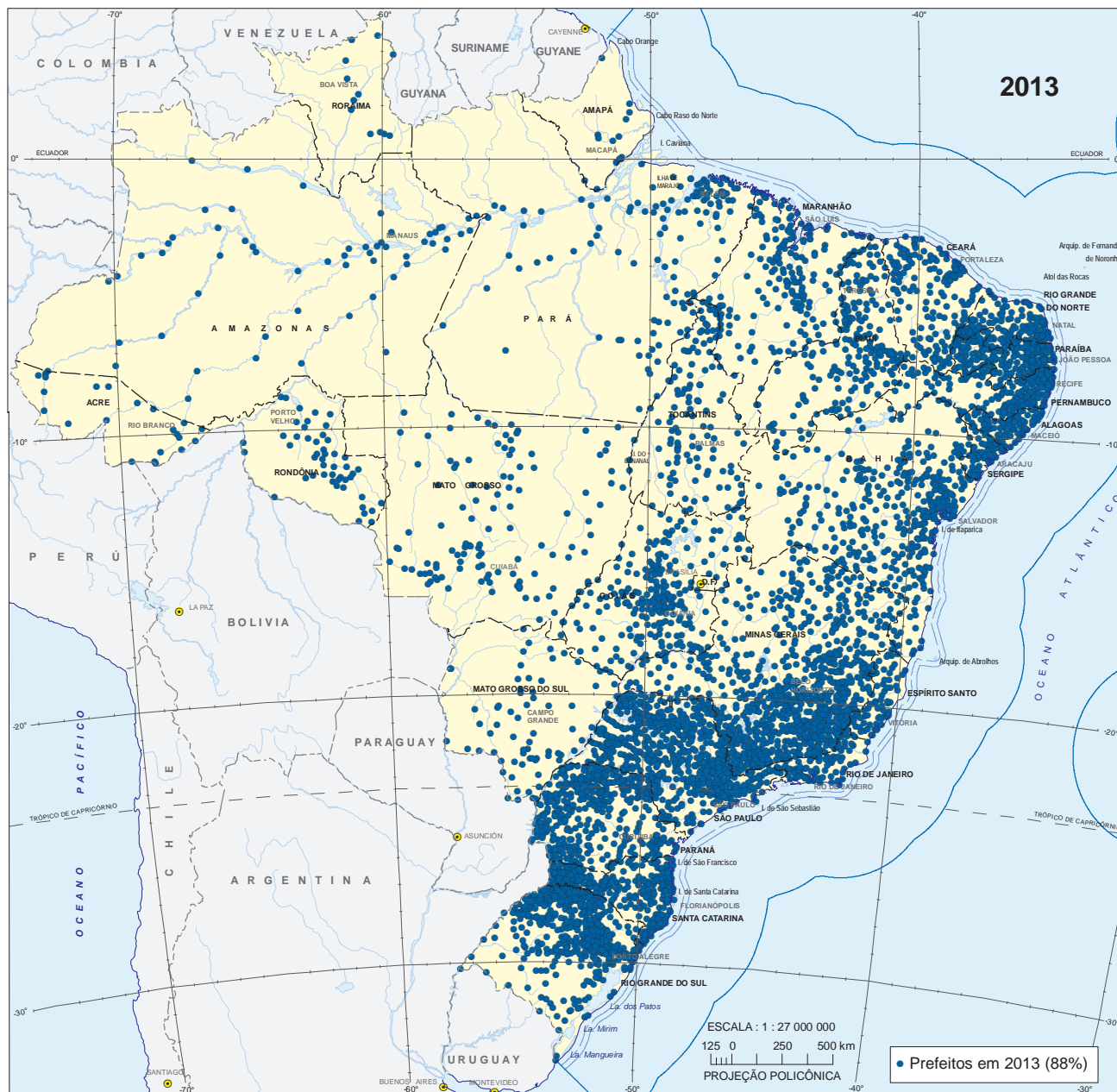
Os Cartogramas 1 e 2 detalham a participação das mulheres prefeitas nas cidades brasileiras, podendo ser visualizada a maior concentração para os homens. Mostram a distribuição geográfica das prefeituras ocupadas por mulheres (Cartograma 1) e homens (Cartograma 2) em 2013 no Brasil. Observa-se a alta densidade de pontos no segundo cartograma, referente aos municípios com prefeitos do sexo masculino, e a distribuição mais rarefeita do primeiro, referente aos 12,0% dos cargos de prefeito ocupados por mulheres.

Cartograma 1 - Municípios com prefeitas - Brasil - 2013



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013 e Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia.

Cartograma 2 - Municípios com prefeitos - Brasil - 2013



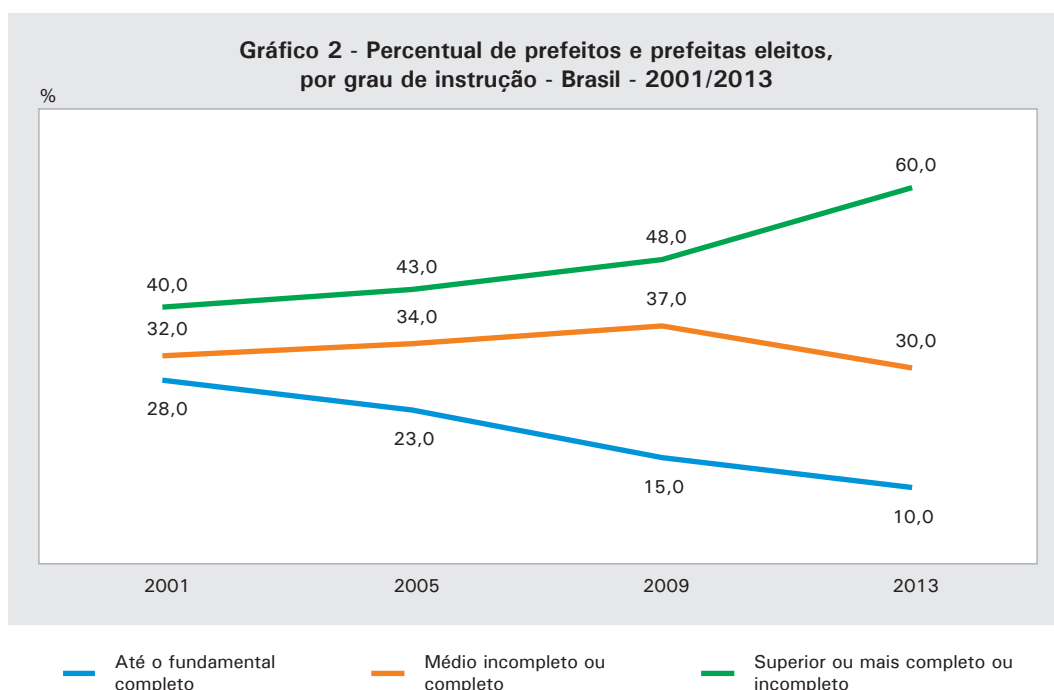
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013 e Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia.

Os cartogramas indicam que a proporção de gênero não se mantém igual nos estados. As estatísticas apontam que Rondônia, Amazonas, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, por exemplo, são os estados com menor percentual de prefeitas, abaixo dos 10,0%, enquanto Rio Grande do Norte e Paraíba apresentam os maiores percentuais, na casa dos 21,0%. Observa-se que no Acre não há prefeituras ocupadas por mulheres em 2013.

A idade média dos prefeitos no período de 2005 a 2013 (anos cuja informação encontra-se disponível) manteve-se estável, em torno dos 48 anos, sendo a média das mulheres ligeiramente inferior, ao redor de 47 anos.

Quanto à instrução, mudanças significativas ocorreram, segundo a MUNIC, no período de 2001 a 2013, no que se refere à escolaridade dos prefeitos em geral. O percentual dos que têm o curso superior (ou mais) completo ou incompleto apresenta um aumento de 50,0% nesse período (40,0%, em 2001, e 60,0%, em 2013).

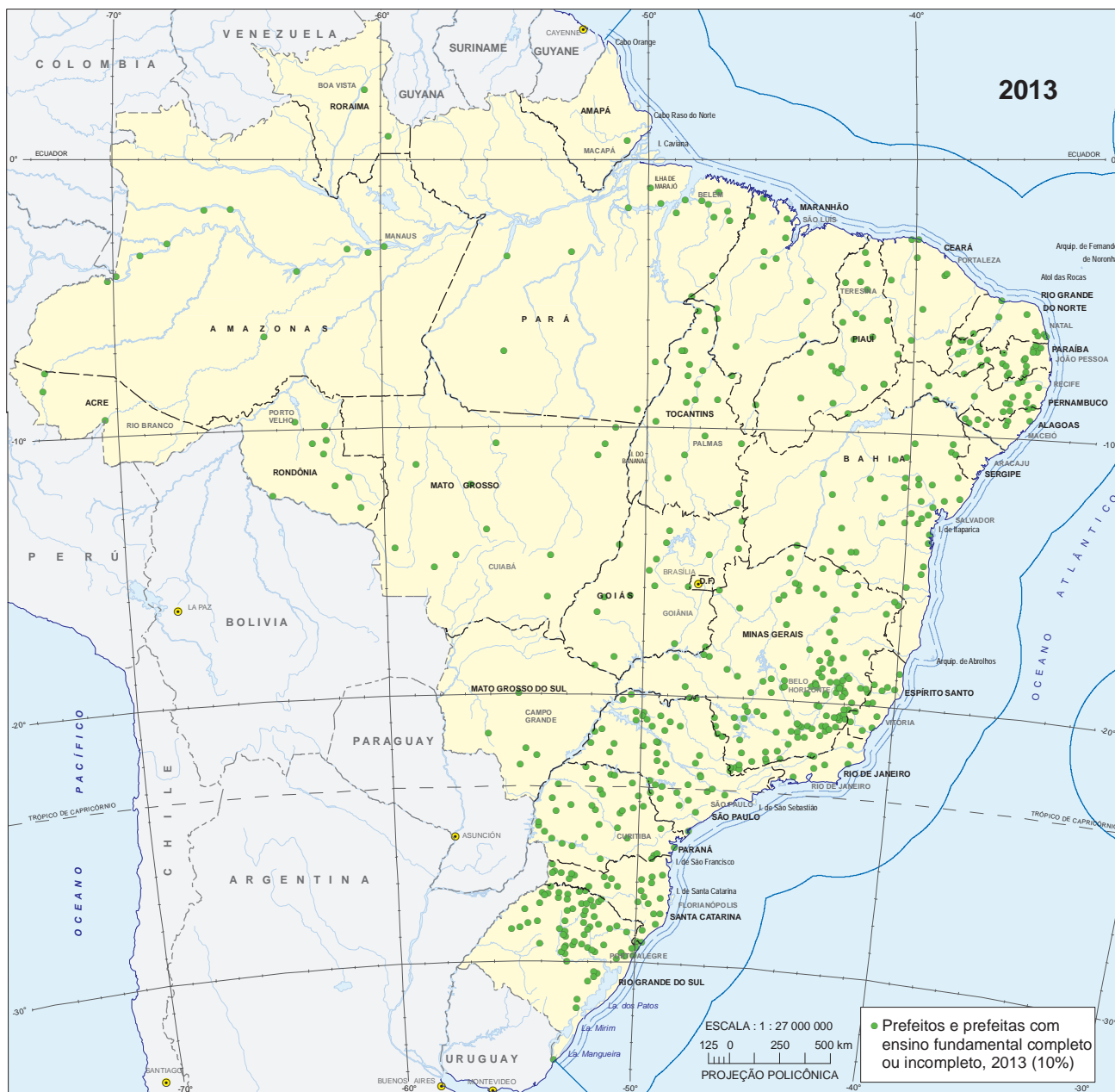
Enquanto o percentual de prefeitos e prefeitas que alcançaram o ensino médio (completo ou não) oscila em torno dos 30,0% no período de 2001 a 2013, o percentual daqueles com o curso fundamental sofre uma retração de 28,0% para 10,0%. Assim, seja pela maior qualificação dos candidatos, seja pela maior exigência dos eleitores, ou por ambos os motivos, observa-se maior escolarização geral para este cargo executivo no País (Gráfico 2).



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2001/2013.

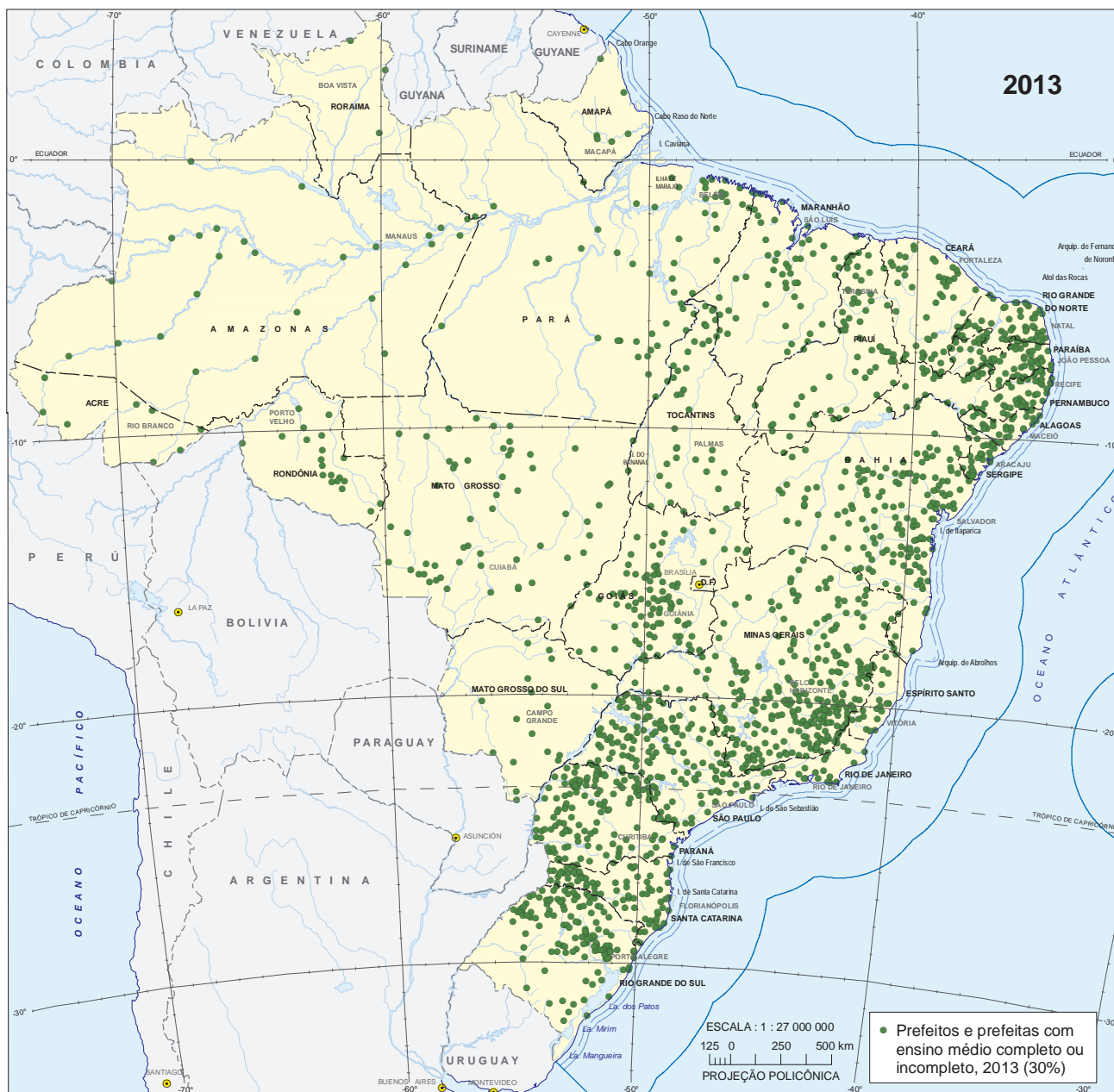
Os Cartogramas 3, 4 e 5 apresentam a distribuição geográfica de prefeitos e prefeitas, segundo o seu grau de instrução. Os percentuais de 10,0% (ensino fundamental), 30,0% (ensino médio) e 60,0% (ensino superior), registrados no Brasil em 2013, estão representados pela densidade de pontos bem diferenciada nos três cartogramas. Ainda que variem os percentuais de prefeitos e prefeitas nos três níveis de instrução em cada estado, em todos se mantém o padrão recorrente: menor percentual para o ensino fundamental, seguido do ensino médio e depois do superior.

Cartograma 3 - Municípios com prefeitos e prefeitas, com ensino fundamental completo ou incompleto - Brasil - 2013



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013 e Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia.

Cartograma 4 - Municípios com prefeitos e prefeitas, com ensino médio completo ou incompleto - Brasil - 2013



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013 e Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia.

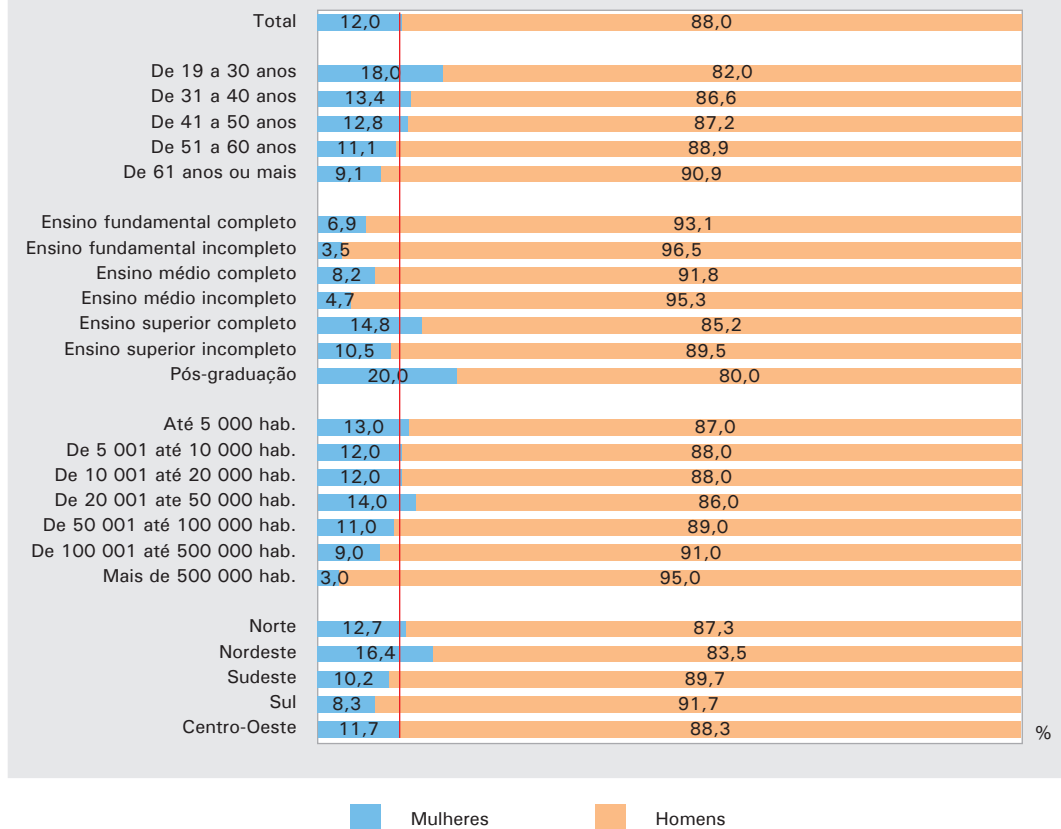
Cartograma 5 - Municípios com prefeitos e prefeitas, com ensino superior completo ou incompleto - Brasil - 2013



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013 e Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia.

O Gráfico 3 detalha indicadores da *MUNIC*, cruzando-os por sexo, para o ano de 2013. Comprova-se aí o perfil mais jovem das mulheres, segundo as faixas etárias. As prefeitas representam 18,0% de todos os executivos municipais na faixa de 19 a 30 anos, percentual que vai caindo entre as demais faixas, até os 9,0% entre aqueles com 61 anos ou mais, ou seja: as prefeitas, conforme verificado pela média de idade, são proporcionalmente mais jovens.

Gráfico 3 - Percentual de prefeitos e prefeitas, por sexo, segundo os grupos de idade, o grau de instrução, as classes de tamanho da população dos municípios e as Grandes Regiões - 2013



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013.

Nota: Os percentuais que não somam 100% decorrem de não resposta à pergunta.

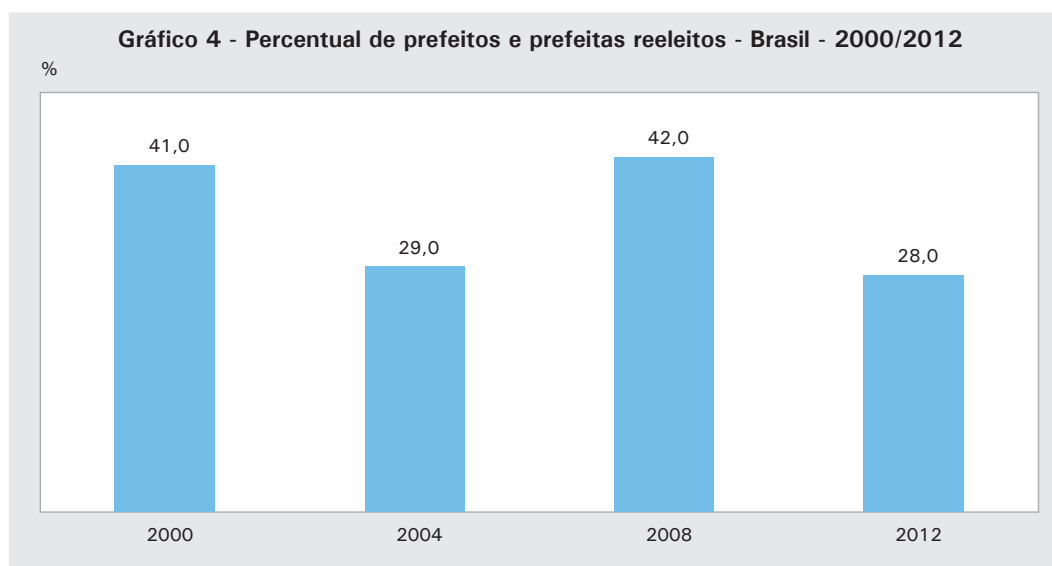
O cruzamento com faixas mais desagregadas de instrução mostra uma singularidade. Em primeiro lugar, nota-se que entre os que apresentam maior instrução, as mulheres predominam em relação aos homens, chegando a 20,0% das prefeitas que atingem a pós-graduação. Entretanto, é nos cursos completos (fundamental, médio, superior e pós-graduação) que esta diferença de gênero a favor das prefeitas se acentua. Uma explicação possível para isso seria que as mulheres podem apresentar a característica de esperar concluir os níveis de ensino para se lançarem aos cargos do executivo municipal, autoexigindo para si melhor formação e escolaridade.

Do ponto de vista do porte populacional, verifica-se maior participação de prefeitas nos municípios de menor população, entre 12,0% e 14,0% para aqueles com até 50 000 habitantes, quando começa a decair esta proporção, situando-se em 3,0% nas cidades com mais de 500 000 habitantes.

Por outro lado a maior proporção de prefeitas encontra-se nas Regiões Nordeste (16,0%), Norte (13,0%) e Centro-Oeste (12,0%), as menos desenvolvidas do País.

Um indicador produzido pela MUNIC permite estabelecer uma aproximação com a reeleição de prefeitos e prefeitas, pois lhes é questionado se estavam ocupando o cargo no ano eleitoral anterior à realização da pesquisa. Uma vez sendo a resposta positiva, deduziu-se pela condição da reeleição.

O percentual de prefeitos reeleitos em 2 000 foi de 41,0%; 29,0%, em 2004; 42,0%, em 2008; e 28,0%, em 2012. Essa distribuição pode ser explicada pela barreira legal que impede mais de uma reeleição a partir de 1992 (Gráfico 4).



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2001/2013.

Assim, prefeitos que exerceram a função, no período de 1992 a 1996, e que foram reeleitos em 2000, podem ter incrementado o percentual, mais alto para este ano, do que na eleição seguinte de 2004, quando estavam impedidos de exercerem um terceiro mandato. Isso explicaria pelo mesmo motivo o alto percentual de 2008 e seu decréscimo em 2012.

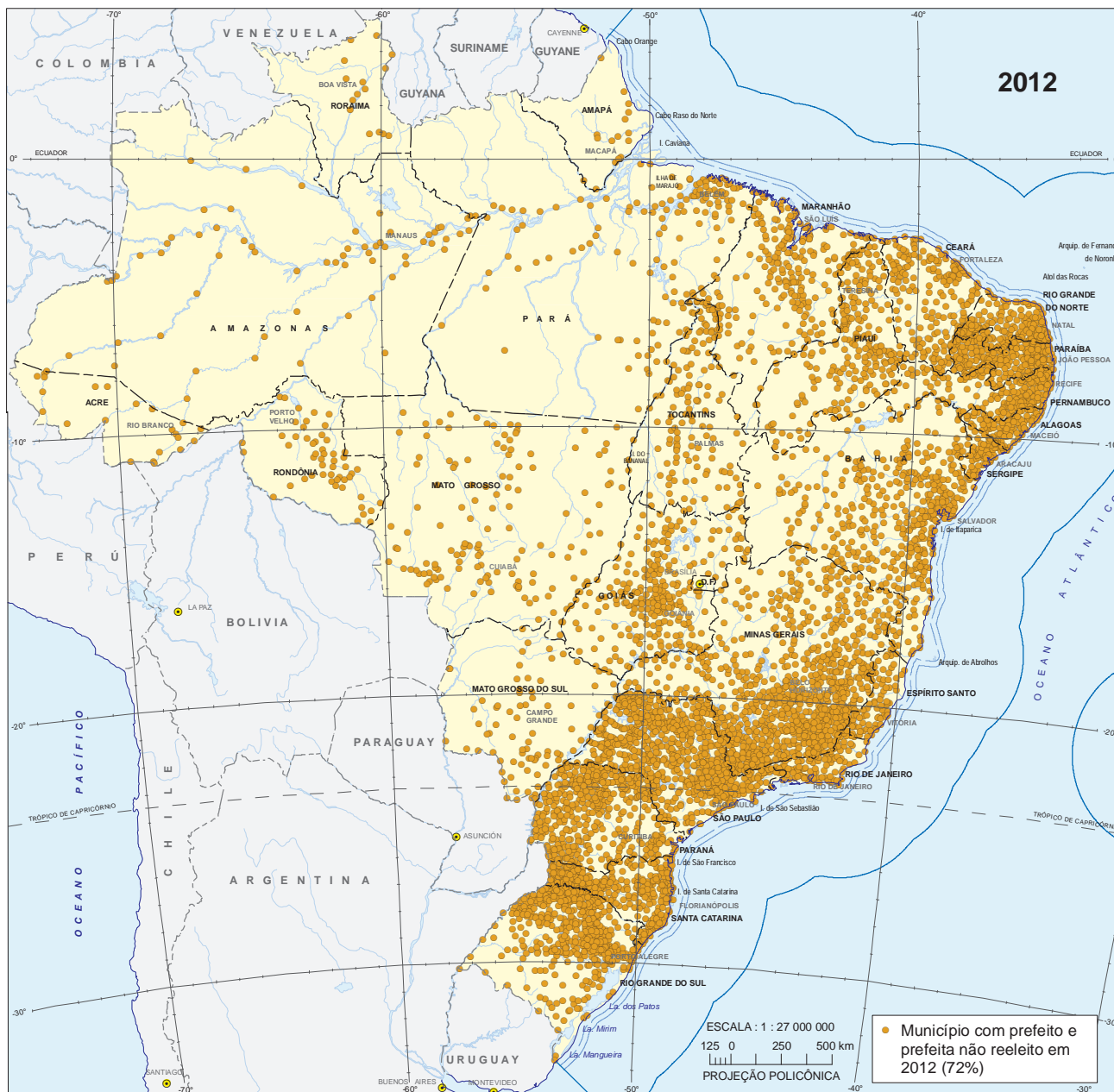
Os cartogramas seguintes apresentam a distribuição geográfica de prefeitos e prefeitas que foram reeleitos (Cartograma 6) e dos que não concorreram à reeleição ou não foram reeleitos (Cartograma 7), em 2013. Observa-se novamente a alta densidade de pontos no segundo cartograma, referente aos não reeleitos, e a distribuição menos densa do primeiro cartograma, referente aos 28,0% de reeleitos. Há prefeitos e prefeitas reeleitos em todos os estados, ainda que o percentual varie entre eles. No Amapá, registrou-se o menor percentual de reeleitos, 6,2%, e, no Rio de Janeiro, o maior, 40,2%.

Cartograma 6 - Municípios com prefeitos e prefeitas reeleitos - Brasil - 2012



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013 e Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia.

Cartograma 7 - Municípios com prefeitos e prefeitas não reeleitos - Brasil - 2012



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013 e Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia.

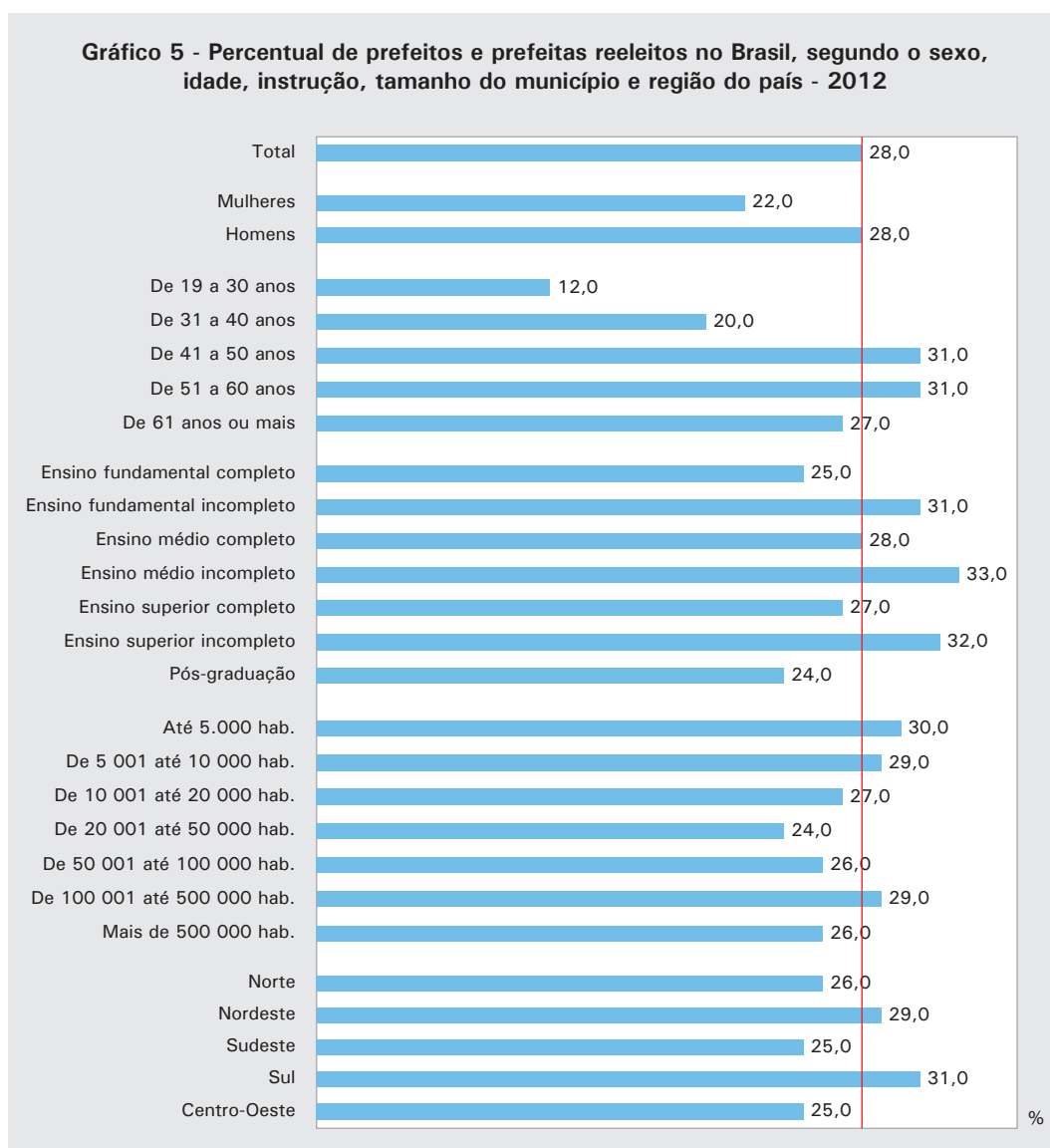
Para o ano de 2013, procedeu-se o cruzamento da incidência de reeleição com outras variáveis da pesquisa.

Observou-se que os homens detêm mais alta probabilidade de se reelegerem (28,0%) do que as mulheres (22,0%). Há uma tendência de se reeleger de acordo com a elevação da idade, partindo de 12,0%, para aqueles com 19 a 30 anos, até 31,0%, para os que têm 51 a 60 anos, caindo ligeiramente para 27,0% para os mais idosos, com 61 anos ou mais.

Ocorre em relação às faixas de instrução o contrário do que se observou em relação à incidência de mulheres prefeitas, sendo os que detêm os cursos inconclusos aqueles que apresentam os maiores percentuais de reeleição, possivelmente porque aí estão mais concentrados os homens.

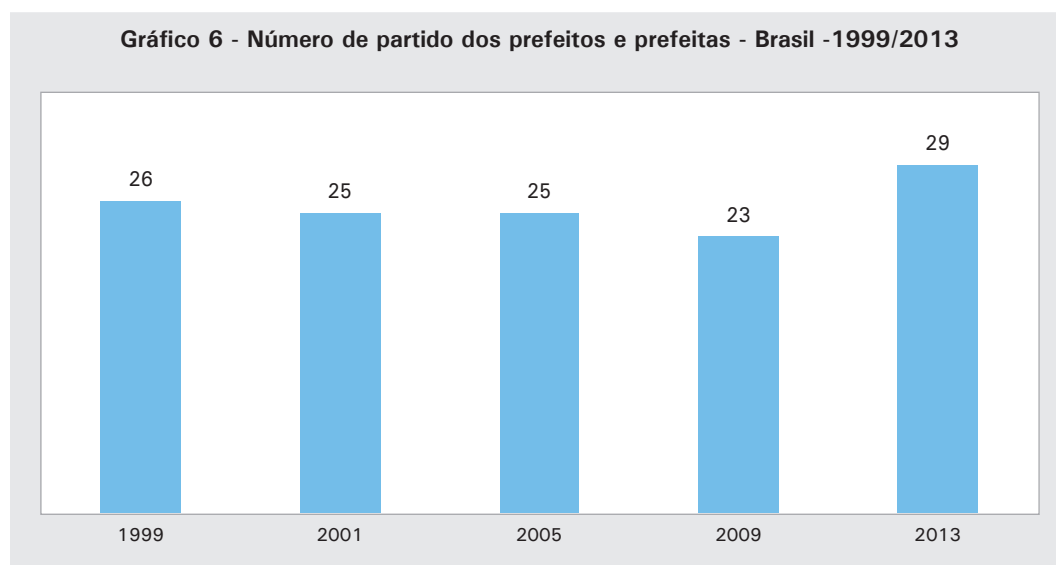
Não há correlação entre a reeleição em 2012 e o número de habitantes dos municípios. Os maiores percentuais encontram-se nos municípios de menor porte populacional: 30,0% para aqueles com até 5 000 habitantes e 29,0% para os com 5 001 até 10 000 habitantes. Também com 29,0% de prefeitos e prefeitas reeleitos encontram-se os municípios na faixa de 100 001 até 500 000 habitantes.

As Regiões Sul (31,0%) e Nordeste (29,0%) apresentam os mais altos percentuais de reeleição de prefeitos e prefeitas em 2013



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013.

Utilizando os resultados da MUNIC, foram sistematizadas as informações sobre os partidos políticos de prefeitos e prefeitas, a partir da declaração de estarem filiados a algum partido desde 1999, perfazendo 14 anos até 2013. O Gráfico 6 mostra a oscilação dos partidos que contaram com prefeitos e prefeitas eleitos. Nota-se um decréscimo de 1999 a 2009 (de 26 para 23 partidos), aumentando este número para 29 partidos em 2013. À primeira vista, isso não significa, necessariamente, uma fragmentação extrema do sistema partidário brasileiro.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 1999/2013.

Observa-se, no entanto, que os cinco partidos com o maior número de prefeitos nesses anos alcançaram mais de 50,0% dos municípios, sendo esse percentual de 60,0% em 2013, conforme se verifica na Tabela 1. Em média, sete partidos obtiveram mais de 5,0% nas eleições municipais para prefeito durante o período, embora haja tendência de aumento de 1999 (seis partidos) a 2013 (nove partidos). A soma dos votos desses partidos sempre superou os 80,0%.

Dessa forma, assim como apontam estudos para as demais eleições no Brasil, mesmo considerando que o sistema político brasileiro apresenta um grande número de partidos, ao contrário do que alguns preveem, isso não afeta a sua estabilidade pela extrema fragmentação.

Tabela 1 - Indicadores de fragmentação partidária para as eleições de prefeitas e prefeitos - Brasil - 1999/2013

Indicadores de fragmentação	1999	2001	2005	2009	2013
Percentual obtido pelos 5 principais partidos (%)	57	57	55	61	60
Número de partidos que alcançaram mais de 5% nas eleições	6,0	5,0	7,0	8,0	9,0

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 1999/2013.

Recursos humanos das administrações municipais

A Pesquisa de Informações Básicas Municipais - MUNIC 2013, entre outros temas, apresenta um conjunto de dados que proporcionam o conhecimento dos quadros de recursos humanos das administrações direta e indireta.

As administrações públicas, tanto dos estados quanto dos municípios e do Distrito Federal, dispõem de um conjunto de pessoas empregadas em seus quadros funcionais responsáveis por gerir os serviços prestados à sociedade brasileira. As informações da MUNIC 2013 permitem fazer observações pertinentes ao quantitativo de pessoas ocupadas por vínculo empregatício – estatutários, celetistas, somente comissionados, estagiários e sem vínculo permanente – na administração pública municipal.

Características gerais do pessoal ocupado na administração municipal

Os dados da MUNIC 2013 evidenciaram que o conjunto de pessoas ocupadas nas administrações direta e indireta totalizava 6 358 130 servidores, representando 3,0% da população estimada do País para o mesmo período pesquisado, cujo total era de 201 032 714 habitantes. Os maiores percentuais de pessoas ocupadas em relação à população residente foram verificados no Distrito Federal, com 4,8%; e nos Estados de Tocantins e da Paraíba, ambos com 4,9%, e do Maranhão, com 4,1%. Em contrapartida, os menores percentuais se encontravam nos Estados de São Paulo, com 2,2%; do Amapá, com 2,5%; do Rio de Janeiro, com 2,3%; e do Rio Grande do Sul e Acre, ambos com 2,6%.

Do total de pessoas ocupadas, em 2013, observa-se que 6 032 591 indivíduos representavam 94,9% dos servidores que estavam

vinculados à administração direta, enquanto 325 539 pessoas expressavam o percentual de 5,1% de servidores que exerciam atividades na administração indireta.

Os resultados demonstraram que os maiores percentuais vinculados à administração direta encontravam-se nos Estados de Rondônia e do Pará, ambos com 99,0%; do Amapá e do Mato Grosso, ambos com 98,8%; e em Roraima, Maranhão, Rio Grande do Norte e Espírito Santo, com 98,5%, cada um. Por outro lado, os Estados do Rio de Janeiro (83,9%), do Piauí (90,6%) e de São Paulo (91,7%) apresentavam os menores percentuais de pessoas vinculadas à administração direta. Conseqüentemente, estes três estados também se distinguiam por deter as maiores expressões percentuais na administração indireta, compreendidas em 16,1%, 9,4% e 8,3%, respectivamente (Tabela 2).

Tabela 2 - Pessoal ocupado na administração direta e indireta e estimativa da população, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

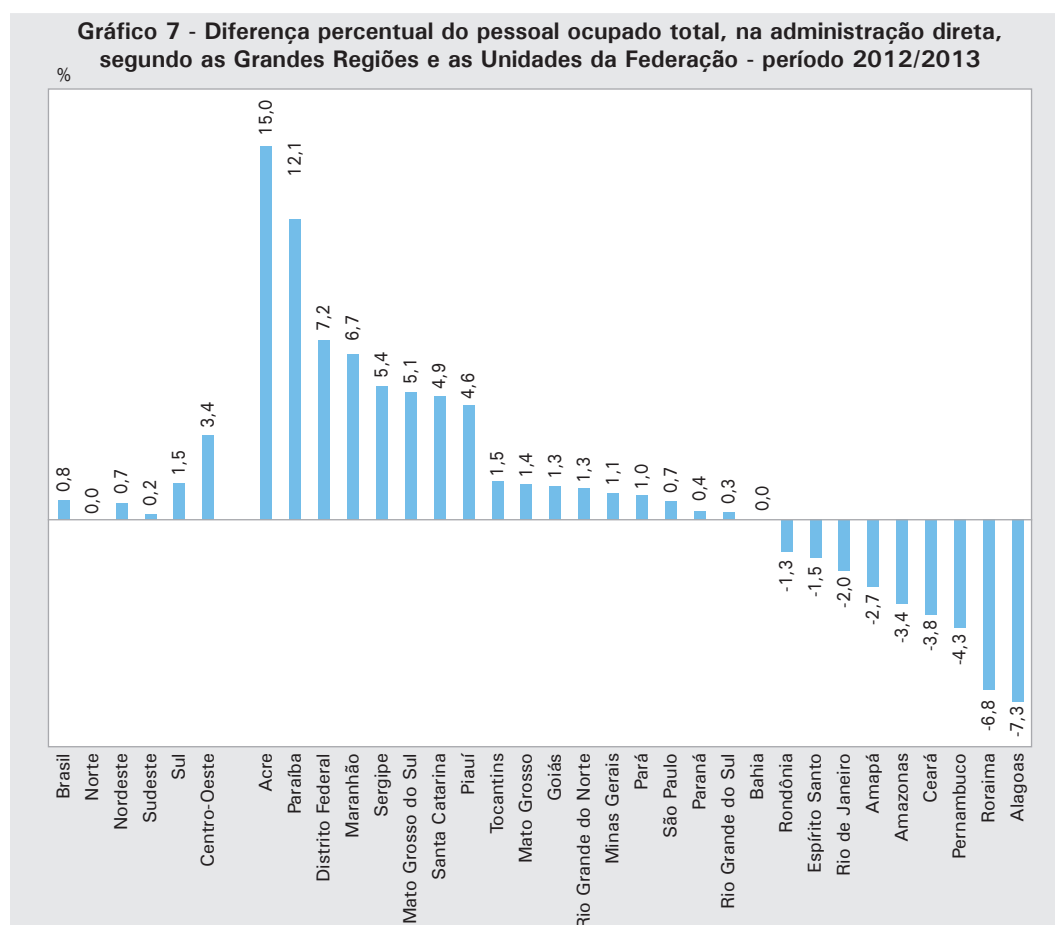
Grandes Regiões e Unidades da Federação	Pessoal ocupado na administração						Estimativa da população (1)
	Total		Direta		Indireta		
	Absoluto	Percentual (%)	Absoluto	Percentual (%)	Absoluto	Percentual (%)	
Brasil (2)	6 358 130	3,2	6 032 591	94,9	325 539	5,1	201 032 714
Norte	581 588	3,4	573 023	98,5	8 565	1,5	16 983 484
Rondônia	54 000	3,1	53 467	99,0	533	1,0	1 728 214
Acre	21 234	2,7	20 299	95,6	935	4,4	776 463
Amazonas	113 749	3,0	111 338	97,9	2 411	2,1	3 807 921
Roraima	16 512	3,4	16 264	98,5	248	1,5	488 072
Pará	292 155	3,7	289 108	99,0	3 047	1,0	7 969 654
Amapá	18 426	2,5	18 166	98,6	260	1,4	734 996
Tocantins	65 512	4,4	64 381	98,3	1 131	1,7	1 478 164
Nordeste (2)	2 008 459	3,6	1 956 995	97,4	51 464	2,6	55 794 707
Maranhão	283 517	4,2	279 189	98,5	4 328	1,5	6 794 301
Piauí	126 914	4,0	114 927	90,6	11 987	9,4	3 184 166
Ceará	310 583	3,5	302 800	97,5	7 783	2,5	8 778 576
Rio Grande do Norte	125 971	3,7	124 031	98,5	1 940	1,5	3 373 959
Paraíba	174 640	4,5	171 136	98,0	3 504	2,0	3 914 421
Pernambuco	282 103	3,1	275 057	97,5	7 046	2,5	9 208 550
Alagoas	113 140	...	2 596	...	3 300 935
Sergipe	77 255	3,5	75 183	97,3	2 072	2,7	2 195 662
Bahia	511 774	3,4	501 532	98,0	10 242	2,0	15 044 137
Sudeste	2 330 904	2,8	2 143 601	92,0	187 303	8,0	84 465 570
Minas Gerais	686 070	3,3	660 236	96,2	25 834	3,8	20 593 356
Espírito Santo	137 414	3,6	135 340	98,5	2 074	1,5	3 839 366
Rio de Janeiro	446 887	2,7	375 040	83,9	71 847	16,1	16 369 179
São Paulo	1 060 533	2,4	972 985	91,7	87 548	8,3	43 663 669
Sul	864 525	3,0	820 379	94,9	44 146	5,1	28 795 762
Paraná	332 736	3,0	317 959	95,6	14 777	4,4	10 997 465
Santa Catarina	217 080	3,3	209 124	96,3	7 956	3,7	6 634 254
Rio Grande do Sul	314 709	2,8	293 296	93,2	21 413	6,8	11 164 043
Centro-Oeste	572 460	3,8	538 399	94,1	34 061	5,9	14 993 191
Mato Grosso do Sul	96 455	3,7	90 822	94,2	5 633	5,8	2 587 269
Mato Grosso	106 247	3,3	104 759	98,6	1 488	1,4	3 182 113
Goias	224 918	3,5	208 902	92,9	16 016	7,1	6 434 048
Distrito Federal	144 840	5,2	133 916	92,5	10 924	7,5	2 789 761

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013.

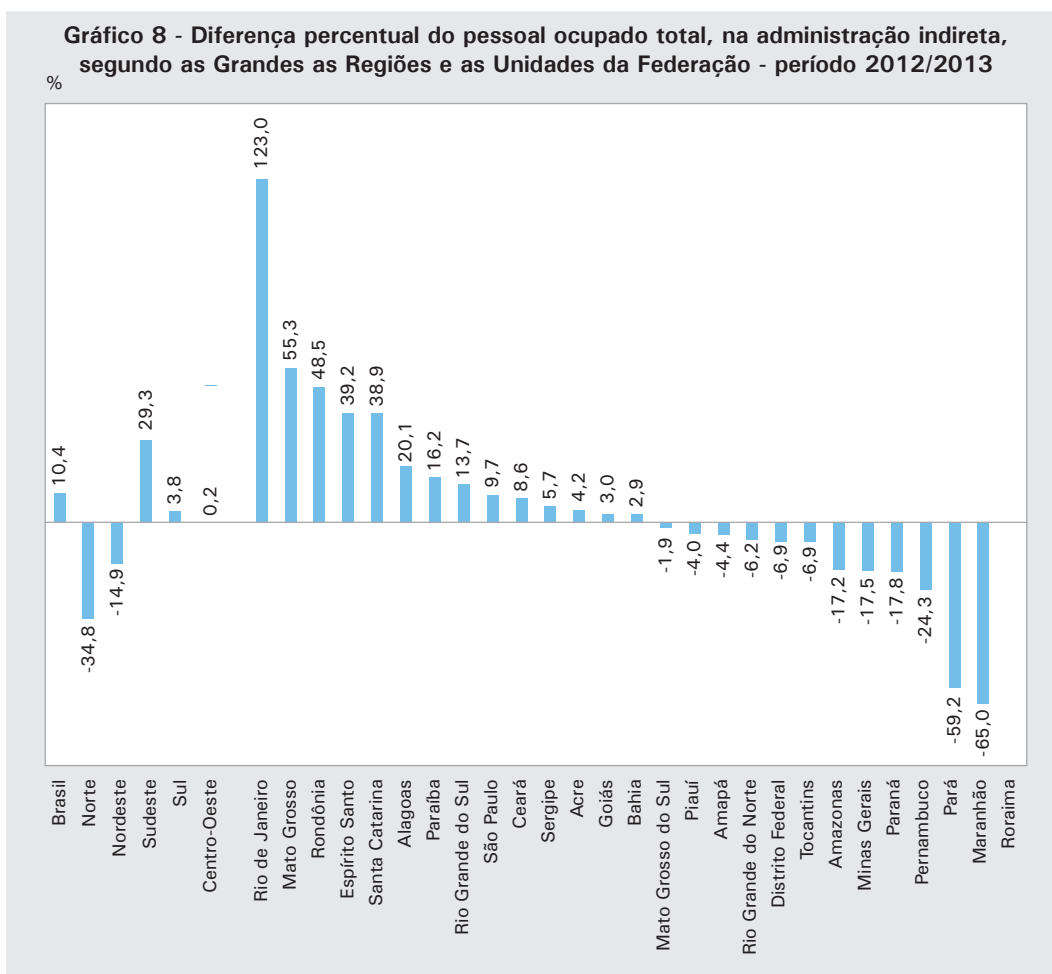
(1) População estimada para 1º de julho, série revisada. (2) Excluído os dados de Alagoas.

Na comparação entre 2013 e 2012, no País, verifica-se pequeno aumento de 0,8% no quadro do pessoal ocupado na administração direta, correspondendo ao incremento absoluto de 47 343 pessoas. As Regiões Centro-Oeste (3,4%) e Sul (1,5%) registraram os dois maiores percentuais em relação às outras Grandes Regiões. No que diz respeito às Unidades da Federação, o Estado do Acre, com 15,0%, apresentou o maior índice percentual de aumento, e, em proporções menores de aumento no conjunto do montante dos servidores ocupados, destacavam-se o Estado da Paraíba (12,1%) e o Distrito Federal (7,2%). Em contrapartida, os maiores decréscimos foram constatados nos Estados de Alagoas (-7,3%), Roraima (-6,8%) e Pernambuco (-4,3%).

De forma diferenciada, percebe-se o incremento de 10,4% no montante do conjunto dos servidores da administração indireta. Entre as Grandes Regiões, a Sudeste (29,3%) apresentou o maior percentual de aumento no conjunto de servidores ocupados. Por outro lado, o maior declínio foi verificado na Região Nordeste, que registrou um decréscimo de 34,8%. No que tange aos Estados, o Rio de Janeiro, com 123,0%, se destacou com o maior expoente de aumento (o município do Rio de Janeiro foi o maior responsável por este aumento na região, pois no ano de 2012 foi informado equivocadamente a não existência de administração indireta neste município), sendo pontuado em seguida por Mato Grosso (55,3%), Rondônia (48,5%), Espírito Santo (39,2%), Santa Catarina (38,9%) e Alagoas (20,1%). As maiores quedas foram observadas nos Estados do Maranhão (-65,0%), do Pará (-59,2%) e de Pernambuco (-24,3%) (Gráficos 7 e 8).



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2012-2013.



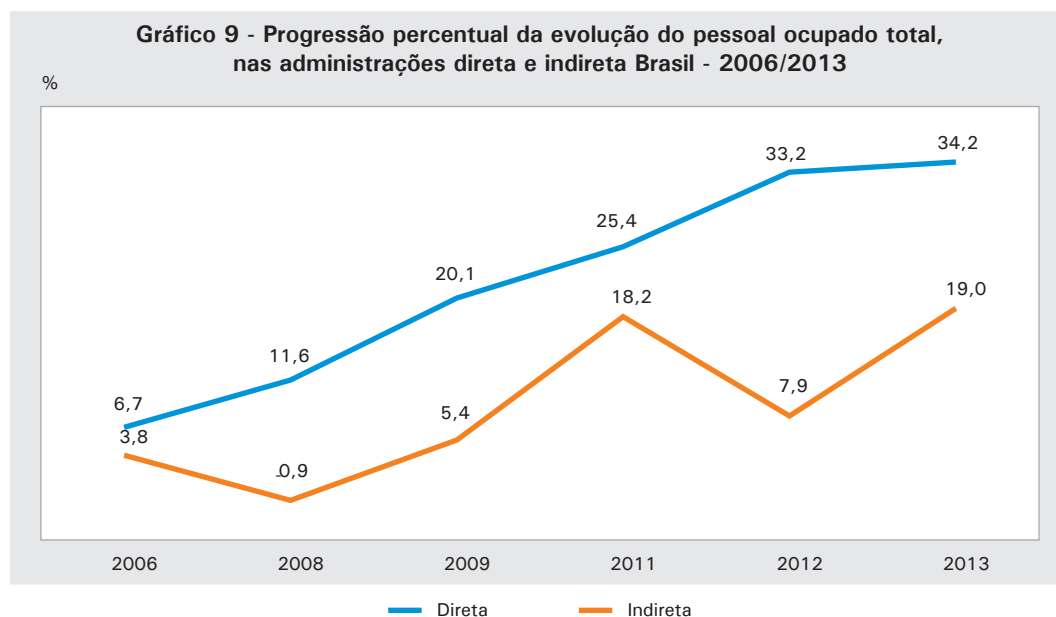
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2012-2013.

Nas últimas décadas, os serviços públicos e privados passaram a ser continuamente ajustados às demandas e necessidades da economia e da sociedade, seja ela mundial, regional ou local, atualmente dotada de hábitos mutáveis e exigentes de acordo com as leis do mercado.

A cultura organizacional das empresas tem sofrido forte impacto em decorrência das diversas exigências do mundo exterior, que passou, não só a intensificar a remodelação de seus serviços, produtos e estrutura organizacional como também a privilegiar a gestão de pessoas dotadas de conhecimentos e capacidades decisórias voltadas para o futuro e o destino da organização. Isso significa que as empresas estão se reestruturando, se adaptando e se redefinindo, à medida que os seus objetivos vão sendo moldados, conquistados e superados, em termos de flexibilidade organizacional.

Em vistas a tais enfrentamentos, as informações da MUNIC para os períodos de 2005, 2006, 2008, 2009, 2011 e 2013, no País, evidenciaram que o quantitativo de recursos humanos nas administrações direta e indireta, ao longo dos anos, tem apresentado contínuo aumento no conjunto de pessoal ocupado naquelas administrações. Tendo como base o ano de 2005, pode-se perceber que essa evolução tem sido progressiva, tanto na administração direta, como na indireta; entretanto, com montantes de pessoas ocupadas, em média 16 vezes

maiores em valores absolutos, na administração direta. Em 2005, esses totais representavam 4 494 154 pessoas na administração direta, e 273 448 pessoas na administração indireta. Em 2013, esses montantes variaram em 34,2%, com valor absoluto totalizando 6 032 591 pessoas ocupadas na administração direta, e 19,0% totalizado por 325 539 pessoas que exerciam atividades laborais na administração indireta. Ressalta-se, ainda, que essa evolução foi progressivamente maior na administração direta do que na indireta. Esta última apresentou, em 2008, uma queda de 0,9% no total do conjunto do pessoal ocupado.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2006/2013.

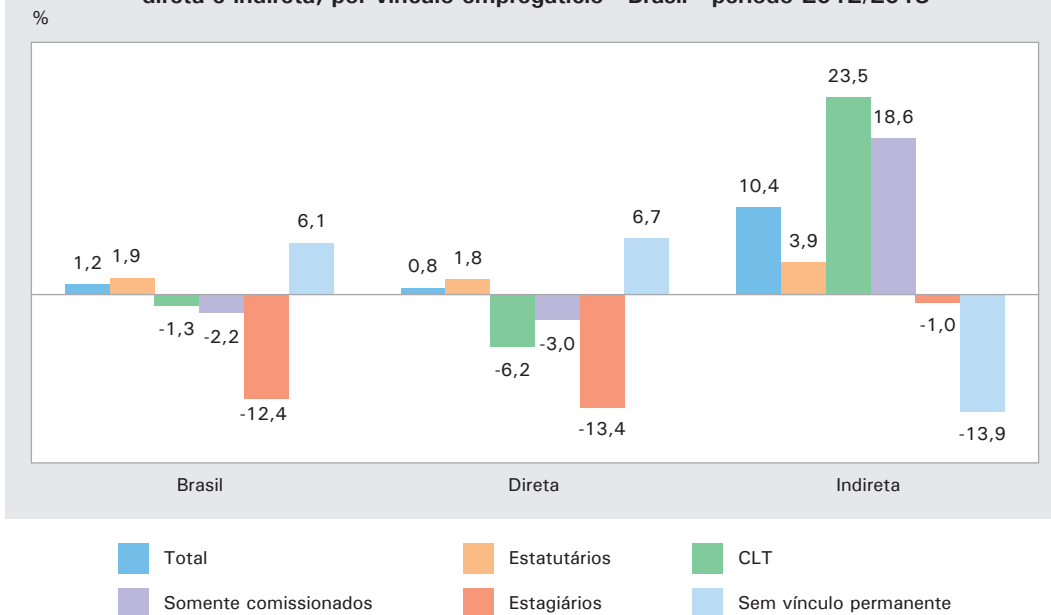
Nota: Considera-se 2005 como ano de referência.

No período 2012-2013, as informações da MUNIC destacaram que o quantitativo de recursos humanos nas administrações direta e indireta aumentou percentualmente em 1,2%, totalizado por mais 77 917 pessoas, com destaque de 6,1% entre aquelas pessoas sem vínculo permanente, e em menor intensidade (1,9%) na categoria dos servidores estatutários. Por outro lado, verificam-se decréscimos percentuais mais intensos nos conjuntos dos estagiários (-12,4%); dos funcionários somente comissionados (-2,2%); e pelos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT (-1,3%).

Na administração direta, o maior incremento (6,7%) foi registrado entre o conjunto das pessoas sem vínculo permanente, que passou a ser constituído, em 2013, por 1 092 803 pessoas. Observa-se que os maiores decréscimos foram verificados entre as classes dos estagiários (-13,4%), dos regidos pela CLT (-6,2%), e dos somente comissionados (-3,0%).

Na administração indireta, observa-se o expressivo acréscimo de 23,5% no conjunto de funcionários regidos pela CLT, totalizando, em 2013, o montante de 139 695 pessoas. Aumento também percebido, notadamente, entre as categorias dos servidores somente comissionados (18,6%) e dos estatutários (3,9%). Apenas os contingentes das pessoas sem vínculo permanente (-13,9%) e os estagiários (-1,0%) registraram decréscimos percentuais na administração indireta (Gráfico 10).

Gráfico 10 - Diferença percentual do pessoal ocupado, nas administrações direta e indireta, por vínculo empregatício - Brasil - período 2012/2013

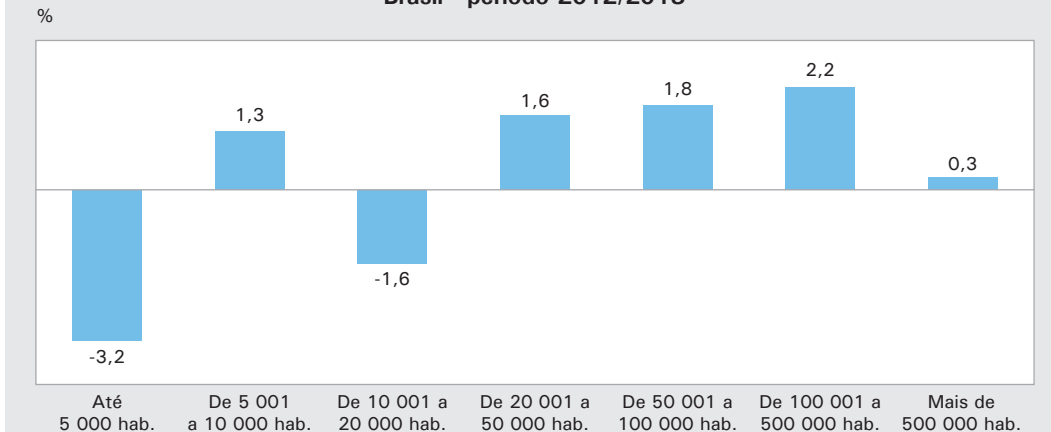


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2012-2013.

Administração direta

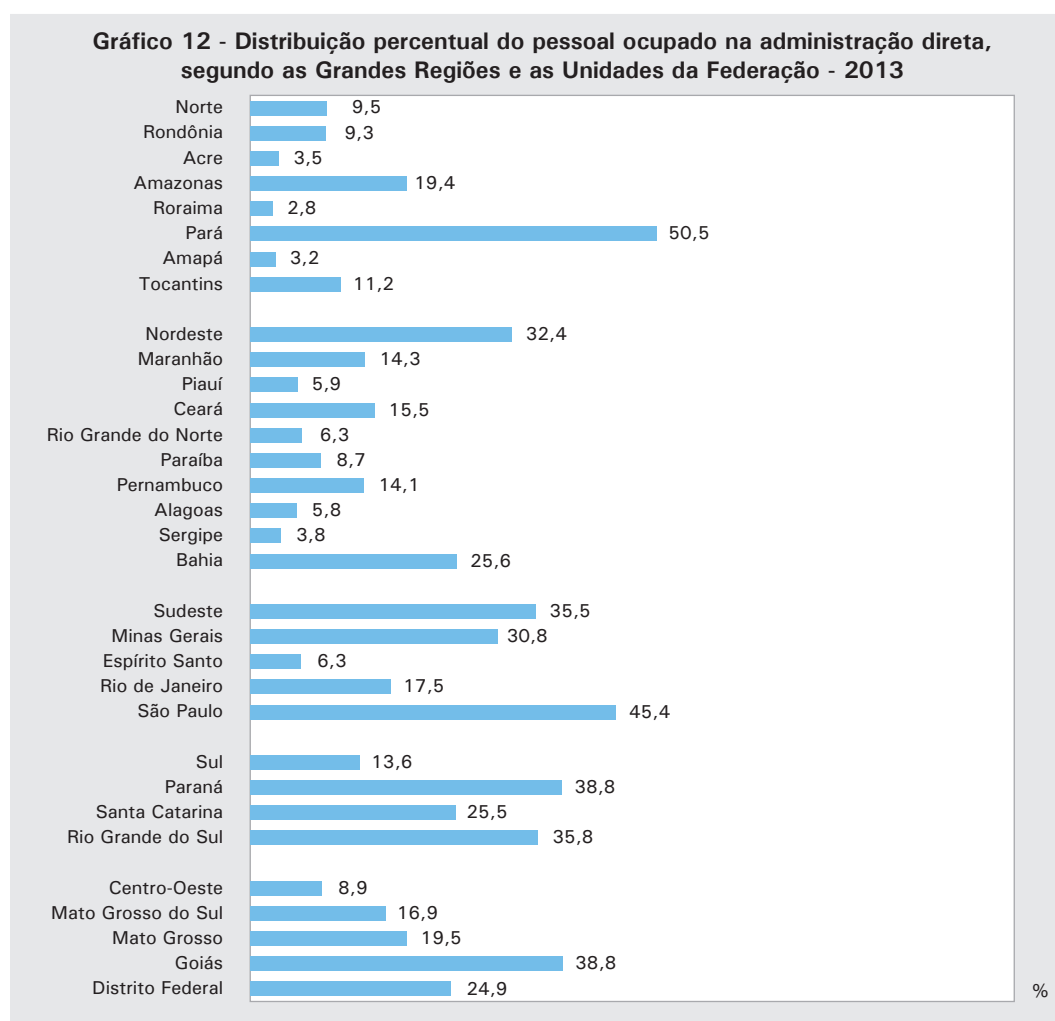
Considerando-se, no período 2012-2013, as classes de tamanho da população dos municípios e as faixas em que descreveram os maiores crescimentos médios em relação ao total de servidores ocupados, destacaram-se as de portes populacionais compreendidos nas faixas de 100 001 a 500 000 e de 50 001 a 100 000 habitantes, com 2,2% e 1,8% de aumento, respectivamente. O menor crescimento médio foi observado na categoria dos municípios de mais de 500 000 habitantes, que pontuou 0,3%. Verifica-se também que os maiores decréscimos médios foram percebidos nas classes até 5 000 habitantes (-3,2%) e de 10 001 a 20 000 habitantes (-1,6%). (Gráfico 11).

Gráfico 11 - Evolução do total de servidores da administração direta, segundo as classes de tamanho da população dos municípios Brasil - período 2012/2013



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2012-2013.

No que tange às Grandes Regiões, os dados da MUNIC 2013 revelaram também que as maiores concentrações de pessoas ocupadas na administração direta se encontravam nas Regiões Sudeste e Nordeste, que registravam os percentuais de 35,5% e 32,4%, respectivamente, e em proporções menores observadas nas Regiões Sul, com 13,6%, Norte, com 9,5%, e Centro-oeste, com 8,9%. Entre as Unidades da Federação que detinham os maiores montantes de pessoas ocupadas, destacavam-se os Estados do Pará (50,5%), de São Paulo (45,4%), do Paraná e de Goiás (38,8%). Inversamente, os menores percentuais foram percebidos nos Estados de Roraima (2,8%), do Amapá (3,2%), do Acre (3,5%) e de Sergipe (3,8%), conforme demonstrado no Gráfico 12.

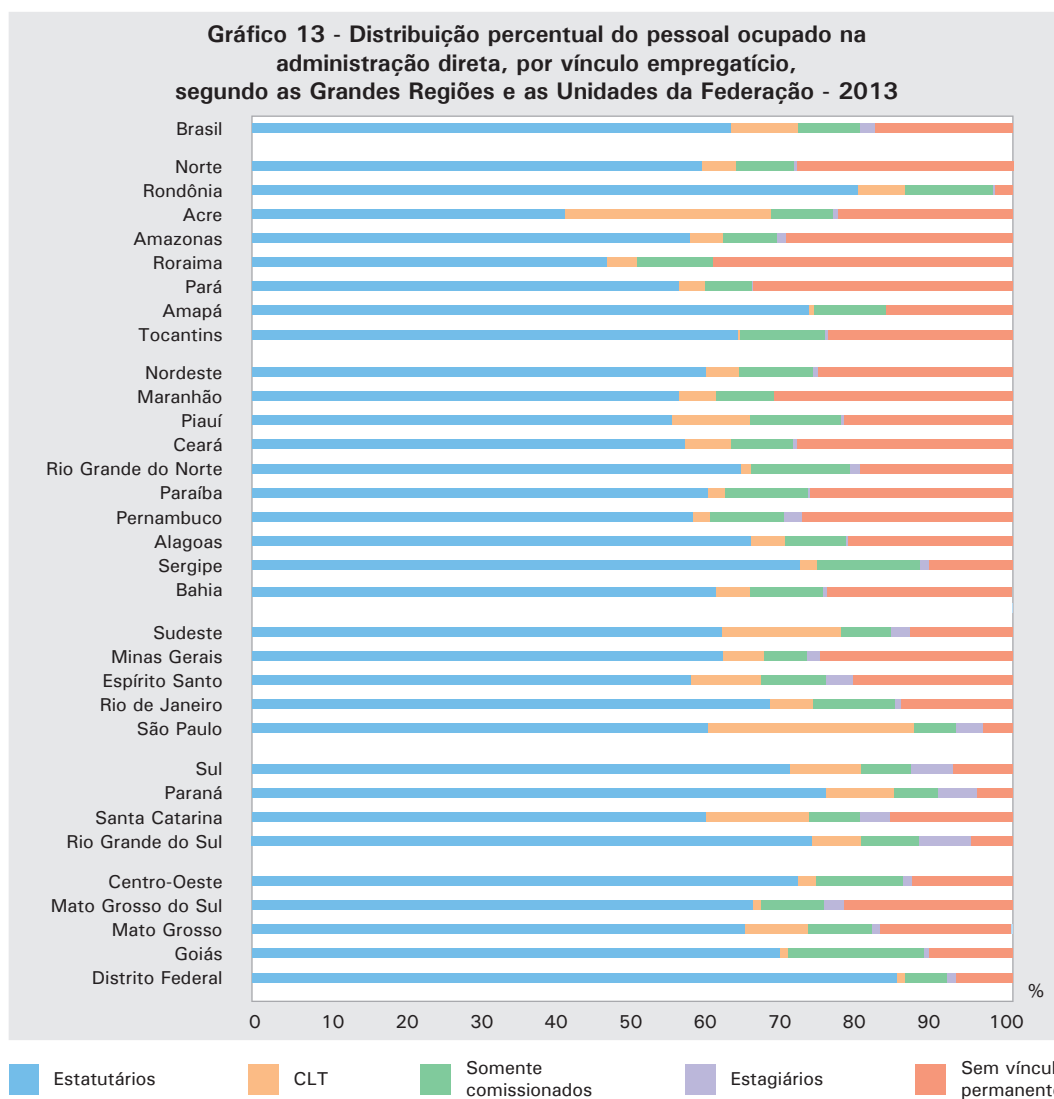


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013.

Constata-se que o quadro de recursos humanos da administração direta, no País, em 2013, era composto, em sua maioria, por servidores estatutários que abrangiam o montante absoluto de 3 816 102 pessoas, representando 63,0% do total. Os resultados confirmaram também que a segunda maior modalidade contratual era a de pessoal sem vínculo permanente, a qual correspondia a 18,0%, ou seja, 1 092 803 pessoas. Os regidos pela CLT, com 8,8%, os servidores somente comissionados, com 8,1%, e os estagiários, com 2,0%, totalizavam, nessas três categorias, o montante de 1 149 002 pessoas.

Com relação às Grandes Regiões, os maiores percentuais de concentração da categoria dos servidores estatutários ficaram evidenciados nas Regiões Centro-Oeste, com 71,7%, e Sudeste, com 70,8%. Nota-se também que o Distrito Federal se destacava por abarcar o maior contingente de servidores estatutários, registrando 84,8%. Entre as Unidades da Federação, figuravam os Estados de Rondônia, com 79,7%, e do Paraná, com 75,5%. Os menores percentuais se encontravam nos Estados do Acre (41,2%) e de Roraima (46,7%).

Os resultados da pesquisa permitiram ainda constatar que as pessoas sem vínculo permanente constituíam expressivas proporções do conjunto de empregados na administração direta. Entre as Grandes Regiões, destacavam-se os percentuais mais significativos nas Regiões Norte, com 28,4%, e Centro-Oeste, com 25,5%. Para o conjunto das Unidades da Federação, essa prevalência percentual foi percebida nos Estados de Roraima, com 39,4%; do Pará, com 34,2%; do Maranhão, com 31,3%; e do Amazonas, com 29,7% (Gráfico 13).



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013.

Notadamente, ressalta-se que a categoria dos estatutários se destacou, ao longo dos anos, como a classe profissional de maior contingente de pessoas ocupadas, girando, em média, acima de 60% de contratações laborais na administração direta (Tabela 3).

Tabela 3 - Evolução do total de pessoal ocupado na administração direta, segundo vínculo empregatício - Brasil - 2005/2013

Ano	Pessoal ocupado na administração direta						
	Total	Estatutário		CLT		Somente comissionados	
		Absoluto	Percentual (%)	Absoluto	Percentual (%)	Absoluto	Percentual (%)
2005	4 494 154	2 876 485	64,0	513 722	11,4	380 629	8,5
2006	4 794 844	2 916 763	60,8	532 112	11,1	422 831	8,8
2008	5 015 729	3 186 773	63,5	534 146	10,6	443 727	8,8
2009	5 398 236	3 355 848	62,2	570 070	10,6	446 541	8,3
2011	5 637 624	3 592 240	63,7	537 731	9,5	489 019	8,7
2012	5 985 248	3 746 899	62,6	569 543	9,5	507 760	8,5
2013	6 032 591	3 816 102	63,0	534 032	8,8	492 538	8,1

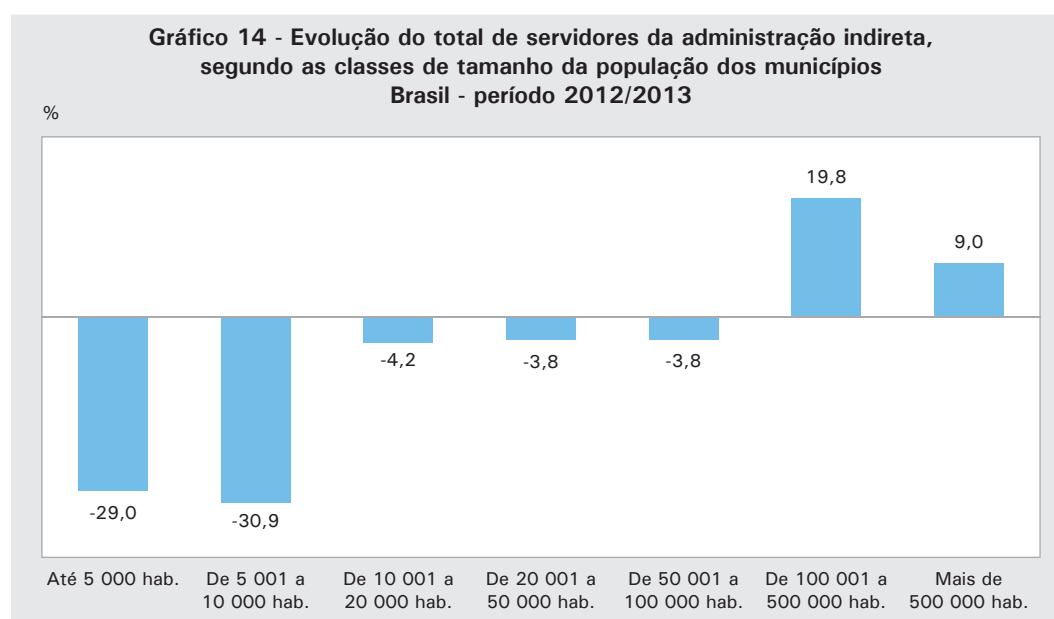
Ano	Pessoal ocupado na administração direta					
	Estagiários		Sem vínculo permanente		Sem declaração	
	Absoluto	Percentual (%)	Absoluto	Percentual (%)	Absoluto	Percentual (%)
2005	(1) 723 318	16,1	-	-
2006	(1) 921 640	19,2	1 498	0,0
2008	92 905	1,9	757 707	15,1	471	0,0
2009	114 975	2,1	909 199	16,8	1 603	0,0
2011	117 539	2,1	906 477	16,1	-	-
2012	141 444	2,4	1 024 275	17,1	-	-
2013	122 432	2,0	1 092 803	18,0	-	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2005/2013.

(1) Inclusive os estagiários.

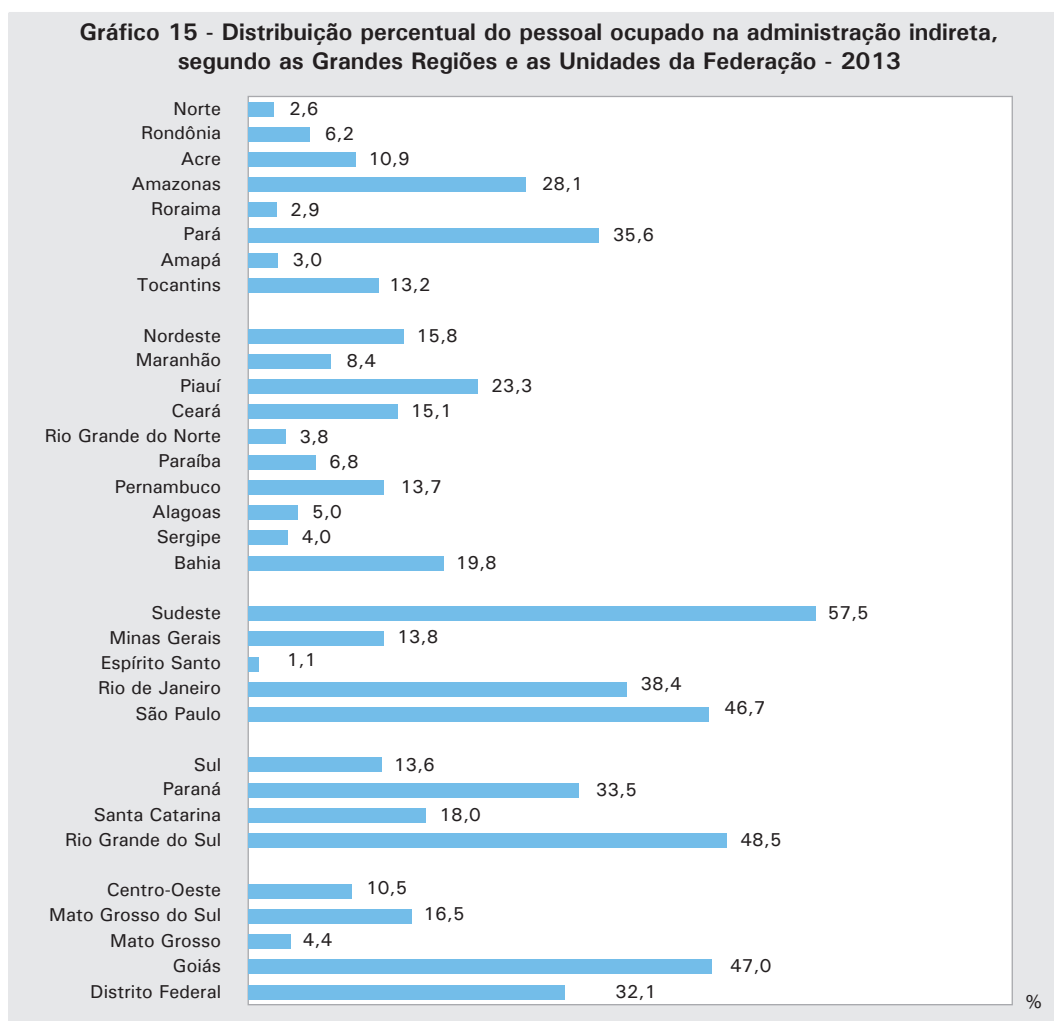
Administração indireta

Chama a atenção, ao verificar-se, no período 2012-2013, a classe de tamanho da população dos municípios de 100 001 a 500 000 habitantes, como a que apresentou o maior crescimento médio do total de servidores ocupados, pontuando o aumento percentual de 19,8%, seguida da categoria de mais de 500 000 habitantes, registrando 9,0%. Por outro lado, destacam-se também decréscimos médios acentuados nas classes de aporte de 5 001 a 10 000 habitantes (-30,9%) e até 5 000 habitantes (-29,0%), bem como declínios menos pronunciados nas classes: 10 001 a 20 000 habitantes (-4,2%), 20 001 a 50 000 habitantes e 50 001 a 100 000 habitantes (-3,8% em ambas) (Gráfico 14).



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2012-2013.

Os dados da MUNIC 2013 mostraram que a maior concentração de pessoas ocupadas na administração indireta se encontrava na Região Sudeste, que registrava o percentual de 57,5%, e, em proporções menores, nas Regiões Nordeste, com 15,8%; Sul, com 13,6%; e Centro-Oeste, com 10,5%. Comparativamente dentre cada uma das Grandes Regiões, as Unidades da Federação que detinham as maiores concentrações de servidores ocupados eram os Estados do Rio Grande do Sul (48,5%), de Goiás (47,0%) e de São Paulo (46,7%). Em sentido contrário, observam-se os menores percentuais pontuados pelos Estados do Espírito Santo (1,1%), de Roraima (2,9%), do Amapá (3,0%), do Rio Grande do Norte (3,8%), de Sergipe (4,0%), do Mato Grosso (4,4%) e de Alagoas (5,0%), como demonstra o Gráfico 15.

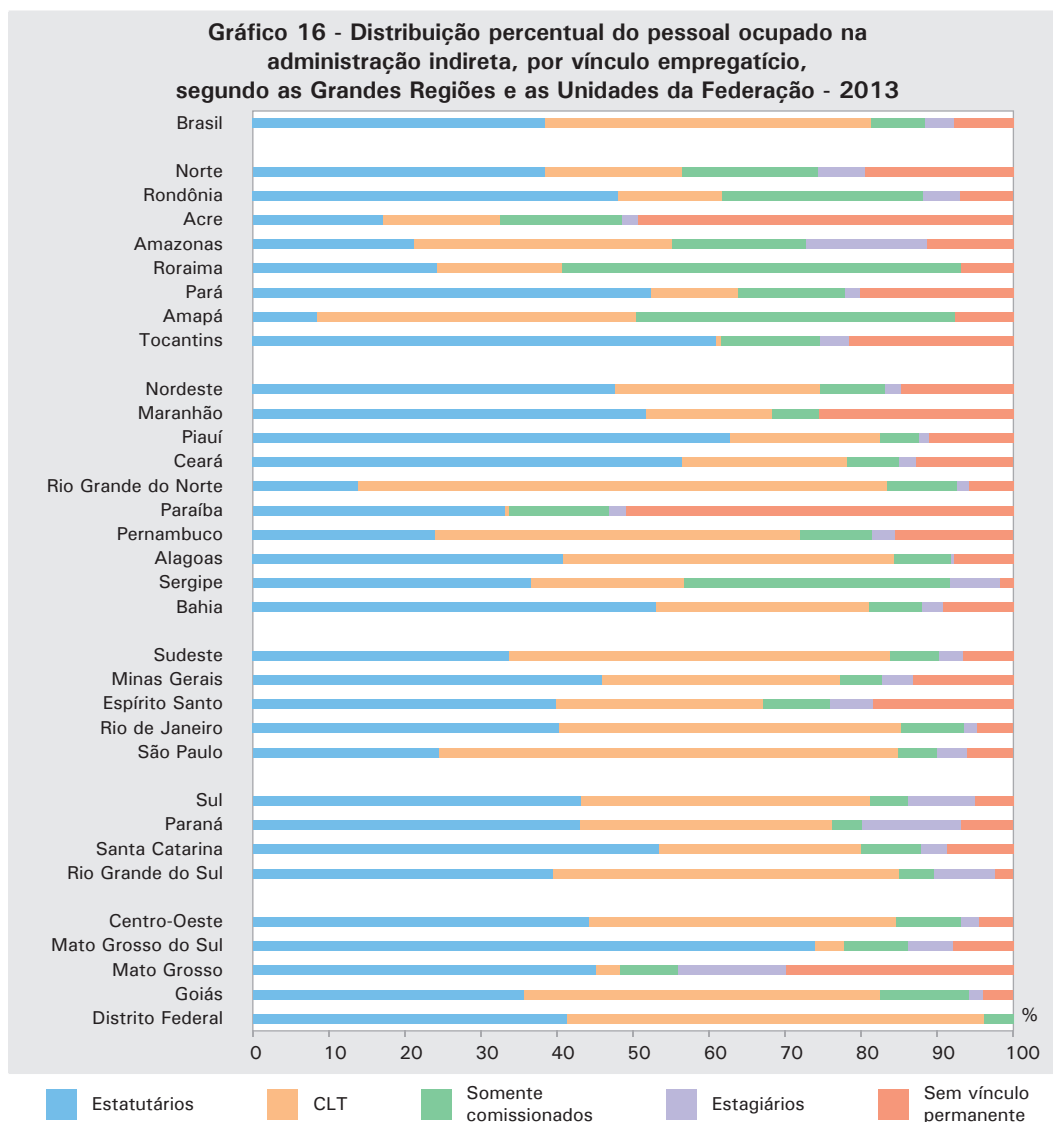


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013.

Em 2013, verifica-se que o quadro de recursos humanos da administração indireta, no País, era constituído em sua maioria pela categoria dos regidos pela CLT, que somavam 139 695 servidores, representando 42,9% do pessoal ocupado. Os resultados confirmaram também que a segunda maior modalidade contratual era o conjunto dos servidores estatutários, que correspondia a 38,4%, ou seja, 125 089 pessoas. Os servidores sem vínculo permanente perfaziam 7,8%, os somente comissionados (7,1%), e os estagiários (3,8%), totalizando, nessas três categorias, o montante de 60 755 pessoas.

Constata-se que os maiores percentuais de concentração da categoria dos servidores celetistas encontravam-se na Região Sudeste, com 50,1%, vindo em seguida as Regiões Centro-Oeste, com 40,3%; Sul, com 37,9%; Nordeste, com 27,1%; e Norte, com 18,0%. Percebe-se também que, entre as Unidades da Federação que abarcavam os maiores contingentes de servidores celetistas, se destacavam os Estados do Rio Grande do Norte (69,6%) e de São Paulo (60,2%), e ainda o Distrito Federal (54,7%), enquanto os menores percentuais se encontravam nos Estados da Paraíba (0,5%) e de Tocantins (0,7%). Conseqüentemente, estas duas Unidades da Federação detinham maiores concentrações de pessoas ocupadas em outras categorias trabalhistas, quais sejam: no Estado da Paraíba, 50,9% pertenciam à classe das pessoas sem vínculo permanente e, no Estado de Tocantins, 60,9% constituíam o conjunto de funcionários estatutários.

As informações permitiram ainda observar que os servidores estatutários constituíam expressivas proporções do conjunto de empregados em seis Unidades da Federação, representadas pelos Estados do Mato Grosso (74,0%), do Piauí (62,8%), do Ceará (56,4%), de Santa Catarina (53,4%), da Bahia (53,0%) e do Pará (52,4%), como demonstra o Gráfico 16.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013.

Notadamente, observa-se que os servidores regidos pela CLT se destacaram, ao longo dos anos, como a classe profissional de maior contingente de pessoas ocupadas, girando, em média, acima de 40 pontos percentuais de contratações laborais na administração indireta (Tabela 4).

Tabela 4 - Evolução do total de pessoal ocupado na administração indireta, segundo vínculo empregatício - Brasil - 2005/2013

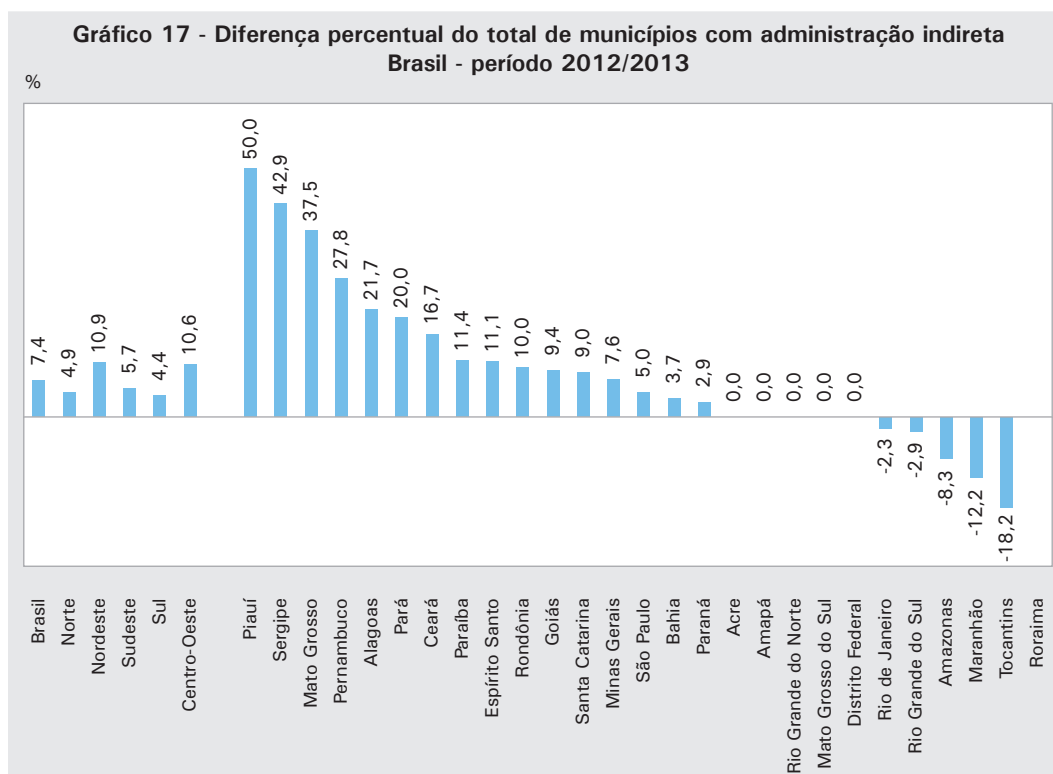
Ano	Pessoal ocupado na administração indireta						
	Total	Estatutário		CLT		Somente comissionados	
		Absoluto	Percentual (%)	Absoluto	Percentual (%)	Absoluto	Percentual (%)
2005	273 448	93 199	34,1	128 809	47,1	18 374	6,7
2006	283 834	94 606	33,3	138 383	48,8	19 607	6,9
2008	270 988	99 606	36,8	116 660	43,0	18 386	6,8
2009	288 157	93 766	32,5	140 064	48,6	18 286	6,3
2011	323 165	127 641	39,5	133 707	41,4	22 792	7,1
2012	294 965	120 427	40,8	113 146	38,4	19 398	6,6
2013	325 539	125 089	38,4	139 695	42,9	23 011	7,1

Ano	Pessoal ocupado na administração indireta					
	Estagiários		Sem vínculo permanente		Sem declaração	
	Absoluto	Percentual (%)	Absoluto	Percentual (%)	Absoluto	Percentual (%)
2005	33 066	12,1	-	-
2006	31 238	11,0	-	-
2008	10 735	4,0	25 599	9,4	2	0,0
2009	11 066	3,8	25 439	8,8	-	-
2011	11 169	3,5	27 745	8,6	111	0,0
2012	12 386	4,2	29 589	10,0	19	0,0
2013	12 263	3,8	25 481	7,8	-	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2005/2013.

(1) Inclusive os estagiários.

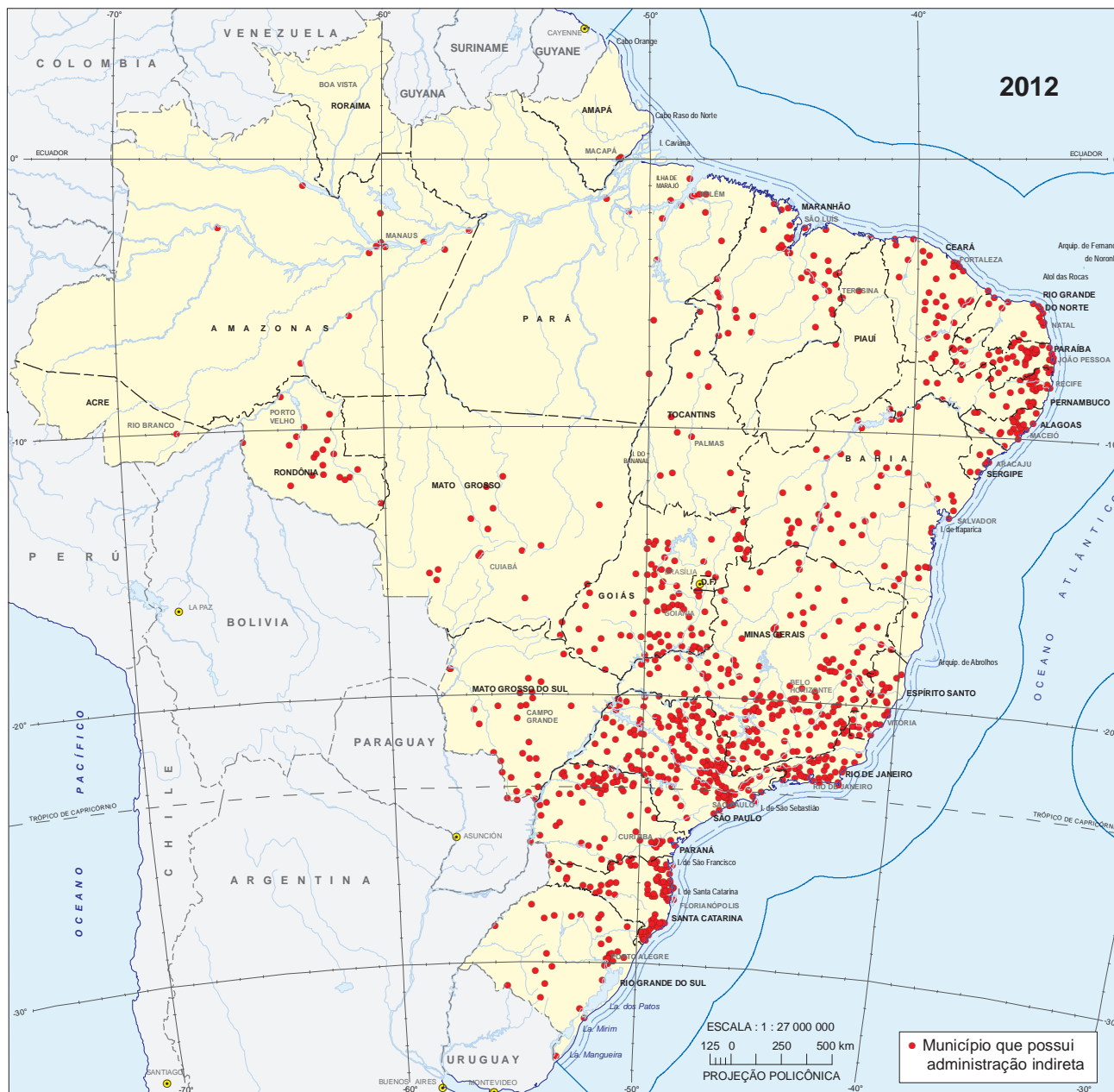
É interessante mencionar que o total do conjunto de municípios que apresentavam administração indireta, no período 2012-2013, revelou um acréscimo de 7,4%, passando a totalizar 1 109 municípios. Entre as Grandes Regiões, a Nordeste, com 10,9%, e a Centro-Oeste, com 10,6%, se sobressaíram das demais com os maiores percentuais de aumento do número de municípios que exerciam atividades na administração indireta. No que tange às Unidades da Federação, destacavam-se os Estados do Piauí (50,0%), Sergipe (42,9%), Mato Grosso (37,5%) e Pernambuco (27,8%), evidenciando os maiores índices de aumento. Por outro lado, os menores declínios percentuais foram constatados nos Estados de Tocantins (-18,2%), Maranhão (-12,2%) e Amazonas (-8,3%) (Gráfico 17).



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2012-2013.

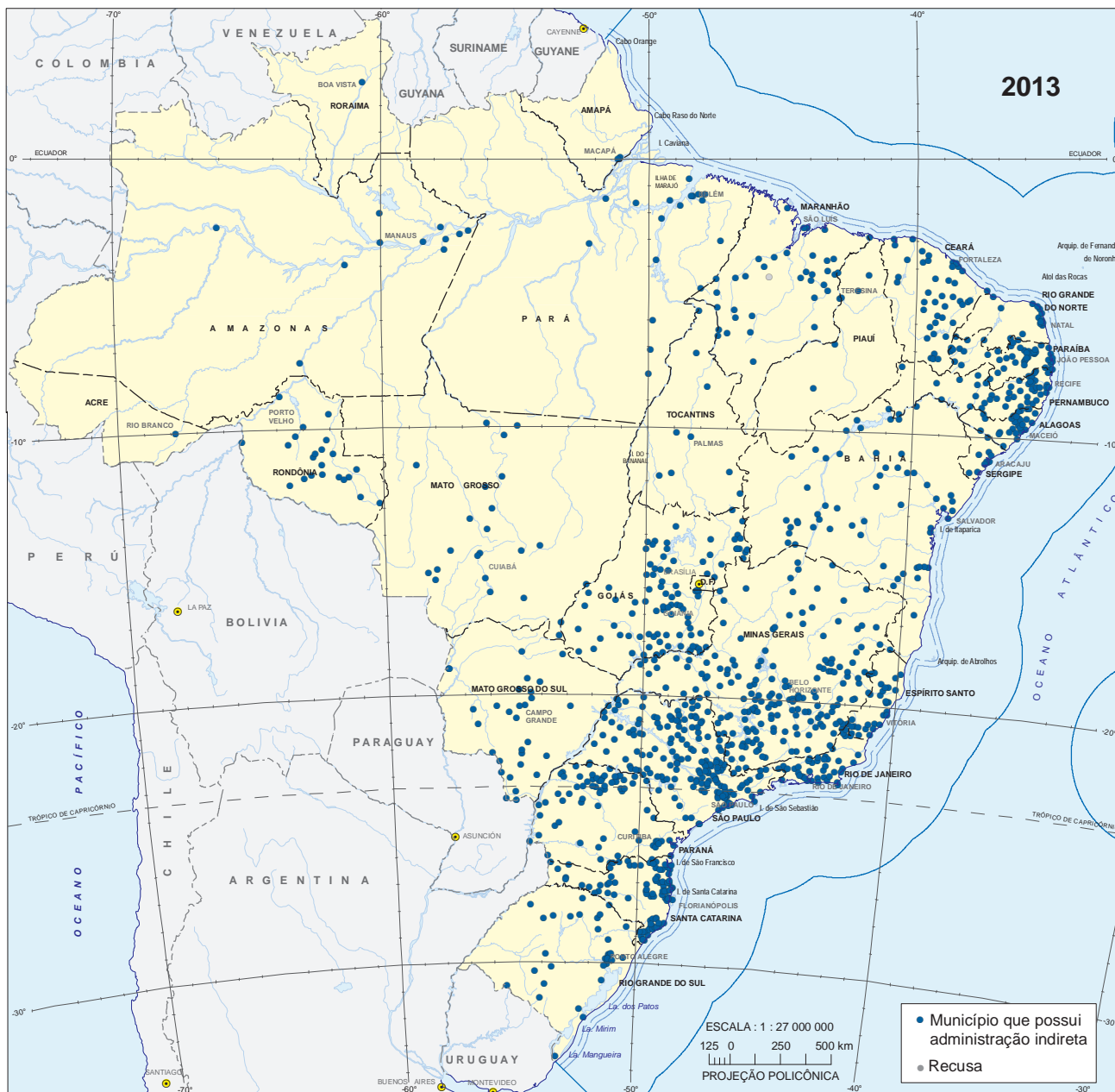
No que diz respeito às maiores concentrações de municípios com administração indireta, observa-se que, em 2012, as Regiões Sudeste, com 38,8%, e Nordeste, com 25,0%, detinham os maiores montantes, fenômeno novamente recorrente em 2013, no qual as Regiões Sudeste e Nordeste registraram 38,2% e 25,5%, respectivamente. Entre as Unidades da Federação, em 2013, as maiores concentrações de municípios, em números absolutos, foram verificadas nos Estados de Minas Gerais, com 183; de São Paulo, 169; de Goiás, com 93; de Santa Catarina, com 85; e do Paraná, com 71 municípios com administração indireta (Cartogramas 8 e 9 e Tabelas de resultados 9 e 10).

Cartograma 8 - Municípios com administração indireta - Brasil - 2012



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013 e Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia.

Cartograma 9 - Municípios com administração indireta - Brasil - 2013



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013 e Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia.

Legislação e instrumentos de planejamento

O processo desencadeado a partir da Constituição Federal do Brasil, de 1988, que indicava a necessidade de descentralização administrativa e uma maior autonomia por parte dos entes municipais culminou com a regulamentação do capítulo de política urbana (Art.182 e 183) da Carta Magna, através do Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257, de 10.07.2001) (BRASIL, 2001).

O Art. 182 da Constituição Federal dispõe que a política urbana é responsabilidade do município e deve garantir as funções sociais da cidade e o desenvolvimento dos cidadãos. Estabelece, ainda, que o Plano Diretor Municipal é o instrumento básico do ordenamento territorial urbano, devendo definir qual deve ser o uso e as características de ocupação de cada porção do território municipal, fazendo com que todos os imóveis cumpram sua função social.

O Art. 183 da Constituição Federal, por sua vez, trata da aquisição da propriedade pelo ocupante de imóvel urbano, que a utiliza para sua moradia ou de sua família. Com esse dispositivo, garante-se o direito de propriedade àquele que, de fato, dá a ela uma destinação compatível com sua vocação legal.

A Pesquisa de Informações Básicas Municipais - MUNIC 2013 investigou a existência de instrumentos de política urbana, discriminados no Estatuto da Cidade e que, junto com o Plano Diretor, têm por meta regular o uso e a ocupação do solo urbano.

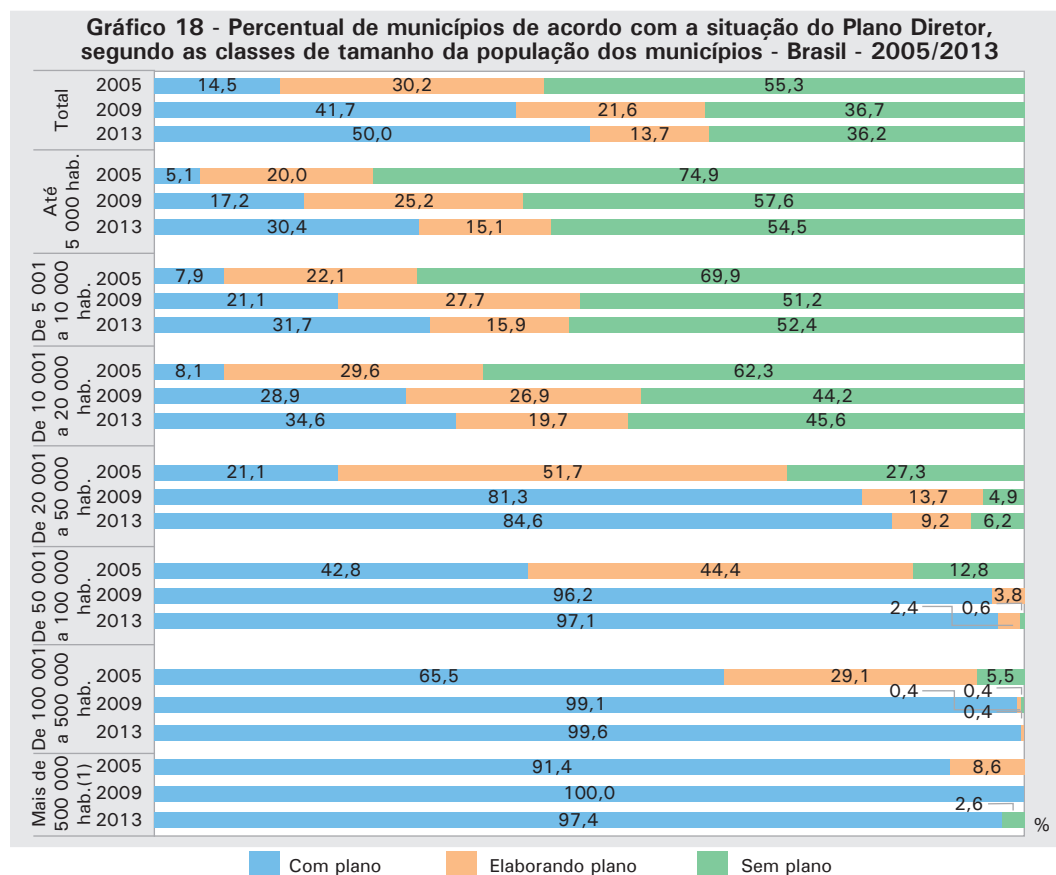
O Plano Diretor, de documento técnico passou a ser definido pelo Estatuto das Cidades como “um conjunto de princípios e regras orientadoras da ação dos agentes que constroem e utilizam o espaço urbano” (BRASIL, 2002) tornando-se, desse modo, um meio

de debate dos cidadãos na definição de opções de intervenção no território, adquirindo ainda um caráter de atuação mais imediato, com poucos e claros princípios de ação.

O Art. 41 do Estatuto tornava o Plano Diretor obrigatório, até 11.10.2006², aos municípios: a) com mais de 20 000 habitantes; b) que fazem parte de Regiões Metropolitanas e aglomerações urbanas; c) que são integrantes de áreas de especial interesse turístico; e d) que estão situados em áreas de influência de empreendimentos ou têm atividades com significativo impacto ambiental (BRASIL, 2001).

O que se pode perceber por meio da M_{UNIC} 2013 foi um aumento expressivo no percentual de municípios com Planos Diretores no período de 2005 a 2013 no Brasil (Gráfico 18). Mesmo nos municípios com até 20 000 habitantes, foi significativo o aumento dos que elaboraram seus Planos, principalmente no período de 2005 a 2009. No período de 2009 a 2013, nesses municípios, também subiu consideravelmente esse percentual, chegando a mais de 30,0%.

Analisando os dados da pesquisa, percebe-se que a existência de Plano Diretor, no período de 2005 a 2013, era crescente em relação ao porte dos municípios, ou seja, quanto maior a classe de tamanho da população a que pertencam, maior o percentual de municípios com Plano. Enquanto nos municípios com até 5 000 habitantes apenas 5,1%, 17,2% e 30,4%, respectivamente, nos anos de 2005, 2009 e 2013, informaram possuir Plano Diretor, todos os municípios acima de 500 000 habitantes informaram o mesmo desde 2009³ (Gráfico 18).



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2005/2013.

(1) No ano de 2013, duas prefeituras se recusaram a responder à pesquisa, o que influenciou os percentuais, principalmente aqueles correspondentes a classes de tamanho da população com menor número de municípios.

² Data estabelecida em função do prazo de cinco anos contados a partir de 11.10.2001, data da vigência do Estatuto da Cidade.

³ No ano de 2013, o Município de Duque de Caxias, no Estado do Rio de Janeiro, não respondeu à pesquisa.

No conjunto do País, em 2013, 50,0% (2 785) dos municípios declararam ter Plano Diretor, 13,7% (763) estavam elaborando o Plano e 36,2% (2 019) não o possuíam. Este percentual foi mais elevado no grupo de municípios com população até 20 000 habitantes, chegando a 54,5% (680) naqueles com até 5 000 habitantes. A proporção de municípios sem Plano Diretor era bem menor entre aqueles com mais de 20 000 habitantes, onde apenas 4,1% (70) não dispunham desse instrumento (Tabela 5).

Mesmo em 2013, levando-se em conta apenas os municípios com mais de 20 000 habitantes, dos 1 718 que necessitavam elaborar o Plano Diretor, conforme previsto no Estatuto da Cidade, cujo prazo era até outubro de 2006, restaram 178 (10,4%) que ainda não o haviam feito. Destes, no entanto, 108 (6,3%) afirmaram que o Plano estava em elaboração.

Tabela 5 - Municípios com mais de 20 000 habitantes, total e percentual de acordo com a situação do Plano Diretor - Brasil - 2005/2013

Ano	Municípios							
	Total		Com Plano Diretor		Elaborando o Plano Diretor		Sem Plano Diretor	
	Absoluto	Percentual em relação ao total Brasil (%)	Absoluto	Percentual (%)	Absoluto	Percentual (%)	Absoluto	Percentual (%)
2005	1594	28,1	526	33,3	736	46,2	332	20,8
2009	1644	29,5	1433	87,2	158	9,6	53	3,2
2013	1718	30,8	1540	89,6	108	6,3	70	4,1

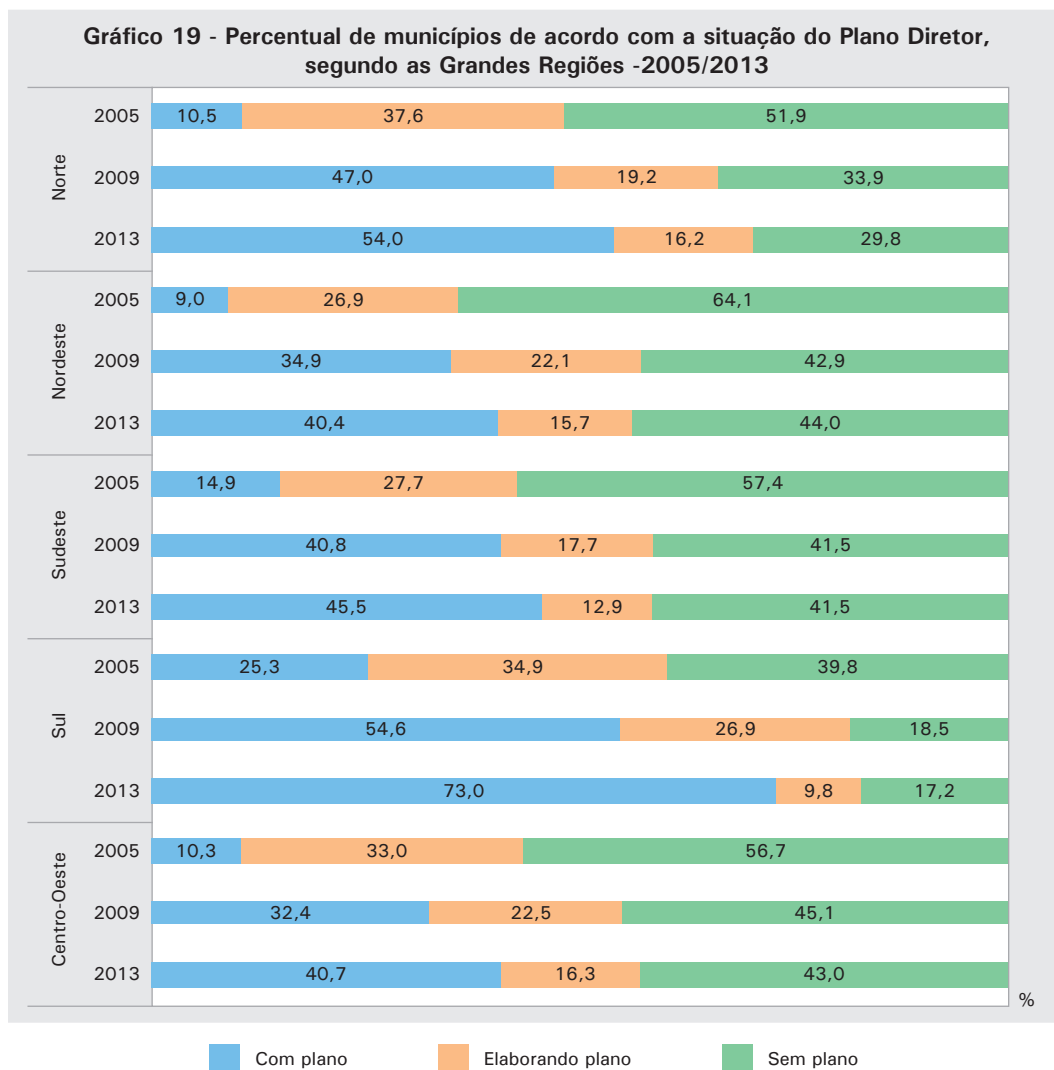
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2005/2013.

No recorte regional, o destaque fica para a Região Sul, que apresentou, no período de 2005 a 2013, os maiores percentuais de municípios com Plano Diretor. O Estado do Paraná, por exemplo, elevou para 92,2% o percentual dos seus municípios com Planos Diretores em 2013. A Região Norte também obteve crescimento significativo nesse sentido, especialmente no Estado do Pará, que tinha 83,3% dos seus municípios com Plano. Amapá e Roraima, por outro lado, não apresentaram variações condizentes com o restante da região.

Na Região Nordeste, assim como na Centro-Oeste, essa variação apresentou uma grande intensidade no período de 2005 a 2009, que não se reproduziu no período de 2009 a 2013, cabendo destacar que nenhum dos estados das Regiões Nordeste e Centro-Oeste registrou resultados significativos, como aqueles observados nas Regiões Sul e Norte, no que diz respeito à existência de Plano Diretor em seus municípios, em 2013. O melhor resultado apresentado foi o do Estado de Pernambuco, com 55,1%. No outro extremo, ficou o Estado do Rio Grande do Norte, com 21,1%. Na Região Centro-Oeste, o destaque foi o Estado do Mato Grosso do Sul, apresentando 41,8% de seus municípios com esse instrumento.

A Região Sudeste, assim como a Nordeste e a Centro-Oeste, apresentou uma grande intensidade de variação no período de 2005 a 2009, que não ocorreu no período de 2009 a 2013, ocupando uma posição intermediária em relação às demais

regiões, com 45,5% dos seus municípios com Planos Diretores, em 2013. Para este ano, cabe destacar o comportamento distinto dos Estados do Rio de Janeiro (76,1%) e do Espírito Santo (75,6%) – que tiveram percentual expressivo de municípios com Planos Diretores –, e do Estado de Minas Gerais (35,1%) – com percentual não tão expressivo (Gráfico 19 e Tabela de resultado 14).



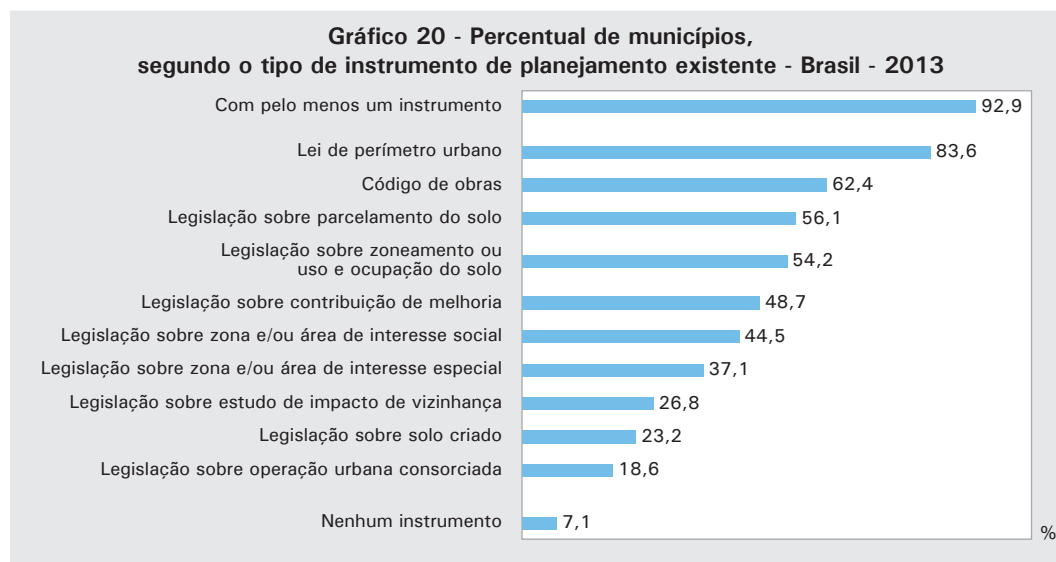
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2005/2013.

A M^{UNIC}, desde sua primeira edição em 1999, vem levantando informações sobre outras legislações e instrumentos de planejamento adotados pelos municípios brasileiros. Em praticamente todas as edições em que o Bloco de Legislação e Instrumentos de Planejamento esteve presente, a existência desses itens foi investigada sob a forma de legislação específica, e não como parte integrante de Planos Diretores.

A preparação da MUNIC 2013 considerou a existência de tais instrumentos, não apenas na forma de legislação específica, mas também como parte integrante dos Planos Diretores municipais. Assim sendo, os dados coletados não possuem uma correspondência perfeita com os de edições anteriores. Também é necessário esclarecer que o quantitativo de municípios que declararam a existência desses instrumentos, em 2013, não tem comparabilidade perfeita com os resultados de anos anteriores, em vista de alguns municípios estarem elaborando ou mesmo revendo seus Planos Diretores, e suas legislações e instrumentos de planejamento estarem sob revisão, ou mesmo revogados, de forma a se adaptarem à ordenação de seu território.

Foram pesquisados os seguintes instrumentos: Legislação sobre zona e/ou área de interesse social; Legislação sobre zona e/ou área de interesse especial; Lei de perímetro urbano; Legislação sobre parcelamento do solo; Legislação sobre zoneamento ou uso e ocupação do solo; Legislação sobre solo criado; Legislação sobre contribuição de melhoria; Legislação sobre operação urbana consorciada; Legislação sobre estudo de impacto de vizinhança; e Código de obras.

Os resultados da MUNIC 2013 apuraram que 92,9% (5 174) do total de municípios tinham pelo menos um dos instrumentos de planejamento pesquisados e, dentre estes, os mais utilizados eram a Lei de perímetro urbano e o Código de obras; e os menos, a Legislação sobre operação urbana consorciada e a Legislação sobre solo criado. Apenas 7,1% (393) dos municípios não tinham nenhum instrumento de planejamento (Gráfico 20).



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013.

Com relação aos 393 municípios sem nenhum instrumento de planejamento, é interessante o fato de que 40 destes declararam ter Plano Diretor. Com relação ao recorte por classes de tamanho da população, 271 (69,0%) estavam entre os municípios de 5 001 a 20 000 habitantes e, no recorte regional, a maior incidência estava na Região Nordeste, com 284 (72,3%), conforme mostra a Tabela 6.

Tabela 6 - Municípios sem nenhum instrumento de planejamento, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios				
	Total	Sem instrumentos de planejamento urbano			
		Total	Com Plano Diretor	Elaborando Plano Diretor	Sem Plano Diretor
Brasil	5 570	393	40	76	277
Norte	450	47	9	8	30
Nordeste	1 794	284	26	59	199
Sudeste	1 668	39	3	4	32
Sul	1 191	5	-	2	3
Centro-Oeste	467	18	2	3	13
Até 5 000 hab.	1 247	87	8	6	73
De 5 001 a 10 000 hab.	1 227	124	8	22	94
De 10 001 a 20 000 hab.	1 378	147	9	40	98
De 20 001 a 50 000 hab.	1 080	34	14	8	12
De 50 001 a 100 000 hab.	339	1	1	-	0
De 100 001 a 500 000 hab.	260	-	-	-	-
Mais de 500 000 hab.	39	-	-	-	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013.

Saúde

Em 2009, a Pesquisa de Informações Básicas Municipais - MUNIC investigou, pela primeira vez, alguns aspectos relacionados à gestão da saúde nos municípios brasileiros, tais como: caracterização do órgão responsável pela saúde; formação e escolaridade do seu titular; existência e caráter do Conselho Municipal de Saúde, bem como seu funcionamento nos últimos 12 meses; existência de Plano Municipal de Saúde e o respectivo ano de criação; entre outras questões. Quatro anos depois, em 2013, a MUNIC repetiu o levantamento e acrescentou, à investigação, a ocorrência de contratação de serviço de saúde através de organização social, bem como idade e sexo dos gestores municipais de saúde.

A partir dos resultados recentemente observados, pretende-se ampliar a compreensão sobre importantes perspectivas da gestão pública da saúde nos municípios brasileiros.

De acordo com o Art. 4º da Lei nº 8.080, de 19.09.1990, o conjunto de ações e serviços de saúde, prestados por órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais, das administrações direta e indireta e das fundações mantidas pelo poder público, constitui o Sistema Único de Saúde - SUS. Em seu Art. 9º, a lei estabelece ainda que a direção do SUS deve ser única, em consonância com o inc. I do Art. 198 da Constituição Federal do Brasil, de 1988, sendo exercida em cada esfera de governo pelos seguintes órgãos: a) no âmbito da União, pelo Ministério da Saúde; b) no âmbito dos estados e do Distrito Federal, pela respectiva Secretaria de Saúde ou órgão equivalente; e c) no âmbito dos municípios, pela respectiva Secretaria de Saúde ou órgão equivalente (BRASIL, 1990).

O órgão responsável pela saúde no município pode apresentar variações quanto à gestão. Desse modo, a saúde pode ser gerida por secretarias encarregadas exclusivamente por essa área ou em conjunto

com outras políticas públicas. O setor responsável pela gestão de saúde no município pode ainda ser subordinado a outra secretaria ou à chefia do executivo, bem como se tratar de órgão da administração indireta. Em 2013, os dados da MUNIC mostraram que 4 948 (88,9%) municípios possuíam secretarias municipais de saúde com administração exclusiva na área de saúde (Tabela de resultado 35); em 2009, eram 4 593 (82,5%) municípios demonstrando um franco predomínio, crescente, da gestão autônoma da saúde.

As secretarias municipais que administravam a saúde em conjunto com outras políticas foram observadas em 8,3% dos municípios do País. Em relação à distribuição dos tipos de estrutura de gestão, por porte populacional dos municípios, a gestão conjunta com a saúde foi mais frequentemente verificada entre os municípios com porte populacional até 5 000 habitantes; dos 1 247 municípios, 196 (15,7%) informaram esse modelo de gestão.

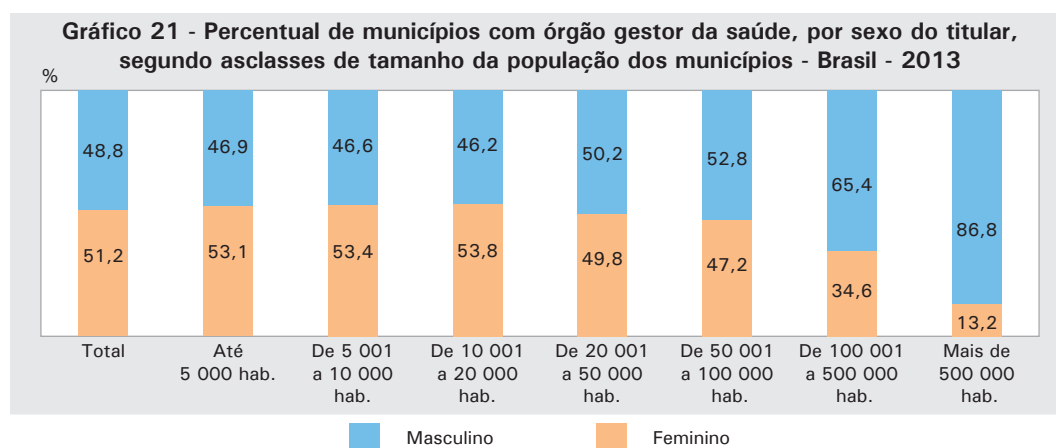
Em 2009, entre os 736 (13,2%) municípios do País que apresentavam secretaria municipal de saúde em conjunto com outras políticas, 310 estavam na faixa populacional até 5 000 habitantes, ou 24,7% do total de municípios nessa classe. No período, foi possível observar uma redução na proporção de municípios com menor porte populacional, com esse tipo de estrutura de gestão.

Em 2013, também foi nos municípios com até 5 000 habitantes que ocorreu, com maior frequência, a subordinação direta à chefia do executivo: 61 municípios (4,9%). Esses 61 municípios correspondiam a 46,2% do total de municípios (132) que informaram tal modelo de gestão. A Região Sudeste detinha 75,0% dos municípios (99 municípios) com esse modelo organizacional e, exclusivamente no Estado de São Paulo, a subordinação à chefia do executivo foi observada em 61 municípios, com 9,5% dos municípios do estado.

A existência de órgão gestor da saúde na administração indireta ocorreu em 16 municípios, oito deles na Região Sul.

Foi observada a ausência de estrutura específica da saúde em apenas dois dos municípios que responderam à pesquisa.

A MUNIC traçou um perfil dos gestores municipais de saúde, quanto ao sexo, idade, escolaridade e formação profissional. A pesquisa revelou que 2 850 (51,2%) órgãos municipais eram administrados por mulheres e 2 716 (48,8%), por homens (Tabela de resultado 41). Essa relação se modificava a partir dos municípios com mais de 20 000 habitantes, reduzindo a proporção de mulheres à medida que aumentava o tamanho populacional dos municípios. Em municípios com mais de 500 000 habitantes, a participação feminina como gestora do órgão da saúde era de apenas 13,2% (Gráfico 21).



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013.

As mulheres predominavam somente na Região Nordeste, representando 58,2% dos gestores da saúde (1 044 municípios). No Rio de Janeiro, encontravam-se menos representadas, onde apenas 23,1% dos gestores eram mulheres (21 dos 92 municípios fluminenses).

Quanto à distribuição etária, observou-se que 44,7% dos responsáveis pelo setor de saúde do município tinham idade na faixa de 26 a 40 anos; 47,6%, na de 41 a 60 anos; e 4,6% de gestores tinham mais de 60 anos de idade (Tabela de resultado 42). Apenas 149 municípios (2,7%) tinham a administração municipal da política de saúde gerenciada por jovens na faixa de 18 a 25 anos de idade, sendo 89 (59,7%) mulheres.

De acordo com os resultados da MUNIC, 4 097 (73,6%) titulares dos órgãos municipais de saúde tinham curso de graduação (41,9%) ou pós-graduação (31,7%); 1 256 (22,6%) concluíram apenas o ensino médio e 168 (3,0%), o ensino fundamental. Os gestores municipais de saúde com título de graduação ou pós-graduação passaram de 66,2% (3 686), em 2009, para 73,6% (4 097), em 2013 (Tabela de resultado 37).

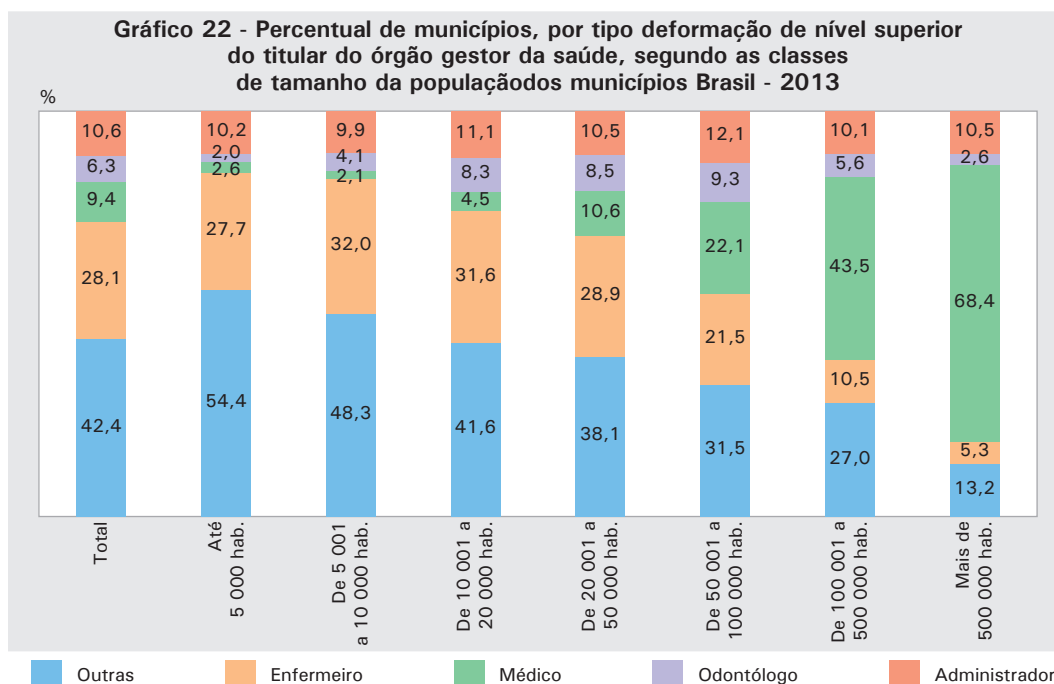
Segundo as Grandes Regiões, a Região Nordeste apresentava a maior proporção de gestores com nível superior ou pós-graduação (79,0%), seguida da Região Sudeste, com 77,7%. A Região Sul detinha o menor percentual: 60,2% dos gestores informaram ter nível superior completo ou pós-graduação. Em relação às Unidades da Federação, o Rio de Janeiro, com 92,3%, e o Ceará, com 90,8%, eram os estados com maiores proporções de gestores de nível superior ou com pós-graduação (Tabela de resultado 38).

Considerando a distribuição regional, encontra-se maior representação dos gestores com exclusivamente o nível de ensino fundamental completo na Região Sul, com 99 municípios ou 45,2% dos 168 que apresentaram essa escolaridade, sendo 27 em Santa Catarina e 33 no Rio Grande do Sul, representando, respectivamente, 9,2% e 6,6% do total de gestores de cada um desses estados. A Região Sul registrou maior proporção (6,4%) de gestores com apenas o nível fundamental concluído.

Em 2013, 1 151 (28,1%) setores municipais de saúde eram administrados por enfermeiros; 433 (10,6%), por administradores; e 385 (9,4%), por médicos (Tabela de resultado 39). Enfermeiros e outros profissionais predominavam como titulares do órgão gestor da saúde em municípios menores, enquanto médicos preponderavam nos municípios com mais de 100 000 habitantes (Gráfico 22).

A MUNIC também investigou o número de municípios que utilizavam os instrumentos de acompanhamento, controle e avaliação da execução dos orçamentos da saúde nos municípios: os Conselhos Municipais de Saúde e os Fundos Municipais de Saúde.

De acordo com a Lei nº 8.142, de 28.12.1990, que regulamentou o controle social do SUS, o Conselho de Saúde tem caráter permanente e deliberativo. Trata-se de órgão colegiado composto por representantes do governo, prestadores de serviço, profissionais de saúde e usuários, sendo paritária a representação dos usuários (50%) em relação aos demais segmentos (50%). Os Conselhos devem atuar na formulação de estratégias e no controle da execução da política de saúde na instância correspondente (federal, estadual ou municipal), inclusive nos aspectos econômicos e financeiros. Cabem aos Conselhos de Saúde a aprovação dos Planos de Saúde em cada esfera de atuação, bem como a fiscalização da movimentação dos recursos repassados às Secretarias Estaduais e Municipais e/ou Fundos de Saúde.



No Brasil, em 2013, 5 553 (99,7%) municípios possuíam Conselho Municipal de Saúde, enquanto, em 2009, eram 97,3% dos municípios. Nesse período, 136 municípios implementaram o Conselho Municipal de Saúde, permanecendo 13 municípios que informaram não possuir esse Conselho (Tabela de resultado 43).

A MUNIC investigou a observância de alguns dos preceitos legais, além da própria existência do Conselho Municipal de Saúde, como sua atividade, composição e caráter deliberativo. Quanto à atividade, os resultados apontam para o fato de que 98,8% dos municípios que declararam possuir esse tipo de Conselho realizaram reuniões nos últimos 12 meses, ficando 69 (1,2%) municípios sem a realização de reuniões nesse período. Apenas 198 (3,6%) informaram não possuir uma composição de caráter paritário, e 536 (9,7%) não foram considerados deliberativos. A inexistência do Plano Municipal de Saúde foi referida por 292 (5,2%) municípios (Tabela de resultado 45).

Os Fundos de Saúde de natureza contábil e financeira são vinculados aos objetivos do SUS e devem ser previamente autorizados pelo legislativo, sendo que a aplicação de suas receitas faz-se através de dotação consignada em lei de orçamento ou em crédito adicional⁴. Esses Fundos são geridos pelo órgão de saúde da esfera correspondente (federal, estadual ou municipal) e fiscalizados pelo respectivo Conselho de Saúde.

Segundo os resultados da MUNIC 2013, entre os municípios com estrutura de gestão da saúde, nove não dispunham de Fundo Municipal de Saúde. Dos que responderam positivamente em 4 676 municípios (84,1%), o Fundo estava sob responsabilidade das secretarias municipais de saúde. Em 553 municípios (10,0%), sua gestão era exercida diretamente pelo gabinete do prefeito; em 70 municípios (1,3%), essa gestão estava sob a responsabilidade de outras secretarias; e, em 102 (1,8%),

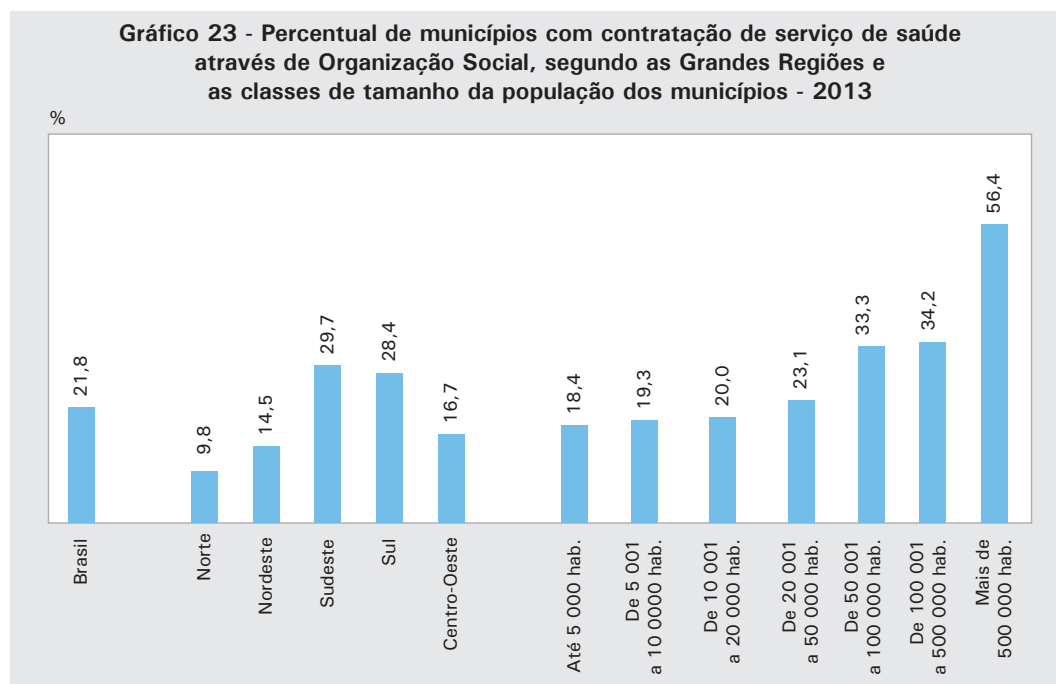
⁴ Para informações complementares sobre o tema, consultar a publicação: CONSELHO NACIONAL DE SECRETÁRIOS DE SAÚDE (Brasil). *Sistema único de saúde*. Brasília, DF: Conass, 2011. 291p. (Coleção para entender a gestão do SUS, v. 1). Disponível em: <http://www.conass.org.br/colecao2011/livro_1.pdf>. Acesso em: abr. 2014.

sob a administração de outra estrutura administrativa. Em 127 municípios (2,3%), sua administração era autônoma, e 29 não souberam informar.

Na edição da MUNIC 2009, 65,0% dos Fundos Municipais de Saúde eram administrados pelas Secretarias Municipais de Saúde; 24,6%, administrados diretamente pelos gabinetes do prefeito; 4,2%, por outras secretarias; 3,7%, por outras estruturas administrativas; e, em 1,2% dos municípios, sua gestão era autônoma.

Como parte das mudanças legais decorrentes do Plano de Reforma Administrativa do Estado⁵, de 1995, as Organizações Sociais obedecem, no que tange ao governo federal, ao disposto na Lei nº 9.637, de 15.05.1998. São entidades de direito privado, sem fins lucrativos, destinadas ao exercício de atividades dirigidas ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à proteção e preservação do meio ambiente, à cultura e à saúde. Não fazem parte da administração pública indireta. São entidades prestadoras de serviço privado de interesse público.

Procurando descrever como vem sendo utilizado esse modelo de gestão, a MUNIC 2013 investigou se os municípios efetuavam contratação de serviço de saúde através de Organizações Sociais. Durante o ano de 2013, 1 216 (21,8%) municípios o fizeram. Os municípios das Regiões Sudeste (29,7%) e Sul (28,4%) foram os que mais realizaram esse tipo de contrato. Entre os 39 municípios com mais de 500 000 habitantes, 22 deles (56,4%) contrataram serviços por meio de Organizações Sociais (Gráfico 23 e Tabela de resultado 47).



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013.

Com essas informações, a MUNIC 2013 torna disponíveis resultados a respeito da gestão pública municipal, responsável pelos serviços de saúde prestados à população, nos municípios do País.

⁵ Para informações complementares sobre o tema, consultar a publicação: BRASIL. Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado. *Plano diretor da reforma do aparelho do estado*. Brasília, DF, 1995. 84 p. Aprovado pela Câmara da Reforma do Estado e submetido ao Presidente da República que o aprovou na forma ora publicada. Disponível em: <<http://www.planejamento.gov.br/editoria.asp?p=editoria&index=25&ler=t524>>. Acesso em: abr. 2014.

Meio ambiente

Órgão gestor na área de meio ambiente

A existência de órgão com atribuições específicas para lidar com a área de meio ambiente na estrutura administrativa da prefeitura contribui para uma adequada gestão ambiental. Em princípio, o ideal seria a existência de uma secretaria exclusiva em meio ambiente, no entanto, nem sempre isso é adequado às condições da prefeitura. Além disso, em muitos casos, o arcabouço da estrutura organizacional é resultado circunstancial de acordos políticos.

Considerando os resultados da MUNIC 2013, 90,0% dos municípios brasileiros informaram dispor de algum órgão para tratar do tema meio ambiente e, nesse sentido, tinham uma estrutura na área ambiental. Em 2002 (PERFIL..., 2005), esse percentual era de 67,8%, avançando para 84,5%, em 2009 (PERFIL..., 2010). O aumento de participação de órgão ambiental na administração pública municipal vem ocorrendo em todas as classes de tamanho da população dos municípios e em todas as Unidades da Federação.

No recorte por Grandes Regiões, os percentuais mais elevados de municípios com alguma estrutura na área ambiental são observados nas Regiões Norte (98,0%), Sul (95,0%) e Centro-Oeste (92,3%), seguidas pelas Regiões Sudeste (89,0%) e Nordeste (85,2%). No âmbito das Unidades da Federação, observa-se que apenas três estados brasileiros apresentam a totalidade de seus municípios com estrutura na área ambiental: Acre (22), Amapá (16) e Espírito Santo (78), todos com número reduzido de municípios.

Considerando-se o universo dos municípios com algum tipo de estrutura ambiental, nota-se que predominam aqueles em que o órgão responsável pela área de meio ambiente tem *status* de secretaria exclusiva ou em conjunto com outras políticas setoriais (81,3%). A seguir, observa-se a existência de órgão responsável pela área de meio ambiente do tipo setor subordinado a outra secretaria (13,0%), setor subordinado diretamente à chefia do executivo municipal (4,4%) e órgão da administração indireta (1,3%) (Tabela 7).

A análise, segundo o recorte das classes de tamanho da população dos municípios, mostra que, em termos relativos, a existência de estrutura administrativa na área de meio ambiente cresce à medida que se avança dos municípios menos populosos (82,3% dos municípios com até 5 000 habitantes) para os mais populosos (97,4% entre aqueles com mais de 500 000 habitantes). Entre os 638 municípios do País com mais de 50 000 habitantes, 99,1% contam com alguma estrutura administrativa em meio ambiente, sendo que, em 86,6% deles, o órgão responsável é uma secretaria, exclusiva ou não.

Tabela 7 - Distribuição percentual de municípios com estrutura na área de meio ambiente, por caracterização do órgão gestor, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Distribuição percentual de municípios com estrutura na área de meio ambiente (%)					
	Total	Secretaria municipal exclusiva	Secretaria municipal em conjunto com outras políticas	Setor subordinado a outra secretaria	Setor subordinado diretamente a chefia do executivo	Órgão da administração indireta
Brasil	100,0	30,1	51,2	13,0	4,4	1,3
Norte	100,0	54,0	37,4	7,3	1,1	0,2
Nordeste	100,0	26,4	56,6	15,1	1,4	0,5
Sudeste	100,0	32,9	45,3	11,8	9,0	1,0
Sul	100,0	17,1	61,2	15,3	3,4	3,0
Centro-Oeste	100,0	43,3	39,7	10,0	5,6	1,4
Até 5 000 hab.	100,0	20,9	58,2	13,7	7,1	0,1
De 5 001 a 10 000 hab.	100,0	24,6	53,3	15,6	6,4	0,1
De 10 001 a 20 000 hab.	100,0	29,7	51,2	14,3	3,9	0,9
De 20 001 a 50 000 hab.	100,0	32,9	51,0	12,2	2,8	1,1
De 50 001 a 100 000 hab.	100,0	46,2	40,9	6,9	1,5	4,5
De 100 001 a 500 000 hab.	100,0	54,5	30,5	6,9	0,0	8,1
Mais de 500 000 hab.	100,0	65,8	26,3	0,0	0,0	7,9

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013.

Pessoal ocupado na área de meio ambiente

A quantidade de pessoal ocupado na área de meio ambiente vem crescendo entre as prefeituras, acompanhando o crescimento do contingente de funcionários nos municípios do País. O tema pessoal ocupado na área de meio ambiente foi pesquisado em quatro ocasiões pela MUNIC, no período de 2002 a 2013, conforme dados na Tabela 8. A pesquisa de 2013 mostra que os recursos humanos nessa área quase dobraram em relação a 2002, atingindo 61 295 pessoas ocupadas.

Tabela 8 - Municípios com estrutura na área de meio ambiente e quantidade de pessoal ocupado na área de meio ambiente, segundo regime de contratação, Brasil - 2002/2013

Ano	Municípios com estrutura na área de meio ambiente	Pessoal ocupado na área de meio ambiente no país	Pessoal ocupado segundo regime de contratação			
			Estatutário	CLT	Somente comissionado	Outros (estagiários e sem vínculo)
2002 (1)	3 769	31 098
2004	3 953	36 001	18 215	4 433	6 719	6 634
2008	4 327	41 287	20 180	4 783	8 380	7 944
2013 (2)	5 015	61 295	27 902	4 912	12 957	15 496

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2002/2013.

(1) Não foi pesquisado o regime de contratação do pessoal na área ambiental. (2) A soma das parcelas do pessoal ocupado é inferior ao total efetivamente informado porque algumas prefeituras não souberam declarar o regime de contratação dos funcionários.

Em 2013, os recursos humanos dos órgãos municipais de meio ambiente eram compostos preponderantemente por funcionários com vínculo estatutário (45,5%), vindo a seguir os somente comissionados (21,1%), sem vínculo permanente (21,0%), celetistas (8,0%) e estagiários (4,3%). Considerando serem os estatutários os funcionários de maior estabilidade no quadro de pessoal, observa-se que o Distrito Federal (74,4%) é a Unidade da Federação com maior percentual de recursos humanos na área ambiental com este vínculo, seguido de Mato Grosso (62,5%) e Rondônia (58,6%). Contrapondo-se a essa situação, os Estados do Acre (26,6%), Amazonas (25,5%) e Piauí (9,4%) são os que apresentam os menores percentuais de estatutários no quadro de pessoal em meio ambiente.

A relação entre a quantidade de pessoas ocupadas na área ambiental e o contingente total de servidores municipais (administrações direta e indireta) é reduzida e manteve-se praticamente estável ao longo do período considerado: 1,1%, em 2002, (PERFIL..., 2005a); 0,9%, em 2008 (PERFIL..., 2008); e 1,0%, em 2013.

A provisão de recursos humanos para desempenho das atividades relacionadas ao planejamento, controle, fiscalização e execução de ações ambientais é indissociável da existência de uma estrutura administrativa na área de meio ambiente. Conforme informado na Tabela 7, a MUNIC apurou que, em 2013, havia 61 295 pessoas ocupadas na área de meio ambiente num universo de 5 015 municípios com estrutura na área ambiental, o que resulta em uma média de 12,2 pessoas ocupadas por município do País. Em 2002, a média era de 8,3 pessoas ocupadas por município (PERFIL..., 2005), número esse que subiu para 9,1 pessoas ocupadas, em 2004 (PERFIL..., 2005b), e 9,5 pessoas ocupadas, em 2008 (PERFIL..., 2008). Há de se observar, entretanto, que, se comparado com as informações de 2004 e de 2008, o aumento relativo do quadro de pessoal ocupado em meio ambiente se deu entre aqueles de menor estabilidade, ou seja, entre os investidos somente de cargos comissionados (de 20,3%, em 2008, para 21,1%, em 2013) e os estagiários e sem vínculo empregatício (de 19,2%, em 2008, para 25,3%, em 2013). Observa-se, portanto, que, em relação ao total de recursos humanos na área ambiental, houve uma redução relativa entre os servidores do regime estatutário (de 48,9%, em 2008, para 45,5%, em 2013) e os celetistas (de 11,6%, em 2008, para 8,0%, em 2013), o que, de certa forma, reduz a qualidade do crescimento apontado anteriormente nesta análise.

Conselho Municipal de Meio Ambiente

Estimulados a partir da Constituição Federal do Brasil, de 1988, os Conselhos Municipais de Meio Ambiente têm a função de opinar e assessorar o poder executivo municipal – a prefeitura, suas secretarias e o órgão ambiental municipal – nas questões relativas ao meio ambiente. São instâncias colegiadas, compostas por representantes de organizações públicas civis, de interesse público e privado, que podem exercer diversas funções, e integram os Sistemas Estadual e Nacional de Meio Ambiente, tendo como objetivo manter o ambiente ecologicamente equilibrado. Além disso, a existência desses Conselhos busca fortalecer o debate em torno da autonomia municipal.

A criação de um Conselho Municipal de Meio Ambiente deve, necessariamente, envolver e mobilizar a população do município. Sua criação deve ser efetuada por meio de lei elaborada e aprovada pela Câmara de Vereadores, devendo conter seus objetivos, competências, atribuições e composição. O Conselho deve reunir-se com periodicidade regular, sendo importante que esses encontros sejam abertos à participação de membros da comunidade.

Apesar de não terem a função de criar leis, pois essa é uma atribuição do legislativo municipal, os Conselhos podem, entretanto, sugerir a sua criação, bem como a adequação e a regulamentação das leis já existentes, por meio de resoluções, quando isso signifique estabelecer limites mais rigorosos para a qualidade ambiental ou facilitar a ação do órgão executivo. Além disso, podem indicar ao órgão ambiental municipal a fiscalização de atividades poluidoras, ainda que não exerçam diretamente esse tipo de ação.

Os resultados obtidos pela MUNIC dão conta de que, em 2013, 3 784 (67,9%) municípios brasileiros dispunham desse tipo de Conselho. Até 1987, apenas 3,3% dos municípios o possuíam (PERFIL..., 2008), porém seu incremento mais significativo ocorreu a partir de 1997.

Na Tabela 9 é apresentada a evolução dos Conselhos Municipais de Meio Ambiente, no Brasil e segundo as Grandes Regiões. Observa-se que eles são proporcionalmente mais frequentes entre os municípios das regiões economicamente mais desenvolvidas do País: Sudeste (83,5%) e Sul (78,4%). A Região Nordeste, por outro lado, continua a ser a que apresenta o menor percentual de municípios com Conselhos (44,2%), bem abaixo, inclusive, do resultado obtido para o conjunto de municípios do País (67,9%).

Tabela 9 - Percentual de municípios com Conselho de Meio Ambiente, por Grandes Regiões - 1999/2013

Ano	Percentual de municípios com Conselho de Meio Ambiente (%)					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
1999	21,4	11,4	9,0	32,5	29,1	19,1
2001	29,0	18,5	14,3	39,3	39,6	32,4
2002	34,1	21,6	19,7	43,5	44,2	41,7
2004	36,7	26,3	20,3	46,8	49,6	40,6
2008	47,6	38,5	29,9	58,7	61,1	50,6
2009	56,3	47,7	36,8	71,0	67,2	59,7
2012	63,7	60,6	40,5	79,1	75,5	70,4
2013	67,9	69,1	44,2	83,5	78,4	75,8

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 1999/2013.

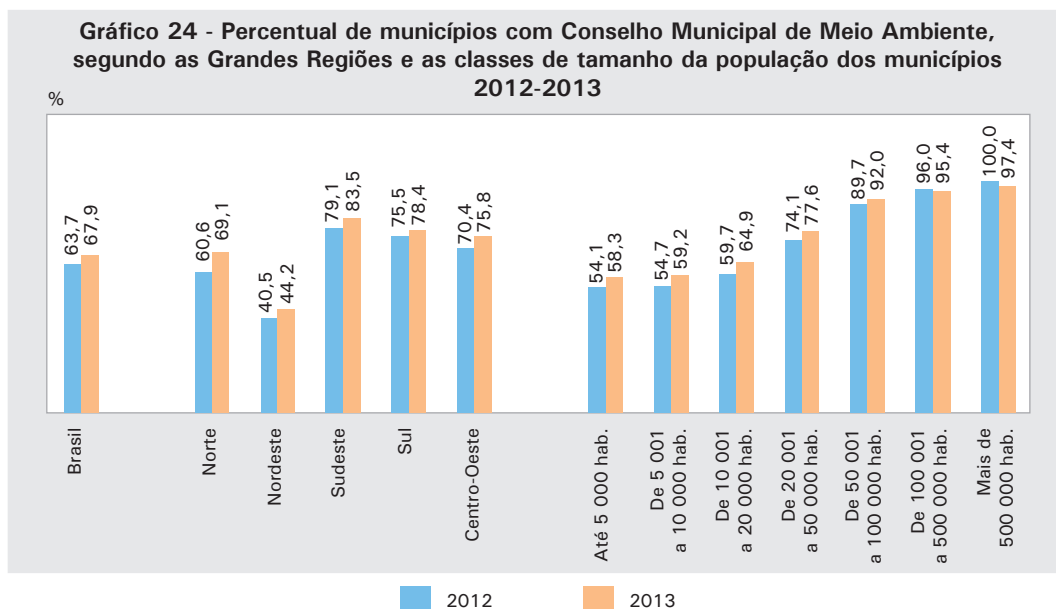
Nota: Para fins de cálculo dos percentuais, considerou-se o número de municípios existentes no País no respectivo ano.

A análise da existência desses Conselhos, segundo as Unidades da Federação, mostra que estados como Rio de Janeiro (98,9%), Rio Grande do Sul (97,2%) e São Paulo (91,3) são os que apresentam as maiores participações relativas de municípios com existência desse fórum. Na outra ponta, pode-se observar que os Estados de Alagoas (23,6%), Paraíba (17,9%) e Piauí (17,0%) apresentam os menores percentuais de municípios com Conselhos no País.

Com relação à distribuição desses Conselhos, segundo as classes de tamanho da população dos municípios, há de se ressaltar que eles são proporcionalmente mais frequentes entre os mais populosos (Gráfico 24). Além disso, os Conselhos têm presença marcante (95,7%) entre os 299 municípios brasileiros com mais de 100 000 habitantes, estando presentes entre 38 dos 39 municípios do País que contam com mais de 500 000 habitantes⁶.

Para se conhecer o grau de democratização do Conselho, é necessário saber a respeito da composição do fórum. O Conselho paritário é aquele composto por partes iguais de representantes do governo e da sociedade civil. Os resultados mostram que, em sua expressiva maioria (92,5%), os Conselhos são paritários. Com relação ao caráter dos Conselhos⁷, predominam os deliberativos (85,6%) seguidos daqueles com caráter consultivo (80,9%). Os Conselhos com atribuição fiscalizadora representam 48,3%, e aqueles com atribuição normativa, 42,6%.

Uma outra forma de se qualificar os Conselhos do ponto de vista analítico é verificar se esses fóruns têm se reunido (Conselhos ativos). Dos 3 784 municípios brasileiros que dispunham de Conselho, 2 873 (75,9%) declararam ter realizado reunião no período de 12 meses que antecederam a aplicação do questionário. Os Conselhos ativos são relativamente mais frequentes entre os municípios de maior população. Entre aqueles com mais de 100 000 habitantes, 93,0% informaram ter o Conselho se reunido.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2012-2013.

Nota: A comparação entre 2012 e 2013 foi efetuada levando-se em conta o número de municípios no País nos respectivos anos. Como houve acréscimo de cinco municípios entre as pesquisas, pode ocorrer dos mesmos ainda não disporem de Conselho Municipal de Meio Ambiente, determinando queda nos percentuais.

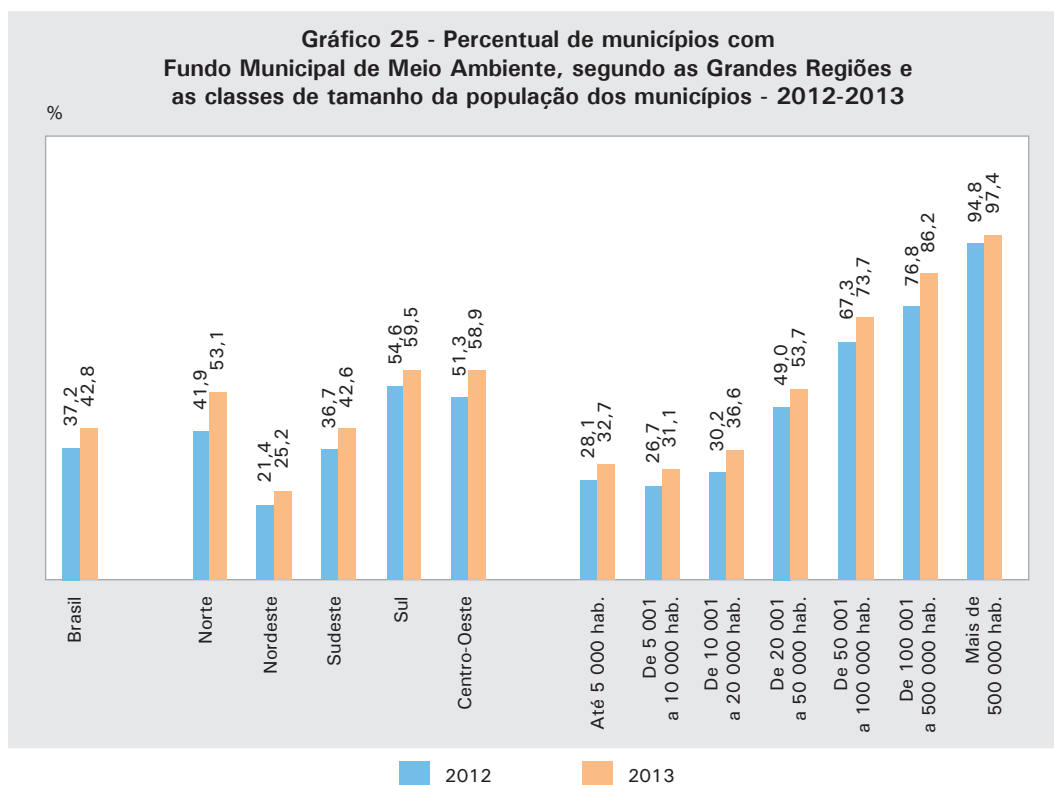
⁶ A comparação entre 2012 e 2013 foi efetuada levando-se em conta o número de municípios no País nos respectivos anos. Fatores como a dinâmica populacional, o acréscimo de cinco municípios entre as pesquisas, e a recusa de duas prefeituras em responder à pesquisa em 2013, podem influenciar os percentuais, em especial aqueles que envolvem faixas de tamanho da população com menor número de municípios.

⁷ A variável que levantou informações sobre o caráter dos Conselhos Municipais de Meio Ambiente admitia múltiplas respostas.

Fundo Municipal de Meio Ambiente

A criação de um Fundo Municipal de Meio Ambiente tem a finalidade de assegurar recursos financeiros necessários ao desenvolvimento das ações da política de meio ambiente no município, devendo sua criação ser autorizada por lei municipal e suas receitas, vinculadas ao aperfeiçoamento de mecanismos de gestão ambiental. Os recursos desse Fundo podem ser utilizados por órgãos das administrações direta e indireta do próprio município, organizações não governamentais, organizações da sociedade civil de interesse público, organizações de base, como sindicatos, associações de produtores, associações de reposição florestal, entre outras, desde que se configurem como organizações sem fins lucrativos.

Em 2002 (PERFIL..., 2005), os Fundos estavam presentes em apenas 1,5% dos municípios, avançando para 29,6%, em 2009 (PERFIL..., 2010), e para 37,2%, em 2012 (PERFIL..., 2013). A MUNIC 2013 mostra crescimento, já que 2 386 (42,8%) municípios do País dispunham de Fundo de Meio Ambiente. A presença desse Fundo é maior entre os municípios das Regiões Sul (59,5%) e Centro-Oeste (58,9%), vindo a seguir a Região Norte (53,1%); e menor entre os municípios das Regiões Sudeste (42,6%) e Nordeste (25,2%) (Gráfico 25). Convém destacar que o desempenho da Região Sudeste foi influenciado pelos baixos resultados obtidos entre os municípios de Minas Gerais (29,5%).



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2012-2013.

No recorte das Unidades da Federação, cabe ressaltar que os Estados do Rio de Janeiro (95,6%) e do Rio Grande do Sul (95,2%) são os que apresentam os maiores percentuais de municípios com Fundo de Meio Ambiente. Em situação oposta, os Estados do Piauí (8,5%) e Paraíba (4,5%) apresentam percentuais muito baixos de municípios com esse tipo de Fundo. Na Região Nordeste, formada por nove estados, apenas a Bahia (52,0%) mantém resultado superior ao obtido para a média Brasil (42,8%). Cabe ressaltar que, desde 2002, quando o tema passou a ser investigado pela MUNIC, as Regiões Nordeste (ainda com participação relativamente pequena) e Sudeste (agora com participação praticamente igual à média nacional) permanecem com os resultados inferiores aos obtidos para a média do País.

A presença de um Fundo Municipal de Meio Ambiente ainda é baixa entre os municípios com população até 20 000 habitantes (33,6%), estando mais presente entre aqueles com mais de 50 000 habitantes (80,2%); dentre esses, 97,4% dos municípios com mais de 500 000 habitantes dispõem desse Fundo.

Agenda 21

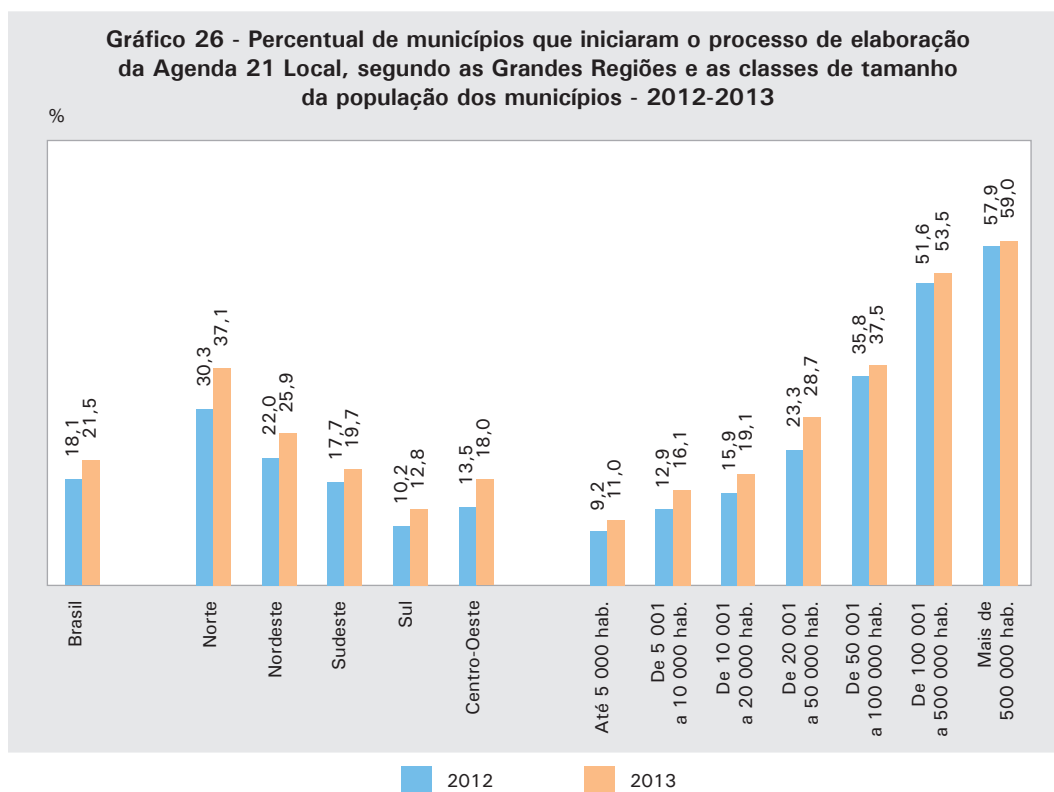
A Agenda 21 Local é um processo, participativo e multissetorial, de elaboração de um programa de ação estratégico dirigido ao desenvolvimento sustentável local, por meio de políticas públicas (PERFIL..., 2005a). Em 2013, 21,5% dos municípios haviam iniciado o processo de elaboração da Agenda 21, percentual maior que 2009 (19,9%) e 2012 (18,1%) (PERFIL..., 2013), embora ainda inferior ao de 2002 (29,7%). O ano de 2013 é, portanto, o primeiro da série em que se registra uma elevação do percentual de municípios com Agenda 21, interrompendo, assim, o movimento de declínio desses percentuais.

Esse avanço frente a 2012 está presente em todas as Grandes Regiões e classes de tamanho da população (Gráfico 26), destacando-se a Região Norte, cujo percentual de municípios com Agenda 21 iniciada passa de 30,3%, em 2012, para 37,1%, em 2013. No recorte de classes de tamanho da população, verificou-se o maior aumento na faixa de 20 001 a 50 000 habitantes, cujo percentual se eleva de 23,3%, em 2012, para 28,7%, em 2013. Os estados onde a Agenda 21 municipal tem maior presença são Rio de Janeiro (66,3%), Tocantins (51,1%) e Amapá (50,0%).

Dos municípios que iniciaram o processo de Agenda 21 Local, 66,4% possuem Fórum da Agenda 21⁸, que é o espaço onde representantes da sociedade civil e do poder público definem os trabalhos a serem desenvolvidos. Os Fóruns, no entanto, são pouco ativos, apenas 36,6% se reuniram pelo menos uma vez nos últimos 12 meses. Em termos do estágio atual⁹, cerca de metade das Agendas 21 Locais (50,3%) ainda estão na fase inicial de sensibilização e mobilização. As etapas com menor incidência são as intermediárias: definição de diagnóstico e metodologia (10,2%) e elaboração do plano de desenvolvimento sustentável (15,5%). Na fase final – implementação de ações da Agenda 21 em políticas públicas – estão 24,0% dos municípios que iniciaram o processo.

⁸ Dois municípios não souberam informar sobre a existência do Fórum.*

⁹ Um município não soube informar o estágio em que se encontrava a Agenda 21.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2012-2013.

Legislação ambiental

Na área ambiental, União, Estados e Distrito Federal têm competência legislativa concorrente. Cabem aos municípios suplementar as legislações das demais esferas e legislar sobre temas de interesse local. A política ambiental é de responsabilidade compartilhada; portanto, cabe às diferentes esferas de governo acordarem sobre a divisão de tarefas de forma que todas as áreas sejam cobertas sem sobreposição. Um passo importante nesse sentido foi a edição da Lei Complementar nº 140, de 08.12.2011, que trata da cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum na área ambiental. No que tange ao licenciamento ambiental – área muito sensível a conflitos de competência – a referida lei, em seu Art. 9º, inc. XIV, define que cabe ao município licenciar atividades ou empreendimentos:

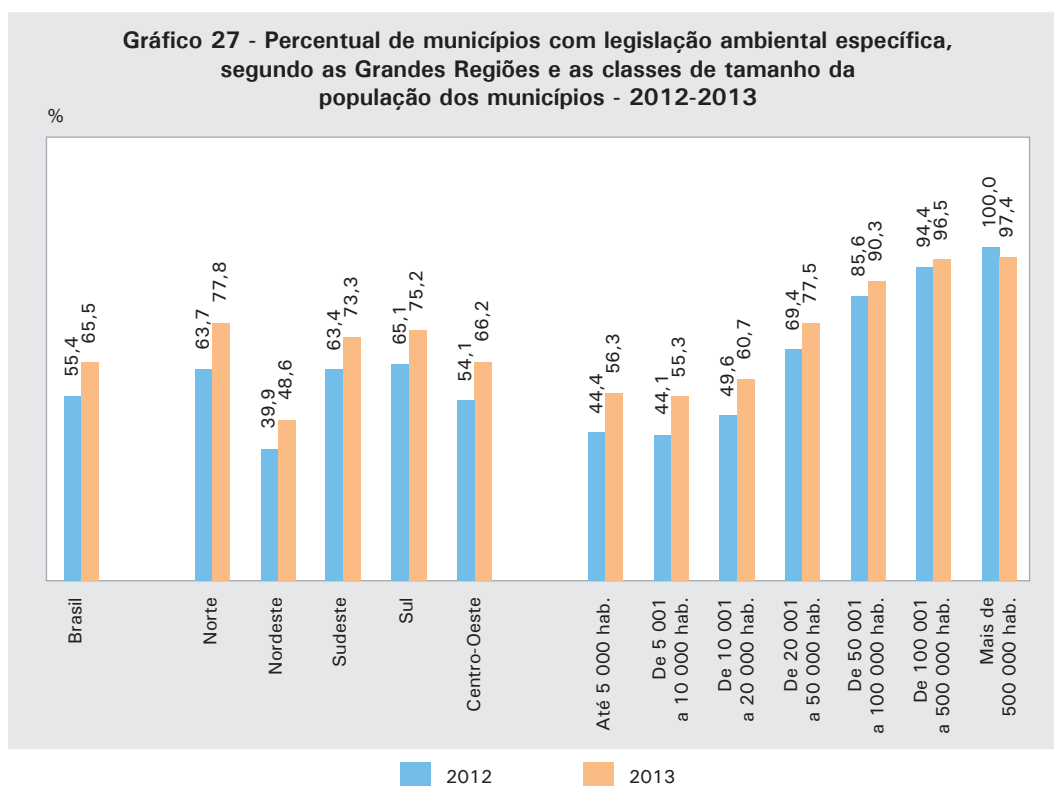
- a) que causem ou possam causar impacto ambiental de âmbito local, conforme tipologia definida pelos respectivos Conselhos Estaduais de Meio Ambiente, considerados os critérios de porte, potencial poluidor e natureza da atividade; ou
- b) localizados em unidades de conservação instituídas pelo Município, exceto em Áreas de Proteção Ambiental (APAs) (BRASIL, 2011).

Com os espaços melhor delimitados, há um maior estímulo para o município atuar na área de licenciamento e de ter esse tema inserido na sua legislação ambiental.

A legislação ambiental municipal pode se apresentar em diferentes formatos, não excludentes. Uma possibilidade é estar inserida na lei orgânica do município, que é similar a uma Constituição Municipal. Pode estar no Código Ambiental, que trata principalmente da política ambiental municipal. Outra alternativa é integrar o Plano Diretor, que é definido pelo Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257, de 10.07.2001) como sendo “o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana” (BRASIL..., 2001).

Em relação à 2012, elevou-se o percentual de municípios com legislação específica para tratar da questão ambiental (Gráfico 27). Esse aumento se verifica em todas as Grandes Regiões e também em todas as classes de tamanho da população dos municípios, com exceção da faixa de mais de 500 000 habitantes. Em 2012, 55,4% dos municípios tinham legislação ambiental (PERFIL..., 2013) e, em 2013, essa relação sobe para 65,5%. Os maiores acréscimos nesses percentuais ocorreram nas Regiões Norte (de 63,7%, em 2012, para 77,8%, em 2013) e Centro-Oeste (de 54,1%, em 2012, para 66,2%, em 2013), onde é mais sério o problema de desmatamento.

No recorte por classes de tamanho da população, as maiores elevações do percentual de municípios com legislação ambiental ocorreram nos considerados pequenos, principalmente com até 5 000 habitantes, cuja incidência passou de 44,4%, em 2012, para 56,3%, em 2013. Naqueles com mais de 500 000 habitantes, a relação diminuiu de 100,0%, em 2012, para 97,4%, em 2013, devido à recusa do Município de Duque de Caxias, no Estado do Rio de Janeiro, em responder à pesquisa.



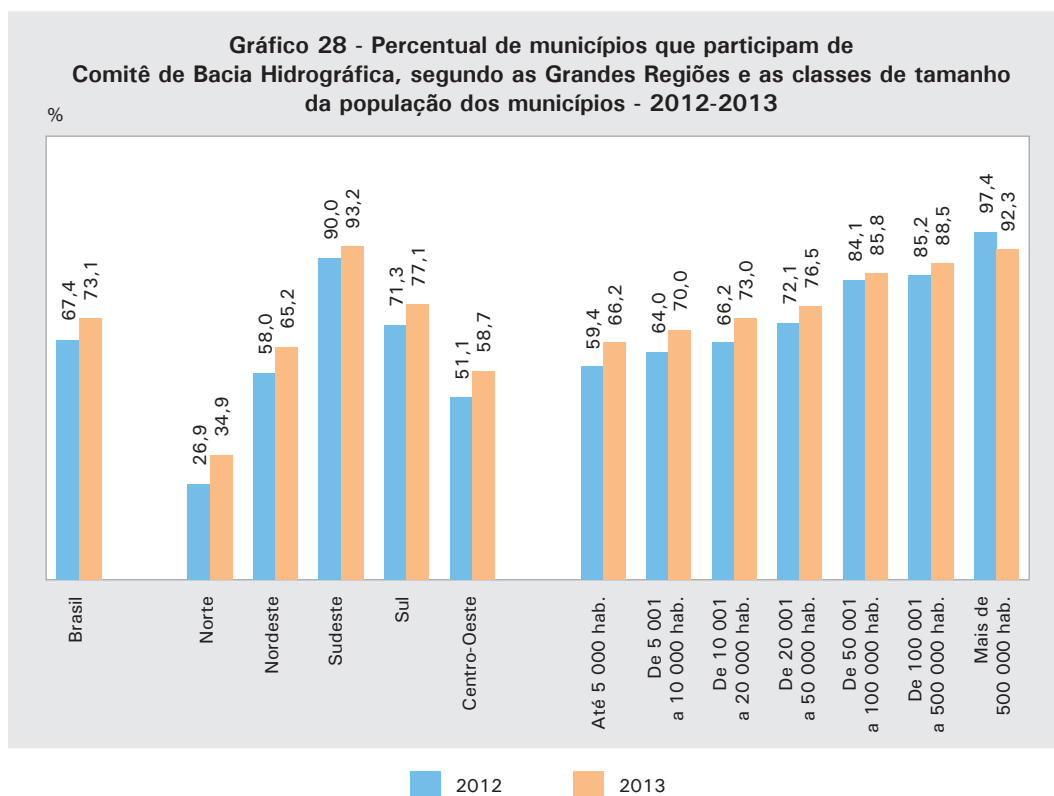
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2012-2013.

Comitê de Bacia Hidrográfica

Os Comitês de Bacia Hidrográfica são organismos colegiados que fazem parte do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos e existem no Brasil desde 1988. A composição diversificada e democrática dos Comitês contribui para que todos os setores da sociedade com interesse sobre o tema tenham representação e poder de decisão sobre sua gestão.

Na pesquisa de 2013, 4 074 municípios (73,1% do total) participavam de Comitês de Bacia Hidrográfica, ontra 3 749, em 2012 (67,4%) (PERFIL..., 2013). Esse aumento de participação ocorreu em todas as Grandes Regiões e também em todas as classes de tamanho da população dos municípios, com exceção da faixa de mais de 500 000 habitantes (Gráfico 28). Os maiores acréscimos ocorreram nas Regiões Norte (26,9%, em 2012, e 34,9%, em 2013) e Centro-Oeste (51,1%, em 2012, e 58,7%, em 2013), bem como nos municípios com até 5 000 habitantes (59,4%, em 2012, e 66,2%, em 2013), e de 10 001 a 20 000 habitantes (66,2% para 73,0%, em 2013). Nos municípios com mais de 500 000 habitantes, o percentual caiu de 97,4%, em 2012, para 92,3%, em 2013, devido à recusa do Município de Duque de Caxias em responder à pesquisa.

No recorte por Unidades da Federação, os pontos extremos, em 2013, são os Estados do Amapá, onde nenhum município integra o Comitê de Bacia Hidrográfica, e São Paulo, onde apenas um de seus 645 municípios não faz parte desse tipo de organismo. Destacam-se, também, por baixas participações, Roraima (20,0%) e Pará (22,2%) e, por elevada participação, Rio de Janeiro (97,8%) e Espírito Santo (96,2%)



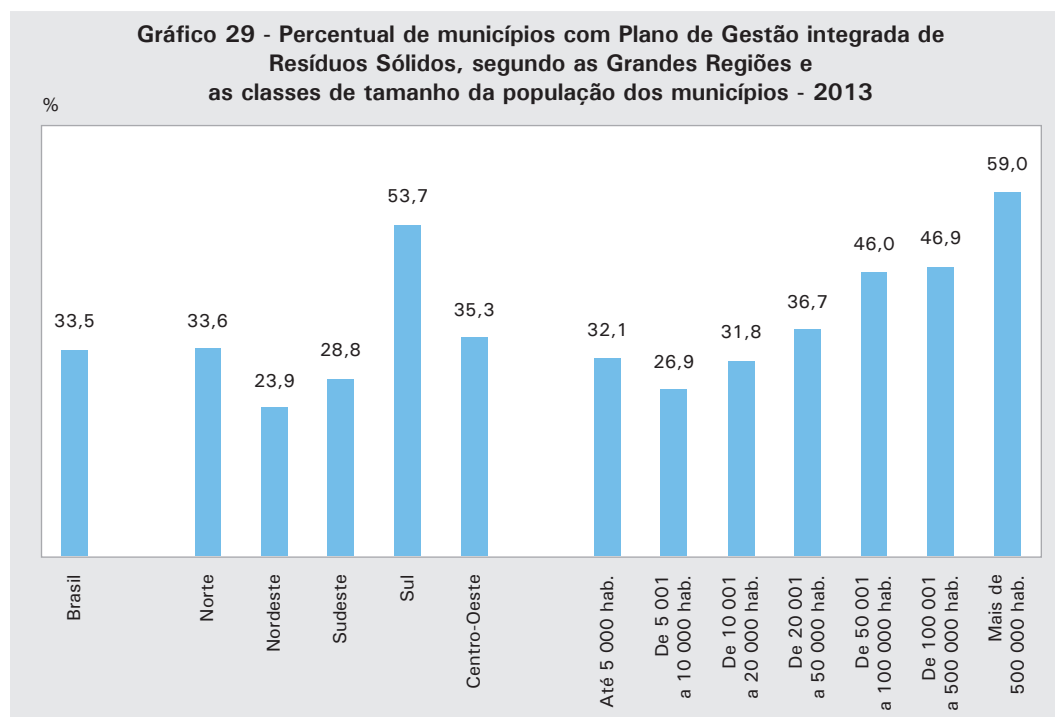
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2012-2013.

Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos

A Política Nacional de Resíduos Sólidos foi instituída pela Lei nº 12.305, de 02.08.2010, que dispõe sobre seus princípios, objetivos e instrumentos, bem como sobre as diretrizes relativas à gestão integrada e ao gerenciamento de resíduos sólidos, incluídos os perigosos, às responsabilidades dos geradores e do poder público, e aos instrumentos econômicos aplicáveis. Essa lei estabelece, no Art. 18, que a elaboração de plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos é pré-requisito para os municípios terem acesso aos recursos do governo federal, a incentivos ou a financiamentos de entidades federais de crédito ou fomento na área de limpeza urbana e resíduos sólidos (BRASIL, 2010a, 2010b).

A gestão integrada de resíduos sólidos é definida, no Art. 3º, inc. XI da referida lei, como sendo o “conjunto de ações voltadas para a busca de soluções para os resíduos sólidos, de forma a considerar as dimensões política, econômica, ambiental, cultural e social, com controle social e sob a premissa do desenvolvimento sustentável” (BRASIL, 2010b).

Na pesquisa de 2013, cerca de 1/3 dos municípios brasileiros (33,5%, representando 1 868 municípios) possuíam Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, nos termos estabelecidos no Plano Nacional de Resíduos Sólidos (Gráfico 29).



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013.

No recorte por Grandes Regiões, destacava-se a Região Sul, onde 53,7% já possuíam Plano de Gestão Integrada. Próximo à média nacional, situavam-se as Regiões Norte (33,6%) e Centro-Oeste (35,3%), ficando a Sudeste (28,8%) e a Nordeste (23,9%) com os menores índices.

Os estados com maior percentual de municípios com Planos de Gestão Integrada foram Amazonas (80,6%) e Paraná (63,4%). Os Estados do Acre (4,5%, com apenas um município em 22) e Piauí (6,7%, com apenas 15 municípios em 224) registraram os menores percentuais de municípios com esse tipo de instrumento. Dos 26 estados, apenas quatro apresentaram Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos em mais da metade dos municípios.

O percentual de municípios com Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos aumenta à medida que se avança para as maiores classes de tamanho da população a partir da faixa de 5 001 a 10 000 habitantes (26,9%), chegando a 59,0% nos municípios com mais de 500 000 habitantes. Entre os municípios com até 5 000 habitantes, 32,1% possuíam Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos.

Em 77,0% dos municípios que possuíam Plano de Gestão Integrada, este abrangia apenas o próprio município. Essa relação é mais elevada na Região Norte (89,4%) e nos municípios na faixa de 100 001 a 500 000 habitantes (84,4%).

Programas da área ambiental em parceria com o governo federal

A M_{UNIC} 2013 investigou a presença, nos municípios, de um conjunto de programas da área ambiental desenvolvidos em parceria com o governo federal, tais como: Coletivo Educador¹⁰, Sala Verde¹¹, Circuito Tela Verde¹², Conferência Infantojuvenil pelo Meio Ambiente¹³, Educação Ambiental no Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos¹⁴, e Agenda Ambiental na Administração Pública¹⁵.

Do conjunto dos 5 570 municípios brasileiros, 1 902 (34,1%) implantaram pelo menos um dos programas investigados (Tabela 10). O programa de maior incidência (25,5%) é o de Educação Ambiental no Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, por ser uma exigência prevista na legislação da Política Nacional de Resíduos Sólidos. A elaboração desses planos é condição para o município ter acesso a recursos, incentivos e financiamentos do governo federal disponíveis para essa área. A presença desse programa é maior na Região Norte (36,0%), seguida da Centro-Oeste (29,8%), e Sul (28,5%). Abaixo da média nacional, situam-se as Regiões Sudeste (23,1%) e Nordeste (21,9%).

¹⁰ Para informações complementares sobre o tema, consultar: BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. *Coletivos educadores*. Brasília, DF, 2014d. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/educacao-ambiental/formacao-de-educadores/coletivos-educadores>>. Acesso em: abr. 2014.

¹¹ Para informações complementares sobre o tema, consultar: BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. *Salas verdes*. Brasília, DF, 2014g. Disponível em: <[http://www.mma.gov.br/educacao-ambiental/educomunicacao/salas-verdes](http://www.mma.gov.br/educacao-ambiental/educacao-ambiental/educomunicacao/salas-verdes)>. Acesso em: abr. 2014.

¹² Para informações complementares sobre o tema, consultar: BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. *Circuito tela verde*. Brasília, DF, 2014c. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/educacao-ambiental/educomunicacao/circuito-tela-verde>>. Acesso em: abr. 2014.

¹³ Para informações complementares sobre o tema, consultar: BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. *Conferência infantojuvenil pelo meio ambiente*. Brasília, DF, 2014e. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=17455&Itemid=817>. Acesso em: abr. 2014.

¹⁴ Para informações complementares sobre o tema, consultar: BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. *Planos de gestão de resíduos sólidos: manual de orientação: apoiando a política nacional de resíduos sólidos, do nacional ao local*. Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente; São Paulo: Governos Locais pela Sustentabilidade - Iclei-Brasil, 2012. 156 p. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/182/arquivos/manual_de_residuos_solidos3003_182.pdf>. Acesso em: abr. 2014.

¹⁵ Para informações complementares sobre o tema, consultar: BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. *A3P: agenda ambiental na administração pública*. Brasília, DF, 2014b. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/a3p/item/8852>>. Acesso em: abr. 2014.

O segundo programa de maior incidência é a Conferência Infantojuvenil pelo Meio Ambiente, presente em 9,0% dos municípios brasileiros. Situa-se acima da média nacional as Regiões Norte (14,0%), Nordeste (12,5%) e Centro-Oeste (9,4%), e o menor percentual é o da Região Sul (5,5%).

Os demais programas por ordem decrescente de presença nos municípios brasileiros são: Sala verde (6,5%), Sustentabilidade ambiental das instituições públicas como a Agenda Ambiental na Administração (5,2%), Coletivo Educador (4,4%) e Circuito Tela Verde (1,7%).

Em apenas três estados os programas relacionados estão presentes em mais da metade dos municípios: Amazonas (67,7%), Roraima (60,0%) e Ceará (58,7%). A menor incidência ocorre nos Estados de Amapá (18,8%), Piauí (18,8%) e Rio Grande do Norte (20,4%).

Tabela 10 - Percentual de municípios com programas na área ambiental implantados em parceria com o governo federal, por programa implantado, segundo as Grandes Regiões - 2013

Grandes Regiões	Percentual de municípios com programas na área ambiental implantados em parceria com o governo federal, por programa implantado (%)						
	Com pelo menos um programa	Coletivo Educador	Sala Verde	Circuito Tela Verde	Conferência Infantojuvenil pelo Meio Ambiente	Educação Ambiental no Plano de Gestão de Resíduos Sólidos	Sustentabilidade ambiental das instituições públicas, como a Agenda Ambiental na Administração - A3P
Brasil	34,1	4,4	6,5	1,7	9,0	25,5	5,2
Norte	44,2	5,3	6,9	1,1	14,0	36,0	7,3
Nordeste	31,3	3,5	4,7	1,8	12,5	21,9	5,3
Sudeste	32,8	3,6	8,2	2,1	6,4	23,1	7,1
Sul	35,5	6,2	6,7	1,3	5,5	28,5	2,5
Centro-Oeste	36,6	5,1	6,6	1,3	9,4	29,8	3,4

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013.

Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental

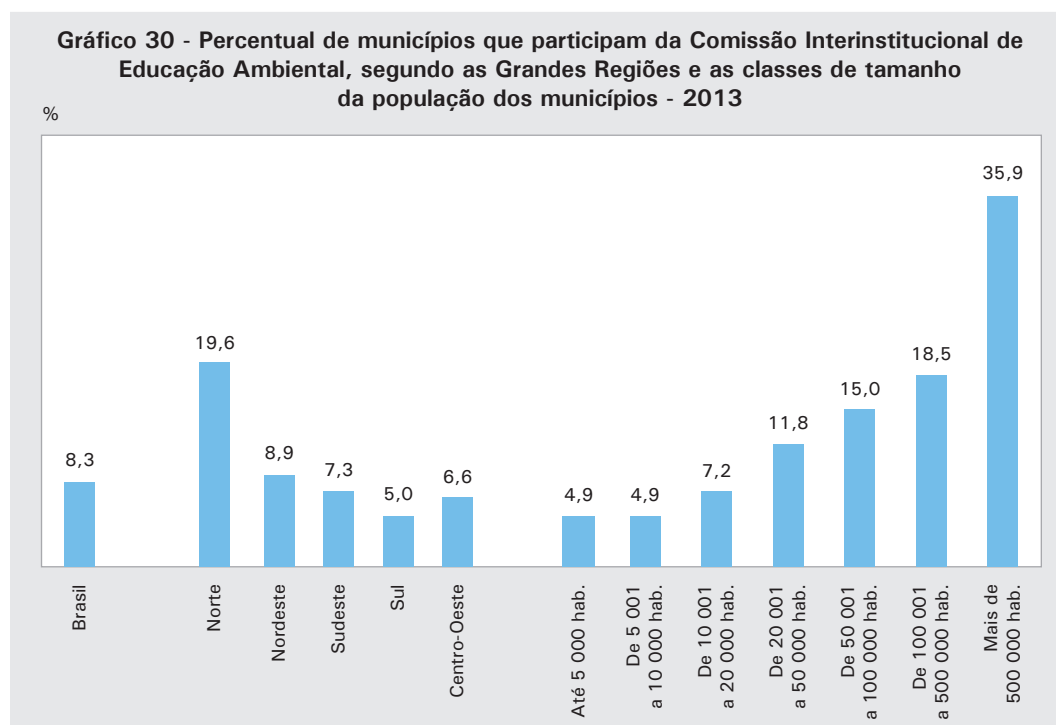
A Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental tem como finalidade promover a discussão, a gestão, a coordenação, o acompanhamento e a avaliação, bem como a implementação das atividades em educação ambiental. A Comissão pode ser de âmbito estadual ou similar, podendo ser de caráter consultivo e/ou deliberativo¹⁶.

Na MUNIC 2013, a maioria dos municípios brasileiros (4 476, representando 80,4% do total) desconhece o que seja essa Comissão ou comissão similar, e 11,4% conhecem, mas não participam da Comissão. Apenas 8,3% conhecem e participam (Gráfico 30),

¹⁶ Para informações complementares sobre o tema, consultar: ÓRGÃO GESTOR DA POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL (Brasil). CIEAS: comissões estaduais interinstitucionais de educação ambiental. Brasília, DF, 2005. (Série documentos técnicos, 1). Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/educamb/_arquivos/dt_01.pdf>. Acesso em: abr. 2014.

destacando-se com resultados acima da média as Regiões Norte (19,6%) e Nordeste (8,9%), e os municípios com população acima de 20 000 habitantes, sendo o percentual mais elevado referente aos municípios com mais de 500 000 habitantes (35,9%).

Dentre os municípios que participam da Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental ou similar, 77,4% tiveram pelo menos uma reunião desta nos últimos 12 meses. Esse percentual de participação em reuniões é superior a 50% em todas as Grandes Regiões, variando de 85,2%, na Região Norte, a 69,5%, na Região Sul.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013.

Iniciativas na área de consumo sustentável

O consumo sustentável envolve a escolha de produtos que minimizem o uso de recursos naturais em sua produção, que garantam o emprego decente aos envolvidos no processo produtivo, e que sejam facilmente reaproveitados ou reciclados. Significa comprar aquilo que é realmente necessário, estendendo a vida útil dos produtos tanto quanto possível¹⁷.

A MUNIC 2013 investigou se o governo municipal está implementando alguma iniciativa, como, por exemplo, campanha, legislação, parceria, na área de consumo sustentável. Do conjunto de municípios brasileiros, 41,0% apresentavam alguma iniciativa nesse sentido (Gráfico 31). Em termos das Grandes Regiões, verifica-se a maior presença nas Regiões Sudeste (46,0%) e Sul (44,5%). Seguem, em ordem decrescente, as Regiões Norte (40,4%), Centro-Oeste (36,2%) e Nordeste (35,5%). Os estados com maiores incidências foram São Paulo (63,1%) e Ceará (58,7%), e as menores incidências foram registradas no Piauí (21,0%) e na Paraíba (24,2%).

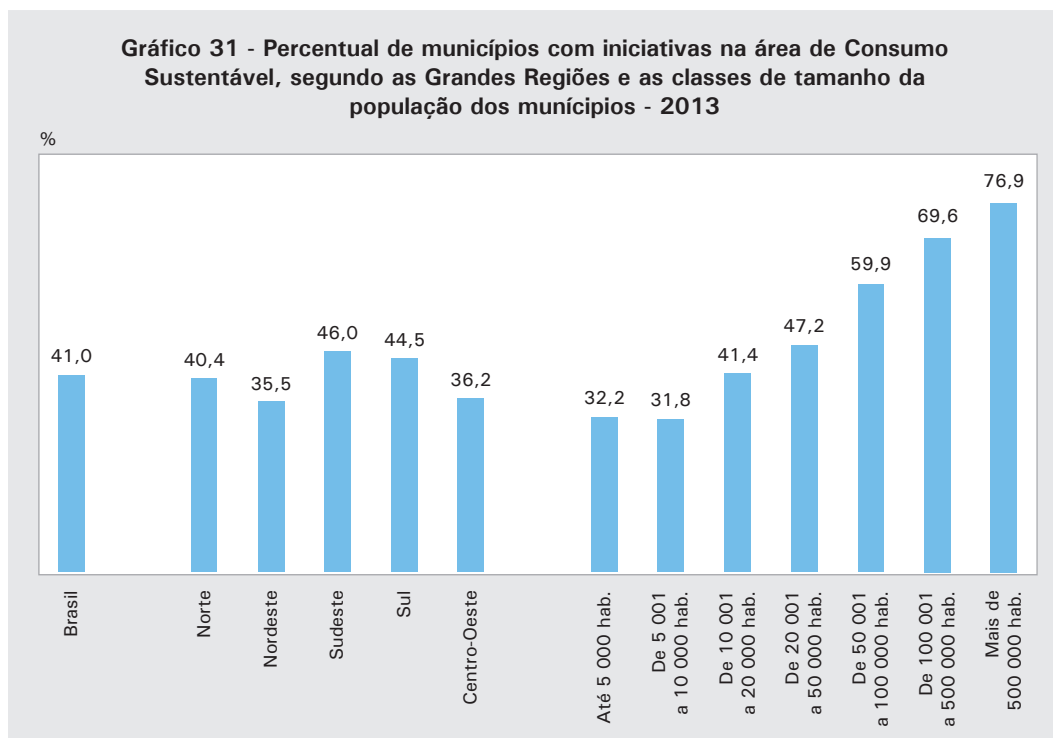
¹⁷ Para informações complementares sobre o tema, consulta: BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. *O que é consumo sustentável*. Brasília, DF, 2014f. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/producao-e-consumo-sustentavel/conceitos/consumo-sustentavel>>. Acesso em: abr. 2014.

O percentual de municípios que estavam implementando iniciativas na área de consumo sustentável aumenta à medida que se avança para as maiores classes de tamanho da população, a partir da faixa de 5 001 a 10 000 habitantes (31,8%), chegando a 76,9% nos municípios com mais de 500 000 habitantes. Entre os municípios com até 5 000 habitantes, 32,2% possuíam Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos.

Entre os municípios que implementaram iniciativas na área de consumo sustentável, a mais frequente, dentre as investigadas, é a relativa à redução do consumo de água e energia (47,8%), provavelmente devido ao impacto na redução dos gastos do governo municipal. Seguem, em importância, as iniciativas: Redução do uso de sacolas plásticas (40,0%); Uso de critério ambiental em compra ou concorrência pública (19,0%); e Sustentabilidade ambiental das instituições públicas, como a Agenda Ambiental na Administração Pública (18,2%). A incidência de outras iniciativas além das especificadas é de 53,1%.

O percentual de iniciativas relacionadas à Redução do uso de sacolas plásticas pouco se altera nas diferentes classes de população dos municípios, oscilando em torno de 40,0%. No caso das iniciativas de Uso de critério ambiental em compra ou concorrência pública e, principalmente, de Sustentabilidade ambiental das instituições públicas, a presença aumenta à medida que se avança nas faixas de população dos municípios, chegando a, respectivamente, 36,7% e 60,0% naqueles com mais de 500 000 habitantes.

Em termos das Grandes Regiões, os destaques por iniciativa são: Redução do uso de sacolas plásticas (Região Sul, 44,0%); Sustentabilidade ambiental das instituições públicas (Região Norte, 28,0%); Redução do consumo de água ou energia (Região Nordeste, 53,1%); Uso de critério ambiental em compra ou concorrência pública (Região Sudeste, 27,0%); e Outras iniciativas (Região Sul, 57,2%).



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013.

Política de gênero

A análise das políticas públicas no Brasil associadas com a questão da territorialidade é uma tarefa complexa, porque envolve não somente entender as problemáticas inerentes à diversidade regional e à ocupação espacial, como relacionar o papel do poder público na gestão do território e no atendimento das demandas sociais¹⁸. O marco legal da divisão territorial brasileira é a Constituição Federal do Brasil, de 1988, que conferiu autonomia político-administrativa à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios. As implicações dessa descentralização proposta pela atual Constituição Federal consistem não somente na redistribuição financeira dos recursos, mas na definição das competências e responsabilidades de cada ente federativo.

O desafio do atual modelo de gestão descentralizada é evitar a sobreposição de ações e proporcionar maior articulação entre os três níveis de governo. No âmbito das políticas sociais, a operacionalização desse modelo de gestão das ações e da oferta de serviços, em alguns casos, tem se dado através da criação de sistemas nacionais de políticas, como o Sistema Único de Saúde - SUS e o Sistema Único de Assistência Social - SUAS (SOUZA, 2011).

A ideia de descentralização está relacionada também com a existência de organismos e estruturas mais próximos da população, fazendo com que as etapas do processo de formulação das políticas públicas sejam guiadas pelos princípios da universalidade, transparência, equidade e controle social (JACOBI, 2002).

¹⁸ Para uma discussão sobre intersetorialidade e regionalização, consultar: FERNANDES, A. T.; CASTRO, C.; MARON, J. *Desafios para implementação de políticas públicas: intersetorialidade e regionalização*. Trabalho apresentado no VI Congresso Consad de Gestão Pública, realizado em Brasília, DF, 2013. 20 p. Painel Governança em rede: inovações da gestão regionalizada em Minas Gerais. Disponível em: <http://www.escoladegoverno.pr.gov.br/arquivos/File/2013/V_CONSAD/VI_CONSAD/025.pdf>. Acesso em: abr. 2014.

O conceito de intersetorialidade é outro princípio fundamental na gestão municipal. Esse conceito pressupõe uma integração das políticas públicas e uma articulação entre os diversos atores, evitando, assim, a fragmentação e a sobreposição das mesmas (TUMELERO, 2013). Segundo Junqueira (1998, p. 15), “a intersetorialidade não é um conceito que engloba apenas as políticas sociais, mas também sua interface com outras dimensões da cidade, como sua infra-estrutura e ambiente, que também determinam sua organização e regulam a maneira como se dão as relações entre os diversos segmentos sociais”. Junqueira (1998) ressalta ainda que esta concepção de descentralização e intersetorialidade presume um novo formato organizacional das prefeituras, estruturadas setorialmente para atender às necessidades da população.

Na gestão da política de gênero, o conceito de intersetorialidade se confunde com a abordagem de transversalidade das políticas públicas. Segundo Bandeira (2005), a transversalidade de gênero nas políticas consiste em “elaborar uma matriz que permita orientar uma nova visão de competências (políticas, institucionais e administrativas) e uma responsabilização dos agentes públicos em relação à superação das assimetrias de gênero, nas e entre as distintas esferas do governo”.

Farah (2004b) ressalta que a partir da década de 1980, como resultado do processo de democratização e da luta dos movimentos feministas e de mulheres, tem aumentado a incorporação das questões de gênero na agenda governamental, fazendo parte, inclusive, da agenda dos governos locais. Com efeito, os municípios passaram a constituir espaço privilegiado da ação pública na redução das desigualdades sociais. Entretanto, o desafio do atual modelo na gestão da política de gênero é ainda maior, visto que a incorporação da perspectiva de gênero nas políticas públicas é um tema ainda pouco explorado e em construção (FARAH, 2004a).

A elaboração do primeiro Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, em 2004, e atualmente na sua terceira edição, constituiu um passo importante nesse sentido. O Plano Nacional de Políticas para as Mulheres 2013-2015 ressalta que a transversalidade de gênero não seja somente horizontal, isto é, entre os Ministérios, como também vertical, visto que a promoção da igualdade de gênero é um compromisso não somente dos organismos de políticas para as mulheres, mas de todos os órgãos nos diferentes níveis de governo. Além disso, chama a atenção para o fato de que a “transversalidade permite abordar problemas multidimensionais e intersetoriais de forma combinada, dividir responsabilidades e superar a persistente “departamentalização” da política” (BRASIL, 2013, p. 10).

No Plano 2013-2015, foram definidos 10 eixos prioritários da política pública de gênero, com objetivos, metas e ações, nas temáticas de: Igualdade no mundo do trabalho e autonomia econômica; Educação para igualdade e cidadania; Saúde integral das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos; Enfrentamento de todas as formas de violência contra as mulheres; Fortalecimento e participação das mulheres nos espaços de poder e decisão; Desenvolvimento sustentável com igualdade econômica e social; Direito à terra com igualdade para as mulheres do campo e da floresta; Cultura, esporte, comunicação e mídia; Enfrentamento do racismo, sexismo e lesbofobia; e Igualdade para as mulheres jovens, idosas e mulheres com deficiência.

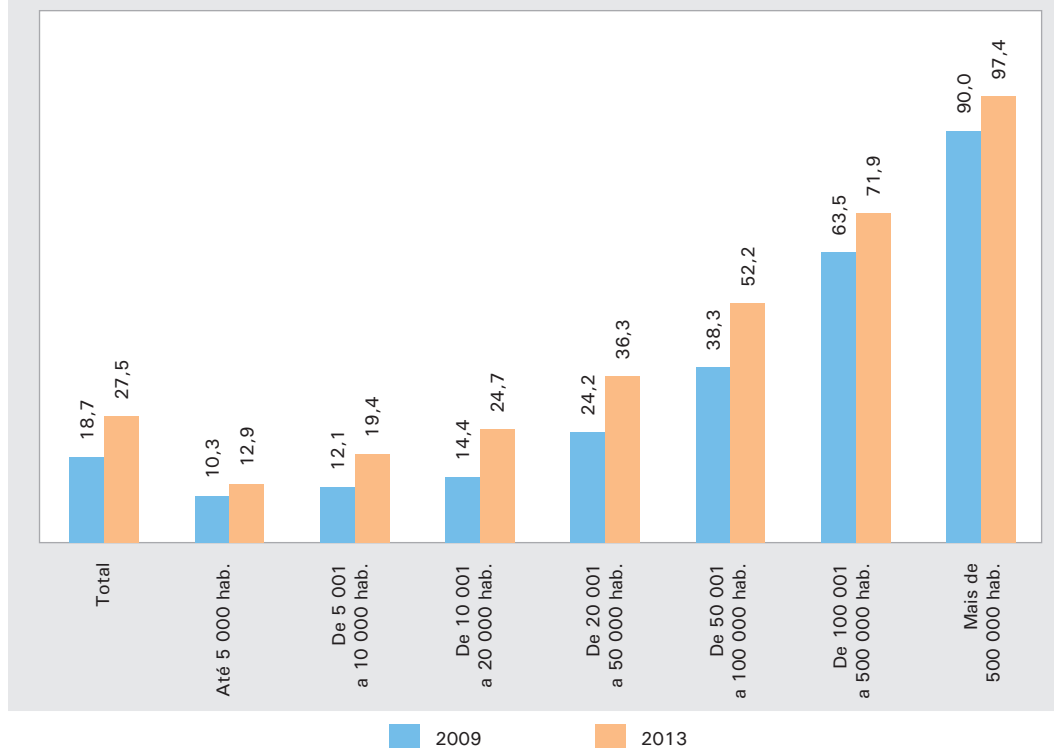
Nesse sentido, as informações apresentadas na Pesquisa de Informações Básicas Municipais - MUNIC 2013 sobre a existência de mecanismos, serviços e estruturas de políticas para as mulheres, tais como órgão responsável de políticas para mulheres, orçamento específico, execução de ações para grupos específicos de mulheres,

articulação com outros órgãos municipais e estaduais, Plano Municipal de Políticas para as Mulheres, Conselho Municipal de Políticas para as Mulheres, casas-abrigo e o tipo de atendimento prestado, serviços especializados e de outras estruturas, são uma importante fonte de dados para o aprimoramento e o monitoramento das políticas de gênero no País.

Os resultados da MUNIC 2013 indicaram que somente 27,5% dos municípios brasileiros possuíam estrutura para a formulação, coordenação e implementação de políticas para as mulheres. Em 2009, quando o tema foi pesquisado pela primeira vez na MUNIC, esse percentual era de 18,7%. O aumento de cerca de nove pontos percentuais em quatro anos é reflexo dos movimentos político e social para o reconhecimento da necessidade de criação de estruturas que promovam a igualdade de gênero em todos os setores da política pública e nos diferentes níveis de governo.

A existência dessas estruturas de gestão da política de gênero varia de acordo com o porte dos municípios. À medida que aumenta o tamanho da população, cresce o percentual de municípios com esse tipo de estrutura. Nos municípios com até 5 000 habitantes, apenas 12,9% deles possuíam estrutura para a gestão da política de gênero; por outro lado, nos municípios com mais de 500 000 habitantes, esse percentual se eleva para 97,5% (Tabela de resultado 73 e Gráfico 32). Vale ressaltar que cerca de 70% dos municípios brasileiros (3 852) apresentam população com até 20 000 habitantes, e menos de ¼ destes possuíam estruturas para a gestão da política de gênero. Por outro lado, os municípios com mais de 500 000 habitantes representam menos de 1% do total de municípios no País e contavam, em sua quase totalidade, com esse tipo de estrutura.

Gráfico 32 - Percentual de municípios com estrutura para a gestão da política de gênero, segundo as classes de tamanho da população dos municípios - Brasil -2009/2013



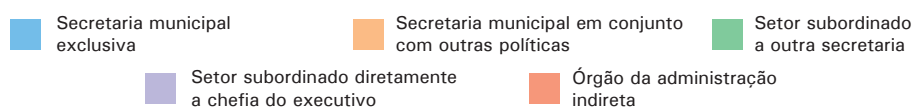
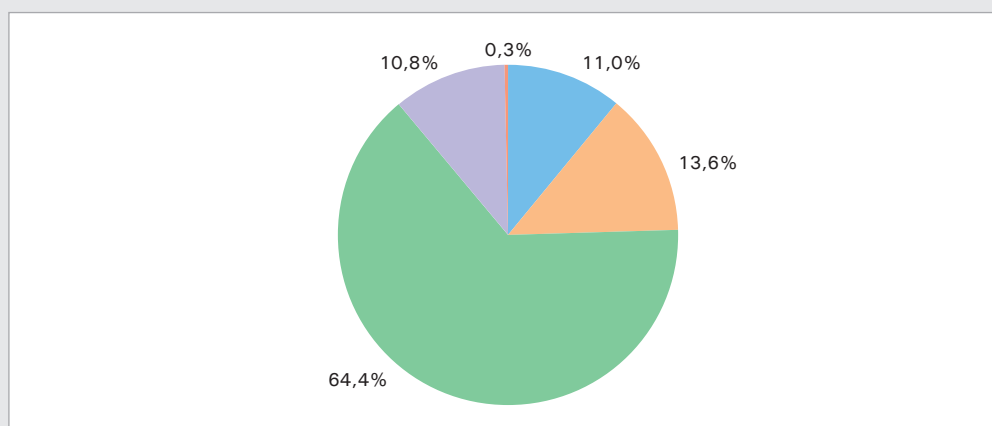
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009/2013.

Na comparação com 2009, verificou-se que as cidades médias foram as que mais criaram estruturas de gestão da política de gênero. Nos municípios com população na faixa de 10 001 a 20 000 habitantes, houve um aumento de 71,5%; entretanto, a maior variação em pontos percentuais no período ocorreu nos municípios com população na faixa de 50 001 a 100 000 habitantes (13,9 pontos percentuais).

O percentual de municípios com estrutura de gestão da política de gênero é diferenciada entre as Grandes Regiões e os estados. A Região Sudeste, com 1 668 municípios, possui o menor percentual de municípios com esse tipo de estrutura (22,2%). O Estado do Rio de Janeiro apresenta o maior percentual de municípios com estrutura de gestão da política gênero da região (56,5%), enquanto Minas Gerais é o menor (19%). A região com o maior percentual de municípios com estrutura de gestão da política de gênero é a Nordeste, dado que 33,6% de seus 1 794 municípios a possuem. No Estado de Pernambuco, a taxa de cobertura chega a 77,3%; entretanto, no Estado da Paraíba, este percentual é de apenas 14,3% (Tabela de resultado 72).

Além da criação da estrutura de gestão da política de gênero, outro aspecto relevante é o tipo de estrutura adotado. Nos municípios, a principal estrutura responsável pela formulação, coordenação e implementação de políticas para as mulheres se caracteriza como setor subordinado a outra secretaria (64,4%). As secretarias exclusivas estão presentes em somente 11% dos municípios, mas representam uma variação de quase o dobro na comparação com 2009, cujo percentual era de 6,5% (Gráfico 33). Nos municípios com mais de 500 000 habitantes, o percentual daqueles com secretaria exclusiva chega a 31,6%. A criação de secretarias exclusivas é incentivada em virtude do caráter transversal da política de gênero, resultando em que a secretaria não esteja vinculada somente a áreas específicas e tenha um alcance mais amplo nas políticas públicas. A criação de estruturas exclusivas, entretanto, muitas das vezes, constitui um desafio para a gestão pública nas mais diversas áreas, seja quanto à coordenação, seja quanto às características orçamentárias.

Gráfico 33 - Percentual de municípios com estrutura para a gestão da política de gênero, por caracterização do órgão gestor - Brasil - 2013



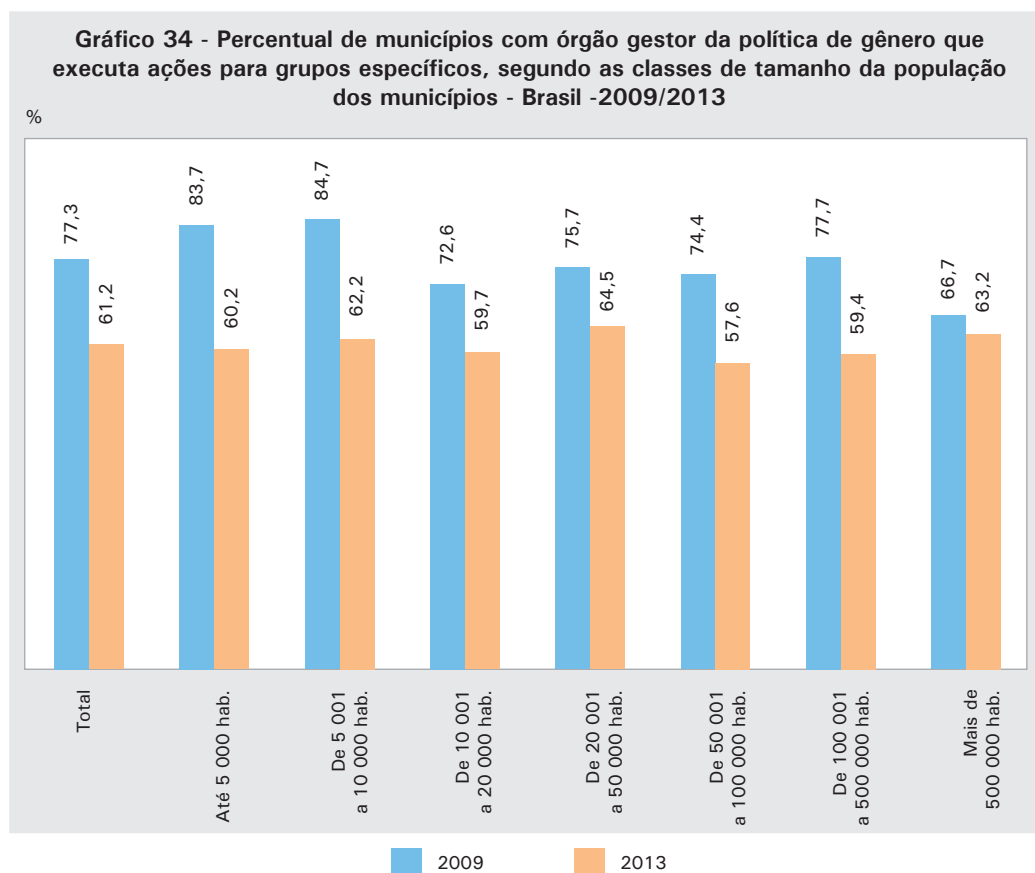
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013.

Segundo os dados da MUNIC 2013, dos 1 533 municípios com estrutura de gestão da política de gênero, apenas 229 possuíam orçamento específico para a formulação, coordenação e implementação de políticas para as mulheres. O percentual de municípios com orçamento específico varia de acordo com o porte de tamanho da população dos municípios, visto que, nos municípios com órgão gestor e população com até 5 000 habitantes, somente 2,5% possuíam orçamento específico. Nos municípios com mais de 500 000 habitantes, metade deles contavam com orçamento específico para a política de gênero (Tabela de resultado 75). Com efeito, a existência de orçamento próprio e o montante financeiro são aspectos importantes que interferem na gestão das políticas públicas de promoção da igualdade de gênero.

Nos municípios cujas estruturas de gestão da política de gênero estão subordinadas ou associadas a outras políticas, mais de 80% delas estava vinculada à política de Assistência Social, seguindo-se a política de Saúde com 12,5% (Tabelas de resultados 73 e 74). Nos municípios mais populosos, essa concentração na pasta de Assistência Social se reduzia, ganhando espaço as áreas de Direitos Humanos (18,2%) e Outras (12,7%). Essa vinculação da política de gênero à política de Assistência Social, principalmente nos municípios menos populosos, pode ser explicada, em parte, pela estrutura consolidada na gestão de políticas que se implantou no País após a Constituição Federal do Brasil, de 1988. Como mecanismo para facilitar a coordenação intergovernamental, foi criado o Sistema Único de Assistência Social - SUAS, que organiza a oferta da assistência social em todo o Brasil¹⁹.

Os resultados da MUNIC indicaram ainda que, em 2013, dos 1 533 municípios com órgão gestor da política de gênero, 61,2% deles executavam ações para grupos específicos, entretanto evidencia-se uma redução na comparação com 2009, cujo percentual era de 77,3%. Além disso, em 2009, os resultados apontavam que os municípios menos populosos tinham maior atuação na promoção de ações para grupos específicos em relação àqueles de maior porte. Em 2013, por sua vez, praticamente não havia distinção entre os municípios por classes de tamanho da população, mas eram os de médio porte, com população na faixa de 20 001 a 50 000 habitantes, que apresentavam a proporção mais elevada de municípios com ações para grupos específicos (64,5%). Em termos relativos, os municípios menos populosos foram os que mais reduziram a atuação em ações para grupos específicos (Tabela de resultado 77 e Gráfico 34).

¹⁹ Outro mecanismo criado foi o Sistema Único de Saúde - SUS, responsável pela gestão dos serviços de saúde prestados por órgãos públicos, nos três níveis de governo, e as instituições privadas, que atuam de forma complementar.



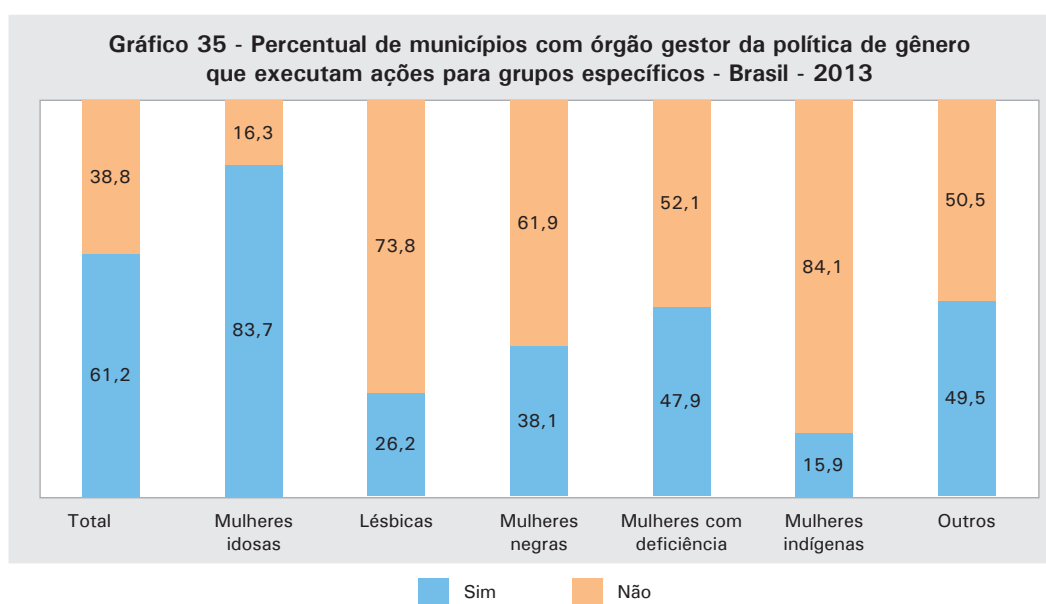
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009/2013.

Os principais grupos populacionais focalizados pelos órgãos gestores da política de gênero foram as mulheres idosas e as mulheres com deficiência, considerando que 83,7% dos municípios executavam ações para o primeiro grupo, e 47,9%, para o segundo (Gráfico 35). As mulheres indígenas, as lésbicas e as mulheres negras são as categorias cuja atuação das prefeituras com políticas era mais reduzida (15,9%, 26,2% e 38,1%, respectivamente).

No caso das mulheres idosas, os municípios menos populosos foram os que mais reportaram que os órgãos responsáveis pela política de gênero executavam políticas para esse grupo populacional. Por outro lado, quando se analisa a proporção de municípios que executavam ações para as mulheres com deficiência, verifica-se que os municípios mais populosos são os mais propagadores de políticas inclusivas para este grupo. Nos municípios com mais de 500 000 habitantes, 62,5% dos órgãos gestores da política de gênero executavam políticas para mulheres com deficiência; em contrapartida, nos municípios com até 5 000 habitantes, esse percentual era de 39,2%.

A atuação dos órgãos gestores da política de gênero com ações para os grupos de lésbicas e mulheres negras é diferenciada segundo o porte de tamanho da população dos municípios. Com ações voltadas para a categoria de lésbicas, somente

5,2% dos municípios com população até 5 000 habitantes as executavam, entretanto, nos municípios com mais de 500 000 habitantes, esse percentual chega a 75%. O mesmo padrão é evidenciado na categoria de mulheres negras, cujas ações para esse grupo eram realizadas em apenas 14,4% dos municípios com até 5 000 habitantes e alcança 79,2% dos municípios com mais de 500 000 habitantes. A categoria de mulheres indígenas apresenta um padrão semelhante; no entanto, mesmo em municípios mais populosos, a execução de ações para esse grupo era bastante reduzida, abrangendo apenas 33,3% dos municípios com mais 500 000 habitantes.

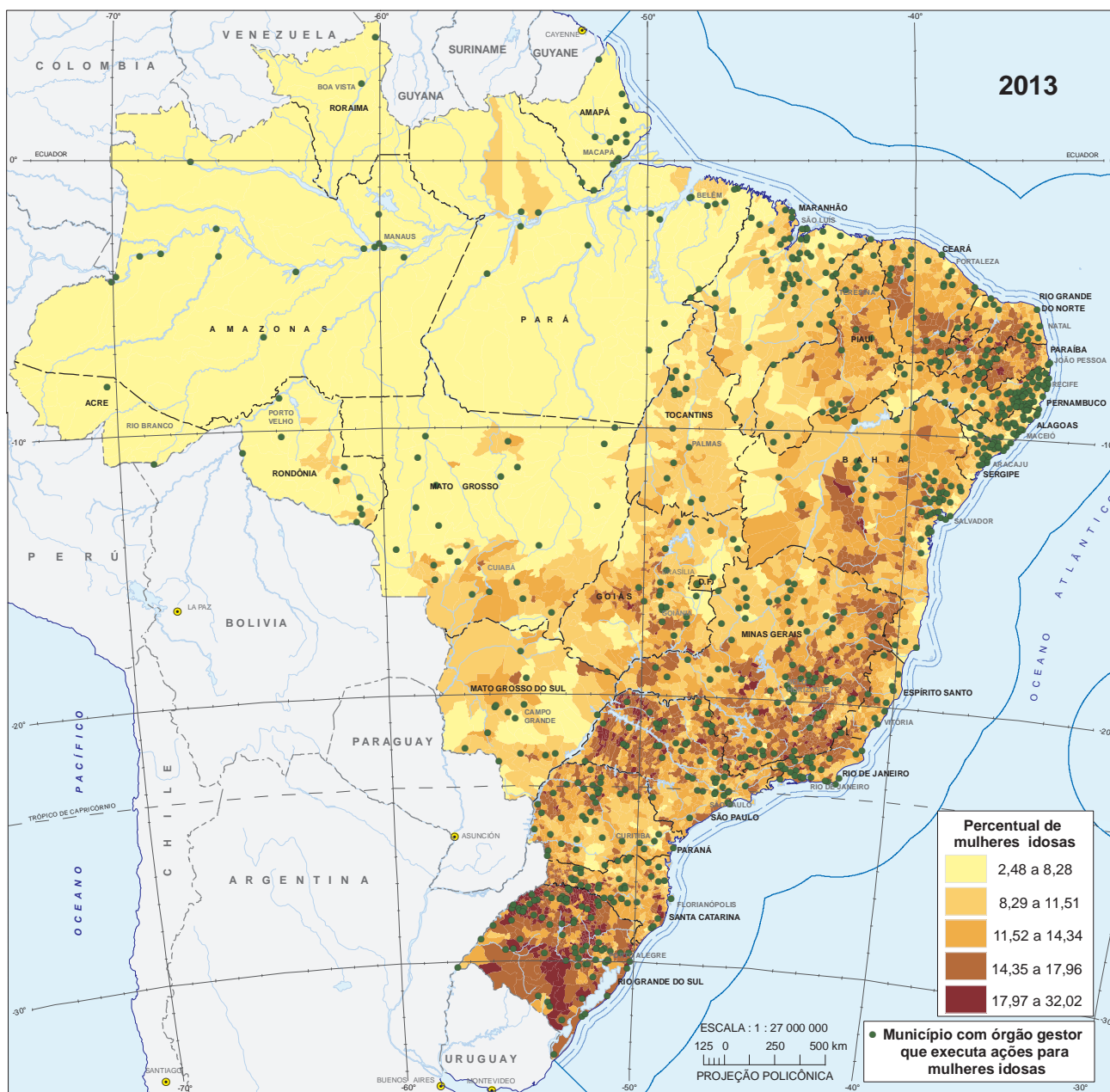


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013.

Os estados com as menores proporções de municípios com órgão gestor da política de gênero que realizava ações para grupos específicos na sua respectiva região, conforme mostra a Tabela de resultado 80, são Acre (33,3%), Sergipe (47,6%), São Paulo (48,5%), Rio Grande do Sul (58,2%) e Mato Grosso (54,2%).

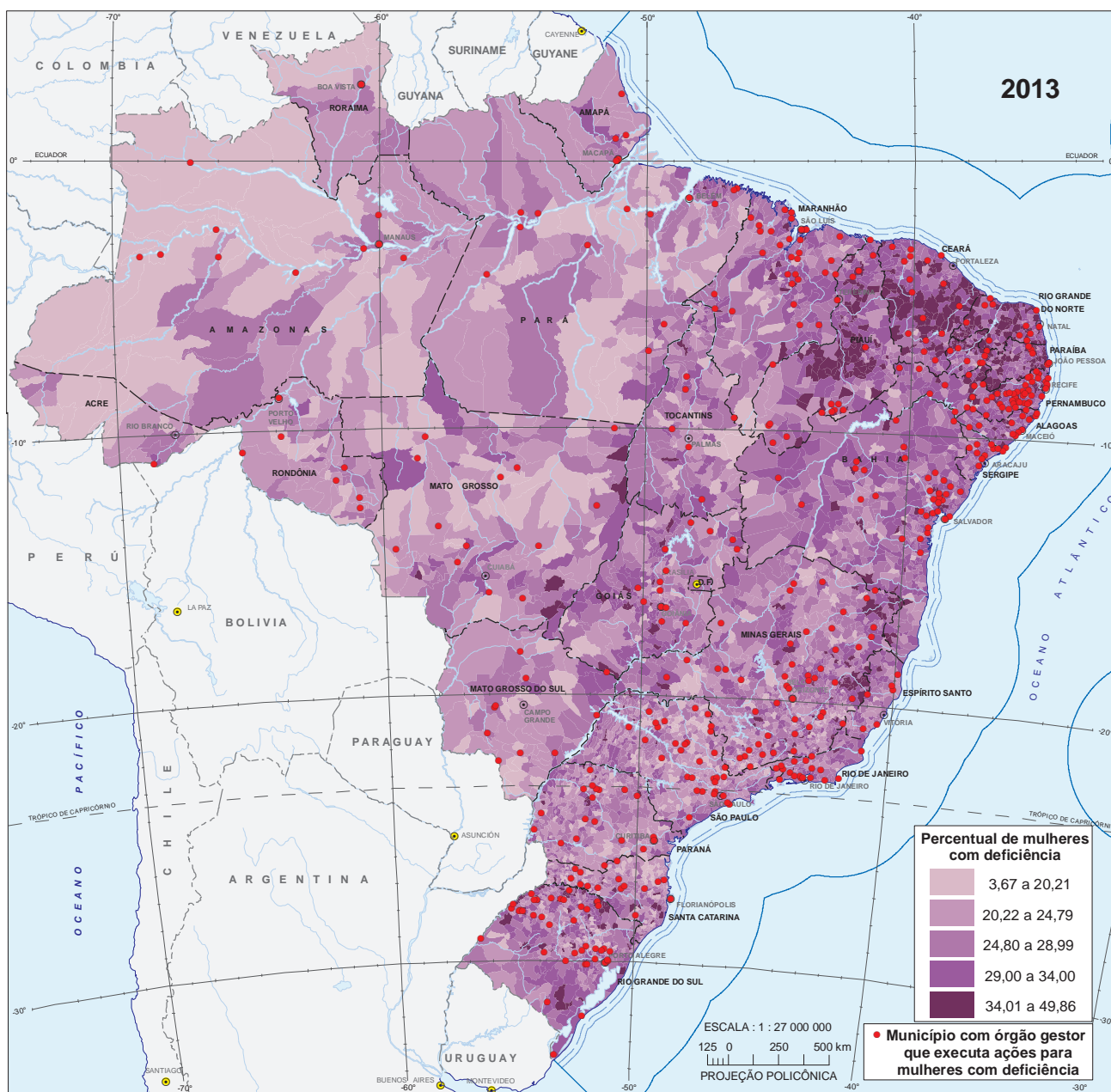
Os Cartogramas 10, 11, 12 e 13 buscam relacionar os dados da MUNIC 2013, que mostram os municípios com órgão gestor da política de gênero que executavam ações para grupos populacionais específicos, tais como mulheres idosas, mulheres com deficiência, mulheres negras e mulheres indígenas e o seu respectivo público-alvo, obtido a partir das informações do Censo Demográfico 2010. Com base nesses cartogramas, é possível identificar municípios que apresentam um percentual significativo de mulheres idosas, mulheres com deficiência, mulheres negras e mulheres indígenas, nos quais, no entanto, não havia a atuação do poder público com ações para esses grupos.

Cartograma 10 - Mulheres com 60 anos ou mais de idade e municípios com órgão gestor da política de gênero que executa ações para mulheres idosas - Brasil - 2013



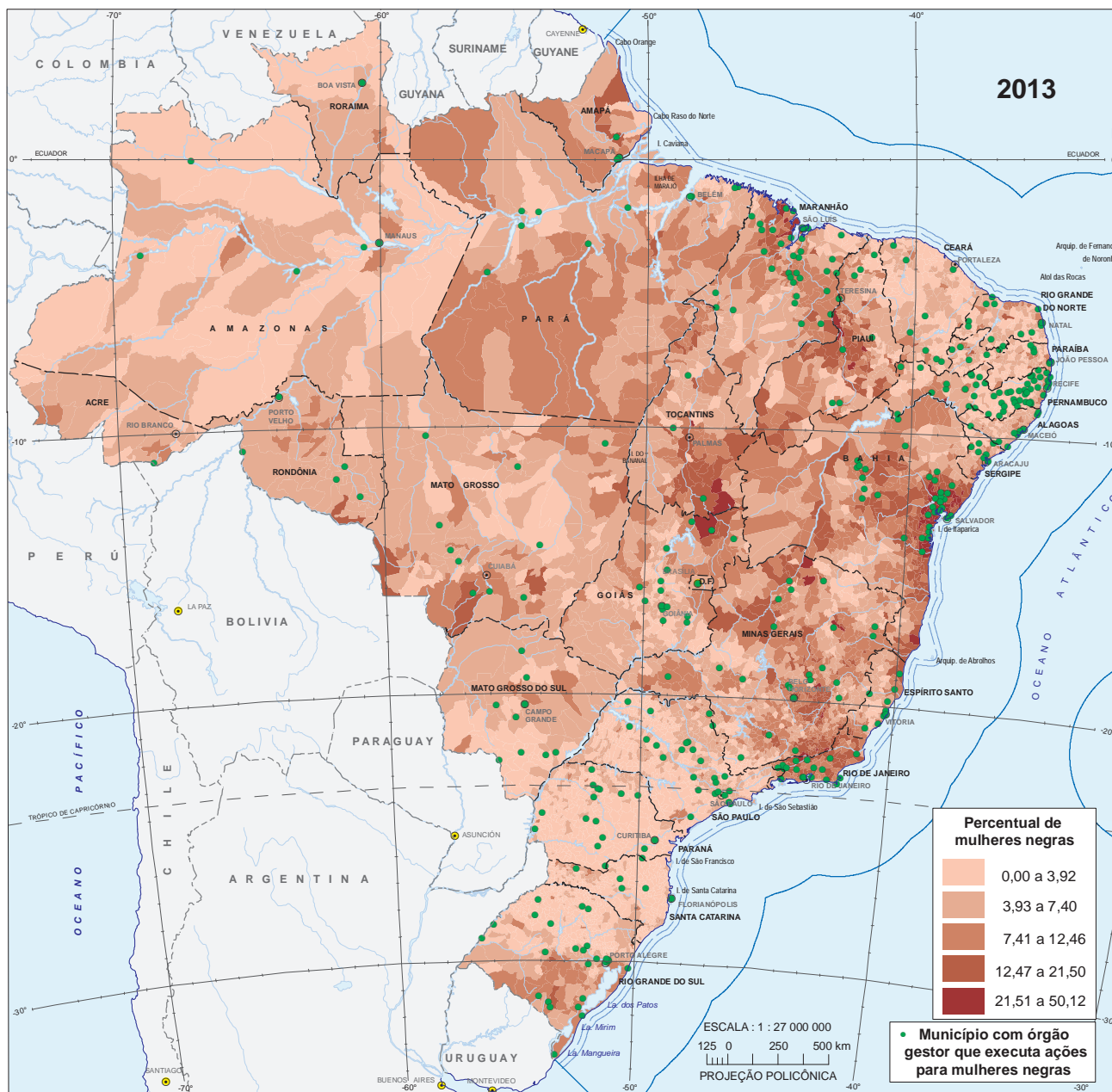
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013 e Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia.

Cartograma 11 - Mulheres com deficiência e municípios com órgão gestor da política de gênero que executa ações para mulheres com deficiência - Brasil - 2013



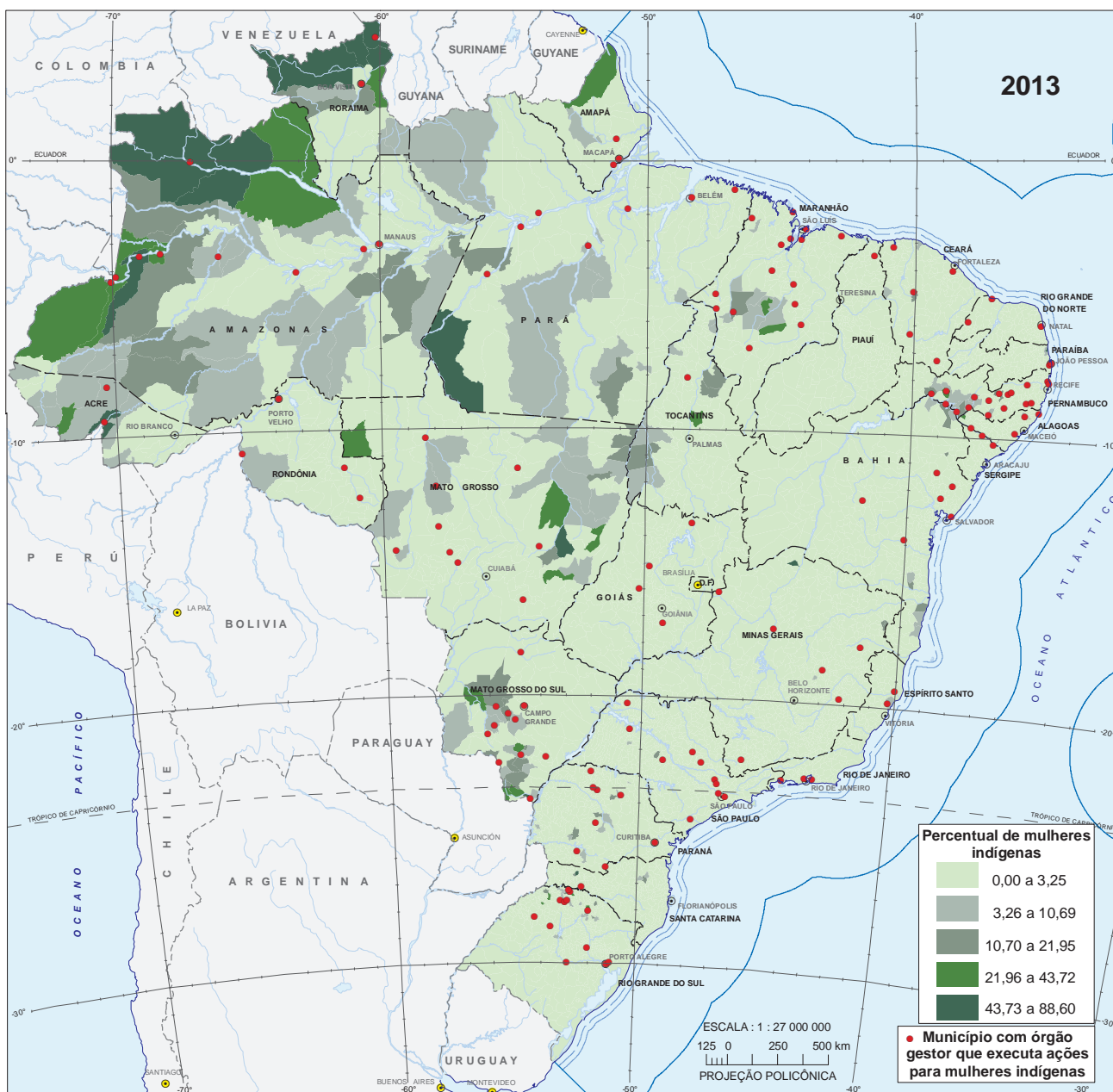
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013 e Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia.

Cartograma 12 - Mulheres de cor ou raça preta e municípios com órgão gestor da política de gênero que executa ações para mulheres negras - Brasil - 2013



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013 e Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia.

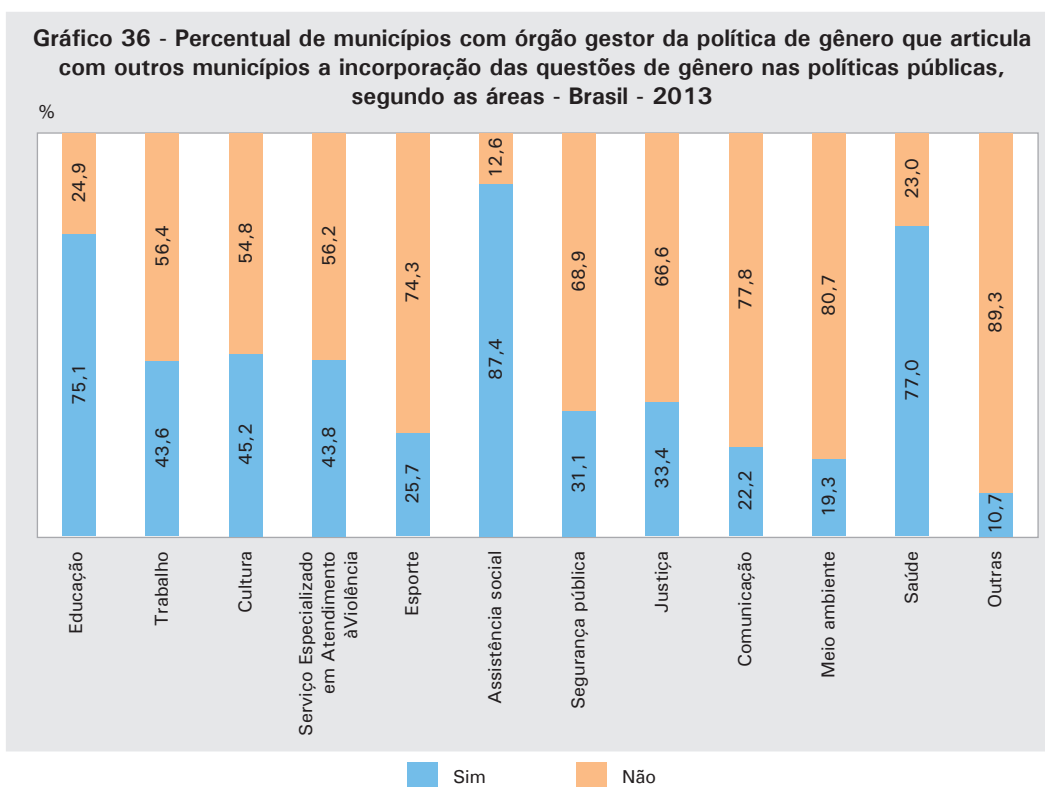
Cartograma 13 - Mulheres de cor ou raça indígena e municípios com órgão gestor da política de gênero que executa ações para mulheres indígenas - Brasil - 2013



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013 e Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia.

O percentual de municípios com órgão gestor de políticas para as mulheres que promoviam capacitação de gênero para outras áreas do governo municipal é de 41%, um aumento de cinco pontos percentuais, quando comparado com o resultado obtido em 2009. Nos municípios com até 100 000 habitantes, em menos da metade deles, o órgão gestor da política de gênero atuava com atividades de capacitação de gênero. Nos municípios com mais de 500 000 habitantes, o percentual é de 73,7%.

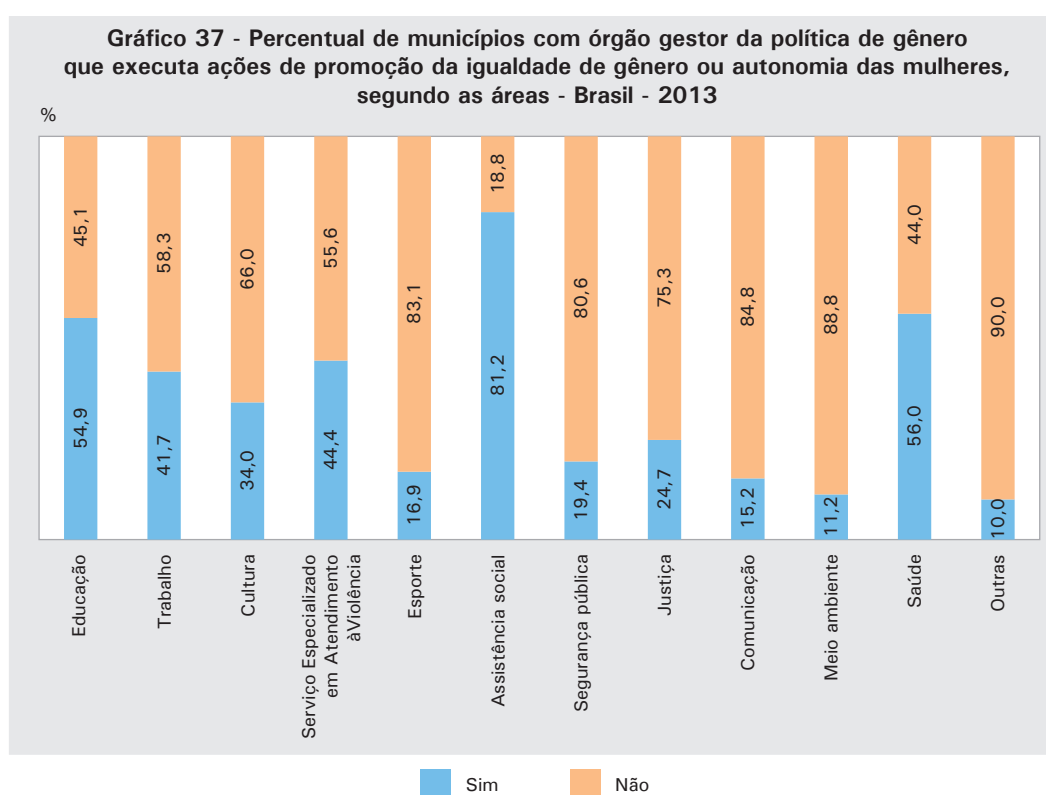
No que se refere à articulação com outros órgãos para a incorporação da perspectiva de gênero nas políticas públicas, o cenário é bem diferente considerando que 84% dos municípios atuavam nesse aspecto (Tabela de resultado 79). Em 2009, o percentual era de 76,5%. As áreas em que grande parte dos gestores fazia articulação são Assistência Social (87,4%), Saúde (77,0%) e Educação (75,1%), como mostra o Gráfico 36. Esses percentuais são ainda maiores à medida que aumenta o porte de tamanho da população dos municípios. Vale ressaltar o baixo percentual de articulação nos municípios com até 5 000 habitantes nas áreas de serviços especializados de atendimento à violência, segurança pública, comunicação, meio ambiente e outras, cujos valores são inferiores a 15%.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013.

A execução de políticas para a promoção da igualdade de gênero ou autonomia das mulheres ocorria em 67,3% dos municípios com órgão gestor. Em 2009, esse percentual era de 60,1%. Nos municípios menos populosos, com até 5 000 habitantes, cerca de 56% dos gestores executavam tais políticas. Por outro lado, nos mais populosos, com mais de 500 000 habitantes, esse percentual chega a cerca de 90% (Tabela de resultado 79 e Gráfico 37).

Dada a complexidade de efetuar um levantamento de todas as ações realizadas, é possível identificar as áreas em que as políticas estavam sendo executadas. As ações na área de Assistência Social eram realizadas por 81,2% dos municípios. A Saúde é a segunda área em que os gestores municipais mais executavam ações de promoção da igualdade de gênero (56%). Em seguida, está a área de Educação, com 54,9%. Chama a atenção, no entanto, que, nessas três áreas, os municípios mais populosos registram uma participação reduzida na execução de políticas de gênero. Além disso, na área de serviços especializados de atendimento à violência há uma elevada disparidade na execução de políticas segundo o porte de tamanho da população dos municípios. Nos municípios com mais de 500 000 habitantes, mais de 90% deles executavam políticas nessa área; entretanto, em municípios menos populosos, esse percentual não chega a 30%.

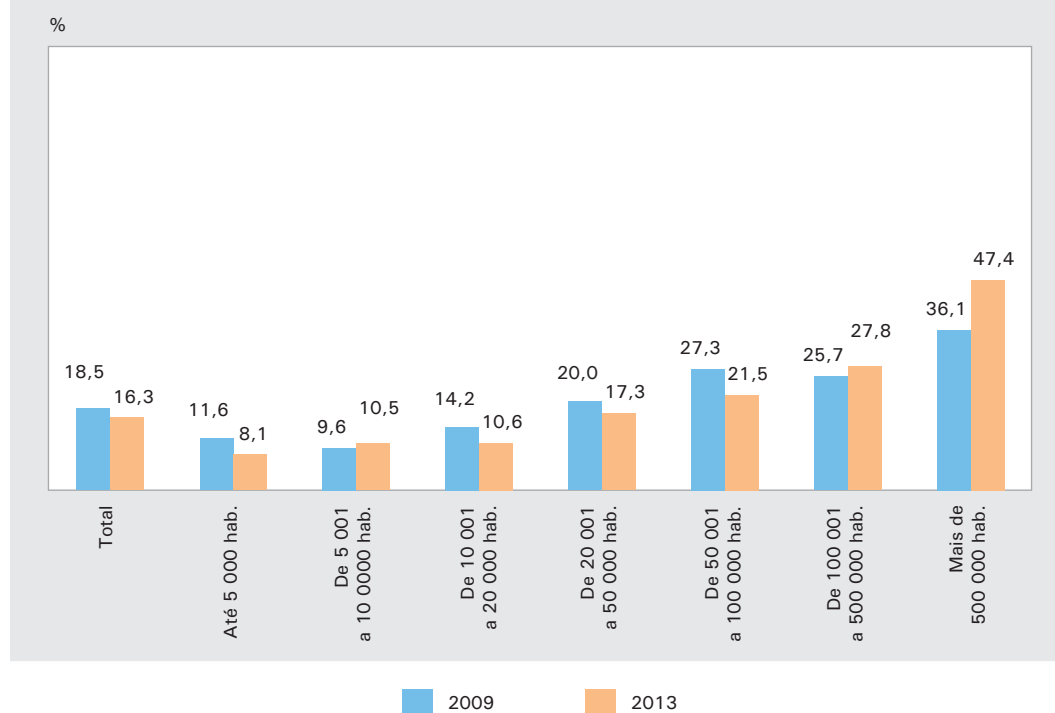


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013.

A análise da taxa de atuação dos municípios com órgão gestor da política de gênero em relação à capacitação em gênero para outras áreas do governo municipal, segundo as Unidades da Federação, mostrou que os Estados do Amazonas (33,3%), Piauí (23,6%), Minas Gerais (24,7%), Santa Catarina (26,9%) e Mato Grosso (31,3%) são aqueles com a menor taxa nesse aspecto, dada a sua respectiva região. Os estados com as menores taxas de articulação nos municípios são Tocantins (60%), Piauí (69,1%), Minas Gerais (77,8%), Rio Grande do Sul (81%) e Mato Grosso do Sul (78,1%). No que se refere à execução de políticas, os estados com a menor proporção de municípios com atuação nesse aspecto, em cada região, são Tocantins (40%), Piauí (58,2%), Espírito Santo (58,3%), Paraná (64,4%) e Mato Grosso (56,3%), conforme mostra a Tabela de resultado 80.

Nos 1 533 municípios com estrutura para a gestão da política de gênero, em 2013, apenas 250 possuíam Plano Municipal de Políticas para as Mulheres. Em 2009, embora o número de municípios com Plano fosse inferior (193 municípios), em termos relativos o percentual era maior (18,5%), visto que aumentou o número de municípios que criaram estrutura de gestão da política de gênero. Nos municípios menos populosos, com até 20 000 habitantes, a proporção daqueles com Plano é inferior à média nacional, que é de 16,3%; por outro lado, nos mais populosos, com mais de 500 000 habitantes, esse percentual chega a 47,7% (Tabelas de resultados 81 e 82 e Gráfico 38).

Gráfico 38 - Percentual dos municípios com Plano Municipal de Políticas para as Mulheres, segundo as classes de tamanho da população dos municípios - Brasil - 2009/2013

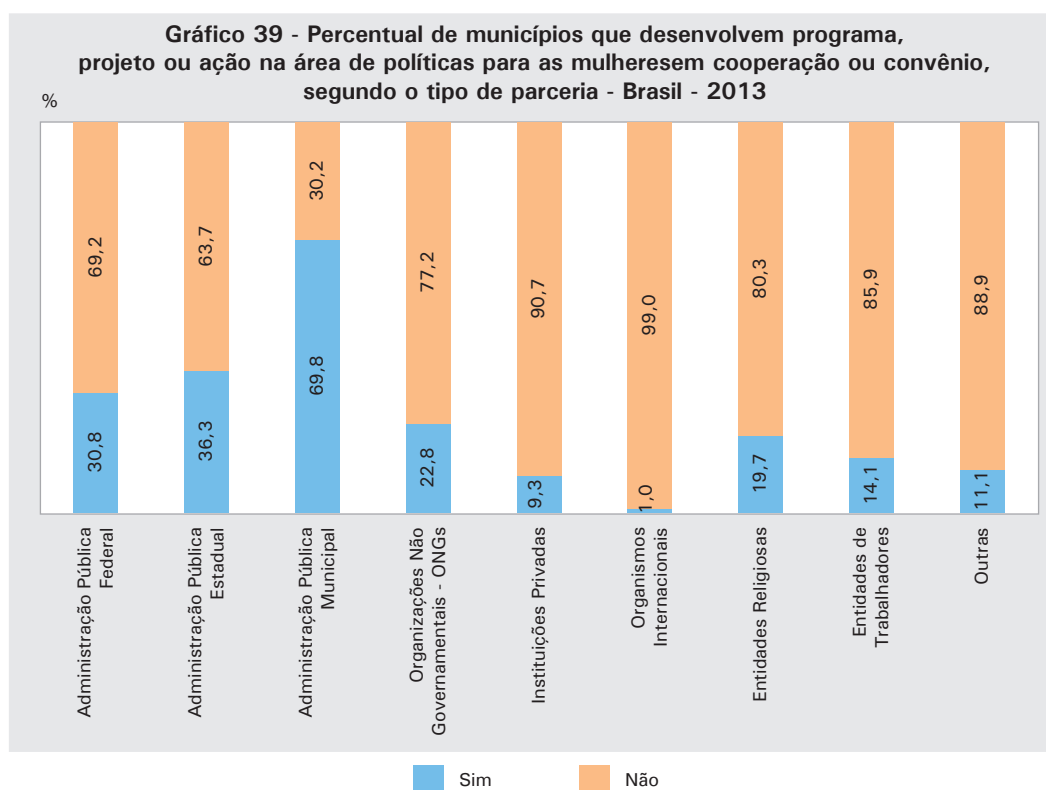


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009/2013.

Nos municípios com Plano, a maioria não possuía previsão legal para a sua implantação (65,6%). Havia 13 municípios com população até 5 000 habitantes com esse Plano; no entanto, mais de 90% não tinham previsão legal, sendo implantados voluntariamente pelos gestores da política de gênero. A Região Sul foi a que apresentou a menor proporção de municípios com Plano (11,1%); enquanto a maior foi observada na Região Nordeste (20,2%).

Segundo os dados da MUNC 2013, havia 2 141 municípios que desenvolviam programa, projeto ou ação na área de políticas para as mulheres em cooperação ou convênio, o que equivale a 38,4% do total de municípios no País. Esse resultado indica um aumento de 6,1 pontos percentuais na comparação com 2009. À medida que aumenta o porte de tamanho da população dos municípios, cresce o percentual daqueles que realizam esses tipos de cooperação ou convênio. Nos municípios com população até 5 000 habitantes, 26,7% desenvolviam programas ou projetos na área de políticas para as mulheres por meio de cooperação ou convênio. Nos municípios com população superior a 500 000 habitantes, esse percentual chega a 92,3%.

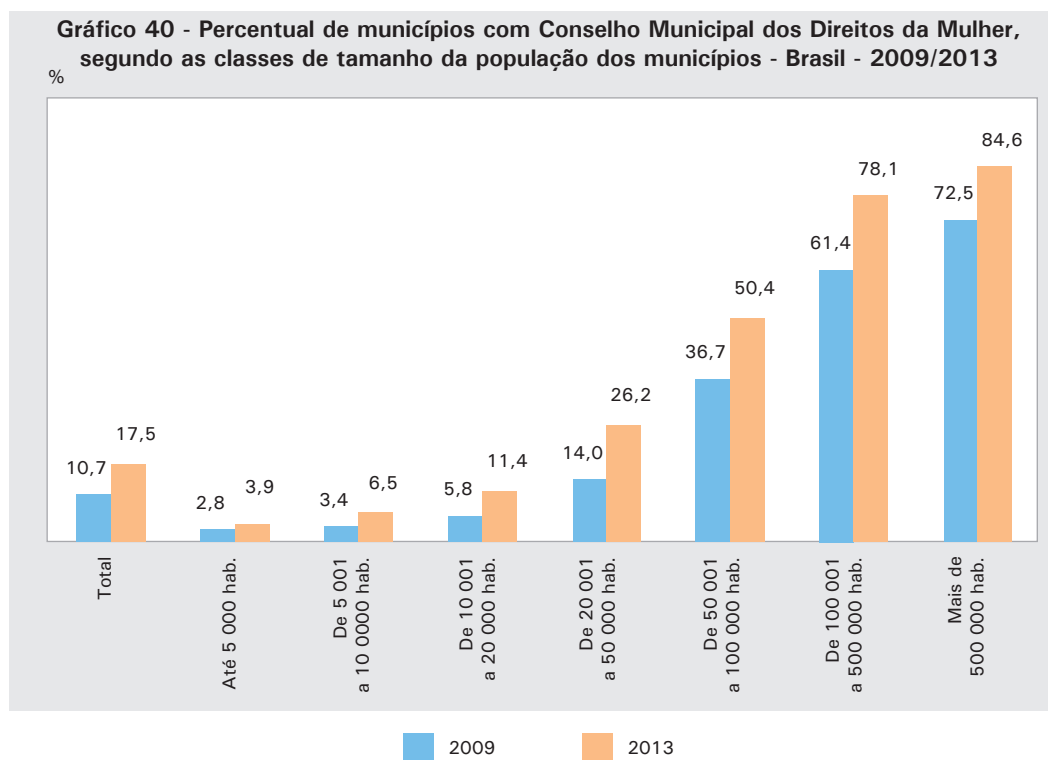
A maioria dos municípios desenvolvia programas, projetos ou ações na área de gênero por meio de convênios com outros municípios (69,8%), mas parcela significativa de prefeituras também fazia parcerias com outros estados e o governo federal (36,3% e 30,8%, respectivamente). Essas parcerias são mais expressivas nos municípios com população acima de 500 000 habitantes, visto que 83,3% dos municípios com esse porte as possuíam com outros municípios; 69,4%, com governos estaduais; e 77,8%, com a União. As organizações não governamentais (ONGs) e as entidades religiosas têm um papel importante no desenvolvimento de parcerias na área de gênero, visto que 22,8% e 19,7% dos municípios, respectivamente, desenvolviam projetos com esses organismos (Tabela de resultado 85 e Gráfico 39). Nos estados, constatou-se que Santa Catarina é o que apresenta a maior proporção de municípios que realizavam parcerias com ONGs (40,4%), e o Acre é o estado onde 50% dos municípios apresentavam parcerias com entidades religiosas (Tabela de resultado 84).



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013.

Os Conselhos Municipais dos Direitos da Mulher têm o papel de promover políticas públicas, em âmbito municipal, que visem à eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher e assegurem a participação das mulheres nas mais diversas áreas da sociedade. Além disso, esses Conselhos têm a importante atribuição de ser o organismo de articulação entre a administração pública municipal e a sociedade civil. Em 2013, somente 17,5% dos municípios do País tinham esse tipo de Conselho, o que mostra o quanto é reduzida essa interlocução entre as reivindicações das mulheres e os gestores locais. Há quatro anos, o percentual era ainda menor, visto que somente 10,7% dos municípios tinham instalados tais Conselhos (Gráfico 40). Nos municípios com até 10 000 habitantes, esse percentual é inferior a 10%. Nos

municípios mais populosos, com mais de 100 000 habitantes, o percentual daqueles com Conselho excedia a 70%. Vale ressaltar que, no período de quatro anos, os municípios com população de 10 001 a 20 000 habitantes foram os que mais criaram esses Conselhos, passando de 5,8% para 11,4%.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009/2013.

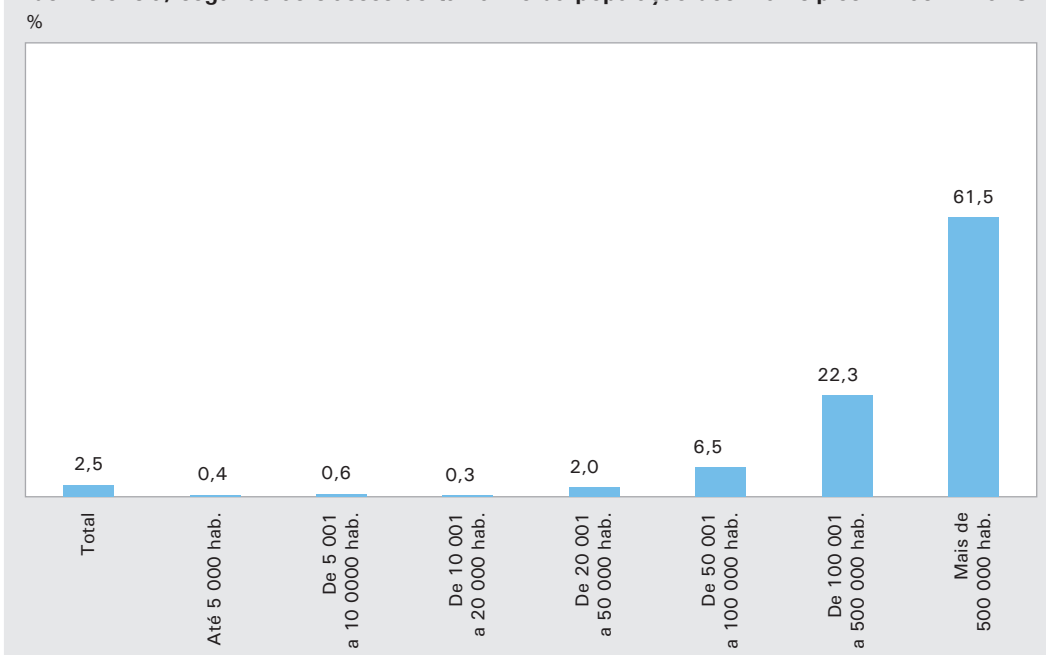
A maioria dos Conselhos Municipais dos Direitos da Mulher era paritário (91,2%), com 50% dos membros pertencentes à sociedade civil, e praticamente não havia disparidades entre os municípios segundo o tamanho da população, no que tange à característica de paridade. As principais funções dos Conselhos eram as de consulta (74,6%) e de deliberação (74,9%). A função normativa, responsável pela regulação e controle das normas legais, era a característica menos presente (41,6%). Nos municípios com mais de 500 000 habitantes, somente 27,3% dos Conselhos apresentavam essa atribuição (Tabelas de resultados 85 e 86).

Com relação à quantidade de reuniões realizadas nos últimos 12 meses pelos Conselhos, foram contabilizadas uma média de cinco no período. O número de reuniões cresce à medida que avança o porte de tamanho da população dos municípios. Naqueles com mais de 500 000 habitantes, foram realizadas, em média, nove reuniões. Dado que a maioria dos órgãos de gestão da política de gênero está vinculada ou subordinada a outra política ou secretaria, principalmente à de Assistência Social, verificou-se que 63,5% dos Conselhos estavam vinculados administrativamente a um órgão gestor da Assistência Social. No que se refere à presidência dos Conselhos, observa-se que 51% deles eram presididos por representante do governo local. Nos municípios menos populosos, com até 50 000 habitantes, os Conselhos tendiam a ser presididos por representante do governo; entretanto, naqueles com mais de 100 000 habitantes, a maior parte era presidida por representante da sociedade civil.

A Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340, de 07.08.2006) prevê a criação de casas-abrigo como medida protetiva às mulheres em situação de violência. O Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, do governo federal, estabelece também como uma das prioridades a criação de estruturas e serviços que atendam aos quatro eixos da Política Nacional de Enfrentamento da Violência contra a Mulher (prevenção, enfrentamento e combate, assistência, e acesso à garantia de direitos) (BRASIL, 2013).

Passados sete anos após a aprovação da Lei Maria da Penha, a realidade dos municípios acerca da existência de casas-abrigo de gestão municipal é preocupante, dado que somente 2,5% dos municípios brasileiros contam com esse tipo de estrutura. Nos municípios menos populosos, com até 20 000 habitantes, que correspondem a cerca de 70% do total de municípios brasileiros, é praticamente inexistente a estrutura de casas-abrigo, com apenas 16 delas para 3 852 municípios. Nos municípios com mais de 500 000 habitantes, 61,5% deles possuíam esse tipo de estrutura, como mostra o Gráfico 41 e a Tabela de resultado 87.

Gráfico 41 - Percentual de municípios com Casa-abrigo para atendimento as mulheres vítimas de violência, segundo as classes de tamanho da população dos municípios - Brasil - 2013



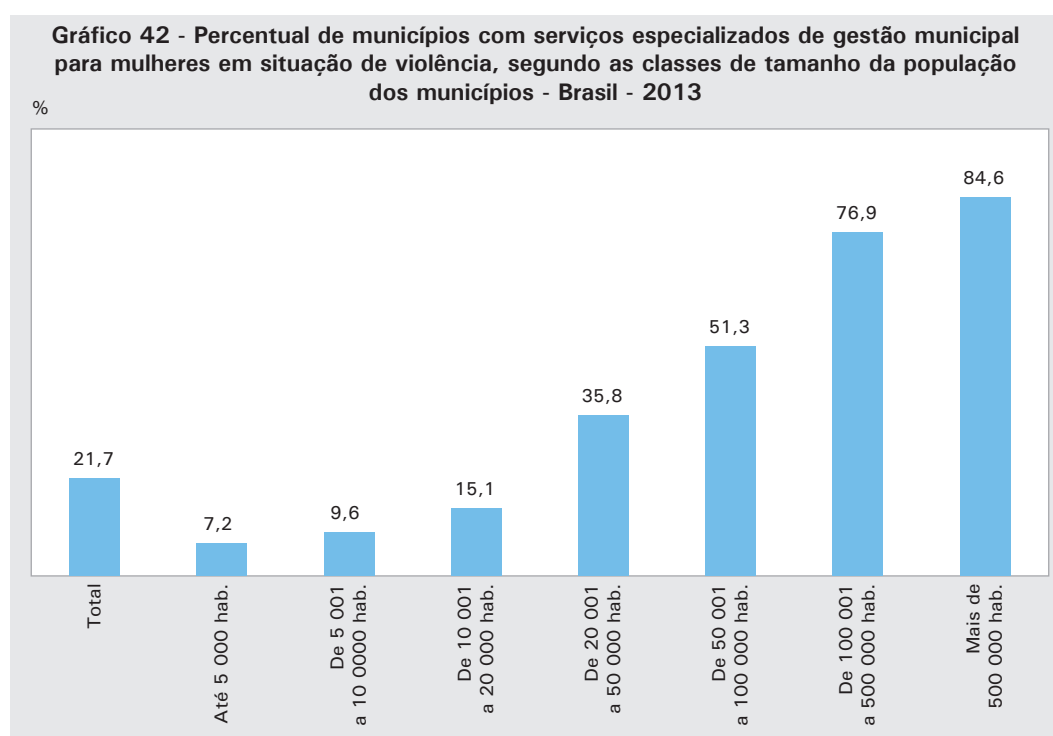
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013.

Das 155 unidades de casas-abrigo existentes nos 142 municípios, observa-se que em 35% delas o endereço não era sigiloso, embora este seja um pré-requisito para a garantia da proteção e da integridade física e psicológica da mulher em situação de violência.

São vários os serviços ofertados pelas casas-abrigo, tais como: atendimentos psicológico, social, jurídico, médico e nos casos da Lei Maria da Penha; atividades culturais e profissionalizantes; encaminhamentos para programas sociais de emprego e geração de renda e outros voltados para as mulheres com crianças, como o serviço de creche, acompanhamento pedagógico e garantia de inserção e permanência na escola. Destacam-se, no entanto, os atendimentos social, acompanhado por assistente

social, psicológico individual e médico, que eram oferecidos pelas casas-abrigo em mais de 70% dos municípios. As atividades profissionalizantes, que constituem uma maneira de dar autonomia a essas mulheres, eram desenvolvidas em somente 29,7% dos municípios (Tabela de resultado 88).

Além das casas-abrigo, a MUNIC 2013 investigou a existência de outros serviços especializados de gestão municipal para o atendimento de mulheres em situação de violência. Esses serviços especializados incluíam delegacias ou núcleos especializados de atendimento à mulher, Juizado ou Vara Especial de violência doméstica e familiar contra a mulher, serviços de saúde especializados para o atendimento dos casos de violência contra a mulher, centro especializado de atendimento à mulher em situação de violência etc. Os resultados indicam que 21,7% dos municípios ofertavam algum (ou alguns) desses serviços às mulheres em situação de violência, porém, é visível a desigualdade de acordo com o porte de tamanho da população dos municípios. Naqueles com população até 10 000 habitantes, essa oferta era inferior a 10% e, nos municípios com mais de 500 000 habitantes, a oferta era de cerca de 85% (Gráfico 42 e Tabelas de resultados 89 e 90).



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013.

Com relação às atividades desenvolvidas nessas estruturas especializadas de gestão municipal, os serviços de atendimento psicológico individual e de atendimento social acompanhado por assistente social que insira a mulher em programas sociais do governo eram os mais ofertados pelos municípios (88,8% e 86%, respectivamente, dos municípios com estrutura especializada). As atividades menos desenvolvidas nessas estruturas eram as atividades culturais, educativas e profissionalizantes (43,1%).

Além dessas estruturas especializadas de gestão municipal, identificou-se ainda a existência de outros serviços ou estruturas nos municípios, tais como: serviços de saúde especializados para o atendimento dos casos de violência contra a mulher, instituto médico legal, creches e centro de parto normal²⁰. Os serviços de saúde especializados estavam presentes em somente 7,1% dos municípios. Naqueles com até 50 000 habitantes, era praticamente inexistente esse tipo de estrutura, com um percentual inferior a 10%. Nos municípios com mais de 500 000 habitantes, o percentual dos que ofereciam serviço de saúde especializado era de 64,1%.

As unidades de instituto médico legal estavam concentradas nos municípios mais populosos, visto que, naqueles com até 50 000 habitantes, o percentual com esse tipo de estrutura é inferior a 5%. Nos municípios médios, com população de 50 001 a 100 000 habitantes, esse percentual é um pouco maior (24%). Nos municípios com mais de 500 000 habitantes, o percentual chega a 82,1%.

A oferta de creches é um aspecto importante para a política de empoderamento das mulheres. Silveira (2004) ressalta que a ampliação da política de creches significa não somente a defesa dos direitos das crianças ao bem-estar e a uma educação de qualidade, mas garante às mulheres melhores possibilidades de buscar trabalho remunerado. Os resultados da MUNIC 2013, entretanto, indicam que ainda há localidades no País que não têm sequer uma unidade disponível. Nos municípios com até 5 000 habitantes, 42,3% não possuíam uma creche²¹.

Com relação à existência de centro de parto normal nos municípios, observou-se que somente 7,7% deles ofereciam esse tipo de estrutura, no entanto, essa realidade não é muito diferente nos municípios mais populosos, dado que somente 1/3 dos municípios com mais de 500 000 habitantes apresentavam esse tipo de estrutura.

²⁰ Cabe ressaltar que essas estruturas não, necessariamente, são de gestão governamental, sendo identificada apenas sua existência no município.

²¹ A oferta de creches nos municípios é dimensionada de forma mais apropriada pela quantidade de unidades públicas e privadas disponíveis, assim como pelo público-alvo, dado pelo número de crianças de 0 a 3 anos de idade.

Gestão de riscos e resposta a desastres

A Pesquisa de Informações Básicas Municipais - MUNIC 2013, pela primeira vez, inseriu questões específicas sobre a gestão de riscos e desastres, com os objetivos de potencializar ainda mais a capacidade dessa pesquisa e contribuir na orientação de diversas políticas públicas.

O Bloco Gestão de Riscos e Resposta a Desastres surgiu da necessidade de disponibilizar informações a respeito de eventos que implicam riscos nas áreas urbanas e foi focado nos principais eventos causadores de desastres naturais, ocorridos nos últimos cinco anos anteriores ao da pesquisa, nos municípios brasileiros. Abarca informações sobre as ocorrências decorrentes de alagamentos, enchentes e inundações, e deslizamentos de encostas, bem como sobre o que vem sendo feito para evitar ou minimizar os danos por elas causados e quais os instrumentos de planejamento e gerenciamento que contemplam a prevenção dessas ocorrências.

O processo de desenvolvimento da sociedade e o crescimento das cidades com concentração da população no meio urbano, em todo o mundo, têm aumentado as tensões e o desequilíbrio ambiental com graves consequências para o bem-estar humano.

Alguns desses desequilíbrios nos processos naturais, que afetam grandemente as cidades, fazem parte do Bloco Gestão de Riscos e Resposta a Desastres da MUNIC: os relativos à dinâmica hidrológica, às inundações e aos processos erosivos, os escorregamentos.

As características físicas dos municípios, como clima e padrão de distribuição das chuvas, bem como a declividade e os tipos de solo, por exemplo, são algumas das condições que, aliadas aos padrões de ocupação e ao planejamento territorial, interferem nos resultados das

respostas à pesquisa. Regiões com clima mais seco ou com chuvas menos concentradas, por exemplo, apresentam, em geral, menos municípios atingidos por desastres.

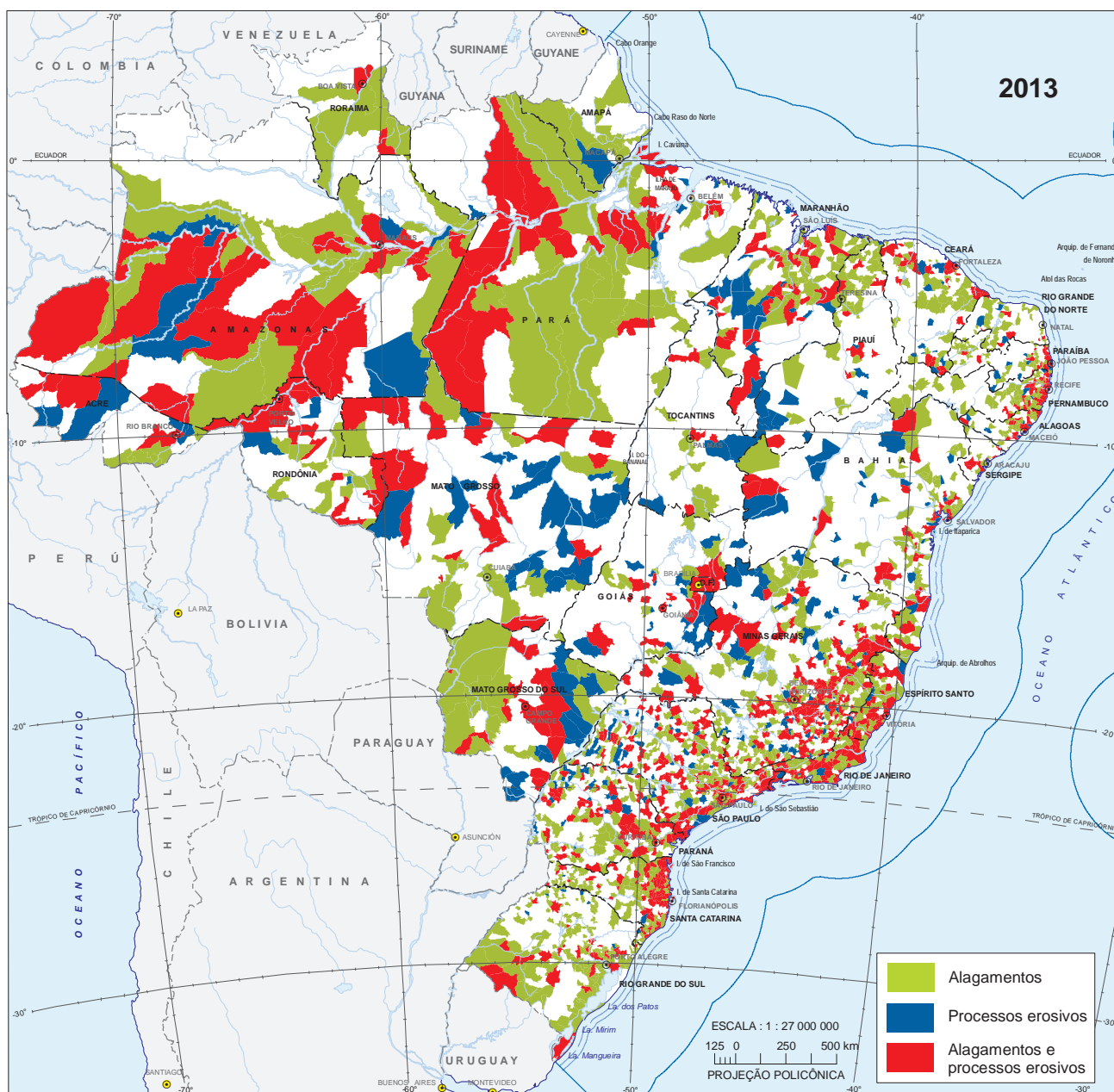
Outros fatores determinantes são a interferência direta na permeabilidade da água no solo, tais como as grandes áreas com ruas asfaltadas e superfícies cimentadas, ou impedimentos ao escoamento superficial da água, como sistemas de drenagem deficientes. Esses fatores, somados às chuvas, podem ocasionar alagamentos com acúmulos de água localizados, que geram grandes transtornos para o dia a dia de uma cidade.

No Brasil, 2 065 municípios declararam ter sido atingidos por alagamentos nos últimos cinco anos da data de referência da pesquisa, ou seja, 37,1% do total dos municípios brasileiros. A maior concentração foi nas Regiões Sudeste (45,2%) e Sul (43,5%), e a menor, na Centro-Oeste (19%). Em todo o território nacional, 97,4% dos municípios com mais de 500 000 habitantes registraram alagamentos, enquanto, na classe de municípios com até 5 000 habitantes, foram registrados os menores valores (5,0%, nas Regiões Norte e Centro-Oeste; e 11,5%; na Região Nordeste).

Quanto às Unidades da Federação, as que registraram maiores proporções de municípios com alagamentos foram, na Região Norte, o Amazonas, com 42 dos 62 municípios (67,7%); na Região Sudeste, Rio de Janeiro (88,0%) e Espírito Santo (71,8%); e, na Região Sul, Santa Catarina (60,3%). Para maiores detalhes, ver a Tabela de resultado 18.

O Cartograma 14, a seguir, mostra a distribuição espacial dos municípios que afirmaram ter tido alagamentos ou ocorrência de processos erosivos.

Cartograma 14 - Municípios que apresentaram alagamentos e processo erosivo nas áreas urbanas nos últimos 5 anos - Brasil - 2013



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013 e Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia.

Foram 838 os municípios que apresentaram os dois eventos. Esse grande número pode ser compreendido pela própria dinâmica desses fenômenos, já que ambos estão relacionados à ação da água, seja pela pluviometria ou pela fluviometria.

Os processos erosivos são fenômenos que se caracterizam pelo desgaste do solo e das rochas e seu transporte para as partes mais baixas dos relevos e, em geral, provocam assoreamento dos cursos d'água e podem ser marítimos, eólicos, glaciais, fluviais, entre outros. No Brasil, 1 113, ou 20,0% dos municípios apresentaram processos erosivos nos últimos cinco anos anteriores a data da pesquisa. Dos 39 municípios com mais de 500 000 habitantes, 61,5% responderam afirmativamente e 12,8% não souberam informar.

A Região Sudeste apresentou 454, dos 1 668 municípios, com processos erosivos. Espacialmente melhor distribuídos pelas Grandes Regiões brasileiras, em comparação com os eventos de alagamentos, tais processos concentram-se nos municípios com tamanho acima de 500 000 habitantes. As Regiões Norte, Centro-Oeste e Sul apresentaram, respectivamente, 100,0%, 80,0% e 75,0% de municípios desse porte atingidos por erosões.

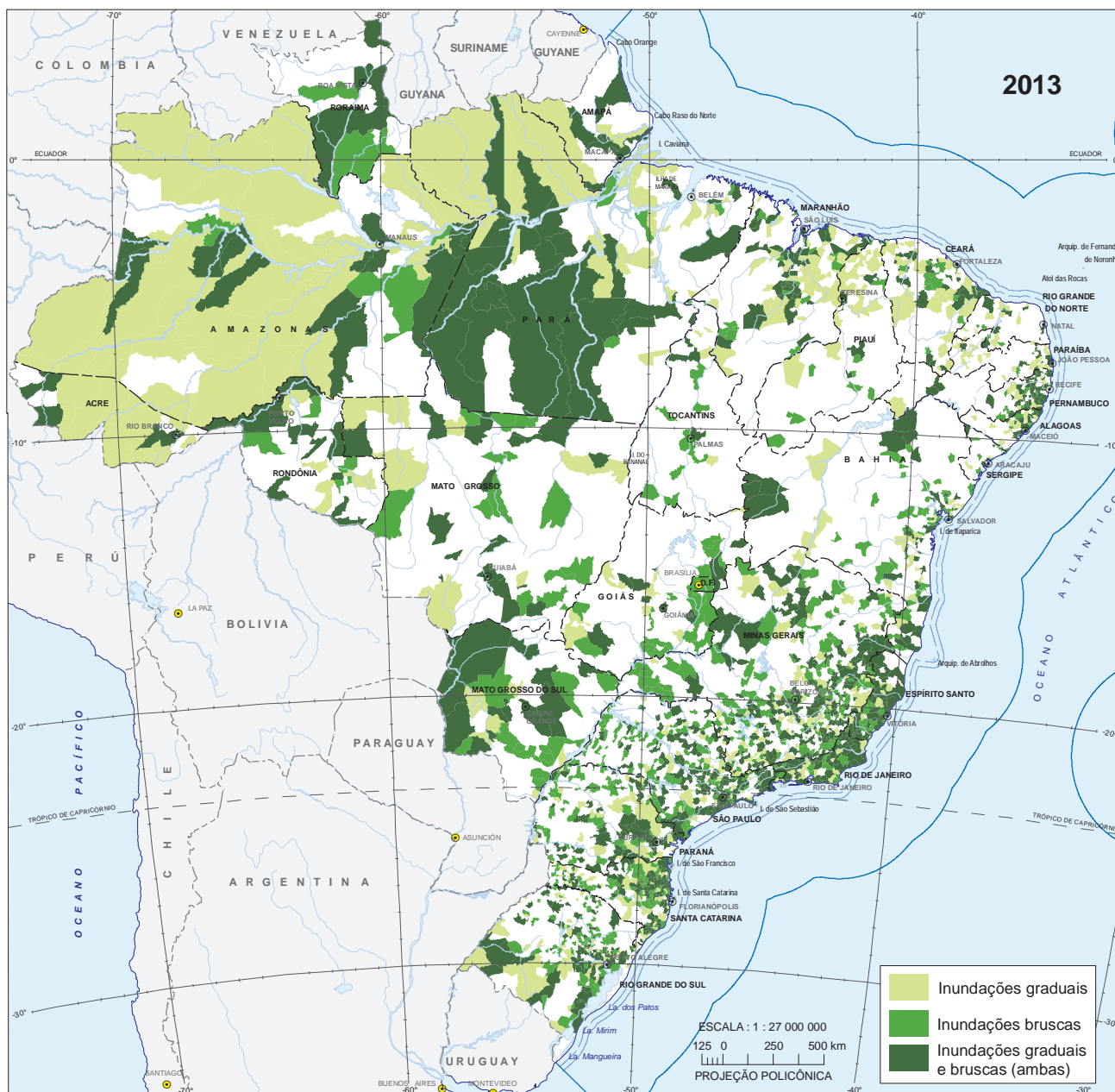
Os Estados do Amazonas (43,5%), Espírito Santo (44,9%) e Rio de Janeiro (55,4%) registraram os maiores percentuais de municípios com ocorrência de erosões.

A proporção dos municípios que não souberam informar foi muito baixa nas duas variáveis, alagamento e processo erosivo.

As enchentes ou inundações graduais ocorrem quando, em longos períodos de chuvas contínuas, o leito dos rios se eleva de forma lenta e previsível, mantendo-se em situação de cheia durante algum tempo e, a seguir, escoa gradualmente. Normalmente, são características das grandes bacias hidrográficas e dos rios de planície. As enxurradas ou inundações bruscas são provocadas por chuvas intensas e concentradas, que fazem os canais naturais de drenagem transbordarem de forma rápida e, geralmente, provocam danos materiais e humanos mais intensos do que as enchentes ou inundações graduais. Normalmente, ocorrem em bacias de médio ou pequeno portes e são intensificadas por relevos acentuados. Em alguns casos, as enxurradas podem também ter interferências por questões tecnológicas, como rompimento de barragens ou outras estruturas.

O Cartograma 15 mostra a distribuição do grande número de municípios que sofreram inundações graduais e/ou bruscas. Foram 1 543 municípios atingidos por enchentes ou inundações graduais (27,7% do total dos municípios brasileiros) e 1 574 atingidos por enxurradas ou inundações bruscas (28,3%). Os valores são semelhantes também quando referentes ao tamanho populacional das cidades (Tabelas de resultados 19 e 21). Foram 948 municípios afetados por ambos eventos.

Cartograma 15 - Municípios que apresentaram inundações graduais e bruscas nas áreas urbanas nos últimos 5 anos - Brasil - 2013



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013 e Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia.

Das 8 942 ocorrências de enchentes ou inundações graduais registradas, considerando-se os eventos somados em todos os municípios que responderam à pesquisa, o ano com o maior número de edificações atingidas foi o de 2009, enquanto para os 13 244 casos de enxurradas ou inundações bruscas, conforme demonstra a Tabela 11 a seguir, o ano de 2011 foi o mais desastroso em termos de edificações atingidas.

Tabela 11 - Municípios atingidos em suas áreas urbanas nos últimos 5 anos, por enchentes ou inundações graduais ou enxurradas ou inundações bruscas, segundo as classes de tamanho da população dos municípios - Brasil - 2013

Classes de tamanho da população dos municípios	Municípios atingidos em suas áreas urbanas nos últimos 5 anos, por enchentes ou inundações graduais ou enxurradas ou inundações bruscas												
	Total	Não sabe	Ocorrências		Ano da ocorrência com maior número de edificações atingidas						No evento com maior número de edificações atingidas		
			Total	Número de municípios que não souberam informar	2008	2009	2010	2011	2012	Não sabe	Com edificações atingidas		
											Total	Número de edificações	Número de municípios que não souberam informar
Atingidos em suas áreas urbanas por enchentes ou inundações graduais nos últimos 5 anos													
Brasil	1 543	122	8 942	203	154	408	306	320	243	112	1 406	655 589	418
Até 5 000 hab.	163	23	367	24	14	33	28	40	29	19	140	3 156	43
De 5 001 a 10 000 hab.	236	29	512	36	24	61	41	45	48	17	212	9 787	77
De 10 001 a 20 000 hab.	378	30	1 017	40	44	107	71	78	54	24	350	51 247	105
De 20 001 a 50 000 hab.	401	23	1 437	53	35	113	89	85	53	26	369	120 301	115
De 50 001 a 100 000 hab.	170	9	635	21	15	45	37	36	26	11	157	87 362	39
De 100 001 a 500 000 hab.	167	7	1 542	24	19	39	34	31	31	13	153	350 247	35
Mais de 500 000 hab.	28	1	3 432	5	3	10	6	5	2	2	25	33 489	4
Atingido em suas áreas urbanas por enxurradas ou inundações bruscas nos últimos 5 anos													
Brasil	1 574	142	13 244	256	135	300	319	355	298	167	952	443 374	415
Até 5 000 hab.	183	24	581	30	15	21	43	46	32	26	107	3 601	44
De 5 001 a 10 000 hab.	253	36	1 081	37	18	44	47	61	54	29	145	7 878	70
De 10 001 a 20 000 hab.	389	37	1 200	60	35	82	81	87	68	36	238	39 569	104
De 20 001 a 50 000 hab.	369	26	1 275	62	28	77	78	77	69	40	212	56 727	109
De 50 001 a 100 000 hab.	172	8	831	28	18	35	30	38	33	18	108	50 895	42
De 100 001 a 500 000 hab.	174	11	1 974	29	17	31	36	39	38	13	124	238 779	36
Mais de 500 000 hab.	34	-	6 302	10	4	10	4	7	4	5	18	45 925	10

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013.

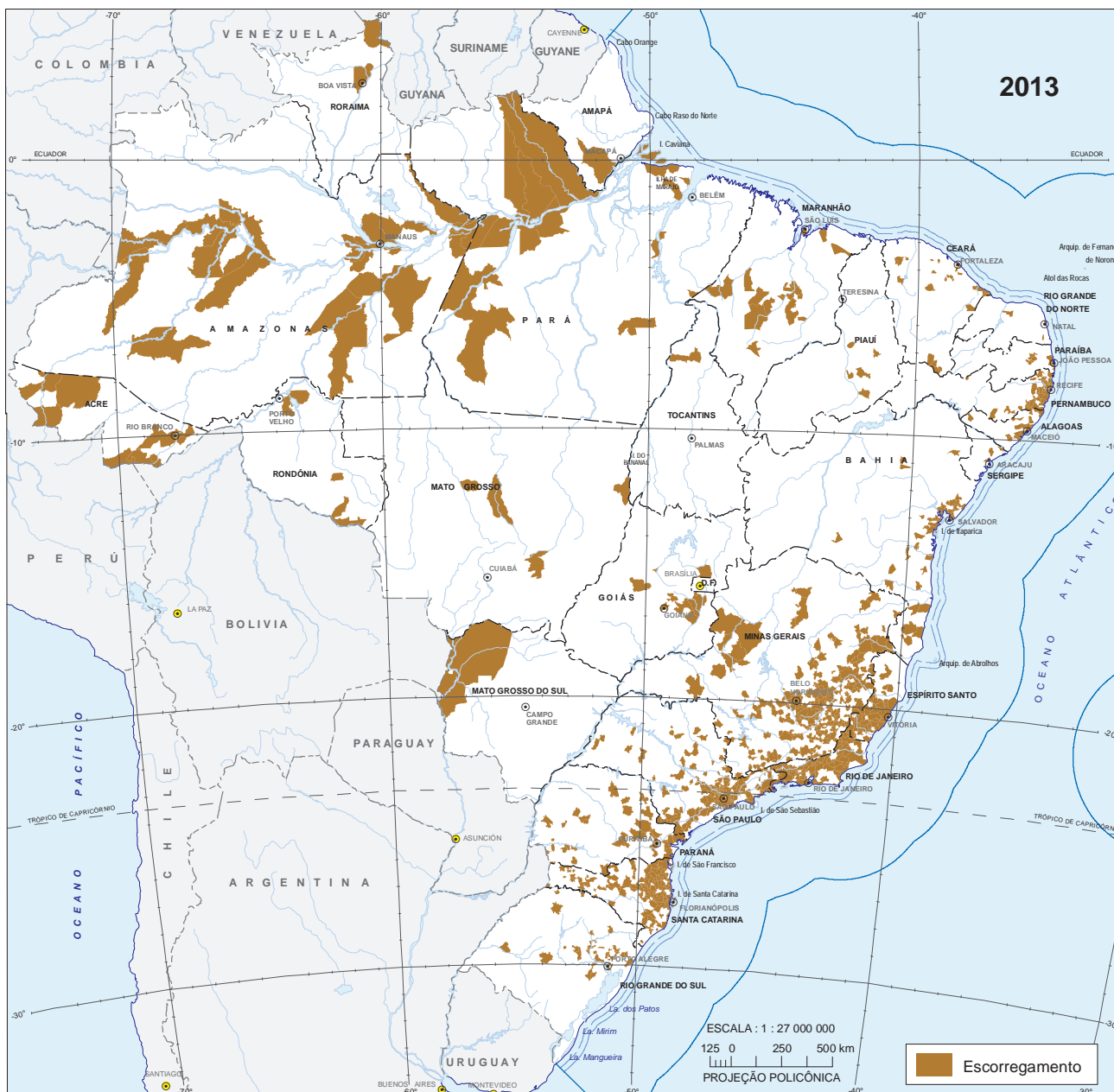
A Tabela de resultado 20 mostra os números de pessoas desalojadas ou desabrigadas com maior número de edificações atingidas por enchentes ou inundações graduais. Do total de 1 406 713 desalojados ou desabrigados, o Estado de Santa Catarina apresentou 260 147 pessoas atingidas, valor acima da soma de toda a Região Norte (253 947).

O evento com o maior número de edificações atingidas por inundações bruscas desabrigou ou desalojou 777 546 pessoas no Brasil. O Estado de Santa Catarina, com 131 198 atingidos, respondeu por 61,2% do total da Região Sul, seguido por São Paulo, com 107 775 desabrigados ou desalojados, e pelo Rio de Janeiro, com 91 046, correspondendo a 34,8% e 29,4% da Região Sudeste, respectivamente.

Outros resultados advindos da expansão horizontal das áreas urbanas, com a consequente ocupação e intervenção em terrenos e em ecossistemas de equilíbrio frágil, são os escorregamentos ou deslizamentos, cada vez mais frequentes e de maior magnitude.

Foram 895 municípios atingidos por movimentos de massa de solos, rochas ou detritos em morros, taludes e encostas, tendo como causa principal a infiltração de água das chuvas combinada com mudanças nas condições naturais do relevo, como cortes para construção de moradias, rodovias, aterros e outras obras (Cartograma 16).

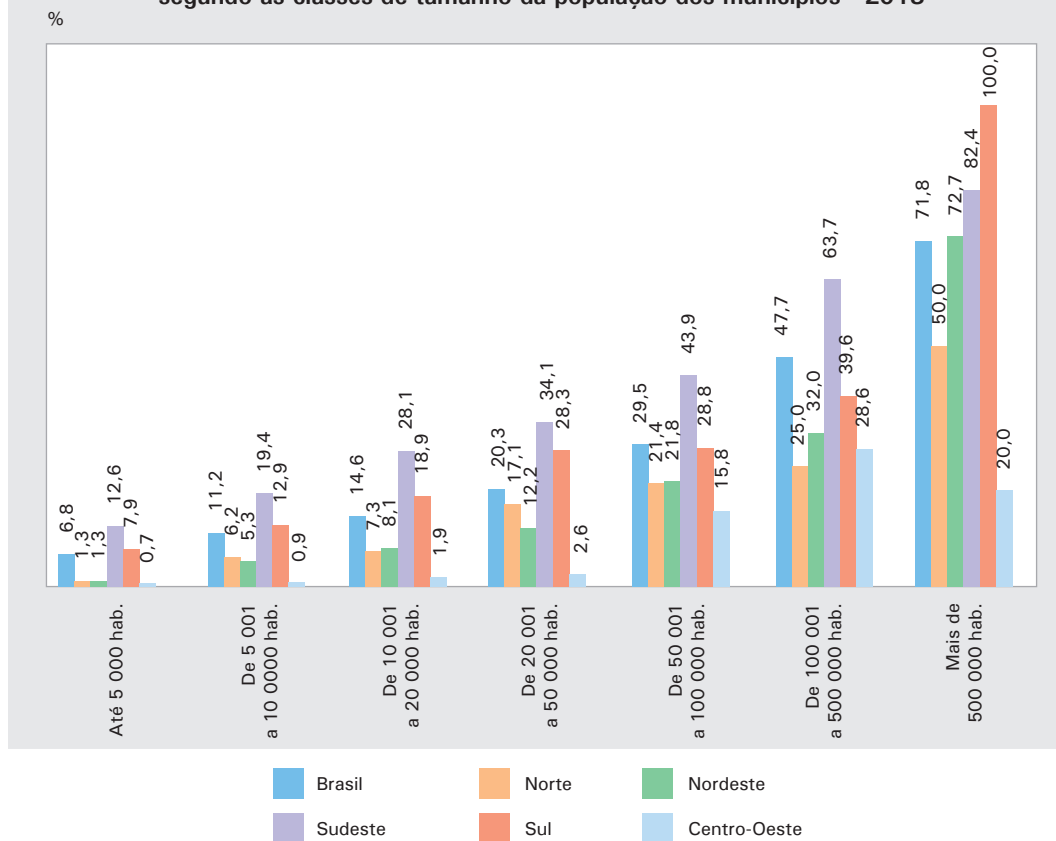
Cartograma 16 - Municípios que apresentaram escorregamentos ou deslizamentos nas encostas nas áreas urbanas nos últimos 5 anos - Brasil - 2013



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013 e Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia.

Municípios nas faixas de 10 001 a 20 000 e de 20 001 a 50 000 habitantes foram os mais numerosos em termos absolutos. Em termos relativos, porém, representam 14,6% e 20,3%, respectivamente, nas suas faixas populacionais, que tiveram atingidas as suas áreas urbanas por escorregamentos ou deslizamentos. Os municípios com mais de 500 000 habitantes responderam por 71,8% do total dos atingidos na sua faixa populacional (Gráfico 43).

Gráfico 43 - Percentual de municípios atingidos em suas áreas urbanas nos últimos 5 anos, por escorregamentos ou deslizamentos, por Grandes Regiões, segundo as classes de tamanho da população dos municípios - 2013



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013.

Para a faixa de maior número de habitantes, isto é, com mais de 500 000 habitantes, na Região Sul, 100,0% dos municípios, ou seja, todos os quatro existentes, apresentaram escorregamentos ou deslizamentos, seguidos pela Região Sudeste, com 82,4%. Para quase todas as Regiões, as faixas anteriores atingiram, no máximo, 50,0%, exceção feita ao Sudeste, que foi de 63,7% nos municípios de 100 001 a 500 000 habitantes.

As Regiões Sudeste e Nordeste registraram 27 940 das 30 858 ocorrências de escorregamentos ou deslizamentos no Brasil, sendo importante destacar o peso de alguns estados nesses números: Pernambuco, com 5 910 ocorrências; seguido por São Paulo, com 4 981; e Rio de Janeiro, com 4 969. As Regiões Sul, Norte e Centro-Oeste tiveram 1 814, 1 019 e 16 eventos de escorregamentos ou deslizamentos, respectivamente (Tabelas de resultados 23 e 24).

No País, o número de pessoas que ficaram desabrigadas ou desalojadas em virtude dessas ocorrências foi superior a 300 000. No Estado de Santa Catarina, foram 165 157 e, no Rio de Janeiro, 50 336.

As áreas de ocorrências são particularmente importantes, pois estão associadas ao planejamento urbano, às condições de moradia, à existência ou não de planos de gestão de risco etc. Os casos em que os desastres ocorreram em áreas de ocupação irregular respondem por 19,5% das áreas com enxurradas ou inundações bruscas e 20,9% das áreas com enchentes ou inundações graduais. Observa-se, para a Região Norte, que 50,0% dos eventos de enchentes ou inundações graduais ocorreram nessas áreas, nas cidades com mais de 500 000 habitantes (Tabelas de resultados 19 e 21). No entanto, nota-se que ocorreram inundações também em áreas de ocupação regular, com valores semelhantes aos anteriores, tanto para o Brasil, quanto para as Grandes Regiões, como por classes de tamanho da população dos municípios. Isso pode indicar a necessidade de revisão, pelos gestores municipais, do mapeamento e da classificação dos padrões e do histórico de ocupação dos terrenos.

Nos municípios com áreas de taludes e encostas sujeitas a escorregamentos ou deslizamentos e com ocupações irregulares concentraram 48,0% dos eventos desta natureza. Minas Gerais foi o estado que mais se destacou, pois possuía o maior número de municípios com áreas de ocorrências relacionadas à ocupação irregular: 119. São Paulo possuía 67. A Região Sudeste também se destacou no cenário de escorregamento ou deslizamento, com 361 municípios com área de taludes e encostas sujeitas a esta ocorrência afetadas por desastres, e Minas Gerais apresentou com 164 municípios com áreas desse tipo.

Para evitar esses desastres por inundações ou movimentos de massa, existem diversas ações que estão sendo colocadas em prática pelos gestores, que visam evitar ou minimizar os danos: estabilização e proteção de taludes; retaludamento de encostas, obras de contenção, construção de canais de macrodrenagem, realocação da população em área de risco, revegetação de encostas, dentre outras soluções. A Tabela 12, a seguir, apresenta, por Unidades da Federação, a situação dos municípios, captada pela MUNIC 2013, quanto ao número de ações realizadas para evitar ou minimizar os danos causados por escorregamentos ou deslizamentos.

Tabela 12 - Municípios atingidos por escorregamentos, com indicação dos que possuem alguma ação para evitar ou minimizar este evento, segundo as Unidades da Federação, em ordem decrescente de percentual - 2013

Unidades da Federação	Municípios atingidos por escorregamentos		
	Total	Com alguma ação para evitar ou minimizar	
		Total	Percentual (%)
Tocantins	1	1	100,0
Sergipe	4	4	100,0
Mato Grosso do Sul	1	1	100,0
Mato Grosso	4	4	100,0
Espírito Santo	48	46	95,8
Alagoas	20	19	95,0
Ceará	21	18	85,7
Pará	13	11	84,6
São Paulo	121	98	81,0
Pernambuco	44	35	79,5
Bahia	43	34	79,1
Paraná	38	30	78,9
Goiás	9	7	77,8
Paraíba	12	9	75,0
Santa Catarina	118	87	73,7
Minas Gerais	225	165	73,3
Rio de Janeiro	70	51	72,9
Amazonas	21	15	71,4
Rondônia	3	2	66,7
Rio Grande do Sul	39	25	64,1
Acre	8	5	62,5
Maranhão	21	12	57,1
Piauí	5	1	20,0
Roraima	2	0	0,0
Amapá	1	0	0,0
Rio Grande do Norte	3	0	0,0

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013.

Instrumentos de planejamento urbano e gerenciamento de riscos

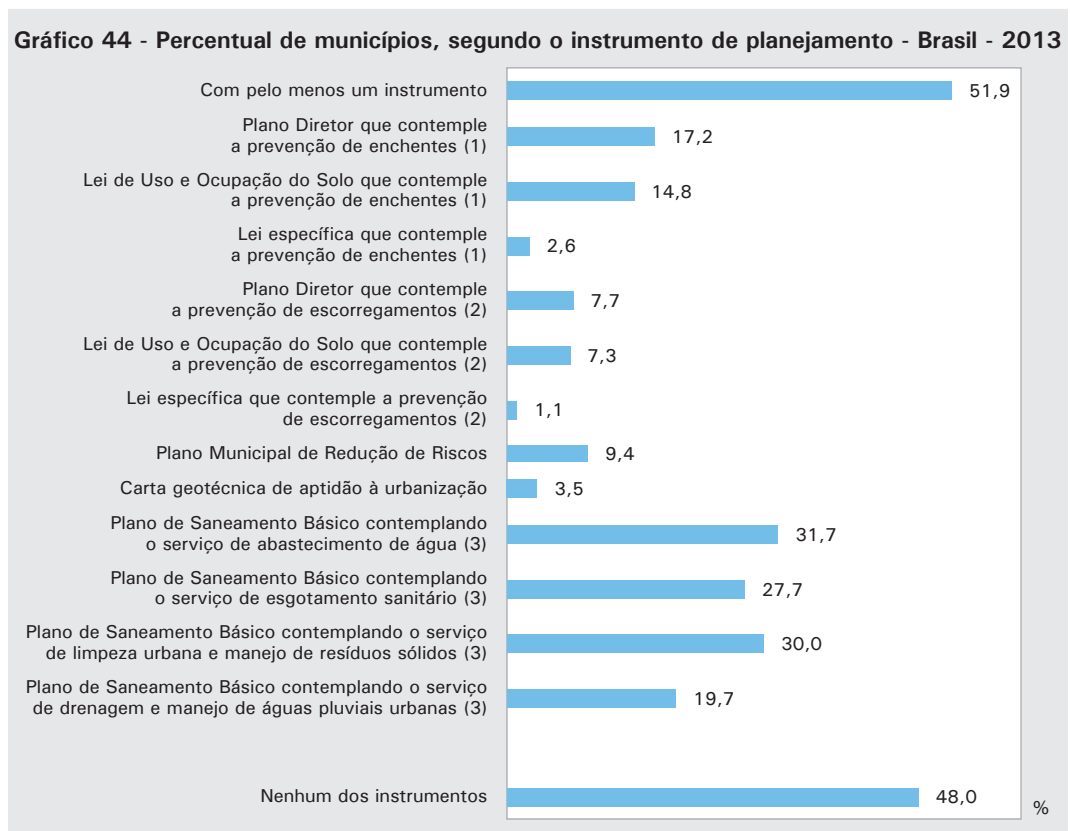
Risco é a potencialidade de que ocorra um acidente, um desastre, um evento físico que resulte em perdas e danos sociais ou econômicos. Os riscos relacionados aos desastres urbanos – enchentes e inundações ou escorregamentos –, por exemplo, são mais bem percebidos e conhecidos do que outros, como os associados à contaminação química, por exemplo.

As enchentes, alagamentos e processos erosivos, embora possam ser classificados como ameaças naturais, fazem parte de um complexo maior, pois estão envolvidos fatores socioeconômicos e culturais, como ocupação irregular de encostas, margens de rios, desmatamentos etc., que elevam o grau de vulnerabilidade da sociedade. Esses fatores correspondem a uma inadequada relação homem-natureza que está relacionada com o processo de degradação ambiental ou de intervenção humana sobre os ecossistemas. Essa interferência resulta no aumento da frequência e da intensidade dos fenômenos naturais ou mesmo pode dar origem a perigos naturais onde não existiam.

A gestão de riscos é um processo que se inicia quando a sociedade adquire a percepção de que as manifestações aparentes ou efetivas de um processo adverso existente podem provocar consequências danosas superiores ao admissível por essa comunidade. Envolve o planejamento e a aplicação de políticas, estratégias, instrumentos e medidas orientadas a impedir, reduzir, prever e controlar os efeitos adversos de fenômenos perigosos sobre a população, os bens e serviços e o meio ambiente. A gestão de riscos é, portanto, o processo de adaptação de políticas, estratégias e práticas orientadas a reduzir o risco e minimizar seus efeitos, e implica intervenções sobre as causas que geram vulnerabilidades e perigos.

A MUNIC 2013 pesquisou a existência dos instrumentos de planejamento e de gestão de risco ou fatores de prevenção, responsáveis por diminuir o grau de vulnerabilidade, pois são elementos que aumentam a resiliência e a capacidade de resposta da sociedade frente aos perigos existentes nos municípios brasileiros. Foram pesquisados 12 instrumentos de planejamento capazes de contemplar e abordar a prevenção, a redução e a gestão de riscos e desastres.

O Gráfico 44 demonstra que, em 2013, 51,9% (2 892) dos municípios possuíam pelo menos um dos instrumentos de planejamento pesquisados, sendo os mais presentes os Planos de Saneamento Básico, contemplando o serviço de abastecimento de água em 31,7% (1 763) dos municípios; o serviço de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos em 30,0% (1 669); e o serviço de esgotamento sanitário em 27,7% (1 545).



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013.

- (1) Enchentes ou inundações graduais, ou enxurradas ou inundações bruscas.
- (2) Escorregamentos ou deslizamentos de encostas.
- (3) Plano de Saneamento Básico.

Os instrumentos de planejamento voltados para prevenção e gestão de riscos menos presentes nos municípios eram: Carta Geotécnica de Aptidão à Urbanização, existente em 3,5% (197) dos municípios; lei específica que contemple a prevenção de enchentes ou inundações graduais, ou enxurradas ou inundações bruscas, em 2,6% (144); e lei específica que contemple a prevenção de escorregamentos ou deslizamentos de encostas, em 1,1% (64). Sem nenhum instrumento de planejamento capaz de contemplar e abordar a prevenção, redução e gestão de riscos e desastres estavam 48,0% (2 676) dos municípios.

No capítulo **Legislação e instrumentos de planejamento**, foi visto que 50,0% (2 785) dos municípios declararam ter Plano Diretor, porém, destes, 36,8% (1 026) contemplavam a prevenção de algum tipo de risco ou desastre (Tabela 13).

Tabela 13 - Municípios, total, com Plano Diretor e com plano que contemple a prevenção de algum tipo de risco ou desastre, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios									
	Total	Com Plano Diretor								
		Total	Que contemple a prevenção de algum tipo de risco ou desastre							
			Total	Prevenção de enchentes ou inundações graduais, ou enxurradas ou inundações bruscas e escorregamentos ou deslizamentos de encostas		Prevenção de enchentes ou inundações graduais, ou enxurradas ou inundações bruscas		Prevenção de escorregamentos ou deslizamentos de encostas		
	Abso-luto	Percen-tual (%)	Abso-luto	Percen-tual (%)	Abso-luto	Percen-tual (%)	Abso-luto	Percen-tual (%)	Abso-luto	Percen-tual (%)
Brasil	5 570	2 785	1 026	36,8	364	13,1	596	21,4	66	2,4
Norte	450	243	93	38,3	23	9,5	68	28,0	2	0,8
Nordeste	1 794	724	256	35,4	90	12,4	149	20,6	17	2,3
Sudeste	1 668	759	284	37,4	122	16,1	145	19,1	17	2,2
Sul	1 191	869	333	38,3	112	12,9	193	22,2	28	3,2
Centro-Oeste	467	190	60	31,6	17	8,9	41	21,6	2	1,1
Até 5 000 hab.	1 247	379	101	26,6	36	9,5	56	14,8	9	2,4
De 5 001 a 10 000 hab.	1 227	389	119	30,6	39	10,0	70	18,0	10	2,6
De 10 001 a 20 000 hab.	1 378	477	159	33,3	62	13,0	92	19,3	5	1,0
De 20 001 a 50 000 hab.	1 080	914	341	37,3	117	12,8	200	21,9	24	2,6
De 50 001 a 100 000 hab.	339	329	138	41,9	44	13,4	87	26,4	7	2,1
De 100 001 a 500 000 hab.	260	259	141	54,4	53	20,5	79	30,5	9	3,5
Mais de 500 000 hab.	39	38	27	71,1	13	34,2	12	31,6	2	5,3

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013.

Na análise por classes de tamanho da população, observa-se que a existência de Plano Diretor que contemple algum tipo de prevenção de risco ou desastre era crescente em relação ao porte dos municípios, ou seja, quanto maior a classe de tamanho a que pertença, maior era a possibilidade de existência de Plano Diretor com esse instrumento de prevenção no município. Enquanto 71,1% dos municípios acima de 500 000 habitantes apresentavam, em seus Planos Diretores, algum instrumento de prevenção, nos municípios com até 5 000 habitantes, apenas 26,6% informaram o mesmo.

Com relação ao tipo de prevenção contemplada, nos municípios com mais de 500 000 habitantes, 34,2% dos Planos Diretores contemplavam a prevenção de enchentes ou inundações graduais, ou enxurradas ou inundações bruscas e escorregamentos ou deslizamentos de encostas; 31,6% contemplavam a prevenção de enchentes ou inundações graduais, ou enxurradas ou inundações bruscas; e 5,3% contemplavam a prevenção de escorregamentos ou deslizamentos de encostas. Nos municípios com até 5 000 habitantes, apenas 9,5% dos Planos Diretores contemplavam a prevenção de enchentes ou inundações graduais, ou enxurradas ou inundações bruscas e escorregamentos ou deslizamentos de encostas; 14,8% contemplavam a prevenção de enchentes ou inundações graduais, ou enxurradas ou inundações bruscas; e 2,4% contemplavam a prevenção de escorregamentos ou deslizamentos de encostas.

Pelo critério regional, as Regiões Norte e Sul eram as que possuíam os maiores percentuais (38,3%) de municípios com Planos Diretores com algum instrumento de prevenção, seguidas pela Região Sudeste, com 37,4%.

Cabe ressaltar que Planos Diretores contemplando determinados tipos de instrumentos de prevenção estão ligados à região a que pertença o município, pelo fato de cada região estar mais sujeita a um ou mais determinado tipo de evento.

Na Região Norte, dos municípios que possuíam Plano Diretor em 2013, em 9,5% deles os planos contemplavam a prevenção de enchentes ou inundações graduais, ou enxurradas ou inundações bruscas e escorregamentos ou deslizamentos de encostas; porém, 28,0% contemplavam a prevenção de enchentes ou inundações graduais, ou enxurradas ou inundações bruscas, eventos extremos na Região Norte, que tendem a produzir severos impactos à população. As inundações afetam diretamente populações ribeirinhas e dos centros urbanos, as quais são consolidadas quase que exclusivamente às margens dos cursos d'água. Apenas 0,8% contemplavam somente a prevenção de escorregamentos ou deslizamentos de encostas.

Com relação à Região Nordeste, 35,4% dos municípios com Plano Diretor contemplavam algum instrumento de prevenção. Embora essa região seja conhecida por apresentar secas frequentes, intensas e com importantes impactos, é também frequente a região ser acometida por inundações bruscas, deslizamentos e alagamentos. Em 12,4% dos municípios dessa região com Plano, a prevenção de enchentes ou inundações graduais, ou enxurradas ou inundações bruscas e escorregamentos ou deslizamentos de encostas era contemplada; 20,6% contemplavam a prevenção de enchentes ou inundações graduais, ou enxurradas ou inundações bruscas; e 2,3% contemplavam apenas a prevenção a escorregamentos ou deslizamentos de encostas.

A Região Sudeste, por sua alta densidade demográfica associada à ocupação desordenada em áreas de risco, é uma das que mais sofrem com as adversidades atmosféricas. A parte mais ao sul da região, em virtude de seu maior desenvolvimento econômico e maior contingente populacional, apresenta grande vulnerabilidade a desastres, como inundações, alagamentos, enxurradas e deslizamentos, com grandes riscos de ocorrência de danos econômicos e sociais. Por outro lado, a parte mais ao norte da região sofre com eventos extremos de secas. Nessa região, 37,4% dos municípios com Plano Diretor contemplavam algum instrumento de prevenção, sendo que 16,1% dos municípios com Plano contemplavam a prevenção de enchentes ou inundações graduais, ou enxurradas ou inundações bruscas e escorregamentos ou deslizamentos de encostas; 19,1% contemplavam a prevenção de enchentes ou inundações graduais, ou enxurradas ou inundações bruscas; e 2,2% contemplavam apenas a prevenção a escorregamentos ou deslizamentos de encostas.

A Região Sul é marcada pela ocorrência de grandes desastres, sendo frequentemente afetada por alagamentos, inundações bruscas e graduais, escorregamentos ou deslizamentos. Como já mencionado anteriormente, 38,3% dos municípios com Plano Diretor contemplavam algum instrumento de prevenção, sendo que 12,9% dos municípios da região com Plano contemplavam a prevenção de enchentes ou inundações graduais, ou enxurradas ou inundações bruscas e escorregamentos ou deslizamentos de encostas; 22,2% contemplavam a prevenção de enchentes ou inundações graduais, ou enxurradas ou inundações bruscas; e 3,2% contemplavam apenas a prevenção a escorregamentos ou deslizamentos de encostas.

Apesar de nos últimos cinco anos a Região Centro-Oeste ser aquela com o menor número de municípios atingidos por desastres, eventos hidrológicos extremos, tais como inundações graduais e bruscas, bem como alagamentos são percebidos. Os principais efeitos desses desastres são decorrentes do fato de a região ter forte vocação agrícola. Sendo assim, situações hidrológicas extremas apresentam potencial para causar significativos prejuízos econômicos à região. Dos municípios com Plano Diretor, em 31,6% destes, os planos contemplavam algum instrumento de prevenção, sendo que 8,9% dos municípios da região com Plano contemplavam a prevenção de enchentes ou inundações graduais, ou enxurradas ou inundações bruscas e escorregamentos ou deslizamentos de encostas; 21,6% contemplavam a prevenção de enchentes ou inundações graduais, ou enxurradas ou inundações bruscas; e apenas 0,1% contemplava a prevenção a escorregamentos ou deslizamentos de encostas.

Considerando apenas os 1 543 municípios que foram atingidos, no País, nos cinco anos anteriores ao da pesquisa, por enchentes ou inundações graduais, 29,4% deles tinham Plano Diretor que contemplava a prevenção desses eventos; dos 1 574 atingidos por enxurradas ou inundações bruscas, 28,4% apresentavam Plano Diretor que contemplava esses eventos; e dos 895 atingidos por escorregamentos ou deslizamentos de encostas, 17,4% dispunham de Plano Diretor que contemplava tal prevenção (Tabela 14).

Tabela 14 - Municípios atingidos por enchentes ou inundações graduais ou enxurradas ou inundações bruscas ou escorregamentos ou deslizamentos de encostas, com Plano Diretor contemplando a prevenção dos eventos, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios								
	Atingido por enchentes ou inundações graduais			Atingido por enchentes ou inundações brusca			Atingido por escor- regamentos ou desliza- mentos de encostas		
	Total	Com Plano Diretor contem- plando a preven- ção do evento	Percen- tual (%)	Total	Com Plano Diretor contem- plando a preven- ção do evento	Percen- tual (%)	Total	Com Plano Diretor contem- plando a preven- ção do evento	Percen- tual (%)
Brasil	1 543	454	29,4	1 574	447	28,4	895	156	17,4
Norte	142	51	35,9	84	37	44,0	49	8	16,3
Nordeste	403	102	25,3	311	74	23,8	173	25	14,5
Sudeste	577	153	26,5	665	168	25,3	464	79	17,0
Sul	360	131	36,4	423	141	33,3	195	41	21,0
Centro-Oeste	61	17	27,9	91	27	29,7	14	3	21,4
Até 5 000 hab.	163	21	12,9	183	23	12,6	85	7	8,2
De 5 001 a 10 000 hab.	236	34	14,4	253	38	15,0	138	10	7,2
De 10 001 a 20 000 hab.	378	77	20,4	389	64	16,5	201	18	9,0
De 20 001 a 50 000 hab.	401	146	36,4	369	131	35,5	219	43	19,6
De 50 001 a 100 000 hab.	170	69	40,6	172	75	43,6	100	24	24,0
De 100 001 a 500 000 hab.	167	87	52,1	174	92	52,9	124	43	34,7
Mais de 500 000 hab.	28	20	71,4	34	24	70,6	28	11	39,3

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013.

Outro instrumento de planejamento pesquisado foi a Legislação sobre zoneamento ou uso e ocupação do solo, no Bloco Legislação e instrumentos de planejamento, a qual contemplava a prevenção de enchentes ou inundações graduais, enxurradas ou inundações bruscas e escorregamentos ou deslizamentos de encostas, conforme pode ser observado na Tabela 15.

No recorte por classes de tamanho da população dos municípios, observa-se, mais uma vez, que os menos populosos eram aqueles que apresentavam também os menores percentuais de existência de Legislação sobre zoneamento ou uso e ocupação do solo contemplando a prevenção de algum tipo de risco ou desastre. Cabe destacar que, mesmo com os menores percentuais, esses municípios, em mais de 20,0% dos casos, possuíam legislação contemplando algum tipo de risco ou desastre, chegando a 27,1% nos municípios da faixa de 10 001 a 20 000 habitantes.

No recorte regional, o destaque era a Região Norte, que, embora não tenha apresentado o maior percentual de municípios com Legislação sobre zoneamento ou uso e ocupação do solo contemplando a prevenção de algum tipo de risco ou desastre, era a região com o maior percentual de municípios com esse tipo de legislação contemplando a prevenção de enchentes ou inundações graduais, ou enxurradas ou inundações bruscas, 19,7%.

Tabela 15 - Municípios, total, com Legislação sobre zoneamento ou uso e ocupação do solo, e com esta legislação contemplando a prevenção de algum tipo de risco ou desastre, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios									
	Total	Com Legislação sobre zoneamento ou uso e ocupação do solo								
		Total	Que contemple a prevenção de algum tipo de risco ou desastre							
			Prevenção de enchentes ou inundações graduais, ou enxurradas ou inundações bruscas e escorregamentos ou deslizamentos de encostas		Prevenção de enchentes ou inundações graduais, ou enxurradas ou inundações bruscas		Prevenção de escorregamentos ou deslizamentos de encostas			
	Abso-luto	Percentual (%)	Abso-luto	Percentual (%)	Abso-luto	Percentual (%)	Abso-luto	Percentual (%)	Abso-luto	Percentual (%)
Brasil	5 570	3 021	901	29,8	332	11,0	492	16,3	77	2,5
Norte	450	229	66	28,8	18	7,9	45	19,7	3	1,3
Nordeste	1 794	676	193	28,6	67	9,9	110	16,3	16	2,4
Sudeste	1 668	855	270	31,6	106	12,4	133	15,6	31	3,6
Sul	1 191	1 034	327	31,6	131	12,7	171	16,5	25	2,4
Centro-Oeste	467	227	45	19,8	10	4,4	33	14,5	2	0,9
Até 5 000 hab.	1 247	486	98	20,2	38	7,8	49	10,1	11	2,3
De 5 001 a 10 000 hab.	1 227	508	134	26,4	51	10,0	76	15,0	7	1,4
De 10 001 a 20 000 hab.	1 378	620	168	27,1	56	9,0	100	16,1	12	1,9
De 20 001 a 50 000 hab.	1 080	808	246	30,4	89	11,0	132	16,3	25	3,1
De 50 001 a 100 000 hab.	339	306	118	38,6	44	14,4	63	20,6	11	3,6
De 100 001 a 500 000 hab.	260	255	110	43,1	44	17,3	59	23,1	7	2,7
Mais de 500 000 hab.	39	38	27	71,1	10	26,3	13	34,2	4	10,5

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013.

Considerando apenas os 1 543 municípios que foram atingidos, no País, nos cinco anos anteriores ao da pesquisa, por enchentes ou inundações graduais, bem como os 1 574 atingidos por enxurradas ou inundações bruscas, 23,3%, em ambos os casos, possuíam Legislação sobre zoneamento ou uso e ocupação do solo que contemplava a prevenção desses eventos; e dos 895 atingidos por escorregamentos ou deslizamentos de encostas, 16,2% dispunham de Legislação sobre zoneamento ou uso e ocupação do solo que contemplava tal prevenção (Tabela 16).

Tabela 16 - Municípios atingidos por enchentes ou inundações graduais ou enxurradas ou inundações bruscas ou escorregamentos ou deslizamentos de encostas, com Legislação sobre zoneamento ou uso e ocupação do solo contemplando a prevenção dos eventos, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios								
	Atingido por enchentes ou inundações graduais			Atingido por enchentes ou inundações brusca			Atingido por escorregamentos ou deslizamentos de encostas		
	Total	Com Legislação sobre zoneamento ou uso e ocupação do solo contemplando a prevenção do evento	Percentual (%)	Total	Com Legislação sobre zoneamento ou uso e ocupação do solo contemplando a prevenção do evento	Percentual (%)	Total	Com Legislação sobre zoneamento ou uso e ocupação do solo contemplando a prevenção do evento	Percentual (%)
Brasil	1 543	360	23,3	1 574	366	23,3	895	145	16,2
Norte	142	33	23,2	84	30	35,7	49	5	10,2
Nordeste	403	70	17,4	311	53	17,0	173	22	12,7
Sudeste	577	128	22,2	665	143	21,5	464	72	15,5
Sul	360	121	33,6	423	125	29,6	195	44	22,6
Centro-Oeste	61	8	13,1	91	15	16,5	14	2	14,3
Até 5 000 hab.	163	15	9,2	183	18	9,8	85	5	5,9
De 5 001 a 10 000 hab.	236	29	12,3	253	36	14,2	138	11	8,0
De 10 001 a 20 000 hab.	378	69	18,3	389	64	16,5	201	23	11,4
De 20 001 a 50 000 hab.	401	104	25,9	369	101	27,4	219	37	16,9
De 50 001 a 100 000 hab.	170	57	33,5	172	59	34,3	100	24	24,0
De 100 001 a 500 000 hab.	167	67	40,1	174	68	39,1	124	32	25,8
Mais de 500 000 hab.	28	19	67,9	34	20	58,8	28	13	46,4

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013.

Com relação à lei específica que contemple a prevenção de enchentes ou inundações graduais, ou enxurradas ou inundações bruscas e à lei específica que contemple a prevenção de escorregamentos ou deslizamentos de encostas, eram mínimos os percentuais de municípios brasileiros que contavam com essas legislações no ano de 2013, como já mencionado anteriormente. Ao considerar, porém, os municípios por classes de tamanho da população, naqueles com mais de 500 000 habitantes, esse percentual se eleva para 17,9%, com relação à primeira lei, e para 7,7%, com relação à segunda. Nesses mesmos municípios, com mais de 500 000 habitantes, considerando-se apenas aqueles que foram atingidos por um desses eventos, nos cinco anos anteriores ao da pesquisa, os percentuais de municípios que possuíam esses instrumentos de planejamento sobem consideravelmente para os que foram atingidos por enchentes ou inundações graduais (25,0%), mantêm-se próximo ao percentual já descrito para os atingidos por enxurradas ou inundações bruscas

(17,6%) e apresentam crescimento para os que foram atingidos por escorregamentos ou deslizamentos de encostas (10,7%), conforme demonstra a Tabela 17.

Tabela 17 - Municípios, atingidos por enchentes ou inundações graduais ou enxurradas ou inundações bruscas ou escorregamentos ou deslizamentos de encostas, com Lei específica contemplando a prevenção dos eventos, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013

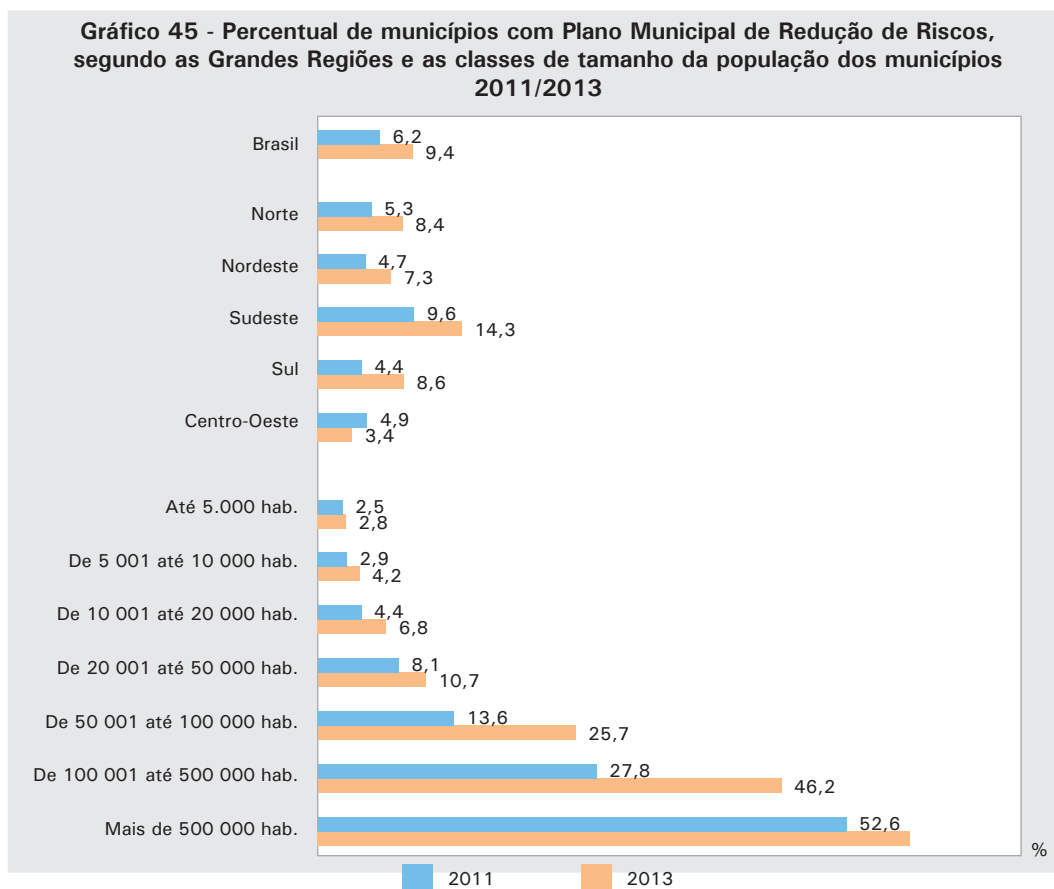
Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios							
	Total	Lei específica que contemple a pre- venção de enchen- tes ou inundações graduais, ou en- xurradas ou inun- dações bruscas		Lei específica que contemple a pre- venção escorrega- mentos ou desliza- mentos de encostas		Atingido por enchentes ou inundações graduais		
		Total	Porcen- tual (%)	Total	Porcen- tual (%)	Total	Lei espe- cífica que con- temple a prevenção do evento	Porcen- tual (%)
Brasil	5570	144	2,6	64	1,1	1 543	73	4,7
Norte	450	15	3,3	4	0,9	142	10	7,0
Nordeste	1794	50	2,8	21	1,2	403	22	5,5
Sudeste	1668	36	2,2	20	1,2	577	23	4,0
Sul	1191	37	3,1	19	1,6	360	17	4,7
Centro-Oeste	467	6	1,3	-	-	61	1	1,6
Até 5 000 hab.	1247	14	1,1	4	0,3	163	2	1,2
De 5 001 a 10 000 hab.	1227	20	1,6	10	0,8	236	5	2,1
De 10 001 a 20 000 hab.	1378	22	1,6	9	0,7	378	10	2,6
De 20 001 a 50 000 hab.	1080	37	3,4	18	1,7	401	19	4,7
De 50 001 a 100 000 hab.	339	22	6,5	9	2,7	170	16	9,4
De 100 001 a 500 000 hab.	260	22	8,5	11	4,2	167	14	8,4
Mais de 500 000 hab.	39	7	17,9	3	7,7	28	7	25,0

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios					
	Atingido por enchentes ou inundações brusca			Atingido por escorregamentos ou deslizamentos de encostas		
	Total	Lei espe- cífica que con- temple a prevenção do evento	Porcen- tual (%)	Total	Lei espe- cífica que con- temple a prevenção do evento	Porcen- tual (%)
Brasil	1 574	71	4,5	895	64	7,2
Norte	84	7	8,3	49	4	8,2
Nordeste	311	19	6,1	173	21	12,1
Sudeste	665	26	3,9	464	20	4,3
Sul	423	16	3,8	195	19	9,7
Centro-Oeste	91	3	3,3	14	-	-
Até 5 000 hab.	183	1	0,5	85	4	4,7
De 5 001 a 10 000 hab.	253	6	2,4	138	10	7,2
De 10 001 a 20 000 hab.	389	8	2,1	201	9	4,5
De 20 001 a 50 000 hab.	369	17	4,6	219	18	8,2
De 50 001 a 100 000 hab.	172	18	10,5	100	9	9,0
De 100 001 a 500 000 hab.	174	15	8,6	124	11	8,9
Mais de 500 000 hab.	34	6	17,6	28	3	10,7

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013.

O Plano Municipal de Redução de Riscos tem por objetivo a construção de referências fundamentais para a implantação e o desenvolvimento de uma política pública municipal de gestão de riscos associada a escorregamentos em áreas de ocupação precárias do município. Além disso, a existência desse Plano, como um documento que contempla uma série de diretrizes técnicas e gerenciais que permitem ao poder público a implementação de ações estruturais e não estruturais nos assentamentos precários do município, deve mostrar as áreas consideradas como as mais críticas e que necessitam de investimentos urgentes para evitar que desastres naturais ocorram. A intenção é que as intervenções urbanas nas áreas de risco decorram da aplicação de políticas sociais públicas estabelecidas destinando recursos financeiros para a execução das intervenções necessárias.

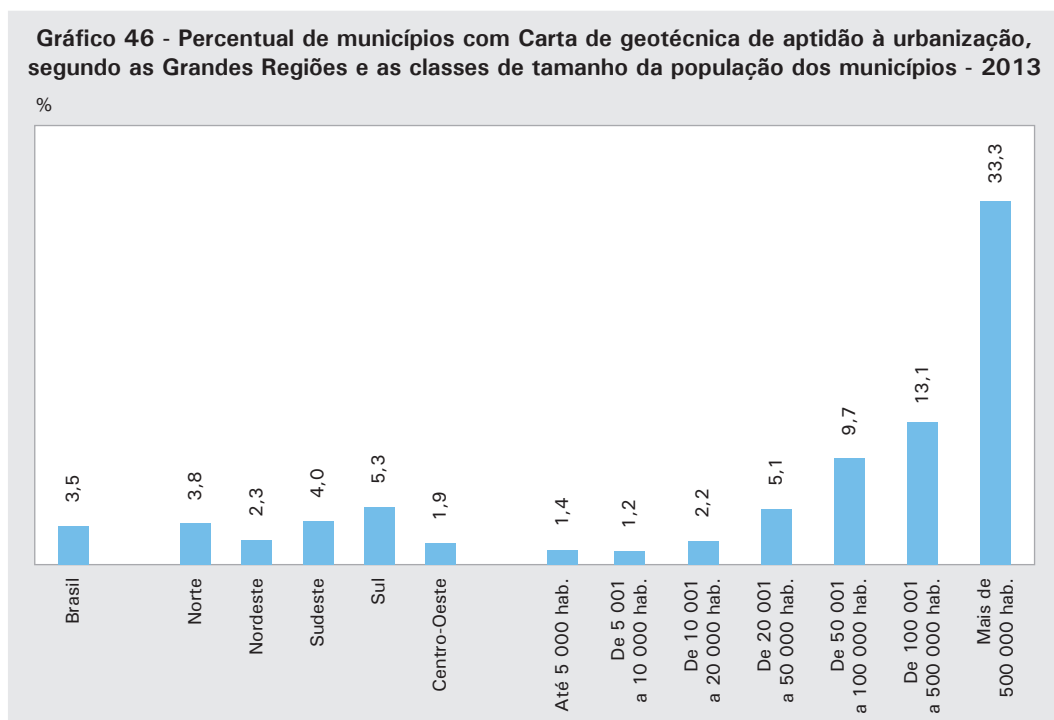
A MUNIC 2011 também levantou a existência de Plano Municipal de Redução de Risco e registrava apenas 6,2% (344) dos municípios brasileiros contando com esse instrumento de planejamento. No ano de 2013, esse percentual subiu para 9,4% (526), ainda pouco expressivo com relação à totalidade dos municípios. Por outro lado, nos municípios mais populosos, verificou-se um crescimento expressivo, principalmente na faixa de 100 001 a 500 000 habitantes, que passou de 27,8% (68) para 46,2% (120). Com relação às Grandes Regiões, a exceção é a Região Centro-Oeste, que teve um decréscimo no percentual de municípios com Plano Municipal de Redução de Riscos, passando de 4,9% (23), em 2011, para 3,4% (16), em 2013, enquanto as demais registraram crescimento, destacando-se a Região Sudeste, que apresentou 9,6% (160) dos seus municípios com este instrumento de planejamento urbano, em 2011, e, em 2013, 14,3% (239) já o possuíam (Gráfico 45).



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2011/2013.

A Carta Geotécnica de Aptidão à Urbanização é um novo instrumento de planejamento urbano que define a aptidão de terrenos à urbanização, considerando a probabilidade de ocorrência dos desastres naturais. Com base nessa carta, o município pode estabelecer diretrizes para a expansão urbana, evitando incluir, no perímetro urbano, as regiões naturalmente suscetíveis aos desastres naturais. Este instrumento de planejamento urbano é, portanto, um subsídio técnico para a aprovação dos novos parcelamentos do solo, definindo as áreas com restrição à ocupação urbana face ao risco de desastres naturais, as áreas de preservação ambiental, bem como as diretrizes para a ocupação.

Observando-se os resultados da MUNIC 2013, apenas 3,5% (197) dos municípios brasileiros declararam ter esse instrumento; entretanto, nos municípios com mais de 500 000 habitantes, estava presente em 33,3% (13) deles. A Região Sul apresentou o maior percentual de municípios com Carta Geotécnica de Aptidão à Urbanização, 5,3% (63).



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013.

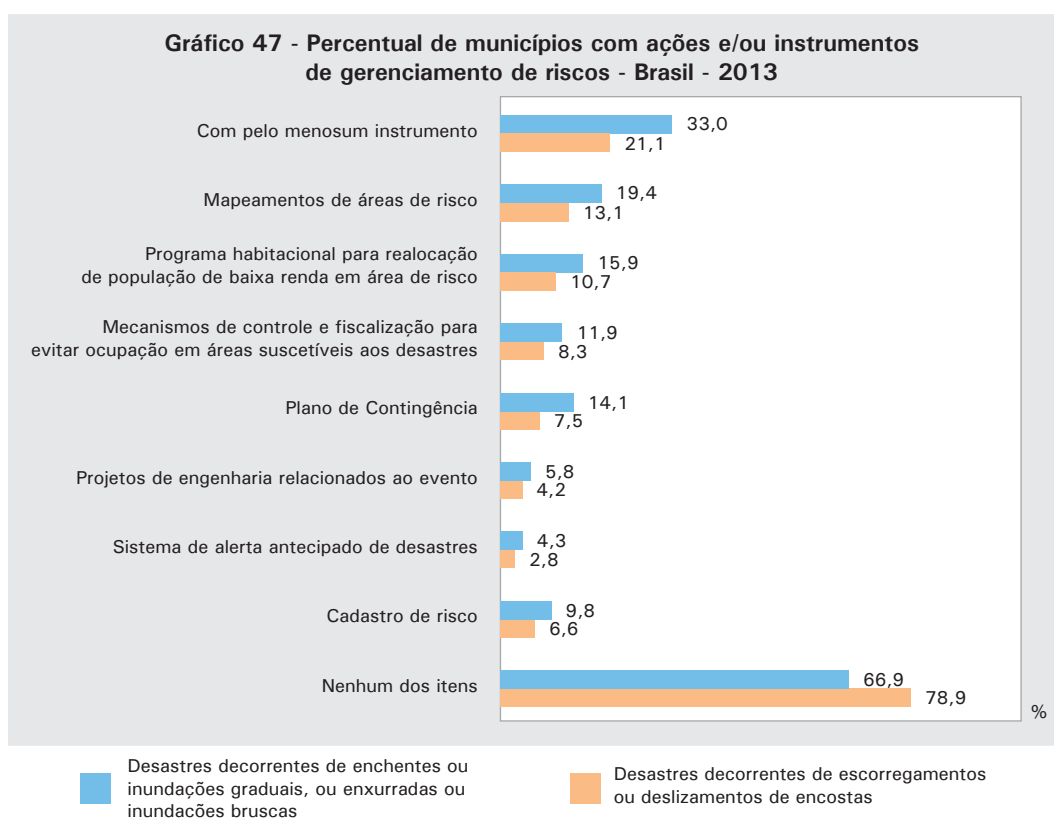
Os estudos e mapeamentos sobre a gestão de riscos e resposta a desastres decorrentes de enchentes ou inundações graduais, enxurradas ou inundações bruscas ou escorregamentos ou deslizamentos de encostas são importantes, não só por estarem relacionados a atividades de prevenção como também por sua natureza técnico-científica, no que diz respeito à definição da magnitude de um desastre e ao estabelecimento de medidas que possibilitem a proteção da população e de seus bens materiais. Tais estudos abordam a análise de risco e a formulação de métodos, técnicas e ações que evitem ou reduzam a intensidade dos desastres.

A M_{UNIC} 2013 pesquisou a existência de algumas medidas e/ou instrumentos existentes nos municípios, capazes de gerenciar o risco com relação a desastres decorrentes de enchentes ou inundações graduais, ou enxurradas ou inundações bruscas ou escorregamentos ou deslizamentos de encostas, tais como:

- Cadastro de riscos, que é um conjunto de informações sistematizadas em fichas, sobre moradias em situação de risco, constando a localização e as condições da edificação, bem como os nomes dos ocupantes e dados que permitam avaliar sua vulnerabilidade frente a um possível acidente, além de outros dados cadastrais de interesse para a Defesa Civil. Essas informações são armazenadas em planilhas digitais, e as moradias, localizadas em mapa, para facilitar a visualização espacial dos problemas na área;
- Plano de contingência, que é um conjunto de ações planejadas, com a definição dos responsáveis comprometidos com cada uma delas, além da infraestrutura necessária para o enfrentamento de um possível período crítico. Deve ser um documento de fácil reprodução, do qual constem as condições em que se encontram as áreas de risco, as características esperadas para o período chuvoso e a estratégia a ser adotada pelo município para o enfrentamento de desastres;
- Programa habitacional para realocação de população de baixa renda em área de risco (reassentamento em empreendimento de habitação de interesse social, pagamento de aluguel social ou similar, indenização da benfeitoria, compra de uma nova moradia, auxílio financeiro específico, entre outros aspectos);
- Mecanismos de controle e fiscalização para evitar ocupação em áreas suscetíveis aos desastres;
- Projetos de engenharia relacionados ao evento;
- Mapeamentos de áreas de risco de enchentes ou inundações; e
- Sistema de alerta antecipado de desastres.

Segundo os dados do Gráfico 47, em 33,0% (1 840) dos municípios brasileiros, havia pelo menos uma medida ou instrumento de gerenciamento de risco de desastres decorrentes de enchentes ou inundações graduais, ou enxurradas ou inundações bruscas, e, em 21,1% (1 175), pelo menos uma ação ou instrumento de gerenciamento de risco de desastres decorrentes de escorregamentos ou deslizamentos de encostas.

Segundo os resultados obtidos pela M_{UNIC} 2013, 66,9% dos municípios brasileiros não possuíam nenhuma medida ou instrumento de gerenciamento de risco de desastres decorrentes de enchentes ou inundações graduais, ou enxurradas ou inundações bruscas, e 78,9% não dispunham de qualquer medida ou instrumento de gerenciamento de risco de desastres decorrentes de escorregamentos ou deslizamentos de encostas.

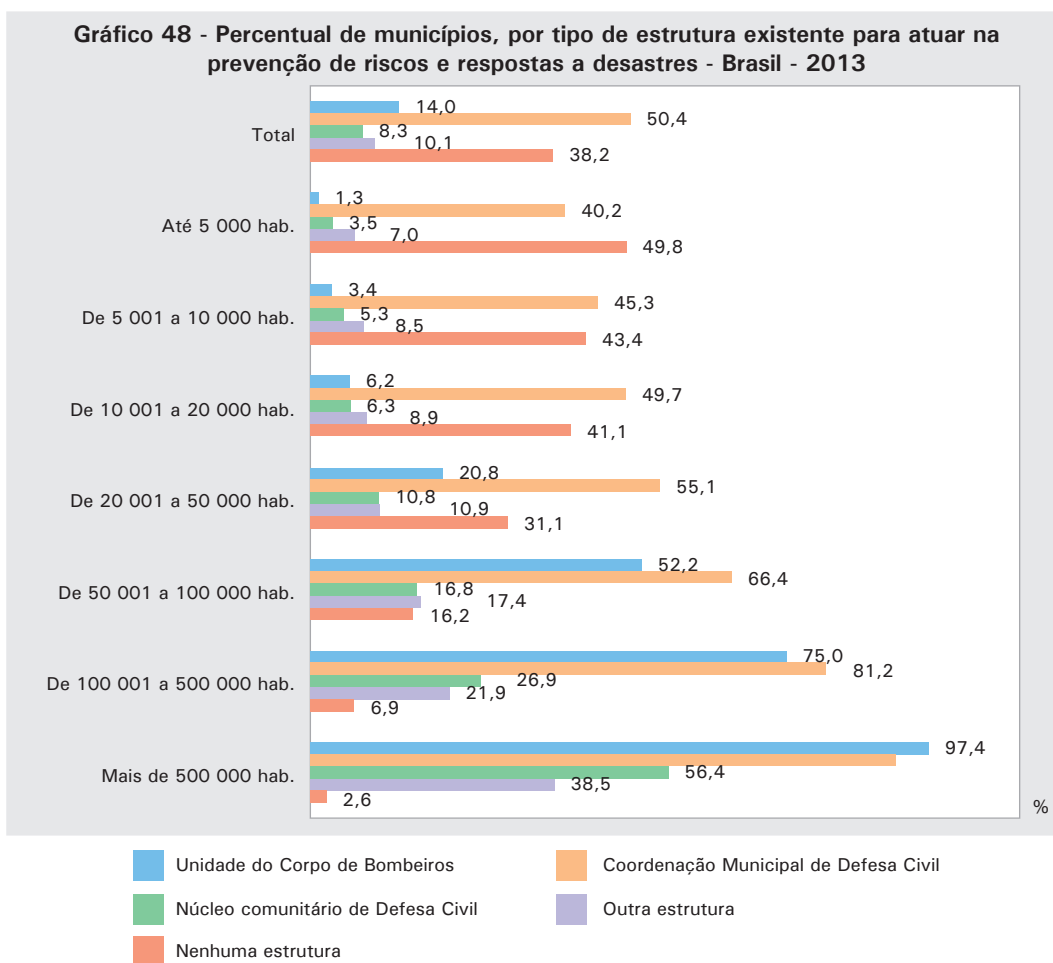


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013.

A gestão integrada de riscos de desastres diz respeito à identificação, mapeamento e análise dos riscos aos quais determinadas localidades e pessoas estão expostas, de modo a elaborar programas, planos e medidas com a finalidade de prevenir e diminuir os riscos relativos a essa exposição.

Foram pesquisadas pela MUNIC 2013 a existência, nos municípios, de unidade de Corpo de Bombeiros e, com relação à Defesa Civil, a existência de Coordenação Municipal de Defesa Civil e de Núcleo Comunitário de Defesa Civil, bem como a existência de outra estrutura para atuar na prevenção de riscos e resposta a desastres no município.

Como pode ser observado no Gráfico 48, apenas 14,0% (779) dos municípios brasileiros possuíam unidades de Corpo de Bombeiros em 2013, em que pese sua existência em 97,4% daqueles com mais de 500 000 habitantes. Nos municípios com 10 001 a 20 000 habitantes, chega a no máximo 6,2%. Com relação à Coordenação Municipal de Defesa Civil, os percentuais de municípios brasileiros que contavam com essas estruturas, em 2013, eram bem mais elevados nas classes de tamanho até 500 000 habitantes. Nos municípios com mais de 500 000 habitantes, esse percentual era de 92,3% e, naqueles com até 5 000 habitantes, era de 40,2%. Nestes últimos, os Núcleos Comunitários de Defesa Civil se faziam presentes em 3,5% e, em 7,0%, existiam outras estruturas para atuar na prevenção de riscos e respostas a desastres.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013.

Tabelas de resultados

Tabela 1 - Municípios, por sexo e grupos de idade do prefeito, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios										
	Total (1)	Sexo e grupos de idade do prefeito									
		Masculino					Feminino				
		Total (1)	De 18 a 25 anos	De 26 a 40 anos	De 41 a 60 anos	Mais de 60 anos	Total (1)	De 18 a 25 anos	De 26 a 40 anos	De 41 a 60 anos	Mais de 60 anos
Brasil	5 570	4 893	32	1 017	3 229	615	675	7	165	441	62
Até 5 000	1 247	1 088	6	249	712	121	158	1	47	100	10
De 5 001 a 10 000	1 227	1 084	8	219	746	111	143	1	48	80	14
De 10 001 a 20 000	1 378	1 213	11	267	803	132	165	3	35	106	21
De 20 001 a 50 000	1 080	932	4	183	613	132	148	2	28	107	11
De 50 001 a 100 000	339	303	2	57	184	60	36	-	6	26	4
De 100 001 a 500 000	260	236	1	37	148	50	24	-	1	21	2
Mais de 500 000	39	37	-	5	23	9	1	-	-	1	-
Norte	450	393	3	96	253	41	57	1	17	35	4
Até 5 000	80	66	-	22	38	6	14	-	5	8	1
De 5 001 a 10 000	81	74	1	21	47	5	7	-	4	3	-
De 10 001 a 20 000	110	94	2	24	59	9	16	1	6	8	1
De 20 001 a 50 000	111	97	-	15	72	10	14	-	1	12	1
De 50 001 a 100 000	42	39	-	10	23	6	3	-	1	1	1
De 100 001 a 500 000	24	21	-	4	13	4	3	-	-	3	-
Mais de 500 000	2	2	-	-	1	1	-	-	-	-	-
Nordeste	1 794	1 498	23	393	911	171	295	4	86	175	30
Até 5 000	234	191	5	70	101	15	42	1	15	24	2
De 5 001 a 10 000	360	294	6	78	187	23	66	-	23	36	7
De 10 001 a 20 000	577	486	7	117	309	53	91	1	25	56	9
De 20 001 a 50 000	443	369	4	98	220	47	74	2	18	46	8
De 50 001 a 100 000	119	103	1	19	65	18	16	-	5	9	2
De 100 001 a 500 000	50	44	-	7	25	12	6	-	-	4	2
Mais de 500 000	11	11	-	4	4	3	-	-	-	-	-
Sudeste	1 668	1 497	4	271	993	229	170	2	29	119	20
Até 5 000	374	329	-	65	214	50	45	-	10	31	4
De 5 001 a 10 000	397	358	1	67	245	45	39	1	9	25	4
De 10 001 a 20 000	359	331	2	61	226	42	28	1	1	17	9
De 20 001 a 50 000	290	256	-	40	169	47	34	-	8	24	2
De 50 001 a 100 000	107	95	-	19	56	20	12	-	1	11	1
De 100 001 a 500 000	124	113	1	18	72	22	11	-	-	10	-
Mais de 500 000	17	15	-	1	11	3	1	-	-	1	-
Sul	1 191	1 092	1	188	779	124	99	-	19	73	7
Até 5 000	420	380	-	67	276	37	40	-	9	29	2
De 5 001 a 10 000	280	258	-	38	192	28	22	-	8	11	3
De 10 001 a 20 000	228	211	-	48	146	17	17	-	2	13	2
De 20 001 a 50 000	159	145	-	22	101	22	14	-	-	14	-
De 50 001 a 100 000	52	48	1	7	30	10	4	-	-	4	-
De 100 001 a 500 000	48	46	-	6	31	9	2	-	-	2	-
Mais de 500 000	4	4	-	-	3	1	-	-	-	-	-
Centro-Oeste	467	413	1	69	293	50	54	-	14	39	1
Até 5 000	139	122	1	25	83	13	17	-	8	8	1
De 5 001 a 10 000	109	100	-	15	75	10	9	-	4	5	-
De 10 001 a 20 000	104	91	-	17	63	11	13	-	1	12	-
De 20 001 a 50 000	77	65	-	8	51	6	12	-	1	11	-
De 50 001 a 100 000	19	18	-	2	10	6	1	-	-	1	-
De 100 001 a 500 000	14	12	-	2	7	3	2	-	-	2	-
Mais de 500 000	5	5	-	-	4	1	-	-	-	-	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013.

(1) Inclusive os sem declaração de idade.

**Tabela 2 - Municípios, por sexo e grupos de idade do prefeito,
segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013**

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios										
	Total	Sexo e grupos de idade do prefeito									
		Masculino					Feminino				
		Total (1)	De 18 a 25 anos	De 26 a 40 anos	De 41 a 60 anos	Mais de 60 anos	Total (1)	De 18 a 25 anos	De 26 a 40 anos	De 41 a 60 anos	Mais de 60 anos
Brasil	5 570	4 893	32	1 017	3 229	615	675	7	165	441	62
Norte	450	393	3	96	253	41	57	1	17	35	2
Rondônia	52	49	1	11	35	2	3	-	-	2	-
Acre	22	22	-	11	11	-	-	-	-	-	-
Amazonas	62	57	-	6	43	8	5	-	1	4	-
Roraima	15	12	-	6	6	-	3	-	-	3	-
Pará	144	122	1	26	80	15	22	-	7	12	2
Amapá	16	13	-	3	8	2	3	-	1	2	-
Tocantins	139	118	1	33	70	14	21	-	8	12	-
Nordeste	1 794	1 498	23	393	911	171	295	4	83	175	25
Maranhão	217	175	2	44	108	21	41	2	13	22	3
Piauí	224	195	2	61	117	15	29	2	8	16	3
Ceará	184	152	2	43	91	16	32	-	13	18	1
Rio Grande do Norte	167	131	4	31	82	14	36	-	11	23	-
Paraíba	223	176	6	57	93	20	47	-	13	26	8
Pernambuco	185	166	3	38	108	17	19	-	4	14	-
Alagoas	102	85	3	25	48	9	17	-	3	12	1
Sergipe	75	64	-	16	42	6	11	-	2	7	2
Bahia	417	354	1	78	222	53	63	-	16	37	7
Sudeste	1 668	1 497	4	271	993	229	170	2	29	119	18
Minas Gerais	853	782	3	153	498	128	71	-	11	52	7
Espírito Santo	78	69	-	7	49	13	9	1	1	5	2
Rio de Janeiro	92	79	-	13	58	8	12	-	2	9	1
São Paulo	645	567	1	98	388	80	78	-	15	53	8
Sul	1 191	1 092	1	188	779	124	99	1	18	73	7
Paraná	399	360	-	71	245	44	39	-	6	30	3
Santa Catarina	295	272	1	43	203	25	23	-	7	15	1
Rio Grande do Sul	497	460	-	74	331	55	37	-	5	28	3
Centro-Oeste	467	413	1	69	293	50	54	-	14	39	-
Mato Grosso do Sul	79	70	-	13	47	10	9	-	1	8	-
Mato Grosso	141	122	-	20	92	10	19	-	6	12	-
Goiás	246	220	1	36	153	30	26	-	7	19	-
Distrito Federal	1	1	-	-	1	-	-	-	-	-	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013.

(1) Inclusive os sem declaração de idade.

Tabela 3 - Municípios, por nível de instrução do prefeito, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios							
	Total	Nível de instrução do prefeito						
		Funda-mental incompleto	Funda-mental completo	Médio incompleto	Médio completo	Superior incompleto	Superior completo	Pós-graduação
Brasil	5 570	258	291	190	1 490	419	2 158	762
Até 5 000	1 247	87	92	46	392	89	410	130
De 5 001 a 10 000	1 227	72	80	54	365	87	435	134
De 10 001 a 20 000	1 378	61	70	52	383	114	523	175
De 20 001 a 50 000	1 080	29	33	29	269	80	480	160
De 50 001 a 100 000	339	6	9	6	53	27	168	70
De 100 001 a 500 000	260	3	6	3	27	19	122	80
Mais de 500 000	39	-	1	-	1	3	20	13
Norte	450	21	41	14	142	33	150	49
Até 5 000	80	5	8	-	23	5	31	8
De 5 001 a 10 000	81	2	8	2	28	8	27	6
De 10 001 a 20 000	110	4	12	5	38	9	28	14
De 20 001 a 50 000	111	7	9	5	41	5	33	11
De 50 001 a 100 000	42	3	3	2	10	2	19	3
De 100 001 a 500 000	24	-	1	-	2	4	11	6
Mais de 500 000	2	-	-	-	-	-	1	1
Nordeste	1 794	63	75	62	495	169	693	236
Até 5 000	234	11	17	8	69	31	68	29
De 5 001 a 10 000	360	18	19	15	115	28	118	47
De 10 001 a 20 000	577	20	29	23	169	53	219	64
De 20 001 a 50 000	443	12	7	14	114	41	200	55
De 50 001 a 100 000	119	-	2	1	18	12	66	20
De 100 001 a 500 000	50	2	1	1	9	4	19	14
Mais de 500 000	11	-	-	-	1	-	3	7
Sudeste	1 668	95	93	56	414	101	663	245
Até 5 000	374	35	26	19	120	17	123	34
De 5 001 a 10 000	397	32	35	18	122	26	127	37
De 10 001 a 20 000	359	20	17	8	86	28	154	46
De 20 001 a 50 000	290	6	8	6	62	13	135	60
De 50 001 a 100 000	107	1	2	3	13	7	54	27
De 100 001 a 500 000	124	1	4	2	11	7	61	38
Mais de 500 000	17	-	1	-	-	3	9	3
Sul	1 191	63	64	34	296	92	461	181
Até 5 000	420	32	34	12	129	28	140	45
De 5 001 a 10 000	280	17	15	10	63	22	118	35
De 10 001 a 20 000	228	11	8	9	61	17	77	45
De 20 001 a 50 000	159	2	5	3	31	17	79	22
De 50 001 a 100 000	52	1	2	-	8	5	20	16
De 100 001 a 500 000	48	-	-	-	4	3	24	17
Mais de 500 000	4	-	-	-	-	-	3	1
Centro-Oeste	467	16	18	24	143	24	191	51
Até 5 000	139	4	7	7	51	8	48	14
De 5 001 a 10 000	109	3	3	9	37	3	45	9
De 10 001 a 20 000	104	6	4	7	29	7	45	6
De 20 001 a 50 000	77	2	4	1	21	4	33	12
De 50 001 a 100 000	19	1	-	-	4	1	9	4
De 100 001 a 500 000	14	-	-	-	1	1	7	5
Mais de 500 000	5	-	-	-	-	-	4	1

Tabela 4 - Municípios, por nível de instrução do prefeito, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios							
	Total	Nível de instrução do prefeito						
		Funda- mental incompleto	Funda- mental completo	Médio incompleto	Médio completo	Superior incompleto	Superior completo	Pós- graduação
Brasil	5 570	258	291	190	1 490	419	2 158	762
Norte	450	21	41	14	142	33	150	49
Rondônia	52	2	7	3	17	5	12	6
Acre	22	-	3	-	8	-	4	7
Amazonas	62	6	5	1	25	2	16	7
Roraima	15	-	2	-	3	2	6	2
Pará	144	6	11	8	47	10	49	13
Amapá	16	-	1	-	7	4	1	3
Tocantins	139	7	12	2	35	10	62	11
Nordeste	1 794	63	75	62	495	169	693	236
Maranhão	217	4	10	6	49	20	100	27
Piauí	224	8	16	4	57	18	77	44
Ceará	184	7	2	6	43	19	79	28
Rio Grande do Norte	167	5	3	7	43	13	72	24
Paraíba	223	7	16	10	54	27	82	27
Pernambuco	185	11	3	7	58	16	69	21
Alagoas	102	3	6	6	24	13	39	11
Sergipe	75	-	-	2	25	8	30	10
Bahia	417	18	19	14	142	35	145	44
Sudeste	1 668	95	93	56	414	101	663	245
Minas Gerais	853	65	62	37	245	55	265	124
Espírito Santo	78	4	8	1	20	5	25	15
Rio de Janeiro	92	2	3	2	18	4	42	20
São Paulo	645	24	20	16	131	37	331	86
Sul	1 191	63	64	34	296	92	461	181
Paraná	399	16	18	15	115	24	155	56
Santa Catarina	295	9	17	6	70	22	96	75
Rio Grande do Sul	497	38	29	13	111	46	210	50
Centro-Oeste	467	16	18	24	143	24	191	51
Mato Grosso do Sul	79	-	5	1	17	1	44	11
Mato Grosso	141	9	4	7	51	7	50	13
Goiás	246	7	9	16	75	16	97	26
Distrito Federal	1	-	-	-	-	-	-	1

Tabela 5 - Municípios, total e exercício do mandato de prefeito em 2012, e partido atual do prefeito, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios											
	Total (1)	Exercício de mandato de prefeito em 2012	Partido atual do prefeito									Outros
			PMDB	PSDB	DEM	PP	PTB	PR	PDT	PT	PPS	
Brasil	5 570	1 539	1 024	685	278	471	291	269	306	642	124	1 478
Até 5 000	1 247	373	273	170	65	127	90	68	75	97	24	257
De 5 001 a 10 000	1 227	361	244	140	77	113	63	57	48	141	26	318
De 10 001 a 20 000	1 378	370	233	157	70	108	59	74	79	157	27	414
De 20 001 a 50 000	1 080	262	169	121	47	84	55	49	65	137	28	325
De 50 001 a 100 000	339	87	62	44	10	20	17	15	23	52	10	86
De 100 001 a 500 000	260	76	38	47	6	18	7	5	13	48	9	69
Mais de 500 000	39	10	5	6	3	1	-	1	3	10	-	9
Norte	450	116	93	64	13	26	14	36	10	55	8	131
Até 5 000	80	21	15	14	1	4	4	9	-	3	1	29
De 5 001 a 10 000	81	23	19	12	4	4	1	4	1	10	1	25
De 10 001 a 20 000	110	30	25	12	5	7	5	8	6	11	-	31
De 20 001 a 50 000	111	26	21	16	2	6	3	10	2	20	2	29
De 50 001 a 100 000	42	14	9	4	1	4	-	4	1	8	1	10
De 100 001 a 500 000	24	2	4	4	-	1	1	1	-	3	3	7
Mais de 500 000	2	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-
Nordeste	1 794	514	290	117	82	103	105	94	88	184	23	707
Até 5 000	234	70	47	18	17	5	25	15	6	11	3	86
De 5 001 a 10 000	360	119	63	19	15	22	21	20	12	33	8	147
De 10 001 a 20 000	577	167	89	36	26	36	29	34	31	58	4	234
De 20 001 a 50 000	443	112	66	29	16	28	23	18	29	59	7	168
De 50 001 a 100 000	119	28	18	8	4	8	5	5	4	16	1	50
De 100 001 a 500 000	50	17	7	4	1	4	2	2	5	6	-	19
Mais de 500 000	11	1	-	3	3	-	-	-	1	1	-	3
Sudeste	1 668	424	241	319	111	108	106	92	73	205	56	356
Até 5 000	374	105	51	78	27	33	34	28	20	26	11	66
De 5 001 a 10 000	397	98	74	62	34	26	31	23	17	48	10	72
De 10 001 a 20 000	359	90	49	66	23	24	15	18	10	51	17	86
De 20 001 a 50 000	290	64	27	55	19	18	16	16	15	36	13	75
De 50 001 a 100 000	107	24	19	26	4	1	7	4	7	13	3	23
De 100 001 a 500 000	124	38	18	31	4	6	3	2	4	24	2	30
Mais de 500 000	17	5	3	1	-	-	-	1	-	7	-	4
Sul	1 191	370	298	118	37	207	45	18	112	159	28	169
Até 5 000	420	137	123	36	11	77	21	5	45	49	7	46
De 5 001 a 10 000	280	87	72	31	11	54	5	6	13	39	5	44
De 10 001 a 20 000	228	68	46	29	8	34	7	4	26	27	5	42
De 20 001 a 50 000	159	45	37	11	6	30	9	2	15	17	4	28
De 50 001 a 100 000	52	18	12	4	-	6	3	1	7	15	4	-
De 100 001 a 500 000	48	14	7	7	1	6	-	-	4	12	3	8
Mais de 500 000	4	1	1	-	-	-	-	-	2	-	-	1
Centro-Oeste	467	115	102	67	35	27	21	29	23	39	9	115
Até 5 000	139	40	37	24	9	8	6	11	4	8	2	30
De 5 001 a 10 000	109	34	16	16	13	7	5	4	5	11	2	30
De 10 001 a 20 000	104	15	24	14	8	7	3	10	6	10	1	21
De 20 001 a 50 000	77	15	18	10	4	2	4	3	4	5	2	25
De 50 001 a 100 000	19	3	4	2	1	1	2	1	4	-	1	3
De 100 001 a 500 000	14	5	2	1	-	1	1	-	-	3	1	5
Mais de 500 000	5	3	1	-	-	1	-	-	-	2	-	1

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013.

(1) Inclusive os sem declaração de partido.

Tabela 6 - Municípios, total e exercício do mandato de prefeito em 2012, e partido atual do prefeito, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios											
	Total (1)	Exercício de mandato de prefeito em 2012	Partido atual do prefeito									
			PMDB	PSDB	DEM	PP	PTB	PR	PDT	PT	PPS	Outros
Brasil	5 570	1 539	1 024	685	278	471	291	269	306	642	124	1 478
Norte	450	116	93	64	13	26	14	36	10	55	8	131
Rondônia	52	16	15	3	-	9	3	1	3	6	-	12
Acre	22	3	4	5	2	-	-	1	-	7	-	3
Amazonas	62	19	17	2	1	1	1	2	4	5	-	29
Roraima	15	4	2	4	-	2	-	3	-	2	-	2
Pará	144	41	28	31	5	6	4	14	2	23	6	25
Amapá	16	1	4	-	-	1	1	1	-	2	-	7
Tocantins	139	32	23	19	5	7	5	14	1	10	2	53
Nordeste	1 794	514	290	117	82	103	105	94	88	184	23	707
Maranhão	217	56	47	7	10	5	11	16	8	12	6	94
Piauí	224	58	24	18	4	9	41	4	8	22	6	88
Ceará	184	45	25	12	2	4	2	5	8	26	-	100
Rio Grande do Norte	167	56	51	3	25	8	2	16	2	6	2	52
Paraíba	223	67	59	26	23	4	11	13	3	6	3	75
Pernambuco	185	58	7	20	1	5	23	17	10	13	-	89
Alagoas	102	33	23	18	2	15	8	-	5	2	2	27
Sergipe	75	16	10	4	6	-	-	5	5	7	1	37
Bahia	417	125	44	9	9	53	7	18	39	90	3	145
Sudeste	1 668	424	241	319	111	108	106	92	73	205	56	356
Minas Gerais	853	189	121	136	60	69	52	58	42	116	28	171
Espírito Santo	78	18	13	6	4	4	3	1	8	6	2	31
Rio de Janeiro	92	37	23	2	2	7	1	7	4	11	-	34
São Paulo	645	180	84	175	45	28	50	26	19	72	26	120
Sul	1 191	370	298	118	37	207	45	18	112	159	28	169
Paraná	399	110	59	71	23	29	15	17	36	40	21	88
Santa Catarina	295	98	105	27	5	45	1	1	7	47	2	55
Rio Grande do Sul	497	162	134	20	9	133	29	-	69	72	5	26
Centro-Oeste	467	115	102	67	35	27	21	29	23	39	9	115
Mato Grosso do Sul	79	16	21	12	7	1	1	7	5	11	1	13
Mato Grosso	141	32	27	3	11	7	2	14	8	11	6	52
Goiás	246	66	54	52	17	19	18	8	10	16	2	50
Distrito Federal	1	1	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-

Tabela 7 - Municípios, total e adesão dos gestores municipais a Agenda de Compromissos dos Objetivos do Milênio - ODM, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013

(conclusão)

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios								
	Onde os gestores que aderiram a Agenda de Compromissos do Milênio - ODM								Outra forma de monitoramento e avaliação relacionada aos Objetivos do Milênio
	Objetivos		Alocação de pessoas e recursos para as ações previstas na Agenda				Participação social para o monitoramento das ações previstas na Agenda	Existência de Plano de ação para atingir a(s) meta(s) assumida(s) na Agenda	
	Qualidade de vida e respeito ao meio ambiente	Todo mundo trabalhando pelo desenvolvimento	Apenas pessoas	Apenas recursos	Pessoas e recursos	Sem alocação de recursos			
Brasil	1 793	1 528	538	86	1 194	329	1 707	1 459	1 228
Até 5 000	272	230	80	11	199	46	258	205	180
De 5 001 a 10 000	333	274	108	19	205	80	301	247	210
De 10 001 a 20 000	440	374	131	26	270	99	424	351	289
De 20 001 a 50 000	424	358	128	23	273	70	406	362	299
De 50 001 a 100 000	153	138	47	1	114	22	152	136	116
De 100 001 a 500 000	147	129	38	6	114	9	141	135	113
Mais de 500 000	24	25	6	-	19	3	25	23	21
Norte	171	147	53	11	103	42	160	141	102
Até 5 000	21	18	9	-	8	6	15	15	8
De 5 001 a 10 000	29	27	6	1	14	11	23	15	12
De 10 001 a 20 000	39	33	9	3	27	9	40	38	26
De 20 001 a 50 000	51	40	17	6	26	13	42	38	28
De 50 001 a 100 000	14	13	7	-	13	3	20	17	11
De 100 001 a 500 000	16	14	4	1	14	-	18	16	15
Mais de 500 000	1	2	1	-	1	-	2	2	2
Nordeste	620	510	189	44	411	128	616	544	435
Até 5 000	56	46	15	4	43	11	56	46	36
De 5 001 a 10 000	82	61	28	13	50	23	82	69	57
De 10 001 a 20 000	202	164	58	17	120	50	200	174	141
De 20 001 a 50 000	180	156	59	9	122	32	182	164	132
De 50 001 a 100 000	62	53	17	1	46	8	58	55	47
De 100 001 a 500 000	30	22	9	-	25	2	30	29	16
Mais de 500 000	8	8	3	-	5	2	8	7	6
Sudeste	498	426	154	17	325	73	471	388	363
Até 5 000	72	64	23	2	50	12	68	54	59
De 5 001 a 10 000	113	90	41	3	71	16	101	78	66
De 10 001 a 20 000	92	76	32	4	57	18	93	70	64
De 20 001 a 50 000	99	86	29	5	59	15	95	84	74
De 50 001 a 100 000	46	42	11	-	32	8	42	36	33
De 100 001 a 500 000	67	59	16	3	49	4	63	58	58
Mais de 500 000	9	9	2	-	7	-	9	8	9
Sul	360	311	103	11	261	53	335	277	224
Até 5 000	94	80	26	5	80	8	98	70	58
De 5 001 a 10 000	79	67	29	1	51	17	71	64	50
De 10 001 a 20 000	76	67	21	2	45	14	61	46	37
De 20 001 a 50 000	64	52	14	2	46	8	58	52	45
De 50 001 a 100 000	22	20	8	-	17	3	23	20	16
De 100 001 a 500 000	23	23	5	1	19	3	22	22	17
Mais de 500 000	2	2	-	-	3	-	2	3	1
Centro-Oeste	144	134	39	3	94	33	125	109	104
Até 5 000	29	22	7	-	18	9	21	20	19
De 5 001 a 10 000	30	29	4	1	19	13	24	21	25
De 10 001 a 20 000	31	34	11	-	21	8	30	23	21
De 20 001 a 50 000	30	24	9	1	20	2	29	24	20
De 50 001 a 100 000	9	10	4	-	6	-	9	8	9
De 100 001 a 500 000	11	11	4	1	7	-	8	10	7
Mais de 500 000	4	4	-	-	3	1	4	3	3

Tabela 8 - Municípios, total e adesão dos gestores municipais a Agenda de Compromissos dos Objetivos do Milênio - ODM, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

(conclusão)

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios								
	Onde os gestores que aderiram a Agenda de Compromissos do Milênio - ODM								Outra forma de monitора- mento e avaliação relacionada aos Objeto- tivos do Milênio
	Objetivos		Alocação de pessoas e recursos para as ações previstas na Agenda				Participação social para o monitoramento das ações previstas na Agenda	Existência de Plano de ação para atingir a(s) meta(s) assumida(s) na Agenda	
	Qualidade de vida e respeito ao meio ambiente	Todo mundo trabalhando pelo desenvolvimento	Apenas pessoas	Apenas recursos	Pessoas e recursos	Sem alocação de recursos			
Brasil	1 793	1 528	538	86	1 194	329	1 707	1 459	1 228
Norte	171	147	53	11	103	42	160	141	102
Rondônia	20	17	3	4	10	5	19	14	10
Acre	5	4	1	-	3	2	2	4	5
Amazonas	33	28	9	1	23	7	33	34	20
Roraima	10	10	3	-	6	2	10	8	9
Pará	55	43	26	2	36	12	58	48	38
Amapá	9	8	2	1	3	5	5	5	3
Tocantins	39	37	9	3	22	9	33	28	17
Nordeste	620	510	189	44	411	128	616	544	435
Maranhão	74	63	33	14	43	16	78	67	59
Piauí	38	31	15	-	20	16	39	34	34
Ceará	89	75	24	2	65	15	91	75	54
Rio Grande do Norte	63	45	17	8	41	16	63	61	42
Paraíba	67	56	12	4	50	10	63	54	28
Pernambuco	89	75	21	4	64	14	87	80	65
Alagoas	24	21	6	-	17	5	26	19	21
Sergipe	24	21	7	2	12	10	19	16	11
Bahia	152	123	54	10	99	26	150	138	121
Sudeste	498	426	154	17	325	73	471	388	363
Minas Gerais	250	214	83	5	165	42	239	190	170
Espírito Santo	22	18	4	2	15	3	21	19	23
Rio de Janeiro	37	32	10	4	22	4	36	28	31
São Paulo	189	162	57	6	123	24	175	151	139
Sul	360	311	103	11	261	53	335	277	224
Paraná	154	135	46	4	105	25	138	116	83
Santa Catarina	75	67	25	4	53	8	71	57	50
Rio Grande do Sul	131	109	32	3	103	20	126	104	91
Centro-Oeste	144	134	39	3	94	33	125	109	104
Mato Grosso do Sul	20	20	3	-	17	3	19	14	14
Mato Grosso	56	53	21	1	29	14	52	48	30
Goiás	67	60	15	2	47	16	53	47	59
Distrito Federal	1	1	-	-	1	-	1	-	1

Tabela 9 - Pessoal ocupado na administração direta, por vínculo empregatício, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Pessoal ocupado na administração direta, por vínculo empregatício					
	Total (1)	Vínculo empregatício				
		Estatutários	CLT	Somente comissionados	Estagiários	Sem vínculo permanente
Brasil	6 032 591	3 816 102	534 032	492 538	122 432	1 092 803
Até 5 000	286 956	184 402	22 874	37 482	3 544	37 956
De 5 001 a 10 000	447 060	273 710	38 700	49 339	5 361	80 188
De 10 001 a 20 000	887 565	537 475	73 363	85 620	9 736	183 493
De 20 001 a 50 000	1 326 556	783 793	120 944	111 188	19 577	291 771
De 50 001 a 100 000	784 056	457 960	81 396	63 163	17 007	164 530
De 100 001 a 500 000	1 327 787	816 947	145 128	101 053	38 142	234 953
Mais de 500 000	972 611	761 815	51 627	44 693	29 065	99 912
Norte	573 023	340 228	25 314	44 292	2 110	163 259
Até 5 000	18 093	11 691	91	2 954	2	3 355
De 5 001 a 10 000	30 402	17 661	1 977	3 562	14	7 426
De 10 001 a 20 000	74 030	42 446	4 624	7 081	158	20 946
De 20 001 a 50 000	146 375	83 542	7 560	10 603	39	45 348
De 50 001 a 100 000	105 392	61 679	3 051	7 578	85	32 999
De 100 001 a 500 000	147 638	86 285	6 706	10 662	540	43 445
Mais de 500 000	51 093	36 924	1 305	1 852	1 272	9 740
Nordeste	1 956 995	1 183 472	86 155	190 522	15 038	505 352
Até 5 000	64 420	38 745	3 830	11 069	61	10 251
De 5 001 a 10 000	152 095	92 859	7 609	18 922	360	32 344
De 10 001 a 20 000	425 102	257 983	15 125	45 049	370	107 646
De 20 001 a 50 000	593 046	357 302	20 218	54 999	1 199	159 329
De 50 001 a 100 000	287 207	163 093	16 364	26 191	1 160	80 399
De 100 001 a 500 000	254 554	136 174	15 601	23 294	4 239	83 682
Mais de 500 000	180 571	137 316	7 408	10 998	7 649	31 701
Sudeste	2 143 601	1 325 540	333 370	142 135	53 946	288 610
Até 5 000	92 363	54 731	13 861	7 327	1 018	15 426
De 5 001 a 10 000	142 320	77 643	22 901	11 379	1 396	29 001
De 10 001 a 20 000	213 131	119 119	38 991	16 066	2 812	36 143
De 20 001 a 50 000	349 783	180 977	72 888	24 410	8 295	63 213
De 50 001 a 100 000	248 218	134 216	51 778	17 035	7 896	37 293
De 100 001 a 500 000	641 386	396 703	93 624	47 487	18 594	84 978
Mais de 500 000	456 400	362 151	39 327	18 431	13 935	22 556
Sul	820 379	580 704	75 926	54 312	44 847	64 590
Até 5 000	78 917	56 702	4 674	9 321	2 407	5 813
De 5 001 a 10 000	81 333	58 065	5 376	7 766	3 367	6 759
De 10 001 a 20 000	113 803	76 524	12 644	8 955	6 032	9 648
De 20 001 a 50 000	152 645	103 954	17 760	11 206	9 341	10 384
De 50 001 a 100 000	97 772	68 336	9 638	5 596	6 633	7 569
De 100 001 a 500 000	218 125	156 897	25 478	10 415	13 386	11 949
Mais de 500 000	77 784	60 226	356	1 053	3 681	12 468
Centro-Oeste	538 399	386 158	13 267	61 277	6 491	70 992
Até 5 000	33 162	22 533	418	6 811	56	3 111
De 5 001 a 10 000	40 911	27 482	837	7 710	224	4 658
De 10 001 a 20 000	61 325	41 403	1 979	8 469	364	9 110
De 20 001 a 50 000	84 706	58 018	2 518	9 970	703	13 497
De 50 001 a 100 000	45 448	30 636	565	6 763	1 233	6 270
De 100 001 a 500 000	66 084	40 888	3 719	9 195	1 383	10 899
Mais de 500 000	206 763	165 198	3 231	12 359	2 528	23 447

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013.

(1) Inclusive os servidores sem declaração de vínculo empregatício.

**Tabela 10 - Pessoal ocupado na administração direta,
por vínculo empregatício, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013**

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Pessoal ocupado na administração direta, por vínculo empregatício					
	Total (1)	Vínculo empregatício				
		Estatutários	CLT	Somente comissionados	Estagiários	Sem vínculo permanente
Brasil	6 032 591	3 816 102	534 032	492 538	122 432	1 092 803
Norte	573 023	340 228	25 314	44 292	2 110	163 259
Rondônia	53 467	42 603	3 334	6 132	196	1 202
Acre	20 299	9 264	6 080	1 827	138	5 170
Amazonas	111 338	64 178	4 817	7 844	1 415	33 084
Roraima	16 264	7 598	635	1 620	5	6 406
Pará	289 108	162 092	10 226	17 901	135	98 754
Amapá	18 166	13 304	122	1 726		3 014
Tocantins	64 381	41 189	100	7 242	221	15 629
Nordeste	1 956 995	1 183 472	86 155	190 522	15 038	505 352
Maranhão	279 189	157 106	13 850	21 381	113	87 636
Piauí	114 927	63 517	11 740	13 823	355	25 491
Ceará	302 800	177 127	19 075	25 083	1 923	88 028
Rio Grande do Norte	124 031	79 744	1 639	16 201	1 591	24 856
Paraíba	171 136	102 669	3 753	18 771	291	45 652
Pernambuco	275 057	159 616	6 259	26 543	6 781	76 031
Alagoas	113 140	83 698	5 823	10 116	391	27 613
Sergipe	75 183	54 219	1 690	10 095	970	8 209
Bahia	501 532	305 776	22 326	48 509	2 623	121 836
Sudeste	2 143 601	1 325 540	333 370	142 135	53 946	288 610
Minas Gerais	660 236	409 143	35 497	37 221	11 010	167 365
Espírito Santo	135 340	78 101	12 496	11 506	4 813	28 424
Rio de Janeiro	375 040	255 346	21 643	39 997	2 926	55 128
São Paulo	972 985	582 950	263 734	53 411	35 197	37 693
Sul	820 379	580 704	75 926	54 312	44 847	64 590
Paraná	317 959	240 021	28 365	18 281	16 314	14 978
Santa Catarina	209 124	124 838	28 441	13 829	8 392	33 624
Rio Grande do Sul	293 296	215 845	19 120	22 202	20 141	15 988
Centro-Oeste	538 399	386 158	13 267	61 277	6 491	70 992
Mato Grosso do Sul	90 822	59 835	928	7 606	2 282	20 171
Mato Grosso	104 759	67 952	8 619	8 812	1 075	18 067
Goiás	208 902	144 872	2 169	37 556	1 446	22 879
Distrito Federal	133 916	113 499	1 551	7 303	1 688	9 875

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013.

(1) Inclusive os servidores sem declaração de vínculo empregatício.

Tabela 11 - Municípios, total e com administração indireta, e pessoal ocupado na administração indireta, por vínculo empregatício, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios		Pessoal ocupado na administração indireta					
	Total	Com administração indireta	Total (1)	Vínculo empregatício				
				Estatutários	Celetistas	Somente comissionados	Estagiários	Sem vínculo permanente
Brasil	5 570	1 109	325 539	125 089	139 695	23 011	12 263	25 481
Até 5 000	1 247	68	454	261	39	64	-	90
De 5 001 a 10 000	1 227	130	1 542	956	165	180	17	224
De 10 001 a 20 000	1 378	231	3 761	2 118	603	422	71	547
De 20 001 a 50 000	1 080	300	13 988	6 838	3 467	1 300	260	2 123
De 50 001 a 100 000	339	157	17 448	8 121	4 913	1 824	403	2 187
De 100 001 a 500 000	260	187	110 157	47 237	37 912	10 856	4 220	9 932
Mais de 500 000	39	36	178 189	59 558	92 596	8 365	7 292	10 378
Norte	450	64	8 565	3 295	1 542	1 526	533	1 669
Até 5 000	80	1	3	-	-	3	-	-
De 5 001 a 10 000	81	5	179	136	3	32	-	8
De 10 001 a 20 000	110	11	117	56	27	15	1	18
De 20 001 a 50 000	111	19	397	172	26	66	3	130
De 50 001 a 100 000	42	8	1 264	707	105	162	35	255
De 100 001 a 500 000	24	18	2 299	447	314	544	56	938
Mais de 500 000	2	2	4 306	1 777	1 067	704	438	320
Nordeste	1 794	286	51 464	24 503	13 924	4 358	1 081	7 598
Até 5 000	234	5	14	2	-	12	-	-
De 5 001 a 10 000	360	21	124	45	4	36	-	39
De 10 001 a 20 000	577	67	996	512	90	169	15	210
De 20 001 a 50 000	443	97	2 669	1 362	332	360	11	604
De 50 001 a 100 000	119	53	4 318	2 161	626	410	8	1 113
De 100 001 a 500 000	50	32	5 428	1 509	1 389	806	150	1 574
Mais de 500 000	11	11	37 915	18 912	11 483	2 565	897	4 058
Sudeste	1 668	424	187 303	63 116	93 774	12 040	5 889	12 484
Até 5 000	374	21	181	94	-	25	-	62
De 5 001 a 10 000	397	46	511	257	115	43	2	94
De 10 001 a 20 000	359	84	1 357	763	211	112	19	252
De 20 001 a 50 000	290	107	7 346	3 035	2 651	479	190	991
De 50 001 a 100 000	107	60	7 780	3 008	3 459	557	222	534
De 100 001 a 500 000	124	91	80 230	35 572	28 563	7 852	2 369	5 874
Mais de 500 000	17	15	89 898	20 387	58 775	2 972	3 087	4 677
Sul	1 191	189	44 146	19 087	16 738	2 187	3 926	2 208
Até 5 000	420	21	193	127	39	14	-	13
De 5 001 a 10 000	280	26	585	439	43	51	13	39
De 10 001 a 20 000	228	37	1 136	675	272	103	36	50
De 20 001 a 50 000	159	42	1 659	1 007	289	177	51	135
De 50 001 a 100 000	52	24	2 564	1 435	723	207	113	86
De 100 001 a 500 000	48	35	17 513	7 077	7 599	879	1 145	813
Mais de 500 000	4	4	20 496	8 327	7 773	756	2 568	1 072
Centro-Oeste	467	146	34 061	15 088	13 717	2 900	834	1 522
Até 5 000	139	20	63	38	-	10	-	15
De 5 001 a 10 000	109	32	143	79	-	18	2	44
De 10 001 a 20 000	104	32	155	112	3	23	-	17
De 20 001 a 50 000	77	35	1 917	1 262	169	218	5	263
De 50 001 a 100 000	19	12	1 522	810	-	488	25	199
De 100 001 a 500 000	14	11	4 687	2 632	47	775	500	733
Mais de 500 000	5	4	25 574	10 155	13 498	1 368	302	251

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013.

(1) Inclusive os servidores sem declaração de vínculo empregatício.

Tabela 12 - Municípios, total e com administração indireta, e pessoal ocupado na administração indireta, por vínculo empregatício, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios		Pessoal ocupado na administração indireta					
	Total	Com administração indireta	Total (1)	Vínculo empregatício				
				Estatutários	Celetistas	Somente comissionados	Estagiários	Sem vínculo permanente
Brasil	5 570	1 109	325 539	125 089	139 695	23 011	12 263	25 481
Norte	450	64	8 565	3 295	1 542	1 526	533	1669
Rondônia	52	22	533	256	73	141	26	37
Acre	22	1	935	161	143	150	20	461
Amazonas	62	11	2 411	510	820	424	383	274
Roraima	15	1	248	60	41	130	-	17
Pará	144	18	3 047	1 597	348	426	60	616
Amapá	16	2	260	22	109	109	-	20
Tocantins	139	9	1 131	689	8	146	44	244
Nordeste	1 794	286	51 464	24 503	13 924	4 358	1 081	7598
Maranhão	217	36	4 328	2 240	717	264	2	1105
Piauí	224	6	11 987	7 525	2 354	629	151	1328
Ceará	184	42	7 783	4 393	1 691	527	180	992
Rio Grande do Norte	167	13	1 940	269	1 351	176	31	113
Paraíba	223	49	3 504	1 164	16	465	74	1785
Pernambuco	185	46	7 046	1 686	3 387	663	217	1093
Alagoas	102	28	2 596	1 059	1 129	196	9	203
Sergipe	75	10	2 072	757	419	725	135	36
Bahia	417	56	10 208	5 410	2 860	713	282	943
Sudeste	1 668	424	187 303	63 116	93 774	12 040	5 889	12484
Minas Gerais	853	183	25 834	11 855	8 113	1 434	1 022	3410
Espírito Santo	78	30	2 074	827	565	182	117	383
Rio de Janeiro	92	42	71 847	28 916	32 355	5 883	1 295	3398
São Paulo	645	169	87 548	21 518	52 741	4 541	3 455	5293
Sul	1 191	189	44 146	19 087	16 738	2 187	3 926	2208
Paraná	399	71	14 777	6 371	4 898	565	1 933	1010
Santa Catarina	295	85	7 956	4 252	2 113	630	266	695
Rio Grande do Sul	497	33	21 413	8 464	9 727	992	1 727	503
Centro-Oeste	467	146	34 061	15 088	13 717	2 900	834	1522
Mato Grosso do Sul	79	30	5 633	4 167	210	479	328	449
Mato Grosso	141	22	1 488	671	48	113	211	445
Goiás	246	93	16 016	5 728	7 482	1 883	295	628
Distrito Federal	1	1	10 924	4 522	5 977	425	-	0

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013.

(1) Inclusive os servidores sem declaração de vínculo empregatício.

Tabela 13 - Municípios, total e com Plano Diretor, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios			
	Total	Com Plano Diretor		Sem Plano Diretor
		Total	Em elaboração	
Brasil	5 570	2 785	763	2019
Até 5 000	1 247	379	188	679
De 5 001 a 10 000	1 227	389	195	642
De 10 001 a 20 000	1 378	477	272	629
De 20 001 a 50 000	1 080	914	99	67
De 50 001 a 100 000	339	329	8	2
De 100 001 a 500 000	260	259	1	-
Mais de 500 000	39	38	-	-
Norte	450	243	73	134
Até 5 000	80	24	9	47
De 5 001 a 10 000	81	21	24	36
De 10 001 a 20 000	110	38	27	45
De 20 001 a 50 000	111	93	13	5
De 50 001 a 100 000	42	41	-	1
De 100 001 a 500 000	24	24	-	-
Mais de 500 000	2	2	-	-
Nordeste	1 794	724	281	787
Até 5 000	234	44	29	160
De 5 001 a 10 000	360	60	57	242
De 10 001 a 20 000	577	116	128	333
De 20 001 a 50 000	443	333	59	51
De 50 001 a 100 000	119	110	8	1
De 100 001 a 500 000	50	50	-	-
Mais de 500 000	11	11	-	-
Sudeste	1 668	759	216	692
Até 5 000	374	52	77	245
De 5 001 a 10 000	397	86	59	252
De 10 001 a 20 000	359	109	65	185
De 20 001 a 50 000	290	266	14	10
De 50 001 a 100 000	107	107	-	-
De 100 001 a 500 000	124	123	1	-
Mais de 500 000	17	16	-	-
Sul	1 191	869	117	205
Até 5 000	420	227	53	140
De 5 001 a 10 000	280	197	32	51
De 10 001 a 20 000	228	186	28	14
De 20 001 a 50 000	159	155	4	-
De 50 001 a 100 000	52	52	-	-
De 100 001 a 500 000	48	48	-	-
Mais de 500 000	4	4	-	-
Centro-Oeste	467	190	76	201
Até 5 000	139	32	20	87
De 5 001 a 10 000	109	25	23	61
De 10 001 a 20 000	104	28	24	52
De 20 001 a 50 000	77	67	9	1
De 50 001 a 100 000	19	19	-	-
De 100 001 a 500 000	14	14	-	-
Mais de 500 000	5	5	-	-

Tabela 14 - Municípios, total e com Plano Diretor, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios			
	Total	Com Plano Diretor		Sem Plano Diretor
		Total	Em elaboração	
Brasil	5 570	2 785	763	2019
Norte	450	243	73	134
Rondônia	52	23	15	14
Acre	22	8	7	7
Amazonas	62	34	10	18
Roraima	15	3	8	4
Pará	144	120	9	15
Amapá	16	3	3	10
Tocantins	139	52	21	66
Nordeste	1 794	724	281	787
Maranhão	217	95	48	73
Piauí	224	82	24	117
Ceará	184	94	25	65
Rio Grande do Norte	167	36	23	108
Paraíba	223	54	35	134
Pernambuco	185	102	32	51
Alagoas	102	45	18	39
Sergipe	75	32	7	36
Bahia	417	184	69	164
Sudeste	1 668	759	216	692
Minas Gerais	853	299	128	426
Espírito Santo	78	59	3	16
Rio de Janeiro	92	70	6	15
São Paulo	645	331	79	235
Sul	1 191	869	117	205
Paraná	399	368	29	2
Santa Catarina	295	226	29	40
Rio Grande do Sul	497	275	59	163
Centro-Oeste	467	190	76	201
Mato Grosso do Sul	79	33	18	28
Mato Grosso	141	55	30	56
Goiás	246	101	28	117
Distrito Federal	1	1	-	-

Tabela 15 - Municípios, total e com instrumentos de planejamento urbano, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013

(continua)

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios										
	Total	Com instrumentos de planejamento urbano									
		Legislação sobre área e/ou zona especial de interesse social		Legislação sobre área e/ou zonas de interesse especial		Lei de perímetro urbano		Legislação sobre parcelamento do solo		Legislação sobre zoneamento ou uso e ocupação do solo	
		Com legislação específica	Como parte integrante do Plano Diretor	Com legislação específica	Como parte integrante do Plano Diretor	Com legislação específica	Como parte integrante do Plano Diretor	Com legislação específica	Como parte integrante do Plano Diretor	Com legislação específica	Como parte integrante do Plano Diretor
Brasil	5 570	920	1 556	607	1 458	3 687	972	2 089	1 036	1 742	1 279
Até 5 000	1 247	160	179	100	158	957	123	399	138	326	160
De 5 001 a 10 000	1 227	178	218	105	190	853	145	368	165	314	194
De 10 001 a 20 000	1 378	193	268	136	246	858	187	486	191	395	225
De 20 001 a 50 000	1 080	202	517	135	477	642	294	449	338	375	433
De 50 001 a 100 000	339	80	197	55	196	195	125	195	107	157	149
De 100 001 a 500 000	260	88	159	64	168	161	85	160	91	144	111
Mais de 500 000	39	19	18	12	23	21	13	32	6	31	7
Norte	450	62	120	43	107	249	81	129	75	131	98
Até 5 000	80	11	4	7	3	67	1	15	4	16	2
De 5 001 a 10 000	81	9	8	5	5	49	5	21	7	24	8
De 10 001 a 20 000	110	14	17	14	13	55	13	26	16	32	17
De 20 001 a 50 000	111	14	47	7	43	41	39	35	28	29	41
De 50 001 a 100 000	42	9	23	7	21	21	14	18	8	19	15
De 100 001 a 500 000	24	4	20	3	20	14	9	12	12	9	15
Mais de 500 000	2	1	1	-	2	2	-	2	-	2	-
Nordeste	1 794	188	361	106	334	1 008	221	344	270	378	298
Até 5 000	234	11	11	5	9	157	6	14	9	16	6
De 5 001 a 10 000	360	31	25	9	21	206	16	30	18	43	23
De 10 001 a 20 000	577	43	53	26	50	298	37	99	42	105	45
De 20 001 a 50 000	443	54	180	38	156	240	104	112	132	132	145
De 50 001 a 100 000	119	25	58	16	59	72	38	58	43	51	51
De 100 001 a 500 000	50	19	29	10	32	30	15	22	24	24	24
Mais de 500 000	11	5	5	2	7	5	5	9	2	7	4
Sudeste	1 668	329	419	283	412	1 303	231	762	236	544	311
Até 5 000	374	52	18	59	22	313	17	105	13	71	13
De 5 001 a 10 000	397	59	44	54	41	329	28	129	33	92	38
De 10 001 a 20 000	359	65	60	53	56	300	32	186	37	111	50
De 20 001 a 50 000	290	71	151	54	141	211	70	163	92	116	126
De 50 001 a 100 000	107	26	70	20	69	62	42	77	28	60	41
De 100 001 a 500 000	124	46	70	36	74	80	37	86	33	79	42
Mais de 500 000	17	10	6	7	9	8	5	16	-	15	1
Sul	1 191	237	541	130	496	784	377	662	398	543	491
Até 5 000	420	60	129	23	109	324	87	237	105	201	127
De 5 001 a 10 000	280	55	125	26	111	180	90	144	102	123	117
De 10 001 a 20 000	228	48	120	33	110	126	94	122	89	106	101
De 20 001 a 50 000	159	41	102	24	102	93	63	92	65	63	93
De 50 001 a 100 000	52	16	33	9	33	26	26	30	22	20	31
De 100 001 a 500 000	48	16	29	13	30	33	15	35	13	27	21
Mais de 500 000	4	1	3	2	1	2	2	2	2	3	1
Centro-Oeste	467	104	115	45	109	343	62	192	57	146	81
Até 5 000	139	26	17	6	15	96	12	28	7	22	12
De 5 001 a 10 000	109	24	16	11	12	89	6	44	5	32	8
De 10 001 a 20 000	104	23	18	10	17	79	11	53	7	41	12
De 20 001 a 50 000	77	22	37	12	35	57	18	47	21	35	28
De 50 001 a 100 000	19	4	13	3	14	14	5	12	6	7	11
De 100 001 a 500 000	14	3	11	2	12	4	9	5	9	5	9
Mais de 500 000	5	2	3	1	4	4	1	3	2	4	1

Tabela 15 - Municípios, total e com instrumentos de planejamento urbano, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013

(conclusão)

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios										
	Com instrumentos de planejamento urbano										Nenhum instrumento
	Legislação sobre solo criado		Legislação sobre contribuição de melhoria		Legislação sobre operação urbana consorciada		Legislação sobre estudo de impacto de vizinhança		Código de obras		
	Com legislação específica	Como parte integrante do Plano Diretor	Com legislação específica	Como parte integrante do Plano Diretor	Com legislação específica	Como parte integrante do Plano Diretor	Com legislação específica	Como parte integrante do Plano Diretor	Com legislação específica	Como parte integrante do Plano Diretor	
Brasil	502	793	2 090	622	288	748	408	1 087	2 891	584	393
Até 5 000	68	84	445	78	32	72	39	115	466	99	87
De 5 001 a 10 000	67	94	421	79	29	90	45	137	508	122	124
De 10 001 a 20 000	121	140	489	115	60	108	71	182	733	122	147
De 20 001 a 50 000	105	251	429	202	86	243	107	363	684	156	34
De 50 001 a 100 000	61	110	157	80	37	104	61	146	263	51	1
De 100 001 a 500 000	64	98	130	60	32	111	67	131	202	32	-
Mais de 500 000	16	16	19	8	12	20	18	13	35	2	-
Norte	43	59	102	69	24	49	35	69	206	38	47
Até 5 000	3	3	7	4	3	2	1	2	18	2	8
De 5 001 a 10 000	7	3	15	3	2	2	2	3	25	3	14
De 10 001 a 20 000	12	13	31	13	4	13	4	12	49	6	21
De 20 001 a 50 000	9	21	27	26	7	16	8	30	62	18	4
De 50 001 a 100 000	4	10	13	13	4	8	12	8	30	6	-
De 100 001 a 500 000	8	8	9	9	4	7	8	13	20	3	-
Mais de 500 000	-	1	-	1	-	1	-	1	2	-	-
Nordeste	93	177	298	159	84	158	80	207	751	138	284
Até 5 000	6	5	25	6	2	6	1	5	59	6	43
De 5 001 a 10 000	9	5	37	5	5	10	9	12	101	8	89
De 10 001 a 20 000	19	26	97	21	21	15	14	24	233	27	121
De 20 001 a 50 000	27	83	89	78	34	76	31	93	218	70	30
De 50 001 a 100 000	16	35	31	32	13	27	15	44	97	16	1
De 100 001 a 500 000	12	17	15	15	8	16	8	23	33	10	-
Mais de 500 000	4	6	4	2	1	8	2	6	10	1	-
Sudeste	146	212	688	147	65	222	128	302	945	77	39
Até 5 000	10	8	87	8	2	8	5	9	114	6	21
De 5 001 a 10 000	17	21	140	22	5	18	10	23	171	20	15
De 10 001 a 20 000	28	32	154	24	8	23	16	43	235	14	3
De 20 001 a 50 000	38	67	162	44	21	71	31	115	227	19	-
De 50 001 a 100 000	22	36	64	24	8	43	19	54	82	13	-
De 100 001 a 500 000	24	42	72	21	13	53	38	54	101	5	-
Mais de 500 000	7	6	9	4	8	6	9	4	15	-	-
Sul	166	301	823	202	83	274	122	448	695	298	5
Até 5 000	43	61	296	54	21	53	29	95	219	79	3
De 5 001 a 10 000	28	62	193	43	12	53	19	94	145	87	1
De 10 001 a 20 000	49	65	161	47	22	51	29	94	137	69	1
De 20 001 a 50 000	19	63	102	41	12	67	20	102	111	43	-
De 50 001 a 100 000	10	25	39	9	8	21	12	31	40	11	-
De 100 001 a 500 000	15	24	28	8	6	28	11	30	40	8	-
Mais de 500 000	2	1	4	-	2	1	2	2	3	1	-
Centro-Oeste	54	44	179	45	32	45	43	61	294	33	18
Até 5 000	6	7	30	6	4	3	3	4	56	6	12
De 5 001 a 10 000	6	3	36	6	5	7	5	5	66	4	5
De 10 001 a 20 000	13	4	46	10	5	6	8	9	79	6	1
De 20 001 a 50 000	12	17	49	13	12	13	17	23	66	6	-
De 50 001 a 100 000	9	4	10	2	4	5	3	9	14	5	-
De 100 001 a 500 000	5	7	6	7	1	7	2	11	8	6	-
Mais de 500 000	3	2	2	1	1	4	5	-	5	-	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013.

Tabela 16 - Municípios, total e com instrumentos de planejamento urbano, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

(continua)

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios										
	Total	Com instrumentos de planejamento urbano									
		Legislação sobre área e/ou zona especial de interesse social		Legislação sobre área e/ou zonas de interesse especial		Lei de perímetro urbano		Legislação sobre parcelamento do solo		Legislação sobre zoneamento ou uso e ocupação do solo	
		Com legislação específica	Como parte integrante do Plano Diretor	Com legislação específica	Como parte integrante do Plano Diretor	Com legislação específica	Como parte integrante do Plano Diretor	Com legislação específica	Como parte integrante do Plano Diretor	Com legislação específica	Como parte integrante do Plano Diretor
Brasil	5 570	920	1 556	607	1 458	3 687	972	2 089	1 036	1 742	1 279
Norte	450	62	120	43	107	249	81	129	75	131	98
Rondônia	52	17	13	12	12	33	12	34	8	28	11
Acre	22	3	6	2	3	13	3	5	1	5	5
Amazonas	62	7	19	4	17	29	17	11	11	11	16
Roraima	15	4	1	2	-	5	1	2	2	7	2
Pará	144	11	69	8	64	46	42	37	43	35	56
Amapá	16	1	3	3	2	4	-	3	1	4	1
Tocantins	139	19	9	12	9	119	6	37	9	41	7
Nordeste	1 794	188	361	106	334	1 008	221	344	270	378	298
Maranhão	217	22	40	10	37	72	29	28	35	38	35
Piauí	224	9	22	6	18	192	8	27	13	32	18
Ceará	184	28	47	22	46	134	25	58	35	69	35
Rio Grande do Norte	167	5	30	3	29	144	8	18	21	22	23
Paraíba	223	26	17	11	17	114	5	23	12	37	10
Pernambuco	185	24	53	12	49	104	37	39	48	39	53
Alagoas	102	9	31	3	29	40	28	10	25	11	31
Sergipe	75	9	19	6	16	29	15	14	14	15	18
Bahia	417	56	102	33	93	179	66	127	67	115	75
Sudeste	1 668	329	419	283	412	1 303	231	762	236	544	311
Minas Gerais	853	148	168	169	170	669	96	323	100	214	138
Espírito Santo	78	12	42	11	44	55	21	43	25	21	37
Rio de Janeiro	92	25	42	22	45	48	25	62	15	54	24
São Paulo	645	144	167	81	153	531	89	334	96	255	112
Sul	1 191	237	541	130	496	784	377	662	398	543	491
Paraná	399	86	254	53	226	205	187	189	196	187	197
Santa Catarina	295	63	148	37	133	193	95	159	108	117	136
Rio Grande do Sul	497	88	139	40	137	386	95	314	94	239	158
Centro-Oeste	467	104	115	45	109	343	62	192	57	146	81
Mato Grosso do Sul	79	14	22	9	21	64	7	48	8	40	11
Mato Grosso	141	24	37	13	35	99	22	64	12	45	23
Goiás	246	66	55	23	52	179	33	79	37	60	47
Distrito Federal	1	-	1	-	1	1	-	1	-	1	-

Tabela 16 - Municípios, total e com instrumentos de planejamento urbano, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

(conclusão)

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios										
	Com instrumentos de planejamento urbano										Nenhum instrumento
	Legislação sobre solo criado		Legislação sobre contribuição de melhoria		Legislação sobre operação urbana consorciada		Legislação sobre estudo de impacto de vizinhança		Código de obras		
	Com legislação específica	Como parte integrante do Plano Diretor	Com legislação específica	Como parte integrante do Plano Diretor	Com legislação específica	Como parte integrante do Plano Diretor	Com legislação específica	Como parte integrante do Plano Diretor	Com legislação específica	Como parte integrante do Plano Diretor	
Brasil	502	793	2 090	622	288	748	408	1 087	2 891	584	393
Norte	43	59	102	69	24	49	35	69	206	38	47
Rondônia	12	11	30	9	7	10	6	12	34	6	2
Acre	-	1	2	-	-	-	1	3	9	-	4
Amazonas	3	13	10	14	3	12	4	15	29	9	6
Roraima	2	1	1	1	-	-	-	2	5	-	4
Pará	15	27	34	40	6	23	17	32	81	20	15
Amapá	2	2	2	-	2	-	2	-	5	-	7
Tocantins	9	4	23	5	6	4	5	5	43	3	9
Nordeste	93	177	298	159	84	158	80	207	751	138	284
Maranhão	3	20	18	20	3	21	-	22	58	21	66
Piauí	10	3	31	7	3	6	8	9	100	4	12
Ceará	14	22	44	19	20	20	19	27	104	23	6
Rio Grande do Norte	9	15	26	8	7	14	4	20	56	5	11
Paraíba	6	6	28	3	4	5	1	7	82	4	56
Pernambuco	9	34	46	34	15	35	6	45	72	24	23
Alagoas	2	16	12	14	4	15	3	22	40	12	18
Sergipe	4	10	11	14	3	10	5	14	24	8	18
Bahia	36	51	82	40	25	32	34	41	215	37	74
Sudeste	146	212	688	147	65	222	128	302	945	77	39
Minas Gerais	52	85	296	66	22	82	41	115	463	42	32
Espírito Santo	12	25	29	17	6	25	11	33	71	5	1
Rio de Janeiro	20	22	37	16	10	23	12	36	84	5	-
São Paulo	62	80	326	48	27	92	64	118	327	25	6
Sul	166	301	823	202	83	274	122	448	695	298	5
Paraná	63	146	215	121	36	141	44	217	185	195	-
Santa Catarina	52	73	217	46	29	61	39	117	174	68	3
Rio Grande do Sul	51	82	391	35	18	72	39	114	336	35	2
Centro-Oeste	54	44	179	45	32	45	43	61	294	33	18
Mato Grosso do Sul	9	14	48	4	7	11	10	16	71	1	1
Mato Grosso	20	14	72	13	15	14	18	18	92	11	6
Goiás	24	16	59	28	10	19	14	27	130	21	11
Distrito Federal	1	-	-	-	-	1	1	-	1	-	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013.

Tabela 17 - Municípios, total e os atingidos em sua área urbana nos últimos 5 anos, por alagamento e processo erosivo acelerado, segundo as Grandes Regiões e as população dos municípios - 2013

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios				
	Total	Atingidos em sua área urbana nos últimos 5 anos			
		Alagamento		Processo erosivo acelerado	
		Total	Não sabe informar	Total	Não sabe informar
Brasil	5 570	2 065	70	1 113	183
Até 5 000	1 247	220	8	97	32
De 5 001 a 10 000	1 227	320	18	180	40
De 10 001 a 20 000	1 378	500	22	285	44
De 20 001 a 50 000	1 080	547	12	282	38
De 50 001 a 100 000	339	214	6	119	13
De 100 001 a 500 000	260	226	4	126	11
Mais de 500 000	39	38	-	24	5
Norte	450	143	7	86	12
Até 5 000	80	4	1	5	-
De 5 001 a 10 000	81	13	2	6	1
De 10 001 a 20 000	110	42	-	20	2
De 20 001 a 50 000	111	42	2	29	5
De 50 001 a 100 000	42	21	1	14	1
De 100 001 a 500 000	24	19	1	10	3
Mais de 500 000	2	2	-	2	-
Nordeste	1 794	562	26	270	44
Até 5 000	234	27	1	10	2
De 5 001 a 10 000	360	79	4	40	2
De 10 001 a 20 000	577	154	14	84	18
De 20 001 a 50 000	443	185	4	71	17
De 50 001 a 100 000	119	66	2	35	2
De 100 001 a 500 000	50	40	1	24	1
Mais de 500 000	11	11	-	6	2
Sudeste	1 668	754	17	454	74
Até 5 000	374	84	-	44	12
De 5 001 a 10 000	397	120	6	69	29
De 10 001 a 20 000	359	159	4	108	13
De 20 001 a 50 000	290	178	5	107	8
De 50 001 a 100 000	107	81	2	48	6
De 100 001 a 500 000	124	116	-	69	4
Mais de 500 000	17	16	-	9	2
Sul	1 191	518	15	210	48
Até 5 000	420	98	5	29	17
De 5 001 a 10 000	280	98	4	46	8
De 10 001 a 20 000	228	123	3	50	9
De 20 001 a 50 000	159	113	1	50	7
De 50 001 a 100 000	52	40	1	15	4
De 100 001 a 500 000	48	42	1	17	2
Mais de 500 000	4	4	-	3	1
Centro-Oeste	467	88	5	93	5
Até 5 000	139	7	1	9	1
De 5 001 a 10 000	109	10	2	19	-
De 10 001 a 20 000	104	22	1	23	2
De 20 001 a 50 000	77	29	-	25	1
De 50 001 a 100 000	19	6	-	7	-
De 100 001 a 500 000	14	9	1	6	1
Mais de 500 000	5	5	-	4	-

Tabela 18 - Municípios, total e os atingidos em sua área urbana nos últimos 5 anos, por alagamento e processo erosivo acelerado, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios				
	Total	Atingidos em sua área urbana nos últimos 5 anos			
		Alagamento		Processo erosivo acelerado	
		Total	Não sabe informar	Total	Não sabe informar
Brasil	5 570	2 065	70	1 113	183
Norte	450	143	7	86	12
Rondônia	52	17	-	11	-
Acre	22	8	-	7	1
Amazonas	62	42	-	27	2
Roraima	15	7	1	2	1
Pará	144	50	5	29	8
Amapá	16	7	-	1	-
Tocantins	139	12	1	9	-
Nordeste	1 794	562	26	270	44
Maranhão	217	92	9	52	14
Piauí	224	45	2	19	2
Ceará	184	62	4	37	7
Rio Grande do Norte	167	34	2	10	1
Paraíba	223	62	1	28	-
Pernambuco	185	83	1	37	1
Alagoas	102	44	2	24	1
Sergipe	75	20	1	6	3
Bahia	417	120	4	57	15
Sudeste	1 668	754	17	454	74
Minas Gerais	853	345	11	207	44
Espírito Santo	78	56	-	35	4
Rio de Janeiro	92	81	1	51	8
São Paulo	645	272	5	161	18
Sul	1 191	518	15	210	48
Paraná	399	145	8	83	13
Santa Catarina	295	178	-	83	8
Rio Grande do Sul	497	195	7	44	27
Centro-Oeste	467	88	5	93	5
Mato Grosso do Sul	79	29	-	26	-
Mato Grosso	141	31	3	34	4
Goiás	246	27	2	32	1
Distrito Federal	1	1	-	1	-

Tabela 19 - Municípios, total e os atingidos em suas áreas urbanas nos últimos 5 anos, por enchentes ou inundações graduais, com indicação dos eventos com maior número de edificações atingidas e de ações para evitar ou minimizar os danos causados, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013

(continua)

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios										
	Total	Atingidos em suas áreas urbanas nos últimos 5 anos, por enchentes ou inundações graduais									
		Total	Não sabe	Ocorrências		Ano da ocorrência com maior número de edificações atingidas					
				Total	Municípios que não souberam informar (1)	2008	2009	2010	2011	2012	Não sabe
Brasil	5 570	1 543	122	8 942	203	154	408	306	320	243	112
Até 5 000	1 247	163	23	367	24	14	33	28	40	29	19
De 5 001 a 10 000	1 227	236	29	512	36	24	61	41	45	48	17
De 10 001 a 20 000	1 378	378	30	1 017	40	44	107	71	78	54	24
De 20 001 a 50 000	1 080	401	23	1 437	53	35	113	89	85	53	26
De 50 001 a 100 000	339	170	9	635	21	15	45	37	36	26	11
De 100 001 a 500 000	260	167	7	1 542	24	19	39	34	31	31	13
Mais de 500 000	39	28	1	3 432	5	3	10	6	5	2	2
Norte	450	142	9	496	16	9	47	8	18	48	12
Até 5 000	80	4	1	13	1	-	-	-	1	2	1
De 5 001 a 10 000	81	14	2	28	-	3	3	1	1	5	1
De 10 001 a 20 000	110	44	1	106	2	3	16	1	5	18	1
De 20 001 a 50 000	111	41	3	171	7	1	12	4	5	12	7
De 50 001 a 100 000	42	19	1	65	2	1	9	2	2	4	1
De 100 001 a 500 000	24	18	1	99	4	1	7	-	4	5	1
Mais de 500 000	2	2	-	14	-	-	-	-	-	2	-
Nordeste	1 794	403	31	2 344	48	50	165	104	53	16	15
Até 5 000	234	17	-	32	1	4	10	1	1	1	-
De 5 001 a 10 000	360	59	3	83	8	10	30	10	7	1	1
De 10 001 a 20 000	577	108	15	211	16	11	49	21	19	4	4
De 20 001 a 50 000	443	132	10	273	14	18	47	40	16	5	6
De 50 001 a 100 000	119	51	2	119	4	3	16	21	7	3	1
De 100 001 a 500 000	50	27	1	102	4	3	10	8	1	2	3
Mais de 500 000	11	9	-	1 524	1	1	3	3	2	-	-
Sudeste	1 668	577	40	4 515	81	55	124	100	133	125	40
Até 5 000	374	67	7	178	7	4	15	7	17	18	6
De 5 001 a 10 000	397	97	15	246	14	7	19	18	17	30	6
De 10 001 a 20 000	359	128	4	407	16	18	26	28	27	19	10
De 20 001 a 50 000	290	125	7	618	14	10	32	19	36	24	4
De 50 001 a 100 000	107	63	4	301	13	7	13	7	15	14	7
De 100 001 a 500 000	124	87	2	1 133	15	8	14	18	20	20	7
Mais de 500 000	17	10	1	1 632	2	1	5	3	1	-	-
Sul	1 191	360	33	1 316	49	35	66	80	98	41	40
Até 5 000	420	70	14	123	14	5	8	18	21	6	12
De 5 001 a 10 000	280	59	7	137	10	3	9	11	18	11	7
De 10 001 a 20 000	228	79	7	232	4	11	14	17	22	8	7
De 20 001 a 50 000	159	84	2	286	17	4	21	22	20	8	9
De 50 001 a 100 000	52	33	2	146	2	4	7	4	12	4	2
De 100 001 a 500 000	48	32	1	178	1	7	6	8	5	4	2
Mais de 500 000	4	3	-	214	1	1	1	-	-	-	1
Centro-Oeste	467	61	9	271	9	5	6	14	18	13	5
Até 5 000	139	5	1	21	1	1	-	2	-	2	-
De 5 001 a 10 000	109	7	2	18	4	1	-	1	2	1	2
De 10 001 a 20 000	104	19	3	61	2	1	2	4	5	5	2
De 20 001 a 50 000	77	19	1	89	1	2	1	4	8	4	-
De 50 001 a 100 000	19	4	-	4	-	-	-	3	-	1	-
De 100 001 a 500 000	14	3	2	30	-	-	2	-	1	-	-
Mais de 500 000	5	4	-	48	1	-	1	-	2	-	1

Tabela 19 - Municípios, total e os atingidos em suas áreas urbanas nos últimos 5 anos, por enchentes ou inundações graduais, com indicação dos eventos com maior número de edificações atingidas e de ações para evitar ou minimizar os danos causados, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013

(continuação)

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios						
	Atingidos em suas áreas urbanas nos últimos 5 anos, por enchentes ou inundações graduais						
	Eventos com maior número de edificações atingidas						
	Com edificações atingidas			Com pessoas desalojadas ou desabrigadas			Com ocorrência de óbitos
Total	Número de edificações	Municípios que não souberam informar (1)	Total	Número de pessoas	Municípios que não souberam informar (1)		
Brasil	1 406	655 589	418	1306	1 406 713	453	445
Até 5 000	140	3156	43	116	7 807	44	26
De 5 001 a 10 000	212	9787	77	188	34 481	82	68
De 10 001 a 20 000	350	51247	105	335	278 488	115	101
De 20 001 a 50 000	369	120301	115	351	259 423	123	116
De 50 001 a 100 000	157	87362	39	147	311 640	48	60
De 100 001 a 500 000	153	350247	35	144	402 691	39	63
Mais de 500 000	25	33489	4	25	112 183	4	11
Norte	130	105228	38	123	253 947	40	58
Até 5 000	3	44	-	1	15	-	-
De 5 001 a 10 000	13	1172	6	13	6 536	6	6
De 10 001 a 20 000	43	8240	12	42	25 801	14	18
De 20 001 a 50 000	34	30675	12	32	62 909	11	17
De 50 001 a 100 000	18	11330	5	16	56 276	6	8
De 100 001 a 500 000	17	46514	3	17	95 760	3	8
Mais de 500 000	2	7253	-	2	6 650	-	1
Nordeste	381	84506	131	372	394 826	149	173
Até 5 000	17	282	4	14	646	4	2
De 5 001 a 10 000	55	3403	24	52	10 764	28	28
De 10 001 a 20 000	103	12508	31	101	158 650	34	39
De 20 001 a 50 000	125	30858	50	124	86 245	55	57
De 50 001 a 100 000	50	18087	15	48	55 272	20	32
De 100 001 a 500 000	23	13889	6	24	59 835	7	13
Mais de 500 000	8	5479	1	9	23 414	1	2
Sudeste	527	246418	145	476	396 189	160	132
Até 5 000	60	1358	18	51	3 108	19	9
De 5 001 a 10 000	89	2513	31	79	8 756	35	22
De 10 001 a 20 000	116	13999	37	105	40 300	41	25
De 20 001 a 50 000	117	25389	28	109	74 496	28	27
De 50 001 a 100 000	55	23889	10	51	108 019	13	13
De 100 001 a 500 000	80	166781	18	72	86 365	21	29
Mais de 500 000	10	12489	3	9	75 145	3	7
Sul	313	216158	92	286	337 364	95	73
Até 5 000	55	1437	18	45	2908	19	13
De 5 001 a 10 000	50	2601	15	40	8176	12	11
De 10 001 a 20 000	71	15836	22	70	49431	23	18
De 20 001 a 50 000	74	32858	20	70	33577	25	13
De 50 001 a 100 000	31	33134	9	29	77061	8	6
De 100 001 a 500 000	30	122650	8	30	160711	8	12
Mais de 500 000	2	7642	-	2	5500	-	-
Centro-Oeste	55	3279	12	49	24387	11	9
Até 5 000	5	35	3	5	1130	2	2
De 5 001 a 10 000	5	98	1	4	249	1	1
De 10 001 a 20 000	17	664	3	17	4306	3	1
De 20 001 a 50 000	19	521	5	16	2196	4	2
De 50 001 a 100 000	3	922	-	3	15012	1	1
De 100 001 a 500 000	3	413	-	1	20	-	1
Mais de 500 000	3	626	-	3	1474	-	1

Tabela 19 - Municípios, total e os atingidos em suas áreas urbanas nos últimos 5 anos, por enchentes ou inundações graduais, com indicação dos eventos com maior número de edificações atingidas e de ações para evitar ou minimizar os danos causados, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013

(continuação)

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios						
	Atingidos em suas áreas urbanas nos últimos 5 anos, por enchentes ou inundações graduais						
	Eventos com maior número de edificações atingidas						
	Áreas das ocorrências						
	Naturalmente inundáveis	Não usualmente inundáveis	Com ocupações regulares	Com ocupações irregulares	Com existência de processo erosivo acelerado	Outras áreas	Não sabe
Brasil	1 042	491	639	655	154	122	33
Até 5 000	92	58	56	22	5	10	3
De 5 001 a 10 000	147	73	74	66	15	18	12
De 10 001 a 20 000	259	126	140	158	40	28	4
De 20 001 a 50 000	266	133	179	195	39	35	7
De 50 001 a 100 000	128	45	87	93	20	14	1
De 100 001 a 500 000	128	49	86	101	30	17	6
Mais de 500 000	22	7	17	20	5	-	-
Norte	104	49	57	66	19	9	2
Até 5 000	3	-	1	1	-	-	-
De 5 001 a 10 000	9	6	4	6	-	-	1
De 10 001 a 20 000	31	16	10	21	6	1	-
De 20 001 a 50 000	29	12	17	16	5	6	-
De 50 001 a 100 000	18	6	11	11	2	-	-
De 100 001 a 500 000	13	9	13	9	6	2	1
Mais de 500 000	1	-	1	2	-	-	-
Nordeste	260	122	150	169	42	33	14
Até 5 000	8	9	7	3	1	-	1
De 5 001 a 10 000	33	19	16	19	2	5	4
De 10 001 a 20 000	74	31	37	37	9	7	2
De 20 001 a 50 000	84	35	50	59	14	10	4
De 50 001 a 100 000	37	16	22	27	8	7	1
De 100 001 a 500 000	16	10	14	18	6	4	2
Mais de 500 000	8	2	4	6	2	-	-
Sudeste	425	175	253	247	63	49	10
Até 5 000	43	27	28	8	2	7	-
De 5 001 a 10 000	69	24	35	22	10	9	4
De 10 001 a 20 000	93	40	50	57	16	12	1
De 20 001 a 50 000	95	44	64	69	14	12	2
De 50 001 a 100 000	47	17	30	34	7	3	-
De 100 001 a 500 000	69	19	38	49	13	6	3
Mais de 500 000	9	4	8	8	1	-	-
Sul	218	123	153	156	26	29	7
Até 5 000	36	22	20	8	1	2	2
De 5 001 a 10 000	33	20	17	18	3	4	3
De 10 001 a 20 000	52	31	33	37	8	8	1
De 20 001 a 50 000	45	33	39	46	5	6	1
De 50 001 a 100 000	23	6	23	21	3	4	-
De 100 001 a 500 000	27	11	19	24	5	5	-
Mais de 500 000	2	-	2	2	1	-	-
Centro-Oeste	35	22	26	17	4	2	-
Até 5 000	2	-	2	2	1	1	-
De 5 001 a 10 000	3	4	2	1	-	-	-
De 10 001 a 20 000	9	8	10	6	1	-	-
De 20 001 a 50 000	13	9	9	5	1	1	-
De 50 001 a 100 000	3	-	1	-	-	-	-
De 100 001 a 500 000	3	-	2	1	-	-	-
Mais de 500 000	2	1	2	2	1	-	-

Tabela 19 - Municípios, total e os atingidos em suas áreas urbanas nos últimos 5 anos, por enchentes ou inundações graduais, com indicação dos eventos com maior número de edificações atingidas e de ações para evitar ou minimizar os danos causados, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013

(continuação)

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios											
	Atingidos em suas áreas urbanas nos últimos 5 anos, por enchentes ou inundações graduais											
	Ações para evitar ou minimizar os danos causados											
	Barragem à montante para equalização das cheias			Construção de canais de macrodrenagens			Construção de parque			Construção de reservatórios de amortecimento de cheias		
	Total	Finalizada	Em andamento	Total	Finalizada	Em andamento	Total	Finalizada	Em andamento	Total	Finalizada	Em andamento
Brasil	91	49	44	257	88	180	91	24	72	98	45	59
Até 5 000	1	1	-	16	6	10	4	1	4	1	1	-
De 5 001 a 10 000	6	4	2	16	7	9	4	-	4	5	3	2
De 10 001 a 20 000	19	8	11	53	22	31	14	3	11	12	9	4
De 20 001 a 50 000	24	16	8	57	23	35	16	7	10	16	4	12
De 50 001 a 100 000	13	5	8	39	9	32	12	2	10	19	8	13
De 100 001 a 500 000	24	11	14	62	17	50	30	7	23	34	14	20
Mais de 500 000	4	4	1	14	4	13	11	4	10	11	6	8
Norte	5	1	4	19	3	16	7	5	2	4	1	3
Até 5 000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
De 5 001 a 10 000	-	-	-	1	-	1	-	-	-	-	-	-
De 10 001 a 20 000	2	-	2	3	1	2	-	-	-	-	-	-
De 20 001 a 50 000	1	-	1	4	1	3	2	2	-	-	-	-
De 50 001 a 100 000	2	1	1	3	-	3	1	1	-	2	1	1
De 100 001 a 500 000	-	-	-	7	1	6	3	2	1	2	-	2
Mais de 500 000	-	-	-	1	-	1	1	-	1	-	-	-
Nordeste	28	16	12	81	31	51	9	1	8	20	11	9
Até 5 000	-	-	-	4	3	1	-	-	-	-	-	-
De 5 001 a 10 000	2	2	-	4	1	3	-	-	-	1	1	-
De 10 001 a 20 000	7	3	4	20	10	10	5	1	4	3	3	-
De 20 001 a 50 000	10	7	3	24	9	15	1	-	1	6	2	4
De 50 001 a 100 000	5	2	3	12	5	8	-	-	-	3	2	1
De 100 001 a 500 000	4	2	2	13	3	10	1	-	1	5	3	2
Mais de 500 000	-	-	-	4	-	4	2	-	2	2	-	2
Sudeste	38	19	20	91	30	65	41	7	38	52	24	33
Até 5 000	-	-	-	5	-	5	2	1	2	-	-	-
De 5 001 a 10 000	4	2	2	8	5	3	3	-	3	3	2	1
De 10 001 a 20 000	6	2	4	14	6	8	4	-	4	5	3	3
De 20 001 a 50 000	7	5	2	17	7	10	4	-	4	7	2	5
De 50 001 a 100 000	4	1	3	13	2	12	4	-	4	10	5	7
De 100 001 a 500 000	15	7	8	28	7	22	18	3	15	21	8	13
Mais de 500 000	2	2	1	6	3	5	6	3	6	6	4	4
Sul	14	9	6	54	21	39	28	8	20	16	8	9
Até 5 000	1	1	-	6	3	3	2	-	2	1	1	-
De 5 001 a 10 000	-	-	-	3	1	2	1	-	1	1	-	1
De 10 001 a 20 000	3	3	-	12	4	8	5	2	3	3	3	-
De 20 001 a 50 000	3	2	1	9	5	5	8	4	4	1	-	1
De 50 001 a 100 000	2	1	1	9	1	8	6	1	5	4	-	4
De 100 001 a 500 000	5	2	4	13	6	11	6	1	5	5	3	2
Mais de 500 000	-	-	-	2	1	2	-	-	-	1	1	1
Centro-Oeste	6	4	2	12	3	9	6	3	4	6	1	5
Até 5 000	-	-	-	1	-	1	-	-	-	-	-	-
De 5 001 a 10 000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
De 10 001 a 20 000	1	-	1	4	1	3	-	-	-	1	-	1
De 20 001 a 50 000	3	2	1	3	1	2	1	1	1	2	-	2
De 50 001 a 100 000	-	-	-	2	1	1	1	-	1	-	-	-
De 100 001 a 500 000	-	-	-	1	-	1	2	1	1	1	-	1
Mais de 500 000	2	2	-	1	-	1	2	1	1	2	1	1

Tabela 19 - Municípios, total e os atingidos em suas áreas urbanas nos últimos 5 anos, por enchentes ou inundações graduais, com indicação dos eventos com maior número de edificações atingidas e de ações para evitar ou minimizar os danos causados, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013

(continuação)

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Atingidos em suas áreas urbanas nos últimos 5 anos, por enchentes ou inundações graduais											
	Ações para evitar ou minimizar os danos causados											
	Desassoreamento de corpos hídricos			Retificação de rios, aumento da calha ou desvio de cursos d'água			Realocação da população em área de risco			Revegetação		
	Total	Finalizada	Em andamento	Total	Finalizada	Em andamento	Total	Finalizada	Em andamento	Total	Finalizada	Em andamento
Brasil	482	217	287	178	87	96	372	112	275	231	58	180
Até 5 000	38	26	12	21	16	5	12	5	7	13	4	9
De 5 001 a 10 000	50	24	27	18	13	5	34	12	22	31	5	26
De 10 001 a 20 000	109	53	57	44	24	20	80	32	50	55	16	39
De 20 001 a 50 000	114	47	70	45	13	32	102	26	76	56	11	45
De 50 001 a 100 000	73	34	41	17	8	9	47	13	36	32	8	24
De 100 001 a 500 000	82	26	67	24	9	17	83	19	71	36	8	31
Mais de 500 000	16	7	13	9	4	8	14	5	13	8	6	6
Norte	12	5	7	2	1	1	44	11	34	8	3	5
Até 5 000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
De 5 001 a 10 000	-	-	-	-	-	-	1	-	1	-	-	-
De 10 001 a 20 000	3	2	1	-	-	-	13	4	9	-	-	-
De 20 001 a 50 000	1	-	1	-	-	-	13	2	11	-	-	-
De 50 001 a 100 000	3	1	2	-	-	-	5	2	3	4	1	3
De 100 001 a 500 000	4	2	2	2	1	1	11	3	9	4	2	2
Mais de 500 000	1	-	1	-	-	-	1	-	1	-	-	-
Nordeste	85	32	54	33	14	20	114	46	71	38	9	29
Até 5 000	3	3	-	2	2	-	4	3	1	1	-	1
De 5 001 a 10 000	10	3	7	1	1	-	12	4	8	5	1	4
De 10 001 a 20 000	16	9	7	8	4	4	25	11	14	13	3	10
De 20 001 a 50 000	25	6	19	13	2	11	45	16	29	10	2	8
De 50 001 a 100 000	17	9	8	6	4	2	13	5	9	7	3	4
De 100 001 a 500 000	8	2	7	1	1	1	13	7	8	2	-	2
Mais de 500 000	6	-	6	2	-	2	2	-	2	-	-	-
Sudeste	254	117	152	102	53	53	115	30	92	111	29	88
Até 5 000	20	15	5	14	11	3	2	-	2	5	2	3
De 5 001 a 10 000	27	14	14	15	10	5	7	3	4	16	3	13
De 10 001 a 20 000	54	24	30	24	14	10	23	9	14	20	6	14
De 20 001 a 50 000	60	26	36	21	6	15	18	4	14	29	4	25
De 50 001 a 100 000	36	16	22	7	3	4	16	4	13	10	3	7
De 100 001 a 500 000	51	17	41	16	5	12	42	7	38	24	5	21
Mais de 500 000	6	5	4	5	4	4	7	3	7	7	6	5
Sul	123	61	68	38	19	19	84	19	68	63	16	48
Até 5 000	15	8	7	5	3	2	5	2	3	6	2	4
De 5 001 a 10 000	12	7	5	2	2	-	12	4	8	10	1	9
De 10 001 a 20 000	34	17	18	12	6	6	15	6	10	18	7	11
De 20 001 a 50 000	27	15	13	11	5	6	23	3	20	13	4	9
De 50 001 a 100 000	15	7	8	3	1	2	12	2	10	11	1	10
De 100 001 a 500 000	18	5	16	4	2	2	15	1	15	5	1	5
Mais de 500 000	2	2	1	1	-	1	2	1	2	-	-	-
Centro-Oeste	8	2	6	3	-	3	15	6	10	11	1	10
Até 5 000	-	-	-	-	-	-	1	-	1	1	-	1
De 5 001 a 10 000	1	-	1	-	-	-	2	1	1	-	-	-
De 10 001 a 20 000	2	1	1	-	-	-	4	2	3	4	-	4
De 20 001 a 50 000	1	-	1	-	-	-	3	1	2	4	1	3
De 50 001 a 100 000	2	1	1	1	-	1	1	-	1	-	-	-
De 100 001 a 500 000	1	-	1	1	-	1	2	1	1	1	-	1
Mais de 500 000	1	-	1	1	-	1	2	1	1	1	-	1

Tabela 19 - Municípios, total e os atingidos em suas áreas urbanas nos últimos 5 anos, por enchentes ou inundações graduais, com indicação dos eventos com maior número de edificações atingidas e de ações para evitar ou minimizar os danos causados, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013

(conclusão)

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios							
	Atingidos em suas áreas urbanas nos últimos 5 anos, por enchentes ou inundações graduais							
	Ações para evitar ou minimizar os danos causados						Nenhuma intervenção	Não soube informar
	Revitalização de rios ou baciais			Outra solução				
Total	Finalizada	Em andamento	Total	Finalizada	Em andamento			
Brasil	169	32	144	170	35	137	377	59
Até 5 000	9	4	5	17	4	13	47	6
De 5 001 a 10 000	21	4	17	22	9	14	81	14
De 10 001 a 20 000	36	5	32	44	8	36	104	10
De 20 001 a 50 000	44	8	37	45	7	38	111	15
De 50 001 a 100 000	19	4	15	18	3	15	26	10
De 100 001 a 500 000	31	4	29	19	2	17	7	3
Mais de 500 000	9	3	9	5	2	4	1	1
Norte	7	1	6	16	4	13	55	5
Até 5 000	-	-	-	-	-	-	3	-
De 5 001 a 10 000	-	-	-	1	1	-	9	1
De 10 001 a 20 000	-	-	-	2	-	2	22	1
De 20 001 a 50 000	2	1	1	5	-	5	15	1
De 50 001 a 100 000	1	-	1	4	1	3	6	2
De 100 001 a 500 000	4	-	4	3	1	2	-	-
Mais de 500 000	-	-	-	1	1	1	-	-
Nordeste	35	10	26	50	12	38	113	24
Até 5 000	1	1	-	3	2	1	5	1
De 5 001 a 10 000	5	2	3	9	4	5	22	6
De 10 001 a 20 000	6	2	4	13	3	10	32	6
De 20 001 a 50 000	13	3	10	15	2	13	42	6
De 50 001 a 100 000	5	1	4	6	1	5	10	5
De 100 001 a 500 000	3	1	3	3	-	3	1	-
Mais de 500 000	2	-	2	1	-	1	1	-
Sudeste	64	12	56	68	13	56	118	16
Até 5 000	3	1	2	5	1	4	18	3
De 5 001 a 10 000	8	2	6	9	3	7	27	4
De 10 001 a 20 000	9	-	9	20	5	15	30	1
De 20 001 a 50 000	16	2	15	18	2	16	33	3
De 50 001 a 100 000	6	2	4	7	1	6	5	3
De 100 001 a 500 000	16	3	14	7	1	6	5	1
Mais de 500 000	6	2	6	2	-	2	-	1
Sul	53	8	46	28	5	23	75	13
Até 5 000	5	2	3	7	1	6	20	2
De 5 001 a 10 000	8	-	8	3	1	2	20	3
De 10 001 a 20 000	18	3	16	6	-	6	15	2
De 20 001 a 50 000	9	2	7	6	3	3	15	4
De 50 001 a 100 000	6	1	5	1	-	1	4	-
De 100 001 a 500 000	7	-	7	5	-	5	1	2
Mais de 500 000	-	-	-	-	-	-	-	-
Centro-Oeste	10	1	10	8	1	7	16	1
Até 5 000	-	-	-	1	-	2	1	-
De 5 001 a 10 000	-	-	-	-	-	-	3	-
De 10 001 a 20 000	3	-	3	3	-	3	5	-
De 20 001 a 50 000	4	-	4	1	-	1	6	1
De 50 001 a 100 000	1	1	1	-	1	-	1	-
De 100 001 a 500 000	1	-	1	1	-	1	-	-
Mais de 500 000	1	-	1	1	-	-	-	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013.

(1) Incluídos no total.

Tabela 20 - Municípios, total e os atingidos em suas áreas urbanas nos últimos 5 anos, por enchentes ou inundações graduais, com indicação dos eventos com maior número de edificações atingidas e de ações para evitar ou minimizar os danos causados, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

(continuação)

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios						Com ocorrência de óbitos
	Atingidos em suas áreas urbanas nos últimos 5 anos, por enchentes ou inundações graduais						
	Eventos com maior número de edificações atingidas						
	Com edificações atingidas			Com pessoas desalojadas ou desabrigadas			
Total	Número de edificações	Municípios que não soube- ram informar (1)	Total	Número de pessoas	Municípios que não soube- ram informar (1)		
Brasil	1 406	655 589	471	1306	1 406 713	453	445
Norte	130	105228	38	123	253 947	40	58
Rondônia	10	738	3	9	764	4	5
Acre	15	40937	4	15	21 938	4	3
Amazonas	47	38688	13	45	127 976	12	24
Roraima	4	735	1	4	3 760	1	2
Pará	39	23824	10	37	98 823	11	17
Amapá	8	120	7	8	480	7	7
Tocantins	7	186	-	5	206	1	-
Nordeste	381	84506	131	372	394 826	149	173
Maranhão	75	16366	39	75	154 159	45	55
Piauí	29	9285	12	29	25 149	14	13
Ceará	60	13352	20	56	41 430	22	21
Rio Grande do Norte	20	1813	5	21	8 785	7	5
Paraíba	45	6370	8	41	21 273	9	10
Pernambuco	60	21702	22	60	63 683	26	35
Alagoas	36	6675	13	35	32 879	11	12
Sergipe	9	792	2	9	1 149	4	2
Bahia	47	8151	10	46	46 319	11	20
Sudeste	527	246418	145	476	396 189	160	132
Minas Gerais	260	49849	77	236	101 448	82	55
Espírito Santo	50	44666	12	48	18 589	14	8
Rio de Janeiro	65	52593	20	64	181 306	20	23
São Paulo	152	99310	36	128	94 846	44	46
Sul	313	216158	92	286	337 364	95	73
Paraná	81	8868	17	77	30 673	21	25
Santa Catarina	118	130951	38	112	260 147	40	22
Rio Grande do Sul	114	76339	37	97	46 544	34	26
Centro-Oeste	55	3279	12	49	24 387	11	9
Mato Grosso do Sul	18	768	2	16	2 476	2	1
Mato Grosso	18	1874	9	17	21 325	6	5
Goiás	19	637	1	16	586	3	3
Distrito Federal	-	-	-	-	-	-	-

Tabela 20 - Municípios, total e os atingidos em suas áreas urbanas nos últimos 5 anos, por enchentes ou inundações graduais, com indicação dos eventos com maior número de edificações atingidas e de ações para evitar ou minimizar os danos causados, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

(continuação)

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios						
	Atingidos em suas áreas urbanas nos últimos 5 anos, por enchentes ou inundações graduais						
	Eventos com maior número de edificações atingidas						
	Áreas das ocorrências						
	Naturalmente inundáveis	Não usualmente inundáveis	Com ocupações regulares	Com ocupações irregulares	Com existência de processo erosivo acelerado	Outras áreas	Não sabe
Brasil	1 042	491	639	655	154	122	33
Norte	104	49	57	66	19	9	2
Rondônia	9	2	1	2	3	2	-
Acre	15	10	11	10	2	1	-
Amazonas	40	14	19	25	8	1	-
Roraima	2	3	2	4	-	1	-
Pará	27	18	18	20	4	3	2
Amapá	6	1	3	2	1	1	-
Tocantins	5	1	3	3	1	-	-
Nordeste	260	122	150	169	42	33	14
Maranhão	51	21	25	17	7	4	5
Piauí	21	8	5	16	1	-	1
Ceará	39	23	24	33	5	4	1
Rio Grande do Norte	14	6	6	4	1	2	1
Paraíba	27	20	16	18	6	4	-
Pernambuco	44	22	23	38	11	8	2
Alagoas	27	12	21	22	3	2	-
Sergipe	6	-	3	2	-	-	2
Bahia	31	10	27	19	8	9	2
Sudeste	425	175	253	247	63	49	10
Minas Gerais	215	79	123	106	33	24	7
Espírito Santo	42	24	24	28	3	4	-
Rio de Janeiro	57	27	35	45	11	7	-
São Paulo	111	45	71	68	16	14	3
Sul	218	123	153	156	26	29	7
Paraná	43	32	39	39	4	8	2
Santa Catarina	93	50	63	57	15	14	3
Rio Grande do Sul	82	41	51	60	7	7	2
Centro-Oeste	35	22	26	17	4	2	-
Mato Grosso do Sul	11	9	11	7	1	-	-
Mato Grosso	12	5	5	4	1	1	-
Goiás	12	8	10	6	2	1	-
Distrito Federal	-	-	-	-	-	-	-

Tabela 20 - Municípios, total e os atingidos em suas áreas urbanas nos últimos 5 anos, por enchentes ou inundações graduais, com indicação dos eventos com maior número de edificações atingidas e de ações para evitar ou minimizar os danos causados, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

(continuação)

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios											
	Atingidos em suas áreas urbanas nos últimos 5 anos, por enchentes ou inundações graduais											
	Ações para evitar ou minimizar os danos causados											
	Barragem à montante para equalização das cheias			Construção de canais de macrodrenagens			Construção de parque			Construção de reserva-tórios de amortecimento de cheias		
	Total	Finalizada	Em andamento	Total	Finalizada	Em andamento	Total	Finalizada	Em andamento	Total	Finalizada	Em andamento
Brasil	91	49	44	257	88	180	91	24	72	98	45	59
Norte	5	1	4	19	3	16	7	5	2	4	1	3
Rondônia	-	-	-	3	2	1	1	1	-	-	-	-
Acre	-	-	-	2	-	2	1	1	-	-	-	-
Amazonas	4	1	3	2	-	2	3	2	1	1	1	-
Roraima	-	-	-	1	-	1	-	-	-	-	-	-
Pará	1	-	1	7	1	6	1	1	-	2	-	2
Amapá	-	-	-	2	-	2	-	-	-	-	-	-
Tocantins	-	-	-	2	-	2	1	-	1	1	-	1
Nordeste	28	16	12	81	31	51	9	1	8	20	11	9
Maranhão	3	2	1	9	4	6	2	-	2	1	-	1
Piauí	2	2	-	3	2	1	1	-	1	1	-	1
Ceará	5	2	3	10	5	5	2	1	1	5	4	1
Rio Grande do Norte	2	2	-	7	1	6	1	-	1	2	1	1
Paraíba	1	-	1	9	1	8	1	-	1	-	-	-
Pernambuco	8	1	7	16	6	10	1	-	1	6	3	3
Alagoas	4	4	-	8	6	2	-	-	-	2	2	-
Sergipe	1	1	-	2	2	-	-	-	-	-	-	-
Bahia	2	2	-	17	4	13	1	-	1	3	1	2
Sudeste	38	19	20	91	30	65	41	7	38	52	24	33
Minas Gerais	11	6	5	29	12	17	14	3	12	12	6	7
Espírito Santo	5	1	4	4	1	3	-	-	-	4	3	2
Rio de Janeiro	9	4	5	11	3	8	6	1	5	5	2	3
São Paulo	13	8	6	47	14	37	21	3	21	31	13	21
Sul	14	9	6	54	21	39	28	8	20	16	8	9
Paraná	2	-	2	10	2	8	13	3	10	5	1	4
Santa Catarina	7	6	2	21	8	16	6	3	3	4	3	1
Rio Grande do Sul	5	3	2	23	11	15	9	2	7	7	4	4
Centro-Oeste	6	4	2	12	3	9	6	3	4	6	1	5
Mato Grosso do Sul	-	-	-	4	1	3	1	1	-	-	-	-
Mato Grosso	1	-	1	4	-	4	1	-	1	2	-	2
Goiás	5	4	1	4	2	2	4	2	-	4	1	3
Distrito Federal	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	-	-

Tabela 20 - Municípios, total e os atingidos em suas áreas urbanas nos últimos 5 anos, por enchentes ou inundações graduais, com indicação dos eventos com maior número de edificações atingidas e de ações para evitar ou minimizar os danos causados, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

(conclusão)

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios							
	Atingidos em suas áreas urbanas nos últimos 5 anos, por enchentes ou inundações graduais							
	Ações para evitar ou minimizar os danos causados							
	Revitalização de rios ou baciais			Outra solução			Nenhuma intervenção	Não soube informar
	Total	Finalizada	Em andamento	Total	Finalizada	Em andamento		
Brasil	169	32	144	170	35	137	377	59
Norte	7	1	6	16	4	13	55	5
Rondônia	2	1	1	2	-	2	3	1
Acre	1	-	1	-	-	-	6	-
Amazonas	1	-	1	7	-	7	21	1
Roraima	-	-	-	1	1	-	-	-
Pará	2	-	2	6	3	4	16	3
Amapá	-	-	-	-	-	-	5	-
Tocantins	1	-	1	-	-	-	4	-
Nordeste	35	10	26	50	12	38	113	24
Maranhão	4	-	4	11	1	10	30	7
Piauí	2	2	-	1	1	-	12	1
Ceará	7	2	5	12	5	7	14	9
Rio Grande do Norte	-	-	-	3	-	3	6	2
Paraíba	2	1	1	5	1	4	20	-
Pernambuco	6	-	6	9	-	9	12	1
Alagoas	5	1	4	3	3	-	6	-
Sergipe	2	1	1	-	-	-	2	2
Bahia	7	3	5	6	1	5	11	2
Sudeste	64	12	56	68	13	56	118	16
Minas Gerais	22	4	19	31	8	24	74	9
Espírito Santo	7	-	7	9	1	8	7	1
Rio de Janeiro	7	3	4	5	-	5	14	1
São Paulo	28	5	26	23	4	19	23	5
Sul	53	8	46	28	5	23	75	13
Paraná	13	1	12	9	1	8	14	8
Santa Catarina	20	4	16	10	1	9	30	2
Rio Grande do Sul	20	3	18	9	3	6	31	3
Centro-Oeste	10	1	10	8	1	7	16	1
Mato Grosso do Sul	1	-	1	2	-	2	6	-
Mato Grosso	4	-	4	3	-	3	6	1
Goiás	5	1	5	3	1	2	4	-
Distrito Federal	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013.

(1) Incluídos no total.

Tabela 21 - Municípios, total e os atingidos em suas áreas urbanas nos últimos 5 anos, por enxurradas ou inundações bruscas, com indicação dos eventos com maior número de edificações atingidas e de ações para evitar ou minimizar os danos causados, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013

(continua)

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios										
	Total	Atingidos em suas áreas urbanas nos últimos 5 anos, por enxurradas ou inundações bruscas									
		Total	Não sabe	Ocorrências		Ano da ocorrência com maior número de edificações atingidas					
				Total	Municípios que não souberam informar (1)	2008	2009	2010	2011	2012	Não sabe
Brasil	5 570	1 574	142	13 244	256	135	300	319	355	298	167
Até 5 000	1 247	183	24	581	30	15	21	43	46	32	26
De 5 001 a 10 000	1 227	253	36	1 081	37	18	44	47	61	54	29
De 10 001 a 20 000	1 378	389	37	1 200	60	35	82	81	87	68	36
De 20 001 a 50 000	1 080	369	26	1 275	62	28	77	78	77	69	40
De 50 001 a 100 000	339	172	8	831	28	18	35	30	38	33	18
De 100 001 a 500 000	260	174	11	1 974	29	17	31	36	39	38	13
Mais de 500 000	39	34	-	6 302	10	4	10	4	7	4	5
Norte	450	84	11	406	13	6	18	3	16	30	11
Até 5 000	80	7	-	68	1	1	1	-	2	2	1
De 5 001 a 10 000	81	8	3	34	-	1	1	-	1	2	3
De 10 001 a 20 000	110	16	1	76	4	2	3	-	2	8	1
De 20 001 a 50 000	111	21	4	86	3	-	4	1	4	8	4
De 50 001 a 100 000	42	14	1	70	2	1	3	1	2	5	2
De 100 001 a 500 000	24	16	2	65	3	1	5	1	5	4	-
Mais de 500 000	2	2	-	7	-	-	1	-	-	1	-
Nordeste	1 794	311	38	1 384	51	29	93	93	33	39	24
Até 5 000	234	6	1	13	-	2	-	1	2	-	1
De 5 001 a 10 000	360	41	6	179	3	3	14	10	6	5	3
De 10 001 a 20 000	577	103	16	235	17	14	33	29	9	12	6
De 20 001 a 50 000	443	88	10	198	18	7	24	28	8	14	7
De 50 001 a 100 000	119	43	2	100	5	2	12	17	5	5	2
De 100 001 a 500 000	50	21	3	91	4	1	5	7	2	3	3
Mais de 500 000	11	9	-	568	4	-	5	1	1	-	2
Sudeste	1 668	665	41	8 075	121	65	113	105	153	155	74
Até 5 000	374	71	6	233	10	5	10	12	18	19	7
De 5 001 a 10 000	397	104	14	464	21	10	12	16	19	34	13
De 10 001 a 20 000	359	162	10	552	27	13	31	29	43	28	18
De 20 001 a 50 000	290	149	5	622	25	15	31	19	33	31	20
De 50 001 a 100 000	107	72	3	323	18	10	10	8	18	17	9
De 100 001 a 500 000	124	93	3	1 216	16	9	16	20	19	24	5
Mais de 500 000	17	14	-	4 665	4	3	3	1	3	2	2
Sul	1 191	423	43	1 784	57	32	68	101	127	48	47
Até 5 000	420	89	15	186	16	6	9	27	24	8	15
De 5 001 a 10 000	280	86	9	220	10	4	16	20	30	9	7
De 10 001 a 20 000	228	89	9	260	8	6	14	18	29	13	9
De 20 001 a 50 000	159	86	6	276	14	4	16	24	24	10	8
De 50 001 a 100 000	52	34	2	224	3	5	9	4	10	3	3
De 100 001 a 500 000	48	35	2	393	5	6	3	7	10	5	4
Mais de 500 000	4	4	-	225	1	1	1	1	-	-	1
Centro-Oeste	467	91	9	1 595	14	3	8	17	26	26	11
Até 5 000	139	10	2	81	3	1	1	3	-	3	2
De 5 001 a 10 000	109	14	4	184	3	-	1	1	5	4	3
De 10 001 a 20 000	104	19	1	77	4	-	1	5	4	7	2
De 20 001 a 50 000	77	25	1	93	2	2	2	6	8	6	1
De 50 001 a 100 000	19	9	-	114	-	-	1	-	3	3	2
De 100 001 a 500 000	14	9	1	209	1	-	2	1	3	2	1
Mais de 500 000	5	5	-	837	1	-	-	1	3	1	-

Tabela 21 - Municípios, total e os atingidos em suas áreas urbanas nos últimos 5 anos, por enxurradas ou inundações bruscas, com indicação dos eventos com maior número de edificações atingidas e de ações para evitar ou minimizar os danos causados, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013

(continuação)

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios						Com ocorrência de óbitos
	Atingidos em suas áreas urbanas nos últimos 5 anos, por enxurradas ou inundações bruscas						
	Eventos com maior número de edificações atingidas						
	Com edificações atingidas			Com pessoas desalojadas ou desabrigadas			
Total	Número de edificações	Municípios que não souberam informar (1)	Total	Número de pessoas	Municípios que não souberam informar (1)		
Brasil	952	443 374	415	722	777 546	456	108
Até 5 000	107	3 601	44	71	7 476	47	4
De 5 001 a 10 000	145	7 878	70	96	20 968	75	8
De 10 001 a 20 000	238	39 569	104	181	107 984	122	17
De 20 001 a 50 000	212	56 727	109	171	139 213	114	28
De 50 001 a 100 000	108	50 895	42	81	146 799	48	17
De 100 001 a 500 000	124	238 779	36	105	305 584	41	24
Mais de 500 000	18	45 925	10	17	49 522	9	10
Norte	53	9 698	18	43	38 281	22	2
Até 5 000	5	108	1	4	223	2	-
De 5 001 a 10 000	3	51	2	3	171	1	-
De 10 001 a 20 000	11	2 314	4	10	6 129	5	-
De 20 001 a 50 000	13	1 962	4	9	6 644	6	1
De 50 001 a 100 000	8	934	3	7	2 769	3	1
De 100 001 a 500 000	11	4 163	4	9	22 289	4	-
Mais de 500 000	2	166	-	1	56	1	-
Nordeste	174	57 171	107	141	189 957	123	26
Até 5 000	5	196	-	2	75	1	-
De 5 001 a 10 000	19	2 448	18	11	6 383	22	2
De 10 001 a 20 000	58	9 619	35	49	30 946	37	8
De 20 001 a 50 000	47	13 325	34	41	37 580	37	7
De 50 001 a 100 000	29	20 601	12	21	46 904	18	8
De 100 001 a 500 000	12	7 789	6	12	54 126	6	1
Mais de 500 000	4	3 193	2	5	13 943	2	-
Sudeste	413	216 856	159	324	309 629	165	53
Até 5 000	48	1 210	15	39	2 729	14	2
De 5 001 a 10 000	64	2 900	22	49	8 215	23	4
De 10 001 a 20 000	99	14 757	41	73	32 466	50	6
De 20 001 a 50 000	83	26 135	40	71	46 799	33	15
De 50 001 a 100 000	43	8 649	17	32	31 168	17	5
De 100 001 a 500 000	70	133 020	18	55	175 714	23	14
Mais de 500 000	6	30 185	6	5	12 538	5	7
Sul	250	150 394	114	176	214 264	123	20
Até 5 000	44	1 860	25	24	3 419	26	2
De 5 001 a 10 000	52	2 316	25	29	6 046	26	2
De 10 001 a 20 000	56	12 136	21	42	37 540	26	3
De 20 001 a 50 000	50	14 609	26	40	45 865	29	5
De 50 001 a 100 000	23	20 500	8	18	65 351	7	1
De 100 001 a 500 000	23	91 393	8	21	52 343	8	6
Mais de 500 000	2	7 580	1	2	3 700	1	1
Centro-Oeste	62	9 255	17	38	25 415	23	7
Até 5 000	5	227	3	2	1 030	4	-
De 5 001 a 10 000	7	163	3	4	153	3	-
De 10 001 a 20 000	14	743	3	7	903	4	-
De 20 001 a 50 000	19	696	5	10	2 325	9	-
De 50 001 a 100 000	5	211	2	3	607	3	2
De 100 001 a 500 000	8	2 414	-	8	1 112	-	3
Mais de 500 000	4	4 801	1	4	19 285	-	2

Tabela 21 - Municípios, total e os atingidos em suas áreas urbanas nos últimos 5 anos, por enxurradas ou inundações bruscas, com indicação dos eventos com maior número de edificações atingidas e de ações para evitar ou minimizar os danos causados, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013

(continuação)

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios						
	Atingidos em suas áreas urbanas nos últimos 5 anos, por enxurradas ou inundações bruscas						
	Eventos com maior número de edificações atingidas						
	Áreas das ocorrências						
	Naturalmente inundáveis	Não usualmente inundáveis	Com ocupações regulares	Com ocupações irregulares	Com existência de processo erosivo acelerado	Outras áreas	Não sabe
Brasil	873	583	654	600	160	179	28
Até 5 000	79	79	55	27	13	15	2
De 5 001 a 10 000	123	90	80	57	19	36	6
De 10 001 a 20 000	215	147	156	152	34	42	8
De 20 001 a 50 000	205	126	173	150	44	44	8
De 50 001 a 100 000	104	60	79	86	19	21	2
De 100 001 a 500 000	125	70	94	109	25	20	2
Mais de 500 000	22	11	17	19	6	1	-
Norte	49	28	35	33	8	7	1
Até 5 000	3	1	2	-	1	-	-
De 5 001 a 10 000	1	2	2	1	-	1	-
De 10 001 a 20 000	8	5	8	8	-	1	1
De 20 001 a 50 000	14	4	4	8	2	1	-
De 50 001 a 100 000	8	9	9	6	-	1	-
De 100 001 a 500 000	14	6	9	9	5	3	-
Mais de 500 000	1	1	1	1	-	-	-
Nordeste	171	97	120	129	43	33	10
Até 5 000	2	2	-	1	2	-	-
De 5 001 a 10 000	20	10	8	12	3	4	3
De 10 001 a 20 000	52	39	41	41	13	10	2
De 20 001 a 50 000	48	25	39	34	12	12	3
De 50 001 a 100 000	30	15	20	24	6	4	1
De 100 001 a 500 000	14	6	10	14	6	3	1
Mais de 500 000	5	-	2	3	1	-	-
Sudeste	379	242	283	266	69	76	12
Até 5 000	26	35	26	15	6	8	1
De 5 001 a 10 000	57	35	34	22	8	13	2
De 10 001 a 20 000	95	53	59	67	15	15	3
De 20 001 a 50 000	82	53	79	63	23	18	4
De 50 001 a 100 000	40	22	29	34	7	10	1
De 100 001 a 500 000	69	38	48	56	9	12	1
Mais de 500 000	10	6	8	9	1	-	-
Sul	234	187	176	151	28	51	5
Até 5 000	45	40	24	10	2	6	1
De 5 001 a 10 000	39	40	31	22	8	16	1
De 10 001 a 20 000	53	41	37	32	6	13	2
De 20 001 a 50 000	49	32	40	39	4	9	1
De 50 001 a 100 000	23	13	19	22	4	4	-
De 100 001 a 500 000	22	19	22	24	3	2	-
Mais de 500 000	3	2	3	2	1	1	-
Centro-Oeste	40	29	40	21	12	12	-
Até 5 000	3	1	3	1	2	1	-
De 5 001 a 10 000	6	3	5	-	-	2	-
De 10 001 a 20 000	7	9	11	4	-	3	-
De 20 001 a 50 000	12	12	11	6	3	4	-
De 50 001 a 100 000	3	1	2	-	2	2	-
De 100 001 a 500 000	6	1	5	6	2	-	-
Mais de 500 000	3	2	3	4	3	-	-

Tabela 21 - Municípios, total e os atingidos em suas áreas urbanas nos últimos 5 anos, por enxurradas ou inundações bruscas, com indicação dos eventos com maior número de edificações atingidas e de ações para evitar ou minimizar os danos causados, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013

(continuação)

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios											
	Atingidos em suas áreas urbanas nos últimos 5 anos, por enxurradas ou inundações bruscas											
	Ações para evitar ou minimizar os danos causados											
	Barragem à montante para equalização das cheias			Construção de canais de macrodrenagens			Construção de parque			Construção de reservatórios de amortecimento de cheias		
	Total	Finalizada	Em andamento	Total	Finalizada	Em andamento	Total	Finalizada	Em andamento	Total	Finalizada	Em andamento
Brasil	90	44	49	310	109	224	73	18	59	103	47	63
Até 5 000	5	3	2	23	10	15	3	1	2	5	2	3
De 5 001 a 10 000	5	3	2	29	8	21	5	2	3	7	3	4
De 10 001 a 20 000	18	7	11	66	26	43	8	2	6	11	7	4
De 20 001 a 50 000	17	10	8	67	23	46	9	1	8	21	6	15
De 50 001 a 100 000	17	7	10	48	13	37	9	3	6	15	7	9
De 100 001 a 500 000	22	10	12	62	23	47	28	5	23	29	13	17
Mais de 500 000	6	4	4	15	6	15	11	4	11	15	9	11
Norte	3	-	3	20	3	17	2	1	1	2	-	2
Até 5 000	-	-	-	2	1	1	-	-	-	-	-	-
De 5 001 a 10 000	-	-	-	1	-	1	-	-	-	-	-	-
De 10 001 a 20 000	1	-	1	6	-	6	-	-	-	-	-	-
De 20 001 a 50 000	-	-	-	2	1	1	-	-	-	-	-	-
De 50 001 a 100 000	2	-	2	4	-	4	-	-	-	1	-	1
De 100 001 a 500 000	-	-	-	5	1	4	2	1	1	1	-	1
Mais de 500 000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Nordeste	24	12	12	61	22	43	6	1	5	18	8	10
Até 5 000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
De 5 001 a 10 000	2	2	-	3	1	2	-	-	-	1	1	-
De 10 001 a 20 000	9	4	5	17	10	8	2	1	1	3	2	1
De 20 001 a 50 000	5	2	3	13	4	9	-	-	-	6	1	5
De 50 001 a 100 000	5	1	4	14	3	11	1	-	1	1	1	-
De 100 001 a 500 000	3	3	-	11	3	10	2	-	2	5	2	3
Mais de 500 000	-	-	-	3	1	3	1	-	1	2	1	1
Sudeste	43	19	26	123	41	93	43	9	38	56	25	36
Até 5 000	2	-	2	6	1	5	3	1	2	4	1	3
De 5 001 a 10 000	3	1	2	10	2	8	4	1	3	4	1	3
De 10 001 a 20 000	5	2	3	25	11	16	3	-	3	3	2	1
De 20 001 a 50 000	7	4	3	27	6	22	5	-	5	11	4	7
De 50 001 a 100 000	7	3	4	14	4	11	4	1	3	7	3	5
De 100 001 a 500 000	15	6	9	33	13	23	16	2	14	18	8	10
Mais de 500 000	4	3	3	8	4	8	8	4	8	9	6	7
Sul	14	11	4	81	35	54	17	6	11	17	10	9
Até 5 000	3	3	-	13	7	8	-	-	-	-	-	-
De 5 001 a 10 000	-	-	-	11	3	8	1	1	-	2	1	1
De 10 001 a 20 000	2	1	1	13	4	9	3	1	2	4	3	1
De 20 001 a 50 000	4	4	1	18	10	9	3	1	2	1	-	1
De 50 001 a 100 000	2	2	-	13	5	9	4	2	2	5	2	3
De 100 001 a 500 000	3	1	2	11	5	9	6	1	5	4	3	2
Mais de 500 000	-	-	-	2	1	2	-	-	-	1	1	1
Centro-Oeste	6	2	4	25	8	17	5	1	4	10	4	6
Até 5 000	-	-	-	2	1	1	-	-	-	1	1	-
De 5 001 a 10 000	-	-	-	4	2	2	-	-	-	-	-	-
De 10 001 a 20 000	1	-	1	5	1	4	-	-	-	1	-	1
De 20 001 a 50 000	1	-	1	7	2	5	1	-	1	3	1	2
De 50 001 a 100 000	1	1	-	3	1	2	-	-	-	1	1	-
De 100 001 a 500 000	1	-	1	2	1	1	2	1	1	1	-	1
Mais de 500 000	2	1	1	2	-	2	2	-	2	3	-	2

Tabela 21 - Municípios, total e os atingidos em suas áreas urbanas nos últimos 5 anos, por enxurradas ou inundações bruscas, com indicação dos eventos com maior número de edificações atingidas e de ações para evitar ou minimizar os danos causados, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013

(continuação)

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios											
	Atingidos em suas áreas urbanas nos últimos 5 anos, por enxurradas ou inundações bruscas											
	Ações para evitar ou minimizar os danos causados											
	Desassoreamento de corpos hídricos			Retificação de rios, aumento da calha ou desvio de cursos d'água			Realocação da população em área de risco			Revegetação		
	Total	Finalizada	Em andamento	Total	Finalizada	Em andamento	Total	Finalizada	Em andamento	Total	Finalizada	Em andamento
Brasil	474	192	307	182	80	108	291	84	221	248	50	209
Até 5 000	37	20	17	13	8	6	9	3	6	26	7	19
De 5 001 a 10 000	52	27	26	23	14	9	22	6	16	43	9	35
De 10 001 a 20 000	99	40	61	35	15	20	56	16	40	40	4	37
De 20 001 a 50 000	98	40	59	46	20	26	75	16	59	53	11	43
De 50 001 a 100 000	73	28	50	22	8	14	39	16	25	29	5	24
De 100 001 a 500 000	95	30	75	32	11	23	73	20	61	48	9	43
Mais de 500 000	20	7	19	11	4	10	17	7	14	9	5	8
Norte	13	5	8	3	-	3	21	7	15	8	1	7
Até 5 000	1	1	-	-	-	-	1	-	1	2	-	2
De 5 001 a 10 000	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
De 10 001 a 20 000	3	2	1	-	-	-	4	1	3	1	-	1
De 20 001 a 50 000	-	-	-	1	-	1	5	2	3	-	-	-
De 50 001 a 100 000	2	-	2	3	-	2	3	2	1	2	-	2
De 100 001 a 500 000	5	2	3	-	-	-	7	2	6	3	1	2
Mais de 500 000	1	-	1	-	-	-	1	-	1	-	-	-
Nordeste	63	23	43	22	9	14	69	22	50	27	3	24
Até 5 000	2	2	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-
De 5 001 a 10 000	8	4	4	2	1	1	3	2	1	4	1	3
De 10 001 a 20 000	16	7	10	6	3	3	20	6	14	8	-	8
De 20 001 a 50 000	12	2	10	7	2	5	22	5	17	7	1	6
De 50 001 a 100 000	14	5	9	4	2	2	12	4	9	7	1	6
De 100 001 a 500 000	8	3	7	2	1	2	9	3	8	1	-	1
Mais de 500 000	3	-	3	1	-	1	2	1	1	-	-	-
Sudeste	251	96	168	103	42	65	115	30	93	108	25	90
Até 5 000	16	9	7	5	3	2	4	-	4	2	2	-
De 5 001 a 10 000	24	13	11	13	8	5	8	3	5	14	2	12
De 10 001 a 20 000	50	18	32	17	7	10	19	6	13	17	2	15
De 20 001 a 50 000	51	20	31	24	9	15	25	3	22	29	6	23
De 50 001 a 100 000	37	12	28	13	4	9	11	6	6	9	2	7
De 100 001 a 500 000	61	18	48	24	7	18	38	9	33	30	6	27
Mais de 500 000	12	6	11	7	4	6	10	3	10	7	5	6
Sul	136	64	81	48	27	22	69	17	54	90	20	74
Até 5 000	17	8	9	8	5	4	3	2	1	22	5	17
De 5 001 a 10 000	18	9	10	6	3	3	11	1	10	24	6	19
De 10 001 a 20 000	28	12	17	11	5	6	11	2	9	11	2	10
De 20 001 a 50 000	32	17	16	14	9	5	18	4	14	13	4	10
De 50 001 a 100 000	19	10	11	3	2	1	11	3	8	10	2	8
De 100 001 a 500 000	19	7	15	5	3	2	14	4	11	10	1	10
Mais de 500 000	3	1	3	1	-	1	1	1	1	-	-	-
Centro-Oeste	11	4	7	6	2	4	17	8	9	15	1	14
Até 5 000	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
De 5 001 a 10 000	1	-	-	2	2	-	-	-	-	1	-	1
De 10 001 a 20 000	2	1	1	1	-	3	2	1	1	3	-	3
De 20 001 a 50 000	3	1	2	-	-	-	5	2	3	4	-	4
De 50 001 a 100 000	1	1	-	-	-	-	2	1	1	1	-	1
De 100 001 a 500 000	2	1	2	1	-	1	5	2	3	4	1	3
Mais de 500 000	1	-	1	2	-	2	3	2	1	2	-	2

Tabela 21 - Municípios, total e os atingidos em suas áreas urbanas nos últimos 5 anos, por enxurradas ou inundações bruscas, com indicação dos eventos com maior número de edificações atingidas e de ações para evitar ou minimizar os danos causados, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013

(conclusão)

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios							
	Atingidos em suas áreas urbanas nos últimos 5 anos, por enxurradas ou inundações bruscas							
	Ações para evitar ou minimizar os danos causados							
	Revitalização de rios ou baciais			Outra solução			Nenhuma intervenção	Não soube informar
Total	Finalizada	Em andamento	Total	Finalizada	Em andamento			
Brasil	179	30	154	230	60	172	340	64
Até 5 000	13	1	12	27	8	20	48	6
De 5 001 a 10 000	29	4	25	30	7	24	68	15
De 10 001 a 20 000	29	5	24	62	17	45	102	17
De 20 001 a 50 000	43	7	36	56	14	42	81	14
De 50 001 a 100 000	20	4	16	18	5	13	29	6
De 100 001 a 500 000	35	4	32	31	6	25	10	6
Mais de 500 000	10	5	9	6	3	3	2	-
Norte	3	1	2	15	4	11	22	2
Até 5 000	-	-	-	2	-	2	2	-
De 5 001 a 10 000	-	-	-	-	-	-	3	-
De 10 001 a 20 000	-	-	-	2	-	2	3	-
De 20 001 a 50 000	-	-	-	5	1	4	8	-
De 50 001 a 100 000	1	1	-	2	1	1	3	2
De 100 001 a 500 000	2	-	2	3	1	2	3	-
Mais de 500 000	-	-	-	1	1	-	-	-
Nordeste	26	7	19	46	10	36	82	16
Até 5 000	-	-	-	-	-	-	2	-
De 5 001 a 10 000	5	2	3	8	1	7	11	6
De 10 001 a 20 000	5	2	3	18	6	12	29	4
De 20 001 a 50 000	5	2	3	10	2	8	27	5
De 50 001 a 100 000	5	-	5	6	1	5	11	1
De 100 001 a 500 000	5	1	4	3	-	3	1	-
Mais de 500 000	1	-	1	1	-	1	1	-
Sudeste	77	13	69	93	29	65	129	28
Até 5 000	1	-	1	12	5	7	21	5
De 5 001 a 10 000	8	1	7	9	3	7	24	5
De 10 001 a 20 000	10	-	10	25	9	16	45	6
De 20 001 a 50 000	24	3	21	24	6	18	27	6
De 50 001 a 100 000	7	1	6	5	1	4	9	3
De 100 001 a 500 000	20	3	18	16	4	12	3	3
Mais de 500 000	7	5	6	2	1	1	-	-
Sul	60	7	53	54	13	42	91	16
Até 5 000	11	1	10	10	3	8	20	1
De 5 001 a 10 000	15	-	15	9	1	8	28	3
De 10 001 a 20 000	12	2	10	13	1	12	22	6
De 20 001 a 50 000	9	2	7	11	5	6	13	3
De 50 001 a 100 000	6	2	4	4	2	2	5	-
De 100 001 a 500 000	7	-	7	7	1	6	3	3
Mais de 500 000	-	-	-	-	-	-	-	-
Centro-Oeste	13	2	11	22	4	18	16	2
Até 5 000	1	-	1	3	-	3	3	-
De 5 001 a 10 000	1	1	-	4	-	2	2	1
De 10 001 a 20 000	2	1	1	4	2	3	3	1
De 20 001 a 50 000	5	-	5	6	1	6	6	-
De 50 001 a 100 000	1	-	1	1	-	1	1	-
De 100 001 a 500 000	1	-	1	2	-	2	-	-
Mais de 500 000	2	-	2	2	1	1	1	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013.

Tabela 22 - Municípios, total e os atingidos em suas áreas urbanas nos últimos 5 anos, por enxurradas ou inundações bruscas, com indicação dos eventos com maior número de edificações atingidas e de ações para evitar ou minimizar os danos causados, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

(continua)

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios										
	Total	Atingidos em suas áreas urbanas nos últimos 5 anos, por enxurradas ou inundações bruscas									
		Total	Não sabe	Ocorrências		Ano da ocorrência com maior número de edificações atingidas					
				Total	Municípios que não souberam informar (1)	2008	2009	2010	2011	2012	Não sabe
Brasil	5 570	1 574	142	13 244	256	135	300	319	355	298	167
Norte	450	84	11	406	13	6	18	3	16	30	11
Rondônia	52	13	-	75	5	1	1	-	1	5	5
Acre	22	3	-	23	-	1	-	-	-	2	-
Amazonas	62	16	4	77	2	-	3	-	3	8	2
Roraima	15	7	-	34	1	-	-	-	4	2	1
Pará	144	26	6	146	1	1	12	2	4	4	3
Amapá	16	5	-	10	2	1	1	-	2	1	-
Tocantins	139	14	1	41	2	2	1	1	2	8	-
Nordeste	1 794	311	38	1 384	51	29	93	93	33	39	24
Maranhão	217	55	11	184	14	7	27	9	4	5	3
Piauí	224	14	3	75	-	1	5	4	1	2	1
Ceará	184	38	7	44	7	1	28	2	5	1	1
Rio Grande do Norte	167	15	4	583	-	5	4	2	1	-	3
Paraíba	223	20	3	46	3	5	2	4	6	2	1
Pernambuco	185	55	1	118	9	4	3	36	8	2	2
Alagoas	102	26	1	43	4	1	3	16	3	1	2
Sergipe	75	10	2	11	1	1	4	3	1	1	-
Bahia	417	78	6	280	13	4	17	17	4	25	11
Sudeste	1 668	665	41	8 075	121	65	113	105	153	155	74
Minas Gerais	853	311	21	5 409	58	30	45	39	79	83	35
Espírito Santo	78	50	2	157	7	3	14	9	9	12	3
Rio de Janeiro	92	69	1	191	8	11	14	15	18	9	2
São Paulo	645	235	17	2 318	48	21	40	42	47	51	34
Sul	1 191	423	43	1 784	57	32	68	101	127	48	47
Paraná	399	114	19	572	23	5	18	29	22	22	18
Santa Catarina	295	147	6	593	18	23	19	22	65	8	10
Rio Grande do Sul	497	162	18	619	16	4	31	50	40	18	19
Centro-Oeste	467	91	9	1 595	14	3	8	17	26	26	11
Mato Grosso do Sul	79	28	1	989	1	1	1	9	7	10	-
Mato Grosso	141	29	5	160	9	2	3	5	5	7	7
Goiás	246	33	3	446	3	-	4	2	14	9	4
Distrito Federal	1	1	-	-	1	-	-	1	-	-	-

Tabela 22 - Municípios, total e os atingidos em suas áreas urbanas nos últimos 5 anos, por enxurradas ou inundações bruscas, com indicação dos eventos com maior número de edificações atingidas e de ações para evitar ou minimizar os danos causados, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

(continuação)

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios						Com ocorrência de óbitos
	Atingidos em suas áreas urbanas nos últimos 5 anos, por enxurradas ou inundações bruscas						
	Eventos com maior número de edificações atingidas						
	Com edificações atingidas			Com pessoas desalojadas ou desabrigadas			
	Total	Número de edificações	Municí- pios que não soube- ram informar (1)	Total	Número de pessoas	Municí- pios que não soube- ram informar (1)	
Brasil	952	443 374	415	722	777 546	456	108
Norte	53	9698	18	43	38 281	22	3
Rondônia	5	759	3	4	799	4	1
Acre	2	23	1	2	160	1	-
Amazonas	11	1365	2	9	5 090	3	1
Roraima	3	528	3	2	3 080	1	-
Pará	18	6581	4	15	28 155	6	1
Amapá	1	40	4	1	120	4	-
Tocantins	13	402	1	10	877	3	-
Nordeste	174	57171	107	141	189 957	123	28
Maranhão	20	4814	31	18	20 065	33	3
Piauí	9	3078	4	7	11 651	4	-
Ceará	20	8007	17	15	11 393	17	2
Rio Grande do Norte	6	819	4	6	4 746	5	1
Paraíba	16	3365	2	13	9 330	3	3
Pernambuco	29	17824	23	28	47 023	24	8
Alagoas	18	11011	6	15	37 213	7	6
Sergipe	7	232	3	5	1 006	5	1
Bahia	49	8021	17	34	47 530	25	4
Sudeste	413	216856	159	324	309 629	165	63
Minas Gerais	188	77787	82	146	78 838	86	24
Espírito Santo	39	28805	8	37	31 970	8	3
Rio de Janeiro	42	23368	24	39	91 046	23	8
São Paulo	144	86896	45	102	107 775	48	28
Sul	250	150394	114	176	214 264	123	27
Paraná	70	13469	24	48	38 441	29	6
Santa Catarina	88	55523	46	73	131 198	46	11
Rio Grande do Sul	92	81402	44	55	44 625	48	10
Centro-Oeste	62	9255	17	38	25 415	23	7
Mato Grosso do Sul	23	6383	5	14	22 254	7	2
Mato Grosso	13	1914	9	10	1 742	11	1
Goiás	25	918	3	13	1 219	5	4
Distrito Federal	1	40	-	1	200	-	-

Tabela 22 - Municípios, total e os atingidos em suas áreas urbanas nos últimos 5 anos, por enxurradas ou inundações bruscas, com indicação dos eventos com maior número de edificações atingidas e de ações para evitar ou minimizar os danos causados, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

(continuação)

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios						
	Atingidos em suas áreas urbanas nos últimos 5 anos, por enxurradas ou inundações bruscas						
	Eventos com maior número de edificações atingidas						
	Áreas das ocorrências						
	Naturalmente inundáveis	Não usualmente inundáveis	Com ocupações regulares	Com ocupações irregulares	Com existência de processo erosivo acelerado	Outras áreas	Não sabe
Brasil	873	583	654	600	160	179	28
Norte	49	28	35	33	8	7	1
Rondônia	7	1	2	2	3	1	1
Acre	2	1	3	3	-	-	-
Amazonas	8	4	4	6	2	1	-
Roraima	3	1	3	5	-	2	-
Pará	20	12	12	11	-	2	-
Amapá	2	2	2	4	1	1	-
Tocantins	7	7	9	2	2	-	-
Nordeste	171	97	120	129	43	33	10
Maranhão	32	11	14	13	7	9	2
Piauí	10	3	5	5	1	-	1
Ceará	20	18	19	12	5	3	-
Rio Grande do Norte	7	3	2	3	1	2	1
Paraíba	11	7	8	8	1	1	-
Pernambuco	40	23	25	37	11	6	3
Alagoas	15	10	15	17	4	2	-
Sergipe	3	5	4	3	-	-	1
Bahia	33	17	28	31	13	10	2
Sudeste	379	242	283	266	69	76	12
Minas Gerais	166	113	124	103	35	35	7
Espírito Santo	35	28	27	32	6	5	-
Rio de Janeiro	54	27	35	45	9	14	1
São Paulo	124	74	97	86	19	22	4
Sul	234	187	176	151	28	51	5
Paraná	39	39	35	30	6	16	2
Santa Catarina	105	70	71	65	17	19	1
Rio Grande do Sul	90	78	70	56	5	16	2
Centro-Oeste	40	29	40	21	12	12	-
Mato Grosso do Sul	11	12	17	8	2	2	-
Mato Grosso	12	5	7	4	3	5	-
Goiás	17	12	15	8	6	5	-
Distrito Federal	-	-	1	1	1	-	-

Tabela 22 - Municípios, total e os atingidos em suas áreas urbanas nos últimos 5 anos, por enxurradas ou inundações bruscas, com indicação dos eventos com maior número de edificações atingidas e de ações para evitar ou minimizar os danos causados, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

(continuação)

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios											
	Atingidos em suas áreas urbanas nos últimos 5 anos, por enxurradas ou inundações bruscas											
	Ações para evitar ou minimizar os danos causados											
	Desassoreamento de corpos hídricos			Retificação de rios, aumento da calha ou desvio de cursos d'água			Realocação da população em área de risco			Revegetação		
	Total	Finali- zada	Em anda- mento	Total	Finali- zada	Em anda- mento	Total	Finali- zada	Em anda- mento	Total	Finali- zada	Em anda- mento
Brasil	474	192	307	182	80	108	291	84	221	248	50	209
Norte	13	5	8	3	-	3	21	7	15	8	1	7
Rondônia	1	-	1	1	-	1	2	1	1	-	-	-
Acre	2	1	1	-	-	-	1	-	1	1	-	1
Amazonas	1	-	1	1	-	1	7	2	5	3	-	1
Roraima	4	2	2	-	-	-	3	1	2	1	1	1
Pará	4	1	3	1	-	1	5	3	3	2	-	1
Amapá	-	-	-	-	-	-	1	-	1	-	-	-
Tocantins	1	1	-	-	-	-	2	-	2	1	-	3
Nordeste	63	23	43	22	9	14	69	22	50	38	3	24
Maranhão	6	1	5	4	-	4	6	2	4	15	-	9
Piauí	3	1	2	1	-	1	2	1	1	-	1	-
Ceará	7	4	3	5	3	2	7	4	3	6	1	2
Rio Grande do Norte	3	2	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Paraíba	7	2	5	2	-	2	6	2	4	1	-	-
Pernambuco	15	4	12	5	3	2	19	5	17	6	-	5
Alagoas	6	2	4	1	-	1	15	2	13	6	-	5
Sergipe	1	1	-	-	-	-	2	2	-	-	-	-
Bahia	15	6	11	4	3	2	12	4	8	4	1	3
Sudeste	251	96	168	103	42	65	115	30	93	111	25	90
Minas Gerais	92	39	56	41	23	19	34	9	26	39	4	25
Espírito Santo	22	9	14	6	2	4	14	4	10	10	3	7
Rio de Janeiro	40	15	25	17	4	13	15	2	13	16	2	13
São Paulo	97	33	73	39	13	29	52	15	44	46	16	45
Sul	136	64	81	48	27	22	69	17	54	63	20	74
Paraná	28	10	19	6	4	2	19	5	14	12	4	16
Santa Catarina	62	31	38	31	15	17	26	2	24	20	7	24
Rio Grande do Sul	46	23	24	11	8	3	24	10	16	31	9	34
Centro-Oeste	11	4	7	6	2	4	17	8	9	11	1	14
Mato Grosso do Sul	3	-	3	1	-	1	8	4	4	1	-	3
Mato Grosso	5	1	4	3	2	3	4	3	1	4	1	5
Goiás	3	3	-	2	-	-	4	1	3	6	-	5
Distrito Federal	-	-	-	-	-	-	1	-	1	-	-	1

Tabela 22 - Municípios, total e os atingidos em suas áreas urbanas nos últimos 5 anos, por enxurradas ou inundações bruscas, com indicação dos eventos com maior número de edificações atingidas e de ações para evitar ou minimizar os danos causados, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

(conclusão)

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios							
	Atingidos em suas áreas urbanas nos últimos 5 anos, por enxurradas ou inundações bruscas							
	Ações para evitar ou minimizar os danos causados							
	Revitalização de rios ou baciais			Outra solução			Nenhuma intervenção	Não soube informar
	Total	Finalizada	Em andamento	Total	Finalizada	Em andamento		
Brasil	179	30	154	230	60	172	340	64
Norte	3	1	2	15	4	11	22	2
Rondônia	-	-	-	1	-	1	3	-
Acre	1	-	1	-	-	-	-	-
Amazonas	-	-	-	3	-	3	2	1
Roraima	-	-	-	-	-	-	-	-
Pará	1	1	-	7	3	4	8	1
Amapá	-	-	-	1	1	-	1	-
Tocantins	1	-	1	3	-	3	8	-
Nordeste	26	7	19	46	10	36	82	16
Maranhão	4	1	3	13	-	13	22	3
Piauí	1	-	1	-	-	-	7	-
Ceará	4	3	1	7	4	3	6	7
Rio Grande do Norte	-	-	-	-	-	-	6	-
Paraíba	2	1	1	4	1	3	5	-
Pernambuco	6	-	6	8	-	8	13	2
Alagoas	3	-	3	2	2	-	3	1
Sergipe	1	1	-	-	-	-	4	-
Bahia	5	1	4	12	3	9	16	3
Sudeste	77	13	69	93	29	65	129	28
Minas Gerais	26	5	22	36	13	23	76	17
Espírito Santo	4	-	4	9	2	7	9	2
Rio de Janeiro	8	1	7	8	1	7	12	1
São Paulo	39	7	36	40	13	28	32	8
Sul	60	7	53	54	13	42	91	16
Paraná	16	2	14	21	5	16	20	7
Santa Catarina	20	4	16	17	1	16	34	3
Rio Grande do Sul	24	1	23	16	7	10	37	6
Centro-Oeste	13	2	11	22	4	18	16	2
Mato Grosso do Sul	2	-	2	8	2	6	5	-
Mato Grosso	8	1	7	5	-	5	4	2
Goiás	3	1	2	8	2	6	7	-
Distrito Federal	-	-	-	1	-	1	-	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013.

(1) Incluídos no total.

Tabela 23 - Municípios, total e os atingidos em suas áreas urbanas nos últimos 5 anos, por escorregamentos ou deslizamentos, com indicação dos eventos com maior número de edificações atingidas e as ações para evitar ou minimizar os danos causados segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013

(continua)

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios										
	Total	Atingidos em suas áreas urbanas nos últimos 5 anos, por escorregamentos ou deslizamentos									Total
		Total	Não sabe	Ocorrências		Eventos com maior número de edificações atingidas					
				Total	Municípios que não souberam informar (1)	Com edificações atingidas			Com pessoas desalojadas ou desabrigadas		
						Total	Número de edificações	Municípios que não souberam informar (1)	Total	Número de pessoas	Municípios que não souberam informar (1)
Brasil	5 570	895	270	30 858	161	608	82 350	213	504	303 652	243
Até 5 000	1 247	85	52	236	15	59	355	14	46	867	16
De 5 001 a 10 000	1 227	138	71	647	33	84	1 144	43	66	2 357	42
De 10 001 a 20 000	1 378	201	59	1 387	31	135	5 472	47	110	18 110	60
De 20 001 a 50 000	1 080	219	56	1 708	33	149	6 216	53	126	19 324	62
De 50 001 a 100 000	339	100	19	3 396	26	66	6 734	23	57	39 503	28
De 100 001 a 500 000	260	124	13	9 858	17	93	43 192	27	81	193 924	27
Mais de 500 000	39	28	-	13 626	6	22	19 237	6	18	29 567	8
Norte	450	49	23	1 019	6	29	2 135	13	27	12 953	12
Até 5 000	80	1	2	-	1	-	-	1	-	-	1
De 5 001 a 10 000	81	5	5	9	1	-	-	4	-	-	4
De 10 001 a 20 000	110	8	7	21	-	5	37	2	5	178	2
De 20 001 a 50 000	111	19	5	80	3	9	745	5	9	3 927	4
De 50 001 a 100 000	42	9	3	84	1	8	252	1	8	2 005	1
De 100 001 a 500 000	24	6	1	25	-	6	991	-	4	6 780	-
Mais de 500 000	2	1	-	800	-	1	110	-	1	63	-
Nordeste	1 794	173	80	14 020	40	103	11 996	54	85	25 252	64
Até 5 000	234	3	7	5	2	2	20	1	1	35	1
De 5 001 a 10 000	360	19	15	25	6	9	319	8	8	724	9
De 10 001 a 20 000	577	47	27	254	8	29	1 059	11	23	2 307	15
De 20 001 a 50 000	443	54	23	180	9	35	1 794	16	27	4 550	21
De 50 001 a 100 000	119	26	5	1 408	9	12	1 534	10	11	3 319	11
De 100 001 a 500 000	50	16	3	974	5	11	4 758	5	11	3 065	4
Mais de 500 000	11	8	-	11 174	1	5	2 512	3	4	11 252	3
Sudeste	1 668	464	79	13 920	85	331	46 667	106	282	95 153	120
Até 5 000	374	47	13	128	9	34	241	6	29	557	8
De 5 001 a 10 000	397	77	30	463	20	52	664	23	44	1 237	21
De 10 001 a 20 000	359	101	11	829	17	71	2 766	24	56	8 340	30
De 20 001 a 50 000	290	99	14	1 204	14	72	2 815	23	62	6 745	27
De 50 001 a 100 000	107	47	6	1 762	12	34	3 761	9	29	2 835	13
De 100 001 a 500 000	124	79	5	7 929	10	56	20 910	19	52	59 817	18
Mais de 500 000	17	14	-	1 605	3	12	15 510	2	10	15 622	3
Sul	1 191	195	72	1 814	28	138	21 432	37	105	170 073	42
Até 5 000	420	33	26	97	3	22	92	6	16	275	5
De 5 001 a 10 000	280	36	15	140	6	23	161	7	14	396	7
De 10 001 a 20 000	228	43	13	275	6	29	1 600	10	25	7 268	13
De 20 001 a 50 000	159	45	11	243	7	33	862	9	28	4 102	10
De 50 001 a 100 000	52	15	4	141	2	11	1 171	2	8	31 280	2
De 100 001 a 500 000	48	19	3	880	2	17	16 472	2	12	124 165	3
Mais de 500 000	4	4	-	38	2	3	1 074	1	2	2 587	2
Centro-Oeste	467	14	16	85	2	7	120	3	5	221	5
Até 5 000	139	1	4	6	-	1	2	-	-	-	1
De 5 001 a 10 000	109	1	6	10	-	-	-	1	-	-	1
De 10 001 a 20 000	104	2	1	8	-	1	10	-	1	17	-
De 20 001 a 50 000	77	2	3	1	-	-	-	-	-	-	-
De 50 001 a 100 000	19	3	1	1	2	1	16	1	1	64	1
De 100 001 a 500 000	14	4	1	50	-	3	61	1	2	97	2
Mais de 500 000	5	1	-	9	-	1	31	-	1	43	-

Tabela 23 - Municípios, total e os atingidos em suas áreas urbanas nos últimos 5 anos, por escorregamentos ou deslizamentos, com indicação dos eventos com maior número de edificações atingidas e as ações para evitar ou minimizar os danos causados segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013

(continuação)

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios											
	Atingidos em suas áreas urbanas nos últimos 5 anos, por escorregamentos ou deslizamentos											
	Ações para evitar ou minimizar os danos causados											
	Estabilização e proteção de taludes			Retaludamento de encostas			Obas de contenção			Construção de canais de macrodrenagem		
	Total	Finalizada	Em andamento	Total	Finalizada	Em andamento	Total	Finalizada	Em andamento	Total	Finalizada	Em andamento
Brasil	239	96	163	141	50	102	374	160	239	132	51	88
Até 5 000	11	5	6	3	-	3	28	13	15	9	8	1
De 5 001 a 10 000	41	13	28	18	4	14	45	21	25	12	5	8
De 10 001 a 20 000	42	20	25	23	10	14	83	40	46	24	10	14
De 20 001 a 50 000	46	20	28	30	10	21	83	35	50	20	10	10
De 50 001 a 100 000	27	11	19	20	7	14	44	20	31	19	5	15
De 100 001 a 500 000	57	20	45	32	13	22	69	25	51	38	11	30
Mais de 500 000	15	7	12	15	6	14	22	6	21	10	2	10
Norte	7	1	6	2	-	2	16	4	12	5	2	3
Até 5 000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	-
De 5 001 a 10 000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
De 10 001 a 20 000	-	-	-	-	-	-	3	2	1	-	-	-
De 20 001 a 50 000	-	-	-	-	-	-	8	1	7	-	-	-
De 50 001 a 100 000	2	-	2	1	-	1	2	-	2	1	-	1
De 100 001 a 500 000	4	1	3	-	-	-	2	1	1	3	1	2
Mais de 500 000	1	-	1	1	-	1	1	-	1	-	-	-
Nordeste	36	11	27	18	5	15	64	20	46	33	10	23
Até 5 000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
De 5 001 a 10 000	4	1	3	1	-	1	4	1	3	3	1	2
De 10 001 a 20 000	9	5	5	7	3	5	17	7	11	7	2	5
De 20 001 a 50 000	8	2	6	3	1	2	17	6	11	7	3	4
De 50 001 a 100 000	5	1	4	1	-	1	10	3	7	6	3	3
De 100 001 a 500 000	7	1	6	2	-	2	9	2	7	7	1	6
Mais de 500 000	3	1	3	4	1	4	7	1	7	3	-	3
Sudeste	148	56	103	85	26	65	226	103	143	68	28	45
Até 5 000	6	3	3	1	-	1	18	9	9	5	4	1
De 5 001 a 10 000	26	7	19	11	3	8	29	13	17	9	4	6
De 10 001 a 20 000	25	8	18	11	4	7	49	24	27	11	5	6
De 20 001 a 50 000	25	11	14	19	5	14	44	22	24	10	6	4
De 50 001 a 100 000	17	8	11	11	3	9	26	14	17	8	2	7
De 100 001 a 500 000	39	14	30	25	8	19	48	16	38	20	5	16
Mais de 500 000	10	5	8	7	3	7	12	5	11	5	2	5
Sul	44	27	24	33	18	18	62	31	34	21	11	12
Até 5 000	5	2	3	2	-	2	10	4	6	3	3	-
De 5 001 a 10 000	11	5	6	6	1	5	11	7	4	-	-	-
De 10 001 a 20 000	8	7	2	5	3	2	14	7	7	6	3	3
De 20 001 a 50 000	11	6	7	7	4	4	14	6	8	2	1	1
De 50 001 a 100 000	2	2	1	6	4	2	4	3	3	2	-	2
De 100 001 a 500 000	6	4	5	5	5	1	8	4	5	7	4	5
Mais de 500 000	1	1	-	2	1	2	1	-	1	1	-	1
Centro-Oeste	4	1	3	3	1	2	6	2	4	5	-	5
Até 5 000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
De 5 001 a 10 000	-	-	-	-	-	-	1	-	1	-	-	-
De 10 001 a 20 000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
De 20 001 a 50 000	2	1	1	1	-	1	-	-	-	1	-	1
De 50 001 a 100 000	1	-	1	1	-	1	2	-	2	2	-	2
De 100 001 a 500 000	1	-	1	-	-	-	2	2	-	1	-	1
Mais de 500 000	-	-	-	1	1	-	1	-	1	1	-	1

Tabela 23 - Municípios, total e os atingidos em suas áreas urbanas nos últimos 5 anos, por escorregamentos ou deslizamentos, com indicação dos eventos com maior número de edificações atingidas e as ações para evitar ou minimizar os danos causados segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013

(conclusão)

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios										
	Atingidos em suas áreas urbanas nos últimos 5 anos, por escorregamentos ou deslizamentos										
	Ações para evitar ou minimizar os danos causados										
	Realocação da população em área de risco			Revegetação de encostas			Outra solução			Nenhuma intervenção	Não soube informar
Total	Finalizada	Em andamento	Total	Finalizada	Em andamento	Total	Finalizada	Em andamento			
Brasil	291	95	214	192	65	135	109	23	88	210	38
Até 5 000	11	6	6	14	6	8	8	1	7	32	3
De 5 001 a 10 000	23	8	15	31	6	25	15	3	12	35	9
De 10 001 a 20 000	56	19	40	37	13	24	25	7	18	47	6
De 20 001 a 50 000	71	26	46	37	14	24	26	5	21	63	9
De 50 001 a 100 000	41	15	29	24	8	17	12	2	10	24	4
De 100 001 a 500 000	68	15	57	39	13	29	18	3	15	9	6
Mais de 500 000	21	6	21	10	5	8	5	2	5	-	1
Norte	21	8	13	5	1	4	6	1	5	13	5
Até 5 000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
De 5 001 a 10 000	1	1	-	-	-	-	-	-	-	2	2
De 10 001 a 20 000	4	2	2	1	-	1	1	-	1	2	-
De 20 001 a 50 000	8	3	5	1	-	1	3	-	3	6	-
De 50 001 a 100 000	4	2	2	1	-	1	1	-	1	3	2
De 100 001 a 500 000	3	-	3	1	-	1	1	1	-	-	1
Mais de 500 000	1	-	1	1	1	-	-	-	-	-	-
Nordeste	59	19	42	32	10	23	31	9	22	38	8
Até 5 000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-
De 5 001 a 10 000	6	2	4	7	2	5	6	1	5	3	1
De 10 001 a 20 000	9	2	7	11	3	8	7	4	3	9	2
De 20 001 a 50 000	18	8	11	5	2	4	11	3	8	16	3
De 50 001 a 100 000	12	4	8	4	2	2	3	1	2	5	1
De 100 001 a 500 000	9	2	7	4	1	3	3	-	3	2	1
Mais de 500 000	5	1	5	1	-	1	1	-	1	-	-
Sudeste	142	44	109	111	42	75	51	8	45	104	18
Até 5 000	3	1	2	9	6	3	5	1	4	16	2
De 5 001 a 10 000	9	3	6	17	3	14	7	2	5	19	5
De 10 001 a 20 000	29	13	18	14	6	8	9	-	9	26	3
De 20 001 a 50 000	28	7	21	21	10	11	10	2	8	27	5
De 50 001 a 100 000	15	6	11	13	4	10	7	1	6	11	1
De 100 001 a 500 000	46	10	39	30	9	23	10	-	10	5	2
Mais de 500 000	12	4	12	7	4	6	3	2	3	-	-
Sul	66	24	47	39	12	28	18	4	14	53	7
Até 5 000	8	5	4	4	-	4	3	-	3	13	1
De 5 001 a 10 000	7	2	5	7	1	6	1	-	1	11	1
De 10 001 a 20 000	14	2	13	11	4	7	7	3	4	9	1
De 20 001 a 50 000	17	8	9	8	2	6	2	-	2	14	1
De 50 001 a 100 000	8	3	6	5	2	3	1	-	1	5	-
De 100 001 a 500 000	9	3	7	3	3	1	3	1	2	1	2
Mais de 500 000	3	1	3	1	-	1	1	-	1	-	1
Centro-Oeste	3	-	3	5	-	5	3	1	2	2	-
Até 5 000	-	-	-	1	-	1	-	-	-	-	-
De 5 001 a 10 000	-	-	-	-	-	-	1	-	1	-	-
De 10 001 a 20 000	-	-	-	-	-	-	1	-	1	1	-
De 20 001 a 50 000	-	-	-	2	-	2	-	-	-	-	-
De 50 001 a 100 000	2	-	2	1	-	1	-	-	-	-	-
De 100 001 a 500 000	1	-	1	1	-	1	1	1	-	1	-
Mais de 500 000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013.

(1) Incluídos no total.

Tabela 24 - Municípios, total e os atingidos em suas áreas urbanas nos últimos 5 anos, por escorregamentos ou deslizamentos, com indicação dos eventos com maior número de edificações atingidas e as ações para evitar ou minimizar os danos causados, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

(conclusão)

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios										
	Atingidos em suas áreas urbanas nos últimos 5 anos, por escorregamentos ou deslizamentos										
	Ações para evitar ou minimizar os danos causados										
	Realocação da população em área de risco			Revegetação de encostas			Outra solução			Nenhuma intervenção	Não soube informar
	Total	Finalizada	Em andamento	Total	Finalizada	Em andamento	Total	Finalizada	Em andamento		
Brasil	291	95	214	192	65	135	109	23	88	210	38
Norte	21	8	13	5	1	4	6	1	5	13	5
Rondônia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1
Acre	5	3	2	-	-	-	-	-	-	3	-
Amazonas	10	3	7	3	1	2	1	-	1	6	1
Roraima	-	-	-	1	-	1	-	-	-	-	1
Pará	5	2	3	1	-	1	5	1	4	2	2
Amapá	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-
Tocantins	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-
Nordeste	59	19	42	32	10	23	31	9	22	38	8
Maranhão	3	2	1	7	1	6	7	1	6	9	-
Piauí	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	-
Ceará	5	3	3	3	3	1	4	3	1	3	3
Rio Grande do Norte	-	-	-	1	-	1	-	-	-	-	-
Paraíba	6	2	5	3	1	2	1	-	1	3	1
Pernambuco	19	5	15	5	2	3	11	2	9	9	1
Alagoas	9	2	7	4	-	4	3	2	1	1	3
Sergipe	1	1	-	-	-	-	1	-	1	-	-
Bahia	16	4	12	9	4	6	4	1	3	9	-
Sudeste	142	44	109	111	42	75	51	8	45	104	18
Minas Gerais	51	19	36	44	16	29	27	4	23	60	8
Espírito Santo	18	5	15	9	5	4	6	-	6	2	2
Rio de Janeiro	25	6	20	16	6	11	6	2	5	19	3
São Paulo	48	14	38	42	15	31	12	2	11	23	5
Sul	66	24	47	39	12	28	18	4	14	53	7
Paraná	17	6	12	8	1	7	5	1	4	8	3
Santa Catarina	40	14	28	26	11	16	13	3	10	31	3
Rio Grande do Sul	9	4	7	5	-	5	-	-	-	14	1
Centro-Oeste	3	-	3	5	-	5	3	1	2	2	-
Mato Grosso do Sul	1	-	1	1	-	1	-	-	-	-	-
Mato Grosso	1	-	1	2	-	2	1	-	1	-	-
Goiás	1	-	1	2	-	2	2	1	1	2	-
Distrito Federal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013.

(1) Incluídos no total.

Tabela 25 - Municípios, total e com instrumentos de planejamento, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013

(continua)

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios							
	Total	Com instrumentos de planejamento						
		Total	Plano Diretor que contemple a prevenção de enchentes ou inundações graduais, ou enxurradas ou inundações bruscas	Lei de Uso e Ocupação do Solo que contemple a prevenção de enchentes ou inundações graduais, ou enxurradas ou inundações bruscas	Lei específica que contemple a prevenção de enchentes ou inundações graduais, ou enxurradas ou inundações bruscas	Plano Diretor que contemple a prevenção de deslizamentos ou encostas	Lei de Uso e Ocupação do Solo que contemple a prevenção de deslizamentos ou encostas	Lei específica que contemple a prevenção de deslizamentos ou encostas
Brasil	5 570	2 892	960	824	144	430	409	64
Até 5 000	1 247	522	92	87	14	45	49	4
De 5 001 a 10 000	1 227	510	109	127	20	49	58	10
De 10 001 a 20 000	1 378	639	154	156	22	67	68	9
De 20 001 a 50 000	1 080	685	317	221	37	141	114	18
De 50 001 a 100 000	339	270	131	107	22	51	55	9
De 100 001 a 500 000	260	229	132	103	22	62	51	11
Mais de 500 000	39	37	25	23	7	15	14	3
Norte	450	219	91	63	15	25	21	4
Até 5 000	80	20	2	2	1	-	-	-
De 5 001 a 10 000	81	23	1	4	1	1	-	-
De 10 001 a 20 000	110	61	13	15	4	4	4	1
De 20 001 a 50 000	111	69	43	22	5	12	8	1
De 50 001 a 100 000	42	26	18	10	1	4	6	1
De 100 001 a 500 000	24	18	13	9	3	4	3	1
Mais de 500 000	2	2	1	1	-	-	-	-
Nordeste	1 794	736	239	177	50	107	83	21
Até 5 000	234	55	3	1	4	1	2	1
De 5 001 a 10 000	360	91	13	10	3	5	3	2
De 10 001 a 20 000	577	198	33	28	7	16	13	3
De 20 001 a 50 000	443	245	106	63	17	51	32	9
De 50 001 a 100 000	119	94	50	44	9	22	16	3
De 100 001 a 500 000	50	43	29	24	7	8	13	2
Mais de 500 000	11	10	5	7	3	4	4	1
Sudeste	1 668	931	267	239	36	139	137	20
Até 5 000	374	152	12	13	-	2	8	-
De 5 001 a 10 000	397	173	21	29	5	10	18	2
De 10 001 a 20 000	359	173	34	38	4	20	18	1
De 20 001 a 50 000	290	208	89	71	8	44	39	4
De 50 001 a 100 000	107	93	37	33	6	18	21	4
De 100 001 a 500 000	124	116	62	46	10	38	25	7
Mais de 500 000	17	16	12	9	3	7	8	2
Sul	1 191	836	305	302	37	140	156	19
Até 5 000	420	267	67	67	8	39	38	3
De 5 001 a 10 000	280	187	70	78	10	31	36	6
De 10 001 a 20 000	228	168	69	69	6	24	30	4
De 20 001 a 50 000	159	125	56	51	6	28	31	4
De 50 001 a 100 000	52	43	18	14	5	5	10	1
De 100 001 a 500 000	48	42	22	20	2	11	9	1
Mais de 500 000	4	4	3	3	-	2	2	-
Centro-Oeste	467	170	58	43	6	19	12	-
Até 5 000	139	28	8	4	1	3	1	-
De 5 001 a 10 000	109	36	4	6	1	2	1	-
De 10 001 a 20 000	104	39	5	6	1	3	3	-
De 20 001 a 50 000	77	38	23	14	1	6	4	-
De 50 001 a 100 000	19	14	8	6	1	2	2	-
De 100 001 a 500 000	14	10	6	4	-	1	1	-
Mais de 500 000	5	5	4	3	1	2	-	-

Tabela 25 - Municípios, total e com instrumentos de planejamento, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013

(conclusão)

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios						
	Com instrumentos de planejamento						
	Plano Municipal de Redução de Riscos	Carta geotécnica de aptidão à urbanização	Plano de Saneamento Básico contemplando o serviço de abastecimento de água	Plano de Saneamento Básico contemplando o serviço de esgotamento sanitário	Plano de Saneamento Básico contemplando o serviço de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos	Plano de Saneamento Básico contemplando o serviço de drenagem e manejo de águas pluviais urbanas	Nenhum dos instrumentos
Brasil	526	197	1 763	1 545	1 669	1 099	2 676
Até 5 000	35	17	347	279	353	244	724
De 5 001 a 10 000	51	15	323	273	279	165	717
De 10 001 a 20 000	94	30	386	333	374	238	739
De 20 001 a 50 000	116	55	373	335	346	219	395
De 50 001 a 100 000	87	33	171	160	158	111	69
De 100 001 a 500 000	120	34	137	138	132	98	31
Mais de 500 000	23	13	26	27	27	24	1
Norte	38	17	129	95	132	83	231
Até 5 000	1	-	17	3	14	8	60
De 5 001 a 10 000	1	-	13	9	12	8	58
De 10 001 a 20 000	10	4	34	28	38	25	49
De 20 001 a 50 000	9	8	35	29	37	23	42
De 50 001 a 100 000	8	3	16	13	18	10	16
De 100 001 a 500 000	8	2	13	12	12	8	6
Mais de 500 000	1	-	1	1	1	1	-
Nordeste	131	41	391	354	416	199	1 057
Até 5 000	4	-	31	26	40	12	178
De 5 001 a 10 000	7	1	51	50	55	23	269
De 10 001 a 20 000	24	9	109	94	119	57	379
De 20 001 a 50 000	37	16	114	103	114	54	198
De 50 001 a 100 000	26	9	54	48	52	28	25
De 100 001 a 500 000	25	5	27	27	30	18	7
Mais de 500 000	8	1	5	6	6	7	1
Sudeste	239	67	574	541	488	364	736
Até 5 000	11	3	95	86	95	69	222
De 5 001 a 10 000	27	3	113	102	83	54	224
De 10 001 a 20 000	38	7	109	101	93	70	186
De 20 001 a 50 000	43	14	122	114	102	71	82
De 50 001 a 100 000	39	12	59	61	44	39	14
De 100 001 a 500 000	69	20	63	64	58	49	8
Mais de 500 000	12	8	13	13	13	12	-
Sul	102	63	580	493	541	404	355
Até 5 000	15	13	193	158	193	150	153
De 5 001 a 10 000	16	11	125	102	107	73	93
De 10 001 a 20 000	19	10	108	92	101	72	60
De 20 001 a 50 000	23	16	89	78	78	64	34
De 50 001 a 100 000	12	6	33	29	32	24	9
De 100 001 a 500 000	17	6	29	30	27	19	6
Mais de 500 000	-	1	3	4	3	2	-
Centro-Oeste	16	9	89	62	92	49	297
Até 5 000	4	1	11	6	11	5	111
De 5 001 a 10 000	-	-	21	10	22	7	73
De 10 001 a 20 000	3	-	26	18	23	14	65
De 20 001 a 50 000	4	1	13	11	15	7	39
De 50 001 a 100 000	2	3	9	9	12	10	5
De 100 001 a 500 000	1	1	5	5	5	4	4
Mais de 500 000	2	3	4	3	4	2	-

Tabela 26 - Municípios, total e com instrumentos de planejamento, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

(continua)

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios							
	Total	Com instrumentos de planejamento						
		Total	Plano Diretor que contemple a prevenção de inundações graduais, ou enxurradas ou inundações bruscas	Lei de Uso e Ocupação do Solo que con- temple a pre- venção de en- chentes ou inundações graduais, ou enxurradas ou inundações bruscas	Lei específica que contemple a prevenção de inundações graduais, ou enxurradas ou inundações bruscas	Plano Diretor que contemple a prevenção de escorrega- mentos ou deslizamentos de encostas	Lei de Uso e Ocupação do Solo que contemple a prevenção de escorrega- mentos ou deslizamentos de encostas	Lei específica que contemple a prevenção de escorrega- mentos ou deslizamentos de encostas
Brasil	5 570	2 892	960	824	144	430	409	64
Norte	450	219	91	63	15	25	21	4
Rondônia	52	29	6	13	2	1	4	-
Acre	22	8	4	4	-	3	-	-
Amazonas	62	41	18	8	4	4	5	1
Roraima	15	12	2	3	2	-	1	-
Pará	144	77	52	24	4	14	8	2
Amapá	16	6	2	3	2	1	2	1
Tocantins	139	46	7	8	1	2	1	-
Nordeste	1 794	736	239	177	50	107	83	21
Maranhão	217	89	32	22	5	17	8	-
Piauí	224	62	15	10	1	6	2	-
Ceará	184	114	31	33	6	9	11	1
Rio Grande do Norte	167	60	13	6	4	7	3	2
Paraíba	223	63	19	14	8	8	6	6
Pernambuco	185	106	44	22	10	19	12	5
Alagoas	102	57	26	11	4	14	8	4
Sergipe	75	31	9	7	2	5	3	1
Bahia	417	154	50	52	10	22	30	2
Sudeste	1 668	931	267	239	36	139	137	20
Minas Gerais	853	394	101	94	12	54	52	5
Espírito Santo	78	49	12	10	1	9	11	2
Rio de Janeiro	92	70	30	27	3	21	17	4
São Paulo	645	418	124	108	20	55	57	9
Sul	1 191	836	305	302	37	140	156	19
Paraná	399	290	145	153	26	57	67	14
Santa Catarina	295	236	81	80	7	50	57	2
Rio Grande do Sul	497	310	79	69	4	33	32	3
Centro-Oeste	467	170	58	43	6	19	12	-
Mato Grosso do Sul	79	36	10	8	1	3	-	-
Mato Grosso	141	53	15	13	1	5	6	-
Goiás	246	80	32	22	4	10	6	-
Distrito Federal	1	1	1	-	-	1	-	-

Tabela 26 - Municípios, total e com instrumentos de planejamento, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

(conclusão)

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios						
	Com instrumentos de planejamento						
	Plano Municipal de Redução de Riscos	Carta geotécnica de aptidão à urbanização	Plano de Saneamento Básico contemplando o serviço de abastecimento de água	Plano de Saneamento Básico contemplando o serviço de esgotamento sanitário	Plano de Saneamento Básico contemplando o serviço de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos	Plano de Saneamento Básico contemplando o serviço de drenagem e manejo de águas pluviais urbanas	Nenhum dos instrumentos
Brasil	526	197	1 763	1 545	1 669	1 099	2 676
Norte	38	17	129	95	132	83	231
Rondônia	2	1	14	15	17	9	23
Acre	2	-	5	5	4	1	14
Amazonas	13	7	26	20	31	19	21
Roraima	3	2	8	10	8	10	3
Pará	13	6	35	30	37	19	67
Amapá	2	1	3	3	3	4	10
Tocantins	3	-	38	12	32	21	93
Nordeste	131	41	391	354	416	199	1 057
Maranhão	11	2	38	23	47	16	127
Piauí	7	-	24	16	38	15	162
Ceará	12	4	71	70	73	41	70
Rio Grande do Norte	8	2	39	41	33	17	107
Paraíba	13	3	32	34	38	17	160
Pernambuco	34	10	54	56	58	24	79
Alagoas	11	6	40	35	29	17	45
Sergipe	6	1	11	14	21	8	44
Bahia	29	13	82	65	79	44	263
Sudeste	239	67	574	541	488	364	736
Minas Gerais	90	19	236	210	202	121	459
Espírito Santo	17	5	28	25	26	14	29
Rio de Janeiro	37	10	36	35	29	25	21
São Paulo	95	33	274	271	231	204	227
Sul	102	63	580	493	541	404	355
Paraná	40	37	181	133	172	131	109
Santa Catarina	25	13	185	174	162	128	59
Rio Grande do Sul	37	13	214	186	207	145	187
Centro-Oeste	16	9	89	62	92	49	297
Mato Grosso do Sul	4	1	17	15	20	13	43
Mato Grosso	5	4	35	17	20	10	88
Goiás	6	3	36	29	51	25	166
Distrito Federal	1	1	1	1	1	1	-

Tabela 27 - Municípios, total e com instrumentos de gerenciamento de riscos de desastres decorrentes de enchentes ou inundações graduais, ou enxurradas ou inundações bruscas, nas áreas urbanas, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013

(continua)

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios						
	Total	Com instrumentos de gerenciamento de riscos de desastres					
		Total	Mapeamentos de áreas de risco de enchentes ou inundações	Programa habitacional para realocação de população de baixa renda em área de risco (1)	Mecanismos de controle e fiscalização para evitar ocupação em áreas suscetíveis aos desastres	Plano de Contingência	Projetos de engenharia relacionados ao evento
Brasil	5 570	1 840	1 083	886	663	783	325
Até 5 000	1 247	170	68	52	56	49	16
De 5 001 a 10 000	1 227	272	123	107	71	94	39
De 10 001 a 20 000	1 378	434	248	189	143	167	64
De 20 001 a 50 000	1 080	483	286	236	183	193	89
De 50 001 a 100 000	339	217	156	113	84	113	38
De 100 001 a 500 000	260	227	171	155	106	143	60
Mais de 500 000	39	37	31	34	20	24	19
Norte	450	130	87	62	38	59	21
Até 5 000	80	3	2	-	2	2	2
De 5 001 a 10 000	81	9	2	2	1	4	1
De 10 001 a 20 000	110	42	27	16	9	16	3
De 20 001 a 50 000	111	35	25	20	11	15	7
De 50 001 a 100 000	42	21	16	10	5	11	4
De 100 001 a 500 000	24	18	13	13	9	11	4
Mais de 500 000	2	2	2	1	1	-	-
Nordeste	1 794	427	225	245	145	167	82
Até 5 000	234	13	2	4	3	5	1
De 5 001 a 10 000	360	48	24	20	8	14	4
De 10 001 a 20 000	577	108	48	55	33	38	17
De 20 001 a 50 000	443	145	71	85	57	50	32
De 50 001 a 100 000	119	59	38	35	22	30	10
De 100 001 a 500 000	50	43	34	35	18	25	14
Mais de 500 000	11	11	8	11	4	5	4
Sudeste	1 668	713	472	324	270	339	138
Até 5 000	374	56	32	21	15	12	7
De 5 001 a 10 000	397	116	51	46	33	44	20
De 10 001 a 20 000	359	157	99	66	54	67	24
De 20 001 a 50 000	290	168	119	67	68	76	29
De 50 001 a 100 000	107	85	68	38	38	50	17
De 100 001 a 500 000	124	115	88	71	53	78	30
Mais de 500 000	17	16	15	15	9	12	11
Sul	1 191	477	259	219	176	181	62
Até 5 000	420	91	30	26	35	27	5
De 5 001 a 10 000	280	87	42	38	26	29	11
De 10 001 a 20 000	228	104	62	42	40	36	14
De 20 001 a 50 000	159	108	63	54	37	42	16
De 50 001 a 100 000	52	41	29	25	14	20	5
De 100 001 a 500 000	48	43	31	31	22	25	10
Mais de 500 000	4	3	2	3	2	2	1
Centro-Oeste	467	93	40	36	34	37	22
Até 5 000	139	7	2	1	1	3	1
De 5 001 a 10 000	109	12	4	1	3	3	3
De 10 001 a 20 000	104	23	12	10	7	10	6
De 20 001 a 50 000	77	27	8	10	10	10	5
De 50 001 a 100 000	19	11	5	5	5	2	2
De 100 001 a 500 000	14	8	5	5	4	4	2
Mais de 500 000	5	5	4	4	4	5	3

Tabela 27 - Municípios, total e com instrumentos de gerenciamento de riscos de desastres decorrentes de enchentes ou inundações graduais, ou enxurradas ou inundações bruscas, para as áreas urbanas, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013

(conclusão)

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios						
	Com instrumentos de gerenciamento de riscos de desastres			Quantidade de cursos d'água sujeitos aos eventos		Estimativa da população vulnerável aos eventos	
	Sistema de alerta antecipado de desastres	Cadastro de risco	Nenhum dos itens	Cursos d'água	Número de municípios que não souberam informar	População	Número de municípios que não souberam informar
Brasil	239	546	3 728	6 992	567	4 472 983	832
Até 5 000	12	26	1 076	205	50	23 008	81
De 5 001 a 10 000	22	56	955	407	108	96 129	142
De 10 001 a 20 000	50	130	944	798	143	305 141	185
De 20 001 a 50 000	60	147	597	1 009	157	677 062	221
De 50 001 a 100 000	33	82	122	2 054	55	641 303	94
De 100 001 a 500 000	46	88	33	1 731	46	1 910 743	93
Mais de 500 000	16	17	1	788	8	819 597	16
Norte	11	61	320	387	46	636 039	50
Até 5 000	1	2	77	3	-	365	-
De 5 001 a 10 000	-	2	72	12	3	4 286	4
De 10 001 a 20 000	2	23	68	44	17	22 858	19
De 20 001 a 50 000	5	18	76	62	15	57 873	14
De 50 001 a 100 000	-	9	21	130	8	62 118	8
De 100 001 a 500 000	3	7	6	117	3	175 960	5
Mais de 500 000	-	-	-	19	-	312 579	-
Nordeste	54	139	1 366	2 325	143	1 353 799	194
Até 5 000	-	3	220	7	7	8 250	7
De 5 001 a 10 000	4	10	312	67	21	27 876	24
De 10 001 a 20 000	14	35	469	155	39	75 379	45
De 20 001 a 50 000	14	42	298	215	53	212 460	70
De 50 001 a 100 000	10	25	60	825	13	155 075	24
De 100 001 a 500 000	9	19	7	788	7	602 721	20
Mais de 500 000	3	5	-	268	3	272 038	4
Sudeste	124	221	954	2 200	204	1 430 638	331
Até 5 000	6	12	318	83	13	6 882	25
De 5 001 a 10 000	11	30	281	168	49	30 931	64
De 10 001 a 20 000	22	42	202	316	47	110 454	64
De 20 001 a 50 000	30	56	122	428	44	208 552	75
De 50 001 a 100 000	17	32	22	253	24	268 631	43
De 100 001 a 500 000	27	42	9	604	23	718 853	50
Mais de 500 000	11	7	-	348	4	86 335	10
Sul	46	105	714	1 818	141	937 906	215
Até 5 000	5	9	329	106	26	6 673	46
De 5 001 a 10 000	7	14	193	142	30	23 786	42
De 10 001 a 20 000	11	27	124	263	30	87 424	46
De 20 001 a 50 000	9	25	51	271	34	174 209	52
De 50 001 a 100 000	6	13	11	828	7	130 879	13
De 100 001 a 500 000	7	15	5	155	13	407 040	15
Mais de 500 000	1	2	1	53	1	107 895	1
Centro-Oeste	4	20	374	262	33	114 601	42
Até 5 000	-	-	132	6	4	838	3
De 5 001 a 10 000	-	-	97	18	5	9 250	8
De 10 001 a 20 000	1	3	81	20	10	9 026	11
De 20 001 a 50 000	2	6	50	33	11	23 968	10
De 50 001 a 100 000	-	3	8	18	3	24 600	6
De 100 001 a 500 000	-	5	6	67	-	6 169	3
Mais de 500 000	1	3	-	100	-	40 750	1

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013.

(1) Reassentamento em empreendimento de habitação de interesse social, pagamento de aluguel social ou similar, indenização da benfeitoria, compra de uma nova moradia, auxílio financeiro específico, entre outros.

Tabela 28 - Municípios, total e com instrumentos de gerenciamento de riscos de desastres decorrentes de enchentes ou inundações graduais, ou enxurradas ou inundações bruscas, nas áreas urbanas, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

(continua)

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios						
	Total	Com instrumentos de gerenciamento de riscos de desastres					
		Total	Mapeamentos de áreas de risco de enchentes ou inundações	Programa habitacional para realocação de população de baixa renda em área de risco (1)	Mecanismos de controle e fiscalização para evitar ocupação em áreas suscetíveis aos desastres	Plano de Contingência	Projetos de engenharia relacionados ao evento
Brasil	5 570	1 840	1 083	886	663	783	325
Norte	450	130	87	62	38	59	21
Rondônia	52	10	8	5	3	4	2
Acre	22	9	5	6	4	6	-
Amazonas	62	44	36	23	11	20	4
Roraima	15	7	4	4	4	2	4
Pará	144	40	25	18	11	14	5
Amapá	16	5	2	3	-	3	1
Tocantins	139	15	7	3	5	10	5
Nordeste	1 794	427	225	245	145	167	82
Maranhão	217	45	24	21	13	16	10
Piauí	224	23	9	12	7	5	1
Ceará	184	72	41	31	18	26	5
Rio Grande do Norte	167	27	12	11	8	9	6
Paraíba	223	38	24	22	16	18	7
Pernambuco	185	79	42	49	32	50	23
Alagoas	102	48	28	38	22	21	14
Sergipe	75	18	6	12	6	5	2
Bahia	417	77	39	49	23	17	14
Sudeste	1 668	713	472	324	270	339	138
Minas Gerais	853	323	196	139	108	141	53
Espírito Santo	78	58	45	35	34	30	10
Rio de Janeiro	92	83	55	36	25	68	16
São Paulo	645	249	176	114	103	100	59
Sul	1 191	477	259	219	176	181	62
Paraná	399	144	83	80	37	47	20
Santa Catarina	295	151	79	64	73	59	25
Rio Grande do Sul	497	182	97	75	66	75	17
Centro-Oeste	467	93	40	36	34	37	22
Mato Grosso do Sul	79	24	12	15	7	10	9
Mato Grosso	141	36	16	11	10	12	5
Goiás	246	32	11	9	16	14	7
Distrito Federal	1	1	1	1	1	1	1

Tabela 28 - Municípios, total, e com instrumentos de gerenciamento de riscos de desastres decorrentes de enchentes ou inundações graduais, ou enxurradas ou inundações bruscas, nas áreas urbanas, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

(conclusão)

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios						
	Com instrumentos de gerenciamento de riscos de desastres			Quantidade de cursos d'água sujeitos aos eventos		Estimativa da população vulnerável aos eventos	
	Sistema de alerta antecipado de desastres	Cadastro de risco	Nenhum dos itens	Cursos d'água	Número de municípios que não souberam informar	População	Número de municípios que não souberam informar
Brasil	239	546	3 728	6 992	567	4 472 983	832
Norte	11	61	320	387	46	636 039	50
Rondônia	-	3	42	31	4	1 828	5
Acre	1	1	13	32	-	24 234	6
Amazonas	5	29	18	84	17	136 759	12
Roraima	3	3	8	33	2	2 750	3
Pará	1	18	104	173	19	468 403	16
Amapá	-	2	11	3	2	1 390	2
Tocantins	1	5	124	31	2	675	6
Nordeste	54	139	1 366	2 325	143	1 353 799	194
Maranhão	3	19	171	92	25	193 039	24
Piauí	-	3	201	36	8	31 400	9
Ceará	5	21	112	270	15	158 417	31
Rio Grande do Norte	2	4	140	602	14	24 333	17
Paraíba	3	17	185	65	7	45 593	12
Pernambuco	23	34	106	224	22	581 756	34
Alagoas	14	19	54	75	8	74 748	16
Sergipe	1	4	57	20	12	26 515	14
Bahia	3	18	340	941	32	217 998	37
Sudeste	124	221	954	2 200	204	1 430 638	331
Minas Gerais	50	82	530	819	94	527 081	156
Espírito Santo	11	15	20	208	11	296 868	20
Rio de Janeiro	21	36	8	338	21	315 712	31
São Paulo	42	88	396	835	78	290 977	124
Sul	46	105	714	1 818	141	937 906	215
Paraná	7	40	255	241	54	76 729	58
Santa Catarina	24	28	144	1 111	38	612 800	72
Rio Grande do Sul	15	37	315	466	49	248 377	85
Centro-Oeste	4	20	374	262	33	114 601	42
Mato Grosso do Sul	2	6	55	43	3	34 062	3
Mato Grosso	-	4	105	112	19	55 693	20
Goiás	1	9	214	104	11	24 846	18
Distrito Federal	1	1	-	3	-	-	1

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013.

(1) Reassentamento em empreendimento de habitação de interesse social, pagamento de aluguel social ou similar, indenização da benfeitoria, compra de uma nova moradia, auxílio financeiro específico, entre outros.

Tabela 29 - Municípios, total e com instrumentos de gerenciamento de riscos de desastres decorrentes de escorregamentos ou deslizamentos de encostas, nas áreas urbanas, com indicação da estimativa da população vulnerável aos eventos, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios												
	Total	Com instrumentos de gerenciamento de riscos de desastres									Estimativa da população vulnerável aos eventos		
		Total	Mapeamentos de áreas de risco em encostas	Programa habitacional para relocalização de população de baixa renda em área de risco (1)	Mecanismos de controle e fiscalização para evitar ocupação em áreas suscetíveis aos desastres	Plano de Contingência	Projetos de engenharia relacionados ao evento	Sistema de alerta antecipado de desastres	Cadastro de risco	Nenhum dos itens	População	Número de municípios que não souberam informar	
Brasil	5 570	1 175	728	594	464	419	235	155	368	4 393	2 277	758	529
Até 5 000	1 247	100	36	34	32	22	16	3	13	1 146	8 202	48	
De 5 001 a 10 000	1 227	164	94	70	44	31	24	8	42	1 063	23 305	78	
De 10 001 a 20 000	1 378	252	147	118	106	94	33	32	80	1 126	90 956	109	
De 20 001 a 50 000	1 080	314	189	155	132	103	64	40	88	766	142 292	145	
De 50 001 a 100 000	339	138	94	71	59	61	25	26	56	201	168 433	65	
De 100 001 a 500 000	260	176	140	119	77	85	56	34	70	84	897 754	73	
Mais de 500 000	39	31	28	27	14	23	17	12	19	7	946 816	11	
Norte	450	63	41	32	23	22	10	6	32	387	140 852	26	
Até 5 000	80	-	-	-	-	-	-	-	-	80	-	-	
De 5 001 a 10 000	81	6	3	1	1	1	1	-	2	75	-	5	
De 10 001 a 20 000	110	17	9	5	6	5	1	1	13	93	2 116	10	
De 20 001 a 50 000	111	20	14	11	7	6	4	3	6	91	11 456	6	
De 50 001 a 100 000	42	9	7	7	2	4	1	1	5	33	6 890	4	
De 100 001 a 500 000	24	9	6	7	6	6	3	1	5	15	23 222	1	
Mais de 500 000	2	2	2	1	1	-	-	-	1	-	97 168	-	
Nordeste	1 794	235	129	137	91	87	67	31	82	1 558	876 945	113	
Até 5 000	234	4	-	-	2	1	1	-	-	229	2 056	2	
De 5 001 a 10 000	360	24	14	12	3	3	4	2	8	336	7 160	13	
De 10 001 a 20 000	577	52	24	28	21	19	10	6	18	525	27 862	22	
De 20 001 a 50 000	443	84	38	49	35	27	28	9	24	359	36 309	46	
De 50 001 a 100 000	119	32	20	17	14	16	6	6	11	87	71 638	12	
De 100 001 a 500 000	50	28	23	22	12	13	12	5	16	22	342 722	13	
Mais de 500 000	11	11	10	9	4	8	6	3	5	-	389 198	5	
Sudeste	1 668	577	404	280	220	225	106	90	190	1 090	1 095 607	243	
Até 5 000	374	46	20	16	15	9	9	3	12	328	4 221	18	
De 5 001 a 10 000	397	91	49	39	27	20	12	3	23	306	13 980	40	
De 10 001 a 20 000	359	120	83	60	50	46	11	18	35	239	50 388	47	
De 20 001 a 50 000	290	136	100	55	54	48	21	21	41	154	79 657	57	
De 50 001 a 100 000	107	66	52	31	25	33	14	13	31	41	83 261	35	
De 100 001 a 500 000	124	103	85	65	42	57	29	24	38	21	420 382	40	
Mais de 500 000	17	15	15	14	7	12	10	8	10	1	443 718	6	
Sul	1 191	269	145	134	114	80	45	26	55	922	158 229	129	
Até 5 000	420	50	16	18	15	12	6	-	1	370	1 925	28	
De 5 001 a 10 000	280	41	27	18	12	7	5	3	9	239	2 165	18	
De 10 001 a 20 000	228	55	29	22	26	22	11	7	10	173	7 560	26	
De 20 001 a 50 000	159	66	36	38	30	21	9	6	16	93	13 570	31	
De 50 001 a 100 000	52	24	12	14	14	8	3	5	7	28	6 074	10	
De 100 001 a 500 000	48	31	24	22	15	8	10	4	10	17	110 353	16	
Mais de 500 000	4	2	1	2	2	2	1	1	2	2	16 582	-	
Centro-Oeste	467	31	9	11	16	5	7	2	9	436	6 125	18	
Até 5 000	139	-	-	-	-	-	-	-	-	139	-	-	
De 5 001 a 10 000	109	2	1	-	1	-	2	-	-	107	-	2	
De 10 001 a 20 000	104	8	2	3	3	2	-	-	4	96	3 030	4	
De 20 001 a 50 000	77	8	1	2	6	1	2	1	1	69	1 300	5	
De 50 001 a 100 000	19	7	3	2	4	-	1	1	2	12	570	4	
De 100 001 a 500 000	14	5	2	3	2	1	2	-	1	9	1 075	3	
Mais de 500 000	5	1	-	1	-	1	-	-	1	4	150	-	

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013

(1) Reassentamento em empreendimento de habitação de interesse social, pagamento de aluguel social ou similar, indenização da benfeitoria, compra de uma nova moradia, auxílio financeiro específico, entre outros.

Tabela 30 - Municípios, total e com instrumentos de gerenciamento de riscos de desastres decorrentes de escorregamentos ou deslizamentos de encostas, nas áreas urbanas, com indicação da estimativa da população vulnerável aos eventos, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios											
	Total	Com instrumentos de gerenciamento de riscos de desastres									Estimativa da população vulnerável aos eventos	
		Total	Mapeamentos de áreas de risco em encostas	Programa habitacional para relocalização de população de baixa renda em área de risco (1)	Mecanismos de controle e fiscalização para evitar ocupação em áreas suscetíveis aos desastres	Plano de Contingência	Projetos de engenharia relacionados ao evento	Sistema de alerta antecipado de desastres	Cadastro de risco	Nenhum dos itens	População	Número de municípios que não souberam informar
Brasil	5 570	1 175	728	594	464	419	235	155	368	4 393	2 277 758	529
Norte	450	63	41	32	23	22	10	6	32	387	140 852	26
Rondônia	52	3	1	3	1	-	-	-	1	49	50	2
Acre	22	6	4	3	3	5	1	-	1	16	7 725	4
Amazonas	62	22	18	8	6	8	1	3	14	40	102 207	6
Roraima	15	4	2	1	2	1	2	1	3	11	250	3
Pará	144	22	14	12	8	6	4	2	10	122	30 550	8
Amapá	16	3	1	3	1	1	-	-	2	13	-	3
Tocantins	139	3	1	2	2	1	2	-	1	136	70	-
Nordeste	1 794	235	129	137	91	87	67	31	82	1 558	876 945	113
Maranhão	217	31	12	17	8	8	4	1	13	185	9 291	22
Piauí	224	3	2	2	1	1	1	-	1	221	60	2
Ceará	184	28	14	12	7	7	5	2	4	156	25 310	15
Rio Grande do Norte	167	9	4	3	4	3	4	1	1	158	2 658	5
Paraíba	223	17	10	9	7	7	4	2	8	206	19 191	7
Pernambuco	185	59	32	32	25	36	21	17	26	126	699 782	21
Alagoas	102	29	21	22	17	10	9	6	12	73	43 850	11
Sergipe	75	10	6	3	1	4	-	-	2	65	25 520	7
Bahia	417	49	28	37	21	11	19	2	15	368	51 283	23
Sudeste	1 668	577	404	280	220	225	106	90	190	1 090	1 095 607	243
Minas Gerais	853	259	160	114	98	93	37	28	77	594	188 116	118
Espírito Santo	78	59	45	36	24	27	11	9	7	19	110 076	21
Rio de Janeiro	92	83	77	34	24	55	13	21	34	8	498 160	23
São Paulo	645	176	122	96	74	50	45	32	72	469	299 255	81
Sul	1 191	269	145	134	114	80	45	26	55	922	158 229	129
Paraná	399	69	36	40	24	15	9	3	14	330	9 157	33
Santa Catarina	295	113	68	51	55	35	23	14	21	182	129 044	55
Rio Grande do Sul	497	87	41	43	35	30	13	9	20	410	20 028	41
Centro-Oeste	467	31	9	11	16	5	7	2	9	436	6 125	18
Mato Grosso do Sul	79	2	1	1	1	1	1	-	2	77	1 075	1
Mato Grosso	141	11	3	3	4	2	3	-	2	130	2 070	7
Goiás	246	18	5	7	11	2	3	2	5	228	2 980	10
Distrito Federal	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013.

(1) Reassentamento em empreendimento de habitação de interesse social, pagamento de aluguel social ou similar, indenização da benfeitoria, compra de uma nova moradia, auxílio financeiro específico, entre outros.

Tabela 31 - Municípios, total e com cadastro de programas habitacionais para população vulnerável aos eventos de enchentes ou inundações graduais, ou enxurradas ou inundações bruscas ou escorregamentos ou deslizamentos de encostas nas áreas urbanas do município, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios							
	Total	População inscrita em algum cadastro			Com cadastro de programas habitacionais para população vulnerável aos eventos de enchentes ou inundações graduais, ou enxurradas ou inundações bruscas ou escorregamentos ou deslizamentos de encostas nas áreas urbanas do município			
		Parte da população vulnerável	Toda a população vulnerável	Não sabe	Cadastro habitacional municipal	Cadastro habitacional estadual	Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico)	Outro cadastro
Brasil	5 570	1 006	205	932	658	136	704	148
Até 5 000	1 247	70	31	181	51	5	62	13
De 5 001 a 10 000	1 227	134	30	196	74	11	102	22
De 10 001 a 20 000	1 378	220	56	235	133	38	169	32
De 20 001 a 50 000	1 080	275	44	224	175	35	176	36
De 50 001 a 100 000	339	123	20	59	80	19	97	17
De 100 001 a 500 000	260	153	24	35	120	21	87	28
Mais de 500 000	39	31	-	2	25	7	11	-
Norte	450	86	11	72	46	13	56	19
Até 5 000	80	2	-	10	1	-	2	-
De 5 001 a 10 000	81	5	1	11	1	-	2	3
De 10 001 a 20 000	110	25	2	18	14	4	16	4
De 20 001 a 50 000	111	26	5	22	17	2	13	6
De 50 001 a 100 000	42	12	1	7	5	2	9	4
De 100 001 a 500 000	24	14	2	4	7	3	14	2
Mais de 500 000	2	2	-	-	1	2	-	-
Nordeste	1 794	252	74	273	155	40	223	37
Até 5 000	234	9	1	22	3	-	7	1
De 5 001 a 10 000	360	30	12	45	20	2	28	2
De 10 001 a 20 000	577	57	32	85	38	13	61	13
De 20 001 a 50 000	443	86	17	97	46	11	72	11
De 50 001 a 100 000	119	35	9	18	24	6	30	6
De 100 001 a 500 000	50	27	3	5	19	6	20	4
Mais de 500 000	11	8	-	1	5	2	5	-
Sudeste	1 668	358	57	316	232	51	205	67
Até 5 000	374	21	11	62	12	1	21	10
De 5 001 a 10 000	397	45	7	87	16	6	29	12
De 10 001 a 20 000	359	66	12	69	38	10	42	10
De 20 001 a 50 000	290	89	11	58	60	15	44	10
De 50 001 a 100 000	107	44	3	25	31	9	28	6
De 100 001 a 500 000	124	79	13	14	62	9	37	19
Mais de 500 000	17	14	-	1	13	1	4	-
Sul	1 191	261	51	219	190	23	180	23
Até 5 000	420	35	19	77	34	4	30	2
De 5 001 a 10 000	280	46	9	39	33	1	36	5
De 10 001 a 20 000	228	58	8	53	35	9	39	5
De 20 001 a 50 000	159	66	5	35	43	5	37	8
De 50 001 a 100 000	52	26	5	7	15	2	25	1
De 100 001 a 500 000	48	26	5	8	26	2	13	2
Mais de 500 000	4	4	-	-	4	-	-	-
Centro-Oeste	467	49	12	52	35	9	40	2
Até 5 000	139	3	-	10	1	-	2	-
De 5 001 a 10 000	109	8	1	14	4	2	7	-
De 10 001 a 20 000	104	14	2	10	8	2	11	-
De 20 001 a 50 000	77	8	6	12	9	2	10	1
De 50 001 a 100 000	19	6	2	2	5	-	5	-
De 100 001 a 500 000	14	7	1	4	6	1	3	1
Mais de 500 000	5	3	-	-	2	2	2	-

Tabela 32 - Municípios, total e com cadastro de programas habitacionais para população vulnerável aos eventos de enchentes ou inundações graduais, ou enxurradas ou inundações bruscas ou escorregamentos ou deslizamentos de encostas nas áreas urbanas do município, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios							
	Total	População inscrita em algum cadastro			Com cadastro de programas habitacionais para população vulnerável aos eventos de enchentes ou inundações graduais, ou enxurradas ou inundações bruscas ou escorregamentos ou deslizamentos de encostas nas áreas urbanas do município			
		Parte da população vulnerável	Toda a população vulnerável	Não sabe	Cadastro habitacional municipal	Cadastro habitacional estadual	Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico)	Outro cadastro
Brasil	5 570	1 006	205	932	658	136	704	148
Norte	450	86	11	72	46	13	56	19
Rondônia	52	8	1	7	4	-	7	1
Acre	22	7	-	5	2	1	7	-
Amazonas	62	32	3	7	19	5	15	6
Roraima	15	5	1	3	2	-	2	3
Pará	144	26	5	34	15	6	20	8
Amapá	16	3	-	3	1	-	1	1
Tocantins	139	5	1	13	3	1	4	-
Nordeste	1 794	252	74	273	155	40	223	37
Maranhão	217	28	6	51	9	2	25	6
Piauí	224	14	7	23	14	3	13	-
Ceará	184	49	12	29	22	6	48	9
Rio Grande do Norte	167	16	3	32	13	-	11	2
Paraíba	223	24	8	22	17	5	17	2
Pernambuco	185	43	9	27	28	19	30	9
Alagoas	102	26	9	9	25	3	19	6
Sergipe	75	9	3	16	3	-	9	2
Bahia	417	43	17	64	24	2	51	1
Sudeste	1 668	358	57	316	232	51	205	67
Minas Gerais	853	151	20	183	89	11	90	30
Espírito Santo	78	39	2	11	27	4	21	5
Rio de Janeiro	92	48	8	17	29	10	21	9
São Paulo	645	120	27	105	87	26	73	23
Sul	1 191	261	51	219	190	23	180	23
Paraná	399	76	21	79	58	13	50	7
Santa Catarina	295	87	15	58	63	9	59	6
Rio Grande do Sul	497	98	15	82	69	1	71	10
Centro-Oeste	467	49	12	52	35	9	40	2
Mato Grosso do Sul	79	17	6	4	14	3	15	-
Mato Grosso	141	20	3	26	9	3	18	1
Goiás	246	11	3	22	12	2	7	1
Distrito Federal	1	1	-	-	-	1	-	-

Tabela 33 - Municípios, total e com Unidade do Corpo de Bombeiros, Unidade de Defesa Civil e de outra estrutura para atuar na prevenção de riscos e resposta a desastres, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios										
	Total	Com Unidade do Corpo de Bombeiros	Com Unidade de Defesa Civil						Outra estrutura para atuar na prevenção de riscos e resposta a desastres	Nenhuma das estruturas	
			Coordenação Municipal			Núcleos Comunitários		Defesa Civil Municipal com carreira própria			
			Total	Pessoal ativo		Total	Quantidade de núcleos				
Total do pessoal incluindo terceirizados	Pessoal de nível superior	Pessoal de nível auxiliar e médio									
Brasil	5 570	779	2 809	33 349	9 235	21 846	462	3 470	288	563	2 130
Até 5 000	1 247	16	501	3 063	993	2 171	44	70	21	87	621
De 5 001 a 10 000	1 227	42	556	3 500	1 291	2 425	65	171	36	104	533
De 10 001 a 20 000	1 378	86	685	5 644	1 879	3 964	87	178	55	123	566
De 20 001 a 50 000	1 080	225	595	7 374	1 830	3 846	117	381	74	118	336
De 50 001 a 100 000	339	177	225	3 978	961	2 857	57	591	42	59	55
De 100 001 a 500 000	260	195	211	7 386	1 742	4 841	70	554	53	57	18
Mais de 500 000	39	38	36	2 404	539	1 742	22	1 525	7	15	1
Norte	450	51	133	958	214	750	20	428	13	22	257
Até 5 000	80	1	7	53	12	49	1	4	-	2	68
De 5 001 a 10 000	81	1	18	57	13	60	2	5	1	2	54
De 10 001 a 20 000	110	6	39	202	66	180	4	6	2	8	58
De 20 001 a 50 000	111	11	39	360	44	213	2	2	8	4	56
De 50 001 a 100 000	42	13	14	74	33	72	4	355	2	3	16
De 100 001 a 500 000	24	17	14	134	33	111	6	45	-	3	5
Mais de 500 000	2	2	2	78	13	65	1	11	-	-	-
Nordeste	1 794	86	902	6 773	1 897	4 765	109	410	66	153	737
Até 5 000	234	1	121	629	152	418	6	6	1	7	102
De 5 001 a 10 000	360	-	164	651	197	495	12	15	4	26	164
De 10 001 a 20 000	577	2	264	1 540	548	1 086	26	51	15	38	265
De 20 001 a 50 000	443	8	224	1 434	415	1 014	32	117	16	44	178
De 50 001 a 100 000	119	37	77	809	210	590	17	92	15	25	26
De 100 001 a 500 000	50	27	42	935	144	655	11	54	12	10	1
Mais de 500 000	11	11	10	775	231	507	5	75	3	3	1
Sudeste	1 668	262	905	12 721	3 314	9 169	188	2 131	132	199	588
Até 5 000	374	1	122	679	239	540	11	20	10	37	206
De 5 001 a 10 000	397	7	179	1 167	333	794	23	70	19	36	172
De 10 001 a 20 000	359	11	210	1 881	568	1 477	32	65	20	36	127
De 20 001 a 50 000	290	58	184	2 045	589	1 372	46	179	27	34	69
De 50 001 a 100 000	107	70	85	1 627	421	1 205	26	121	20	21	6
De 100 001 a 500 000	124	99	109	3 969	951	2 727	38	348	33	28	8
Mais de 500 000	17	16	16	1 353	213	1 054	12	1 328	3	7	-
Sul	1 191	305	789	11 920	3 329	6 649	137	403	75	161	240
Até 5 000	420	12	245	1 693	582	1 147	24	38	10	37	128
De 5 001 a 10 000	280	31	185	1 580	729	1 043	27	80	12	38	53
De 10 001 a 20 000	228	62	151	1 740	599	1 030	25	56	17	36	42
De 20 001 a 50 000	159	113	121	3 360	681	1 171	35	81	22	28	12
De 50 001 a 100 000	52	41	43	1 436	288	977	9	22	5	8	4
De 100 001 a 500 000	48	42	40	2 074	426	1 268	14	105	8	12	1
Mais de 500 000	4	4	4	37	24	13	3	21	1	2	-
Centro-Oeste	467	75	80	977	481	513	8	98	2	28	308
Até 5 000	139	1	6	9	8	17	2	2	-	4	117
De 5 001 a 10 000	109	3	10	45	19	33	1	1	-	2	90
De 10 001 a 20 000	104	5	21	281	98	191	-	-	1	5	74
De 20 001 a 50 000	77	35	27	175	101	76	2	2	1	8	21
De 50 001 a 100 000	19	16	6	32	9	13	1	1	-	2	3
De 100 001 a 500 000	14	10	6	274	188	80	1	2	-	4	3
Mais de 500 000	5	5	4	161	58	103	1	90	-	3	-

Tabela 34 - Municípios, total e com Unidade do Corpo de Bombeiros, Unidade de Defesa Civil e outra estrutura para atuar na prevenção de riscos e resposta a desastres, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios										
	Total	Com Unidade do Corpo de Bombeiros	Com Unidade de Defesa Civil							Outra estrutura para atuar na prevenção de riscos e resposta a desastres	Nenhuma das estruturas
			Coordenação Municipal				Núcleos Comunitários		Defesa Civil Municipal com carreira própria		
			Total	Pessoal ativo			Total	Quantidade de núcleos			
Total do pessoal incluindo terceirizados	Pessoal de nível superior	Pessoal de nível auxiliar e médio									
Brasil	5 570	779	2 809	33 349	9 235	21 846	462	3 470	288	563	2 130
Norte	450	51	133	958	214	750	20	428	13	22	257
Rondônia	52	12	3	19	8	11	1	13	1	4	28
Acre	22	4	11	118	23	35	1	1	-	-	11
Amazonas	62	3	54	478	109	378	5	283	6	2	6
Roraima	15	3	7	44	13	31	2	5	-	3	6
Pará	144	19	33	171	34	160	8	119	5	8	92
Amapá	16	6	8	15	6	29	-	-	-	3	5
Tocantins	139	4	17	113	21	106	3	7	1	2	109
Nordeste	1 794	86	902	6 773	1 897	4 765	109	410	66	153	737
Maranhão	217	8	45	295	91	256	8	28	5	15	147
Piauí	224	3	141	774	210	533	12	43	3	7	70
Ceará	184	12	133	661	224	428	14	62	12	28	38
Rio Grande do Norte	167	3	99	522	206	346	9	11	3	13	57
Paraíba	223	8	114	621	179	564	5	55	3	7	101
Pernambuco	185	24	118	1 787	423	1 373	28	68	13	22	50
Alagoas	102	5	68	383	137	270	6	37	2	20	23
Sergipe	75	5	35	267	46	95	6	15	2	1	38
Bahia	417	18	149	1 463	381	900	21	91	23	40	213
Sudeste	1 668	262	905	12 721	3 314	9 169	188	2 131	132	199	588
Minas Gerais	853	60	433	3 614	1 042	2 492	79	370	45	66	356
Espírito Santo	78	10	58	517	153	362	19	70	7	13	17
Rio de Janeiro	92	44	80	1 891	346	1 447	24	942	16	17	9
São Paulo	645	148	334	6 699	1 773	4 868	66	749	64	103	206
Sul	1 191	305	789	11 920	3 329	6 649	137	403	75	161	240
Paraná	399	74	258	5 924	1 529	2 797	58	171	24	50	93
Santa Catarina	295	113	207	2 569	827	1 533	40	99	29	55	40
Rio Grande do Sul	497	118	324	3 427	973	2 319	39	133	22	56	107
Centro-Oeste	467	75	80	977	481	513	8	98	2	28	308
Mato Grosso do Sul	79	20	39	542	236	320	2	3	-	5	31
Mato Grosso	141	17	19	114	31	85	3	3	2	9	98
Goiás	246	37	21	236	174	63	2	2	-	13	179
Distrito Federal	1	1	1	85	40	45	1	90	-	1	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013.

Tabela 35 - Municípios, total e com estrutura na área de saúde, por caracterização do órgão gestor, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios							
	Total	Com estrutura na área de saúde, por caracterização do órgão gestor						Não possui estrutura específica
		Total	Secretaria municipal exclusiva	Secretaria municipal em conjunto com outras políticas	Setor subordinado a outra secretaria	Setor subordinado diretamente a chefia do executivo	Órgão da administração indireta	
Brasil	5 570	5 566	4 948	464	6	132	16	2
Até 5 000	1 247	1 245	988	196	-	61	-	1
De 5 001 a 10 000	1 227	1 226	1 075	117	4	29	1	1
De 10 001 a 20 000	1 378	1 378	1 269	77	2	26	4	-
De 20 001 a 50 000	1 080	1 080	1 014	53	-	12	1	-
De 50 001 a 100 000	339	339	328	7	-	2	2	-
De 100 001 a 500 000	260	260	241	10	-	2	7	-
Mais de 500 000	39	38	33	4	-	-	1	-
Norte	450	450	416	31	-	3	-	-
Até 5 000	80	80	71	9	-	-	-	-
De 5 001 a 10 000	81	81	70	10	-	1	-	-
De 10 001 a 20 000	110	110	104	5	-	1	-	-
De 20 001 a 50 000	111	111	108	3	-	-	-	-
De 50 001 a 100 000	42	42	41	-	-	1	-	-
De 100 001 a 500 000	24	24	21	3	-	-	-	-
Mais de 500 000	2	2	1	1	-	-	-	-
Nordeste	1 794	1 793	1 716	68	1	6	2	-
Até 5 000	234	233	219	13	-	1	-	-
De 5 001 a 10 000	360	360	340	19	-	1	-	-
De 10 001 a 20 000	577	577	556	18	1	1	1	-
De 20 001 a 50 000	443	443	428	13	-	2	-	-
De 50 001 a 100 000	119	119	118	1	-	-	-	-
De 100 001 a 500 000	50	50	46	2	-	1	1	-
Mais de 500 000	11	11	9	2	-	-	-	-
Sudeste	1 668	1 665	1 465	95	-	99	6	2
Até 5 000	374	373	298	28	-	47	-	1
De 5 001 a 10 000	397	396	347	25	-	24	-	1
De 10 001 a 20 000	359	359	322	18	-	19	-	-
De 20 001 a 50 000	290	290	268	13	-	8	1	-
De 50 001 a 100 000	107	107	99	6	-	1	1	-
De 100 001 a 500 000	124	124	116	4	-	-	4	-
Mais de 500 000	17	16	15	1	-	-	-	-
Sul	1 191	1 191	927	237	3	16	8	-
Até 5 000	420	420	277	133	-	10	-	-
De 5 001 a 10 000	280	280	221	55	2	1	1	-
De 10 001 a 20 000	228	228	191	30	1	3	3	-
De 20 001 a 50 000	159	159	140	18	-	1	-	-
De 50 001 a 100 000	52	52	51	-	-	-	1	-
De 100 001 a 500 000	48	48	44	1	-	1	2	-
Mais de 500 000	4	4	3	-	-	-	1	-
Centro-Oeste	467	467	424	33	2	8	-	-
Até 5 000	139	139	123	13	-	3	-	-
De 5 001 a 10 000	109	109	97	8	2	2	-	-
De 10 001 a 20 000	104	104	96	6	-	2	-	-
De 20 001 a 50 000	77	77	70	6	-	1	-	-
De 50 001 a 100 000	19	19	19	-	-	-	-	-
De 100 001 a 500 000	14	14	14	-	-	-	-	-
Mais de 500 000	5	5	5	-	-	-	-	-

Tabela 36 - Municípios, total e com estrutura na área de saúde, por caracterização do órgão gestor, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios							
	Total	Com estrutura na área de saúde, por caracterização do órgão gestor						Não possui estrutura específica
		Total	Secretaria municipal exclusiva	Secretaria municipal em conjunto com outras políticas	Setor subordinado à outra secretaria	Setor subordinado diretamente à chefia do executivo	Órgão da administração indireta	
Brasil	5 570	5 566	4 948	464	6	132	16	2
Norte	450	450	416	31	-	3	-	-
Rondônia	52	52	46	4	-	2	-	-
Acre	22	22	18	4	-	-	-	-
Amazonas	62	62	60	1	-	1	-	-
Roraima	15	15	13	2	-	-	-	-
Pará	144	144	138	6	-	-	-	-
Amapá	16	16	16	-	-	-	-	-
Tocantins	139	139	125	14	-	-	-	-
Nordeste	1 794	1 793	1 716	68	1	6	2	-
Maranhão	217	216	198	14	1	3	-	-
Piauí	224	224	205	19	-	-	-	-
Ceará	184	184	181	2	-	1	-	-
Rio Grande do Norte	167	167	157	10	-	-	-	-
Paraíba	223	223	212	9	-	1	1	-
Pernambuco	185	185	174	10	-	-	1	-
Alagoas	102	102	101	1	-	-	-	-
Sergipe	75	75	75	-	-	-	-	-
Bahia	417	417	413	3	-	1	-	-
Sudeste	1 668	1 665	1 465	95	-	99	6	2
Minas Gerais	853	851	755	57	-	37	2	2
Espírito Santo	78	78	74	4	-	-	-	-
Rio de Janeiro	92	91	82	8	-	1	-	-
São Paulo	645	645	554	26	-	61	4	-
Sul	1 191	1 191	927	237	3	16	8	-
Paraná	399	399	373	7	-	14	5	-
Santa Catarina	295	295	218	69	3	2	3	-
Rio Grande do Sul	497	497	336	161	-	-	-	-
Centro-Oeste	467	467	424	33	2	8	-	-
Mato Grosso do Sul	79	79	72	6	1	-	-	-
Mato Grosso	141	141	122	10	1	8	-	-
Goiás	246	246	229	17	-	-	-	-
Distrito Federal	1	1	1	-	-	-	-	-

**Tabela 37- Escolaridade do titular do órgão gestor da saúde,
segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da
população dos municípios - 2013**

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Escolaridade do titular do órgão gestor da saúde (1)						
	Ensino fundamental		Ensino médio		Ensino superior		Pós- graduação
	Incompleto	Completo	Incompleto	Completo	Incompleto	Completo	
Brasil	45	48	120	863	393	2 334	1 763
Até 5 000	27	23	41	343	122	477	212
De 5 001 a 10 000	9	10	40	234	107	533	293
De 10 001 a 20 000	6	11	26	188	99	614	434
De 20 001 a 50 000	3	3	11	81	55	471	456
De 50 001 a 100 000	-	-	2	10	6	155	166
De 100 001 a 500 000	-	1	-	7	4	81	167
Mais de 500 000	-	-	-	-	-	3	35
Norte	3	5	5	81	35	200	121
Até 5 000	1	-	2	23	10	34	10
De 5 001 a 10 000	-	2	-	23	3	33	20
De 10 001 a 20 000	1	3	1	19	14	48	24
De 20 001 a 50 000	1	-	2	13	5	56	34
De 50 001 a 100 000	-	-	-	2	3	20	17
De 100 001 a 500 000	-	-	-	1	-	9	14
Mais de 500 000	-	-	-	-	-	-	2
Nordeste	4	6	16	217	133	793	624
Até 5 000	2	1	6	43	28	107	46
De 5 001 a 10 000	1	2	6	58	44	159	90
De 10 001 a 20 000	-	2	3	75	43	267	187
De 20 001 a 50 000	1	1	1	34	17	193	196
De 50 001 a 100 000	-	-	-	5	1	53	60
De 100 001 a 500 000	-	-	-	2	-	13	35
Mais de 500 000	-	-	-	-	-	1	10
Sudeste	11	13	32	222	94	709	584
Até 5 000	4	5	9	91	34	154	76
De 5 001 a 10 000	5	2	12	72	27	183	95
De 10 001 a 20 000	2	4	8	38	16	158	133
De 20 001 a 50 000	-	1	2	19	12	120	136
De 50 001 a 100 000	-	-	1	-	1	52	53
De 100 001 a 500 000	-	1	-	2	4	40	77
Mais de 500 000	-	-	-	-	-	2	14
Sul	23	22	54	276	99	405	312
Até 5 000	18	17	20	146	36	123	60
De 5 001 a 10 000	2	2	18	67	27	101	63
De 10 001 a 20 000	3	2	9	44	19	89	62
De 20 001 a 50 000	-	1	6	14	16	61	61
De 50 001 a 100 000	-	-	1	3	1	18	29
De 100 001 a 500 000	-	-	-	2	-	13	33
Mais de 500 000	-	-	-	-	-	-	4
Centro-Oeste	4	2	13	67	32	227	122
Até 5 000	2	-	4	40	14	59	20
De 5 001 a 10 000	1	2	4	14	6	57	25
De 10 001 a 20 000	-	-	5	12	7	52	28
De 20 001 a 50 000	1	-	-	1	5	41	29
De 50 001 a 100 000	-	-	-	-	-	12	7
De 100 001 a 500 000	-	-	-	-	-	6	8
Mais de 500 000	-	-	-	-	-	-	5

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013.

(1) Exclui-se os sem declaração de escolaridade.

**Tabela 38 - Escolaridade do titular do órgão gestor da saúde,
segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013**

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Escolaridade do titular do órgão gestor da saúde (1)						
	Ensino fundamental		Ensino médio		Ensino superior		Pós- graduação
	Incompleto	Completo	Incompleto	Completo	Incompleto	Completo	
Brasil	45	48	120	863	393	2 334	1 763
Norte	3	5	5	81	35	200	121
Rondônia	-	2	-	15	5	16	14
Acre	-	-	-	2	2	13	5
Amazonas	1	2	-	11	2	25	21
Roraima	-	-	-	3	2	7	3
Pará	1	1	2	20	10	65	45
Amapá	-	-	1	3	1	8	3
Tocantins	1	-	2	27	13	66	30
Nordeste	4	6	16	217	133	793	624
Maranhão	1	-	-	31	13	108	63
Piauí	2	-	4	41	13	90	74
Ceará	-	-	1	9	7	82	85
Rio Grande do Norte	-	-	1	26	17	88	35
Paraíba	-	2	1	24	28	108	60
Pernambuco	-	1	3	16	12	66	87
Alagoas	-	-	1	6	6	49	40
Sergipe	-	-	3	4	10	33	25
Bahia	1	3	2	60	27	169	155
Sudeste	11	13	32	222	94	709	584
Minas Gerais	7	8	18	154	62	359	243
Espírito Santo	1	-	3	7	1	26	40
Rio de Janeiro	-	-	1	5	1	39	45
São Paulo	3	5	10	56	30	285	256
Sul	23	22	54	276	99	405	312
Paraná	3	4	12	74	25	153	128
Santa Catarina	5	8	19	77	17	81	88
Rio Grande do Sul	15	10	23	125	57	171	96
Centro-Oeste	4	2	13	67	32	227	122
Mato Grosso do Sul	-	1	1	6	7	36	28
Mato Grosso	-	-	6	20	9	67	39
Goiás	4	1	6	41	16	124	54
Distrito Federal	-	-	-	-	-	-	1

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013.

(1) Exclui-se os sem declaração de escolaridade.

Tabela 39 - Formação de nível superior do titular do órgão gestor da saúde, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Formação de nível superior do titular do órgão gestor da saúde										
	Adminis-trador	Econo-mista	Psi-cólogo	Médico	Odon-tólogo	Enfer-meiro	Peda-gogo	Assis-tente social	Advo-gado	Nutri-cionista	Outras
Brasil	433	40	93	385	259	1 151	233	182	158	36	1 127
Até 5 000	70	7	14	18	14	191	70	40	28	4	233
De 5 001 a 10 000	82	9	21	17	34	264	63	40	30	6	260
De 10 001 a 20 000	116	7	24	47	87	331	59	43	34	13	287
De 20 001 a 50 000	97	8	24	98	79	268	26	41	37	9	240
De 50 001 a 100 000	39	3	8	71	30	69	11	12	8	3	67
De 100 001 a 500 000	25	6	2	108	14	26	4	5	19	1	38
Mais de 500 000	4	-	-	26	1	2	-	1	2	-	2
Norte	41	2	4	32	13	97	31	17	4	-	80
Até 5 000	8	-	1	1	-	10	10	5	2	-	7
De 5 001 a 10 000	6	1	-	2	1	12	9	5	-	-	17
De 10 001 a 20 000	9	-	1	4	3	30	3	2	-	-	20
De 20 001 a 50 000	11	-	1	6	6	32	6	4	2	-	22
De 50 001 a 100 000	5	1	1	11	2	8	2	1	-	-	6
De 100 001 a 500 000	2	-	-	7	-	5	1	-	-	-	8
Mais de 500 000	-	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-
Nordeste	110	17	25	103	95	467	92	72	43	17	376
Até 5 000	5	2	3	5	2	48	22	11	10	2	43
De 5 001 a 10 000	15	4	4	5	16	82	20	13	9	4	77
De 10 001 a 20 000	37	3	4	20	34	153	36	24	9	6	128
De 20 001 a 50 000	36	6	10	32	31	144	8	18	7	5	92
De 50 001 a 100 000	11	-	4	17	10	34	6	5	-	-	26
De 100 001 a 500 000	4	2	-	19	2	4	-	-	7	-	10
Mais de 500 000	2	-	-	5	-	2	-	1	1	-	-
Sudeste	141	9	22	176	102	361	38	51	56	14	323
Até 5 000	24	1	3	7	11	70	10	16	8	-	80
De 5 001 a 10 000	28	4	3	6	11	101	15	10	10	2	88
De 10 001 a 20 000	35	1	10	15	31	98	6	8	14	5	68
De 20 001 a 50 000	28	-	4	44	27	63	6	10	10	4	60
De 50 001 a 100 000	14	1	1	30	14	17	1	3	6	2	16
De 100 001 a 500 000	11	2	1	62	8	12	-	4	7	1	9
Mais de 500 000	1	-	-	12	-	-	-	-	1	-	2
Sul	106	10	32	44	21	148	54	29	42	5	226
Até 5 000	25	4	6	3	1	40	20	3	6	1	73
De 5 001 a 10 000	25	-	12	2	4	44	14	8	7	-	48
De 10 001 a 20 000	24	3	5	4	10	34	12	7	9	2	41
De 20 001 a 50 000	17	-	6	11	3	17	3	7	14	-	44
De 50 001 a 100 000	9	1	2	8	1	9	2	3	1	1	10
De 100 001 a 500 000	6	2	1	12	2	4	3	1	5	-	10
Mais de 500 000	-	-	-	4	-	-	-	-	-	-	-
Centro-Oeste	35	2	10	30	28	78	18	13	13	-	122
Até 5 000	8	-	1	2	-	23	8	5	2	-	30
De 5 001 a 10 000	8	-	2	2	2	25	5	4	4	-	30
De 10 001 a 20 000	11	-	4	4	9	16	2	2	2	-	30
De 20 001 a 50 000	5	2	3	5	12	12	3	2	4	-	22
De 50 001 a 100 000	-	-	-	5	3	1	-	-	1	-	9
De 100 001 a 500 000	2	-	-	8	2	1	-	-	-	-	1
Mais de 500 000	1	-	-	4	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013.

(1) Exclui os sem declaração de escolaridade.

Tabela 40 - Formação de nível superior do titular do órgão gestor da saúde, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Formação de nível superior do titular do órgão gestor da saúde										
	Adminis-trador	Econo-mista	Psi-cólogo	Médico	Odon-tólogo	Enfer-meiro	Peda-gogo	Assis-tente social	Advo-gado	Nutri-cionista	Outras
Brasil	433	40	93	385	259	1 151	233	182	158	36	1 127
Norte	41	2	4	32	13	97	31	17	4	-	80
Rondônia	7	-	-	2	2	10	3	-	-	-	6
Acre	-	1	-	1	-	6	3	-	1	-	6
Amazonas	5	-	1	8	2	17	1	2	-	-	10
Roraima	2	-	-	1	-	1	1	-	-	-	5
Pará	15	1	1	16	8	32	3	6	1	-	27
Amapá	-	-	-	2	-	5	-	2	-	-	2
Tocantins	12	-	2	2	1	26	20	7	2	-	24
Nordeste	110	17	25	103	95	467	92	72	43	17	376
Maranhão	20	-	-	16	10	73	7	4	3	1	37
Piauí	6	1	5	7	12	38	22	6	12	4	51
Ceará	4	1	2	10	15	74	14	6	1	1	39
Rio Grande do Norte	5	5	-	4	10	38	12	16	2	2	29
Paraíba	6	3	5	10	8	48	11	7	11	4	55
Pernambuco	15	2	3	20	14	35	6	9	3	-	46
Alagoas	8	1	4	13	7	21	3	4	2	2	24
Sergipe	2	1	4	6	6	14	8	5	5	-	7
Bahia	44	3	2	17	13	126	9	15	4	3	88
Sudeste	141	9	22	176	102	361	38	51	56	14	323
Minas Gerais	69	6	10	32	36	189	21	26	32	8	173
Espírito Santo	14	-	-	7	6	18	2	4	5	-	10
Rio de Janeiro	5	1	3	39	8	11	1	1	4	-	11
São Paulo	53	2	9	98	52	143	14	20	15	6	129
Sul	106	10	32	44	21	148	54	29	42	4	226
Paraná	42	5	7	15	11	66	19	6	8	2	100
Santa Catarina	29	3	12	9	3	30	15	12	13	3	43
Rio Grande do Sul	35	2	13	20	7	52	20	11	21	-	83
Centro-Oeste	35	2	10	30	28	78	18	13	13	-	122
Mato Grosso do Sul	8	-	2	5	12	15	1	1	-	-	20
Mato Grosso	13	2	2	8	4	24	10	7	2	-	34
Goiás	14	-	6	16	12	39	7	5	11	-	68
Distrito Federal	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013.

(1) Excluído os sem declaração de escolaridade.

Tabela 41 - Municípios, total e com órgão gestor de saúde, por sexo e grupos de idade do gestor da saúde, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios											
	Total	Com órgão gestor da saúde	Sexo e grupos de idades do gestor do órgão da saúde									
			Masculino					Feminino				
			Total (1)	De 18 a 25 anos	De 26 a 40 anos	De 41 a 60 anos	Mais de 60 anos	Total (1)	De 18 a 25 anos	De 26 a 40 anos	De 41 a 60 anos	Mais de 60 anos
Brasil	5 570	5 566	2 716	60	1 124	1 340	179	2 850	89	1 365	1 307	75
Até 5 000	1 247	1 245	584	18	263	280	22	661	23	368	261	8
De 5 001 a 10 000	1 227	1 226	571	28	266	250	23	655	26	341	270	14
De 10 001 a 20 000	1 378	1 378	637	9	285	306	34	741	25	347	346	19
De 20 001 a 50 000	1 080	1 080	542	1	208	281	49	538	12	245	261	16
De 50 001 a 100 000	339	339	179	2	60	97	20	160	3	54	94	8
De 100 001 a 500 000	260	260	170	2	35	105	26	90	-	10	70	10
Mais de 500 000	39	38	33	-	7	21	5	5	-	-	5	-
Norte	450	450	243	6	106	122	8	207	5	107	86	4
Até 5 000	80	80	40	1	20	19	-	40	1	23	14	1
De 5 001 a 10 000	81	81	45	3	20	20	2	36	-	19	14	-
De 10 001 a 20 000	110	110	61	2	28	28	2	49	2	24	21	2
De 20 001 a 50 000	111	111	58	-	24	32	2	53	2	27	23	-
De 50 001 a 100 000	42	42	21	-	11	9	1	21	-	11	9	1
De 100 001 a 500 000	24	24	16	-	2	13	1	8	-	3	5	-
Mais de 500 000	2	2	2	-	1	1	-	-	-	-	-	-
Nordeste	1 794	1 793	749	12	363	332	34	1 044	37	532	441	26
Até 5 000	234	233	91	4	53	32	1	142	6	88	45	3
De 5 001 a 10 000	360	360	149	6	86	53	2	211	13	108	85	3
De 10 001 a 20 000	577	577	236	1	110	112	11	341	9	180	141	7
De 20 001 a 50 000	443	443	184	1	76	93	12	259	7	126	117	7
De 50 001 a 100 000	119	119	54	-	25	26	3	65	2	26	35	2
De 100 001 a 500 000	50	50	28	-	12	10	5	22	-	4	14	4
Mais de 500 000	11	11	7	-	1	6	-	4	-	-	4	-
Sudeste	1 668	1 665	850	17	332	425	72	815	24	371	395	23
Até 5 000	374	373	164	5	82	69	8	209	9	115	82	3
De 5 001 a 10 000	397	396	187	10	87	82	6	209	8	109	83	9
De 10 001 a 20 000	359	359	174	2	81	78	13	185	5	83	91	5
De 20 001 a 50 000	290	290	162	-	54	89	19	128	2	50	74	2
De 50 001 a 100 000	107	107	61	-	13	39	9	46	-	14	31	-
De 100 001 a 500 000	124	124	87	-	13	59	13	37	-	-	33	4
Mais de 500 000	17	16	15	-	2	9	4	1	-	-	1	-
Sul	1 191	1 191	635	13	230	338	52	556	8	246	285	16
Até 5 000	420	420	229	5	82	130	12	191	4	101	85	1
De 5 001 a 10 000	280	280	139	6	53	69	10	141	1	72	67	1
De 10 001 a 20 000	228	228	113	1	45	59	8	115	3	42	66	3
De 20 001 a 50 000	159	159	94	-	35	47	12	65	-	26	34	5
De 50 001 a 100 000	52	52	27	1	7	14	5	25	-	3	18	4
De 100 001 a 500 000	48	48	29	-	7	16	5	19	-	2	15	2
Mais de 500 000	4	4	4	-	1	3	-	-	-	-	-	-
Centro-Oeste	467	467	239	4	93	123	13	228	7	109	100	6
Até 5 000	139	139	60	3	26	30	1	79	2	41	35	-
De 5 001 a 10 000	109	109	51	1	20	26	3	58	2	33	21	1
De 10 001 a 20 000	104	104	53	-	21	29	-	51	2	18	27	2
De 20 001 a 50 000	77	77	44	-	19	20	4	33	1	16	13	2
De 50 001 a 100 000	19	19	16	-	4	9	2	3	-	-	1	1
De 100 001 a 500 000	14	14	10	-	1	7	2	4	-	1	3	-
Mais de 500 000	5	5	5	-	2	2	1	-	-	-	-	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013.

(1) Inclusive os sem declaração de idade.

Tabela 42 - Municípios, total e com órgão gestor de saúde, por sexo e grupos de idade do gestor da saúde, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios											
	Total	Com órgão gestor da saúde	Sexo e grupos de idades do gestor do órgão da saúde									
			Masculino					Feminino				
			Total (1)	De 18 a 25 anos	De 26 a 40 anos	De 41 a 60 anos	Mais de 60 anos	Total (1)	De 18 a 25 anos	De 26 a 40 anos	De 41 a 60 anos	Mais de 60 anos
Brasil	5 570	5 566	2 716	60	1 124	1 340	179	2 850	89	1 365	1 307	75
Norte	450	450	243	6	106	122	8	207	5	107	86	4
Rondônia	52	52	30	1	11	17	1	22	-	6	15	-
Acre	22	22	12	-	8	4	-	10	-	5	5	-
Amazonas	62	62	36	1	13	19	3	26	1	14	11	-
Roraima	15	15	11	-	6	4	1	4	-	4	-	-
Pará	144	144	75	-	31	42	2	69	1	36	28	3
Amapá	16	16	10	-	3	5	1	6	-	1	5	-
Tocantins	139	139	69	4	34	31	-	70	3	41	22	1
Nordeste	1 794	1 793	749	12	363	332	34	1 044	37	532	441	26
Maranhão	217	216	116	-	53	50	6	100	2	48	43	4
Piauí	224	224	92	4	59	28	1	132	5	75	47	4
Ceará	184	184	74	-	36	34	4	110	4	50	50	5
Rio Grande do Norte	167	167	63	2	24	34	3	104	4	43	54	3
Paraíba	223	223	86	3	51	31	-	137	12	67	54	4
Pernambuco	185	185	66	1	22	38	5	119	6	60	51	2
Alagoas	102	102	44	-	17	24	3	58	1	28	28	1
Sergipe	75	75	29	2	13	13	1	46	1	21	22	2
Bahia	417	417	179	-	88	80	11	238	2	140	92	1
Sudeste	1 668	1 665	850	17	332	425	72	815	24	371	395	23
Minas Gerais	853	851	415	11	201	179	24	436	17	225	182	10
Espírito Santo	78	78	51	-	23	27	1	27	-	8	18	1
Rio de Janeiro	92	91	70	-	16	48	4	21	-	2	17	2
São Paulo	645	645	314	6	92	171	43	331	7	136	178	10
Sul	1 191	1 191	635	13	230	338	52	556	8	246	285	16
Paraná	399	399	203	5	74	101	22	196	3	95	92	6
Santa Catarina	295	295	160	-	50	98	11	135	1	56	75	3
Rio Grande do Sul	497	497	272	8	106	139	19	225	4	95	118	7
Centro-Oeste	467	467	239	4	93	123	13	228	7	109	100	6
Mato Grosso do Sul	79	79	44	-	12	30	2	35	2	16	16	1
Mato Grosso	141	141	65	1	23	33	2	76	-	33	34	4
Goiás	246	246	129	3	58	59	9	117	5	60	50	1
Distrito Federal	1	1	1	-		1	-	-	-	-	-	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013.

(1) Inclusive os sem declaração de idade.

Tabela 43 - Municípios, total e com Conselho Municipal de Saúde, por algumas características do conselho, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios							
	Total	Com Conselho Municipal de Saúde						
		Total	Algumas características do conselho				Realizou reunião nos últimos 12 meses	
			Paritário	Caráter do conselho				
	Con-sultivo	Delibe-rativo		Normativo	Fiscali-zador			
Brasil	5 570	5 553	5 355	3 306	5 017	2 576	4 350	5 484
Até 5 000	1 247	1 241	1 192	703	1 104	543	951	1 222
De 5 001 a 10 000	1 227	1 224	1 181	716	1 101	576	985	1 206
De 10 001 a 20 000	1 378	1 372	1 325	844	1 218	655	1 079	1 357
De 20 001 a 50 000	1 080	1 080	1 043	689	997	525	856	1 067
De 50 001 a 100 000	339	339	324	198	319	154	258	336
De 100 001 a 500 000	260	259	253	139	241	109	193	258
Mais de 500 000	39	38	37	17	37	14	28	38
Norte	450	448	433	298	394	259	380	443
Até 5 000	80	79	78	62	71	55	70	78
De 5 001 a 10 000	81	80	78	45	68	42	69	80
De 10 001 a 20 000	110	110	104	66	93	54	95	109
De 20 001 a 50 000	111	111	108	80	99	65	89	108
De 50 001 a 100 000	42	42	40	27	38	26	35	42
De 100 001 a 500 000	24	24	23	17	23	16	21	24
Mais de 500 000	2	2	2	1	2	1	1	2
Nordeste	1 794	1 790	1 746	1 177	1 637	949	1 507	1 769
Até 5 000	234	233	228	148	211	118	200	230
De 5 001 a 10 000	360	359	353	225	331	181	316	354
De 10 001 a 20 000	577	575	555	390	519	311	474	567
De 20 001 a 50 000	443	443	431	312	407	250	377	439
De 50 001 a 100 000	119	119	118	71	111	61	95	118
De 100 001 a 500 000	50	50	50	29	47	25	36	50
Mais de 500 000	11	11	11	2	11	3	9	11
Sudeste	1 668	1 666	1 605	921	1 493	666	1 197	1 646
Até 5 000	374	374	361	210	323	153	265	368
De 5 001 a 10 000	397	397	382	218	356	175	292	389
De 10 001 a 20 000	359	358	350	203	316	146	256	357
De 20 001 a 50 000	290	290	277	163	270	102	209	287
De 50 001 a 100 000	107	107	99	57	100	38	77	106
De 100 001 a 500 000	124	124	121	63	113	45	87	123
Mais de 500 000	17	16	15	7	15	7	11	16
Sul	1 191	1 188	1 133	603	1 084	454	888	1 172
Até 5 000	420	419	399	196	378	148	301	414
De 5 001 a 10 000	280	280	265	154	253	115	219	276
De 10 001 a 20 000	228	227	219	121	203	90	172	223
De 20 001 a 50 000	159	159	153	85	150	69	120	157
De 50 001 a 100 000	52	52	48	25	52	17	36	51
De 100 001 a 500 000	48	47	45	20	44	14	37	47
Mais de 500 000	4	4	4	2	4	1	3	4
Centro-Oeste	467	461	438	307	409	248	378	454
Até 5 000	139	136	126	87	121	69	115	132
De 5 001 a 10 000	109	108	103	74	93	63	89	107
De 10 001 a 20 000	104	102	97	64	87	54	82	101
De 20 001 a 50 000	77	77	74	49	71	39	61	76
De 50 001 a 100 000	19	19	19	18	18	12	15	19
De 100 001 a 500 000	14	14	14	10	14	9	12	14
Mais de 500 000	5	5	5	5	5	2	4	5

**Tabela 44 - Municípios, total e com Conselho Municipal de Saúde,
por algumas características do conselho, segundo as Grandes Regiões e
as Unidades da Federação - 2013**

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios							
	Total	Com Conselho Municipal de Saúde						
		Total	Paritário	Algumas características do conselho				Realizou reunião nos últimos 12 meses
				Caráter do conselho				
			Con- sultivo	Delibe- rativo	Normativo	Fiscali- zador		
Brasil	5 570	5 553	5 355	3 306	5 017	2 576	4 350	5 484
Norte	450	448	433	298	394	259	380	443
Rondônia	52	51	49	33	41	27	41	50
Acre	22	22	20	12	21	12	20	22
Amazonas	62	62	56	36	53	26	47	59
Roraima	15	15	15	6	13	7	13	15
Pará	144	144	141	95	124	79	120	143
Amapá	16	15	15	15	15	15	15	15
Tocantins	139	139	137	101	127	93	124	139
Nordeste	1 794	1 790	1 746	1 177	1 637	949	1 507	1 769
Maranhão	217	214	203	116	180	85	162	211
Piauí	224	224	222	129	202	110	200	224
Ceará	184	184	178	128	171	120	154	181
Rio Grande do Norte	167	167	165	115	154	98	148	163
Paraíba	223	223	221	160	216	136	190	221
Pernambuco	185	184	178	119	161	85	150	183
Alagoas	102	102	101	59	97	41	85	101
Sergipe	75	75	69	45	65	36	57	73
Bahia	417	417	409	306	391	238	361	412
Sudeste	1 668	1 666	1 605	921	1 493	666	1 197	1 646
Minas Gerais	853	852	825	457	771	334	585	837
Espírito Santo	78	78	76	50	73	39	63	78
Rio de Janeiro	92	91	89	42	81	35	72	91
São Paulo	645	645	615	372	568	258	477	640
Sul	1 191	1 188	1 133	603	1 084	454	888	1 172
Paraná	399	398	384	211	352	168	293	393
Santa Catarina	295	294	287	146	270	123	207	288
Rio Grande do Sul	497	496	462	246	462	163	388	491
Centro-Oeste	467	461	438	307	409	248	378	454
Mato Grosso do Sul	79	79	78	45	75	38	60	79
Mato Grosso	141	136	128	79	116	60	103	132
Goiás	246	245	231	182	217	150	215	242
Distrito Federal	1	1	1	1	1	-	-	1

Tabela 45 - Municípios, total, com Fundo Municipal de Saúde, por gestor do fundo e com Plano Municipal de Saúde, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios							Com Plano Municipal de Saúde
	Total	Com Fundo Municipal de Saúde					O Fundo Municipal de Saúde é autônomo	
		Total (1)	Gestor do fundo					
			Gabinete do prefeito	Secretaria municipal de saúde	Outra secretaria	Outra estrutura administrativa		
Brasil	5 570	5 557	553	4 676	70	102	127	5 278
Até 5 000	1 247	1 243	212	972	12	21	23	1 146
De 5 001 a 10 000	1 227	1 225	145	1 003	15	23	29	1 159
De 10 001 a 20 000	1 378	1 375	102	1 180	22	36	29	1 298
De 20 001 a 50 000	1 080	1 079	68	955	11	11	27	1 041
De 50 001 a 100 000	339	339	20	296	6	7	9	338
De 100 001 a 500 000	260	258	6	234	4	3	9	259
Mais de 500 000	39	38	-	36	-	1	1	37
Norte	450	448	37	384	6	4	11	422
Até 5 000	80	80	3	73	1	1	2	74
De 5 001 a 10 000	81	80	7	67	1	-	3	76
De 10 001 a 20 000	110	110	10	92	4	1	1	102
De 20 001 a 50 000	111	110	13	92	-	1	2	102
De 50 001 a 100 000	42	42	3	37	-	1	1	42
De 100 001 a 500 000	24	24	1	21	-	-	2	24
Mais de 500 000	2	2	-	2	-	-	-	2
Nordeste	1 794	1 790	125	1 572	25	16	48	1 704
Até 5 000	234	232	38	186	2	4	2	214
De 5 001 a 10 000	360	359	34	309	6	1	9	335
De 10 001 a 20 000	577	576	31	508	10	10	16	543
De 20 001 a 50 000	443	443	19	401	5	1	14	432
De 50 001 a 100 000	119	119	2	112	2	-	3	119
De 100 001 a 500 000	50	50	1	46	-	-	3	50
Mais de 500 000	11	11	-	10	-	-	1	11
Sudeste	1 668	1 665	219	1 308	24	62	40	1 597
Até 5 000	374	373	83	269	4	12	5	356
De 5 001 a 10 000	397	397	58	298	4	17	14	375
De 10 001 a 20 000	359	358	38	287	5	19	7	341
De 20 001 a 50 000	290	290	25	246	5	6	6	279
De 50 001 a 100 000	107	107	11	84	3	4	4	107
De 100 001 a 500 000	124	124	4	109	3	3	4	124
Mais de 500 000	17	16	-	15	-	1	-	15
Sul	1 191	1 188	146	992	9	15	20	1 124
Até 5 000	420	419	83	315	3	4	11	386
De 5 001 a 10 000	280	280	36	236	2	3	2	269
De 10 001 a 20 000	228	228	13	203	2	5	4	214
De 20 001 a 50 000	159	159	10	144	1	2	2	152
De 50 001 a 100 000	52	52	4	46	-	1	1	52
De 100 001 a 500 000	48	46	-	44	1	-	-	47
Mais de 500 000	4	4	-	4	-	-	-	4
Centro-Oeste	467	466	26	420	6	5	8	431
Até 5 000	139	139	5	129	2	-	3	116
De 5 001 a 10 000	109	109	10	93	2	2	1	104
De 10 001 a 20 000	104	103	10	90	1	1	1	98
De 20 001 a 50 000	77	77	1	72	-	1	3	76
De 50 001 a 100 000	19	19	-	17	1	1	-	18
De 100 001 a 500 000	14	14	-	14	-	-	-	14
Mais de 500 000	5	5	-	5	-	-	-	5

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013.

(1) Inclusive os sem identificação do gestor.

Tabela 46 - Municípios, total, com Fundo Municipal de Saúde, por gestor do fundo e com Plano Municipal de Saúde, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios							Com Plano Municipal de Saúde
	Total	Com Fundo Municipal de Saúde					O Fundo Municipal de Saúde é autônomo	
		Total (1)	Gabinete do prefeito	Secretaria municipal de saúde	Outra secretaria	Outra estrutura administrativa		
Brasil	5 570	5 557	553	4 676	70	102	127	5 278
Norte	450	448	37	384	6	4	11	422
Rondônia	52	52	2	46	-	-	1	52
Acre	22	22	1	16	5	-	-	20
Amazonas	62	61	18	41	-	1	1	56
Roraima	15	15	2	12	-	-	-	13
Pará	144	144	8	128	-	2	4	137
Amapá	16	15	3	12	-	-	-	13
Tocantins	139	139	3	129	1	1	5	131
Nordeste	1 794	1 790	125	1 572	25	16	48	1 704
Maranhão	217	216	16	176	8	3	9	200
Piauí	224	224	24	196	2	-	2	203
Ceará	184	183	6	172	3	1	1	182
Rio Grande do Norte	167	167	14	145	-	3	5	155
Paraíba	223	223	32	185	1	2	3	211
Pernambuco	185	183	8	166	2	-	7	177
Alagoas	102	102	3	96	1	1	1	100
Sergipe	75	75	-	65	1	-	9	68
Bahia	417	417	22	371	7	6	11	408
Sudeste	1 668	1 665	219	1 308	24	62	40	1 597
Minas Gerais	853	852	102	721	8	10	7	799
Espírito Santo	78	78	1	76	-	-	1	76
Rio de Janeiro	92	91	-	78	1	5	7	88
São Paulo	645	644	116	433	15	47	25	634
Sul	1 191	1 188	146	992	9	15	20	1 124
Paraná	399	397	26	348	3	9	7	393
Santa Catarina	295	295	19	262	3	2	9	285
Rio Grande do Sul	497	496	101	382	3	4	4	446
Centro-Oeste	467	466	26	420	6	5	8	431
Mato Grosso do Sul	79	79	4	73	1	1	-	78
Mato Grosso	141	140	19	110	3	2	5	118
Goiás	246	246	3	236	2	2	3	234
Distrito Federal	1	1	-	1	-	-	-	1

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013.
(1) Inclusive os sem identificação do gestor.

Tabela 47 - Municípios, total e com contratação de serviço de saúde através de Organização Social, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios		Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios	
	Total	Com contratação de serviço de saúde através de Organização Social		Total	Com contratação de serviço de saúde através de Organização Social
Brasil	5 570	1 216	Sudeste	1 668	496
Até 5 000	1 247	230	Até 5 000	374	63
De 5 001 a 10 000	1 227	237	De 5 001 a 10 000	397	102
De 10 001 a 20 000	1 378	275	De 10 001 a 20 000	359	115
De 20 001 a 50 000	1 080	250	De 20 001 a 50 000	290	103
De 50 001 a 100 000	339	113	De 50 001 a 100 000	107	55
De 100 001 a 500 000	260	89	De 100 001 a 500 000	124	47
Mais de 500 000	39	22	Mais de 500 000	17	11
Norte	450	44	Sul	1 191	338
Até 5 000	80	1	Até 5 000	420	104
De 5 001 a 10 000	81	8	De 5 001 a 10 000	280	76
De 10 001 a 20 000	110	13	De 10 001 a 20 000	228	65
De 20 001 a 50 000	111	11	De 20 001 a 50 000	159	52
De 50 001 a 100 000	42	5	De 50 001 a 100 000	52	20
De 100 001 a 500 000	24	5	De 100 001 a 500 000	48	20
Mais de 500 000	2	1	Mais de 500 000	4	1
Nordeste	1 794	260	Centro-Oeste	467	78
Até 5 000	234	41	Até 5 000	139	21
De 5 001 a 10 000	360	39	De 5 001 a 10 000	109	12
De 10 001 a 20 000	577	61	De 10 001 a 20 000	104	21
De 20 001 a 50 000	443	71	De 20 001 a 50 000	77	13
De 50 001 a 100 000	119	28	De 50 001 a 100 000	19	5
De 100 001 a 500 000	50	15	De 100 001 a 500 000	14	2
Mais de 500 000	11	5	Mais de 500 000	5	4

Tabela 48 - Municípios, total e com contratação de serviço de saúde através de Organização Social, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios		Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios	
	Total	Com contratação de serviço de saúde através de Organização Social		Total	Com contratação de serviço de saúde através de Organização Social
Brasil	5 570	1 216	Nordeste	1 794	260
Norte	450	44	Sergipe	75	9
Rondônia	52	9	Bahia	417	57
Acre	22	-	Sudeste	1 668	496
Amazonas	62	9	Minas Gerais	853	247
Roraima	15	1	Espírito Santo	78	28
Pará	144	21	Rio de Janeiro	92	24
Amapá	16	-	São Paulo	645	197
Tocantins	139	4	Sul	1 191	338
Nordeste	1 794	260	Paraná	399	81
Maranhão	217	20	Santa Catarina	295	80
Piauí	224	31	Rio Grande do Sul	497	177
Ceará	184	36	Centro-Oeste	467	78
Rio Grande do Norte	167	38	Mato Grosso do Sul	79	11
Paraíba	223	27	Mato Grosso	141	29
Pernambuco	185	34	Goiás	246	37
Alagoas	102	8	Distrito Federal	1	1

Tabela 49 - Municípios, total e com estrutura na área de meio ambiente, por caracterização do órgão gestor, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios							Não possui estrutura específica
	Total	Com estrutura na área de meio ambiente, por caracterização do órgão gestor					Órgão da adminis- tração indireta	
		Total	Secretaria municipal exclusiva	Secretaria municipal em conjunto com outras políticas	Setor subordinado a outra secretaria	Setor subordinado diretamente a chefia do executivo		
Brasil	5 570	5 015	1 511	2 563	654	223	64	553
Até 5 000	1 247	1 033	216	601	142	73	1	213
De 5 001 a 10 000	1 227	1 061	261	566	165	68	1	166
De 10 001 a 20 000	1 378	1 243	369	637	178	48	11	135
De 20 001 a 50 000	1 080	1 046	344	533	128	29	12	34
De 50 001 a 100 000	339	335	155	137	23	5	15	4
De 100 001 a 500 000	260	259	141	79	18	-	21	1
Mais de 500 000	39	38	25	10	-	-	3	-
Norte	450	441	238	165	32	5	1	9
Até 5 000	80	78	22	43	12	1	-	2
De 5 001 a 10 000	81	78	31	34	11	2	-	3
De 10 001 a 20 000	110	108	66	39	2	-	1	2
De 20 001 a 50 000	111	109	70	32	5	2	-	2
De 50 001 a 100 000	42	42	31	9	2	-	-	-
De 100 001 a 500 000	24	24	17	7	-	-	-	-
Mais de 500 000	2	2	1	1	-	-	-	-
Nordeste	1 794	1 528	404	863	231	22	8	265
Até 5 000	234	165	45	86	30	4	-	68
De 5 001 a 10 000	360	279	63	161	49	6	-	81
De 10 001 a 20 000	577	493	125	284	80	4	-	84
De 20 001 a 50 000	443	415	111	242	54	7	1	28
De 50 001 a 100 000	119	115	38	64	10	1	2	4
De 100 001 a 500 000	50	50	16	21	8	-	5	-
Mais de 500 000	11	11	6	5	-	-	-	-
Sudeste	1 668	1 484	489	672	175	133	15	183
Até 5 000	374	278	59	150	23	45	1	96
De 5 001 a 10 000	397	345	93	152	54	46	-	52
De 10 001 a 20 000	359	327	104	147	46	27	3	32
De 20 001 a 50 000	290	288	98	138	36	14	2	2
De 50 001 a 100 000	107	107	52	43	7	1	4	-
De 100 001 a 500 000	124	123	71	39	9	-	4	1
Mais de 500 000	17	16	12	3	-	-	1	-
Sul	1 191	1 131	193	692	173	39	34	60
Até 5 000	420	391	39	270	67	15	-	29
De 5 001 a 10 000	280	262	27	181	44	9	1	18
De 10 001 a 20 000	228	216	37	123	38	11	7	12
De 20 001 a 50 000	159	158	37	92	19	2	8	1
De 50 001 a 100 000	52	52	22	17	4	2	7	-
De 100 001 a 500 000	48	48	28	9	1	-	10	-
Mais de 500 000	4	4	3	-	-	-	1	-
Centro-Oeste	467	431	187	171	43	24	6	36
Até 5 000	139	121	51	52	10	8	-	18
De 5 001 a 10 000	109	97	47	38	7	5	-	12
De 10 001 a 20 000	104	99	37	44	12	6	-	5
De 20 001 a 50 000	77	76	28	29	14	4	1	1
De 50 001 a 100 000	19	19	12	4	-	1	2	-
De 100 001 a 500 000	14	14	9	3	-	-	2	-
Mais de 500 000	5	5	3	1	-	-	1	-

Tabela 50 - Municípios, total e com estrutura na área de meio ambiente, por caracterização do órgão gestor, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios							
	Total	Com estrutura na área de meio ambiente, por caracterização do órgão gestor						Não possui estrutura específica
		Total	Secretaria municipal exclusiva	Secretaria municipal em conjunto com outras políticas	Setor subordinado a outra secretaria	Setor subordinado diretamente a chefia do executivo	Órgão da administração indireta	
Brasil	5 570	5 015	1 511	2 563	654	223	64	553
Norte	450	441	238	165	32	5	1	9
Rondônia	52	49	20	19	9	1	-	3
Acre	22	22	12	9	1	-	-	-
Amazonas	62	61	38	23	-	-	-	1
Roraima	15	14	5	9	-	-	-	1
Pará	144	142	112	22	4	3	1	2
Amapá	16	16	8	8	-	-	-	-
Tocantins	139	137	43	75	18	1	-	2
Nordeste	1 794	1 528	404	863	231	22	8	265
Maranhão	217	188	99	55	32	2	-	28
Piauí	224	172	52	92	23	5	-	52
Ceará	184	172	50	103	14	1	4	12
Rio Grande do Norte	167	140	40	81	18	1	-	27
Paraíba	223	163	26	93	42	1	1	60
Pernambuco	185	148	26	82	35	2	3	37
Alagoas	102	94	24	59	8	3	-	8
Sergipe	75	59	13	32	10	4	-	16
Bahia	417	392	74	266	49	3	-	25
Sudeste	1 668	1 484	489	672	175	133	15	183
Minas Gerais	853	721	174	362	119	62	4	132
Espírito Santo	78	78	43	28	6	-	1	-
Rio de Janeiro	92	90	61	27	-	1	1	1
São Paulo	645	595	211	255	50	70	9	50
Sul	1 191	1 131	193	692	173	39	34	60
Paraná	399	378	85	212	59	22	-	21
Santa Catarina	295	259	13	175	33	5	33	36
Rio Grande do Sul	497	494	95	305	81	12	1	3
Centro-Oeste	467	431	187	171	43	24	6	36
Mato Grosso do Sul	79	73	16	34	17	3	3	6
Mato Grosso	141	126	40	54	19	13	-	15
Goiás	246	231	130	83	7	8	3	15
Distrito Federal	1	1	1	-	-	-	-	-

Tabela 51 - Pessoal ocupado na área de meio ambiente, por vínculo empregatício, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Pessoal ocupado na área de meio ambiente, por vínculo empregatício					
	Total (1)	Estatutários	CLT	Somente comissionados	Estagiários	Sem vínculo permanente
Brasil	61 295	27 902	4 912	12 957	2 618	12 878
Até 5 000	3 324	1 458	134	1 175	48	513
De 5 001 a 10 000	4 027	1 571	194	1 415	67	773
De 10 001 a 20 000	7 969	3 428	573	2 249	126	1 593
De 20 001 a 50 000	12 496	5 546	1 074	3 061	280	2 513
De 50 001 a 100 000	7 971	3 659	845	1 381	312	1 774
De 100 001 a 500 000	13 107	6 750	1 103	2 429	711	2 111
Mais de 500 000	12 401	5 490	989	1 247	1 074	3 601
Norte	6 443	2 799	100	1 455	267	1 800
Até 5 000	322	116	-	119	-	87
De 5 001 a 10 000	485	170	20	136	1	158
De 10 001 a 20 000	1 220	591	24	304	3	298
De 20 001 a 50 000	1 371	585	10	402	18	334
De 50 001 a 100 000	1 313	401	37	165	63	647
De 100 001 a 500 000	958	512	7	204	45	190
Mais de 500 000	774	424	2	125	137	86
Nordeste	13 042	4 870	371	4 207	237	3 354
Até 5 000	522	159	1	301	-	61
De 5 001 a 10 000	1 188	384	11	510	6	277
De 10 001 a 20 000	2 573	907	38	1 019	7	602
De 20 001 a 50 000	3 940	1 528	147	1 297	28	940
De 50 001 a 100 000	1 615	610	41	426	24	514
De 100 001 a 500 000	1 737	595	26	371	41	701
Mais de 500 000	1 467	687	107	283	131	259
Sudeste	24 681	11 620	3 668	4 343	1 341	3 709
Até 5 000	920	341	108	255	13	203
De 5 001 a 10 000	1 212	486	127	363	22	214
De 10 001 a 20 000	2 743	1 232	394	501	54	562
De 20 001 a 50 000	5 222	2 350	830	827	131	1 084
De 50 001 a 100 000	3 687	1 866	660	531	132	498
De 100 001 a 500 000	7 209	3 611	873	1 272	401	1 052
Mais de 500 000	3 688	1 734	676	594	588	96
Sul	13 415	6 475	604	1 929	655	3 756
Até 5 000	1 224	671	24	360	35	138
De 5 001 a 10 000	827	413	33	271	35	75
De 10 001 a 20 000	1 037	527	111	282	59	58
De 20 001 a 50 000	1 518	859	76	364	94	125
De 50 001 a 100 000	1 054	605	107	173	69	100
De 100 001 a 500 000	2 768	1 785	197	418	215	153
Mais de 500 000	4 987	1 615	56	61	148	3 107
Centro-Oeste	3 714	2 138	169	1 023	118	259
Até 5 000	336	171	1	140	-	24
De 5 001 a 10 000	315	118	3	135	3	49
De 10 001 a 20 000	396	171	6	143	3	73
De 20 001 a 50 000	445	224	11	171	9	30
De 50 001 a 100 000	302	177	-	86	24	15
De 100 001 a 500 000	435	247	-	164	9	15
Mais de 500 000	1 485	1 030	148	184	70	53

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013.

(1) Inclusive os servidores sem declaração de vínculo empregatício.

**Tabela 52 - Pessoal ocupado na área de meio ambiente,
por vínculo empregatício, segundo as Grandes Regiões e as
Unidades da Federação - 2013**

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Pessoal ocupado na área de meio ambiente, por vínculo empregatício					
	Total (1)	Estatutários	CLT	Somente comissionados	Estagiários	Sem vínculo permanente
Brasil	61 295	27 902	4 912	12 957	2 618	12 878
Norte	6 443	2 799	100	1 455	267	1 800
Rondônia	391	229	3	129	18	12
Acre	241	64	37	71	43	26
Amazonas	1 625	414	29	261	149	772
Roraima	200	109	-	71	-	20
Pará	2 528	1 227	31	564	51	633
Amapá	128	52	-	34	-	42
Tocantins	1 330	704	-	325	6	295
Nordeste	13 042	4 870	371	4 207	237	3 354
Maranhão	1 400	379	22	462	12	522
Piauí	616	58	100	323	4	131
Ceará	2 909	1 110	31	692	14	1 062
Rio Grande do Norte	1 213	578	3	465	82	85
Paraíba	1 075	530	1	312	28	204
Pernambuco	1 263	475	2	507	39	240
Alagoas	1 121	424	120	234	24	319
Sergipe	490	277	6	185	2	20
Bahia	2 955	1 039	86	1 027	32	771
Sudeste	24 681	11 620	3 668	4 343	1 341	3 709
Minas Gerais	7 952	4 003	333	1 393	235	1 988
Espírito Santo	1 353	744	71	313	86	139
Rio de Janeiro	3 723	1 796	250	906	81	690
São Paulo	11 653	5 077	3 014	1 731	939	892
Sul	13 415	6 475	604	1 929	655	3 756
Paraná	7 433	3 120	226	709	184	3 194
Santa Catarina	2 173	1 138	197	478	113	247
Rio Grande do Sul	3 809	2 217	181	742	358	315
Centro-Oeste	3 714	2 138	169	1 023	118	259
Mato Grosso do Sul	476	238	6	144	13	75
Mato Grosso	857	536	14	194	30	76
Goiás	2 166	1 204	149	634	71	108
Distrito Federal	215	160	-	51	4	

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013.

(1) Inclusive os servidores sem declaração de vínculo empregatício.

Tabela 53 - Municípios, total e com Conselho Municipal de Meio Ambiente, por algumas características do conselho, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios							
	Total	Com Conselho Municipal de Meio Ambiente						
		Total	Paritário	Algumas características do conselho				Realizou reunião nos últimos 12 meses
				Caráter do conselho				
			Consultivo	Delibe- rativo	Normativo	Fiscalizador		
Brasil	5 570	3 784	3 502	3 063	3 238	1 612	1828/	2 873
Até 5 000	1 247	727	676	552	612	277	342	517
De 5 001 a 10 000	1 227	727	684	573	599	318	380	522
De 10 001 a 20 000	1 378	894	816	711	756	383	460	639
De 20 001 a 50 000	1 080	838	775	707	721	365	393	665
De 50 001 a 100 000	339	312	291	271	289	135	146	264
De 100 001 a 500 000	260	248	225	219	225	117	98	230
Mais de 500 000	39	38	35	30	36	17	9	36
Norte	450	311	291	261	273	173	198	258
Até 5 000	80	43	40	37	38	22	29	31
De 5 001 a 10 000	81	45	42	32	38	29	36	36
De 10 001 a 20 000	110	77	72	63	65	42	53	66
De 20 001 a 50 000	111	83	77	74	74	41	43	68
De 50 001 a 100 000	42	39	37	32	36	22	24	34
De 100 001 a 500 000	24	22	21	21	20	15	13	21
Mais de 500 000	2	2	2	2	2	2	-	2
Nordeste	1 794	793	759	653	686	371	453	558
Até 5 000	234	29	28	19	25	17	19	17
De 5 001 a 10 000	360	92	92	73	74	44	58	58
De 10 001 a 20 000	577	258	243	205	216	113	151	163
De 20 001 a 50 000	443	261	248	224	231	130	149	197
De 50 001 a 100 000	119	97	93	83	89	38	50	73
De 100 001 a 500 000	50	45	44	40	41	25	23	40
Mais de 500 000	11	11	11	9	10	4	3	10
Sudeste	1 668	1 392	1 292	1 147	1 219	557	586	1 113
Até 5 000	374	273	257	219	240	107	122	208
De 5 001 a 10 000	397	310	291	250	265	133	148	228
De 10 001 a 20 000	359	296	270	237	263	114	130	230
De 20 001 a 50 000	290	272	252	227	230	106	104	226
De 50 001 a 100 000	107	106	102	95	101	44	40	92
De 100 001 a 500 000	124	119	106	107	105	47	38	113
Mais de 500 000	17	16	14	12	15	6	4	16
Sul	1 191	934	836	713	784	342	392	717
Até 5 000	420	297	272	211	246	88	117	215
De 5 001 a 10 000	280	204	188	153	167	75	95	149
De 10 001 a 20 000	228	179	158	142	151	75	83	132
De 20 001 a 50 000	159	150	131	119	124	54	55	122
De 50 001 a 100 000	52	52	43	45	47	23	24	51
De 100 001 a 500 000	48	48	41	39	45	24	17	44
Mais de 500 000	4	4	3	4	4	3	1	4
Centro-Oeste	467	354	324	289	276	169	199	227
Até 5 000	139	85	79	66	63	43	55	46
De 5 001 a 10 000	109	76	71	65	55	37	43	51
De 10 001 a 20 000	104	84	73	64	61	39	43	48
De 20 001 a 50 000	77	72	67	63	62	34	42	52
De 50 001 a 100 000	19	18	16	16	16	8	8	14
De 100 001 a 500 000	14	14	13	12	14	6	7	12
Mais de 500 000	5	5	5	3	5	2	1	4

Tabela 54 - Municípios, total e com Conselho Municipal de Meio Ambiente, por algumas características do conselho, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios							
	Total	Com Conselho Municipal de Meio Ambiente						
		Total	Paritário	Algumas características do conselho				Realizou reunião nos últimos 12 meses
				Caráter do conselho				
			Consultivo	Deliberativo	Normativo	Fiscalizador		
Brasil	5 570	3 784	3 502	3 063	3 238	1 612	1828/	2 873
Norte	450	311	291	261	273	173	198	258
Rondônia	52	31	27	24	26	13	17	26
Acre	22	13	12	13	11	9	11	10
Amazonas	62	42	40	34	36	23	19	34
Roraima	15	12	11	8	11	7	9	11
Pará	144	116	108	97	104	59	66	98
Amapá	16	13	13	13	12	12	12	12
Tocantins	139	84	80	72	73	50	64	67
Nordeste	1 794	793	759	653	686	371	453	558
Maranhão	217	77	75	57	59	36	47	60
Piauí	224	38	37	27	30	18	31	25
Ceará	184	153	149	142	134	61	67	112
Rio Grande do Norte	167	73	70	51	63	31	41	37
Paraíba	223	40	38	32	33	23	28	22
Pernambuco	185	73	69	60	63	24	40	47
Alagoas	102	24	23	19	21	8	8	11
Sergipe	75	24	24	18	20	11	12	12
Bahia	417	291	274	247	263	159	179	232
Sudeste	1 668	1 392	1 292	1 147	1 219	557	586	1 113
Minas Gerais	853	657	615	533	583	304	314	521
Espírito Santo	78	55	53	40	47	26	20	37
Rio de Janeiro	92	91	82	74	79	38	36	86
São Paulo	645	589	542	500	510	189	216	469
Sul	1 191	934	836	713	784	342	392	717
Paraná	399	242	216	192	193	86	111	178
Santa Catarina	295	209	190	168	157	89	71	138
Rio Grande do Sul	497	483	430	353	434	167	210	401
Centro-Oeste	467	354	324	289	276	169	199	227
Mato Grosso do Sul	79	67	59	56	48	31	30	48
Mato Grosso	141	100	91	73	74	37	47	59
Goiás	246	186	173	159	153	101	122	119
Distrito Federal	1	1	1	1	1	-	-	1

Tabela 55 - Municípios, total e com Fundo Municipal de Meio Ambiente, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios		Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios	
	Total	Fundo Municipal de Meio Ambiente		Total	Fundo Municipal de Meio Ambiente
Brasil	5 570	2 386	Sudeste	1 668	711
Até 5 000	1 247	408	Até 5 000	374	86
De 5 001 a 10 000	1 227	381	De 5 001 a 10 000	397	126
De 10 001 a 20 000	1 378	505	De 10 001 a 20 000	359	128
De 20 001 a 50 000	1 080	580	De 20 001 a 50 000	290	167
De 50 001 a 100 000	339	250	De 50 001 a 100 000	107	84
De 100 001 a 500 000	260	224	De 100 001 a 500 000	124	104
Mais de 500 000	39	38	Mais de 500 000	17	16
Norte	450	239	Sul	1 191	709
Até 5 000	80	25	Até 5 000	420	222
De 5 001 a 10 000	81	26	De 5 001 a 10 000	280	143
De 10 001 a 20 000	110	61	De 10 001 a 20 000	228	127
De 20 001 a 50 000	111	69	De 20 001 a 50 000	159	119
De 50 001 a 100 000	42	34	De 50 001 a 100 000	52	48
De 100 001 a 500 000	24	22	De 100 001 a 500 000	48	46
Mais de 500 000	2	2	Mais de 500 000	4	4
Nordeste	1 794	452	Centro-Oeste	467	275
Até 5 000	234	12	Até 5 000	139	63
De 5 001 a 10 000	360	33	De 5 001 a 10 000	109	53
De 10 001 a 20 000	577	127	De 10 001 a 20 000	104	62
De 20 001 a 50 000	443	164	De 20 001 a 50 000	77	61
De 50 001 a 100 000	119	66	De 50 001 a 100 000	19	18
De 100 001 a 500 000	50	39	De 100 001 a 500 000	14	13
Mais de 500 000	11	11	Mais de 500 000	5	5

Tabela 56 - Municípios, total e com Fundo Municipal de Meio Ambiente, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios		Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios	
	Total	Fundo Municipal de Meio Ambiente		Total	Fundo Municipal de Meio Ambiente
Brasil	5 570	2 386	Nordeste	1 794	452
Norte	450	239	Sergipe	75	14
Rondônia	52	28	Bahia	417	217
Acre	22	8	Sudeste	1 668	711
Amazonas	62	32	Minas Gerais	853	252
Roraima	15	11	Espírito Santo	78	41
Pará	144	106	Rio de Janeiro	92	88
Amapá	16	8	São Paulo	645	330
Tocantins	139	46	Sul	1 191	709
Nordeste	1 794	452	Paraná	399	175
Maranhão	217	48	Santa Catarina	295	61
Piauí	224	19	Rio Grande do Sul	497	473
Ceará	184	68	Centro-Oeste	467	275
Rio Grande do Norte	167	28	Mato Grosso do Sul	79	47
Paraíba	223	10	Mato Grosso	141	75
Pernambuco	185	34	Goiás	246	152
Alagoas	102	14	Distrito Federal	1	1

**Tabela 57 - Municípios, total e com Agenda 21,
segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da
população dos municípios - 2013**

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios										
	Total	Agenda 21									Não possui Fórum
		Iniciada	Não iniciou o processo de elabo- ração da Agenda 21	Desco- nhece o que seja Agenda 21	Estágio atual da Agenda 21 Local				Fórum da Agenda 21 Local		
					Sensibili- zação/mo- bilização	Definição de diag- nóstico e meto- dologia	Elabo- ração do Plano de Desenvol- vimento Susten- tável	Imple- mentação de ações da Agenda 21 em políticas públicas	Realizou reunião nos últimos 12 meses	Não se reuniu	
Brasil	5 570	1 197	3 930	440	602	122	185	287	282	487	426
Até 5 000	1 247	137	982	126	73	14	19	31	24	54	59
De 5 001 a 10 000	1 227	198	914	115	98	13	37	50	41	74	83
De 10 001 a 20 000	1 378	263	999	116	131	29	41	62	50	122	91
De 20 001 a 50 000	1 080	310	699	71	171	27	55	57	70	128	111
De 50 001 a 100 000	339	127	202	10	61	15	19	32	38	50	39
De 100 001 a 500 000	260	139	119	2	56	23	11	49	51	52	35
Mais de 500 000	39	23	15	-	12	1	3	6	8	7	8
Norte	450	167	257	26	88	19	22	38	36	77	54
Até 5 000	80	36	41	3	23	3	5	5	6	15	15
De 5 001 a 10 000	81	29	45	7	13	1	5	10	8	13	8
De 10 001 a 20 000	110	34	68	8	16	8	1	9	7	16	11
De 20 001 a 50 000	111	35	68	8	17	4	10	4	4	19	12
De 50 001 a 100 000	42	19	23	-	9	2	-	8	6	9	4
De 100 001 a 500 000	24	12	12	-	8	1	1	2	4	4	4
Mais de 500 000	2	2	-	-	2	-	-	-	1	1	-
Nordeste	1 794	464	1 209	120	245	38	87	94	102	205	156
Até 5 000	234	36	175	22	15	2	7	12	5	17	14
De 5 001 a 10 000	360	75	267	18	40	8	15	12	12	33	30
De 10 001 a 20 000	577	128	399	50	65	9	25	29	30	55	43
De 20 001 a 50 000	443	146	272	25	89	11	26	20	33	66	46
De 50 001 a 100 000	119	47	68	4	25	3	11	8	12	21	14
De 100 001 a 500 000	50	29	20	1	10	5	2	12	9	12	8
Mais de 500 000	11	3	8	-	1	-	1	1	1	1	1
Sudeste	1 668	329	1 213	125	152	40	37	100	86	105	137
Até 5 000	374	28	308	38	13	3	3	9	5	7	16
De 5 001 a 10 000	397	55	299	43	25	4	8	18	8	16	31
De 10 001 a 20 000	359	57	282	20	26	10	9	12	8	24	25
De 20 001 a 50 000	290	74	197	19	39	6	8	21	24	19	31
De 50 001 a 100 000	107	37	66	4	17	5	4	11	10	14	13
De 100 001 a 500 000	124	68	55	1	26	11	5	26	27	22	18
Mais de 500 000	17	10	6	-	6	1	-	3	4	3	3
Sul	1 191	153	930	107	78	18	23	34	40	63	50
Até 5 000	420	24	353	42	17	2	3	2	7	8	9
De 5 001 a 10 000	280	26	225	29	14	-	6	6	6	11	9
De 10 001 a 20 000	228	27	180	21	17	2	1	7	5	16	6
De 20 001 a 50 000	159	37	109	13	20	3	7	7	4	17	16
De 50 001 a 100 000	52	13	37	2	2	5	2	4	8	2	3
De 100 001 a 500 000	48	23	25	-	7	6	3	7	10	9	4
Mais de 500 000	4	3	1	-	1	-	1	1	-	-	3
Centro-Oeste	467	84	321	62	39	7	16	21	18	37	29
Até 5 000	139	13	105	21	5	4	1	3	1	7	5
De 5 001 a 10 000	109	13	78	18	6	-	3	4	7	1	5
De 10 001 a 20 000	104	17	70	17	7	-	5	5	-	11	6
De 20 001 a 50 000	77	18	53	6	6	3	4	5	5	7	6
De 50 001 a 100 000	19	11	8	-	8	-	2	1	2	4	5
De 100 001 a 500 000	14	7	7	-	5	-	-	2	1	5	1
Mais de 500 000	5	5	-	-	2	-	1	1	2	2	1

**Tabela 58 - Municípios, total e com Agenda 21,
segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013**

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios										
	Total	Agenda 21									Fórum da Agenda 21 Local
		Iniciada	Não iniciou o processo de elaboração da Agenda 21	Desconhece o que seja Agenda 21	Estágio atual da Agenda 21 Local				Realizou reunião nos últimos 12 meses	Não se reuniu	
Sensibilização/mobilização	Definição de diagnóstico e metodologia				Elaboração do Plano de Desenvolvimento Sustentável	Implementação de ações da Agenda 21 em políticas públicas					
Brasil	5 570	1 197	3 930	440	602	122	185	287	282	487	426
Norte	450	167	257	26	88	19	22	38	36	77	54
Rondônia	52	14	34	4	6	4	3	1	3	7	4
Acre	22	5	11	6	-	-	-	5	1	4	-
Amazonas	62	14	44	4	7	2	2	3	4	7	3
Roraima	15	4	8	3	1	-	-	3	1	1	2
Pará	144	51	86	7	26	6	9	10	9	26	16
Amapá	16	8	8	-	7	1	-	-	-	3	5
Tocantins	139	71	66	2	41	6	8	16	18	29	24
Nordeste	1 794	464	1 209	120	245	38	87	94	102	205	156
Maranhão	217	38	163	15	18	7	8	5	8	15	14
Piauí	224	40	164	20	18	2	8	12	9	19	12
Ceará	184	76	97	11	47	6	9	14	24	36	16
Rio Grande do Norte	167	43	117	7	21	2	8	12	7	21	15
Paraíba	223	53	164	6	28	3	12	10	7	19	27
Pernambuco	185	49	118	18	23	5	10	11	14	19	16
Alagoas	102	30	61	11	15	4	6	5	5	11	14
Sergipe	75	21	48	6	12	1	6	2	3	10	8
Bahia	417	114	277	26	63	8	20	23	25	55	34
Sudeste	1 668	329	1 213	125	152	40	37	100	86	105	137
Minas Gerais	853	104	658	91	50	12	13	29	22	31	51
Espírito Santo	78	18	51	9	5	2	3	8	4	9	5
Rio de Janeiro	92	61	29	1	26	7	8	20	32	19	9
São Paulo	645	146	475	24	71	19	13	43	28	46	72
Sul	1 191	153	930	107	78	18	23	34	40	63	50
Paraná	399	70	301	28	40	6	9	15	15	27	28
Santa Catarina	295	38	223	34	17	3	6	12	7	18	13
Rio Grande do Sul	497	45	406	45	21	9	8	7	18	18	9
Centro-Oeste	467	84	321	62	39	7	16	21	18	37	29
Mato Grosso do Sul	79	13	53	13	5	1	3	4	2	6	5
Mato Grosso	141	32	91	18	10	1	7	14	7	18	7
Goiás	246	38	177	31	24	5	5	3	8	13	17
Distrito Federal	1	1	-	-	-	-	1	-	1	-	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013.

Tabela 59 - Municípios, total e com legislação específica para tratar da questão ambiental, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios						
	Total	Com legislação específica para tratar da questão ambiental					
		Total	Legislação ambiental organizada sob forma de				
			Capítulo ou artigo na Lei Orgânica	Código ambiental	Lei de criação de Unidades de Conservação	Capítulo ou artigo no Plano Diretor	Diversas leis
Brasil	5 570	3 649	1 112	749	85	379	1 322
Até 5 000	1 247	702	224	100	23	58	297
De 5 001 a 10 000	1 227	679	243	103	22	64	247
De 10 001 a 20 000	1 378	836	314	183	25	67	246
De 20 001 a 50 000	1 080	837	237	199	12	120	269
De 50 001 a 100 000	339	306	54	86	1	44	120
De 100 001 a 500 000	260	251	32	70	1	23	125
Mais de 500 000	39	38	8	8	1	3	18
Norte	450	350	100	112	5	20	113
Até 5 000	80	56	15	16	3	1	21
De 5 001 a 10 000	81	55	23	11	-	3	18
De 10 001 a 20 000	110	85	29	35	1	1	19
De 20 001 a 50 000	111	88	26	28	-	7	27
De 50 001 a 100 000	42	40	4	11	1	5	19
De 100 001 a 500 000	24	24	3	10	-	3	8
Mais de 500 000	2	2	-	1	-	-	1
Nordeste	1 794	871	385	241	19	91	134
Até 5 000	234	59	42	6	4	3	4
De 5 001 a 10 000	360	103	61	22	3	5	12
De 10 001 a 20 000	577	264	136	71	5	11	41
De 20 001 a 50 000	443	288	108	81	6	49	44
De 50 001 a 100 000	119	101	31	39	-	19	11
De 100 001 a 500 000	50	45	4	18	-	3	20
Mais de 500 000	11	11	3	4	1	1	2
Sudeste	1 668	1 223	370	152	39	68	594
Até 5 000	374	221	81	9	10	7	114
De 5 001 a 10 000	397	265	106	26	12	7	114
De 10 001 a 20 000	359	244	80	36	14	8	106
De 20 001 a 50 000	290	257	68	39	3	26	121
De 50 001 a 100 000	107	99	14	16	-	10	59
De 100 001 a 500 000	124	121	18	24	-	10	69
Mais de 500 000	17	16	3	2	-	-	11
Sul	1 191	896	154	136	14	177	415
Até 5 000	420	296	56	45	5	43	147
De 5 001 a 10 000	280	192	27	24	4	46	91
De 10 001 a 20 000	228	169	37	21	3	45	63
De 20 001 a 50 000	159	140	25	27	1	30	57
De 50 001 a 100 000	52	48	4	8	-	6	30
De 100 001 a 500 000	48	47	4	10	1	7	25
Mais de 500 000	4	4	1	1	-	-	2
Centro-Oeste	467	309	103	108	8	23	66
Até 5 000	139	70	30	24	1	4	11
De 5 001 a 10 000	109	64	26	20	3	3	12
De 10 001 a 20 000	104	74	32	20	2	2	17
De 20 001 a 50 000	77	64	10	24	2	8	20
De 50 001 a 100 000	19	18	1	12	-	4	1
De 100 001 a 500 000	14	14	3	8	-	-	3
Mais de 500 000	5	5	1	-	-	2	2

Tabela 60 - Municípios, total e com legislação específica para tratar da questão ambiental, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios						
	Total	Com legislação específica para tratar da questão ambiental					
		Total	Legislação ambiental organizada sob forma de				
			Capítulo ou artigo na Lei Orgânica	Código ambiental	Lei de criação de Unidades de Conservação	Capítulo ou artigo no Plano Diretor	Diversas leis
Brasil	5 570	3 649	1 112	749	85	379	1 322
Norte	450	350	100	112	5	20	113
Rondônia	52	34	13	15	-	1	5
Acre	22	18	4	5	-	-	9
Amazonas	62	45	12	28	-	-	5
Roraima	15	13	2	4	-	1	6
Pará	144	126	27	31	1	14	53
Amapá	16	16	8	7	-	-	1
Tocantins	139	98	34	22	4	4	34
Nordeste	1 794	871	385	241	19	91	134
Maranhão	217	91	33	25	6	13	14
Piauí	224	63	46	8	1	4	4
Ceará	184	151	91	8	1	21	30
Rio Grande do Norte	167	55	28	11	2	7	7
Paraíba	223	72	47	10	1	5	9
Pernambuco	185	83	39	8	1	18	17
Alagoas	102	41	13	15	2	4	7
Sergipe	75	29	9	11	-	4	5
Bahia	417	286	79	145	5	15	41
Sudeste	1 668	1 223	370	152	39	68	594
Minas Gerais	853	524	244	45	34	33	168
Espírito Santo	78	65	10	36	-	4	15
Rio de Janeiro	92	82	14	40	1	4	23
São Paulo	645	552	102	31	4	27	388
Sul	1 191	896	154	136	14	177	415
Paraná	399	262	57	20	4	108	73
Santa Catarina	295	162	53	13	4	53	39
Rio Grande do Sul	497	472	44	103	6	16	303
Centro-Oeste	467	309	103	108	8	23	66
Mato Grosso do Sul	79	58	15	3	6	2	32
Mato Grosso	141	86	26	46	1	3	9
Goiás	246	164	62	59	1	18	24
Distrito Federal	1	1	-	-	-	-	1

Tabela 61 - Municípios, total e que fazem parte de Comitê de Bacia Hidrográfica, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios		Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios	
	Total	Fazem parte de Comitê de Bacia Hidrográfica		Total	Fazem parte de Comitê de Bacia Hidrográfica
Brasil	5 570	4 074	Sudeste	1 668	1 555
Até 5 000	1 247	826	Até 5 000	374	325
De 5 001 a 10 000	1 227	859	De 5 001 a 10 000	397	365
De 10 001 a 20 000	1 378	1 006	De 10 001 a 20 000	359	336
De 20 001 a 50 000	1 080	826	De 20 001 a 50 000	290	284
De 50 001 a 100 000	339	291	De 50 001 a 100 000	107	106
De 100 001 a 500 000	260	230	De 100 001 a 500 000	124	123
Mais de 500 000	39	36	Mais de 500 000	17	16
Norte	450	157	Sul	1 191	918
Até 5 000	80	45	Até 5 000	420	277
De 5 001 a 10 000	81	27	De 5 001 a 10 000	280	212
De 10 001 a 20 000	110	39	De 10 001 a 20 000	228	193
De 20 001 a 50 000	111	18	De 20 001 a 50 000	159	136
De 50 001 a 100 000	42	16	De 50 001 a 100 000	52	49
De 100 001 a 500 000	24	10	De 100 001 a 500 000	48	47
Mais de 500 000	2	2	Mais de 500 000	4	4
Nordeste	1 794	1 170	Centro-Oeste	467	274
Até 5 000	234	111	Até 5 000	139	68
De 5 001 a 10 000	360	189	De 5 001 a 10 000	109	66
De 10 001 a 20 000	577	377	De 10 001 a 20 000	104	61
De 20 001 a 50 000	443	339	De 20 001 a 50 000	77	49
De 50 001 a 100 000	119	105	De 50 001 a 100 000	19	15
De 100 001 a 500 000	50	40	De 100 001 a 500 000	14	10
Mais de 500 000	11	9	Mais de 500 000	5	5

Tabela 62 - Municípios, total e que fazem parte de Comitê de Bacia Hidrográfica, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios		Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios	
	Total	Fazem parte de Comitê de Bacia Hidrográfica		Total	Fazem parte de Comitê de Bacia Hidrográfica
Brasil	5 570	4 074	Nordeste	1 794	1 170
Norte	450	157	Sergipe	75	59
Rondônia	52	17	Bahia	417	348
Acre	22	6	Sudeste	1 668	1 555
Amazonas	62	14	Minas Gerais	853	746
Roraima	15	3	Espírito Santo	78	75
Pará	144	32	Rio de Janeiro	92	90
Amapá	16	-	São Paulo	645	644
Tocantins	139	85	Sul	1 191	918
Nordeste	1 794	1 170	Paraná	399	294
Maranhão	217	59	Santa Catarina	295	250
Piauí	224	95	Rio Grande do Sul	497	374
Ceará	184	174	Centro-Oeste	467	274
Rio Grande do Norte	167	76	Mato Grosso do Sul	79	68
Paraíba	223	137	Mato Grosso	141	50
Pernambuco	185	143	Goiás	246	155
Alagoas	102	79	Distrito Federal	1	1

Tabela 63 - Municípios, total e com programas implantados em parceria com o Governo Federal, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios							
	Total	Com programas implantados em parceria com o Governo Federal						
		Total	Programa implantado					
			Coletivo Educador	Sala Verde	Circuito Tela Verde	Conferência Infantil pelo Meio Ambiente	Educação Ambiental no Plano de Gestão de Resíduos Sólidos	Sustentabilidade ambiental das instituições públicas, como a Agenda Ambiental na Administração-A3P
Brasil	5 570	1 902	244	362	95	504	1 419	292
Até 5 000	1 247	302	28	24	2	61	250	22
De 5 001 a 10 000	1 227	329	39	42	6	77	244	37
De 10 001 a 20 000	1 378	447	48	51	12	103	364	60
De 20 001 a 50 000	1 080	437	67	93	25	129	319	80
De 50 001 a 100 000	339	198	24	57	16	68	130	29
De 100 001 a 500 000	260	159	32	80	24	55	91	44
Mais de 500 000	39	30	6	15	10	11	21	20
Norte	450	199	24	31	5	63	162	33
Até 5 000	80	23	5	1	-	6	18	1
De 5 001 a 10 000	81	28	3	-	-	9	20	2
De 10 001 a 20 000	110	55	8	7	1	20	48	10
De 20 001 a 50 000	111	51	4	11	1	15	43	10
De 50 001 a 100 000	42	29	2	8	2	7	23	4
De 100 001 a 500 000	24	11	1	4	1	6	8	5
Mais de 500 000	2	2	1	-	-	-	2	1
Nordeste	1 794	562	62	84	33	225	393	95
Até 5 000	234	44	3	1	-	13	36	3
De 5 001 a 10 000	360	73	3	6	1	30	43	10
De 10 001 a 20 000	577	156	16	12	5	52	120	25
De 20 001 a 50 000	443	177	22	30	12	75	129	30
De 50 001 a 100 000	119	72	10	14	4	38	44	13
De 100 001 a 500 000	50	33	7	17	8	13	15	9
Mais de 500 000	11	7	1	4	3	4	6	5
Sudeste	1 668	547	60	136	35	107	386	118
Até 5 000	374	96	8	9	1	14	78	11
De 5 001 a 10 000	397	93	9	14	3	16	69	15
De 10 001 a 20 000	359	111	10	19	3	22	88	21
De 20 001 a 50 000	290	107	15	27	7	16	72	27
De 50 001 a 100 000	107	50	6	22	8	8	28	9
De 100 001 a 500 000	124	75	9	35	7	26	44	25
Mais de 500 000	17	15	3	10	6	5	7	10
Sul	1 191	423	74	80	16	65	339	30
Até 5 000	420	104	10	9	1	16	88	7
De 5 001 a 10 000	280	102	20	18	1	13	82	5
De 10 001 a 20 000	228	85	10	7	3	7	74	2
De 20 001 a 50 000	159	68	19	18	4	12	51	8
De 50 001 a 100 000	52	31	4	10	2	9	23	3
De 100 001 a 500 000	48	31	11	18	5	7	19	4
Mais de 500 000	4	2	-	-	-	1	2	1
Centro-Oeste	467	171	24	31	6	44	139	16
Até 5 000	139	35	2	4	-	12	30	-
De 5 001 a 10 000	109	33	4	4	1	9	30	5
De 10 001 a 20 000	104	40	4	6	-	2	34	2
De 20 001 a 50 000	77	34	7	7	1	11	24	5
De 50 001 a 100 000	19	16	2	3	-	6	12	1
De 100 001 a 500 000	14	9	4	6	3	3	5	3
Mais de 500 000	5	4	1	1	1	1	4	-

Tabela 64 - Municípios, total e com programas implantados em parceria com o Governo Federal, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios							
	Total	Com programas implantados em parceria com o Governo Federal						
		Total	Programa implantado					
			Coletivo Educador	Sala Verde	Círculo Tela Verde	Conferência Infanto-juvenil pelo Meio Ambiente	Educação Ambiental no Plano de Gestão de Resíduos Sólidos	Sustentabilidade ambiental das instituições públicas, como a Agenda Ambiental na Administração-A3P
Brasil	5 570	1 902	244	362	95	504	1 419	292
Norte	450	199	24	31	5	63	162	33
Rondônia	52	16	2	1	-	8	15	3
Acre	22	11	2	1	-	4	6	3
Amazonas	62	42	4	2	1	7	39	10
Roraima	15	9	2	2	1	3	9	4
Pará	144	69	5	22	2	21	56	8
Amapá	16	3	1	1	1	1	3	-
Tocantins	139	49	8	2	-	19	34	5
Nordeste	1 794	562	62	84	33	225	393	95
Maranhão	217	63	8	2	2	24	48	4
Piauí	224	42	4	7	3	16	29	3
Ceará	184	108	13	21	11	65	70	37
Rio Grande do Norte	167	34	4	3	2	11	22	7
Paraíba	223	46	2	5	2	13	33	5
Pernambuco	185	70	11	9	2	26	51	11
Alagoas	102	37	5	5	2	18	26	3
Sergipe	75	37	4	4	2	6	34	5
Bahia	417	125	11	28	7	46	80	20
Sudeste	1 668	547	60	136	35	107	386	118
Minas Gerais	853	194	20	48	15	36	144	18
Espírito Santo	78	37	3	4	-	10	23	6
Rio de Janeiro	92	43	7	12	3	10	25	14
São Paulo	645	273	30	72	17	51	194	80
Sul	1 191	423	74	80	16	65	339	30
Paraná	399	169	39	36	5	22	140	17
Santa Catarina	295	88	8	6	4	18	74	4
Rio Grande do Sul	497	166	27	38	7	25	125	9
Centro-Oeste	467	171	24	31	6	44	139	16
Mato Grosso do Sul	79	32	6	11	1	7	22	1
Mato Grosso	141	40	6	9	2	7	26	3
Goiás	246	98	12	11	3	30	90	11
Distrito Federal	1	1	-	-	-	-	1	1

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013.

Tabela 65 - Municípios, total e com Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental - CIEA de âmbito estadual ou similar, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios							
	Total	Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental					Reunião da comissão	
		Participa da comissão	Não participa	Desconhece o que seja a Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental	Participou	Não participou	Não houve reunião	
Brasil	5 570	460	4 477	631	356	70	34	
Até 5 000	1 247	61	1 037	148	49	8	4	
De 5 001 a 10 000	1 227	60	1 031	136	42	13	5	
De 10 001 a 20 000	1 378	99	1 131	148	72	18	9	
De 20 001 a 50 000	1 080	127	828	125	103	18	6	
De 50 001 a 100 000	339	51	254	34	41	10	-	
De 100 001 a 500 000	260	48	175	37	37	3	8	
Mais de 500 000	39	14	21	3	12	-	2	
Norte	450	88	322	40	75	3	3	
Até 5 000	80	16	60	4	15	-	-	
De 5 001 a 10 000	81	9	65	7	9	-	-	
De 10 001 a 20 000	110	19	84	7	16	1	1	
De 20 001 a 50 000	111	26	71	14	21	1	1	
De 50 001 a 100 000	42	10	28	4	7	-	-	
De 100 001 a 500 000	24	6	14	4	5	1	1	
Mais de 500 000	2	2	-	-	2	-	-	
Nordeste	1 794	160	1 485	148	125	13	13	
Até 5 000	234	6	210	17	5	1	1	
De 5 001 a 10 000	360	12	323	25	6	2	2	
De 10 001 a 20 000	577	41	478	58	33	4	4	
De 20 001 a 50 000	443	62	349	32	50	2	2	
De 50 001 a 100 000	119	19	91	9	15	-	-	
De 100 001 a 500 000	50	17	28	5	13	4	4	
Mais de 500 000	11	3	6	2	3	-	-	
Sudeste	1 668	122	1 337	208	92	7	7	
Até 5 000	374	22	306	46	14	2	2	
De 5 001 a 10 000	397	20	323	54	16	-	-	
De 10 001 a 20 000	359	22	299	38	15	1	1	
De 20 001 a 50 000	290	20	233	37	18	1	1	
De 50 001 a 100 000	107	13	80	14	10	-	-	
De 100 001 a 500 000	124	19	87	18	13	3	3	
Mais de 500 000	17	6	9	1	6	-	-	
Sul	1 191	59	939	193	41	6	6	
Até 5 000	420	11	339	70	10	-	-	
De 5 001 a 10 000	280	13	227	40	8	2	2	
De 10 001 a 20 000	228	13	181	34	5	2	2	
De 20 001 a 50 000	159	12	112	35	9	1	1	
De 50 001 a 100 000	52	5	43	4	5	-	-	
De 100 001 a 500 000	48	4	34	10	4	-	-	
Mais de 500 000	4	1	3	-	-	1	1	
Centro-Oeste	467	31	394	42	23	5	5	
Até 5 000	139	6	122	11	5	1	1	
De 5 001 a 10 000	109	6	93	10	3	1	1	
De 10 001 a 20 000	104	4	89	11	3	1	1	
De 20 001 a 50 000	77	7	63	7	5	1	1	
De 50 001 a 100 000	19	4	12	3	4	-	-	
De 100 001 a 500 000	14	2	12	-	2	-	-	
Mais de 500 000	5	2	3	-	1	1	1	

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013.

Tabela 66 - Municípios, total e com Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental - CIEA de âmbito estadual ou similar, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios							
	Total	Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental					Reunião da comissão	
		Participa da comissão	Não participa	Desconhece o que seja a Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental	Participou	Não participou	Não houve reunião	
Brasil	5 570	460	4 477	631	356	70	34	
Norte	450	88	322	40	75	3	3	
Rondônia	52	8	39	5	7	-	-	
Acre	22	3	14	5	2	1	1	
Amazonas	62	21	35	6	18	-	-	
Roraima	15	5	9	1	4	1	1	
Pará	144	18	110	16	13	1	1	
Amapá	16	4	11	1	4	-	-	
Tocantins	139	29	104	6	27	-	-	
Nordeste	1 794	160	1 485	148	125	13	13	
Maranhão	217	17	182	17	10	3	3	
Piauí	224	9	196	19	7	1	1	
Ceará	184	26	145	13	22	1	1	
Rio Grande do Norte	167	11	141	15	8	2	2	
Paraíba	223	8	205	10	6	1	1	
Pernambuco	185	21	148	16	19	-	-	
Alagoas	102	12	81	9	10	1	1	
Sergipe	75	12	54	9	9	1	1	
Bahia	417	44	333	40	34	3	3	
Sudeste	1 668	122	1 337	208	92	7	7	
Minas Gerais	853	41	711	101	34	2	2	
Espírito Santo	78	8	64	6	7	-	-	
Rio de Janeiro	92	15	64	12	12	1	1	
São Paulo	645	58	498	89	39	4	4	
Sul	1 191	59	939	193	41	6	6	
Paraná	399	29	322	48	19	2	2	
Santa Catarina	295	23	213	59	17	4	4	
Rio Grande do Sul	497	7	404	86	5	-	-	
Centro-Oeste	467	31	394	42	23	5	5	
Mato Grosso do Sul	79	4	68	7	3	-	-	
Mato Grosso	141	9	120	12	6	3	3	
Goiás	246	18	205	23	14	2	2	
Distrito Federal	1	-	1	-	-	-	-	

Tabela 67 - Municípios, total e com Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, nos termos estabelecidos na Política Nacional de Resíduos Sólidos, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios		
	Total	Com Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos	
		Total	Com plano abrangendo apenas o município investigado
Brasil	5 570	1 865	1 436
Até 5 000	1 247	400	312
De 5 001 a 10 000	1 227	330	248
De 10 001 a 20 000	1 378	438	321
De 20 001 a 50 000	1 080	396	316
De 50 001 a 100 000	339	156	118
De 100 001 a 500 000	260	122	103
Mais de 500 000	39	23	18
Norte	450	151	135
Até 5 000	80	17	15
De 5 001 a 10 000	81	14	11
De 10 001 a 20 000	110	49	42
De 20 001 a 50 000	111	43	41
De 50 001 a 100 000	42	21	20
De 100 001 a 500 000	24	6	5
Mais de 500 000	2	1	1
Nordeste	1 794	428	253
Até 5 000	234	31	15
De 5 001 a 10 000	360	53	28
De 10 001 a 20 000	577	127	71
De 20 001 a 50 000	443	140	95
De 50 001 a 100 000	119	51	26
De 100 001 a 500 000	50	19	14
Mais de 500 000	11	7	4
Sudeste	1 668	481	398
Até 5 000	374	102	83
De 5 001 a 10 000	397	85	73
De 10 001 a 20 000	359	97	77
De 20 001 a 50 000	290	87	69
De 50 001 a 100 000	107	45	38
De 100 001 a 500 000	124	57	50
Mais de 500 000	17	8	8
Sul	1 191	640	536
Até 5 000	420	208	173
De 5 001 a 10 000	280	144	115
De 10 001 a 20 000	228	129	108
De 20 001 a 50 000	159	96	86
De 50 001 a 100 000	52	28	25
De 100 001 a 500 000	48	32	27
Mais de 500 000	4	3	2
Centro-Oeste	467	165	114
Até 5 000	139	42	26
De 5 001 a 10 000	109	34	21
De 10 001 a 20 000	104	36	23
De 20 001 a 50 000	77	30	25
De 50 001 a 100 000	19	11	9
De 100 001 a 500 000	14	8	7
Mais de 500 000	5	4	3

**Tabela 68 - Municípios, total e com Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos,
nos termos estabelecidos na Política Nacional de Resíduos Sólidos, segundo as Grandes Regiões e as
Unidades da Federação - 2013**

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios		
	Total	Com Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos	
		Total	Com plano abrangendo apenas o município investigado
Brasil	5 570	1 865	1 436
Norte	450	151	135
Rondônia	52	19	11
Acre	22	1	1
Amazonas	62	50	49
Roraima	15	5	5
Pará	144	38	35
Amapá	16	8	8
Tocantins	139	30	26
Nordeste	1 794	428	253
Maranhão	217	55	45
Piauí	224	15	12
Ceará	184	101	59
Rio Grande do Norte	167	22	7
Paraíba	223	37	23
Pernambuco	185	59	32
Alagoas	102	43	16
Sergipe	75	34	11
Bahia	417	62	48
Sudeste	1 668	481	398
Minas Gerais	853	165	127
Espírito Santo	78	16	7
Rio de Janeiro	92	39	27
São Paulo	645	261	237
Sul	1 191	640	536
Paraná	399	253	237
Santa Catarina	295	122	83
Rio Grande do Sul	497	265	216
Centro-Oeste	467	165	114
Mato Grosso do Sul	79	29	16
Mato Grosso	141	25	18
Goiás	246	110	79
Distrito Federal	1	1	1

Tabela 69 - Municípios, total e com iniciativa na área de consumo sustentável, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios						
	Total	Com iniciativa na área de consumo sustentável					
		Total	Iniciativa				
			Redução do uso de sacolas plásticas	Sustentabilidade ambiental das instituições públicas, como a Agenda Ambiental na Administração Pública - A3P	Redução do consumo de água ou energia	Uso de critério ambiental em compra ou concorrência pública	Outra(s) iniciativa(s)
Brasil	5 570	2 286	915	417	1 093	435	1 213
Até 5 000	1 247	401	161	37	188	67	202
De 5 001 a 10 000	1 227	390	156	60	189	65	208
De 10 001 a 20 000	1 378	571	224	98	260	109	304
De 20 001 a 50 000	1 080	510	206	99	239	92	276
De 50 001 a 100 000	339	203	82	45	116	46	103
De 100 001 a 500 000	260	181	74	60	83	45	102
Mais de 500 000	39	30	12	18	18	11	18
Norte	450	182	67	51	68	27	102
Até 5 000	80	27	13	6	10	4	12
De 5 001 a 10 000	81	20	9	5	7	1	14
De 10 001 a 20 000	110	50	17	12	20	9	30
De 20 001 a 50 000	111	45	12	17	15	5	21
De 50 001 a 100 000	42	21	7	3	8	1	12
De 100 001 a 500 000	24	17	7	7	6	6	11
Mais de 500 000	2	2	2	1	2	1	2
Nordeste	1 794	637	265	131	338	104	290
Até 5 000	234	52	19	4	33	7	15
De 5 001 a 10 000	360	74	34	8	34	12	31
De 10 001 a 20 000	577	200	83	37	99	32	87
De 20 001 a 50 000	443	195	81	42	106	29	104
De 50 001 a 100 000	119	67	32	22	43	16	25
De 100 001 a 500 000	50	41	14	14	20	7	23
Mais de 500 000	11	8	2	4	3	1	5
Sudeste	1 668	768	285	152	405	207	422
Até 5 000	374	133	43	14	68	37	77
De 5 001 a 10 000	397	147	51	26	84	33	79
De 10 001 a 20 000	359	163	67	33	88	48	88
De 20 001 a 50 000	290	152	56	26	73	41	84
De 50 001 a 100 000	107	68	24	13	40	18	38
De 100 001 a 500 000	124	93	39	31	44	25	50
Mais de 500 000	17	12	5	9	8	5	6
Sul	1 191	530	233	46	209	72	303
Até 5 000	420	150	70	10	58	16	81
De 5 001 a 10 000	280	114	44	10	51	12	67
De 10 001 a 20 000	228	124	54	9	41	16	75
De 20 001 a 50 000	159	83	38	7	30	12	48
De 50 001 a 100 000	52	34	14	4	18	7	19
De 100 001 a 500 000	48	22	12	5	10	6	12
Mais de 500 000	4	3	1	1	1	3	1
Centro-Oeste	467	169	65	37	73	25	96
Até 5 000	139	39	16	3	19	3	17
De 5 001 a 10 000	109	35	18	11	13	7	17
De 10 001 a 20 000	104	34	3	7	12	4	24
De 20 001 a 50 000	77	35	19	7	15	5	19
De 50 001 a 100 000	19	13	5	3	7	4	9
De 100 001 a 500 000	14	8	2	3	3	1	6
Mais de 500 000	5	5	2	3	4	1	4

Tabela 70 - Municípios, total e com iniciativa na área de consumo sustentável, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios							
	Total	Com iniciativa na área de consumo sustentável						
		Total	Iniciativa					Outra(s) iniciativa(s)
			Redução do uso de sacolas plásticas	Sustentabilidade ambiental das instituições públicas, como a Agenda Ambiental na Administração Pública - A3P	Redução do consumo de água ou energia	Uso de critério ambiental em compra ou concorrência pública		
Brasil	5 570	2 286	915	417	1 093	435	1 213	
Norte	450	182	67	51	68	27	102	
Rondônia	52	20	5	6	7	6	9	
Acre	22	9	3	3	6	1	5	
Amazonas	62	35	14	12	16	3	15	
Roraima	15	8	3	3	4	3	5	
Pará	144	52	16	12	13	6	37	
Amapá	16	6	3	2	2	1	3	
Tocantins	139	52	23	13	20	7	28	
Nordeste	1 794	637	265	131	338	104	290	
Maranhão	217	81	30	10	33	13	50	
Piauí	224	47	20	3	25	14	13	
Ceará	184	108	46	35	74	10	54	
Rio Grande do Norte	167	43	18	8	28	4	18	
Paraíba	223	54	21	7	31	4	21	
Pernambuco	185	82	33	25	39	16	29	
Alagoas	102	40	17	8	22	8	24	
Sergipe	75	34	10	8	13	6	16	
Bahia	417	148	70	27	73	29	65	
Sudeste	1 668	768	285	152	405	207	422	
Minas Gerais	853	264	95	29	134	40	153	
Espírito Santo	78	44	10	9	21	11	26	
Rio de Janeiro	92	53	13	19	19	6	29	
São Paulo	645	407	167	95	231	150	214	
Sul	1 191	530	233	46	209	72	303	
Paraná	399	200	89	25	75	27	126	
Santa Catarina	295	129	61	7	47	16	78	
Rio Grande do Sul	497	201	83	14	87	29	99	
Centro-Oeste	467	169	65	37	73	25	96	
Mato Grosso do Sul	79	30	11	6	17	2	16	
Mato Grosso	141	45	18	1	17	7	29	
Goiás	246	93	36	29	38	16	51	
Distrito Federal	1	1	-	1	1	-	-	

Tabela 71 - Municípios, total e com estrutura na área de formulação, coordenação e implementação de políticas para mulheres, por caracterização do órgão gestor, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios							
	Total	Com estrutura na área de formulação, coordenação e implementação de políticas para mulheres, por caracterização do órgão gestor						Não possui estrutura específica
		Total	Secretaria municipal exclusiva	Secretaria municipal em con- junto com outras po- líticas	Setor subor- dinado a outra secretaria	Setor subor- dinado direta- mente a chefia do executivo	Órgão da admi- nistração indireta	
Brasil	5 570	1 533	168	208	987	165	5	4 035
Até 5 000	1 247	161	9	17	120	15	-	1 085
De 5 001 a 10 000	1 227	238	18	29	169	21	1	989
De 10 001 a 20 000	1 378	340	33	50	221	35	1	1 038
De 20 001 a 50 000	1 080	392	40	61	244	46	1	688
De 50 001 a 100 000	339	177	17	23	106	30	1	162
De 100 001 a 500 000	260	187	39	20	113	14	1	73
Mais de 500 000	39	38	12	8	14	4	-	-
Norte	450	128	16	23	78	10	1	322
Até 5 000	80	13	-	3	9	1	-	67
De 5 001 a 10 000	81	21	2	2	16	1	-	60
De 10 001 a 20 000	110	25	4	2	15	4	-	85
De 20 001 a 50 000	111	35	5	8	21	1	-	76
De 50 001 a 100 000	42	15	3	2	9	-	1	27
De 100 001 a 500 000	24	17	2	5	8	2	-	7
Mais de 500 000	2	2	-	1	-	1	-	-
Nordeste	1 794	603	95	49	381	78	-	1 190
Até 5 000	234	34	3	2	26	3	-	199
De 5 001 a 10 000	360	91	13	3	65	10	-	269
De 10 001 a 20 000	577	166	22	21	102	21	-	411
De 20 001 a 50 000	443	192	27	14	125	26	-	251
De 50 001 a 100 000	119	70	11	7	39	13	-	49
De 100 001 a 500 000	50	39	15	1	20	3	-	11
Mais de 500 000	11	11	4	1	4	2	-	-
Sudeste	1 668	371	27	79	234	29	2	1 296
Até 5 000	374	33	-	3	25	5	-	341
De 5 001 a 10 000	397	56	1	15	32	7	1	341
De 10 001 a 20 000	359	58	3	12	41	2	-	301
De 20 001 a 50 000	290	73	4	23	42	4	-	217
De 50 001 a 100 000	107	49	1	10	33	5	-	58
De 100 001 a 500 000	124	86	14	11	55	5	1	38
Mais de 500 000	17	16	4	5	6	1	-	-
Sul	1 191	307	18	25	225	38	1	884
Até 5 000	420	66	5	6	49	6	-	354
De 5 001 a 10 000	280	55	-	3	50	2	-	225
De 10 001 a 20 000	228	62	1	5	50	5	1	166
De 20 001 a 50 000	159	58	3	7	38	10	-	101
De 50 001 a 100 000	52	30	2	1	16	11	-	22
De 100 001 a 500 000	48	32	5	3	20	4	-	16
Mais de 500 000	4	4	2	-	2	-	-	-
Centro-Oeste	467	124	12	32	69	10	1	343
Até 5 000	139	15	1	3	11	-	-	124
De 5 001 a 10 000	109	15	2	6	6	1	-	94
De 10 001 a 20 000	104	29	3	10	13	3	-	75
De 20 001 a 50 000	77	34	1	9	18	5	1	43
De 50 001 a 100 000	19	13	-	3	9	1	-	6
De 100 001 a 500 000	14	13	3	-	10	-	-	1
Mais de 500 000	5	5	2	1	2	-	-	-

Tabela 72 - Municípios, total e com estrutura na área de formulação, coordenação e implementação de políticas para mulheres, por caracterização do órgão gestor, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios							
	Total	Com estrutura na área de formulação, coordenação e implementação de políticas para mulheres, por caracterização do órgão gestor						Não possui estrutura específica
		Total	Secretaria municipal exclusiva	Secretaria municipal em conjunto com outras políticas	Setor subordinado a outra secretaria	Setor subordinado diretamente a chefia do executivo	Órgão da administração indireta	
Brasil	5 570	1 533	168	208	987	165	5	4 035
Norte	450	128	16	23	78	10	1	322
Rondônia	52	17	1	4	11	1	-	35
Acre	22	9	1	-	7	1	-	13
Amazonas	62	21	5	6	9	1	-	41
Roraima	15	4	1	2	1	-	-	11
Pará	144	36	5	7	21	2	1	108
Amapá	16	16	-	1	10	5	-	-
Tocantins	139	25	3	3	19	-	-	114
Nordeste	1 794	603	95	49	381	78	-	1 190
Maranhão	217	93	30	12	43	8	-	123
Piauí	224	55	3	-	50	2	-	169
Ceará	184	56	3	10	41	2	-	128
Rio Grande do Norte	167	30	5	1	23	1	-	137
Paraíba	223	32	12	4	11	5	-	191
Pernambuco	185	143	24	9	63	47	-	42
Alagoas	102	51	8	5	37	1	-	51
Sergipe	75	42	1	2	32	7	-	33
Bahia	417	101	9	6	81	5	-	316
Sudeste	1 668	371	27	79	234	29	2	1 296
Minas Gerais	853	162	4	46	99	12	1	691
Espírito Santo	78	27	1	10	16	-	-	51
Rio de Janeiro	92	52	7	17	24	4	-	39
São Paulo	645	130	15	6	95	13	1	515
Sul	1 191	307	18	25	225	38	1	884
Paraná	399	87	12	4	66	4	1	312
Santa Catarina	295	67	1	5	58	3	-	228
Rio Grande do Sul	497	153	5	16	101	31	-	344
Centro-Oeste	467	124	12	32	69	10	1	343
Mato Grosso do Sul	79	32	1	3	19	9	-	47
Mato Grosso	141	48	3	22	23	-	-	93
Goiás	246	43	7	7	27	1	1	203
Distrito Federal	1	1	1	-	-	-	-	-

Tabela 73 - Municípios, total e com estrutura na área de formulação, coordenação de políticas para as mulheres associado ou subordinado a outras políticas, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios							
	Total	Com estrutura na área de formulação, coordenação e implementação de políticas para as mulheres associado ou subordinado a outra políticas						
		Total	Política associada ou subordinada (1)					
			Assistência social	Direitos Humanos	Justiça	Segurança Pública	Saúde	Outras
Brasil	5 570	1 195	998	38	16	17	149	140
Até 5 000	1 247	137	113	1	-	-	42	11
De 5 001 a 10 000	1 227	198	180	3	3	1	18	13
De 10 001 a 20 000	1 378	271	231	3	1	-	25	24
De 20 001 a 50 000	1 080	305	261	7	5	6	40	35
De 50 001 a 100 000	339	129	108	4	4	4	10	24
De 100 001 a 500 000	260	133	92	16	3	6	14	28
Mais de 500 000	39	22	13	4	-	-	-	5
Norte	450	101	91	4	2	1	12	4
Até 5 000	80	12	10	-	-	-	3	1
De 5 001 a 10 000	81	18	17	-	-	-	1	-
De 10 001 a 20 000	110	17	16	-	-	-	1	-
De 20 001 a 50 000	111	29	27	1	-	-	3	1
De 50 001 a 100 000	42	11	10	1	1	1	3	-
De 100 001 a 500 000	24	13	10	1	1	-	1	2
Mais de 500 000	2	1	1	1	-	-	-	-
Nordeste	1 794	430	373	7	5	1	25	41
Até 5 000	234	28	26	-	-	-	1	1
De 5 001 a 10 000	360	68	62	-	1	-	3	5
De 10 001 a 20 000	577	123	105	1	-	-	6	12
De 20 001 a 50 000	443	139	126	2	2	1	9	13
De 50 001 a 100 000	119	46	35	-	1	-	3	9
De 100 001 a 500 000	50	21	15	3	1	-	3	1
Mais de 500 000	11	5	4	1	-	-	-	-
Sudeste	1 668	313	245	20	5	9	50	50
Até 5 000	374	28	23	-	-	-	11	1
De 5 001 a 10 000	397	47	43	3	1	1	6	1
De 10 001 a 20 000	359	53	47	1	1	-	8	5
De 20 001 a 50 000	290	65	49	3	2	2	16	8
De 50 001 a 100 000	107	43	37	3	1	3	4	10
De 100 001 a 500 000	124	66	42	9	-	3	5	20
Mais de 500 000	17	11	4	1	-	-	-	5
Sul	1 191	250	201	6	3	5	53	37
Até 5 000	420	55	44	-	-	-	26	6
De 5 001 a 10 000	280	53	47	-	1	-	8	6
De 10 001 a 20 000	228	55	43	1	-	-	7	6
De 20 001 a 50 000	159	45	37	1	1	2	8	10
De 50 001 a 100 000	52	17	14	-	-	-	-	5
De 100 001 a 500 000	48	23	15	3	1	3	4	4
Mais de 500 000	4	2	1	1	-	-	-	-
Centro-Oeste	467	101	88	1	1	1	9	8
Até 5 000	139	14	10	1	-	-	1	2
De 5 001 a 10 000	109	12	11	-	-	-	-	1
De 10 001 a 20 000	104	23	20	-	-	-	3	1
De 20 001 a 50 000	77	27	22	-	-	1	4	3
De 50 001 a 100 000	19	12	12	-	1	-	-	-
De 100 001 a 500 000	14	10	10	-	-	-	1	1
Mais de 500 000	5	3	3	-	-	-	-	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013.

(1) O órgão responsável pela formulação, coordenação e implementação de políticas para as mulheres pode ser associado ou subordinado a mais de uma política.

Tabela 74 - Municípios, total e com órgão responsável pela formulação, coordenação e implementação de políticas para as mulheres associado ou subordinado a outras políticas, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios							
	Total	Com estrutura na área de formulação, coordenação e implementação de políticas para as mulheres associado ou subordinado a outra políticas						
		Total	Política associada ou subordinada (1)					
			Assistência social	Direitos Humanos	Justiça	Segurança Pública	Saúde	Outras
Brasil	5 570	1 195	998	38	16	17	149	140
Norte	450	101	91	4	2	1	12	4
Rondônia	52	15	14	1	1	1	2	-
Acre	22	7	7	-	-	-	-	-
Amazonas	62	15	14	2	-	-	-	1
Roraima	15	3	2	1	-	-	1	-
Pará	144	28	25	-	-	-	5	1
Amapá	16	11	10	-	-	-	-	-
Tocantins	139	22	19	-	1	-	4	2
Nordeste	1 794	430	373	7	5	1	25	41
Maranhão	217	55	50	1	1	-	5	3
Piauí	224	50	48	1	-	-	3	-
Ceará	184	51	44	1	1	-	2	-
Rio Grande do Norte	167	24	20	-	-	-	2	1
Paraíba	223	15	14	-	-	-	2	2
Pernambuco	185	72	62	1	-	-	-	9
Alagoas	102	42	38	1	-	-	3	4
Sergipe	75	34	31	1	1	-	1	8
Bahia	417	87	66	1	2	1	7	14
Sudeste	1 668	313	245	20	5	9	50	50
Minas Gerais	853	145	121	8	3	3	22	14
Espírito Santo	78	26	23	3	1	3	2	2
Rio de Janeiro	92	41	25	6	-	-	6	5
São Paulo	645	101	76	3	1	3	20	29
Sul	1 191	250	201	6	3	5	53	37
Paraná	399	70	62	1	2	2	11	2
Santa Catarina	295	63	53	-	-	1	9	2
Rio Grande do Sul	497	117	86	5	1	2	33	33
Centro-Oeste	467	101	88	1	1	1	9	8
Mato Grosso do Sul	79	22	18	-	-	-	2	2
Mato Grosso	141	45	43	1	-	1	7	1
Goiás	246	34	27	-	1	-	-	5
Distrito Federal	1	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013.

(1) O órgão responsável pela formulação, coordenação e implementação de políticas para as mulheres pode ser associado ou subordinado a mais de uma política.

Tabela 75 - Municípios, total, com estrutura e com orçamento específico para formulação, coordenação e implementação de políticas para mulheres no município, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios		
	Total	Com órgão gestor de política para mulheres	Com orçamento específico
Brasil	5 570	1 533	229
Até 5 000	1 247	161	4
De 5 001 a 10 000	1 227	238	15
De 10 001 a 20 000	1 378	340	29
De 20 001 a 50 000	1 080	392	61
De 50 001 a 100 000	339	177	35
De 100 001 a 500 000	260	187	66
Mais de 500 000	39	38	19
Norte	450	128	24
Até 5 000	80	13	-
De 5 001 a 10 000	81	21	2
De 10 001 a 20 000	110	25	4
De 20 001 a 50 000	111	35	8
De 50 001 a 100 000	42	15	2
De 100 001 a 500 000	24	17	8
Mais de 500 000	2	2	-
Nordeste	1 794	603	84
Até 5 000	234	34	1
De 5 001 a 10 000	360	91	7
De 10 001 a 20 000	577	166	13
De 20 001 a 50 000	443	192	23
De 50 001 a 100 000	119	70	15
De 100 001 a 500 000	50	39	16
Mais de 500 000	11	11	9
Sudeste	1 668	371	62
Até 5 000	374	33	1
De 5 001 a 10 000	397	56	-
De 10 001 a 20 000	359	58	4
De 20 001 a 50 000	290	73	12
De 50 001 a 100 000	107	49	9
De 100 001 a 500 000	124	86	29
Mais de 500 000	17	16	7
Sul	1 191	307	45
Até 5 000	420	66	2
De 5 001 a 10 000	280	55	4
De 10 001 a 20 000	228	62	6
De 20 001 a 50 000	159	58	13
De 50 001 a 100 000	52	30	7
De 100 001 a 500 000	48	32	12
Mais de 500 000	4	4	1
Centro-Oeste	467	124	14
Até 5 000	139	15	-
De 5 001 a 10 000	109	15	2
De 10 001 a 20 000	104	29	2
De 20 001 a 50 000	77	34	5
De 50 001 a 100 000	19	13	2
De 100 001 a 500 000	14	13	1
Mais de 500 000	5	5	2

Tabela 76 - Municípios, total e com estrutura e com orçamento específico para formulação, coordenação e implementação de políticas para mulheres no município, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios		
	Total	Com órgão gestor de política para mulheres	Com orçamento específico
Brasil	5 570	1 533	229
Norte	450	128	24
Rondônia	52	17	3
Acre	22	9	3
Amazonas	62	21	3
Roraima	15	4	1
Pará	144	36	5
Amapá	16	16	7
Tocantins	139	25	2
Nordeste	1 794	603	84
Maranhão	217	93	18
Piauí	224	55	2
Ceará	184	56	6
Rio Grande do Norte	167	30	5
Paraíba	223	32	5
Pernambuco	185	143	27
Alagoas	102	51	6
Sergipe	75	42	3
Bahia	417	101	12
Sudeste	1 668	371	62
Minas Gerais	853	162	13
Espírito Santo	78	27	7
Rio de Janeiro	92	52	18
São Paulo	645	130	24
Sul	1 191	307	45
Paraná	399	87	11
Santa Catarina	295	67	5
Rio Grande do Sul	497	153	29
Centro-Oeste	467	124	14
Mato Grosso do Sul	79	32	5
Mato Grosso	141	48	5
Goiás	246	43	3
Distrito Federal	1	1	1

Tabela 77 - Municípios, total e com órgão gestor de políticas para mulheres que executa ações para grupos específicos, por grupos, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios								
	Total	Com órgão gestor de política para mulheres	Órgão gestor de políticas para mulheres que executa ações para grupos específicos						
			Total	Grupos (1)					Outros
				Mulheres idosas	Lésbicas	Mulheres negras	Mulheres com deficiên- cia	Mulheres indígenas	
Brasil	5 570	1 533	938	785	246	357	449	149	464
Até 5 000	1 247	161	97	90	5	14	38	6	43
De 5 001 a 10 000	1 227	238	148	132	18	35	62	9	66
De 10 001 a 20 000	1 378	340	203	174	41	56	79	22	82
De 20 001 a 50 000	1 080	392	253	212	72	114	134	49	139
De 50 001 a 100 000	339	177	102	76	38	51	56	26	58
De 100 001 a 500 000	260	187	111	83	54	68	65	29	64
Mais de 500 000	39	38	24	18	18	19	15	8	12
Norte	450	128	84	74	26	28	43	28	38
Até 5 000	80	13	10	10	-	1	3	-	3
De 5 001 a 10 000	81	21	15	12	1	3	6	4	9
De 10 001 a 20 000	110	25	13	11	6	2	4	3	6
De 20 001 a 50 000	111	35	23	21	5	6	13	7	9
De 50 001 a 100 000	42	15	12	9	6	6	8	6	5
De 100 001 a 500 000	24	17	9	9	6	8	7	7	5
Mais de 500 000	2	2	2	2	2	2	2	1	1
Nordeste	1 794	603	387	327	120	173	193	55	181
Até 5 000	234	34	22	19	1	5	7	1	10
De 5 001 a 10 000	360	91	55	48	11	17	22	3	21
De 10 001 a 20 000	577	166	101	86	22	34	45	7	39
De 20 001 a 50 000	443	192	128	113	41	65	72	26	63
De 50 001 a 100 000	119	70	44	30	20	24	22	8	28
De 100 001 a 500 000	50	39	29	25	18	21	19	9	17
Mais de 500 000	11	11	8	6	7	7	6	1	3
Sudeste	1 668	371	214	175	48	74	103	21	116
Até 5 000	374	33	18	17	1	3	9	-	6
De 5 001 a 10 000	397	56	38	38	2	7	18	1	16
De 10 001 a 20 000	359	58	37	34	5	8	13	-	21
De 20 001 a 50 000	290	73	42	31	9	14	19	2	27
De 50 001 a 100 000	107	49	24	17	5	10	12	5	16
De 100 001 a 500 000	124	86	48	34	23	28	28	10	27
Mais de 500 000	17	16	7	4	3	4	4	3	3
Sul	1 191	307	182	148	27	47	73	21	94
Até 5 000	420	66	39	36	2	4	15	3	21
De 5 001 a 10 000	280	55	32	27	1	6	11	-	17
De 10 001 a 20 000	228	62	38	33	5	7	12	5	11
De 20 001 a 50 000	159	58	35	25	7	12	15	5	24
De 50 001 a 100 000	52	30	18	16	6	7	11	5	8
De 100 001 a 500 000	48	32	17	9	4	9	7	1	11
Mais de 500 000	4	4	3	2	2	2	2	2	2
Centro-Oeste	467	124	71	61	25	35	37	24	35
Até 5 000	139	15	8	8	1	1	4	2	3
De 5 001 a 10 000	109	15	8	7	3	2	5	1	3
De 10 001 a 20 000	104	29	14	10	3	5	5	7	5
De 20 001 a 50 000	77	34	25	22	10	17	15	9	16
De 50 001 a 100 000	19	13	4	4	1	4	3	2	1
De 100 001 a 500 000	14	13	8	6	3	2	4	2	4
Mais de 500 000	5	5	4	4	4	4	1	1	3

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013.

(1) Órgão gestor de políticas para mulheres pode executar ações para mais de um grupo específico.

Tabela 78 - Municípios, total e com órgão gestor de políticas para mulheres que executa ações para grupos específicos, por grupos, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios								
	Total	Com órgão gestor de política para mulheres	Órgão gestor de políticas para mulheres que executa ações para grupos específicos						
			Total	Grupos (1)					Outros
				Mulheres idosas	Lésbicas	Mulheres negras	Mulheres com deficiên- cia	Mulheres indígenas	
Brasil	5 570	1 533	938	785	246	357	449	149	464
Norte	450	128	84	74	26	28	43	28	38
Roraima	15	4	3	2	2	1	1	2	2
Pará	144	36	21	18	9	10	13	7	10
Amapá	16	16	14	14	4	3	5	3	8
Tocantins	139	25	16	14	2	3	6	1	5
Nordeste	1 794	603	387	327	120	173	193	55	181
Maranhão	217	93	60	53	20	36	32	15	23
Piauí	224	55	30	28	2	7	16	1	12
Ceará	184	56	40	31	6	8	16	5	27
Rio Grande do Norte	167	30	21	18	9	12	12	3	12
Paraíba	223	32	21	17	9	10	11	2	8
Pernambuco	185	143	94	77	40	51	49	17	41
Alagoas	102	51	36	32	9	9	14	4	17
Sergipe	75	42	20	18	6	7	9	2	6
Bahia	417	101	65	53	19	33	34	6	35
Sudeste	1 668	371	214	175	48	74	103	21	116
Minas Gerais	853	162	102	92	13	22	48	6	51
Espírito Santo	78	27	17	11	6	9	6	2	8
Rio de Janeiro	92	52	32	26	9	18	17	3	14
São Paulo	645	130	63	46	20	25	32	10	43
Sul	1 191	307	182	148	27	47	73	21	94
Paraná	399	87	51	39	12	17	19	8	32
Santa Catarina	295	67	42	34	2	5	15	1	22
Rio Grande do Sul	497	153	89	75	13	25	39	12	40
Centro-Oeste	467	124	71	61	25	35	37	24	35
Mato Grosso do Sul	79	32	20	14	10	9	9	11	11
Mato Grosso	141	48	26	23	6	10	13	9	13
Goiás	246	43	24	23	8	15	15	4	10
Distrito Federal	1	1	1	1	1	1	-	-	1

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013.

(1) Órgão gestor de políticas para mulheres pode executar ações para mais de um grupo específico.

Tabela 79 - Municípios, total e com órgão gestor de política para mulheres, por áreas de atuação, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013

(continua)

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios															
	Com órgão gestor de política para mulheres															
	Total	Áreas de atuação														
		Total	Pro-mover capacitação em gênero para outras áreas do governo municipal	Articulação com outros órgãos municipais a incorporação da questão de gênero na formulação e/ou implementação de políticas												
				Na área de (1)												
Total	Educação	Trabalho	Cultura	Serviços Especializados de Atendimento à Violência	Esporte	Assistência social	Segurança pública	Juстиça	Comunicação	Meio ambiente	Saúde	Ou-tras				
Brasil	5 570	1 533	628	1 288	967	561	582	564	331	1 126	400	430	286	248	992	138
Até 5 000	1 247	161	53	128	88	35	48	17	35	114	17	16	10	19	100	8
De 5 001 a 10 000	1 227	238	77	185	140	55	83	36	38	159	33	45	26	31	141	26
De 10 001 a 20 000	1 378	340	125	287	213	108	119	99	61	255	64	79	39	44	214	20
De 20 001 a 50 000	1 080	392	166	332	248	146	156	157	91	285	107	108	86	70	248	30
De 50 001 a 100 000	339	177	79	152	115	84	69	102	37	140	68	75	47	32	123	20
De 100 001 a 500 000	260	187	100	168	131	102	85	124	54	141	82	87	60	39	133	25
Mais de 500 000	39	38	28	36	32	31	22	29	15	32	29	20	18	13	33	9
Norte	450	128	57	99	75	51	45	58	21	90	33	36	23	28	79	9
Até 5 000	80	13	7	9	6	5	2	4	1	8	-	-	-	1	7	-
De 5 001 a 10 000	81	21	11	12	9	3	6	5	-	11	2	4	2	1	11	1
De 10 001 a 20 000	110	25	10	21	17	10	6	11	5	20	7	8	6	5	17	3
De 20 001 a 50 000	111	35	14	28	21	12	13	13	7	27	8	7	4	9	19	1
De 50 001 a 100 000	42	15	6	11	8	7	5	9	3	9	3	6	3	4	9	-
De 100 001 a 500 000	24	17	7	16	13	12	11	14	5	14	11	9	6	6	14	2
Mais de 500 000	2	2	2	2	1	2	2	2	-	1	2	2	2	2	2	2
Nordeste	1 794	603	278	517	417	210	251	211	137	450	162	186	122	106	395	60
Até 5 000	234	34	15	29	24	7	13	6	13	25	5	7	6	6	22	2
De 5 001 a 10 000	360	91	30	69	58	16	36	17	13	59	14	21	11	13	50	9
De 10 001 a 20 000	577	166	71	145	112	45	62	48	25	129	31	43	17	20	109	8
De 20 001 a 50 000	443	192	94	162	127	68	82	64	51	136	51	48	39	40	121	21
De 50 001 a 100 000	119	70	35	64	56	39	30	39	17	60	32	34	24	15	54	9
De 100 001 a 500 000	50	39	27	37	30	24	20	28	11	31	18	26	18	8	28	9
Mais de 500 000	11	11	6	11	10	11	8	9	7	10	11	7	7	4	11	2
Sudeste	1 668	371	117	310	215	133	138	138	85	264	89	100	70	50	244	31
Até 5 000	374	33	9	23	16	8	11	2	7	22	2	4	3	4	21	1
De 5 001 a 10 000	397	56	13	45	32	14	23	4	13	40	6	11	8	11	38	4
De 10 001 a 20 000	359	58	10	49	31	18	19	13	10	40	9	11	5	5	36	5
De 20 001 a 50 000	290	73	16	64	43	25	22	34	15	53	19	17	16	5	45	2
De 50 001 a 100 000	107	49	21	40	23	15	17	23	10	35	14	16	8	5	30	6
De 100 001 a 500 000	124	86	36	75	57	42	38	52	25	61	28	32	23	15	60	10
Mais de 500 000	17	16	12	14	13	11	8	10	5	13	11	9	7	5	14	3
Sul	1 191	307	111	258	181	110	103	102	63	231	78	69	47	43	195	28
Até 5 000	420	66	16	55	36	14	20	4	13	50	7	4	1	7	43	4
De 5 001 a 10 000	280	55	15	49	31	16	15	8	11	39	8	8	4	4	34	11
De 10 001 a 20 000	228	62	23	48	35	23	20	18	13	43	14	11	8	10	34	4
De 20 001 a 50 000	159	58	21	48	34	23	23	27	12	45	18	20	17	10	39	4
De 50 001 a 100 000	52	30	11	25	20	15	13	20	3	24	11	12	7	5	22	2
De 100 001 a 500 000	48	32	21	29	22	16	10	21	9	26	18	13	8	5	21	3
Mais de 500 000	4	4	4	4	3	3	2	4	2	4	2	1	2	2	2	-
Centro-Oeste	467	124	65	104	79	57	45	55	25	91	38	39	24	21	79	10
Até 5 000	139	15	6	12	6	1	2	1	1	9	3	1	-	1	7	1
De 5 001 a 10 000	109	15	8	10	10	6	3	2	1	10	3	1	1	2	8	1
De 10 001 a 20 000	104	29	11	24	18	12	12	9	8	23	3	6	3	4	18	-
De 20 001 a 50 000	77	34	21	30	23	18	16	19	6	24	11	16	10	6	24	2
De 50 001 a 100 000	19	13	6	12	8	8	4	11	4	12	8	7	5	3	8	3
De 100 001 a 500 000	14	13	9	11	9	8	6	9	4	9	7	7	5	5	10	1
Mais de 500 000	5	5	4	5	5	4	2	4	1	4	3	1	-	-	4	2

Tabela 79 - Municípios, total e com órgão gestor de política para mulheres, por áreas de atuação, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013

(conclusão)

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios												
	Com órgão gestor de política para mulheres												
	Áreas de atuação												
	Executar diretamente políticas para a promoção da igualdade de gênero ou autonomia das mulheres												
	Total	Na área de (1)											
Edu- cação		Traba- lho	Cul- tura	Servi- ços Especi- aliza- dos de Aten- dimen- to à Violên- cia	Espor- te	Assis- tência social	Segu- rança pública	Justiça	Comu- nica- ção	Meio ambi- ente	Saúde	Outras	
Brasil	1 032	567	430	351	458	174	838	200	255	157	116	578	103
Até 5 000	90	48	35	38	18	24	74	7	11	7	12	58	9
De 5 001 a 10 000	157	82	47	54	38	26	135	15	28	15	20	98	16
De 10 001 a 20 000	224	132	92	76	83	30	189	32	43	21	15	120	16
De 20 001 a 50 000	264	150	106	98	112	47	217	60	74	48	31	157	25
De 50 001 a 100 000	129	74	65	40	74	18	110	40	47	24	16	64	18
De 100 001 a 500 000	134	66	65	35	102	22	97	37	41	31	16	69	14
Mais de 500 000	34	15	20	10	31	7	16	9	11	11	6	12	5
Norte	83	53	45	30	44	14	71	19	23	13	11	47	8
Até 5 000	6	3	2	1	3	-	5	-	-	-	-	2	-
De 5 001 a 10 000	12	7	6	3	6	1	11	1	2	1	1	7	1
De 10 001 a 20 000	19	15	11	7	10	4	15	4	4	4	2	12	3
De 20 001 a 50 000	24	13	12	8	9	2	22	3	6	2	3	13	2
De 50 001 a 100 000	12	8	6	6	8	4	10	6	6	2	2	6	1
De 100 001 a 500 000	8	5	6	3	7	2	7	4	4	2	2	5	-
Mais de 500 000	2	2	2	2	1	1	1	1	1	2	1	2	1
Nordeste	410	257	156	149	161	70	330	77	102	69	54	241	44
Até 5 000	18	13	10	7	8	6	14	2	3	3	4	14	2
De 5 001 a 10 000	61	39	16	21	16	11	49	7	12	6	10	46	6
De 10 001 a 20 000	108	69	37	40	35	14	89	15	21	10	9	61	8
De 20 001 a 50 000	134	82	44	53	44	25	110	27	33	24	18	75	13
De 50 001 a 100 000	53	39	30	21	29	10	48	19	21	15	10	29	9
De 100 001 a 500 000	27	14	13	6	22	3	18	5	10	10	2	15	4
Mais de 500 000	9	1	6	1	7	1	2	2	2	1	1	1	2
Sudeste	256	117	98	82	118	47	192	42	57	36	25	135	27
Até 5 000	25	13	11	11	3	10	19	2	5	3	3	17	4
De 5 001 a 10 000	38	14	11	14	6	7	32	3	5	4	6	17	3
De 10 001 a 20 000	35	15	13	11	12	3	30	3	7	1	-	21	3
De 20 001 a 50 000	46	26	19	15	22	9	33	10	12	7	4	30	4
De 50 001 a 100 000	33	12	11	8	14	3	25	7	9	3	2	14	6
De 100 001 a 500 000	65	30	26	18	47	12	45	13	14	12	7	31	6
Mais de 500 000	14	7	7	5	14	3	8	4	5	6	3	5	1
Sul	207	98	94	67	85	31	175	42	46	25	17	112	18
Até 5 000	35	17	11	16	3	7	31	3	3	1	5	22	3
De 5 001 a 10 000	36	13	10	12	8	6	33	3	8	4	2	19	5
De 10 001 a 20 000	44	23	24	14	17	7	39	9	7	5	4	18	1
De 20 001 a 50 000	39	17	19	14	20	7	32	10	12	8	2	26	4
De 50 001 a 100 000	24	12	14	4	16	3	20	5	8	3	1	13	1
De 100 001 a 500 000	25	15	13	6	17	1	18	11	7	3	2	13	4
Mais de 500 000	4	1	3	1	4	-	2	1	1	1	1	1	-
Centro-Oeste	76	42	37	23	50	12	70	20	27	14	9	43	6
Até 5 000	6	2	1	3	1	1	5	1	-	-	-	3	-
De 5 001 a 10 000	10	9	4	4	2	1	10	1	1	-	1	9	1
De 10 001 a 20 000	18	10	7	4	9	2	16	10	4	1	-	8	1
De 20 001 a 50 000	21	12	12	8	17	4	20	3	11	7	4	13	2
De 50 001 a 100 000	7	3	4	1	7	1	7	4	3	1	1	2	1
De 100 001 a 500 000	9	2	7	2	9	2	9	1	6	4	3	5	-
Mais de 500 000	5	4	2	1	5	1	3	-	2	1	-	3	1

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013.
(1) A articulação pode se dar com mais de uma área.

Tabela 80 - Municípios, total e com órgão gestor de política para mulheres, por áreas de atuação, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

(continua)

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios															
	Total	Com órgão gestor de política para mulheres														
		Total	Áreas de atuação													
			Pro- mover capa- cita- ção em gênero para outras áreas do governo muni- cipal	Articulação com outros órgãos municipais a incorporação da questão de gênero na formulação e/ou implementação de políticas												
				Total	Na área de (1)											
					Edu- ca- ção	Traba- lho	Cul- tura	Servi- ços Es- pecia- liza- dos de Aten- dimen- to à Vio- lência	Es- por- te	Assis- tência social	Se- gu- ran- ça pú- bli- ca	Jus- tiça	Co-- mu- nica- ção	Meio am- bien- te	Saú- de	Ou- tras
Brasil	5 570	1 533	628	1 288	967	561	582	564	331	1 126	400	430	286	248	992	138
Norte	450	128	57	99	75	51	45	58	21	90	33	36	23	28	79	9
Rondônia	52	17	7	14	10	4	3	6	2	14	2	5	-	2	8	1
Acre	22	9	4	6	4	2	2	6	1	6	2	2	2	1	4	-
Amazonas	62	21	7	19	14	8	10	7	5	16	7	9	7	8	17	2
Roraima	15	4	2	4	3	2	2	3	2	4	3	2	2	2	4	-
Pará	144	36	17	27	20	16	13	18	6	24	14	11	7	11	23	4
Amapá	16	16	6	14	14	11	9	13	2	12	3	2	3	2	12	2
Tocantins	139	25	14	15	10	8	6	5	3	14	2	5	2	2	11	-
Nordeste	1 794	603	278	517	417	210	251	211	137	450	162	186	122	106	395	60
Maranhão	217	93	50	80	64	34	44	34	26	63	25	24	20	25	54	16
Piauí	224	55	13	38	32	8	17	8	8	30	7	12	5	5	30	-
Ceará	184	56	31	49	37	28	25	24	12	43	23	23	8	7	40	5
Rio Grande do Norte	167	30	16	26	21	14	14	7	6	23	8	9	4	4	17	4
Paraíba	223	32	15	26	21	11	12	12	6	25	7	7	5	4	21	2
Pernambuco	185	143	83	136	120	49	68	59	37	122	43	49	39	28	111	14
Alagoas	102	51	17	46	31	15	20	17	11	42	7	14	10	7	35	6
Sergipe	75	42	16	33	27	14	12	16	7	30	12	15	7	5	25	2
Bahia	417	101	37	83	64	37	39	34	24	72	30	33	24	21	62	11
Sudeste	1 668	371	117	310	215	133	138	138	85	264	89	100	70	50	244	31
Minas Gerais	853	162	40	126	86	43	62	40	33	112	29	32	22	21	97	14
Espírito Santo	78	27	7	24	12	10	5	13	6	17	5	8	4	1	17	1
Rio de Janeiro	92	52	22	44	37	25	21	24	11	37	16	18	15	7	34	6
São Paulo	645	130	48	116	80	55	50	61	35	98	39	42	29	21	96	10
Sul	1 191	307	111	258	181	110	103	102	63	231	78	69	47	43	195	28
Paraná	399	87	33	78	56	38	28	37	21	69	26	23	23	9	59	9
Santa Catarina	295	67	18	56	31	19	21	22	13	51	16	11	7	10	39	2
Rio Grande do Sul	497	153	60	124	94	53	54	43	29	111	36	35	17	24	97	17
Centro-Oeste	467	124	65	104	79	57	45	55	25	91	38	39	24	21	79	10
Mato Grosso do Sul	79	32	22	25	20	12	7	15	2	20	10	10	5	4	19	1
Mato Grosso	141	48	15	39	28	23	17	19	13	36	9	11	7	6	28	3
Goiás	246	43	27	39	30	21	21	20	10	34	18	17	12	11	31	6
Distrito Federal	1	1	1	1	1	1	-	1	-	1	1	1	-	-	1	-

Tabela 80 - Municípios, total e com órgão gestor de política para mulheres, por áreas de atuação, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

(conclusão)

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios												
	Com órgão gestor de política para mulheres												
	Áreas de atuação												
	Executar diretamente políticas para a promoção da igualdade de gênero ou autonomia das mulheres												
	Total	Na área de (1)											
Edu- cação		Traba- lho	Cul- tura	Servi- ços Especi- aliza- dos de Aten- dimen- to à Violên- cia	Espor- te	Assis- tência social	Segu- rança pública	Justiça	Comu- nica- ção	Meio ambi- ente	Saúde	Outras	
Brasil	1 032	567	430	351	458	174	838	200	255	157	116	578	103
Norte	83	53	45	30	44	14	71	19	23	13	11	47	8
Rondônia	13	7	7	2	5	2	12	3	3	-	1	6	-
Acre	8	4	3	-	5	-	7	-	1	1	-	2	-
Amazonas	14	10	8	8	7	3	12	4	5	4	3	7	1
Roraima	4	4	1	1	3	1	4	2	2	1	1	4	-
Pará	20	10	10	5	8	3	16	6	5	3	3	12	5
Amapá	14	13	11	9	12	3	11	3	3	3	2	11	2
Tocantins	10	5	5	5	4	2	9	1	4	1	1	5	-
Nordeste	410	257	156	149	161	70	330	77	102	69	54	241	44
Maranhão	61	34	24	19	23	13	45	8	12	8	11	32	7
Piauí	32	23	8	9	7	7	18	1	2	2	1	24	3
Ceará	36	14	18	12	18	2	31	11	15	5	4	19	6
Rio Grande do Norte	21	10	11	6	7	3	19	2	5	2	5	11	3
Paraíba	21	13	10	6	7	2	19	3	5	3	1	13	-
Pernambuco	108	82	36	46	40	22	86	22	28	22	12	67	7
Alagoas	34	20	15	12	14	3	28	4	11	7	4	24	4
Sergipe	29	15	6	9	13	5	24	7	8	4	3	15	3
Bahia	68	46	28	30	32	13	60	19	16	16	13	36	11
Sudeste	256	117	98	82	118	47	192	42	57	36	25	135	27
Minas Gerais	110	48	37	44	38	22	89	19	23	11	11	59	14
Espírito Santo	16	6	7	1	9	1	11	2	4	2	-	6	1
Rio de Janeiro	38	20	14	10	23	8	26	9	9	8	6	20	5
São Paulo	92	43	40	27	48	16	66	12	21	15	8	50	7
Sul	207	98	94	67	85	31	175	42	46	25	17	112	18
Paraná	56	23	26	14	22	10	48	15	18	12	4	30	8
Santa Catarina	45	14	16	16	16	5	42	5	3	4	4	24	2
Rio Grande do Sul	106	61	52	37	47	16	85	22	25	9	9	58	8
Centro-Oeste	76	42	37	23	50	12	70	20	27	14	9	43	6
Mato Grosso do Sul	22	10	9	5	15	2	18	7	8	5	3	11	2
Mato Grosso	27	16	12	8	15	4	26	5	5	3	2	15	2
Goiás	26	15	15	10	19	6	25	7	13	6	4	16	2
Distrito Federal	1	1	1	-	1	-	1	1	1	-	-	1	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013.

(1) A articulação pode se dar com mais de uma área.

Tabela 81 - Municípios, total e com Plano Municipal de Políticas para as Mulheres, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios			
	Total	Com Plano Municipal de Políticas para as Mulheres		
		Total	Com ou sem previsão legal	
			Com previsão legal	Sem previsão legal
Brasil	5 570	250	86	164
Até 5 000	1 247	13	1	12
De 5 001 a 10 000	1 227	25	6	19
De 10 001 a 20 000	1 378	36	10	26
De 20 001 a 50 000	1 080	68	24	44
De 50 001 a 100 000	339	38	12	26
De 100 001 a 500 000	260	52	25	27
Mais de 500 000	39	18	8	10
Norte	450	24	6	18
Até 5 000	80	3	-	3
De 5 001 a 10 000	81	3	-	3
De 10 001 a 20 000	110	2	-	2
De 20 001 a 50 000	111	7	1	6
De 50 001 a 100 000	42	5	1	4
De 100 001 a 500 000	24	3	3	-
Mais de 500 000	2	1	1	-
Nordeste	1 794	122	41	81
Até 5 000	234	4	1	3
De 5 001 a 10 000	360	12	4	8
De 10 001 a 20 000	577	23	6	17
De 20 001 a 50 000	443	40	14	26
De 50 001 a 100 000	119	20	5	15
De 100 001 a 500 000	50	16	8	8
Mais de 500 000	11	7	3	4
Sudeste	1 668	49	19	30
Até 5 000	374	-	-	-
De 5 001 a 10 000	397	3	1	2
De 10 001 a 20 000	359	4	2	2
De 20 001 a 50 000	290	9	2	7
De 50 001 a 100 000	107	4	1	3
De 100 001 a 500 000	124	23	11	12
Mais de 500 000	17	6	2	4
Sul	1 191	34	15	19
Até 5 000	420	5	-	5
De 5 001 a 10 000	280	4	1	3
De 10 001 a 20 000	228	4	2	2
De 20 001 a 50 000	159	6	4	2
De 50 001 a 100 000	52	7	5	2
De 100 001 a 500 000	48	6	2	4
Mais de 500 000	4	2	1	1
Centro-Oeste	467	21	5	16
Até 5 000	139	1	-	1
De 5 001 a 10 000	109	3	-	3
De 10 001 a 20 000	104	3	-	3
De 20 001 a 50 000	77	6	3	3
De 50 001 a 100 000	19	2	-	2
De 100 001 a 500 000	14	4	1	3
Mais de 500 000	5	2	1	1

Tabela 82 - Municípios, total e com Plano Municipal de Políticas para as Mulheres, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios			
	Total	Com Plano Municipal de Políticas para as Mulheres		
		Total	Com ou sem previsão legal	
			Com previsão legal	Sem previsão legal
Brasil	5 570	250	86	164
Norte	450	24	6	18
Rondônia	52	3	-	3
Acre	22	-	-	-
Amazonas	62	6	1	5
Roraima	15	2	1	1
Pará	144	7	3	4
Amapá	16	3	1	2
Tocantins	139	3	-	3
Nordeste	1 794	122	41	81
Maranhão	217	24	11	13
Piauí	224	3	1	2
Ceará	184	11	5	6
Rio Grande do Norte	167	5	1	4
Paraíba	223	11	3	8
Pernambuco	185	43	15	28
Alagoas	102	9	3	6
Sergipe	75	4	1	3
Bahia	417	12	1	11
Sudeste	1 668	49	19	30
Minas Gerais	853	13	6	7
Espírito Santo	78	2	-	2
Rio de Janeiro	92	15	6	9
São Paulo	645	19	7	12
Sul	1 191	34	15	19
Paraná	399	8	3	5
Santa Catarina	295	5	2	3
Rio Grande do Sul	497	21	10	11
Centro-Oeste	467	21	5	16
Mato Grosso do Sul	79	4	1	3
Mato Grosso	141	5	1	4
Goiás	246	12	3	9
Distrito Federal	1	-	-	-

Tabela 83 - Municípios, total e que desenvolvem programa, projeto ou ação na área de políticas para mulheres, em cooperação, convênio e/ou articulação, por tipo de parceria, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios										
	Total	Que desenvolvem programa, projeto ou ação na área de políticas para mulheres, em cooperação, convênio e/ou articulação									
		Total	Administração pública			Organi- zações não governamen- tais	Outras institu- ções privadas	Organis- mos inter- nacio- nais (1)	Entidades		Outras
			Federal	Estadual	Muni- cipal				Reli- giosas	Traba- lhadores	
Brasil	5 570	2 141	660	777	1 495	489	200	21	421	301	238
Até 5 000	1 247	333	83	75	215	35	16	-	51	39	43
De 5 001 a 10 000	1 227	368	90	117	258	61	19	1	67	47	45
De 10 001 a 20 000	1 378	496	114	176	355	84	42	7	99	64	57
De 20 001 a 50 000	1 080	503	154	197	352	132	45	4	104	73	45
De 50 001 a 100 000	339	207	85	95	155	58	33	3	47	41	23
De 100 001 a 500 000	260	198	106	92	130	95	38	1	49	30	22
Mais de 500 000	39	36	28	25	30	24	7	5	4	7	3
Norte	450	164	66	69	107	45	23	1	51	20	20
Até 5 000	80	16	3	6	7	1	2	-	4	-	4
De 5 001 a 10 000	81	21	12	9	13	6	2	-	7	4	2
De 10 001 a 20 000	110	42	14	22	31	13	7	2	19	5	3
De 20 001 a 50 000	111	41	12	14	26	8	1	-	6	4	4
De 50 001 a 100 000	42	23	11	8	18	7	5	-	9	3	2
De 100 001 a 500 000	24	19	13	9	10	8	5	1	5	3	4
Mais de 500 000	2	2	1	1	2	2	1	-	1	1	1
Nordeste	1 794	732	228	310	532	143	53	9	162	146	67
Até 5 000	234	54	26	12	31	4	1	-	14	11	5
De 5 001 a 10 000	360	112	29	43	78	14	5	-	21	16	11
De 10 001 a 20 000	577	209	40	73	152	27	7	1	37	36	25
De 20 001 a 50 000	443	228	69	102	170	49	22	3	57	49	16
De 50 001 a 100 000	119	79	32	47	59	26	9	3	21	24	7
De 100 001 a 500 000	50	39	22	23	32	16	7	-	11	8	3
Mais de 500 000	11	11	10	10	10	7	2	2	1	2	-
Sudeste	1 668	545	164	179	370	118	44	5	81	42	69
Até 5 000	374	80	17	22	61	7	1	-	14	4	9
De 5 001 a 10 000	397	100	23	29	65	15	5	1	19	10	9
De 10 001 a 20 000	359	102	22	37	72	8	6	1	9	6	12
De 20 001 a 50 000	290	104	31	34	67	22	5	-	14	5	14
De 50 001 a 100 000	107	56	16	13	40	14	9	-	6	4	11
De 100 001 a 500 000	124	88	44	35	53	42	15	-	17	10	12
Mais de 500 000	17	15	11	9	12	10	3	3	2	3	2
Sul	1 191	514	134	146	348	150	65	2	85	70	62
Até 5 000	420	146	26	30	93	23	9	-	15	22	18
De 5 001 a 10 000	280	96	15	21	70	22	6	-	12	13	19
De 10 001 a 20 000	228	106	25	27	72	32	19	2	25	15	14
De 20 001 a 50 000	159	87	24	26	57	39	15	-	17	9	7
De 50 001 a 100 000	52	34	20	19	26	9	7	-	5	5	2
De 100 001 a 500 000	48	41	21	20	26	23	9	-	11	6	2
Mais de 500 000	4	4	3	3	4	2	-	-	-	-	-
Centro-Oeste	467	186	68	73	138	33	15	2	42	23	20
Até 5 000	139	37	11	5	23	-	3	-	4	2	7
De 5 001 a 10 000	109	39	11	15	32	4	1	-	8	4	4
De 10 001 a 20 000	104	37	13	17	28	4	3	1	9	2	3
De 20 001 a 50 000	77	43	18	21	32	14	2	1	10	6	4
De 50 001 a 100 000	19	15	6	8	12	2	3	-	6	5	1
De 100 001 a 500 000	14	11	6	5	9	6	2	-	5	3	1
Mais de 500 000	5	4	3	2	2	3	1	-	-	1	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013.

(1) Exclui as Organizações não Governamentais.

Tabela 84 - Municípios, total e que desenvolve programa, projeto ou ação na área de políticas para mulheres, em cooperação, convênio e/ou articulação, por tipo de parceria, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios										
	Total	Que desenvolvem programa, projeto ou ação na área de políticas para mulheres, em cooperação, convênio e/ou articulação									
		Total	Administração pública			Organi- zações não governamen- tais	Outras institu- ções privadas	Organis- mos inter- nacio- nais (1)	Entidades		Outras
			Federal	Estadual	Muni- cipal				Reli- giosas	Traba- lhadores	
Brasil	5 570	2 141	660	777	1 495	489	200	21	421	301	238
Norte	450	164	66	69	107	45	23	3	51	20	20
Rondônia	52	25	11	6	13	9	6	-	11	4	6
Acre	22	10	3	8	7	2	-	1	5	4	-
Amazonas	62	32	12	12	23	7	3	1	11	4	2
Roraima	15	9	6	7	6	2	3	1	2	2	1
Pará	144	49	18	15	33	17	7	-	12	5	7
Amapá	16	14	5	12	10	3	2	-	2	1	-
Tocantins	139	25	11	9	15	5	2	-	8	-	4
Nordeste	1 794	732	228	310	532	143	53	9	162	146	67
Maranhão	217	94	23	31	71	19	10	-	23	25	14
Piauí	224	55	26	18	37	5	1	-	12	12	1
Ceará	184	83	29	33	62	19	6	1	14	13	9
Rio Grande do Norte	167	49	11	7	30	6	3	2	11	6	11
Paraíba	223	54	28	20	37	11	4	-	12	5	2
Pernambuco	185	138	31	103	100	38	18	2	41	42	7
Alagoas	102	55	25	24	44	7	3	-	13	5	2
Sergipe	75	35	6	14	26	7	1	1	6	7	5
Bahia	417	169	49	60	125	31	7	3	30	31	16
Sudeste	1 668	545	164	179	370	118	44	5	81	42	69
Minas Gerais	853	258	67	82	170	51	23	4	41	28	28
Espírito Santo	78	41	20	21	29	8	2	-	8	5	4
Rio de Janeiro	92	50	24	23	30	15	6	-	9	3	11
São Paulo	645	196	53	53	141	44	13	1	23	6	26
Sul	1 191	514	134	146	348	150	65	2	85	70	62
Paraná	399	150	33	37	105	41	17	-	28	10	22
Santa Catarina	295	146	28	23	98	59	18	1	28	25	14
Rio Grande do Sul	497	218	73	86	145	50	30	1	29	35	26
Centro-Oeste	467	186	68	73	138	33	15	2	42	23	20
Mato Grosso do Sul	79	48	21	26	39	11	5	1	12	6	-
Mato Grosso	141	51	17	19	43	8	4	1	10	5	5
Goiás	246	86	29	27	56	13	6	-	20	12	15
Distrito Federal	1	1	1	1	-	1	-	-	-	-	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013.

(1) Exclui as Organizações não Governamentais.

Tabela 85 - Municípios, total e com Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, por algumas características do conselho, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013

(continua)

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios						
	Total	Com Conselho Municipal dos Direitos da Mulher					
		Total	Pari-tário	Características do conselho			
				Caráter do conselho (1)			
			Con-sultivo	Delibe-rativo	Nor-mativo	Fisca-lizador	
Brasil	5 570	976	890	728	731	406	619
Até 5 000	1 247	49	42	34	39	23	27
De 5 001 a 10 000	1 227	80	74	58	56	26	53
De 10 001 a 20 000	1 378	157	143	123	124	79	107
De 20 001 a 50 000	1 080	283	263	209	216	120	178
De 50 001 a 100 000	339	171	156	131	132	64	103
De 100 001 a 500 000	260	203	182	153	147	85	131
Mais de 500 000	39	33	30	20	17	9	20
Norte	450	94	87	67	77	51	71
Até 5 000	80	11	11	9	8	6	6
De 5 001 a 10 000	81	12	10	6	8	4	11
De 10 001 a 20 000	110	13	10	9	10	6	9
De 20 001 a 50 000	111	23	23	18	19	17	19
De 50 001 a 100 000	42	15	13	10	14	7	9
De 100 001 a 500 000	24	18	18	14	16	11	16
Mais de 500 000	2	2	2	1	2	-	1
Nordeste	1 794	312	294	240	247	147	207
Até 5 000	234	5	5	3	4	3	4
De 5 001 a 10 000	360	24	23	21	15	10	16
De 10 001 a 20 000	577	68	65	60	61	42	47
De 20 001 a 50 000	443	104	95	76	81	46	68
De 50 001 a 100 000	119	58	55	43	46	24	37
De 100 001 a 500 000	50	43	41	32	33	17	27
Mais de 500 000	11	10	10	5	7	5	8
Sudeste	1 668	296	271	219	205	105	162
Até 5 000	374	11	7	9	11	8	6
De 5 001 a 10 000	397	19	18	14	16	8	14
De 10 001 a 20 000	359	32	31	22	22	13	21
De 20 001 a 50 000	290	70	66	55	51	23	33
De 50 001 a 100 000	107	60	56	47	40	16	30
De 100 001 a 500 000	124	92	81	66	60	35	53
Mais de 500 000	17	12	12	6	5	2	5
Sul	1 191	191	162	143	138	62	122
Até 5 000	420	14	12	6	11	3	8
De 5 001 a 10 000	280	18	17	14	12	2	8
De 10 001 a 20 000	228	33	27	24	24	13	22
De 20 001 a 50 000	159	56	49	40	40	19	41
De 50 001 a 100 000	52	29	25	24	23	11	18
De 100 001 a 500 000	48	37	30	32	27	13	23
Mais de 500 000	4	4	2	3	1	1	2
Centro-Oeste	467	83	76	59	64	41	57
Até 5 000	139	8	7	7	5	3	3
De 5 001 a 10 000	109	7	6	3	5	2	4
De 10 001 a 20 000	104	11	10	8	7	5	8
De 20 001 a 50 000	77	30	30	20	25	15	17
De 50 001 a 100 000	19	9	7	7	9	6	9
De 100 001 a 500 000	14	13	12	9	11	9	12
Mais de 500 000	5	5	4	5	2	1	4

Tabela 85 - Municípios, total e com Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, por algumas características do conselho, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013

(conclusão)

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios							
	Com Conselho Municipal dos Direitos da Mulher							
	Características do conselho							
	Quantidade de reuniões nos últimos 12 meses	Vinculado administrativamente					Preside o conselho (2)	
Ao órgão gestor de política para mulheres		Ao órgão gestor da assistência social	Ao órgão gestor dos direitos humanos	A outro órgão	A nenhum órgão	Represen- tante do governo	Represen- tante da sociedade civil	
Brasil	4 927	163	620	10	87	91	498	393
Até 5 000	108	2	36	-	5	5	33	11
De 5 001 a 10 000	207	5	52	1	11	11	48	25
De 10 001 a 20 000	533	19	108	1	9	20	92	53
De 20 001 a 50 000	1 286	37	189	4	13	36	147	105
De 50 001 a 100 000	858	31	108	1	22	9	83	71
De 100 001 a 500 000	1 645	56	114	3	21	9	82	109
Mais de 500 000	290	13	13	-	6	1	13	19
Norte	438	14	61	1	9	9	57	28
Até 5 000	29	1	8	-	1	1	8	2
De 5 001 a 10 000	11	-	6	1	2	3	9	2
De 10 001 a 20 000	31	2	9	-	-	2	8	5
De 20 001 a 50 000	106	2	17	-	2	2	14	5
De 50 001 a 100 000	92	3	10	-	2	-	8	5
De 100 001 a 500 000	156	6	10	-	1	1	9	8
Mais de 500 000	13	-	1	-	1	-	1	1
Nordeste	1 417	70	199	3	18	19	190	106
Até 5 000	27	1	4	-	-	-	3	2
De 5 001 a 10 000	88	3	18	-	2	1	16	7
De 10 001 a 20 000	207	12	47	1	3	5	45	21
De 20 001 a 50 000	432	16	69	1	6	9	65	30
De 50 001 a 100 000	271	16	36	1	2	3	31	25
De 100 001 a 500 000	289	17	22	-	3	1	26	16
Mais de 500 000	103	5	3	-	2	-	4	5
Sudeste	1 646	39	186	4	34	33	142	126
Até 5 000	21	-	8	-	-	3	10	1
De 5 001 a 10 000	55	-	15	-	2	2	13	4
De 10 001 a 20 000	97	1	23	-	2	6	14	11
De 20 001 a 50 000	304	6	46	1	3	14	38	25
De 50 001 a 100 000	282	5	39	-	11	5	29	26
De 100 001 a 500 000	794	22	50	3	14	3	33	52
Mais de 500 000	93	5	5	-	2	-	5	7
Sul	1 058	26	123	1	17	24	70	96
Até 5 000	15	-	13	-	1	-	9	3
De 5 001 a 10 000	51	1	9	-	3	5	7	8
De 10 001 a 20 000	137	3	23	-	3	4	17	13
De 20 001 a 50 000	311	6	37	1	2	10	16	32
De 50 001 a 100 000	182	7	16	-	5	1	10	12
De 100 001 a 500 000	315	8	24	-	2	3	11	24
Mais de 500 000	47	1	1	-	1	1	-	4
Centro-Oeste	368	14	51	1	9	6	39	37
Até 5 000	16	-	3	-	3	1	3	3
De 5 001 a 10 000	2	1	4	-	2	-	3	4
De 10 001 a 20 000	61	1	6	-	1	3	8	3
De 20 001 a 50 000	133	7	20	1	-	1	14	13
De 50 001 a 100 000	31	-	7	-	2	-	5	3
De 100 001 a 500 000	91	3	8	-	1	1	3	9
Mais de 500 000	34	2	3	-	-	-	3	2

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013.

(1) O conselho pode ter mais de um caráter. (2) Excluídos os com presidente ignorado.

Tabela 86 - Municípios, total e com Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, por algumas características do conselho, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

(continua)

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios						
	Total	Com Conselho Municipal dos Direitos da Mulher					
		Total	Pari-tário	Características do conselho			
				Caráter do conselho (1)			
			Con-sultivo	Delibe-rativo	Nor-mativo	Fisca-lizador	
Brasil	5 570	976	890	728	731	406	619
Norte	450	94	87	67	77	51	71
Rondônia	52	8	7	6	7	4	4
Acre	22	4	3	3	3	3	4
Amazonas	62	11	10	6	9	4	8
Roraima	15	1	1	1	1	1	1
Pará	144	32	31	26	29	19	25
Amapá	16	5	5	4	4	4	5
Tocantins	139	33	30	21	24	16	24
Nordeste	1 794	312	294	240	247	147	207
Maranhão	217	48	45	35	37	21	29
Piauí	224	16	16	10	9	6	10
Ceará	184	85	81	68	69	45	55
Rio Grande do Norte	167	16	15	13	14	8	10
Paraíba	223	18	14	14	15	8	13
Pernambuco	185	36	36	26	28	15	27
Alagoas	102	10	9	7	8	2	6
Sergipe	75	14	14	11	10	9	7
Bahia	417	69	64	56	57	33	50
Sudeste	1 668	296	271	219	205	105	162
Minas Gerais	853	123	112	96	94	53	65
Espírito Santo	78	15	14	12	13	9	8
Rio de Janeiro	92	39	37	24	28	12	25
São Paulo	645	119	108	87	70	31	64
Sul	1 191	191	162	143	138	62	122
Paraná	399	52	39	43	35	16	33
Santa Catarina	295	34	33	24	24	9	20
Rio Grande do Sul	497	105	90	76	79	37	69
Centro-Oeste	467	83	76	59	64	41	57
Mato Grosso do Sul	79	18	17	13	12	6	11
Mato Grosso	141	36	31	24	29	16	23
Goiás	246	28	27	21	22	19	22
Distrito Federal	1	1	1	1	1	-	1

Tabela 86 - Municípios, total e com Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, por algumas características do conselho, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

(conclusão)

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios							
	Com Conselho Municipal dos Direitos da Mulher							
	Características do conselho							
	Quantidade de reuniões nos últimos 12 meses	Vinculado administrativamente					Preside o conselho (2)	
Ao órgão gestor de política para mulheres		Ao órgão gestor da assistência social	Ao órgão gestor dos direitos humanos	A outro órgão	A nenhum órgão	Representante do governo	Representante da sociedade civil	
Brasil	4 927	163	620	10	87	91	498	393
Norte	438	14	61	1	9	9	57	28
Rondônia	53	2	6	-	-	-	6	1
Acre	28	1	3	-	-	-	2	2
Amazonas	25	2	9	-	-	-	5	4
Roraima	7	1	-	-	-	-	1	-
Pará	240	3	21	-	6	2	17	11
Amapá	12	1	4	-	-	-	4	1
Tocantins	73	4	18	1	3	7	22	9
Nordeste	1 417	70	199	3	18	19	190	106
Maranhão	214	19	24	1	2	1	27	19
Piauí	86	1	12	1	-	-	8	6
Ceará	439	6	71	-	4	4	53	30
Rio Grande do Norte	48	4	9	-	1	2	9	5
Paraíba	57	7	9	-	2	-	13	5
Pernambuco	205	22	8	-	2	4	25	8
Alagoas	42	2	4	1	2	1	7	2
Sergipe	37	3	11	-	-	-	11	3
Bahia	289	6	51	-	5	7	37	28
Sudeste	1 646	39	186	4	34	33	142	126
Minas Gerais	541	7	95	1	8	12	76	39
Espírito Santo	137	3	11	-	-	1	7	7
Rio de Janeiro	339	12	18	3	4	2	20	16
São Paulo	629	17	62	-	22	18	39	64
Sul	1 058	26	123	1	17	24	70	96
Paraná	231	6	30	1	3	12	21	27
Santa Catarina	172	2	29	-	1	2	16	13
Rio Grande do Sul	655	18	64	-	13	10	33	56
Centro-Oeste	368	14	51	1	9	6	39	37
Mato Grosso do Sul	122	3	11	-	4	-	9	9
Mato Grosso	150	2	26	-	3	5	19	14
Goiás	85	8	14	1	2	1	10	14
Distrito Federal	11	1	-	-	-	-	1	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013.

(1) O conselho pode ter mais de um caráter. (2) Excluídos os com presidente ignorado.

Tabela 87 - Municípios, total e com Casa-Abrigo para atendimento a mulheres vítimas de violência de acordo com a Lei Maria da Penha, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013

(continua)

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios								
	Total	Com Casa-Abrigo para atendimento a mulheres vítimas de violência de acordo com a Lei Maria da Penha							
		Total (1)	Quanti- dade	Com todas as casas com ende- reço sigiloso	Tipo de atividade realizada				
					Aten- dimento psico- lógico indi- vidual	Aten- dimento psico- lógico em grupo	Ativi- dades culturais e edu- cativas	Ativi- dades profis- sionali- zantes	Atendimento social acom- panhado por assistente so- cial que insira a mulher em pro- gramas sociais do governo, como Bolsa- Família e/ou Benefícios de Prestação Continuada
Brasil	5 570	142	155	100	117	74	75	46	118
Até 5 000	1 247	5	5	2	5	2	2	-	3
De 5 001 a 10 000	1 227	7	7	2	6	3	4	2	4
De 10 001 a 20 000	1 378	4	4	2	4	2	1	2	4
De 20 001 a 50 000	1 080	22	23	8	18	10	10	9	16
De 50 001 a 100 000	339	22	29	13	18	11	8	5	19
De 100 001 a 500 000	260	58	60	51	48	29	34	21	49
Mais de 500 000	39	24	27	22	18	17	16	7	23
Norte	450	14	17	6	12	10	9	5	12
Até 5 000	80	-	-	-	-	-	-	-	-
De 5 001 a 10 000	81	-	-	-	-	-	-	-	-
De 10 001 a 20 000	110	-	-	-	-	-	-	-	-
De 20 001 a 50 000	111	3	3	-	3	2	2	1	2
De 50 001 a 100 000	42	4	6	2	3	3	3	2	4
De 100 001 a 500 000	24	6	6	4	5	4	3	1	5
Mais de 500 000	2	1	2	-	1	1	1	1	1
Nordeste	1 794	21	21	14	20	13	14	7	19
Até 5 000	234	1	1	-	1	-	-	-	1
De 5 001 a 10 000	360	2	2	2	2	1	1	1	1
De 10 001 a 20 000	577	2	2	1	2	1	1	2	2
De 20 001 a 50 000	443	5	5	2	5	3	3	2	4
De 50 001 a 100 000	119	-	-	-	-	-	-	-	-
De 100 001 a 500 000	50	4	4	3	4	3	4	1	4
Mais de 500 000	11	7	7	6	6	5	5	1	7
Sudeste	1 668	50	55	38	41	25	28	20	42
Até 5 000	374	1	1	-	1	-	-	-	-
De 5 001 a 10 000	397	3	3	-	2	1	3	1	1
De 10 001 a 20 000	359	2	2	1	2	1	-	-	2
De 20 001 a 50 000	290	4	4	3	2	2	3	3	4
De 50 001 a 100 000	107	6	8	2	6	2	1	1	6
De 100 001 a 500 000	124	24	25	22	21	11	14	11	20
Mais de 500 000	17	10	12	10	7	8	7	4	9
Sul	1 191	42	45	32	30	17	16	8	32
Até 5 000	420	1	1	1	1	-	1	-	-
De 5 001 a 10 000	280	1	1	-	1	-	-	-	1
De 10 001 a 20 000	228	-	-	-	-	-	-	-	-
De 20 001 a 50 000	159	7	8	1	5	1	-	2	4
De 50 001 a 100 000	52	8	9	7	6	4	2	-	6
De 100 001 a 500 000	48	21	22	19	15	10	11	6	17
Mais de 500 000	4	4	4	4	2	1	2	-	4
Centro-Oeste	467	15	17	10	15	9	9	7	14
Até 5 000	139	2	2	1	2	2	1	-	2
De 5 001 a 10 000	109	1	1	-	2	-	1	1	2
De 10 001 a 20 000	104	-	-	-	-	-	-	-	-
De 20 001 a 50 000	77	3	3	2	3	2	2	1	2
De 50 001 a 100 000	19	4	6	2	3	2	2	2	3
De 100 001 a 500 000	14	3	3	3	3	1	2	2	3
Mais de 500 000	5	2	2	2	2	2	1	1	2

Tabela 87 - Municípios, total e com Casa-Abrigo para atendimento a mulheres vítimas de violência, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013

(conclusão)

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios							
	Com Casa-Abrigo para atendimento a mulheres vítimas de violência							
	Tipo de atividade realizada							
	Atendimen- to jurídico, no caso de advogado próprio ou de Defensoria Pública	Atendimen- to médico, hospitalar ou de outra especiali- dade da área de saúde, ou encaminha- mento para serviço de saúde da rede pública	Acompa- nhamento pedagógico das crianças	Encaminha- mento para programas de emprego e geração de renda	Garantia de inserção/per- manência das crianças na escola	Creche	Atendimen- to nos casos da Lei Maria da Penha	Outras atividades
Brasil	89	112	79	87	98	48	97	35
Até 5 000	4	3	2	1	2	2	2	1
De 5 001 a 10 000	4	4	4	2	5	4	3	2
De 10 001 a 20 000	3	3	1	3	3	1	3	1
De 20 001 a 50 000	17	18	11	11	13	10	12	3
De 50 001 a 100 000	11	18	8	8	15	7	14	4
De 100 001 a 500 000	35	47	37	44	43	17	47	17
Mais de 500 000	15	19	16	18	17	7	16	7
Norte	10	13	10	6	10	4	10	4
Até 5 000	-	-	-	-	-	-	-	-
De 5 001 a 10 000	-	-	-	-	-	-	-	-
De 10 001 a 20 000	-	-	-	-	-	-	-	-
De 20 001 a 50 000	2	3	2	1	3	2	2	-
De 50 001 a 100 000	4	4	2	2	3	1	2	1
De 100 001 a 500 000	4	5	5	3	4	1	6	3
Mais de 500 000	-	1	1	-	-	-	-	-
Nordeste	19	15	12	14	15	5	14	6
Até 5 000	1	1	-	-	-	-	1	1
De 5 001 a 10 000	2	1	2	1	2	1	1	1
De 10 001 a 20 000	2	1	1	2	2	1	2	1
De 20 001 a 50 000	5	3	1	3	2	1	2	-
De 50 001 a 100 000	-	-	-	-	-	-	-	-
De 100 001 a 500 000	4	4	3	2	4	1	4	-
Mais de 500 000	5	5	5	6	5	1	4	3
Sudeste	32	36	27	31	38	15	33	10
Até 5 000	1	-	1	-	1	-	-	-
De 5 001 a 10 000	1	1	2	-	2	2	1	-
De 10 001 a 20 000	1	2	-	1	1	-	1	-
De 20 001 a 50 000	3	3	2	2	2	2	3	-
De 50 001 a 100 000	2	4	2	-	6	1	4	-
De 100 001 a 500 000	17	17	14	20	17	7	17	8
Mais de 500 000	7	9	6	8	9	3	7	2
Sul	17	35	21	28	27	15	29	10
Até 5 000	-	-	-	-	-	-	-	-
De 5 001 a 10 000	-	1	-	-	-	-	-	-
De 10 001 a 20 000	-	-	-	-	-	-	-	-
De 20 001 a 50 000	5	6	4	4	5	4	4	2
De 50 001 a 100 000	2	6	2	3	3	2	5	1
De 100 001 a 500 000	9	19	13	18	16	7	17	6
Mais de 500 000	1	3	2	3	3	2	3	1
Centro-Oeste	11	13	9	8	8	9	11	5
Até 5 000	2	2	1	1	1	2	1	-
De 5 001 a 10 000	1	1	-	1	1	1	1	1
De 10 001 a 20 000	-	-	-	-	-	-	-	-
De 20 001 a 50 000	2	3	2	1	1	1	1	1
De 50 001 a 100 000	3	4	2	3	3	3	3	2
De 100 001 a 500 000	1	2	2	1	2	1	3	-
Mais de 500 000	2	1	2	1	-	1	2	1

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013.

(1) Inclusive os com quantidade ignorada.

Tabela 88 - Municípios, total e com Casa-Abrigo para atendimento a mulheres vítimas de violência, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

(conclusão)

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios							
	Com Casa-Abrigo para atendimento a mulheres vítimas de violência							
	Tipo de atividade realizada							
	Atendimen- to jurídico, no caso de advogado próprio ou de Defensoria Pública	Atendimen- to médico, hospitalar ou de outra especiali- dade da área de saúde, ou encaminha- mento para serviço de saúde da rede pública	Acompa- nhamento pedagógico das crianças	Encaminha- mento para programas de emprego e geração de renda	Garantia de inserção/per- manência das crianças na escola	Creche	Atendimen- to nos casos da Lei Maria da Penha	Outras atividades
Brasil	89	112	79	87	98	48	97	35
Norte	10	13	10	6	10	4	10	4
Rondônia	3	4	3	2	4	1	2	2
Acre	-	-	-	-	-	-	-	-
Amazonas	2	2	2	3	2	1	3	1
Roraima	-	-	-	-	-	-	-	-
Pará	3	5	4	1	3	2	3	-
Amapá	-	-	-	-	-	-	1	1
Tocantins	2	2	1	2	1	-	2	-
Nordeste	19	15	12	14	15	5	14	6
Maranhão	3	3	3	3	3	3	3	-
Piauí	1	1	-	1	1	-	-	-
Ceará	1	1	1	1	1	1	1	-
Rio Grande do Norte	2	2	2	2	1	-	1	1
Paraíba	2	2	1	-	1	-	2	1
Pernambuco	5	2	1	3	1	-	2	1
Alagoas	2	1	3	2	3	1	1	1
Sergipe	1	1	-	1	1	-	1	-
Bahia	2	2	1	1	3	-	3	2
Sudeste	32	36	27	31	38	15	33	10
Minas Gerais	8	9	5	5	7	3	7	2
Espírito Santo	2	1	1	1	1	-	2	-
Rio de Janeiro	5	5	5	5	5	1	4	-
São Paulo	17	21	16	20	25	11	20	8
Sul	17	35	21	28	27	15	29	10
Paraná	5	11	10	10	11	8	10	3
Santa Catarina	3	6	4	7	7	3	7	2
Rio Grande do Sul	9	18	7	11	9	4	12	5
Centro-Oeste	11	13	9	8	8	9	11	5
Mato Grosso do Sul	1	1	1	1	1	1	1	-
Mato Grosso	5	4	3	2	4	3	5	1
Goiás	4	7	4	4	3	4	4	3
Distrito Federal	1	1	1	1	-	1	1	1

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013.

(1) Inclusive os com quantidade ignorada.

Tabela 89 - Municípios, total e com Serviços Especializados de gestão municipal para mulheres em situação de violência de acordo com a Lei Maria da Penha, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios										
	Total	Com Serviços Especializados de gestão municipal para mulheres em situação de violência de acordo com a Lei Maria da Penha									
		Total	Tipo de atividade realizada								
			Atendimento psicológico individual	Atendimento psicológico em grupo	Atividades culturais e educativas profissionalizantes	Atendimento jurídico	Atendimento social acompanhado por assistente social que insira a mulher em programas sociais do governo, como Bolsa-Família e/ou Benefícios de Prestação Continuada	Encaminhamento para programas de emprego e geração de renda	Atividades de conscientização sobre os direitos da mulher junto à comunidade	Acompanhamento nos casos da Lei Maria da Penha	Outras atividades
Brasil	5 570	1 210	1 075	649	522	871	1 040	704	850	860	266
Até 5 000	1 247	90	84	36	35	49	71	34	48	55	10
De 5 001 a 10 000	1 227	118	103	57	54	70	105	66	81	76	20
De 10 001 a 20 000	1 378	208	189	103	94	144	186	102	134	137	38
De 20 001 a 50 000	1 080	387	348	224	164	303	337	211	281	279	78
De 50 001 a 100 000	339	174	152	82	73	131	146	115	122	133	40
De 100 001 a 500 000	260	200	170	125	88	146	168	149	157	152	68
Mais de 500 000	39	33	29	22	14	28	27	27	27	28	12
Norte	450	76	72	43	40	54	66	42	59	55	31
Até 5 000	80	2	2	-	-	1	2	-	1	1	1
De 5 001 a 10 000	81	2	2	2	2	2	2	2	2	2	1
De 10 001 a 20 000	110	11	10	4	4	5	10	2	7	5	3
De 20 001 a 50 000	111	27	25	16	14	19	22	14	21	17	7
De 50 001 a 100 000	42	14	13	6	8	12	13	8	11	13	4
De 100 001 a 500 000	24	19	19	14	11	14	16	15	16	17	14
Mais de 500 000	2	1	1	1	1	1	1	1	1	-	1
Nordeste	1 794	407	377	220	196	351	348	202	315	301	89
Até 5 000	234	17	17	11	8	12	12	5	10	11	2
De 5 001 a 10 000	360	36	32	17	17	25	34	19	27	20	5
De 10 001 a 20 000	577	81	76	41	38	67	70	28	54	54	14
De 20 001 a 50 000	443	161	151	87	74	148	139	72	130	123	34
De 50 001 a 100 000	119	61	56	31	30	55	52	40	51	48	15
De 100 001 a 500 000	50	41	35	25	23	35	33	29	34	35	14
Mais de 500 000	11	10	10	8	6	9	8	9	9	10	5
Sudeste	1 668	332	277	179	127	244	293	206	218	227	87
Até 5 000	374	17	16	6	8	13	13	5	10	9	1
De 5 001 a 10 000	397	31	27	17	15	22	27	15	20	22	6
De 10 001 a 20 000	359	42	36	20	15	30	38	20	23	23	7
De 20 001 a 50 000	290	84	73	51	29	61	77	51	52	57	19
De 50 001 a 100 000	107	54	45	22	21	42	50	39	34	41	17
De 100 001 a 500 000	124	89	68	54	35	63	76	65	67	64	32
Mais de 500 000	17	15	12	9	4	13	12	11	12	11	5
Sul	1 191	271	233	127	99	135	227	159	160	173	42
Até 5 000	420	41	38	15	12	15	34	16	18	24	2
De 5 001 a 10 000	280	36	30	14	13	13	29	18	20	24	6
De 10 001 a 20 000	228	45	40	22	21	20	43	30	26	31	11
De 20 001 a 50 000	159	71	58	35	26	45	60	43	44	40	11
De 50 001 a 100 000	52	35	28	15	11	16	23	19	20	24	4
De 100 001 a 500 000	48	39	36	24	14	24	34	29	29	26	7
Mais de 500 000	4	4	3	2	2	2	4	4	3	4	1
Centro-Oeste	467	124	116	80	60	87	106	95	98	104	17
Até 5 000	139	13	11	4	7	8	10	8	9	10	4
De 5 001 a 10 000	109	13	12	7	7	8	13	12	12	8	2
De 10 001 a 20 000	104	29	27	16	16	22	25	22	24	24	3
De 20 001 a 50 000	77	44	41	35	21	30	39	31	34	42	7
De 50 001 a 100 000	19	10	10	8	3	6	8	9	6	7	-
De 100 001 a 500 000	14	12	12	8	5	10	9	11	11	10	1
Mais de 500 000	5	3	3	2	1	3	2	2	2	3	-

Tabela 90 - Municípios, total e com Serviços Especializados de gestão municipal para mulheres em situação de violência de acordo com a Lei Maria da Penha, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios										
	Total	Com Serviços Especializados de gestão municipal para mulheres em situação de violência de acordo com a Lei Maria da Penha									
		Total	Tipo de atividade realizada								
			Atendimento psicológico individual	Atendimento psicológico em grupo	Atividades culturais e educativas profissionalizantes	Atendimento jurídico	Atendimento social acompanhado por assistente social que insira a mulher em programas sociais do governo, como Bolsa-Família e/ou Benefícios de Prestação Continuada	Encaaminhamento para programas de emprego e geração de renda	Atividades de conscientização sobre os direitos da mulher junto à comunidade	Acompanhamento nos casos da Lei Maria da Penha	Outras atividades
Brasil	5 570	1 210	1 075	649	522	871	1 040	704	850	860	266
Norte	450	76	72	43	40	54	66	42	59	55	31
Rondônia	52	10	10	6	4	5	9	6	6	7	4
Acre	22	6	6	4	4	4	5	5	5	5	2
Amazonas	62	15	14	12	9	13	15	7	14	14	2
Roraima	15	3	3	2	2	3	3	2	3	3	1
Pará	144	30	30	17	15	24	26	18	24	18	14
Amapá	16	5	3	1	4	1	2	1	2	3	5
Tocantins	139	7	6	1	2	4	6	3	5	5	3
Nordeste	1 794	407	377	220	196	351	348	202	315	301	89
Maranhão	217	44	38	16	15	33	30	22	28	24	11
Piauí	224	25	24	11	8	17	19	7	16	13	3
Ceará	184	72	66	46	31	65	69	40	60	57	21
Rio Grande do Norte	167	18	16	11	6	15	16	10	12	10	-
Paraíba	223	30	30	17	15	25	25	13	24	26	4
Pernambuco	185	69	68	30	44	64	63	36	55	56	10
Alagoas	102	35	31	15	18	29	30	21	30	29	8
Sergipe	75	21	17	10	6	18	19	12	14	13	7
Bahia	417	93	87	64	53	85	77	41	76	73	25
Sudeste	1 668	332	277	179	127	244	293	206	218	227	87
Minas Gerais	853	127	114	66	50	105	112	67	80	86	30
Espírito Santo	78	30	24	20	7	21	28	20	22	18	5
Rio de Janeiro	92	45	39	25	20	40	35	28	34	35	18
São Paulo	645	130	100	68	50	78	118	91	82	88	34
Sul	1 191	271	233	127	99	135	227	159	160	173	42
Paraná	399	90	79	38	26	57	79	59	56	65	15
Santa Catarina	295	81	67	40	28	34	64	49	46	48	11
Rio Grande do Sul	497	100	87	49	45	44	84	51	58	60	16
Centro-Oeste	467	124	116	80	60	87	106	95	98	104	17
Mato Grosso do Sul	79	53	49	37	23	41	51	41	47	48	4
Mato Grosso	141	34	31	20	15	17	28	26	21	25	7
Goiás	246	36	35	22	21	28	27	27	29	30	6
Distrito Federal	1	1	1	1	1	1	-	1	1	1	-

Tabela 91 - Municípios, total e com serviços/estruturas existentes, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios					
	Total	Com serviços/estruturas existentes				Nenhum serviço/ estrutura
		Serviços de Saúde Especializados para o Atendimento dos Casos de Violência Contra a Mulher	Instituto médico legal	Creches	Centro de arto normal	
Brasil	5 570	397	305	3 776	428	1 634
Até 5 000	1 247	22	1	719	15	519
De 5 001 a 10 000	1 227	36	2	817	57	392
De 10 001 a 20 000	1 378	55	5	965	109	378
De 20 001 a 50 000	1 080	90	36	780	127	263
De 50 001 a 100 000	339	62	81	249	56	62
De 100 001 a 500 000	260	107	148	208	51	20
Mais de 500 000	39	25	32	38	13	-
Norte	450	33	27	212	31	212
Até 5 000	80	2	-	29	2	48
De 5 001 a 10 000	81	2	1	41	5	35
De 10 001 a 20 000	110	-	2	52	4	55
De 20 001 a 50 000	111	12	4	49	11	53
De 50 001 a 100 000	42	7	4	21	6	18
De 100 001 a 500 000	24	8	14	18	3	3
Mais de 500 000	2	2	2	2	-	-
Nordeste	1 794	103	53	1 102	217	624
Até 5 000	234	4	-	118	6	115
De 5 001 a 10 000	360	4	-	200	29	153
De 10 001 a 20 000	577	22	-	346	69	205
De 20 001 a 50 000	443	30	1	298	62	125
De 50 001 a 100 000	119	16	18	87	26	22
De 100 001 a 500 000	50	19	24	42	19	4
Mais de 500 000	11	8	10	11	6	-
Sudeste	1 668	138	118	1 194	94	430
Até 5 000	374	3	-	229	-	144
De 5 001 a 10 000	397	16	-	268	10	125
De 10 001 a 20 000	359	15	-	275	18	80
De 20 001 a 50 000	290	20	7	230	28	55
De 50 001 a 100 000	107	23	30	82	13	15
De 100 001 a 500 000	124	52	68	94	19	11
Mais de 500 000	17	9	13	16	6	-
Sul	1 191	86	74	941	66	236
Até 5 000	420	8	1	271	6	147
De 5 001 a 10 000	280	11	1	230	10	49
De 10 001 a 20 000	228	14	1	207	14	19
De 20 001 a 50 000	159	20	13	142	19	16
De 50 001 a 100 000	52	10	21	45	9	3
De 100 001 a 500 000	48	19	33	42	8	2
Mais de 500 000	4	4	4	4	-	-
Centro-Oeste	467	37	33	327	20	132
Até 5 000	139	5	-	72	1	65
De 5 001 a 10 000	109	3	-	78	3	30
De 10 001 a 20 000	104	4	2	85	4	19
De 20 001 a 50 000	77	8	11	61	7	14
De 50 001 a 100 000	19	6	8	14	2	4
De 100 001 a 500 000	14	9	9	12	2	-
Mais de 500 000	5	2	3	5	1	-

Tabela 92 - Municípios, total e com serviços/estruturas existentes, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios					
	Total	Com serviços/estruturas existentes				Nenhum serviço/ estrutura
		Serviços de Saúde Especializados para o Atendimento dos Casos de Violência Contra a Mulher	Instituto médico legal	Creches	Centro de arto normal	
Brasil	5 570	397	305	3 776	428	1 634
Norte	450	33	27	212	31	212
Rondônia	52	2	3	34	3	16
Acre	22	1	2	13	-	9
Amazonas	62	11	2	28	6	28
Roraima	15	1	1	10	2	3
Pará	144	9	9	56	13	81
Amapá	16	-	1	2	-	13
Tocantins	139	9	9	69	7	62
Nordeste	1 794	103	53	1 102	217	624
Maranhão	217	21	4	91	42	102
Piauí	224	8	2	100	5	119
Ceará	184	12	6	118	34	55
Rio Grande do Norte	167	6	3	109	29	56
Paraíba	223	10	3	128	3	90
Pernambuco	185	22	5	125	50	45
Alagoas	102	8	2	71	25	27
Sergipe	75	5	1	39	6	34
Bahia	417	11	27	321	23	96
Sudeste	1 668	138	118	1 194	94	430
Minas Gerais	853	46	33	560	36	278
Espírito Santo	78	9	4	59	5	14
Rio de Janeiro	92	18	19	71	16	16
São Paulo	645	65	62	504	37	122
Sul	1 191	86	74	941	66	236
Paraná	399	28	21	384	29	14
Santa Catarina	295	24	24	232	15	58
Rio Grande do Sul	497	34	29	325	22	164
Centro-Oeste	467	37	33	327	20	132
Mato Grosso do Sul	79	8	11	70	3	7
Mato Grosso	141	8	8	88	8	49
Goiás	246	21	13	168	9	76
Distrito Federal	1	-	1	1	-	-

Referências

BANDEIRA, L. *Fortalecimento da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres: avançar na transversalidade da perspectiva de gênero nas políticas públicas*. Brasília, DF: Secretaria Especial de Política para as Mulheres em convênio com a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe - Cepal, 2005.

BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. *Estatuto da cidade: guia para implementação pelos municípios e cidadãos: lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que estabelece diretrizes gerais da política urbana*. 2. ed. Brasília, DF, 2002. 273 p. (Série fontes de referência. Legislação, n. 46). Acima do título: Comissão de Desenvolvimento Urbano e Interior da Câmara dos Deputados, Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano da Presidência da República, Caixa Econômica Federal e Instituto Pólis. Disponível em: <http://www.unc.br/mestrado/mestrado_materiais/estatuto_cidade_2002.pdf>. Acesso em: abr. 2014.

_____. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF, [2014a]. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/legislacao>> Acesso em: abr. 2014.

_____. Decreto nº 7.404, de 23 de dezembro de 2010. Regulamenta a lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, cria o Comitê Interministerial da Política Nacional de Resíduos Sólidos e o Comitê Orientador para a Implantação dos Sistemas de Logística Reversa, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Poder Executivo, Brasília, DF, ano 147, n. 245-A, 23 dez. 2010a. Seção 1, p. 1. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/legislacao>>. Acesso em: abr. 2014.

_____. Ministério do Meio Ambiente. *Planos de gestão de resíduos sólidos: manual de orientação: apoiando a política nacional de resíduos sólidos, do nacional ao local*. Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente; São Paulo: Governos Locais pela Sustentabilidade - Iclei-Brasil, 2012. 156 p. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/182/_arquivos/manual_de_residuos_solidos3003_182.pdf>. Acesso em: abr. 2014.

_____. Ministério do Meio Ambiente. *O que é consumo sustentável*. Brasília, DF, 2014f. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/producao-e-consumo-sustentavel/conceitos/consumo-sustentavel>>. Acesso em: abr. 2014.

_____. Ministério do Meio Ambiente. *Salas verdes*. Brasília, DF, 2014g. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/educacao-ambiental/educucomunicacao/salas-verdes>>. Acesso em: abr. 2014.

_____. Secretaria de Políticas para as Mulheres. *Plano nacional de políticas para as mulheres 2013-2015*. Brasília, DF, 2013. 113 p. Disponível em: <<http://www.spm.gov.br/pnpm/publicacoes/pnpm-2013-2015-em-22ago13.pdf>>. Acesso em: abr. 2014.

CONSELHO NACIONAL DE SECRETÁRIOS DE SAÚDE (Brasil). *Sistema único de saúde*. Brasília, DF: Conass, 2011. 291p. (Coleção para entender a gestão do SUS, v. 1). Disponível em: <http://www.conass.org.br/colecao2011/livro_1.pdf>. Acesso em: abr. 2014.

FARAH, M. F. S. Gênero e políticas públicas. *Estudos Feministas*, Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, v. 12, n. 1, p. 47-71, jan./abr. 2004a. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/issue/view/338>>. Acesso em: abr. 2014.

_____. Políticas públicas e gênero. In: GODINHO, T.; SILVEIRA, M. L. da (Org.). *Políticas públicas e igualdade de gênero*. São Paulo: Prefeitura de São Paulo, Coordenadoria Especial da Mulher, 2004b. p. 127-142. (Cadernos da Coordenadoria Especial da Mulher, 8). Disponível em: <<http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/05630.pdf>>. Acesso em: abr. 2014.

FERNANDES, A.T.; CASTRO, C; MARON, J. *Desafios para implementação de políticas públicas: intersectorialidade e regionalização*. Trabalho apresentado no VI Congresso Consad de Gestão Pública, realizado em Brasília, DF, 2013. 20 p. Painel Governança em rede: inovações da gestão regionalizada em Minas Gerais. Disponível em: <http://www.escoladegoverno.pr.gov.br/arquivos/File/2013/V_CONSAD/VI_CONSAD/025.pdf>. Acesso em: abr. 2014.

JACOBI, P. R. Políticas sociais locais e os desafios da participação cidadina. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Saúde Coletiva - Abrasco, v. 7, n. 3, p. 443-454, 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v7n3/13024.pdf>>. Acesso em: abr. 2014.

JUNQUEIRA, L. A. P. Descentralização e intersectorialidade: a construção de um modelo de gestão municipal. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas - FGV, v. 32, n. 2, p. 11-22, mar./abr. 1998. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/viewArticle/7696>>. Acesso em: abr. 2014.

ÓRGÃO GESTOR DA POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL (Brasil). *CIEAS: comissões estaduais interinstitucionais de educação ambiental*. Brasília, DF, 2005. (Série documentos técnicos, 1). Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/educamb/_arquivos/dt_01.pdf>. Acesso em: abr. 2014.

PERFIL dos municípios brasileiros: gestão pública 2004. Rio de Janeiro: IBGE, 2005b. 135 p. Acompanha 1 CD-ROM. Acima do título: Pesquisa de Informações Básicas Municipais. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/perfilmunic/defaulttab1_perfil.shtm>. Acesso em: abr. 2014.

PERFIL dos municípios brasileiros: meio ambiente 2002. Rio de Janeiro: IBGE, 2005a. 382 p. Acompanha 1 CD-ROM. Acima do título: Pesquisa de Informações Básicas Municipais. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/perfilmunic/defaulttab2_supl.shtm>. Acesso em: abr. 2014.

PERFIL dos municípios brasileiros 2008. Rio de Janeiro: IBGE, 2008. 247 p. Acompanha 1 CD-ROM. Acima do título: Pesquisa de Informações Básicas Municipais. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/perfilmunic/defaulttab1_perfil.shtm>. Acesso em: abr. 2014.

PERFIL dos municípios brasileiros 2009. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. 472 p. Acompanha 1 CD-ROM. Acima do título: Pesquisa de informações básicas municipais. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/perfilmunic/defaulttab1_perfil.shtm>. Acesso em: abr. 2014.

PERFIL dos municípios brasileiros 2012. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. 285 p. Acompanha 1 CD-ROM. Acima do título: Pesquisa de Informações Básicas Municipais. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/perfilmunic/defaulttab1_perfil.shtm>. Acesso em: abr. 2014.

SALOMÃO, F. X. T.; IWASA, O. Y. Erosão e a ocupação rural e urbana. In: BITAR, O. Y. (Org). *Curso de Geologia aplicada ao meio ambiente*. São Paulo: Associação Brasileira de Geologia de Engenharia - ABGE: Instituto de Pesquisas Tecnológicas - IPT, 1995.

SILVEIRA, M. L. da. Políticas públicas de gênero: impasses e desafios para fortalecer a agenda política na perspectiva da igualdade. In: GODINHO, T.; SILVEIRA, M. L. da (Org.). *Políticas públicas e igualdade de gênero*. São Paulo: Prefeitura de São Paulo, Coordenadoria Especial da Mulher, 2004. p. 65-76. (Cadernos da Coordenadoria Especial da Mulher, 8). Disponível em: <<http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/05630.pdf>>. Acesso em: abr. 2014.

SOUZA, L. P. Gestão do Sistema único de assistência social (SUAS) no Paraná: limites e possibilidades. *Caderno IPARDES: estudos e pesquisas*, Curitiba: Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IparDES, v. 1, n. 1, p. 66-81, jan./jun. 2011. Disponível em: <<http://www.ipardes.pr.gov.br/ojs/index.php/cadernoipardes/issue/archive>>. Acesso em: abr. 2014.

TUMELERO, S. M. *Intersetorialidade nas políticas públicas*. Trabalho apresentado no III Congresso Internacional Ciências, Tecnologias y Culturas, realizado em Santiago del Chile, 2013. Simpósio Democracia, gobierno y políticas públicas: estratégias para el desarrollo regional.

Anexo

BLOCO 03		INFORMAÇÕES DA PREFEITURA E DO ATUAL PREFEITO			(Conclusão)																																																
11 - O prefeito atual estava em exercício do mandato de prefeito (a) neste município em 2012? 1 <input type="checkbox"/> Sim 2 <input type="checkbox"/> Não		12 - Sexo do prefeito(a): 1 <input type="checkbox"/> Masculino 2 <input type="checkbox"/> Feminino		13 - Idade: <input type="text"/> <input type="text"/> anos																																																	
14 - Escolaridade do prefeito(a): 1 <input type="checkbox"/> Ensino fundamental (1º Grau) incompleto 2 <input type="checkbox"/> Ensino fundamental (1º Grau) completo 3 <input type="checkbox"/> Ensino médio (2º Grau) incompleto 4 <input type="checkbox"/> Ensino médio (2º Grau) completo 5 <input type="checkbox"/> Ensino superior incompleto 6 <input type="checkbox"/> Ensino superior completo 7 <input type="checkbox"/> Pós-graduação																																																					
15 - Partido pelo qual o prefeito(a) foi eleito(a): <input type="text"/>																																																					
<table border="0" style="width: 100%;"> <tr> <td colspan="10"></td> <td style="text-align: center;">88 - Sem partido</td> <td style="text-align: center;">89 - Outra situação</td> </tr> <tr> <td>10 - PRB</td><td>13 - PT</td><td>16 - PSTU</td><td>20 - PSC</td><td>23 - PPS</td><td>28 - PRTB</td><td>33 - PMN</td><td>43 - PV</td><td>50 - PSOL</td><td>55 - PSD</td><td colspan="2"></td> </tr> <tr> <td>11 - PP</td><td>14 - PTB</td><td>17 - PSL</td><td>21 - PCB</td><td>25 - DEM</td><td>29 - PCO</td><td>36 - PTC</td><td>44 - PRP</td><td>51 - PEN</td><td>65 - PC do B</td><td colspan="2"></td> </tr> <tr> <td>12 - PDT</td><td>15 - PMDB</td><td>19 - PTN</td><td>22 - PR</td><td>27 - PSDC</td><td>31 - PHS</td><td>40 - PSB</td><td>45 - PSDB</td><td>54 - PPL</td><td>70 - PT do B</td><td colspan="2"></td> </tr> </table>																88 - Sem partido	89 - Outra situação	10 - PRB	13 - PT	16 - PSTU	20 - PSC	23 - PPS	28 - PRTB	33 - PMN	43 - PV	50 - PSOL	55 - PSD			11 - PP	14 - PTB	17 - PSL	21 - PCB	25 - DEM	29 - PCO	36 - PTC	44 - PRP	51 - PEN	65 - PC do B			12 - PDT	15 - PMDB	19 - PTN	22 - PR	27 - PSDC	31 - PHS	40 - PSB	45 - PSDB	54 - PPL	70 - PT do B		
										88 - Sem partido	89 - Outra situação																																										
10 - PRB	13 - PT	16 - PSTU	20 - PSC	23 - PPS	28 - PRTB	33 - PMN	43 - PV	50 - PSOL	55 - PSD																																												
11 - PP	14 - PTB	17 - PSL	21 - PCB	25 - DEM	29 - PCO	36 - PTC	44 - PRP	51 - PEN	65 - PC do B																																												
12 - PDT	15 - PMDB	19 - PTN	22 - PR	27 - PSDC	31 - PHS	40 - PSB	45 - PSDB	54 - PPL	70 - PT do B																																												
AGENDA DE COMPROMISSOS DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO																																																					
A Agenda de Compromissos dos OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO - Governo Federal e Municípios 2013-2016 representa um pacto entre o Governo Federal e os gestores municipais para a execução de um conjunto de ações com vistas a melhorar as condições de vida da população, de acordo com os oito OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO (ODM): 1 - Acabar com a fome e a miséria; 2 - Educação básica de qualidade para todos; 3 - Igualdade entre os sexos e a valorização da mulher; 4 - Reduzir a mortalidade infantil; 5 - Melhorar a saúde das gestantes; 6 - Combater a AIDS, a malária e outras doenças; 7 - Qualidade de vida e respeito ao meio ambiente; e 8 - Todo mundo trabalhando pelo desenvolvimento.																																																					
16 - O gestor municipal tem conhecimento da Agenda de Compromissos dos Objetivos do Milênio? 1 <input type="checkbox"/> Sim 2 <input type="checkbox"/> Não (passe para o quesito 21)																																																					
17 - O gestor aderiu à Agenda de Compromissos? 1 <input type="checkbox"/> Sim → 17.1 - Qual(ais) o(s) objetivo(s)? (admite múltipla marcação)																																																					
17.1.1 <input type="checkbox"/> Acabar com a fome e a miséria		17.1.2 <input type="checkbox"/> Educação básica de qualidade para todos																																																			
17.1.3 <input type="checkbox"/> Igualdade entre os sexos e a valorização da mulher		17.1.4 <input type="checkbox"/> Reduzir a mortalidade infantil																																																			
17.1.5 <input type="checkbox"/> Melhorar a saúde das gestantes		17.1.6 <input type="checkbox"/> Combater a AIDS, a malária e outras doenças																																																			
17.1.7 <input type="checkbox"/> Qualidade de vida e respeito ao meio ambiente		17.1.8 <input type="checkbox"/> Todo mundo trabalhando pelo desenvolvimento																																																			
2 <input type="checkbox"/> Não (passe para o quesito 21)																																																					
18 - Existe alocação de pessoas e recursos para as ações previstas? 1 <input type="checkbox"/> Sim, apenas pessoas 2 <input type="checkbox"/> Sim, apenas recursos 3 <input type="checkbox"/> Sim, pessoas e recursos 4 <input type="checkbox"/> Não																																																					
19 - Existe a participação social (participação de conselhos, comitês e etc.) para o monitoramento das ações previstas na agenda? 1 <input type="checkbox"/> Sim 2 <input type="checkbox"/> Não																																																					
20 - Existe plano de ação para atingir a(s) meta(s) assumida(s) na Agenda? 1 <input type="checkbox"/> Sim 2 <input type="checkbox"/> Não																																																					
21 - Existe outra forma de monitoramento e avaliação relacionada aos Objetivos do Milênio? 1 <input type="checkbox"/> Sim 2 <input type="checkbox"/> Não																																																					
22 - Nome do responsável pela informação: <input type="text"/>																																																					
23 - Cargo do responsável pela informação: <input type="text"/>																																																					
24 - E-mail/endereço eletrônico do responsável pela informação: <input type="text"/>																																																					
25 - Telefone do responsável pela informação: <input type="text"/> - <input type="text"/>		Assinatura do responsável pela informação: <input type="text"/>																																																			

BLOCO 04	RECURSOS HUMANOS					(Conclusão)
<p>1 - Registre a quantidade de pessoas ocupadas na administração direta por vínculo empregatício:</p> <p>Estatutários são os servidores regidos pelo Regime Jurídico Único (RJU).</p> <p>Celetistas são os regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).</p> <p>Somente comissionados são os ocupantes de cargo em comissão que não possuem cargo efetivo. Têm como vínculo somente o cargo comissionado que exercem.</p> <p>Sem vínculo permanente são os cedidos por órgãos públicos federais ou estaduais, os prestadores de serviços, os voluntários, os contratados administrativamente, dentre outros.</p>						
Estatutários	Celetistas	Somente comissionados	Estagiários	Sem vínculo permanente	Total	
1.1 <input type="text"/>	1.2 <input type="text"/>	1.3 <input type="text"/>	1.4 <input type="text"/>	1.5 <input type="text"/>	1.6 <input type="text"/>	
<p>2 - Existe administração indireta municipal? 1 <input type="checkbox"/> Sim 2 <input type="checkbox"/> Não (passe para o quesito 4)</p>						
<p>3 - Registre a quantidade de pessoas ocupadas na administração indireta por vínculo empregatício:</p>						
Estatutários	Celetistas	Somente comissionados	Estagiários	Sem vínculo permanente	Total	
3.1 <input type="text"/>	3.2 <input type="text"/>	3.3 <input type="text"/>	3.4 <input type="text"/>	3.5 <input type="text"/>	3.6 <input type="text"/>	
<p>4 - A pessoa responsável pela informação foi identificada:</p> <p>1 <input type="checkbox"/> Sim, no bloco <input type="text"/></p> <p>2 <input type="checkbox"/> Não</p> <p style="margin-left: 40px;"> 4.1 - Nome do responsável pela informação: <input type="text"/> 4.2 - Cargo: <input type="text"/> 4.3 - Telefone: <input type="text"/> - <input type="text"/> Assinatura: <input type="text"/> </p>						

BLOCO 05	LEGISLAÇÃO E INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO					(Continua)
<p>1 - O município possui Plano Diretor? 1 <input type="checkbox"/> Sim (passe para o quesito 3) 2 <input type="checkbox"/> Não</p>			<p>2 - O município está elaborando o Plano Diretor? 1 <input type="checkbox"/> Sim 2 <input type="checkbox"/> Não</p>			
<p>Assinale se o município possui os instrumentos relacionados abaixo:</p>						
<p>3 - Legislação sobre área e/ou zona especial de interesse social</p>		<p>1 <input type="checkbox"/> Sim, com legislação específica → 3.1 - Ano da lei: <input type="text"/></p> <p>2 <input type="checkbox"/> Sim, como parte integrante do Plano Diretor</p> <p>3 <input type="checkbox"/> Não</p>				
<p>4 - Legislação sobre área e/ou zonas de interesse especial</p>		<p>1 <input type="checkbox"/> Sim, com legislação específica → 4.1 - Ano da lei: <input type="text"/></p> <p>2 <input type="checkbox"/> Sim, como parte integrante do Plano Diretor</p> <p>3 <input type="checkbox"/> Não</p>				
<p>5 - Lei de perímetro urbano</p>		<p>1 <input type="checkbox"/> Sim, com legislação específica → 5.1 - Ano da lei: <input type="text"/></p> <p>2 <input type="checkbox"/> Sim, como parte integrante do Plano Diretor</p> <p>3 <input type="checkbox"/> Não</p>				

BLOCO 05

LEGISLAÇÃO E INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO

(Continua)

6 - Legislação sobre parcelamento do solo

1 Sim, com legislação específica → 6.1 - Ano da lei:

2 Sim, como parte integrante do Plano Diretor

3 Não

7 - Legislação sobre zoneamento ou uso e ocupação do solo

1 Sim, com legislação específica → 7.1 - Ano da lei:

2 Sim, como parte integrante do Plano Diretor

3 Não

8 - Legislação sobre solo criado

1 Sim, com legislação específica → 8.1 - Ano da lei:

2 Sim, como parte integrante do Plano Diretor

3 Não

9 - Legislação sobre contribuição de melhoria

1 Sim, com legislação específica → 9.1 - Ano da lei:

2 Sim, como parte integrante do Plano Diretor

3 Não

10 - Legislação sobre operação urbana consorciada

1 Sim, com legislação específica → 10.1 - Ano da lei:

2 Sim, como parte integrante do Plano Diretor

3 Não

11 - Legislação sobre estudo de impacto de vizinhança

1 Sim, com legislação específica → 11.1 - Ano da lei:

2 Sim, como parte integrante do Plano Diretor

3 Não

12 - Código de obras

1 Sim, com legislação específica → 12.1 - Ano da lei:

2 Sim, como parte integrante do Plano Diretor

3 Não

13 - A pessoa responsável pela informação já foi identificada:

1 Sim, no bloco

2 Não → 13.1 - Nome do responsável pela informação:

13.2 - Cargo:

13.3 - Telefone: - Assinatura:

BLOCO 06

GESTÃO DE RISCOS E RESPOSTA A DESASTRES

(Continua)

ATENÇÃO!

O bloco sobre Gestão de Riscos e Resposta a Desastres é focado nos principais eventos causadores de desastres naturais nas cidades brasileiras: enchentes ou inundações graduais, enxurradas ou inundações bruscas e escorregamento ou deslizamentos de encostas. Os conceitos de alagamentos e processos erosivos foram descritos para fazer a distinção dos demais eventos. Portanto, antes de responder às próximas perguntas, é importante identificar o(s) evento(s) que ocorreu(ram) em sua cidade, atentando para a diferença entre enchentes, enxurradas e alagamentos e entre escorregamentos de encostas e processos erosivos, de modo a identificar corretamente o(s) evento(s).

Enchentes ou Inundações Graduais - Ocorrem quando, em períodos demorados de chuvas contínuas, o leito dos rios se eleva de forma lenta e previsível, mantendo-se em situação de cheia durante algum tempo e, a seguir, escoam gradualmente. Normalmente, são características das grandes bacias hidrográficas e dos rios de planície.

Enxurradas ou Inundações Bruscas - São provocadas por chuvas intensas e concentradas que fazem os canais naturais de drenagem transbordar de forma rápida e imprevisível e geralmente provocam danos materiais e humanos mais intensos do que as enchentes ou inundações graduais. Normalmente, ocorrem em bacias de médio ou pequeno porte e são intensificadas por relevos acentuados.

Alagamentos - Os alagamentos diferenciam-se de enchentes ou inundações graduais e de enxurradas ou inundações bruscas por estarem mais relacionados a sistemas de drenagem deficientes ou a falta de permeabilidade do solo - que dificultam o escoamento das águas e geram acúmulos - do que a fenômenos naturais em si.

Escorregamentos ou Deslizamentos de Encostas - São movimentos de massa de solos, rochas ou detritos em morros, taludes e encostas, tendo como causa principal a infiltração de água das chuvas combinada com mudanças nas condições naturais do relevo, como cortes para construção de moradias, rodovias, aterros e outras obras. Ou ainda pelo acúmulo de resíduos sólidos no topo e/ou setor médio dos morros, taludes e encostas.

Processos Erosivos - Se caracterizam pelo desgaste do solo e das rochas e seu transporte para as partes mais baixas dos relevos e, em geral, vão assorear cursos d'água. Podem ser marítimos, eólicos, glaciais, fluviais, entre outros.

1 - O município foi atingido em suas áreas urbanas por alagamentos nos últimos 5 anos? 1 Sim 2 Não 3 Não sabe

2 - O município foi atingido em suas áreas urbanas por processo erosivo acelerado nos últimos 5 anos? 1 Sim 2 Não 3 Não sabe

3 - O município foi atingido em suas áreas urbanas por enchentes ou inundações graduais nos últimos 5 anos? 1 Sim 2 Não (passe para o quesito 7) 3 Não sabe (passe para o quesito 7)

4 - Qual o número de eventos de enchentes ou inundações graduais ocorridos nos últimos 5 anos nas áreas urbanas do município? 1 eventos 2 Não sabe

5 - Em que ano aconteceu o evento de enchente ou inundações gradual com maior número de edificações atingidas nas áreas urbanas do município?

1 2008 2 2009 3 2010 4 2011 5 2012 6 Não sabe (passe para o quesito 7)

6 - No evento de enchente ou inundações gradual com maior número de edificações atingidas:

6.1 - Número de edificações atingidas nas áreas urbanas do município: 1 2 Não sabe

6.2 - Número de pessoas desalojadas ou desabrigadas nas áreas urbanas do município: 1 2 Não sabe

6.3 - Número de óbitos ocorridos nas áreas urbanas do município: 1 2 Não sabe

6.4 - Em que áreas urbanas do município ocorreram as enchentes ou inundações graduais: (admite múltipla marcação)

Naturalmente inundáveis - áreas próximas aos leitos dos cursos d'água onde normalmente ocorrem inundações.

Não usualmente inundáveis - áreas próximas aos leitos dos cursos d'água onde normalmente não ocorrem inundações.

6.4.1 Naturalmente inundáveis 6.4.2 Não usualmente inundáveis 6.4.3 Com ocupações regulares

6.4.4 Com ocupações irregulares 6.4.5 Outras áreas 6.4.6 Em áreas com existência de processo erosivo acelerado

6.4.7 Não sabe

6.5 - O que está sendo feito no município para evitar ou minimizar os danos causados por enchentes ou inundações graduais? (admite múltipla marcação)

Barragem à montante para equalização das cheias - estrutura localizada antes da área urbana que acumula temporariamente as águas pluviais com a função de amortecer as vazões de cheias e reduzir os riscos de inundações.

Construção de canais de macrodrenagens - obra hidráulica, que pode ou não ser revestida de material que lhe dê sustentação e que se destina a passagem da água.

Construção de parque - destinação de uma faixa ao longo de um rio, córrego ou canal. A área tem múltiplas funções, sendo a principal delas, proteger a zona ribeirinha contra ocupações irregulares que possam vir a confinar o corpo de água.

BLOCO 06

GESTÃO DE RISCOS E RESPOSTA A DESASTRES

(Continua)

Construção de reservatórios de amortecimento de cheias - obras que servem para conter o curso natural das águas de um rio através do armazenamento destas em grandes reservatórios.

Desassoreamento de corpos hídricos - obras de limpeza e remoção de sedimentos acumulados para o aumento da capacidade de escoamento.

Retificação de rios, aumento da calha ou desvio de cursos d'água - alteração do traçado ou da seção natural do curso d'água.

Revegetação - implantação de cobertura vegetal em áreas onde, por ação humana ou natural, perderam suas características originais.

Revitalização de rios e/ou bacias - volta do ecossistema, com razoável aproximação às condições anteriores à sua degradação. Engloba o restabelecimento dos processos originais de infiltração e escoamento, bem como das funções aquáticas primitivas e das relativas às suas características físicas, químicas e biológicas.

Intervenção	Finalizada	Em andamento
6.5.1 <input type="checkbox"/> Barragem à montante para equalização das cheias	6.5.1.1 <input type="checkbox"/>	6.5.1.2 <input type="checkbox"/>
6.5.2 <input type="checkbox"/> Construção de canais de macrodrenagens	6.5.2.1 <input type="checkbox"/>	6.5.2.2 <input type="checkbox"/>
6.5.3 <input type="checkbox"/> Construção de parque	6.5.3.1 <input type="checkbox"/>	6.5.3.2 <input type="checkbox"/>
6.5.4 <input type="checkbox"/> Construção de reservatórios de amortecimento de cheias	6.5.4.1 <input type="checkbox"/>	6.5.4.2 <input type="checkbox"/>
6.5.5 <input type="checkbox"/> Desassoreamento de corpos hídricos	6.5.5.1 <input type="checkbox"/>	6.5.5.2 <input type="checkbox"/>
6.5.6 <input type="checkbox"/> Retificação de rios, aumento da calha ou desvio de cursos d'água	6.5.6.1 <input type="checkbox"/>	6.5.6.2 <input type="checkbox"/>
6.5.7 <input type="checkbox"/> Realocação da população em área de risco	6.5.7.1 <input type="checkbox"/>	6.5.7.2 <input type="checkbox"/>
6.5.8 <input type="checkbox"/> Revegetação	6.5.8.1 <input type="checkbox"/>	6.5.8.2 <input type="checkbox"/>
6.5.9 <input type="checkbox"/> Revitalização de rios ou bacias	6.5.9.1 <input type="checkbox"/>	6.5.9.2 <input type="checkbox"/>
6.5.10 <input type="checkbox"/> Outra solução	6.5.10.1 <input type="checkbox"/>	6.5.10.2 <input type="checkbox"/>

6.5.11 Nenhuma intervenção

6.5.12 Não sabe

7 - O município foi atingido em suas áreas urbanas por enxurradas ou inundações bruscas nos últimos 5 anos? 1 Sim 2 Não (passe para o quesito 11) 3 Não sabe (passe para o quesito 11)

8 - Qual o número de eventos de enxurradas ou inundações bruscas ocorridos nos últimos 5 anos nas áreas urbanas do município? 1 eventos 2 Não sabe

9 - Em que ano aconteceu o evento de enxurradas ou inundações bruscas com maior número de edificações atingidas nas áreas urbanas do município? 1 2008 2 2009 3 2010 4 2011 5 2012 6 Não sabe (passe para o quesito 11)

10 - No evento de enxurradas ou inundações bruscas com maior número de edificações atingidas:

10.1 - Número de edificações atingidas nas áreas urbanas do município: 1 2 Não sabe

10.2 - Número de pessoas desalojadas ou desabrigadas nas áreas urbanas do município: 1 2 Não sabe

10.3 - Número de óbitos ocorridos nas áreas urbanas do município: 1 2 Não sabe

10.4 - Em que áreas urbanas do município ocorreram as enxurradas ou inundações bruscas: (admite múltipla marcação)

Naturalmente inundáveis - áreas próximas aos leitos dos cursos d'água onde normalmente ocorrem inundações.

Não usualmente inundáveis - áreas próximas aos leitos dos cursos d'água onde normalmente não ocorrem inundações.

10.4.1 Naturalmente inundáveis 10.4.2 Não usualmente inundáveis 10.4.3 Com ocupações regulares

10.4.4 Com ocupações irregulares 10.4.5 Outras áreas 10.4.6 Em áreas com existência de processo erosivo acelerado

10.4.7 Não sabe

BLOCO 06

GESTÃO DE RISCOS E RESPOSTA A DESASTRES

(Continua)

10.5 - O que está sendo feito no município para evitar ou minimizar os danos causados por enxurradas ou inundações bruscas? **(admite múltipla marcação)**

Barragem à montante para equalização das cheias - estrutura localizada antes da área urbana que acumula temporariamente as águas pluviais com a função de amortecer as vazões de cheias e reduzir os riscos de inundações.

Construção de canais de macrodrenagens - obra hidráulica, que pode ou não ser revestida de material que lhe dê sustentação e que se destina a passagem da água.

Construção de parque - destinação de uma faixa ao longo de um rio, córrego ou canal. A área tem múltiplas funções, sendo a principal delas, proteger a zona ribeirinha contra ocupações irregulares que possam vir a confinar o corpo de água.

Construção de reservatórios de amortecimento de cheias - obras que servem para conter o curso natural das águas de um rio através do armazenamento destas em grandes reservatórios.

Desassoreamento de corpos hídricos - obras de limpeza e remoção de sedimentos acumulados para o aumento da capacidade de escoamento.

Retificação de rios, aumento da calha ou desvio de cursos d'água - alteração do traçado ou da seção natural do curso d'água.

Revegetação - implantação de cobertura vegetal em áreas onde, por ação humana ou natural, perderam suas características originais.

Revitalização de rios e/ou bacias - volta do ecossistema, com razoável aproximação às condições anteriores à sua degradação. Engloba o restabelecimento dos processos originais de infiltração e escoamento, bem como das funções aquáticas primitivas e das relativas às suas características físicas, químicas e biológicas.

Intervenção	Finalizada	Em andamento
10.5.1 <input type="checkbox"/> Barragem à montante para equalização das cheias	10.5.1.1 <input type="checkbox"/>	10.5.1.2 <input type="checkbox"/>
10.5.2 <input type="checkbox"/> Construção de canais de macrodrenagens	10.5.2.1 <input type="checkbox"/>	10.5.2.2 <input type="checkbox"/>
10.5.3 <input type="checkbox"/> Construção de parque	10.5.3.1 <input type="checkbox"/>	10.5.3.2 <input type="checkbox"/>
10.5.4 <input type="checkbox"/> Construção de reservatórios de amortecimento de cheias	10.5.4.1 <input type="checkbox"/>	10.5.4.2 <input type="checkbox"/>
10.5.5 <input type="checkbox"/> Desassoreamento de corpos hídricos	10.5.5.1 <input type="checkbox"/>	10.5.5.2 <input type="checkbox"/>
10.5.6 <input type="checkbox"/> Retificação de rios, aumento da calha ou desvio de cursos d'água	10.5.6.1 <input type="checkbox"/>	10.5.6.2 <input type="checkbox"/>
10.5.7 <input type="checkbox"/> Realocação da população em área de risco	10.5.7.1 <input type="checkbox"/>	10.5.7.2 <input type="checkbox"/>
10.5.8 <input type="checkbox"/> Revegetação	10.5.8.1 <input type="checkbox"/>	10.5.8.2 <input type="checkbox"/>
10.5.9 <input type="checkbox"/> Revitalização de rios ou bacias	10.5.9.1 <input type="checkbox"/>	10.5.9.2 <input type="checkbox"/>
10.5.10 <input type="checkbox"/> Outra solução	10.5.10.1 <input type="checkbox"/>	10.5.10.2 <input type="checkbox"/>

6.5.11 Nenhuma intervenção6.5.12 Não sabe

11 - O município foi atingido em suas áreas urbanas por escorregamentos ou deslizamentos de encostas nos últimos 5 anos?

1 Sim 2 Não **(passe para o quesito 18)** 3 Não sabe **(passe para o quesito 18)**

12 - Qual o número de eventos de escorregamentos ou deslizamentos de encostas ocorridos nos últimos 5 anos nas áreas urbanas do município? 1 eventos 2 Não sabe

13 - Qual o número de edificações atingidas por eventos de escorregamentos ou deslizamentos de encostas nas áreas urbanas do município nos últimos 5 anos?

1 edificações 2 Não sabe

14 - Qual o número de pessoas desalojadas ou desabrigadas por eventos de escorregamentos ou deslizamentos de encostas nas áreas urbanas do município nos últimos 5 anos?

1 pessoas 2 Não sabe

15 - Qual o número de óbitos ocorridos devido a eventos de escorregamentos ou deslizamentos de encostas nas áreas urbanas do município nos últimos 5 anos?

1 óbitos 2 Não sabe

16 - Em que áreas urbanas do município ocorreram os escorregamentos ou deslizamentos nos últimos 5 anos? **(admite múltipla marcação)**

Taludes - Superfície inclinada do terreno, que forma um ângulo com a superfície horizontal. Podem ser classificados como artificial ou natural. Os taludes naturais são conhecidos como encostas, os artificiais são os declives diversos construídos pelo homem, como os aterros ou taludes de cortes e escavações.

16.1 Em áreas de taludes e encostas sujeitas a deslizamentos16.2 Em áreas urbanas com processos erosivos crônicos

BLOCO 06 GESTÃO DE RISCOS E RESPOSTA A DESASTRES (Continua)

- 16.3 Em áreas sem infraestrutura de drenagem
- 16.4 Em áreas com ocupações regulares
- 16.5 Em áreas com ocupações irregulares
- 16.6 Em áreas sem ocupação
- 16.7 Outras áreas
- 16.8 Não sabe

17 - O que está sendo feito no município para evitar ou minimizar os danos causados por escorregamentos ou deslizamentos de encostas? **(admite múltipla marcação)**

- Estabilização e proteção de taludes** - equilíbrio e apoio do plano inclinado que limita um aterro.
- Retaludamento de encostas** - replantação do plano inclinado que limita um aterro.
- Obras de contenção** - apoios para manter aterros ou encostas sob controle, de forma a reter a massa de solo.
- Construção de canais de macrodrenagens** - obra hidráulica, que pode ou não ser revestida de material que lhe dê sustentação e que se destina a passagem da água.
- Revegetação** - implantação de cobertura vegetal em áreas onde, por ação humana ou natural, perderam suas características originais.

Intervenção	Finalizada	Em andamento
17.1 <input type="checkbox"/> Estabilização e proteção de taludes	17.1.1 <input type="checkbox"/>	17.1.2 <input type="checkbox"/>
17.2 <input type="checkbox"/> Retaludamento de encostas	17.2.1 <input type="checkbox"/>	17.2.2 <input type="checkbox"/>
17.3 <input type="checkbox"/> Obras de contenção	17.3.1 <input type="checkbox"/>	17.3.2 <input type="checkbox"/>
17.4 <input type="checkbox"/> Construção de canais de macrodrenagens	17.4.1 <input type="checkbox"/>	17.4.2 <input type="checkbox"/>
17.5 <input type="checkbox"/> Realocação da população em área de risco	17.5.1 <input type="checkbox"/>	17.5.2 <input type="checkbox"/>
17.6 <input type="checkbox"/> Revegetação de encostas	17.6.1 <input type="checkbox"/>	17.6.2 <input type="checkbox"/>
17.7 <input type="checkbox"/> Outra solução	17.7.1 <input type="checkbox"/>	17.7.2 <input type="checkbox"/>

- 17.8 Nenhuma intervenção
- 17.9 Não sabe

18 - O município possui como instrumento de planejamento: **(admite múltipla marcação)**

- 18.1 Plano Diretor que contemple a prevenção de enchentes ou inundações graduais, ou enxurradas ou inundações bruscas
- 18.2 Lei de Uso e Ocupação do Solo que contemple a prevenção de enchentes ou inundações graduais, ou enxurradas ou inundações bruscas
- 18.3 Lei específica que contemple a prevenção de enchentes ou inundações graduais, ou enxurradas ou inundações bruscas
- 18.4 Plano Diretor que contemple a prevenção de escorregamentos ou deslizamentos de encostas
- 18.5 Lei de Uso e Ocupação do Solo que contemple a prevenção de escorregamentos ou deslizamentos de encostas
- 18.6 Lei específica que contemple a prevenção de escorregamentos ou deslizamentos de encostas
- 18.7 Plano Municipal de Redução de Riscos
- 18.8 Carta geotécnica de aptidão à urbanização
- 18.9 Plano de Saneamento Básico contemplando o serviço de abastecimento de água
- 18.10 Plano de Saneamento Básico contemplando o serviço de esgotamento sanitário
- 18.11 Plano de Saneamento Básico contemplando o serviço de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos
- 18.12 Plano de Saneamento Básico contemplando o serviço de drenagem e manejo de águas pluviais urbanas
- 18.13 Nenhum dos instrumentos

BLOCO 06	GESTÃO DE RISCOS E RESPOSTA A DESASTRES		(Continua)
<p>19 - Em relação ao gerenciamento de riscos de desastres decorrentes de enchentes ou inundações graduais, ou enxurradas ou inundações bruscas, as áreas urbanas do município possuem: (admite múltipla marcação)</p> <p>Cadastro de riscos - conjunto de informações sistematizadas em fichas, sobre moradias em situação de risco, constando de informações sobre: localização e condições da edificação, nomes dos ocupantes e dados que permitam avaliar sua vulnerabilidade frente a um possível acidente, além de outros dados cadastrais de interesse para a Defesa Civil. Essas informações deverão ser armazenadas em planilhas digitais e as moradias, localizadas em mapa, para facilitar a visualização espacial dos problemas na área.</p>			
19.1	<input type="checkbox"/>	Mapeamentos de áreas de risco de enchentes ou inundações	
19.2	<input type="checkbox"/>	Programa habitacional para realocação de população de baixa renda em área de risco (reassentamento em empreendimento de habitação de interesse social, pagamento de aluguel social ou similar, indenização da benfeitoria, compra de uma nova moradia, auxílio financeiro específico, entre outros)	
19.3	<input type="checkbox"/>	Mecanismos de controle e fiscalização para evitar ocupação em áreas suscetíveis aos desastres	19.4 <input type="checkbox"/> Plano de Contingência
19.5	<input type="checkbox"/>	Projetos de engenharia relacionados ao evento	19.6 <input type="checkbox"/> Sistema de alerta antecipado de desastres
19.7	<input type="checkbox"/>	Cadastro de risco	19.8 <input type="checkbox"/> Nenhum dos itens (passe para o quesito 22)
<p>20 - A partir dos estudos e mapeamentos realizados, qual a quantidade de cursos d'água sujeitos aos eventos de enchentes ou inundações graduais, ou enxurradas ou inundações bruscas nas áreas urbanas do município:</p> <p>1 <input type="text" value=""/> cursos d'água 2 <input type="checkbox"/> Não sabe</p>			
<p>21 - A partir dos estudos e mapeamentos realizados, qual a estimativa de população vulnerável aos eventos de enchentes ou inundações graduais, ou enxurradas ou inundações bruscas nas áreas urbanas do município:</p> <p>1 <input type="text" value=""/> pessoas 2 <input type="checkbox"/> Não sabe</p>			
<p>22 - Em relação ao gerenciamento de riscos de desastres decorrentes de escorregamentos ou deslizamentos de encostas, as áreas urbanas do município possuem: (admite múltipla marcação)</p> <p>Cadastro de riscos - conjunto de informações sistematizadas em fichas, sobre moradias em situação de risco, constando de informações sobre: localização e condições da edificação, nomes dos ocupantes e dados que permitam avaliar sua vulnerabilidade frente a um possível acidente, além de outros dados cadastrais de interesse para a Defesa Civil. Essas informações deverão ser armazenadas em planilhas digitais e as moradias, localizadas em mapa, para facilitar a visualização espacial dos problemas na área.</p>			
22.1	<input type="checkbox"/>	Mapeamentos de áreas de risco em encostas	
22.2	<input type="checkbox"/>	Programa habitacional para realocação de população de baixa renda em área de risco (reassentamento em empreendimento de habitação de interesse social, pagamento de aluguel social ou similar, indenização da benfeitoria, compra de uma nova moradia, auxílio financeiro específico, entre outros)	
22.3	<input type="checkbox"/>	Mecanismos de controle e fiscalização para evitar ocupação em áreas suscetíveis aos desastres	22.4 <input type="checkbox"/> Plano de Contingência
22.5	<input type="checkbox"/>	Projetos de engenharia relacionados ao evento	22.6 <input type="checkbox"/> Sistema de alerta antecipado de desastres
22.7	<input type="checkbox"/>	Cadastro de risco	22.8 <input type="checkbox"/> Nenhum dos itens (passe para o quesito 24)
<p>23 - A partir dos estudos e mapeamentos realizados, qual a estimativa de população vulnerável aos eventos de escorregamentos ou deslizamentos de encostas nas áreas urbanas do município:</p> <p>1 <input type="text" value=""/> pessoas 2 <input type="checkbox"/> Não sabe</p>			
<p>24 - A população vulnerável aos eventos de enchentes ou inundações graduais, ou enxurradas ou inundações bruscas ou escorregamentos ou deslizamentos de encostas nas áreas urbanas do município está inscrita em algum cadastro de programas habitacionais?</p> <p>1 <input type="checkbox"/> Sim, parte da população vulnerável 2 <input type="checkbox"/> Sim, toda a população vulnerável</p> <p>3 <input type="checkbox"/> Não (passe para o quesito 26) 4 <input type="checkbox"/> Não sabe (passe para o quesito 26)</p>			
<p>25 - Qual cadastro? (admite múltipla marcação)</p> <p>25.1 <input type="checkbox"/> Cadastro habitacional municipal 25.2 <input type="checkbox"/> Cadastro habitacional estadual</p> <p>25.3 <input type="checkbox"/> Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) 25.4 <input type="checkbox"/> Outro cadastro</p>			
<p>26 - Em relação à gestão de riscos e resposta a desastres, existe no município: (admite múltipla marcação)</p> <p>26.1 <input type="checkbox"/> Unidade do Corpo de Bombeiros</p> <p>26.2 <input type="checkbox"/> Coordenação Municipal de Defesa Civil</p> <p>26.2.1 Total do pessoal ativo, incluindo terceirizados: <input type="text" value=""/></p> <p>26.2.2 Total do pessoal ativo nível superior: <input type="text" value=""/></p> <p>26.2.3 Total do pessoal ativo nível auxiliar e médio: <input type="text" value=""/></p>			

BLOCO 06	GESTÃO DE RISCOS E RESPOSTA A DESASTRES	(Conclusão)
26.3 <input type="checkbox"/> Núcleos Comunitários de Defesa Civil → 26.3.3 - Quantos: <input style="width: 50px;" type="text"/>		
26.4 <input type="checkbox"/> Defesa Civil Municipal com carreira própria		
26.5 <input type="checkbox"/> Outra estrutura para atuar na prevenção de riscos e resposta a desastres		
26.6 <input type="checkbox"/> Nenhuma das estruturas		
27 - A pessoa responsável pela informação já foi identificada:		
1 <input type="checkbox"/> Sim, no bloco <input style="width: 20px;" type="text"/>		
2 <input type="checkbox"/> Não → 27.1 - Nome do responsável pela informação: <input style="width: 800px;" type="text"/>		
27.2 - Cargo: <input style="width: 800px;" type="text"/>		
27.3 - Telefone: <input style="width: 20px;" type="text"/> - <input style="width: 100px;" type="text"/> Assinatura: <input style="width: 200px;" type="text"/>		

BLOCO 07	SAÚDE	(Continua)
1 - O órgão responsável pela saúde no município caracteriza-se como: <input style="width: 800px;" type="text"/>		
1 <input type="checkbox"/> Secretaria municipal exclusiva		
2 <input type="checkbox"/> Secretaria municipal em conjunto com outras políticas setoriais		
3 <input type="checkbox"/> Setor subordinado a outra secretaria		
4 <input type="checkbox"/> Setor subordinado diretamente à chefia do Executivo		
5 <input type="checkbox"/> Órgão da administração indireta		
6 <input type="checkbox"/> Não possui estrutura (passe para o quesito 7)		
2 - Nome do órgão gestor da saúde: <input style="width: 800px;" type="text"/>		
3 - Escolaridade do titular do órgão gestor da saúde:		
Pós-graduação compreende tanto especialização e aperfeiçoamento da graduação quanto mestrado, doutorado e pós-doutorado concluídos.		
1 <input type="checkbox"/> Ensino fundamental (1º Grau) incompleto (passe para o quesito 5)		
2 <input type="checkbox"/> Ensino fundamental (1º Grau) completo (passe para o quesito 5)		
3 <input type="checkbox"/> Ensino médio (2º Grau) incompleto (passe para o quesito 5)		
4 <input type="checkbox"/> Ensino médio (2º Grau) completo (passe para o quesito 5)		
5 <input type="checkbox"/> Ensino superior incompleto (passe para o quesito 5)		
6 <input type="checkbox"/> Ensino superior completo		
7 <input type="checkbox"/> Pós-graduação		
4 - Qual a formação de nível superior do gestor da saúde?		5 - Sexo:
1 <input type="checkbox"/> Administrador		1 <input type="checkbox"/> Masculino
2 <input type="checkbox"/> Economista		
3 <input type="checkbox"/> Psicólogo		
4 <input type="checkbox"/> Médico		
5 <input type="checkbox"/> Odontólogo		
6 <input type="checkbox"/> Enfermeiro		6 - Idade: <input style="width: 20px;" type="text"/> anos
7 <input type="checkbox"/> Pedagogo		
8 <input type="checkbox"/> Assistente social		
9 <input type="checkbox"/> Advogado		2 <input type="checkbox"/> Feminino
10 <input type="checkbox"/> Nutricionista		
11 <input type="checkbox"/> Outros		
7 - O município possui Conselho Municipal de Saúde?		
1 <input type="checkbox"/> Sim → 7.1 - Lei/ano de criação → <input style="width: 50px;" type="text"/> / <input style="width: 50px;" type="text"/>		
→ 7.2 - O Conselho é paritário?		
1 <input type="checkbox"/> Sim		
2 <input type="checkbox"/> Não		
→ 7.3 Caráter do Conselho: (admite múltipla marcação)		
7.3.1 <input type="checkbox"/> Consultivo		
7.3.2 <input type="checkbox"/> Deliberativo		
7.3.3 <input type="checkbox"/> Normativo		
7.3.4 <input type="checkbox"/> Fiscalizador		
2 <input type="checkbox"/> Não (passe para o quesito 9)		
8 - Quantas reuniões o Conselho realizou nos últimos 12 meses? <input style="width: 30px;" type="text"/>		
9 - O município possui Fundo Municipal de Saúde?		
1 <input type="checkbox"/> Sim → 9.1 - Responsável pela gestão do Fundo Municipal de Saúde:		
2 <input type="checkbox"/> Não		
1 <input type="checkbox"/> Gabinete do prefeito		
2 <input type="checkbox"/> Secretaria municipal de saúde		
3 <input type="checkbox"/> Outra secretaria		
4 <input type="checkbox"/> Outra estrutura da administração		
5 <input type="checkbox"/> O Fundo Municipal de Saúde é autônomo		
6 <input type="checkbox"/> Não sabe informar		
10 - O município possui Plano Municipal de Saúde?		
1 <input type="checkbox"/> Sim → 10.1 - Ano de elaboração do último plano: <input style="width: 50px;" type="text"/>		
2 <input type="checkbox"/> Não		

BLOCO 07	SAÚDE	(Conclusão)		
11 - O município faz contratação de serviço de saúde através de Organização Social? 1 <input type="checkbox"/> Sim 2 <input type="checkbox"/> Não Organizações Sociais são entidades privadas – pessoas jurídicas de direito privado – sem fins lucrativos, destinadas ao exercício de atividades dirigidas ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à proteção e preservação do meio ambiente, à cultura e à saúde . Não fazem parte da Administração Pública indireta. São entidades privadas prestadoras de serviço privado de interesse público.				
12 - Registre os valores do orçamento previsto para o exercício de 2013 : 12.1 - Valor total do orçamento do município: R\$ <input type="text"/> , <input type="text"/> 12.2 - Valor do orçamento para à Função Saúde: R\$ <input type="text"/> , <input type="text"/> 12.3 - Valor no orçamento de recursos exclusivos do município destinados à Função Saúde: R\$ <input type="text"/> , <input type="text"/> 12.4 - Valor do orçamento para a subfunção Atenção Básica: R\$ <input type="text"/> , <input type="text"/>				
13 - A pessoa responsável pela informação foi identificada: 1 <input type="checkbox"/> Sim, no bloco <input type="text"/> 2 <input type="checkbox"/> Não { <table style="display: inline-table; vertical-align: middle; margin-left: 10px;"> <tr> <td style="font-size: 3em; vertical-align: middle;">}</td> <td style="vertical-align: middle;"> 13.1 - Nome do responsável pela informação: <input type="text"/> 13.2 - Cargo: <input type="text"/> 13.3 - Telefone: <input type="text"/> - <input type="text"/> Assinatura: <input type="text"/> </td> </tr> </table>			}	13.1 - Nome do responsável pela informação: <input type="text"/> 13.2 - Cargo: <input type="text"/> 13.3 - Telefone: <input type="text"/> - <input type="text"/> Assinatura: <input type="text"/>
}	13.1 - Nome do responsável pela informação: <input type="text"/> 13.2 - Cargo: <input type="text"/> 13.3 - Telefone: <input type="text"/> - <input type="text"/> Assinatura: <input type="text"/>			

BLOCO 08	MEIO AMBIENTE	(Continua)			
1 - O órgão responsável pelo meio ambiente no município caracteriza-se como: <input type="checkbox"/> Setor é a parte organizacional da prefeitura sem <i>status</i> de secretaria.					
1 <input type="checkbox"/> Secretaria municipal exclusiva 2 <input type="checkbox"/> Secretaria municipal em conjunto com outras políticas setoriais 3 <input type="checkbox"/> Setor subordinado a outra secretaria 4 <input type="checkbox"/> Setor subordinado diretamente à chefia do Executivo 5 <input type="checkbox"/> Órgão da administração indireta 6 <input type="checkbox"/> Não possui estrutura (passa para o quesito 4)					
2 - Nome do órgão gestor do meio ambiente: <input type="text"/>					
3 - Registre a quantidade de pessoas ocupadas na área de meio ambiente por vínculo empregatício: Estatutários são os servidores regidos pelo Regime Jurídico Único (RJU). Celetistas são os empregados públicos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Somente comissionados são os ocupantes de cargo em comissão que não possuem cargo efetivo . Têm como vínculo somente o cargo comissionado que exercem. Sem vínculo permanente são os cedidos por outras entidades, os prestadores de serviços, os voluntários, contratados administrativamente, dentre outros.					
Estatutários	Celetistas	Somente comissionados	Estagiários	Sem vínculo permanente	Total
3.1 <input type="text"/>	3.2 <input type="text"/>	3.3 <input type="text"/>	3.4 <input type="text"/>	3.5 <input type="text"/>	3.6 <input type="text"/>
4 - O município possui Conselho Municipal de Meio Ambiente?					
1 <input type="checkbox"/> Sim → 4.1 - Lei/ano de criação → 4.2 - O Conselho é paritário? → 4.3 Caráter do Conselho: (admite múltipla marcação)					
<input type="text"/> / <input type="text"/>		1 <input type="checkbox"/> Sim		4.3.1 <input type="checkbox"/> Consultivo 4.3.2 <input type="checkbox"/> Deliberativo	
		2 <input type="checkbox"/> Não		4.3.3 <input type="checkbox"/> Normativo 4.3.4 <input type="checkbox"/> Fiscalizador	
2 <input type="checkbox"/> Não (passa para o quesito 6)					

BLOCO 08		MEIO AMBIENTE		(Continua)
5 - Quantas reuniões o conselho municipal realizou nos últimos 12 meses? <input type="text"/>		6 - O município possui Fundo Municipal de Meio Ambiente? 1 <input type="checkbox"/> Sim 2 <input type="checkbox"/> Não		
7 - O município iniciou o processo de elaboração da Agenda 21 Local? 1 <input type="checkbox"/> Sim (assinale essa opção também no caso da Agenda 21 já ter sido elaborada) 2 <input type="checkbox"/> Não (passe para o quesito 10) 3 <input type="checkbox"/> Desconhece o que seja Agenda 21 Local (passe para o quesito 10)				
8 - Estágio atual da Agenda 21 Local: 1 <input type="checkbox"/> Sensibilização/mobilização 2 <input type="checkbox"/> Definição de diagnóstico e metodologia 3 <input type="checkbox"/> Elaboração do Plano de Desenvolvimento Sustentável 4 <input type="checkbox"/> Implementação de ações da Agenda 21 em políticas públicas				
9 - O Fórum da Agenda 21 Local realizou reunião nos últimos 12 meses? 1 <input type="checkbox"/> Sim 2 <input type="checkbox"/> Não 3 <input type="checkbox"/> Não possui Fórum				
10 - O município possui legislação específica para tratar da questão ambiental? 1 <input type="checkbox"/> Sim 2 <input type="checkbox"/> Não (passe para o quesito 12)		11 - A legislação ambiental está organizada sob forma de: 1 <input type="checkbox"/> Capítulo ou artigo na Lei Orgânica 2 <input type="checkbox"/> Código ambiental 3 <input type="checkbox"/> Lei de criação de Unidades de Conservação 4 <input type="checkbox"/> Capítulo ou artigo no Plano Diretor 5 <input type="checkbox"/> Diversas leis		
12 - O município faz parte de Comitê de Bacia hidrográfica? 1 <input type="checkbox"/> Sim 2 <input type="checkbox"/> Não				
13 - O governo municipal está implementando em parceria com o Governo Federal algum dos programas relacionados abaixo? (admite múltipla marcação)				
<p>Coletivo Educador - são conjuntos de instituições que atuam em processos formativos permanentes, participativos, continuados e voltados à totalidade e diversidade de habitantes de um determinado território. O coletivo Educador é, ao mesmo tempo, resultado e realizador do Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA) e do Programa Nacional de Formação de Educadoras e Educadores Ambientais (ProFEA).</p> <p>Sala Verde - é um espaço definido, vinculado a uma instituição pública ou privada, que poderá se dedicar a projetos, ações e programas educacionais voltados à questão ambiental. São potenciais centros de informação e formação ambiental.</p> <p>Circuito Tela Verde - é uma ação do Departamento de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente, em parceria com a Secretaria do Audiovisual do Ministério da Cultura, que tem como objetivo estimular a produção audiovisual independente sobre a temática ambiental.</p> <p>Conferência Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente - é uma campanha pedagógica que traz a dimensão da política ambiental para a educação que mobiliza jovens (entre 11 e 14 anos) em pesquisas e debates com a comunidade escolar sobre os desafios socioambientais contemporâneos.</p> <p>Educação Ambiental no Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PGIRS) - programas e ações de educação ambiental devem fazer parte do PGIRS conforme proposta metodológica contida no manual de orientação do plano.</p> <p>Agenda Ambiental na Administração Pública - A3P - é um programa que visa implementar a gestão socioambiental sustentável das atividades administrativas e operacionais do Governo. A A3P tem como princípios a inserção dos critérios ambientais; que vão desde uma mudança nos investimentos, compras e contratação de serviços pelo governo; até uma gestão adequada dos resíduos gerados e dos recursos naturais utilizados tendo como principal objetivo a melhoria na qualidade de vida no ambiente de trabalho.</p>				
13.1 <input type="checkbox"/> Coletivo Educador		13.2 <input type="checkbox"/> Sala Verde		13.3 <input type="checkbox"/> Circuito Tela Verde
13.4 <input type="checkbox"/> Conferência Infanto-juvenil pelo Meio Ambiente		13.5 <input type="checkbox"/> Educação Ambiental no Plano de Gestão de Resíduos Sólidos		13.6 <input type="checkbox"/> Sustentabilidade ambiental das instituições públicas, como a Agenda Ambiental na Administração-A3P
13.7 <input type="checkbox"/> Nenhum dos programas				
14 - O município participa de Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental (CIEA) de âmbito estadual ou similar?				
<p>Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental (CIEA), de caráter democrático, consultivo e/ou deliberativo, tem como finalidade promover a discussão, a gestão, a coordenação, o acompanhamento e a avaliação, bem como a implementação das atividades em educação ambiental.</p>				
1 <input type="checkbox"/> Sim		2 <input type="checkbox"/> Não (passe para o quesito 16)		3 <input type="checkbox"/> Desconhece o que seja a Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental (passe para o quesito 16)
15 - O município participou de alguma reunião da Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental (CIEA) ou similar nos últimos 12 meses? 1 <input type="checkbox"/> Sim 2 <input type="checkbox"/> Não 3 <input type="checkbox"/> Não houve reunião				
16 - O município possui Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, nos termos estabelecidos na Política Nacional de Resíduos Sólidos?				
<p>Política Nacional de Resíduos Sólidos instituída pela Lei 12305/2010, dispendo sobre seus princípios, objetivos e instrumentos, bem como sobre as diretrizes relativas à gestão integrada e ao gerenciamento de resíduos sólidos, incluídos os perigosos, às responsabilidades dos geradores e do poder público e aos instrumentos econômicos aplicáveis.</p>				
1 <input type="checkbox"/> Sim		16.1 - Esse plano abrange apenas esse município? 1 <input type="checkbox"/> Sim 2 <input type="checkbox"/> Não		
2 <input type="checkbox"/> Não				

BLOCO 08	MEIO AMBIENTE	(Conclusão)
<p>17 - O governo municipal está implementando alguma iniciativa (por exemplo: campanha, legislação, parceria) na área de consumo sustentável?</p> <p>Consumo Sustentável envolve a escolha de produtos que utilizem menos recursos naturais em sua produção, que garantam o emprego decente aos que os produzem, e que serão facilmente reaproveitados ou reciclados. Significa comprar aquilo que é realmente necessário, estendendo a vida útil dos produtos tanto quanto possível.</p>		
<p>1 <input type="checkbox"/> Sim →</p> <p>2 <input type="checkbox"/> Não</p>	<p>17.1 - Essa iniciativa objetiva: (admite múltipla marcação)</p> <p>17.1.1 <input type="checkbox"/> Redução do uso de sacolas plásticas</p> <p>17.1.3 <input type="checkbox"/> Redução do consumo de água ou energia</p> <p>17.1.5 <input type="checkbox"/> Outra(s) iniciativa(s)</p>	<p>17.1.2 <input type="checkbox"/> Sustentabilidade ambiental das instituições públicas, como a Agenda Ambiental na Administração Pública - A3P</p> <p>17.1.4 <input type="checkbox"/> Uso de critério ambiental em compra ou concorrência pública</p>
<p>18 - A pessoa responsável pela informação foi identificada:</p> <p>1 <input type="checkbox"/> Sim, no bloco <input type="text"/></p> <p>2 <input type="checkbox"/> Não</p> <p>18.1 - Nome do responsável pela informação: <input type="text"/></p> <p>18.2 - Cargo: <input type="text"/></p> <p>18.3 - Telefone: <input type="text"/> - <input type="text"/> Assinatura: <input type="text"/></p>		
BLOCO 09	GESTÃO DA POLÍTICA DE GÊNERO	(Continua)
<p>1 - O órgão responsável pela formulação, coordenação e implementação de políticas para mulheres caracteriza-se como:</p> <p>Setor é a parte organizacional da prefeitura sem <i>status</i> de secretaria.</p> <p>1 <input type="checkbox"/> Secretaria municipal exclusiva (passe para o quesito 3)</p> <p>2 <input type="checkbox"/> Secretaria municipal em conjunto com outras políticas setoriais</p> <p>3 <input type="checkbox"/> Setor subordinado a outra secretaria</p> <p>4 <input type="checkbox"/> Setor subordinado diretamente à chefia do Executivo (passe para o quesito 3)</p> <p>5 <input type="checkbox"/> Órgão da administração indireta (passe para o quesito 3)</p> <p>6 <input type="checkbox"/> Não possui estrutura (passe para o quesito 7)</p>		
<p>2 - A que secretaria ou setor a formulação, coordenação e implementação de políticas para as mulheres está associada ou subordinada? (admite múltipla marcação)</p> <p>2.1 <input type="checkbox"/> Assistência social 2.2 <input type="checkbox"/> Direitos Humanos 2.3 <input type="checkbox"/> Justiça 2.4 <input type="checkbox"/> Segurança Pública 2.5 <input type="checkbox"/> Saúde 2.6 <input type="checkbox"/> Outra</p>		
<p>3 - Nome do órgão gestor da política para mulheres:</p> <p><input type="text"/></p>		
<p>4 - Existe orçamento específico para formulação, coordenação e implementação de políticas para mulheres no município?</p> <p>1 <input type="checkbox"/> Sim → 4.1 - Qual o valor executado no ano de 2012? R\$ <input type="text"/></p> <p>2 <input type="checkbox"/> Não</p>		
<p>5 - Além de desenvolver políticas para as mulheres, este órgão é responsável por executar ações para grupos específicos de mulheres?</p> <p>1 <input type="checkbox"/> Sim → 5.1 - Para quais grupos específicos? (admite múltipla marcação)</p> <p>2 <input type="checkbox"/> Não</p> <p>5.1.1 <input type="checkbox"/> Mulheres Idosas 5.1.2 <input type="checkbox"/> Lésbicas 5.1.3 <input type="checkbox"/> Mulheres negras</p> <p>5.1.4 <input type="checkbox"/> Mulheres com deficiência 5.1.5 <input type="checkbox"/> Mulheres Indígenas 5.1.6 <input type="checkbox"/> Outros</p>		
<p>6 - Assinalar as principais áreas de atuação do órgão gestor: (admite múltipla marcação)</p> <p>Articular é pactuar e/ou estimular o desenvolvimento, pelos órgãos setoriais específicos, de programas, ações e projetos para a incorporação da questão de gênero na formulação e/ou implementação de políticas.</p> <p>Executar diretamente é ser responsável pelo desenvolvimento direto de projetos, programas e ações específicas em alguma das áreas aqui elencadas.</p> <p>6.1 <input type="checkbox"/> Promover capacitação em gênero para outras áreas do governo municipal</p>		

BLOCO 09	GESTÃO DA POLÍTICA DE GÊNERO		(Continua)
<p>6.2 <input type="checkbox"/> Articular com outros órgãos municipais a incorporação da questão de gênero na formulação e/ou implementação de políticas</p>	<p>→ 6.2.1 - Informe a(s) área(s): (admite múltipla marcação)</p> <p>6.2.1.1 <input type="checkbox"/> Educação 6.2.1.2 <input type="checkbox"/> Trabalho 6.2.1.3 <input type="checkbox"/> Cultura</p> <p>6.2.1.4 <input type="checkbox"/> Serviços Especializados de Atendimento à Violência 6.2.1.5 <input type="checkbox"/> Esporte</p> <p>6.2.1.6 <input type="checkbox"/> Assistência social 6.2.1.7 <input type="checkbox"/> Segurança pública 6.2.1.8 <input type="checkbox"/> Justiça</p> <p>6.2.1.9 <input type="checkbox"/> Comunicação 6.2.1.10 <input type="checkbox"/> Meio ambiente 6.2.1.11 <input type="checkbox"/> Saúde</p> <p>6.2.1.12 <input type="checkbox"/> Outra</p>		
<p>6.3 <input type="checkbox"/> Executar diretamente políticas para a promoção da igualdade de gênero ou autonomia das mulheres</p>	<p>→ 6.3.1 - Informe a(s) área(s): (admite múltipla marcação)</p> <p>6.3.1.1 <input type="checkbox"/> Educação 6.3.1.2 <input type="checkbox"/> Trabalho 6.3.1.3 <input type="checkbox"/> Cultura</p> <p>6.3.1.4 <input type="checkbox"/> Serviços Especializados de Atendimento à Violência 6.3.1.5 <input type="checkbox"/> Esporte</p> <p>6.3.1.6 <input type="checkbox"/> Assistência social 6.3.1.7 <input type="checkbox"/> Segurança pública 6.3.1.8 <input type="checkbox"/> Justiça</p> <p>6.3.1.9 <input type="checkbox"/> Comunicação 6.3.1.10 <input type="checkbox"/> Meio ambiente 6.3.1.11 <input type="checkbox"/> Saúde</p> <p>6.3.1.12 <input type="checkbox"/> Outra</p>		
<p>7 - O município possui Plano Municipal de Políticas para as Mulheres?</p> <p>1 <input type="checkbox"/> Sim, por previsão legal 2 <input type="checkbox"/> Sim, sem previsão legal 3 <input type="checkbox"/> Não (passe para o quesito 9)</p>	<p>→ 7.1 - Qual o instrumento legal? <input style="width: 100px;" type="text"/></p>		
<p>8 - Qual: 8.1 - O ano de lançamento do plano? <input style="width: 40px;" type="text"/></p>	<p>→ 8.2 - O último ano de vigência do plano? <input style="width: 40px;" type="text"/></p>		
<p>9 - O município desenvolve na área de políticas para mulheres, programa, projeto ou ação em cooperação, convênio e/ou articulação com: (admite múltipla marcação)</p> <p>9.1 <input type="checkbox"/> Administração pública federal 9.2 <input type="checkbox"/> Administração pública estadual 9.3 <input type="checkbox"/> Administração pública municipal</p> <p>9.4 <input type="checkbox"/> Organizações não-governamentais 9.5 <input type="checkbox"/> Outras instituições privadas 9.6 <input type="checkbox"/> Organismos internacionais (exceto ONG)</p> <p>9.7 <input type="checkbox"/> Entidades religiosas 9.8 <input type="checkbox"/> Entidade de trabalhadores 9.9 <input type="checkbox"/> Outras 9.10 <input type="checkbox"/> Não desenvolve</p>			
<p>10 - O município possui Conselho Municipal dos Direitos da Mulher?</p> <p>1 <input type="checkbox"/> Sim → 10.1 - Lei/ano de criação <input style="width: 40px;" type="text"/> / <input style="width: 40px;" type="text"/> → 10.2 - O conselho é paritário? 1 <input type="checkbox"/> Sim 2 <input type="checkbox"/> Não</p> <p>→ 10.3 Caráter do conselho: (admite múltipla marcação)</p> <p>10.3.1 <input type="checkbox"/> Consultivo 10.3.2 <input type="checkbox"/> Deliberativo</p> <p>10.3.3 <input type="checkbox"/> Normativo 10.3.4 <input type="checkbox"/> Fiscalizador</p> <p>2 <input type="checkbox"/> Não (passe para o quesito 14)</p>			
<p>11 - Quantas reuniões o conselho realizou nos últimos 12 meses? <input style="width: 40px;" type="text"/></p>	<p>12 - Este conselho é vinculado administrativamente:</p> <p>1 <input type="checkbox"/> Ao órgão gestor de política para mulheres 2 <input type="checkbox"/> Ao órgão gestor da assistência social 3 <input type="checkbox"/> Ao órgão gestor dos direitos humanos</p> <p>4 <input type="checkbox"/> A outro órgão 5 <input type="checkbox"/> A nenhum órgão</p>		
<p>13 - Quem preside o conselho? 1 <input type="checkbox"/> Representante do governo 2 <input type="checkbox"/> Representante da sociedade civil</p>			
<p>14 - Existe(m) Casa(s)-Abrigo para atendimento a mulheres em situação de violência e risco de morte de acordo com a Lei Maria da Penha no município?</p> <p style="text-align: center;">Deverão ser consideradas apenas as casas-abrigos, existentes no município, de gestão municipal.</p> <p>1 <input type="checkbox"/> Sim → 14.1 - Quantas? <input style="width: 40px;" type="text"/> → 14.2 - O endereço é sigiloso? 1 <input type="checkbox"/> Sim, de todas 2 <input type="checkbox"/> Sim, de parte 3 <input type="checkbox"/> Não</p> <p>2 <input type="checkbox"/> Não (passe para o quesito 17)</p>			

BLOCO 09	GESTÃO DA POLÍTICA DE GÊNERO		(Conclusão)
15 - Assinale as principais atividades realizadas pela(s) Casa(s)-Abrigo: (admite múltipla marcação)			
15.1 <input type="checkbox"/> Atendimento psicológico individual	15.2 <input type="checkbox"/> Atendimento psicológico em grupo	15.3 <input type="checkbox"/> Atividades culturais e educativas	
15.4 <input type="checkbox"/> Atividades profissionalizantes	15.5 <input type="checkbox"/> Atendimento social acompanhado por assistente social que insira a mulher em programas sociais do governo, como Bolsa-Família e/ou Benefícios de Prestação Continuada.		
15.6 <input type="checkbox"/> Atendimento jurídico, no caso de advogado próprio ou de Defensoria Pública	15.7 <input type="checkbox"/> Atendimento médico, hospitalar ou de outra especialidade da área de saúde, ou encaminhamento para serviço de saúde da rede pública		
15.8 <input type="checkbox"/> Acompanhamento pedagógico das crianças	15.9 <input type="checkbox"/> Encaminhamento para programas de emprego e geração de renda	15.10 <input type="checkbox"/> Garantia de inserção/permanência das crianças na escola	
15.11 <input type="checkbox"/> Creche	15.12 <input type="checkbox"/> Atendimento nos casos da Lei Maria da Penha	15.13 <input type="checkbox"/> Outras atividades	15.14 <input type="checkbox"/> Não sabe informar
16 - A capacidade mensal de abrigo é: 16.1 Mulheres: <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> 16.2 Crianças: <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> 16.3 <input type="checkbox"/> Não sabe informar			
17 - Existem Serviços Especializados de gestão municipal para mulheres em situação de violência no município de acordo com a Lei Maria da Penha? 1 <input type="checkbox"/> Sim 2 <input type="checkbox"/> Não (passe para o quesito 21)			
18 - Assinale as principais atividades realizadas no Serviço Especializado: (admite múltipla marcação)			
18.1 <input type="checkbox"/> Atendimento psicológico individual	18.2 <input type="checkbox"/> Atendimento psicológico em grupo	18.3 <input type="checkbox"/> Atividades culturais e educativas profissionalizantes	
18.4 <input type="checkbox"/> Atendimento jurídico	18.5 <input type="checkbox"/> Atendimento social acompanhado por assistente social que insira a mulher em programas sociais do governo, como Bolsa-Família e/ou Benefícios de Prestação Continuada.		
18.6 <input type="checkbox"/> Encaminhamento para programas de emprego e geração de renda	18.7 <input type="checkbox"/> Atividades de conscientização sobre os direitos da mulher junto à comunidade		
18.8 <input type="checkbox"/> Acompanhamento nos casos da Lei Maria da Penha	18.9 <input type="checkbox"/> Outras atividades	18.10 <input type="checkbox"/> Não sabe informar	
19 - Qual a média mensal de mulheres atendidas no total de Serviços Especializados? 1 <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> mulheres 2 <input type="checkbox"/> Não sabe informar			
20 - Quantas mulheres foram atendidas nos últimos três meses pelos Serviços Especializados? 1 <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> mulheres 2 <input type="checkbox"/> Não sabe informar			
21 - Assinale os serviços/estruturas que existem no município:			
21.1 <input type="checkbox"/> Serviços de Saúde Especializados para o Atendimento dos Casos de Violência Contra a Mulher		→ 21.1.1 - Quantos: <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/>	
21.2 <input type="checkbox"/> Instituto médico legal		→ 21.2.1 - Quantos: <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/>	
21.3 <input type="checkbox"/> Creches		→ 21.3.1 - Quantas: <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/>	→ 21.3.2 - Quantas de tempo integral: <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/>
21.4 <input type="checkbox"/> Centro de parto normal		→ 21.4.1 - Quantos: <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/>	
Unidade de saúde que presta atendimento humanizado e de qualidade exclusivamente ao parto normal, que não apresente perigo para a mãe e para o feto.			
21.5 <input type="checkbox"/> Nenhum serviço/estrutura			
22 - A pessoa responsável pela informação foi identificada:			
1 <input type="checkbox"/> Sim, no bloco <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/>			
2 <input type="checkbox"/> Não			
22.1 - Nome do responsável pela informação:		<input type="text"/>	
22.2 - Cargo:		<input type="text"/>	
22.3 - Telefone: <input type="text"/> <input type="text"/> - <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/>		Assinatura: <input type="text"/>	

Glossário

A3P *Ver* Agenda Ambiental na Administração Pública

administração direta Segmento da administração pública que, de acordo com a Constituição Federal do Brasil, se encontra integrado e ligado, na estrutura organizacional, diretamente ao chefe do poder executivo que, no caso municipal, é o prefeito.

administração indireta Segmento da administração pública que, de acordo com a Constituição Federal do Brasil, se encontra ligado indiretamente ao poder executivo. É composto por autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações que exercem atividades caracterizadas como de serviço público ou de interesse público, cuja criação é autorizada pelo executivo.

Agenda Ambiental na Administração Pública Programa que visa implementar a gestão socioambiental sustentável das atividades administrativas e operacionais do governo, que tem como princípio a inserção de critérios ambientais e, como principal objetivo, a melhoria na qualidade de vida no ambiente de trabalho. Os critérios ambientais contemplam, desde uma mudança nos investimentos, compras e contratação de serviços pelo governo, até uma gestão adequada dos resíduos gerados e dos recursos naturais utilizados.

alagamentos Extravasamento das águas que, diferentemente das enchentes ou inundações graduais e das enxurradas ou inundações bruscas, está mais relacionado a sistemas de drenagem deficientes ou à falta de permeabilidade do solo, que dificultam o escoamento das águas e geram acúmulos, do que a fenômenos naturais em si.

barragem a montante para equalização das cheias Estrutura localizada antes da área urbana, que acumula temporariamente as águas pluviais

com a função de amortecer as vazões de cheias e reduzir os riscos de inundações.

cadastro de riscos Conjunto de informações sistematizadas em fichas, sobre moradias em situação de risco, constando a localização e as condições da edificação, bem como os nomes dos ocupantes e dados que permitam avaliar sua vulnerabilidade frente a um possível acidente, além de outros dados cadastrais de interesse para a Defesa Civil. Essas informações são armazenadas em planilhas digitais, e as moradias, localizadas em mapa, para facilitar a visualização espacial dos problemas na área.

CIEA Ver Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental

Circuito Tela Verde Iniciativa do Ministério do Meio Ambiente coordenada pela Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental, executada pelo Departamento de Educação Ambiental, em parceria com a Secretaria do Audiovisual do Ministério da Cultura, que tem como objetivo estimular a produção audiovisual independente sobre a temática socioambiental.

código de obras Instrumento de regulação das construções, com especificação de padrões mínimos desejáveis para garantia da salubridade e segurança destas.

Coletivos Educadores Conjuntos de instituições que atuam em processos formativos permanentes, participativos, continuados e voltados à totalidade e diversidade de habitantes de um determinado território. O Coletivo Educador é, ao mesmo tempo, resultado e realizador do Programa Nacional de Educação Ambiental - ProNEA e do Programa Nacional de Formação de Educadoras e Educadores Ambientais - ProFEA. O papel de um Coletivo Educador é promover a articulação institucional e de políticas públicas, a reflexão crítica acerca da problemática socioambiental e o aprofundamento conceitual, e criar condições para o desenvolvimento continuado de ações e processos de formação em educação ambiental com a população do contexto, visando à sinergia dos processos de aprendizagem que contribuem para a construção de territórios sustentáveis.

Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental Colegiado de caráter democrático, consultivo e/ou deliberativo, que tem como finalidade promover a discussão, a gestão, a coordenação, o acompanhamento, a avaliação e a implementação das atividades em educação ambiental.

Conferência Infantojuvenil pelo Meio Ambiente Campanha pedagógica que traz a dimensão política do meio ambiente, caracterizada pela mobilização e engajamento dos adolescentes e da comunidade escolar em debates sobre temas socioambientais contemporâneos.

conselho consultivo Aquele em que seus integrantes têm o papel apenas de estudar e indicar ações ou políticas sobre sua área de atuação.

conselho deliberativo Aquele que efetivamente tem poder de decidir sobre a implantação de políticas e/ou a administração de recursos relativos à sua área de atuação.

conselho fiscalizador Aquele que fiscaliza a implementação e o funcionamento de políticas e/ou a administração de recursos relativos à sua área de atuação.

conselho normativo Aquele que estabelece normas e diretrizes para as políticas e/ou a administração de recursos relativos à sua área de atuação.

conselho paritário Aquele que apresenta um número igual de representantes da sociedade civil e do setor governamental.

construção de parque Parque implantado em uma faixa ao longo de um rio, córrego ou canal, na zona de amortecimento ou transição. O parque tem múltiplas funções, sendo a principal delas a de proteger a zona ribeirinha contra ocupações irregulares que possam vir a confinar o corpo de água e reduzir a largura da área destinada à inundação.

consumo sustentável Escolha de produtos que minimizem o uso de recursos naturais em sua produção, que garantam o emprego decente aos envolvidos no processo produtivo, e que sejam facilmente reaproveitados ou reciclados. Significa comprar aquilo que é realmente necessário, estendendo a vida útil dos produtos tanto quanto possível.

desassoreamento de corpos hídricos Obras de limpeza e remoção de sedimentos acumulados no fundo do leito de cursos d'água, para o aumento da capacidade de escoamento.

enchentes ou inundações graduais Elevação das águas de forma paulatina e previsível, que se mantêm em situação de cheia durante algum tempo e escoam-se gradualmente. Normalmente, as enchentes ou inundações graduais são características das grandes bacias hidrográficas e dos rios de planície.

ensino fundamental (1º grau) completo Nível de instrução atribuído à pessoa que concluiu a oitava série do ensino fundamental ou primeiro grau, organizado em séries anuais, regime de créditos, períodos letivos, semestres, fases, módulos, ciclos etc.

ensino médio (2º grau) completo Nível de instrução atribuído à pessoa que concluiu a terceira série do ensino médio ou segundo grau, em séries anuais, regime de créditos, períodos letivos, semestres, fases, módulos, ciclos etc. Inclui o curso regular supletivo e cursos técnicos.

ensino superior completo Nível de instrução atribuído à pessoa que concluiu o último período de curso de graduação universitária ou ensino superior.

enxurradas ou inundações bruscas Inundações provocadas por chuvas intensas e concentradas, num curto espaço de tempo, em que os canais naturais de drenagem transbordam de forma rápida e imprevisível, geralmente ocasionando danos materiais e humanos mais intensos do

que as enchentes ou inundações graduais. Normalmente, as enxurradas ou inundações bruscas ocorrem em bacias de médio ou pequeno portes e são intensificadas por relevos acentuados.

erosão Processo de desagregação e remoção de partículas do solo ou fragmentos e partículas de rocha, pela ação combinada da gravidade com a água, vento, gelo e organismos (plantas e animais).

escorregamentos ou deslizamentos de encostas Movimentos de massa de solos, rochas ou detritos em morros, taludes e encostas, tendo como causa principal a infiltração de água das chuvas combinada com mudanças nas condições naturais do relevo, como cortes para construção de moradias, rodovias, aterros e outras obras. Os escorregamentos ou deslizamentos de encostas também podem decorrer do acúmulo de resíduos sólidos no topo e/ou no setor médio dos morros, taludes e encostas.

estabilização e proteção de taludes Equilíbrio e apoio do plano inclinado que limita um aterro.

estudo de impacto de vizinhança Instrumento legal que define os empreendimentos e atividades em área urbana que dependerão de estudo prévio de impacto de vizinhança para obter as licenças de construção, ampliação ou funcionamento a cargo do poder público municipal.

funcionário estatutário Funcionário contratado sob o Regime Jurídico Único - RJU que rege a contratação no serviço público.

funcionário regido pela CLT Funcionário contratado pela prefeitura sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT.

funcionário sem vínculo permanente Funcionário que trabalha por prestação de serviços, sem vínculo empregatício e sem carteira de trabalho assinada. Também são incluídos nesta categoria os autônomos, estagiários, voluntários e aqueles cedidos por outras administrações.

funcionário somente comissionado Funcionário que tem como vínculo apenas o cargo comissionado que exerce.

fundo municipal Fundo destinado ao gerenciamento dos recursos financeiros obtidos para conclusão de políticas setoriais estabelecidas por um conselho municipal.

legislação específica sobre área de especial interesse social Legislação que trata de área para assentamentos habitacionais de população de baixa renda, surgidos espontaneamente, existentes, consolidados ou propostos pelo poder público municipal, onde haja possibilidade de urbanização e regularização fundiária.

legislação específica sobre área e/ou zona de interesse especial Legislação que trata de área e/ou zona de interesse especial e é criada em função da preservação cultural, paisagística ou do estabelecimento de um tipo específico de uso do solo.

lei de contribuição de melhoria Instrumento legal que estabelece tributo devido pelos proprietários beneficiados com a execução de investimentos públicos.

lei de operação urbana consorciada Instrumento legal que define o conjunto de intervenções e medidas para obtenção de transformações urbanísticas estruturais, melhorias sociais e valorização ambiental em áreas urbanas delimitadas, prevendo a participação da iniciativa privada.

lei de parcelamento do solo Instrumento legal que estabelece normas, padrões e critérios para novos loteamentos, desmembramentos e unificação de terrenos urbanos.

lei de perímetro urbano Instrumento legal que fixa o limite oficial entre as áreas urbanas e rurais do município.

lei de solo criado ou outorga onerosa do direito de construir Instrumento legal de concessão ou outorga, pelo poder público, do direito de construir. Em geral, fixa-se um coeficiente único de aproveitamento para todo o território urbano municipal e a criação de áreas adicionais de piso utilizável somente ocorre mediante contrapartida definida em lei.

lei de zoneamento ou uso e ocupação do solo Instrumento legal de regulação do uso e ocupação do solo urbano, segundo zonas ou áreas delimitadas.

macrodrenagem Retirada do excesso de água do solo, acumulada em áreas relativamente grandes, a nível distrital ou de microbacia hidrográfica. A falta dessa prática pode ocasionar enchentes e a permanência de áreas alagadas, propícias à proliferação de mosquitos, impedindo o aproveitamento dos terrenos para a agricultura ou a construção de residências.

obras de contenção Apoios para manter aterros ou encostas sob controle, de forma a reter a massa de solo.

organizações sociais Entidades de direito privado, sem fins lucrativos, destinadas ao exercício de atividades dirigidas ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à proteção e preservação do meio ambiente, à cultura e à saúde. As organizações sociais não fazem parte da administração pública indireta; são entidades prestadoras de serviço privado de interesse público.

plano diretor Instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana que define as regras para organizar as atividades em diferentes áreas do município.

pós-graduação Nível de instrução atribuído à pessoa que concluiu curso que compreende tanto *latu sensu* (especialização e aperfeiçoamento da graduação) quanto *stricto sensu* (mestrado, doutorado e pós-doutorado).

reservatório de amortecimento de cheias Estrutura que acumula temporariamente as águas pluviais com a função de amortecer as vazões de cheias e reduzir os riscos de inundações a jusante.

retaludamento de encostas Reimplantação do plano inclinado que limita um aterro.

retificação de rios, aumento da calha ou desvio de cursos d'água Alteração do traçado ou da seção natural de cursos d'água.

revegetação Implantação de cobertura vegetal em áreas degradadas por ação humana ou natural.

revitalização de rios e/ou bacias Volta do ecossistema, com razoável aproximação das condições anteriores à sua degradação, englobando o restabelecimento dos processos originais de infiltração e escoamento, bem como das funções aquáticas primitivas e das relativas às suas características físicas, químicas e biológicas.

Sala Verde Projeto coordenado pelo Departamento de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente, que consiste no incentivo à implantação de espaços socioambientais para atuarem como potenciais centros de informação e formação ambiental. A dimensão básica de qualquer Sala Verde é a disponibilização e democratização da informação ambiental e a busca por maximizar as possibilidades dos materiais distribuídos, colaborando para a construção de um espaço, que, além do acesso à informação, ofereça a possibilidade de reflexão e construção do pensamento/ação ambiental.

setor Parte organizacional da prefeitura, sem *status* de secretaria.

talude Superfície inclinada do terreno, que forma um ângulo com a superfície horizontal. Os taludes podem ser classificados em: naturais - declives também conhecidos como encostas; ou artificiais - declives diversos construídos pelo homem, como os aterros ou taludes de cortes e escavações.

Equipe técnica

Diretoria de Pesquisas

Coordenação de População e Indicadores Sociais

Claudio Dutra Crespo

Gerência de Estudos e Pesquisas Sociais

Cristiane dos Santos Moutinho

Gerência do Projeto de Pesquisa de Informações Básicas Municipais

Vânia Maria Pacheco

Planejamento e apuração do Questionário Básico

Altino Ventura Neto

Divaldo Ferreira da Silva

Ennio Leite de Mello

Marzulo Pagani Vivacqua

Reinaldo de Souza Ramos

Vânia Maria Pacheco

Vera Lucia Lucas Pinto Moreira

Programação e execução do plano tabular

Vânia Maria Pacheco

Elaboração dos textos analíticos

Perfil dos gestores municipais

Antonio Carlos Alkmin

Recursos Humanos das Administrações Municipais

Ennio Leite de Mello

Legislação e instrumentos de planejamento

Vânia Maria Pacheco

Saúde

Fátima de Carvalho Madeira
Marco Antonio Ratzsch de Andreazzi
Marco Cícero Noce de Paulo Maciel
Maria Goreth Santos
Sandra Rosa Pereira
Sílvia Reise Bregman
Isabel Luzia Nori dos Santos
Karine de Moura Maia (estagiária)

Meio ambiente

Frederico Cavadas Barcellos*
Paulo Gonzaga Mibielli de Carvalho**

Política de gênero

Cristiane Soares

Gestão de riscos e resposta a desastres

Hellen Cano

Revisão técnica dos textos

Marzulo Pagani Vivacqua

Colaboradores**Diretoria de Informática****Coordenação de Atendimento e Desenvolvimento de Sistema**

Claudio Mariano Fernandes

Desenvolvimento de sistema e apuração dos resultados

Nádia Maria Coelho Rodrigues
Solange Ferreira Pinto
Rosângela Koehler Pulcinelli

Coordenação de Metodologia e Banco de Dados

Cláudio Mariano Fernandes

Gerência de Acesso a Banco de Dados

Luiz Antonio Gauziski de Araújo Figueredo
José Masello

Coordenação de Serviços de Informática

Bruno Gonçalves Santos
Fernando Espírito Santo Cataldo
Geórgia de Souza Assumpção
Osmar Alves de Araújo

Diretoria de Geociências**Coordenação de Geografia**

Claudio Stenner

Gerência de Atlas

Adma Hamam de Figueiredo

Elaboração dos cartogramas

Jorge Kleber Teixeira Silva

*Técnico da Coordenação das Estatísticas Econômicas e Classificações, Núcleo de Meio Ambiente

**Técnico da Coordenação das Estatísticas Econômicas e Classificações, Núcleo de Meio Ambiente

Supervisores Estaduais da Pesquisa

RO - Ademilson Uchoa Matos
AC - Tiago Nogueira Marques
AM - Sandra Maria Torres de Brito
RR - Angela Patrícia Lima de Souza
PA - Paulo Sergio Borges
AP - Francisco Tome Teles de Menezes
TO - Raimundo Costa Barbosa
MA - Vito Assis Alencar dos Santos
PI - Wilma Barbosa de Sousa Leite
CE - Antônio Nogueira Amora
RN - Telma Maria Galvão de Azevedo
PB - José Pereira de Araújo
PE - José Homero Vieira
AL - Marla Barroso Franca
SE – Marise Lima e Silva
BA - Aníbal Borges Britto
MG - Maria Sueli Ribeiro Ladeira
ES - Ilmar Vicente Moreira
RJ - Marcos Serrão
SP - Marco Antônio Ornelas
PR - Jussara dos Santos Langowski
SC - Darcio Francisco Borges
RS - Renato Barbieri
MS - Loide Bueno de Souza
MT - Deajan David Montanha
GO - Alessandro de Siqueira Arantes
DF - Maria Iracema Gonzales

Projeto Editorial

Centro de Documentação e Disseminação de Informações

Coordenação de Produção

Marise Maria Ferreira

Gerência de Editoração

Estruturação textual, tabular e de gráficos

Beth Fontoura
Katia Vaz Cavalcanti
Leonardo Ferreira Martins

Diagramação tabular e de gráficos

Beth Fontoura
LGonzaga

Copidesque e revisão

Anna Maria dos Santos
Cristina R. C. de Carvalho
Kátia Domingos Vieira

Diagramação textual

Luiz Carlos Chagas Teixeira
Simone Mello

Programação visual da publicação

Luiz Carlos Chagas Teixeira

Produção de multimídia

Helena Maria Mattos Pontes
LGonzaga
Márcia do Rosário Brauns
Marisa Sigolo Mendonça
Mônica Pimentel Cinelli Ribeiro
Roberto Cavararo

Gerência de Documentação**Pesquisa e normalização bibliográfica**

Ana Raquel Gomes da Silva
Carla de Castro Palmieri (Estagiária)
Elizabeth de Carvalho Faria
Lioara Mandoju
Maria Beatriz Machado Santos Soares (Estagiária)
Maria Socorro da Silva Araújo
Solange de Oliveira Santos

Padronização de glossários

Ana Raquel Gomes da Silva

Elaboração de quartas capas e de glossário

Ana Raquel Gomes da Silva

Gerência de Gráfica**Impressão e acabamento**

Maria Alice Neves da Silva Nabuco

Gráfica Digital**Impressão**

Ednalva Maia do Monte